



XVI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT

CUIABÁ-MT, de 13 a 16 de Outubro de 2016

A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas





DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)
Vice-presidente: Jocilene Barboza dos Santos (Cuiabá)
Secretaria Geral: Miriam Ferreira Botelho (Rosário D'Oeste)
1ª Secretária: Catarina Francisca (Nobres)
Secretaria de Finanças: Orlando Francisco (Cuiabá)
1ª Sec. de Finanças: Dirceu Blanski (Alta Floresta)
Secretaria de Comunicação: Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande)
Sec. Adjunta de Comunicação: Edevaldo José dos Santos (Primavera do Leste)
Secretaria de Cultura: Leilane Cristina Borges (Várzea Grande)
Secretaria Adjunta de Cultura: Luiz Bezerra Matos (Alta Floresta)
Secretaria de Políticas Educacionais: Guelda Cristina de Oliveira Andrade (Pontes e Lacerda)
Sec. Adjunta de Políticas Educacionais: Maria Luiza Bartmeyer Zanirato (Cuiabá)
Secretaria de Formação Sindical: João Eudes Anunciação (Rondonópolis)
Secretaria Adjunta de Formação Sindical: Sidinei de Oliveira Cardoso (Sinop)
Secretaria de Articulação Sindical: Julio César Martins Viana (Colíder)
Secretaria Adjunta de Articulação Sindical: Tânia Cristina Crivelin Jorra (Lucas do Rio Verde)
Secretaria de Redes Municipais: Alex Ferreira da Cruz (Luciara)
Secretaria Adjunta de Redes Municipais: Enos dos Reis Maria (Porto dos Gaúchos)
Sec. de Funcionários (as) da Educação – Sec. Adjunto de Funcionários (as) da Educação: Djalma Francisco de Sousa (Canabrava do Norte)
Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos: Maria Celma de Oliveira (Rondonópolis)
Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos: Orlandir Gonçalves Cavalcante (Cáceres)
Secretaria de Infraestrutura Sindical: Edson Evangelista dos Santos (Cuiabá)
Secretaria Adjunta de Infraestrutura Sindical: Edina Martins de Oliveira (Colíder)
Secretaria de Políticas Sociais: Marli Keller (Cuiabá)
Secretaria Adjunta de Políticas Sociais: Maurocir Silva (Campos de Júlio)
Secretaria de Organização Sindical: Ana Lúcia Antônia da Silva (Ribeirão Cascalheira)
Secretaria Adjunta de organização Sindical: Elionai Rodrigues Chagas Wtczak (Sorriso)
Secretaria de Administração Sindical: Omar Cirino de Souza (Barra do Garças)
Secretaria Adjunta de Administração Sindical: Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira)
Secretaria de Seguridade Social: Edna Mahnic (Primavera do Leste)
Secretaria Adjunta de Seguridade Social: Francisca Alda Ferreira de Lima (Tangará da Serra)

POLOS REGIONAIS

Oeste I - Regional Baixada Cuiabana: Ricardo de Assis (Poconé)
Oeste II - Regional Paraguai: Edimilson José Ferreira (Cuverlândia)
Oeste III - Regional Vale do Guaporé: Edna Bernardo da Silva (Pontes e Lacerda)
Nortão I - Regional Alto Teles Pires: Fernando Alves da Silva (Peixoto de Azevedo)
Nortão II - Regional Médio Teles Pires: Francisca Ilmarli Teixeira (Alta Floresta)
Nortão III - Regional Vale do Teles Pires: Valdeir Pereira (Sinop)
Nortão IV - Regional Vale do Arinos: Rafael Nauer (Juara)
Noroeste - Regional Vale do Juruena: Carlito Pereira da Rocha (Juína)
Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai: Antônio Márcio Pinheiro Ramos (Nova Olímpia)
Médio Norte II - Regional Alto Paraguai: Moisés de Almeida Silva (Rosário Oeste)
Leste I - Regional Vale do Araguaia: Arnaldo Rodrigues de Souza (Pontal do Araguaia)
Leste II - Regional Médio Araguaia: Ana Lúcia Antônia da Silva (Ribeirão Castalheira)
Leste III - Regional Baixo Araguaia: Lucimeire Lázara (Vila Rica)
Sul I - Regional Serra da Petrovina: Bartolomeu Basili Belmonte (Rondonópolis)
Sul II - Regional Vale do São Lourenço: Doralice Vieira de Castro (Jaciará)



**Direção Estadual SINTEP-MT
GESTÃO 2015 - 2018**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Henrique Lopes do Nascimento

Secretaria Geral

Miriam Ferreira Botelho

Secretaria de Finanças

Orlando Francisco

Secretaria de Comunicação

Gilmar Soares Ferreira

Secretaria Adjunta de Comunicação

Edevaldo José dos Santos

Secretaria de Cultura

Leilane Cristina Borges

Secretaria de Políticas Educacionais

Guelda Cristina Andrade

Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato

Secretaria de Formação Sindical

João Eudes Anunciação

Secretaria de Redes Municipais

Alex Ferreira da Cruz

Secretaria de Infraestrutura Sindical

Edson Evangelista dos Santos

Secretaria de Organização Sindical

Ana Lúcia Antonia da Silva

Diretora Regional Oeste III

Edna Bernardo da Silva

COLABORADORES

Secretaria Adjunta de Formação Sindical

Sidnei de Oliveira Cardoso

Secretaria Adjunta de Articulação Sindical

Tânia Cristina Crivelin Jorra

Secretaria Adjunta de organização Sindical

Elionai Rodrigues Chagas Witczak

Secretaria de Administração Sindical

Omar Cirino de Souza

Diretor Regional Nortão III

Valdeir Pereira

Conselho Fiscal

Ailton Amorim

Subsede de Sorriso

Edvaldo Aparecido Mazolini

SUMÁRIO

Painel 1: A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas

Gaudêncio Frigotto.....	10
Emir Simão Sader	18

Painel 2: O Currículo Escolar e suas Interfaces com a Formação dos Profissionais da Educação Básica Frente aos Desafios da Escola no Século XXI e o Processo de Mercantilização da Educação Pública

Luiz Carlos de Freitas	26
------------------------------	----

Painel 3: Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso

Luiz Fernandes Dourado.....	34
Bartolomeu José Ribeiro de Souza	46

Painel 4: Conjuntura Política e Educacional

João Antônio Felício	56
Lisete Regina Gomes Arelaro.....	64

Painel 5: O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional

Dalila Andrade Oliveira	70
José Marcelino Rezende	78

Resoluções do XVI Congresso Estadual do Sintep/MT	82
--	-----------

EXPEDIENTE

Gestão 2015 – 2018 Sindicato de luta

Presidente
Henrique Lopes do Nascimento

Conselho Editorial
Jocilene Barboza
Vice-presidente

Miriam Ferreira Botelho
Secretária-geral

Gilmar Soares Ferreira
Secretário de Comunicação

Edevaldo José dos Santos
Secretário-adjunto de Comunicação

Guelda Cristina de Oliveira Andrade
Secretária de Políticas Educacionais

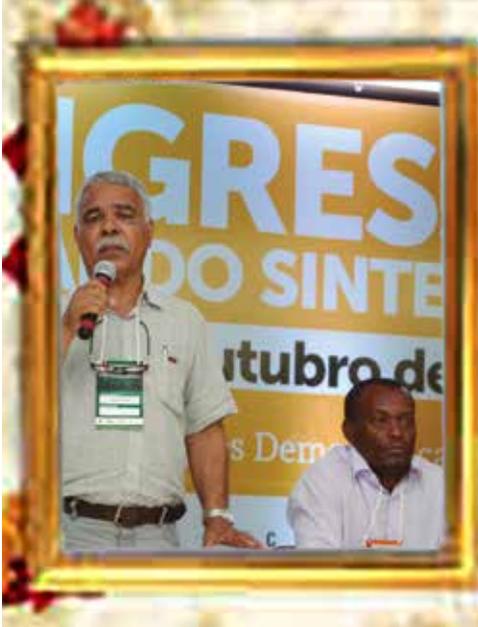
Maria Luiza Bartmeyer Zanirato
Secretária-adjunta de Políticas Educacionais

Produção – Comunicação Sintep/MT
Roseli Riechelmann – MTb 24400/SP
Thalyta Amaral – 0001878MT
Gonçalo Arruda – Designer
Jadson Oliveira – Designer

Contato
Telefones: 65 3317-4300 e 0800-
654343
Fax: 3317-4327

Site: www.sintep.org.br
E-mail: comunicacao@sintep.org.br

Endereço da sede
Rua Mestre João Monge Guimarães,
nº 102, bairro Bandeirantes,
Cuiabá-MT





XVI CONGRESSO
ESTADUAL DO SINTEP/MT
CUIABA-MT, de 13 a 16 de Outubro de 2016

A Função Social da Educação
no Contexto das Relações Democráticas

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi marcado pelo golpe na democracia e a consequente aprovação de “reformas” que retiram direitos da classe trabalhadora. O Sintep/MT luta por mais de cinco décadas pela Educação e não poderia se omitir ao debate diante de um cenário tão perverso como este que estamos vivendo.

O XVI Congresso Estadual de Educação teve como tema “a Função Social da Educação, no Contexto das Relações Democráticas”. Reafirmando a defesa pela Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade Social como direito de todos e todas, debatendo a importância do reconhecimento e respeito às diferenças de gênero e diversidade sexual na Escola Pública.

Nesse Congresso do Sintep/MT, aprofundamos o debate acerca do papel social da escola pública, no sentido de romper com a lógica da escola apenas preparar mão-de-obra para atender as demandas do capital nacional e internacional. Entendemos, que o debate e a reflexão podem contribuir para lutarmos contra os deliberados ataques à classe trabalhadora, que tem como marco potencial a aprovação da Medida Provisória que desmontou o Ensino Médio, fortalecendo a dualidade do ensino no Brasil.

Saimos mais fortalecidos/as do XVI Congresso para a batalha que estamos enfrentando. O atual cenário exige de nós ainda mais mobilização, para que os direitos conquistados através da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras não sejam anulados pelo governo golpista.

Nesse sentido, reiteramos a luta intransigente pela construção de um projeto de sociedade, na qual, todos e todas possam usufruir de uma escola Pública, Laica, Democrática e de Qualidade Social.

Direção Estadual do Sintep/MT



Painel 1: A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas

Gaudêncio Frigotto

Doutor em Educação: história, política e sociedade pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Professor concursado na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Gaudêncio Frigotto*



Acho que os três livros mostram, exatamente, uma história de luta, de conquistas, de derrotas, mas sempre saímos reerguidos. E como nunca, o lema e a síntese do Sintep/MT são atuais. Eu lembrava, uma ideia de *Pablo Benjamin, que dizia que quando o horizonte está difícil, temos que imitar o agricultor, cavar a terra mais funda e lavar a história ou limpar a história para o tapete. Este é um desses momentos.

Mais do que fazermos grandes exposições, acho que o nosso papel neste coletivo, é tentar pensar em que ponto estamos na nossa sociedade no tema que vocês propõem: A função social da educação no contexto das relações democráticas. Podemos dizer que, neste momento, estamos numa função social da Educação, na quebra da institucionalidade democrática. Portanto, é neste contexto que temos que pensar o hoje e o amanhã e as estratégias para podermos enfrentá-los.

Se olharmos mesmo do ponto de vista daquilo que foi o projeto da burguesia revolucionária e a burguesia enquanto burguesia que buscou superar o Estado absolutista, confrontar a própria igreja, na época, foi um projeto do ponto de vista da Edu-

cação progressista. É de lá que vem a ideia da escola ser pública, universal, gratuita e laica. Só poderiam oferecer uma escola universal, isto é, uma escola igual para todos, porque a burguesia não superou a sociedade de classes, mas fundou a nova sociedade de classes. Entretanto, esse ideário nós debatemos aqui até hoje: uma escola pública universal, gratuita, laica. Laica significa que a escola não pertence à igreja, nem ao Estado, não pertence à sociedade.

Portanto, o ideário social, a condição social na escola, se formos buscar uma margem da sociologia da educação, filosofia, pedagogia, até os anos 60, até os anos 50, vamos encontrar a seguinte ideia da condição social da escola e da educação, da educação escolar, especialmente a educação básica: a escola é uma instituição da sociedade que busca oferecer a infância aos jovens, o patrimônio de conhecimento, de cultura, de valores, que aquela sociedade pode construir, até então, para que quando adultos prossigam com a sociedade. Esta é uma ideia clássica da própria sociologia clássica da condição social da escola. Entretanto, essa condição social é disputada nas relações sociais e nós podemos ver ao longo da história – e não só na história, mas em nós - que sempre há relação orgânica entre as relações que se estabelecem

na sociedade, às lutas que se estabelecem na sociedade e os avanços e retrocessos dessa função social da escola.

Não por acaso, houve reduções. Comemoraremos em 2017 os 100 anos da redução socialista. Entretanto, o que interessa aqui é vermos como isso se processou na nossa sociedade. Somos uma sociedade de uma história curta do ponto de vista da história do próprio capitalismo. Se formos à Escócia, veremos na universidade: fundada em 1494. Os portugueses, ainda, não tinham chegado aqui.

E tem muitas histórias sobre a nossa sociedade. Uma delas é que somos uma sociedade eminentemente europeia. Não! De 1500 a 1850, a cada português que aqui vinha, cada europeu que para cá vinha, porque não só os portugueses vieram, vinham seis negros da África. Portanto, somos mais uma nação africana do que europeia. Enfim, essa sociedade que tem uma história curta, como há pouco tempo escreveram um texto sobre o ódio, o contexto do ódio, o nosso grande Luiz Fernando Veríssimo dizia que o DNA da classe dominante brasileira é um DNA que faz golpes ou impõe golpes toda vez que seus interesses estão contrariados, usando as armas ou não usando, diretamente, as armas.

Portanto, é importante pensar: que movimento nós te-

mos nessa luta? E o SINTEP pelo que vimos aqui tem essa marca de momentos de avanços na conquista social da escola, no avanço da função social em formar cidadãos leitores da realidade, sujeitos autônomos que, portanto, possam construir a dupla cidadania. A cidadania política é quando alguém não pensa com a cabeça da Globo ou não pensa com a cabeça para dizer que o problema do Brasil é dos petralhas ou que tem ódio dos mortadelas. Essas palavras são símbolos. Não são palavras. São símbolos de ódio contra as conquistas da própria sociedade, da democracia e dos direitos.

E se olhamos muito rapidamente vemos que no início do século XIX houve uma grande luta pela função social da escola e pela inserção do Brasil, não como um País que tem colônia que foi a luta dos anarquistas e dos socialistas. A Semana da Arte Moderna é a expressão disso. E temos uma ditadura Vargas, que é uma ditadura, a despeito de tudo, nacionalista. Tem heranças importantes, mas, é uma ditadura que faz uma conciliação entre as classes e, também, sobre os períodos mais pecúlios. Do ponto de vista do pensamento social, do pensamento político e do pensamento educacional foi após a ditadura Vargas até o golpe militar, civil e militar de 1964. Ali se criou o cinema novo, o teatro de rua,

avanços na literatura e que de pé no chão, também, se aprende ler.

Paulo Freire, que é o ícone do ódio da Escola sem Partido, produziu um livro que ele o sintetizou, mas é de uma época das lutas camponesas, das lutas pela reforma agrária e pelas reformas estruturais da sociedade. A pedagogia do oprimido é, exatamente, a ideia que alfabetizar não é, apenas, ensinar a juntar as letrinhas. Alfabetizar é permitir que as pessoas façam a leitura no seu contexto e intervenham politicamente no seu contexto para mudar a cara de uma das sociedades mais desiguais da terra, o Brasil.

Portanto, esse período só poderia ser interrompido pelo DNA golpista com o golpe civil militar. O golpe foi do capital. O golpe foi da classe dominante brasileira e os militares parte deles. Mas não podemos atribuir só aos militares que são a mão armada do Estado, mas o golpe foi o golpe da classe dominante. Vinte e um anos, como disse Danilo Tavares no seu documentário: “Um dia que durou 21 anos”. Ele trouxe a cara de quem fez o golpe. Sempre o golpe começa com um discurso moralista e que esse discurso moralista só pode ter efeito se mantém um povo colonizado, a maioria sem escolaridade, a maioria sem o cumprimento da função social da escola.

Em 1964 era um medo do comunismo. Medo que os comu-

nistas matassem quem tinha uma religião. Era o medo da propriedade privada. Pois bem, nesses 21 anos, ditadura é falta de hegemonia; ditadura é a luta. Mesmo que de forma extremamente difícil, mas há luta. E a ditadura teve um fim por contradições dela mesma e por luta, pela violência física e psíquica sobre muitos companheiros e companheiras. As categorias mais violentadas pela ditadura de 1964, pelo golpe civil e militar de 1964, foram trabalhadores e militares. Muitos militares perderam suas patentes intelectuais propriamente.

Então, saímos da ditadura e a década de 1980, especialmente a segunda metade de 80, foi uma grande luta de inverter o sinal. Inverter o sinal contra o entulho antidemocrático violento da ditadura e que ascendeu no Brasil sob o signo de que a educação não é mais social, um direito social e subjetivo, mas educação é um capital, uma mercadoria, algo que se compra. Esta é a primeira forte regressão, retrocesso, na ideia mesmo da própria burguesia revolucionária, que a educação não é um direito social e subjetivo, isto é, de todos e de cada um de acordo, inclusive, com ações possíveis, problemas de saber, deficiência física, etc.

A década de 1980 foi de uma grande mobilização no Brasil. Foi ali que se instituiu o debate da Constituinte, o capítulo

social e econômico na Constituição e, depois, a luta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Nós perdemos na lei, mas não perdemos na sociedade. A LDB foi cozinhada num bloco de poder que assumiu o governo sob a batuta de Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato de Souza, nos congelou durante anos e foi fazendo a reforma que convinha àquele bloco. Registro isto, porque estão de volta. Agora, eles que têm o mérito nas mãos, só que num contexto mais grave, porque é um contexto de um grupo que já tem o acúmulo da década de 1990.

Então, o momento em que nos encontramos é o momento que, também, reage a 15 anos de conquista, não sem problemas. Nos 15 anos dos Governos Lula e Dilma – e aqui quem não reconhece isto não lê a realidade - quem não reconhece os avanços e os problemas? Se não tivesse problemas, não estaríamos no rombo que estamos. Mas quais são os avanços. E aqui quero sublinhar com estas duas palavras: mortadela e petralha, exatamente, ícones muito bem trabalhados pela mídia para ódio aos pobres. E ódio não ao PT. Ódio ao pensamento divergente. O PT é o maior Partido que se criou de esquerda no Brasil, do ponto de vista de base. O que quer dizer mortadela? Eu me criei no campo e sei o que é mortadela. É muito

diferente de presunto defumado. Verdade? E se olharmos no Rio de Janeiro, formos à padaria comprar pão, vem o trabalhador da construção civil e compra 20 pãezinhos e meio quilo de mortadela, coloca dentro e come isso. Mas se ele, daqui a pouco, se torna um técnico, um curso de nível médio de uma escola como o CEFET, uma boa escola de nível médio, que pode ter uma ascensão social, ele poderá, de repente: “Não, vou experimentar essa porcaria do presunto defumado”.

Em suma, o que significa mortadela? Você, índio que estava lá no mato, e, agora, o índio tem o direito de estar no CEFET, teu lugar é o mato; você, negro, que lutou pelas cotas, se organizou - e não só os negros –, seu lugar é a senzala, volte lá; você que conquistou espaços da casa própria; com banheiro dentro de casa, mais um cômodo para os filhos, volte ao seu casebre. Mortadela é isso! Este é o símbolo! Quem não ler isto não está lendo a violência da mídia. Como dizia um antropólogo da Venezuela: “é uma máquina de moer cérebros”. As pessoas falam pela boca do seu dominador. E muita gente, inclusive, dos quadros da gente, falam, vão repetindo coisas que ouvem como se fosse esse o problema fundamental. Mortadela é isso.

Petralha é uma mistura de PT com a Família Metralha. E

o que é a Família Metralha no desenho? São bandidos. E por que, agora, na Lava Jato quando vão aqueles senhores que misturam o fundamentalismo do mercado, o fundamentalismo religioso, que vendem Deus como uma mercadoria barata e fazem fortunas, o que eles falam antes de terem prova? Chefe de quadrilha, quadrilha, sem a mínima prova de que, de fato, lá existe uma quadrilha. No Rio de Janeiro é muito interessante, porque lá se lutou, inclusive, para fazer uma frente e houve um acordo no segundo turno, a Frente das Esquerdas e o Freixo, que é um grande quadro. Qual é a propaganda contra ele? É petralha! No fundo estão traduzindo petralha, exatamente, todo aquele que tem um pensamento divergente ou que tem um pensamento que busca fazer da educação a sua função social. E aqui não só educação escolar, mas educação que se faz nas relações sociais, nos sindicatos, nos partidos que querem mudar a sociedade, na luta, enfim, pela democracia e pelas relações democráticas na sociedade.

A literatura chega antes, às vezes, que a ciência para sentir o que está acontecendo na sociedade. E o Luiz Fernando Veríssimo escreveu vários textos quando lá atrás já começou a perceber a imigração da classe média brasileira para o andar de cima da sociedade da casa grande. Pelo fato

de que pessoas que antes não tinham acesso à educação pública, não tinham acesso a uma série de direitos, agora, estão tendo, inclusive, incomodam porque viajam de avião. Quantas pessoas dizem: “Poxa, agora, tenho que viajar com essa gentalha”. Veríssimo escreve, em 26 de junho de 2015 uma crônica chamada “Ódio”, onde ele diz o seguinte: “O antipetismo começou com o PT”. Óbvio. Como é que você é anti se não existe o que você é anti? Ele continua: “O ódio ao PT nasceu antes do PT. Está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba pelas armas, se preciso for, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for a sigla”.

Este texto foi feito por causa da única entrevista que deu a ex-Presidente Dilma, uma vez na televisão de largo alcance, foi uma entrevista que Jô Soares fez e deixou a Presidente falar. Não falou por ela. E Veríssimo comenta o seguinte, isto que me parece importante, sobre a entrevista: “É inútil tentar debater com o ódio exemplificado pela reação à entrevista do Jô e argumentar que, em alguns aspectos, o Partido dos Trabalhadores justificou-se no poder. Distribuiu renda, tirou gente da miséria e diminuiu um pouco a desigualdade social - feito que, pelo menos pra mim, entra no crédito da contabilidade moral de qualquer governo. O

argumento seria inútil, porque são justamente estas conquistas que revoltam o conservadorismo, o conservadorismo raivoso, para o qual ‘justiça social’ virou uma senha do inimigo”. Este é o ponto que invocamos. E aí gostaria de comentar, assim como o Eudorico fez o esforço para organizar a memória do Sindicato daqui, de Mato Grosso, tão logo começou essa loucura da Escola sem Partido, que temos nos mobilizado com apoio do CNTE, com outras forças da sociedade, para tentarmos entender um pouco mais fundo de onde vem isso. Qual é a gênese disso? Até a década de 1950, 1970, não se falava em capital humano, mas na década de 1980 já se acrescentam outros termos à educação que mostram que do ponto de vista do capital e da classe dominante brasileira a educação já não é um direito social. A educação sequer é um direito de todos. Roberto Franklin de Leão, presidente do CNTE, lembrou que na Veja a Ministra, de fato, da Educação, que é Maria Helena de Castro, disse: “Isso é uma ilusão acadêmica que a escola tem que ser igual para todos”. Então, há um processo que vem de longe e que é incorporado, hoje, a céu aberto.

No texto que eu venho buscar a gênese onde se fundamenta a ideia de Escola sem Partido, na realidade, a escola do partido único, o partido da

suposta irregularidade, o partido da raiva, o partido da raiva do diferente, enfim, pudemos buscar isso no Século XIX, quando um filósofo enciclopedista, dizia que em toda boa sociedade deveria existir dois sistemas de educação, um que nada tem a ver com outro: uma escola longa, rica, com cultura, para aqueles que eram destinados a governar; e uma escola rápida para aqueles que desde cedo deveriam aprender o duro ofício do trabalho. E ele acrescentava: “Isso não se deve cobrar dos seres humanos. É da própria natureza.”. Hoje, não se diz isso!

A Escola sem Partido veio de um processo. Primeiro disseram que a escola pública não era eficiente, porque era má administrada. Foi publicado um livrinho organizado por Thomaz da Silva: Escola S/A. O que é Escola S/A? Escola Sociedade Anônima. Em Londrina, nos anos de 1980, começaram a ter ideia da escola cooperativa. Não mais escola pública. O professor ganharia um montante e o restante ele seria remunerado de acordo com o número de alunos. Aquele professor já estava comprando caderno e lápis para conquistar mais alunos, porque queria um plus. Enquanto avançávamos na luta sindical para combater isso. Naquele momento, tínhamos uma força muito resistente e aquilo foi estancado, mas, em se-

guida, começaram a dizer: “não, a escola vai mal, porque se ensina coisa que não se deve ensinar na escola”. Mas esta é a grande tese da escola separatista: escolas são para ensinar, não têm que educar. A escola, portanto, não tem uma função social. A escola tem que fazer aquilo de forma neutra que os gestores que na ideia mercantil disseram. E aí foram entrando no currículo, mas nós resistimos; foram entrando no conteúdo, nós resistimos; agora, você cale a boca, professor, que eu te amoro.

Por exemplo, um professor de História. Por acaso querem tirar essa disciplina, mas como que um professor de História vai ser neutro? Ou um professor de Química? O método de Química é diferente do método da Sociologia, mas a Química, enquanto decisão social, não é neutra. São os interesses de grupos, de classes, que definem no que investir e no que não investir. Portanto, ao invés de investir em análises que levem à saúde pública, podem investir para matar pessoas. Os agrotóxicos estão aí. Nós consumimos, em média, Mato Grosso que o diga, mas não só, Rio Grande do Sul, cinco litros de veneno por ano cada pessoa, em média. E morre, cada vez mais, gente de câncer, gente mais jovem, etc.

A Escola sem Partido vem dentro dessa gênese que, agora, quer dizer: “não, você não pode

interpretar”. Quando o Brasil completou 500 anos de colonização, isto é, que os portugueses aqui chegaram, eu fui fazer uma fala em uma cidade e dormi em uma pousada que era em cima de um posto de gasolina. Eu espero dormir. Não tinham nem hotel. Era pequena, mas era linda, linda a cidadezinha do interior de Santa Catarina. E era um Congresso da Prefeitura com professores do Ensino Fundamental, sequer Ensino Médio tinha. E fui ler o que as crianças escrevem, uma coisa bonita. Sempre que há uma atividade mais científica na escola expomos os trabalhos dos alunos. E uma menina do final do Ensino Fundamental escreveu o seguinte no cartaz: “Querem nos convencer que o Brasil foi descoberto em 1500. Que vergonha e que mentira!”. Quer dizer, esse professor iria perder o cargo, teve ameaça, porque... é um excelente professor. Não sei se foi de História. Pode ter sido de outra disciplina. Mas vejam vocês, então, que a escola da mordaca é letal, porque ela vai espalhar, como se disse aqui, o medo.

Há poucos dias o Emir Sênior mandou um texto que vale a pena ler, texto erudito do Antônio Cândido, sobre o papel de opressão da Polícia. E a última frase dele tem que ser dita com muita calma, porque querem espalhar o medo em nós. E se temos essa turma sempre, não

podemos ter medo. Se ficarmos isolados, temos medo. Mas a última frase, citando um pensador Alfred de Vigny diz: “Não tenha medo do exílio, não tenha medo da miséria, não tenha medo de sequer da morte. Tenha medo do medo”. Não podemos nos dobrar à lei da mordaca. Nós não vamos dobrar a cabeça, porque imaginem todos nós na cadeia. Aí que vamos ter tempo para pensar em revolução. Eu depois de velho vou aprender a dançar as danças que eu não sei dançar. Vamos fazer de tudo na cadeia. Vamos transformar a cadeia. Ao invés de traficantes, intelectuais que ficam pensando lá.

A reforma do Ensino Médio não é casual. A universidade, de um modo geral, é muito conservadora, não sei se vocês concordam comigo, mas na média e na moda é muito conservadora. Me lembro de uma tese de um professor sobre o currículo de Engenharia, Direito, Administração e Economia das universidades, várias universidades, públicas e privadas, com o título “A gerência do pensamento”. Então, é na sociedade que se forma a nata, muitas vezes, da classe dominante, inclusive, embora, a universidade tenha muita luta, também. Tenha muita gente que analisa, disputa e etc. Mas o ponto estratégico de uma sociedade é o Nível Médio, aliás, nível médio que a burguesia brasileira, antipovo, antinação

e antieducação, negou até hoje no Brasil. Por que negou? Se observarmos, qual é a condição dos Estados, todos os Estados da União, para oferecer o Nível Médio à altura, por exemplo, de um Instituto Federal de Educação? Este é o tipo de Ensino Médio que dá a dupla cidadania ou pode dar a dupla cidadania. Um professor que fica em uma instituição, dignamente, na nossa realidade, remunerado, que dá 14, 15, no máximo, 18 horas/aulas por semana e tem 22 para preparar, ajudar o aluno a pesquisar e fazer o mestrado, fazer o doutorado certo. Qual é a condição do nosso colega de escola pública de Norte a Sul deste País? Trabalha em dois, três lugares para poder tratar os dentes. Eu tenho isto da minha própria vida. Para o professor poder compor o salário, ser casado, ter filhos, aí complica ainda mais.

Não temos o remédio, mas, apesar disto, abraçamos isso. Até porque, nos perguntamos quando o Governo, as forças que colocaram o Governo Lula no poder são forças muito heterogêneas, plurais, etc. O que seria o Ensino Médio para fazer essa travessia e tentar encurtar o caminho e não pegar a educação básica, mas, ao mesmo tempo, dar elementos para ele entender o mundo do trabalho hoje e ser o Ensino Médio integrado uma base de ciência, trabalho e cultura? Não tem nada a ver com for-

mação profissional. Houve uma resistência brutal, mas, exatamente, quando essa ideia estava pegando na sociedade veio uma reforma. E a reforma vai dizer o seguinte: vai ter uma paridade social. Na verdade é uma reforma contra os povos. É interditar um futuro político, de consciência política, de cidadania política a 85% dos jovens que só podem frequentar a escola pública.

Pois bem, essa reforma se diz flexível, a palavra da moda. Ela é, absolutamente, rígida e, por isso, não podemos cair na ilusão de querer remendá-la. O pessoal diz na internet: “Ah, vou fazer emendas”. É tudo o que eles querem. Não tem nada a emendar aí, porque nos deixam emendar aquilo que der a margem, mas não o lucro fundamental. E o que eles não querem abrir mão? Exatamente do lucro daquilo que o Banco Mundial disse que tem que ser pró-partial, rudimentos de fundamentos da ciência, rudimentos da linguagem, rudimentos, enfim, de língua estrangeira, absolutamente, porque só ingleses ensinaram, e que esse jovem seja preparado para ser peão ou, hoje, trabalho simples.

Esse núcleo é o núcleo do governo neoliberal dos anos de 1990. Não por acaso que Magno de Melo e a Guimarães estão afirmando: “já dissemos isso em 1994”. Só que, depois, vieram estragar a ficha, portanto,

volta, agora, um tríplice retrocesso. Essa reforma traz de volta a memória daquilo que sempre combatemos. Regrida a antes dos anos 1953, das Leis de Valência, que era o caminho dos pobres que iam para escola pública e quisessem ascender para uma universidade. O cara fazia industrial, agrícola ou comercial. Quem começava no agrícola tinha que seguir por esse ramo. Ele não podia fazer faculdade em História. Quem fizesse o comercial idem, portanto, não havia a equivalência do Ensino Médio. O Ensino Médio não pertencia à educação básica. E regride como? Agora, ao invés de três nós temos cinco. Os famosos itinerários formativos. Os alunos de nível médio tinham que escolher, a partir do segundo ano, qual o corredor: você vai ser bezerro; você vai ser boi de corte ou você vai ser ovelha negra.

Estamos voltando à década de 1940, gente! O anacrônico que fere o DNA da burguesia antipovo, antinação e antiescola pública. Eu fiz toda minha formação Nível Médio, Superior, Mestrado e Doutorado sobre a reforma da ditadura. O que é a Lei nº 5.692? Não é um palavrão, mas é quase um palavrão. Mas o menino filho de classe popular tinha que já debater no primeiro grau uma iniciação ao trabalho na 5ª série e a profissionalização no nível médio. A reforma traz de volta tamanha e brutal o ensino

profissional obrigatório, porque diz o seguinte: agora, a escola dos pobres não precisa ter professor licenciado. Hoje, nem os estados vão gostar disso, porque vão entulhar naquelas disciplinas coletivas de qualquer coisa e não vão dizer mais do curso.

A PEC 241, congelamento de investimento na Educação por 20 anos e em Saúde. Eu tenho medo que aconteça um dia do cara que perde emprego, porque tem pouco emprego, e vai saber que quem tirou o emprego dele é o fulano. Então, ele vai matando um a um que não tenha currículo para voltar ao posto. Pois bem, então, há um retrocesso à 5.692. Ficou muito mais complicado que a 5.692 essa questão da constitucionalização, porque dá aos estados – e nós sabemos a gestão dos estados vão pelo caminho mais fácil. Qual é a última regressão? O Decreto nº 2.208 do Governo FHC. Então, é um tríplice retrocesso. Desde que você complementa uma ideia que ele tenha a mesma na década de 1970. A ideia é: “Para os pobres têm que ser SENAI”. “Senaisar”: SENAI, SENAC, etc. E que não há, portanto, isso que a Maria Helena de Castro disse: “Não há porque imaginar que isso pode ser igual

para todos.”. Tem gente que não precisa, não deve e não chega a fazer um Ensino Médio unitário, igual para todos, etc.

A pergunta dentro desse quadro é: o que fazer? Temos que fazer, sim, autocrítica, mas creio que há contradições à luta e à perspectiva, se temos uma unidade do que é fundamental. Em uma entrevista que fizeram a Augustinho Neto há muito tempo perguntaram a ele quem era intelectual no contexto da revolução angolana. Ele disse: “Intelectual, agora, é quem está na guerra.” “Mas quem é seu inimigo?” “Muito fácil, quem tem um fuzil apontado contra nós. Inimigo para nós são todos os golpistas e seus adeptos.” “E quem ficar neutro?” “Vai levar tiro dos dois lados?” A dificuldade é como ter neutralidade?

Então, temos que ter uma pauta viva. Concordo com o “Fora Temer”, mas temos que dar um passo além. Se pormos ele fora, quem vai no lugar dele? Acho que temos que colocar: fora Temer, eleição direta já ou coisa parecida, para não sairmos de um golpe e entrar em outro. Temos que abrir os olhos e buscar aquele que pode quando pode. Perguntaram para Agostinho Neto o que era para ele a direita

brasileira. E ele respondeu: “a direita brasileira, no seu pluralismo, tem uma unidade”. Olhem os termos: profunda, substancial e inabalável, sejam eles crentes ou não crentes, os ativistas ou cientificistas, sépticos, etc. A Unidade substancial profunda e inabalável é não permitir ao povo que faça política e construa a democracia.

Neste momento, ouço dizer que temos que voltar àquela unidade substancial de forças mais ampla do que aquelas que nós pertencemos e continuamos pertencendo ao nosso pluralismo. Temos que buscar setores mais amplos, quem sabe até com a palavra, aquela forte à época da ditadura, de uma frente democrática contra o rolo compressor que vem aí. Não há derrota para quem luta, porque podemos ser derrotados em uma luta e no passo seguinte nós conseguirmos alcançar aquilo que buscamos. Florestan Fernandes dizia: “a história não se fecha e se abre sozinha. São os homens e mulheres em luta que abrem ou fecham o ciclo da história”. Mas, neste momento no Brasil, na sociedade, na luta democrática, na luta pelo papel social da educação, estamos em um período de, coletivamente em luta, abrir mais um ciclo da história.

**Doutor em Educação: história, política e sociedade pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Professor concursado na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).*



Painel 1: A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas

Emir Simão Sader

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Filosofia pela USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Emir Simão Sader*

Quero começar com uma breve referência. Eu recebo muitos convites, especialmente de professores. Ontem, eu estava em um congresso de professores de Tocantins; hoje, estou aqui. Sou professor desde quando era estudante. Dava aula em uma escola pública de São Paulo. Recebi um convite que me emocionou, em particular, hoje. Estudantes secundaristas de uma escola do interior do Paraná, Cascavel, pedindo para dar uma aula por skype para eles. Sensacional! Mais de 200 escolas no Paraná. E percebiam a contradição: o Paraná é um dos Estados mais reacionários do Brasil. Na eleição em Curitiba os dois candidatos de esquerda somados davam 10% de votos. As famílias desses jovens não são quem estão formando esses jovens. Inclusive, eu falei para ele: qual o nome da escola? Ele falou: “Presidente Costa e Silva”. Eu fiquei, meu filho, muda esse troço. Se for deixar Costa e Silva, pelo menos, coloca Ditador Costa e Silva. Não é Presidente. Ele falou: “Estamos lutando por isso, mas a cidade resiste”. Então, percebiam, mesmo Cascavel é extremamente reacionária e eles estão fazendo movimento com valor formidável.

Agora, deixe-me aventurar em uma ideia: quem botou for-

miguinha nas cabeças deles não foram as famílias. Foram seus professores. Foi o APP que começou, ontem, uma greve geral dos professores no Paraná. Esse é o papel do professor. Esse movimento dos estudantes é uma vitória deles, da rebeldia, mas é uma vitória dos professores. É uma vitória do pensamento crítico.

Isso é formidável! E vou fazer aula com muito orgulho, com muita satisfação, com muita emoção. No Rio de Janeiro temos ido às escolas dar aula. Essa será particularmente significativa, porque será na Escola Presidente Costa e Silva, mas ocupada pelos estudantes contra a reforma golpista do Ensino Médio e pelo “fora Temer”.

Vou falar de política. O que terminou, agora, foi um período político excepcional na história do Brasil que começou em 2003. Período político como houve o da Ditadura, de 1964 a 1985; como houve o Neoliberalismo, de 1990 a 2002. Esse foi excepcional por várias razões. Primeiro, porque foi o mais nervoso período político da nossa história, o que mais incluiu, o que mais lutou contra a desigualdade em um País que era o mais desigual, o continente mais desigual.

E excepcional porque esteve contra a corrente e porque era absolutamente diferente dos outros. Se alguém tinha a ilusão

de que aquele governo não era diferente, olhe o que estão fazendo agora. Foi derrubado para isso. Como se diz, botaram a Dilma para fora por uma porta e por outra entrou o Fundo Monetário Internacional; por outra porta entrou a Shell; botaram a Dilma para fora por uma porta e, daqui a pouquinho, vai entrar mapa da fome. Essa é a virada radical na história brasileira.

O que aconteceu, basicamente? Primeiro: conseguimos uma vitória, em 2003. Sempre que há vitória, é política, porque antes teve uma vitória em nível das ideias, da luta das ideias. Fernando Henrique e Collor ganharam e convenceram a sociedade que o Banco do Brasil era do Estado, o Estado gasta muito, o Estado gasta mal e fizeram aquele arraso no estado dos direitos. Nós ganhamos por quê? Porque dentro do fracasso deles convencemos a maioria da sociedade que o problema fundamental do Brasil é a desigualdade social.

Lula se elegeu por isso, privilegiou essa luta e o povo brasileiro votou quatro vezes a favor de um modelo econômico de distribuição de renda e de luta contra a desigualdade. Isso foi o fundamental dessa época. Eles reverteram isso por meio de uma campanha monstruosa de manipulação da opinião pública.

Dizem as pesquisas deles, que são muito fajutas, que para

o brasileiro o plano principal do País não é mais questão social. É a corrupção. Vem um juiz, do Supremo Tribunal Federal, com os 41% de aumento no seu bolso, dizer que este País está cheio de bandalheira, como se o povo brasileiro fosse corrupto. Corruptos são eles que por 41% de aumento foram comprados. O seu silêncio cúmplice e covarde é a maior violência política e jurídica da história do País. Nem sequer abriram a Constituição para ver se tinha crime de responsabilidade. Ficaram discutindo a venda de pipoca no cinema. Esses caras acham que o povo brasileiro é corrupto.

Eles ganharam na batalha das ideias, impuseram essa ideia na sociedade e tiveram a vitória política. Esse é o mecanismo fundamental. Temos que voltar a discutir projeto de país cada vez mais. Nas campanhas eleitorais nós ganhamos, porque está aí o que eles fizeram nos anos 90 e está aí o que nós fizemos depois com todos os problemas. Ninguém se ilude que todos os brasileiros melhoraram de vida de uma ou outra maneira. Então, cada vez que tem uma disputa mais ou menos igual, nós ganhamos. Eles perderam quatro vezes, têm chances de continuar perdendo, além do mais, porque o candidato pode ser o Lula. Então, é covardia. Por isso procuraram um atalho para o golpe.

Então, tivemos um período extraordinário de continuidade, estabilidade política, inclusão social, soberania política exterior, privilégio das políticas sociais, privilégio da integração regional do intercâmbio Sul-Sul, resgate do papel ativo do Estado para impulsionar o crescimento econômico e garantir os direitos sociais. Foi isso que fez o Brasil ser melhor do que ele era antes. E, agora, vemos a economia dizer: “A Constituição não cabe no Orçamento”. No orçamento que eles querem botar para fora os direitos das pessoas.

Por isso Ulisses Guimarães dizia que a Constituição é uma Constituição Cidadã, Constituição dos direitos. Eles querem estreitar. Exatamente ao contrário do que diz o Lula. O Lula diz que pobre não é problema. Pobre é solução. Ao dar dinheiro para o pobre ele não vai investir no HSBC, na Suíça; não vai fazer sonegação, não vai especular na Bolsa de Valores. Ele vai consumir. Ele vai gerar uma dinâmica virtuosa de geração de emprego, de geração de imposto e assim por diante. Essa é a dinâmica pela qual nós resistimos à crise de 2008. E é ao contrário do que estão fazendo. Estão usando o desemprego, segundo eles, um variável para controlar a inflação. Quer dizer, eu excluo 1/3 de trabalhadores para ter menos demanda, menos pressão sobre os preços e a inflação tende a diminuir às custas da

miséria das pessoas. Assim é fácil acabar com a inflação. Você concentra renda, exclui uma quantidade enorme de pessoas, então, recessão, desemprego e controle da inflação.

Estão fazendo isso como um programa derrotado nas urnas, porque sempre que houve opção os brasileiros os derrotaram. Com maior ou menor margem, foram quatro vitórias seguidas. Um dos grandes problemas na última eleição foi que todo grande empresariado estava contra o Governo. Eles querem ganhar dinheiro, mas querem ganhar na especulação financeira, na sonegação, no paraíso fiscal. Não querem produzir aquilo que o povo precisa, aquilo que o povo quer. Todos eles estavam na oposição e investiram o dinheiro deles onde? Na caixinha para eleger o governo mais reacionário, o Congresso mais reacionário que tivemos na democracia.

E nós errávamos! Porque nós, do movimento popular, incluindo governos, partidos, movimentos sociais, sindicatos, não fomos capazes de eleger um Congresso, pelo menos, parecido com aquele outro que já era ruim. Na prática, o que acabou com a presidenta Dilma mas não foram os erros dela em relação à política econômica, que foi desastrosa; não foram os erros de coordenação política; não foram erros que se arrastaram desde

antes, democratização por meio da comunicação. Foi a maioria parlamentar que eles usaram para derrubá-la e estão usando para um dos maiores retrocessos sociais da história do Brasil.

Porque, agora, é diferente dos anos 1990. Para eles avançarem têm que tirar o que as pessoas conquistaram. Mês passado já tiraram 900 mil pessoas do Bolsa Família que é uma merreca de dinheiro, mas é para mostrar para o empresariado, para o FMI, que não estamos dispostos ao sacrifício. Sacrifício pelos outros. É pouquíssimo, mas é o leite das crianças todos os dias. Para avançar eles têm que atropelar.

Eles estão tirando o Bolsa Família sem possibilidade, o que é de uma crueldade brutal. É isso que eles estão dispostos a fazer, baseado na maioria parlamentar que nós não fomos capazes de impedir. Não há tradição no nosso movimento popular de eleger bancada para defender a Educação Pública no Congresso. Eles têm para defender a educação privada. Não há tradição para defender a saúde pública e o SUS. Eles têm, a bancada, os planos privados de saúde. E se fez representantes dos trabalhadores rurais no Congresso. Três! E um lobby enorme com o agonegocio. Onde está a bancada de homens e mulheres, movimento negro, movimento jovens?

E esse termina sendo o fa-

tor fundamental pelo qual se está desmontando o Estado brasileiro, desmontando os direitos dos trabalhadores, desvinculando, com exceção deles, os recursos que a Constituição tinha obrigado a destinar para a Educação e a Saúde e que devido à Lei do Teto, estão desvinculando. Não estão elegendo os professores para segurar os direitos à Educação Pública. Não elegemos os sanitaristas, médicos, enfermeiros, para defender a Saúde Pública. Temos que mudar isso, ainda mais agora, que temos a possibilidade de superar o financiamento privado, pelo menos, em grande medida. Esse foi o fator determinante que acabou levando a uma ação que vai ser continuada.

É um golpe, porque não havia nenhuma razão para derrubar a Dilma, e também porque está levando à prática um programa derrotado quatro vezes nas urnas. Mas é isso que está acontecendo. Montaram essa farsa e atrás dela está a operação mais monstruosa, midiática, judicial e policial totalitária de criminalização do Lula e do PT, que não é uma pessoa ou um partido. É a esquerda, que é o movimento popular e o povo brasileiro. Quando eles falam do Lula, não é sobre aquele nordestino que perdeu um dedo na máquina. É alguém que representou um projeto de integração social, de inclusão social. Isso é intolerável. Não querem mais

passar pelo susto que passaram em 2003. Então, inventam as coisas mais absurdas para tentar criminaliza-lo. O Lula aparece na opinião pública como personagem da crônica policial. Não conseguem provar que ele tenha se enriquecido, porque continua a viver no mesmo apartamento em São Bernardo do Campo que vivia antes de ser o Presidente de maior sucesso da história política do País. Aquele lugar está lá. Não tem apartamento em Paris. Nada disso que é imputado a é comprovado. Ninguém disse que ele se enriqueceu. Ele teria ajudado empresa brasileira no exterior. E o Serra que ajuda empresas estrangeiras no Brasil? Esse daí não tem problema nenhum.

Estão desmontando o País pela maioria parlamentar que eles conseguiram impor. E agora? Em primeiro lugar, temos que voltar a discutir o futuro do País. A eleição de 2014 foi uma eleição horrível para o campo das ideias. Praticamente, a única discussão era o medo do retrocesso se os outros ganhassem. Não se disse nada do que se faria no segundo mandato da Dilma. Foi muito pobre e, por isso, nós quase perdemos.

No livro que eu organizei e que publicamos no Rio de Janeiro falo sobre o Brasil que queremos, um conjunto de textos, Boff, Dalton Calabria, Benúzio, para voltar a pensar o futuro do Brasil. Não

é a única maneira. É só uma sugestão. Nós temos que politizar profundamente o debate. Nós perdemos! Um candidato horrível como Aécio teve 51 milhões de votos dos quais 30 milhões, pelo menos, são de pobres, beneficiários de políticas sociais que não tiveram a consciência da razão pela qual melhoraram suas vidas. Fomos incapazes de dar essa consciência para eles logo no nosso conjunto. Então, nós perdemos onde a opinião pública foi manipulada, onde a vida das pessoas mudou tanto que isso não tinha efeito. Da Bahia para cima a Dilma ganhou 70% dos votos e nós fomos vitoriosos. Olha a política social predeterminante. Na disputa da opinião pública com o monopólio brutal do meio de comunicação, nós perdemos e continuamos a perder não por causa do monopólio, mas por causa da nossa incapacidade. O Governo fez a melhor política social possível e nós não fomos capazes de ajudar os beneficiários do Minha Casa, Minha Vida; do Bolsa Família, do microcrédito, a eleger seu representante, a se organizar como força social, como força política. Eles votam, porque sua vida mudou, mas não estão conseguindo como força política, força social e força ideológica.

Nós tivemos retrocessos graves e a escola foi um retrocesso brutal. Perdemos a escola como lugar de socialização dos

jovens pobres. A escola não tem mais nenhuma importância para eles. É chata, ruim, concorre com outras coisas que têm um apelo muito mais forte. Na verdade, perdemos a escola com essa característica. Isso é um retrocesso brutal. Não é um lugar importante na vida dos jovens.

Uns dos maiores avanços que tivemos no Brasil, certamente, foram os Centros de Educação Unificados (CEUs), em São Paulo. Quando vemos essa derrota a primeira coisa que penso é: o que vai acontecer? Os CEUs foram construídos na última periferia de São Paulo, onde, às vezes, era necessário pagar pedágio ao traficante para construir. Mas os Centros, além de ações formidáveis, combinam Educação, cultura e esporte. São abertos à comunidade o tempo todo. Dessa forma recupera o prestígio, o sucesso e as pessoas frequentam. Então, é isso em tempo integral. E, além do mais, o Haddad fez a maldade de instalar universidades no CEUs. É claro que temos intempéries. A Dilma gastou muito em Saúde e Educação. Mas ainda falta? Falta! Falta dinheiro para o SUS e para melhorar a qualidade das escolas. Agora, vamos ver o que vai acontecer com uma joia como essa que foi um dos grandes avanços que tivemos na Educação, mas não é a média das escolas que temos.

E nós temos, hoje, respon-

sabilidades graves. Das iniciativas do Governo, aquela que mais possivelmente podemos derrotar é a reforma golpista do Ensino Médio, que é brutal. Mesmo para o nível médio da brutalidade desse Governo. Ela é imposta por um decreto, sem discutir com ninguém, uma violência na transformação que tenta impedir. Até o Faustão por instruções ou por instinto chegou uma hora a falar: “Esse governo Temer está impondo uma reforma na Educação sem discutir com ninguém”. É uma iniciativa que eles fazem que não é obrigatória fazerem isso. Pelo menos, agora, não é.

É a essência do projeto desviar recursos de políticas sociais para pagar juros da dívida. Isso é fundamental. A reforma educacional pode não ser. Existe uma ideologia na sociedade, parte real e parte falsa, de que a Educação é a salvação da humanidade. Não é! Se educação fosse a salvação da humanidade, a Europa estaria salva, continente com maior nível educacional. Depende do tipo de Educação. Se for Educação de formação, tipo Google, não muda nada. A Educação emancipadora, de Paulo Freire; a Educação que ajuda os jovens a entenderem o mundo, essa sim é fundamental e decisiva. E a palavra Educação, hoje, estatisticamente, para uma parte alta é negócio, business, investimento.

A mobilização anterior dos

secundaristas era para não fechar as escolas. Agora, é diretamente contra a reforma e fora Temer. E os professores em greve! Eu acho que temos aí um vilão fundamental. Nós somos fundamentais por duas razões: primeiro porque trabalhamos com as ideias. Temos o privilégio de trabalhar com ideias. A maioria esmagadora da humanidade tem um trabalho físico, animalesco, reprodutor, desagradável. Nós podemos elaborar, influenciar, mobilizar, sensibilizar, colocar indignação. Então, temos um papel fundamental, neste momento, de retomar a luta das ideias. É a luta das ideias que poderá voltar a mudar o mundo.

Os Estados Unidos são importantes no mundo não pela força econômica, força militar ou força política, mas porque generalizaram, globalizaram, um conjunto de ideias que eles chamam: American way of life, o modo de vida norte-americano. São valores que globalizaram muito, estilo shopping center, marcas, consumismo, estilo Mac Donald's que está na China e está na periferia da nossa cidade. É uma coisa que generalizou. E não há nenhum outro conjunto de valores que disputem com eles. Não são os evangélicos, não são os islâmicos. Eles predominam. Temos que ajudar a nossa sociedade a consumir valores humanitários, solidários, cooperativos. É a hora de fazer, de ajudá-los a fazer isso. Ninguém

faz pelos outros. A esquerda, hoje, está unida no Brasil, só que está isolada em relação à massa da sociedade.

O maior eleitor nas eleições municipais foi o pobre, de periferia, que não votou em ninguém. Ou se absteve ou votou branco ou votou nulo. É triste, mas tem o lado bom: ele não foi cooptado pela direita. Ele se desinteressou, porque não se aproximaram dele com ideias importantes. No Rio de Janeiro, uns dos principais problemas são as barbaridades que se fala do Freixo. A candidatura do Freixo é desconhecida na periferia. Não sabem quem é ele e o que ele propõe. Então, existe uma massa importantíssima a ser disputada na periferia. E nós podemos e temos capacidade e condições para isso.

E a segunda razão é que nós temos a luta contra a reforma golpista do Ensino Médio como batalha fundamental. Que pode mobilizar pais de alunos, famílias e classe média, se conseguirmos difundir a ideia do quanto se perde de conhecimento, de futuro, de socialização, com os cortes que estão postos.

Temos responsabilidades enormes e não só na reforma. Em todas as iniciativas do Governo o nosso papel é entender, detalhar e ajudar as vítimas do Governo a entenderem o que isso afeta na vida delas. Esta é a parte dos professores agora, porque o gra-

ve de fazerem um Governo tão reacionário é que afeta a vida das pessoas. É uma ditadura de outra ordem. Não é uma ditadura que pode impor a censura de qualquer maneira. Temos responsabilidades grandes, enormes, em relação aos jovens e ao conjunto da sociedade, para discutir o significado dessa reforma.

O conjunto de medidas do Governo é escandaloso. Primeiro eles anunciam uma coisa muito grave, depois, diminuem um pouco e parece que tiraram o bode da sala. Aposentadoria aos 70 anos para o homem e para a mulher. Veio aquele canalha do Ministro para tentar justificar e falar: "Os homens não vão tanto ao médico, porque os homens trabalham muito". É o homem que fica grávido; é o homem que dá a luz; é o homem que amamenta e tal para tentar justificar tudo ali. Vão tentar voltar ao mesmo nível, 65, um pouquinho acima da média da vida do brasileira. Terá brasileiro que morreu e a viúva terá que pagar, ainda, porque não chegou a idade da aposentadoria, não cumpriu seu papel de ser produtivo. Teve a péssima ideia de morrer antes. Mas observe a idade com que se aposentaram Fernando Henrique, Temer, Gedel.

Existe uma iniciativa singela, que já foi até transformado em Projeto de Lei, de que tudo que decidirem sobre aposentadoria

tem que valer para eles. É o mínimo. Seria razoável que o que eles decidissem sobre o futuro de todos os brasileiros tivesse validade. Mas nada disso. São aparatos que podemos ter argumentos fortes para debater com a base da população, em relação aos direitos das mulheres, em relação àquilo que não está manifestado.

Porque o maior escândalo do Brasil - e o Brasil, hoje, está povoado de escândalos - é o genocídio dos jovens negros. A Polícia mata todos os dias 8, 10, 12, 15, anonimamente, delegados pela classe média que diz para eles: "Eu não quero esses moleques aqui. Eles são risco." E são mortos. A imprensa produziu a manipulação de fazer com que eles sejam agentes da violência e não vítimas. Então, no Congresso, no pacote de retrocessos está a diminuição da idade de imputabilidade penal. Saiba o seguinte: em democracia com um governo supostamente progressista, no Chile, há mais de 20 anos a idade de imputabilidade penal é de 14 anos. Se um moleque comete um crime aos 15 anos, vai para o presídio para o resto da vida. A sociedade quer que esse moleque seja preso. Pega um dos setores mais frágeis, que são os jovens negros.

Nenhum político brasileiro focaliza esse tema. Por isso os jovens negros têm que colocar; têm que eleger alguém; têm que representar a si mesmos, porque

ninguém vai representá-los. Eles são a maioria dos jovens pobres, aqueles das periferias, que se incorporaram em parte nessa luta e hoje se expressam muito mais na música do que na representação política direta, mas são os nossos alunos. Ou há aqueles que não chegam à escola, não se interessam, chegam e vão embora e, depois, são assassinados na esquina. Essa é a maior monstruosidade em um País cheio de monstruosidades. Temos que colocar tudo isso para fora e discutir aquilo que temos coragem de discutir. O nosso Governo não quer. É um direito ao amor, à descriminalização das drogas, noções básicas para que a juventude se interesse pela política. Não podemos defender a política com essa coisa monstruosa que está aí. Temos que ser instrumentos para discutir em sala de aula essas coisas. A escola sem partido, a influência política dos meios de comunicação. O que a mídia não diz não existe, não existe. E o que ela coloca ênfase é o que interessa.

Em São Paulo, em uma das maiores manifestações contra o Haddad, na Folha de São Paulo disseram: "De cada seis pessoas que o Governo tenta recuperar do craque, quatro voltam, quatro vencidos". Porém, como recuperar seis pessoas de uma coisa tão difícil quanto o craque? Essa manipulação do copo vazio/copo

cheio chegou a esse nível, a essa desumanidade. Resgatar seis dependentes de craque é uma vitória extraordinária. Eles fazem uma demanda. Estão gastando mal o seu dinheiro, porque dos quatro que gastaram dinheiro voltaram para o craque. Está a esse nível a elaboração da manipulação.

Estamos em uma hora difícil. Eu sou pessimista a curto prazo, mas sou otimista a longo prazo. Primeiro, porque é um governo sem nenhuma popularidade, e se não tiver popularidade, não vai fazer economia. Tem que se resignar aos cinco conceitos que o Temer falou, não vai ter popularidade, não vai ter apoio, nada. Eles contam com a maioria do Congresso, contam com os meios de comunicação, contam com o silêncio cúmplice do Judiciário, mas a massa da população está, absolutamente, disponível para tomar consciência do significado desse Governo da luta pelas Diretas e assim por diante.

Eu acho que é um momento importante de virada da nossa política, porque eles vão pagar um preço caríssimo pelas monstruosidades que estão fazendo. Nós temos que derrotar as iniciativas deles. E a iniciativa educacional é aquela que temos mais ao alcance das nossas mãos, porque estamos nas escolas; os shoppings estão mobilizados; a opinião pública é potencialmente muito sensibilizada pela ideia do

direito à educação e assim por diante.

É a hora de resgatar a educação pública. Se é pública, é para todos, como diz a campanha levada adiante pelos empregados da Caixa Econômica. “Se é pública, é para todos; se é privada, é para alguns”. Eles querem uma educação que seja só uma mercadoria. Quando começou a política de cotas a classe média teve um acesso ao igualitarismo. “Ah, meu filho tem superior. O candidato 48 passou na frente dele”. Mas não somos todos iguais dentro da lei? Só que para preparar o filho para entrar na universidade ele usou todo o dinheiro dele para com cursos. Essa hora não são iguais? Chega na hora de estar lá. E a política de cotas é uma vitória extraordinária que tivemos.

O Mais Médicos é um tema para discutir na sala de aula com os alunos. Os médicos cubanos não são necessariamente os melhores médicos que os nossos. Mas são melhores cidadãos. Eles sabem que o médico é feito para cuidar do sofrimento das pessoas. E os médicos formados nas universidades públicas, nos melhores cursos de Medicina, saem

do curso, fecham e abrem consultórios para atender madame e filho de madame. São médicos fazendo curso gratuitamente, pagos pelo imposto dos trabalhadores cujos filhos não chegam à universidade. O mapa dos médicos formados nas universidades públicas do Brasil está longe de onde estão as doenças. A diferença do Mais Médicos foi levar o médico onde as doenças estão. Para nossa vergonha os beneficiários do Mais Médicos dizem coisas do tipo: “Eles olham nos olhos da gente. Eles tocam na gente”. O médico nem chega lá, mas quando ele chega não olha nos olhos e não toca no paciente. Toda medicina é pública. Toda educação é pública e assim por diante.

Esse é um tema fundamental para mostrar que saúde é valor de uso, não é valor de droga; educação. Tudo isso é direito. Não é mercadoria. Mercadoria é aquele que vai abrir o consultório e não devolve nada à sociedade. Este é um tema importante de diálogo.

Como o diálogo sobre as cotas temos que discutir com os alunos, como amplo direito ao amor, a discriminação das drogas.

Temos que levar esses temas para eles para sentirem que a escola é deles não, apenas, porque ocupam a escola, mas os temas deles são discutidos nas escolas.

Estamos em um momento de virada, de virada negativa, mas, absolutamente instável. Esse Governo não tem futuro. Ele tem um passado hediondo, dos anos 90. Estão tentando tirar o futuro dos jovens brasileiros. Estão tentando tirar o direito dos próprios brasileiros decidirem o que querem e comprometerem os próximos 20 anos os recursos da educação e saúde. Temos que usar esse potencial conservador, irracional e cruel como instrumento de consciência da massa da população. E ninguém melhor que professores! Está no nosso DNA, na nossa atividade cotidiana. Nós trabalhamos com ideias. É a coisa mais importante, a coisa mais significativa.

Repito: quando ganhamos a batalha das ideias, tivemos vitórias políticas. Não tivemos atrasos e nem derrotas. Temos que voltar a discutir projeto para o futuro, projeto para a sociedade, para a educação, projeto do País, das novas utopias.

**Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Filosofia pela USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).*



Painel 2: O Currículo Escolar e suas Interfaces com a Formação dos Profissionais da Educação Básica Frente aos Desafios da Escola no Século XXI e o Processo de Mercantilização da Educação Pública

Luiz Carlos de Freitas

Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Psicologia Experimental pela USP e professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Luiz Carlos de Freitas*



O atual momento exige que reflitamos sobre as reformas em curso no Brasil e em especial sobre a reforma educacional em execução. Nunca foi tão necessário vincular nossa atuação profissional às temáticas do nosso tempo. Essa é uma característica da educação e de seus profissionais. O fenômeno educativo não existe fora do seu tempo. Não existe o/a educador/a alheio ao presente, pois sua atuação projeta-se no futuro, recolhe do passado os elementos para entender o presente, recusa a neutralidade estéril. Portanto, para entendermos nosso lugar profissional, nossas lutas, temos que levar em conta os acontecimentos que nós estamos vivendo e contextualizar nossa atuação.

Como falar sobre o currículo da escola, hoje, sem levar em conta a Base Nacional Comum Curricular que está sendo proposta pelo governo? Como falar de formação de professores/as sem, levar em conta a Base Nacional para formação de professores/as? Como ignorar os impactos da presente reforma educacional imposta pela ditadura do mercado que implementa uma reforma empresarial da educação que a joga na mercantilização. Estas

questões, se não forem situadas, nos impedem de projetar a própria luta concreta, seja no curto ou no médio prazo. E que não se pense que tais eventos são distantes e que não nos atingirão em nossa sala de aula. Toda a base jurídica reguladora das relações sociais e profissionais está em cheque neste momento.

Conjuntura e objetivo do golpe

Ao contrário do que alguns/as colegas pensam, nós não estamos frente a uma mera troca de governo motivada pelo combate à corrupção ou ao desgoverno. Nós não estamos frente a um ciclo restrito e curto de políticas públicas econômicas e sociais, que rapidamente se desgastarão porque apenas propõe ajuste fiscal e retirada de direitos. Isso é parte de uma estratégia muito mais ampla, e vai além de um governo provisório o qual cederá lugar, no momento oportuno, a outros desdobramentos que completarão essa estratégia inicial que foi proposta pelo golpe. Portanto, devemos pensar em um ciclo de curto e médio prazo, no qual teremos que lutar duramente contra toda uma concepção radical que visa a desregulamentação social e profissional deixando os trabalhadores à mercê dos desejos das corporações empresariais, de forma que possam maximizar taxas de acumulação de riqueza. E dentro desse ciclo, nós não va-

mos ter apenas um ajuste fiscal, ou algumas poucas medidas de impacto negativo, mas todo um reordenamento que pode trazer grande prejuízo para a classe trabalhadora.

*Como analisa Dowbor[1]:
“Por meio do endividamento do Estado e dos outros mecanismos, gera-se um processo em que o governo, cada vez mais, tem de prestar contas ao ‘mercado’, virando as costas para a cidadania. Com isto, passa a dominar, para a sobrevivência de um governo, não quanto está respondendo aos interesses da população que o elegeu, e sim se o mercado, ou seja, essencialmente os interesses financeiros, se sentem suficientemente satisfeitos para declará-lo ‘confiável’. De certa forma, em vez de república, ou seja, res publica, passamos a ter uma res mercatori, coisa do mercado”.*

Está em pauta, portanto, um conjunto de reformas e entre elas as soluções que privatizam saúde, educação, segurança, o que exige que nós nos aprofundemos, conceitualmente, nas razões pelas quais enfrentamos esse golpe e nas estratégias que ele vai colocar em curso, inclusive para além do governo Temer. Portanto, essa é uma contingência de curto e médio prazo para a qual não

basta apenas indignação, essa nós já temos. É preciso além da indignação, ir a um aprofundamento conceitual, uma convicção conceitual que nos permita esclarecer, debater e mostrar as implicações que têm o caminho que nós estamos sendo obrigados a seguir, que estão impondo ao Brasil nesse momento. Esse é o alerta que gostaria de enfatizar.

Nós passamos muito tempo recusando ver as relações sociais como um processo de luta de classes e agora estamos tendo que aprender com a direita que a luta de classes existe, pois ela está praticando isso declaradamente. Neste processo, classes e frações de classe juntam-se ou se opõem em função de seus interesses econômicos. Esta disputa por interesses tem sido analisada e já emergem os primeiros entendimentos que podem nos ajudar a conhecer melhor o presente momento.

Para Berringer[2], com a política do governo de Fernando Henrique Cardoso, a elite empresarial nacional assustada com os processos de privatização em curso no final de seu segundo mandato migrou para um acordo com os neodesenvolvimentistas, estimulados por Lula, construindo um acordo nacional que envolveu o afastamento deste elite da esfera de sustentação de Fernando Henri-

que Cardoso. Emergiu daí, com a Carta ao Povo Brasileiro, um novo bloco de poder que sustentou os 13 anos seguintes.

Ao longo desse período, a ideia era que haveria um ganhador: ganhariam os trabalhadores, porque com o processo de desenvolvimento haveria melhores salários, e ganhariam os empresários, para não falar dos banqueiros que sempre ganham em qualquer situação, porque a produção também levaria a um faturamento maior por parte das empresas que poderia maximizar seu lucro.

No entanto, durante esses anos todos, o fortalecimento e as mudanças nas cadeias produtivas internacionais e o próprio resultado do pacto interno neodesenvolvimentista que não levou a um aumento da produtividade do trabalhador brasileiro como era esperado pelos empresários, ao mesmo tempo em que o salário médio do trabalhador cresceu, frustraram os desejos de desenvolvimento do empresariado. A baixa produtividade associada às mudanças internacionais, especialmente as que aconteceram depois de 2008 com a quebra dos bancos e o intenso processo de financeirização, levou a elite empresarial que estava apoiando Lula a redefinir os seus apoios e voltar-se para o antigo grupo de suporte às teses da coalisão

PSDB-DEM do governo de Fernando Henrique Cardoso.

As mudanças que seriam necessárias para esta elite recuperar o “tempo perdido” dificilmente seriam aceitas pela população através de um processo eleitoral – as eleições de 2014 provaram que Aécio com teses muito mais brandas, já não conseguira ganhar as eleições. Restou a opção de um golpe jurídico, parlamentar e midiático. Foram usadas como “desculpas” supostas “pedaladas” fiscais do governo e a revelação dos esquemas fraudulentos de financiamento eleitoral que, hoje, sabe-se, atingem a todos os partidos.

Do ponto de vista econômico a proposta do golpe é reinserir a economia brasileira no interior da economia mundial, tarefa iniciada por Fernando Henrique Cardoso. Com isso, o empresariado nacional almeja pegar uma carona nos processos de geração de lucro junto a cadeias internacionais de produção de valor. No entanto, esse processo de articulação da produção nacional com as cadeias internacionais de produção, só é possível se forem postos em prática os ajustes com os quais Temer se comprometeu.

Estas cadeias internacionais exigem livre comércio e uma redefinição do Estado – não só em termos de gastos,

mas também na sua função – de maneira a terem total liberdade para autorregular suas atividades. É por isso que para o governo Temer, o Mercosul regional não interessa, ele cria travas nesse processo de livre circulação mundial. Prefere o Acordo de Livre Comércio de Serviços (TISA, na sigla em inglês) que é um acordo de 26 grandes países que controlam o comércio mundial. E isso inclui a prestação de serviços na área da educação.

Para ser “confiável” o país precisa obedecer a regras internacionais que dão segurança aos grupos investidores e que permitem a ‘intercambiabilidade’ de processos em escala mundial. Isso inclui o livre comércio, não restrições para investimentos, privatização, criação de novos mercados, colocando à disposição das grandes cadeias áreas antes gerenciadas pelo Estado. Necessitam de acesso sem restrições à força de trabalho, ou seja, mudanças na CLT, terceirização, sem o que fica difícil operar segundo as expectativas de rentabilidade em escala internacional. Necessitam da obediência a padrões técnicos internacionais para permitir que haja um planejamento global do processo produtivo com menor custo. E essas medidas só podem passar recorrendo-se a um golpe, porque se for por um processo de eleição, não são apro-

vadas, como se viu com Aécio. Portanto, só um golpe conseguiria firmar essas medidas que são mais duras. Daí o nome “travessia” dado à proposta golpista pelo PMDB.

A contradição entre instruir e explorar

Seria importante chamar, agora, atenção para um segundo bloco de motivações do golpe e que tem implicações não menos importantes para o entendimento da educação atual. Trata-se de algo já alertado há muitas décadas por Marx. Ele dizia que o próprio desenvolvimento das forças produtivas exigiria criar um/a trabalhador/a um pouco mais instruído/a para dar conta dos processos de automação industrial.

Essas exigências vão sendo postas em prática pela própria reestruturação produtiva. Mas note o que acontece, cria-se uma contradição. O capital que sempre negou instrução à classe trabalhadora, porque com trabalhadores mais instruídos fica mais difícil justificar a exploração, pois tem que lidar com uma pessoa mais bem informada, com mais capacidade de crítica, vê-se, agora, na contingência de ter que instruir um pouco mais para poder explorar mais, fazendo uso de altas tecnologias envolvidas nos processos de reestruturação produti-

va.

Acendem-se todas as luzes vermelhas: “como fazer para distribuir um pouco mais de escolarização, sem correr o risco de elevar a capacidade de análise do povo, a capacidade de pensamento, e evitar que o povo comece a entender a lógica desse sistema insano, que promove a miséria em uma ponta a custo da acumulação da riqueza na outra? Esse é um dos dilemas contemporâneos do capitalismo, ou seja, a escola passa a ser um local disputado pelo capital, e essa disputa está colocada hoje para nós e já estamos começando a sentir isso através das ações que estão se desenvolvendo nas reformas educacionais atuais – em escala mundial.

A disputa pela escola

Os empresários resolveram disputar a escola. A primeira característica deste movimento de reforma é a privatização da gestão das escolas. Colocar a gestão da escola em mãos privadas, nas mãos de organizações sociais, ou apoiar a própria escola privada com mantenedora própria, permite um maior controle dos processos administrativos e pedagógicos da escola, no plano do controle da instituição escolar. A segunda iniciativa diz respeito a padronizar o processo educativo através de Bases

Nacionais comuns obrigatórias. E a terceira ação refere-se ao incentivo para que se controle o trabalho do professor em sala de aula convertendo cada aluno e pai de aluno em um fiscal do que o professor faz na sua sala de aula, com o projeto Escola sem Partido.

Se pelo campo da privatização controla-se a gestão da escola, pelo campo do “escola sem partido” chega-se ao interior das salas de aula, mobiliza dentro da sala de aula os estudantes mais conservadores e seus pais contra o/a professor/a. Essas ações: privatização, padronização e o Escola sem Partido, são produto de um mesmo movimento de controle político e ideológico da escola. Estão associadas e visam disputar o terreno da escola de maneira a poder dar umas gotinhas a mais de instrução sob controle, sem correr o risco de que isso possa elevar a formação crítica dos nossos estudantes. Isso está na base do golpe.

Esse movimento, portanto, traz de volta para dentro da educação aquilo que nós já criticamos desde 1980, ou seja, o enfoque do “tecnicismo”. Só que lá em 1970, 1980, o tecnicismo não tinha uma base tecnológica adequada para estabelecer todas as suas teses. Hoje, ele volta com uma nova base tecnológica e, portanto, com mais capacida-

de de intervir dentro da sala de aula e dentro da escola.

Responsabilização, avaliação e meritocracia como instrumento de privatização

É sempre bom olhar o que aconteceu nos países que já passaram, ou que estão passando por essas mesmas mudanças que nós estamos passando no Brasil. Primeiro, note-se que a política educacional está sendo internacionalizada e falam mais alto na condução dessa política organizações internacionais como, por exemplo, a OCDE, Organização para a Colaboração e Desenvolvimento Econômico. Esta política tem três categorias que explicam a sua operacionalidade. Primeiro, é baseada na responsabilização da escola pela obtenção de certos índices em exames nacionais. Responsabilização que é seguida de meritocracia: você responsabiliza e depois pune quem não conseguiu obter aquilo para o qual foi responsabilizado, ou dá uma premiação para quem conseguiu obter. Meritocracia e responsabilização são duas categorias que são a porta de entrada para a privatização, por elas você define quem será privatizado ou não em um determinado momento, e isso vai depender do atingimento das metas que foram estabelecidas.

Essas três categorias ope-

ram de uma maneira articulada nos exemplos da política educacional dos Estados Unidos, do Chile e em outros países que usam o mesmo modelo de funcionamento para a educação pública. O núcleo disso é a padronização. Na visão desta proposta dos reformadores empresariais, tudo começa pela definição das competências e habilidades a serem ensinadas, tudo tem que começar com uma padronização, porque sem a padronização não é possível responsabilizar a escola, e sem responsabilizá-la não se pode definir o mérito.

Este é o sentido que têm as bases nacionais comuns. O currículo nacional é entendido como um conjunto de objetivos que contém competências que constituem uma matriz de referência, a partir da qual faz-se um exame nacional censitário para aplicar nas escolas e avaliá-las. Essa é a visão tecnicista que está sendo utilizada nesse momento na elaboração da base nacional curricular. Nós não somos contra uma Base Nacional que sirva de referência, mas nós somos radicalmente contra uma base nacional que seja feita para responsabilizar, avaliar e em seguida privatizar.

Fixado o que tem que ser ensinado, surge a necessidade de se fazer também uma base nacional que defina como se

forma professores/as. Novamente, uma base nacional para controlar as agências formadoras de professores/as em âmbito nacional.

Complementa esta proposta o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica que tramita no Congresso Nacional, e que prevê exames dos/as professores/as recém-formadas/os e em exercício.

Mas não para aí, controlar o currículo, a formação dos/as professores/as, leva também ao controle do próprio material didático utilizado pelas escolas. Este processo de padronização garante controle sobre o conteúdo e método do processo escolar, que associados à Escola sem Partido, fecham o cerco sobre o professor e a escola – especialmente na escola administrada por organizações sociais.

Anteriormente, não havia uma base nacional obrigatória e isso fazia com que o material didático fosse preparado no âmbito dos estados. Com a base nacional, 60% do conteúdo das escolas em âmbito nacional, passa a ficar definido previamente, motivando a atuação de grandes corporações educacionais na produção de material didático. Um mercado fantástico que se abre para as grandes corporações.

A lógica dos negócios na educação

A lógica desse sistema é

que a privatização é necessária porque a qualidade da educação melhorará se houver concorrência entre as escolas. É a mesma lógica do mercado que é transferida para dentro da área da educação equivocadamente. Se lá no mercado é normal que tenhamos ganhadores/as e perdedores/as, esta, no entanto, não é a lógica da educação na qual só pode ter ganhadores/as. Portanto, a lógica dos negócios não é transferível para a área educacional. E esta transferência rompe aquilo que é fundamental para o processo de educação dentro das nossas escolas, a colaboração, porque ela instaura a competição entre professores/as, entre escolas, supondo que essa concorrência seja saudável para o aprimoramento da qualidade da educação.

A lógica do controle e da mercantilização implicam, igualmente, em um processo de expropriação do/a professor/a, expropriação do seu trabalho vivo e sua conversão em trabalho morto dentro de sistemas de aprendizagem informatizados. Esse fenômeno já era conhecido em outras profissões. Muitas profissões desapareceram na medida em que o processo de transferência de trabalho vivo foi sendo acumulado no interior de sistemas informatizados. O tecnicismo dos anos 80, embora tivesse essa presciência, não tinha

tecnologia para fazer isso. O tecnicismo de hoje, tem tecnologia para desenvolver tais sistemas.

O controle da formação do/a professor/a e do material didático, associado aos processos de privatização da gestão já estão sendo ensaiados em Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal. A privatização ocorre pela utilização de vouchers, através de um vale que é dado aos pais, mensalmente, para pagar a escola que ele escolher para seu filho – normalmente privada. Ocorre ainda, pela transferência da gestão da escola para organizações sociais, que estamos vendo ocorrer em Goiás.

Esses são os mecanismos que estão sendo utilizados no Chile, nos Estados Unidos e em vários países os quais apostaram na concorrência entre escolas para melhorar a qualidade da educação, punindo as que não melhoraram neste processo de disputa. Nenhuma dessas estratégias foi bem-sucedida. Em todos os países onde ela foi utilizada, elas produziram um aumento da segregação escolar. Ao contrário das promessas que fizeram sobre a redução das disparidades escolares entre ricos e pobres e do aumento de qualidade, obteve-se o inverso.

O Chile é hoje, depois de 30 anos dessas políticas, um dos países mais segregados do mundo, do ponto de vista esco-

lar. Os Estados Unidos, país que prometeu desde 1984 que a privatização iria diminuir a brecha entre estudantes ricos e pobres, aumentou-a de 26,2 para 31,2 pontos. Nenhum deles cumpriram a promessa de maior equidade na educação. As consequências associadas a isto são claras na literatura: a destruição da escola pública e a destruição do magistério público.

Escola pública de gestão pública

Até agora a educação pública, gratuita laica e de qualidade era uma bandeira que nos distinguia, hoje não é o suficiente para nos distinguir. É preciso exigir a educação pública com gestão pública. O que está em jogo é um assédio à escola pública destruindo-a com a privatização. Nós temos que ser contra a privatização através de vouchers e a privatização através de transferência de gestão para as escolas de organização social.

Uma bandeira importante de luta é a gestão democrática das escolas. As Organizações Sociais (OS) temem a gestão democrática, porque não são geridas democraticamente. E se elas tivessem que adotar a gestão democrática, perderiam o controle sobre o processo. Portanto, nós temos que aprofundar a discussão da gestão democrática das escolas como um antídoto para os processos de privatização.

A forma de atuação que promete ser a tônica do atual governo federal pode ser vista com a edição da portaria de educação integral no ensino médio. Essa portaria estabelece que “existirão 572 escolas de tempo integral financiadas pelo governo federal”, desde que melhorem no ENEM. Depois de três anos podem perder financiamento do governo Federal se não estiverem 15% acima do que estavam no ENEM quando começaram a receber financiamento. Esse é o jogo que o governo fará. Isso, nós não conhecíamos no Brasil até agora. A reforma empresarial caminhava por alguns estados e pelos municípios, pelos governadores e pelos prefeitos, mas com recursos deles, sem apoio formal do governo federal. Agora, essas ideias serão apoiadas desde o governo Federal. O recurso federal será condicionado a que estas ideias sejam aplicadas. Os impactos, portanto, serão cada vez mais sentidos por nós.

Impactos na profissão docente

Para a profissão docente, os impactos mais importantes serão, provavelmente, a desqualificação da preparação profissional e da profissão e a expropriação do trabalho do professor, transferindo-o para sistemas informatizados. Além disso, devemos nos preparar

para uma série de dispositivos legais que procurarão tirar a estabilidade do emprego do servidor público.

Deverão aparecer organizações como as existentes nos Estados Unidos, conhecida por Teach for America, que preparam “professores/as” para atuar em escolas em cinco semanas. De fato, já funciona no Brasil uma filial desta organização, conhecida como Ensina. A rotatividade de professores/as torna-se brutal, destruindo o magistério público, pois estes “monitores” que assumem não ficam na profissão, migrando para outras assim que podem.

Para flexibilizar as agências de formação profissional, introduzindo organizações como estas, será necessário que se caminhe para processos de certificação profissional, cujo protótipo está sendo debatido neste momento no Congresso com o nome de Exame Nacional do Magistério da Educação Básica – ENAMEB.

Resumindo

Em resumo, a proposta destas reformas é criar um mercado educacional, com a crença de que a dinâmica entre padronizar, avaliar e responsabilizar meritocraticamente os agentes da educação, conduzirá à melhoria dos índices educacionais, pela concorrência que impulsiona a disputa pelas recompensas

meritocráticas (para evitarem-se as punições).

Tudo acontece como se estivesse em jogo garantir direitos de aprendizagem. A pressão da concorrência gera processos verticalizados e autoritários de controle sobre as escolas e seus atores. Tais processos vão redesenhando e fortalecendo a internalização da exclusão por dentro do próprio sistema educativo, justificados pelo desempenho do aluno em testes estreitos vinculados a “matrizes de referência” que passam a definir o que se entende por “boa educação”.

Os professores vão sendo responsabilizados e tendo seus rendimentos vinculados a processos de pagamento por bônus de mérito ou por valor agregado (quando uma parte de seus salários depende diretamente do resultado dos estudantes nos testes). A gestão das escolas vai igualmente sendo responsabilizada, podendo ser objeto de intervenção externa (pela troca dos profissionais da escola, por sua conversão em escolas administradas por organizações sociais ou mesmo seu fechamento). As variáveis externas às escolas responsáveis por até 60% do desempenho dos estudantes, vão sendo secundarizadas. Aos olhos do senso comum, a reforma vai se consolidando

como uma ação destinada a proteger as crianças e a penalizar o descaso do serviço público para com elas. A gestão privada vai se firmando como modelo de referência.

Os empresários vão tomando a educação nas suas próprias mãos e afastam os educadores profissionais dos processos decisórios. Os empresários passam cada vez mais a interferir na formulação da política, através de uma malha de Fundações privadas, Institutos e técnicos de agências.

É importante enfatizarmos que embora a estratégia de implementação da reforma empresarial seja flexível e variada, sua destinação não é melhorar a gestão pública mas visa, como último objetivo, liquidar a educação no âmbito da esfera pública e transferi-la para o controle direto do livre mercado. A inserção dos sistemas públicos de educação em processos de competição mercadológicos, não é uma forma de tentar melhorar a educação pública, mas de destruí-la.[3]

Resistência com base

Neste quadro desfavorável, é importantíssimo que se organize uma resistência a estas ideias. Devemos ter aprendido, entre as lições do golpe, que

nossa luta, para ser forte, necessita estar ancorada em amplas bases de apoio. A resistência na área da educação não pode ser organizada de forma diferente.

Uma das características do golpe é a proposição de medidas que enfraqueçam e/ou eliminem os sindicatos, portanto, devemos também cerrar fileiras em torno a nossas instâncias representativas e organizativas, fortalecendo-as como mecanismo de coordenação estratégica das lutas.

Além disso, cada professor/a deve ter consciência do que estas ideias representam para o futuro de nossas crianças, para o futuro da educação pública e do próprio magistério público. Cada um/a deve saber porque lutar e como fazer de seu espaço de trabalho um front contra estas ideias. Somente seremos bem-sucedidos na condição de que cada professor/a, cada estudante, cada gestor/a, cada pai e mãe de nossos estudantes se somem a esta resistência.

Isto é possível. Assim se organizam hoje as forças contrárias a estas ideias nos Estados Unidos e no Chile ou em outros países vítimas deste processo. Assim estes povos têm conseguido enfrentar estas dificuldades e lutar por um sistema público de educação com gestão pública. Uma luta longa e dura nos espera.

**Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Psicologia Experimental pela USP e professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*



Painel 3: Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso

Luiz Fernandes Dourado

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor aposentado e conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Luiz Fernandes Dourado*



temática proposta é muito importante no cenário atual, que é discutir o Plano Nacional de Educação por decorrência dos Planos Estaduais e dos Planos Municipais. Vou fazer uma explicação geral a respeito do Plano Nacional de Educação, seus desdobramentos; pontuar muito na análise da conjuntura no cenário atual que estamos vivenciando, na realidade brasileira, com dinâmicas que sinalizam uma perspectiva de grandes retrocessos na agenda nacional mais ampla e, sobretudo, dos direitos sociais. Se olharmos para o campo nacional, certamente veremos na esteira desse movimento em direção à perda de direitos, coloca-se, também, um conjunto de bandeiras construídas historicamente por nós, Profissionais da Educação, no tocante a uma Educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade.

As nossas perspectivas e os nossos horizontes devem ser horizontes da luta política que travamos, historicamente, e que tanto têm sido bandeira do SINTEP/MT quanto da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que é de pensarmos que qualquer alternativa, qualquer saída política ou aquilo que nos unifica e garante uma convergência da nossa luta, independente se somos professores, se somos funcionários, técnicos especialistas. Quer dizer, enquanto diferen-

tes Profissionais da Educação, há um horizonte muito claro que é o de defesa da Educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social. Quando falamos de perda de direitos estamos falando, exatamente, de ameaças muito direcionadas para o campo educacional. O cenário que nos avizinha é um cenário de necessária articulação da política, de um processo de formação. É um processo de formação que deve, cada vez mais, nos levar a ter uma aliança enquanto profissionais da educação, debatendo essa agenda, mas, mais do que isso, lutando para que essa agenda emancipatória não venha a sucumbir face aos graves prejuízos impostos à sociedade brasileira.

É importante falar sobre o Plano Nacional de Educação, mas pensando em um Plano Nacional na sua intersecção com os planos estaduais e com os planos municipais; pensando no movimento que foi feito pelo Estado de Mato Grosso, inclusive, na perspectiva do Plano Estadual de Educação em vários de seus municípios. Mas, também, chamando a atenção para a importância política da ação deste Sindicato em direção a essa perspectiva ampla da educação nacional, dessa agenda nacional. Muitas das questões travadas nacionalmente encontraram um laboratório extremamente fértil em Mato Grosso. Nessa relação dos planos de Educação e a democratização da Educação, particularmente, mas textualmente, focalizando a democratização da Educação Básica e chamando

atenção para as tendências e os desafios colocados. E nessa perspectiva dos desafios tentamos sinalizar alguns elementos para nossa agenda política em termos da perspectiva da nossa formação do exercício de pensar, de existir e, obviamente, transitar no campo das políticas educacionais.

Nesse sentido, eu já faça uma marcação política chamando atenção para a concepção de Educação, porque a concepção nos leva, nos direciona, se for uma concepção mais ampla, a uma concepção mais ampla de mundo, de homem e de sociedade. Gaudêncio Frigotto tem uma definição que sinaliza a educação como constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas. Se articularmos essa definição do Frigotto com a fala do Paulo Freire, que coloca que Educação é ato político, mas que é mais do que ato político, é ato político partidário no sentido de tomar partido face a uma concepção de mundo, de homem e de sociedade, mais claramente vamos descortinando a importância de cada um de nós na articulação enquanto unidade escolar, portanto, com os estudantes, com os pais, responsáveis, pensando, sobretudo, mas não somente, na importância e na centralidade da Educação Pública.

Farei, apenas, uma rápida contextualização do cenário político. Não precisam, apenas, ter a clareza de que há uma sinalização por perda de direitos. É preciso identificar quais são os movimentos que estão nessa direção, os

quais preciso conhecer como, por exemplo, a PEC 241, porque ela limita o horizonte dos direitos nas sinalizações que trazem o congelamento de salários e, a médio e longo prazo, inclusive, perdas constitucionais muito significativas, dentre elas a vinculação constitucional de recursos. No caso da PEC 241, a médio prazo, a maior perda que será, extremamente, significativa se não conseguirmos avançar na luta política. Mas eu aposto na luta política. É importante que essa discussão seja feita no âmbito da nossa categoria, mas é importante que ela seja uma discussão para toda a sociedade, que toda a sociedade veja quais são os riscos que estão postos; quais são as implicações dessa PEC 241; quais são as implicações das alterações ocorridas no tocante à exploração do petróleo no Brasil, particularmente a questão do Pré-Sal, como isso vai repercutir na luta política que estabelecemos em uma perspectiva de garantir que os royalties fossem direcionados para a saúde. Quer dizer, são essas questões estruturais que estão postas. É da Agenda.

Essas discussões afetam o campo das políticas sociais. Estamos vivenciando um cenário que é de retomada do Estado mínimo, mas o Estado mínimo no tocante às políticas públicas, às políticas sociais, mas é um Estado máximo se considerarmos que essas políticas que tiram direitos da classe trabalhadora do Brasil se voltam, obviamente, para a tomada de recursos para uma lógica de pri-

vatização, de terceirização e até, como já está ocorrendo no caso brasileiro, de financeirização na Educação no campo das políticas sociais. Então, são questões extremamente significativas. Mas, além disso, estamos tendo um conjunto de refluxos na Agenda Educacional com medidas por meio de portarias e resoluções, as mais diversas. Para se ter uma ideia, hoje, apareceu uma portaria que abre a possibilidade de redução de vagas nas instituições federais públicas. Aliado a isso, nós temos vários movimentos. E um que já foi objeto de discussão diz respeito à Medida Provisória 746/16 no tocante, sobretudo, à reestruturação do Ensino Médio e do impacto disso na Agenda da Educação Brasileira e no esforço político que foi encaminhado a partir da Emenda Constitucional 59 que ampliou o nosso horizonte quanto à Educação pública obrigatória no Brasil.

Quer dizer, até 2009 nós tínhamos a sinalização na nossa agenda política, inclusive, constitucional uma Educação obrigatória focalizada no Ensino Fundamental. A partir de 2009, da Emenda Constitucional 59 de 2009, saímos dessa educação focalizada para uma ampliação. Essa foi uma medida, digamos, estrutural para a Educação brasileira sair da Educação Básica obrigatória focalizada só no Ensino Fundamental, que já no início do Governo Lula passou de Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, para uma Agenda de uma Educação Básica Obrigatória de 4

a 17 anos. Se considerarmos que temos, hoje, mais de 50 milhões de estudantes na Educação Básica dos quais 30 milhões estão no Ensino Fundamental. Só por essa primeira aproximação em termos dos dados dá para ver que existe um descompasso muito grande entre o que vem antes do Ensino Fundamental, portanto, no tocante à democratização do acesso e permanência da educação de 0 a 3, mas, também, de 4 a 5 e, sobretudo, no Ensino Médio quando temos uma geração que não está inserida no processos de trabalho, mas, também, não está inserida nos processos formativos do Ensino Médio. Temos, também, um desafio significativo no tocante ao Ensino Fundamental, tendo em vista os processos de evasão que demarcam esse cenário. Então, pensar no horizonte dos direitos é proclamar em alto e bom som a importância política desse movimento de flexão radical na história da educação brasileira que foi a saída de uma educação básica obrigatória focalizada no Ensino Fundamental para a educação de 4 a 17 anos. Entendemos, ainda, que essa Emenda Constitucional, não apenas definiu qual seria esse novo escopo da Educação Básica obrigatória, mas definiu que a sua universalização deveria ocorrer até 2016.

Há um esforço, uma luta política. Se pegarmos os indicadores da Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, temos grande dilemas, no tocante à universalização do Ensino Médio.

Mas, também, de 4 a 5, sobretudo, de olharmos essa realidade no Brasil que, é uma realidade desigual e combinada. Ao mesmo tempo que nós temos o maior advento tecnológico, os aparatos tecnológicos, convivemos com o trabalho escrevo. Quando falamos das questões de assimetrias, elas não são apenas regionais. São assimetrias regionais, mas são assimetrias estaduais; elas são assimetrias municipais e elas são assimetrias institucionais. Então, pensar em uma agenda, sobretudo, em uma perspectiva de uma política de inclusão ligada a uma agenda mais ampliada do que essa de, obviamente, avançarmos em uma perspectiva de maior inclusão, de maior distribuição de renda, para dizer que a nossa luta pela Educação pública, gratuita, democrática, laica é de qualidade deve estar articulada a essa agenda mais ampla, até porque ela interfere na agenda específica dos Profissionais da Educação.

Esta é a primeira parte, chamando atenção para os movimentos que estão postos e como esse processo dito de globalização é contraditório e, particularmente, grande parte do processo de globalização ou de mundialização tem se efetivado em uma agenda de redução dos direitos sociais. Então, a lógica que, hoje, está se configurando na realidade brasileira é uma lógica que vimos criando desde 2003 em uma perspectiva diferenciada. Ainda que tivéssemos muitos limites nas políticas que foram imple-

mentadas, mas estamos tendo, agora, uma inflexão na agenda dos direitos sociais e das políticas educacionais sem precedentes. E essa mudança altera o jogo das forças sociais; altera os processos de formação da dinâmica, da compreensão de mundo, de homem, de sociedade. Mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de forma contraditória, ela permite a emergência e a dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estrutura de poder, acomodações, tensões e novas dúvidas. É nessa perspectiva e com um pensar judicial que eu quero falar um pouco mais dos desafios postos na discussão dos planos decenais de Educação no tocante à Agenda das Políticas Educacionais no Brasil, entendendo, como diz o Yang, que é nesse palco da história que nós devemos transitar.

Portanto, a situação que, hoje, se apresenta de sinalização de perdas dos direitos, deve nos levar a uma movimentação na contraposição a essa lógica. É por isso que paradoxalmente um horizonte que se apresenta como perda de direitos pode potencializar uma articulação política, uma movimentação ainda mais abrangente, uma convergência do entendimento daquilo que é fundamental. Mas se considerarmos a nossa atuação como Profissionais da Educação, sobretudo, as nossas diferentes jornadas, os processos de trabalhos que efetivamos, precisamos avançar em uma unificação de agendas, coisa que historicamente vimos transitando, construindo, nos di-

ferentes espaços e, sobretudo, no movimento sindical. E uma grande agenda é pensar os planos decenais, tanto o Plano Nacional como o plano estadual e os planos municipais como epicentro para as políticas educacionais. É a defesa dos planos decenais da Educação e ela se articula a essa luta política mais abrangente.

Primeiro, porque o Plano Nacional de Educação foi objeto de grande disputa nacional. Não por acaso, tramitou por quase quatro anos no Congresso Nacional e recebeu 3.900 mil emendas. Não por acaso, ele movimentou a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, nessa movimentação nós tivemos no campo educacional avanços substantivos que eu gostaria de sinalizar como, por exemplo, a Conferência Nacional de Educação Básica, de 2008; as Conferências Nacionais de Educação Básica de 2010 e de 2014. Por que estou chamando atenção para as Conferências Nacionais? Tive a satisfação de coordenar a elaboração dos documentos dessas conferências e, a nossa luta de retomar os documentos tanto da Conferência Nacional de Educação Básica e 2008, sobretudo, da CONAE 2010 e 2014, é fundamental, porque lá estão as grandes questões e concepções que norteiam a nossa Agenda Política. Este é, apenas, um exemplo que aliado, articulado, a este movimento que é de pensar um Plano Nacional de Educação, foi amplamente debatido e tivemos muitas vitórias na discussão do Plano, em que pesem, certamen-

te, também, as derrotas que ali tivemos. Mas na conjuntura política atual, o Plano Nacional de Educação deve ser considerada a nossa luta para que ele seja o epicentro das políticas educacionais. É óbvio que se aprovada for, por exemplo, a PEC 241 ela vai andar na contramão disso. Devemos estabelecer a luta contra a PEC 241, mas não perder de vista que o nosso foco deve ser dentro de um alinhamento do Plano Nacional de Educação.

Nas três primeiras metas do Plano Nacional de Educação salta os olhos a Educação Básica na sua totalidade e a sua universalização até 2016. Então, este é um elemento de luta política que encontra respaldo, inclusive, em um Plano Nacional de Educação. Ao mesmo tempo, sabemos que uma discussão das políticas educacionais existe um horizonte entre o que foi a proposição do Plano Nacional de Educação; quais foram as disputas que ali se colocaram; e existe o momento seguinte que é o da materialização. Entre a proposição e sua aprovação enquanto lei, que é o Plano Nacional de Educação, nós tivemos, quase quatro anos de embates no âmbito do Congresso Nacional. Mas, agora, é o momento de estarmos atentos para a materialização, ou seja, como a Lei com as suas 20 metas e as suas estratégias serão implementadas; como essas questões estão colocadas; qual o alcance que vamos ter, por exemplo, sobre direitos e objetivos da aprendizagem. Essa é uma questão que está em

xeque. Não que não estivesse na agenda. Ela já estava. Só que sofreu uma inflexão conservadora muito grande, porque aliada a essa discussão apareceu a escola do partido único. A Escola sem Partido não é outra coisa senão a escola do partido único. Por quê? Se olharmos para a Constituição Federal e, sobretudo, os seus artigos 205 e 206, vamos encontrar ali a munição para defender uma escola plural sob o ponto de vista pedagógico, a riqueza, as intersecções em termos de pesquisa formativas. Precisamos lançar mão dos avanços que tivemos no âmbito da Constituição e do Plano Nacional para essa agenda política. E, certamente, em um conjunto da Agenda, pensando particularmente a Educação Básica e até reportando à Educação Básica obrigatória, não devemos esmorecer nessa luta. E isto implica em fazermos valer, também, no âmbito da materialização, ou seja, do Estado em ação. E aí não é Governo, é Governo do Estado pensando nessa articulação sociedade civil e sociedade política; pensando nos diferentes movimentos, inclusive, nos movimentos dos Profissionais da Educação, na construção dessa tessitura política de que democratização falamos.

Quando falamos na universalização da Educação Básica precisamos escutar como vai acontecer essa materialização. Quer dizer, o que é garantir a democratização do acesso? É uma escola para todos, mas temos que pensar na democratização

do acesso. Isso vai nos colocando um conjunto de elementos para a Agenda Política. A democratização no Brasil, por exemplo, não se dissocia: acesso e permanência de interiorização. Precisamos interiorizar a Educação Básica e a Educação Superior. Precisamos, ao olhar a Educação Básica, pensar de que Educação Básica falamos; como vamos adjetivar essa Educação. Quando falo que quero Educação Básica de qualidade, qual o horizonte da qualidade estou falando? E aí começamos a ver que a nossa Agenda articula um conjunto de componentes. Não quero falar da democratização do acesso, se eu não discutir financiamento; se eu não discutir custo/aluno/qualidade; se eu não discutir FUNDEB. Falam: “Poxa, mas essas discussões estão muito distantes”; ou: “Não, passei por elas. É um terreno muito árido”. Mas nós precisamos, cada vez mais, nos aproximar dessa discussão, ocupar espaços no âmbito dos Conselhos Escolares levando esta agenda dos Conselhos ou Colegiados a depender da forma que está posto, mas buscando avançar nessa reivindicação.

O documento da Conferência Nacional de Educação é um eixo, um horizonte, para refletirmos sobre as concepções. Porque traz um conjunto de adjetivações num sentido político amplo. Um deles é o da qualidade. Quando falamos em qualidade, temos que pensar nesse conceito do horizonte das dimensões internas, mas, também, externas. Precisamos entender que o avanço das

lutas pela Educação, pela democratização da Educação, devem implicar em uma sociedade cada vez mais justa.

A desigualdade social é um elemento limitante no processo da democratização deste País. Quando penso na educação para todos, tenho que pensar em políticas de acolhimento. Quer dizer, não basta garantir o acesso à Educação Básica obrigatória. Isso aconteceu nas últimas décadas. A Educação Básica obrigatória ampliou o seu contingente no tocante ao acesso, mas, também, ampliou em muitos casos, altas práticas de exclusão, de reprovação. É preciso repensar essa dinâmica e isso tem a ver com a discussão do Plano Nacional de Educação, com as discussões, sobretudo, que fazemos a respeito da Educação Básica. Isso remete, por exemplo, a disputar qual a concepção que temos de infância e como essa concepção vai nos permitir uma compreensão sobre o que deve acontecer num processo formativo de 0 a 3 anos, na especificidade do processo formativo de 4 e 5 anos, ou seja, a Educação Infantil de 0 a 3; a Pré-Escola de 4 a 5. Se tivermos clareza da concepção de infância e, portanto, de Educação Infantil que está posta em um documento muito importante que é a Conferência Nacional de Educação, mas, também, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que se coloca como um aliado que vai chamar atenção para

uma perspectiva de formação mais ampla e lúdica, as Diretrizes se contrapõem à escolarização da infância. E nisso reside uma importância muito grande e estamos discutindo qual é o papel dessa formação. Se não fizermos essa discussão, poderemos até chegar à universalização de 4 a 5 anos, portanto, pré-escolar, mas levando o pré-escolar para junto do Ensino Fundamental, inclusive, com discurso de custo. Esse movimento já está sendo ensaiado em muitos municípios da brasileiros. É preciso entender nesse horizonte do Plano, sobretudo, em uma perspectiva de contraposição às desigualdades sociais, que precisamos, cada vez mais, independente da nossa profissão, se estamos atuando na alimentação escolar, na Secretaria, na limpeza, na sala de aula, quer dizer, nos diferentes espaços da ação dos profissionais da educação, ter clareza disso. Entendemos, inclusive, que essas diferentes áreas de formação devem ter uma convergência que há de pensar na formação de uma maneira mais integral. Precisamos avançar no quantitativo e, ao mesmo tempo, no qualitativo. Isso nos coloca que não temos que fazer uma escolha entre quantidade ou qualidade. O próprio Gramsci, grande pensador italiano, colocava que é nesse tensionamento qualidade e quantidade que nós avançamos. Ou seja, se nós avançamos na democratização da Educação Básica – não chegamos como queríamos – mas é, exatamente, quando chega, quando a

Educação Básica passa a ter cores múltiplas, estudantes vindos dos diferentes segmentos sociais, classes sociais, a escola começa a se repensar, começa a problematizar as questões.

Quando olho as três primeiras metas do Plano Nacional de Educação, não basta garantir o acesso à creche. É preciso discutir qual projeto político de formação temos para a creche, para a questão da Pré-Escola e como isso foi objeto de discussão nos planos municipais do Estado de Mato Grosso, no Plano Estadual e que esteve presente no Plano Nacional de Educação. Mas agora, na hora da materialização, essa disputa se coloca de novo. Por quê? Porque estamos falando que a proposição da política e a sua materialização, ou seja, o Estado em ação, não são lineares. São sempre movimentos que traduzem aquilo que é singular ao campo das políticas públicas e das políticas educacionais em particular. Ou seja, as políticas educacionais se constituem em um campo de disputas, de concepções. É por isso que a Educação é ato político. Eu vou tomar partido para que o aluno da classe trabalhadora possa ser, de fato, recebido na escola pública como sujeito ou não. E isso tem impacto na nossa Agenda. Por isso que precisamos valer aquilo que eu chamei de ter os planos decenais como eixo para as políticas públicas como fundamental, mas, ao mesmo tempo, precisamos ter clareza que em Colíder, Cuiabá; Tangará da Serra, Sinop, Alta Floresta, quer dizer,

nos diferentes municípios que desiguais e combinados compõem o Estado de Mato Grosso, como se dará esse processo de democratização. Quer dizer, essa caracterização. Quando eu penso, por exemplo, a Região Metropolitana, quais são as questões colocadas? Quais são essas discussões que, hoje, estão presentes para cada um? Então, a discussão, hoje, proposta nos leva a essa Agenda que é, cada vez mais, de formação política.

Eu costumo dizer que a parte mais fértil desses movimentos é a parte do debate onde nós colocamos não, apenas, as questões, mas, também, as contextualizações, fazemos leitura de mundo e conseguimos confrontar ideias em um ambiente de absoluto respeito, buscando avançar em uma Agenda convergente. Isso, hoje, é mais do que necessário, é imprescindível! A discussão dos planos decenais se articula a essa nossa compreensão de que está em disputa não apenas o acesso, mas o tipo de acesso. Mesmo garantindo o acesso para todos, tem que se discutir a permanência, o sucesso escolar. E isso tem implicações. Por exemplo, de qual é a compreensão que temos da Agenda de Avaliação. Todo mundo avalia. Não somente os especialistas. O pai avalia; o estudante avalia; o professor avalia; o funcionário avalia; o vigia avalia; os diferentes atores. E a avaliação ainda é um dos pontos de grande questionamento, pensando em uma avaliação em escala, desde os testes esquematizados,

mas, também, em um processo de avaliação em cima da aprendizagem. O que eu quero dizer é que o Plano Nacional, o Plano Estadual e os Planos Municipais de Educação têm uma incidência na nossa agenda cotidiana, no nosso pensar o que fazer político-pedagógico.

É por isso que nós temos, cada vez mais, que qualificar. É o que eu fui falando da educação adjetivada. Por que a educação tem que ser democrática? Nós precisamos recuperar nossa outra história. O que nós defendíamos nos anos de 1980? Eleição Diretas de Diretor a Presidente da República. Depois nós vimos que a eleição para diretores não era suficiente. Precisávamos, além da eleição de diretores, ampliar os mecanismos de participação na instituição educativa. Hoje, quando olhamos para o Plano Nacional de Educação há várias metas e estratégias, mesmo as diretrizes que estão postas na Lei que podem se tornar nossas aliadas nessa discussão de como avançar nessa perspectiva. E para isso precisamos, cada vez mais, estimular protagonismos dos profissionais da Educação, dos estudantes. Nessa nossa perspectiva de construção de Educação Pública gratuita, laica e de qualidade precisamos horizontalizar mais a relação entre os Profissionais da Educação, os estudantes e os pais, fortalecendo trincheiras e espaços como grêmios escolares, conselhos escolares, projetos escolares, independente da nomenclatura.

Porque defender a Educação Pública, hoje, é fundamental. Ora, ao mesmo tempo que o Plano Nacional na esteira da Constituição Federal fala de uma educação obrigatória de 4 a 17 anos, constituindo-se como direito público subjetivo e que, portanto, pode ser objeto de demanda de qualquer indivíduo da sociedade – por isso há um grande avanço nessa Agenda –, ao mesmo tempo, há um movimento de intervenção da Educação Básica que, hoje, é predominantemente pública por setores privados. Temos que discutir, que democratização do acesso que nós queremos; porque é importante que isso ocorra no setor público. Por isso, a defesa da Educação Pública não é um chavão vazio. Tem um sentido político, de pertencimento, de construção histórica, mas é pública e é gratuita no sentido que ela possa ser para todos. Esta Agenda diz respeito a cada um de nós, mas precisa ser alargada. Precisamos avançar no conceito que nós em alguns municípios, em algumas experiências municipais, estaduais, em algum momento do nacional a ampliamos que é de uma sociedade educadora. Ou seja, a pauta da Educação, as concepções em prol da Educação, devem, cada vez mais, estar na Agenda nos diferentes espaços. E temos aí uma possibilidade histórica na intersecção por parte do estudante avançar nessa discussão.

Outro ponto que queria chamar atenção diz respeito à valorização dos Profissionais da Educação. O melhor conceito que

ouvi, uma contribuição inestimável da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação foi a Conferência Nacional de Educação. A Conferência falou sobre a valorização dos Profissionais da Educação em ação que articula formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Nos últimos anos avançamos, por exemplo, com a formação de Nível Técnico dos funcionários da Educação Básica como Profissionais. E, mais uma vez, eu peço a importância política do Estado de Mato Grosso, porque o Profuncionário bebeu de uma fonte do Projeto Arara Azul que já foi, inclusive, objeto de dissertações na Universidade Federal de Mato Grosso e uma delas, inclusive, da Companhia de Letras. Mas a CONAE vai avançar e vai falar: “Bom, então, nós precisamos pensar formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho”. Enquanto falamos do desmonte dos direitos sociais, a PEC 241 afeta essa concepção de valores salariais porque está em jogo o Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação. Então, estamos falando de valorização entendida como formação inicial e formação continuada. Estão em jogo tanto a formação inicial quanto a formação continuada. Eram medidas e, que vimos, por vezes, falas em depoimentos de que qualquer um pode ser Profissional da Educação. Estamos falando de formação integral e continuada, carreiras, salários e a Constituição diz de um aspecto

fundamental que é o concurso público. E temos perdas em uma perspectiva muito grande ou movimentos de interpretação da esfera pública pela esfera privada em detrimento do setor público. O que é isso? Parcerias Público-Privadas, Organizações Sociais, e outros movimentos que interferem na dinâmica da Educação Pública no interior dela mesma, no caso das Organizações Sociais.

Como isso está relacionado com os Planos Nacionais de Educação? Tem a ver, porque o Plano Nacional foi tenso. As metas 15, 16, 17 e 18 são metas direcionadas à valorização dos Profissionais da Educação. A Meta 15 fala da política nacional de formação dos Profissionais da Educação e aí avançamos. A própria CNTR é resultante desse avanço, dessa condensação entre os profissionais, envolvendo professores, especialistas e funcionários e com várias lutas políticas, inclusive, na caracterização do que se entende por Profissionais da Educação. Pensar nessa Agenda da Valorização é uma agenda de corte e deve ser, amplamente, dissertada do ponto de vista que isso afeta. Está em risco, por exemplo, a questão da aposentadoria especial. Professores! Eram questões que já considerávamos líquidas e certas. Pensar um Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos Municipais; pensar, sobretudo, numa Agenda de Materialização, e nos identificarmos nesses movimentos mais amplos que, até então, nos colocaram que essa é uma Agenda que não vai interferir,

mas que tem uma interferência direta na gestão educacional. E aí nós temos aliados históricos.

Tive a oportunidade de ser relator de duas diretrizes que se colocam como aliadas nossas na discussão da valorização dos Profissionais da Educação. As Diretrizes Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, diretrizes essas que trazem um conjunto de consecuições, mas que, pela primeira vez, trouxeram um capítulo específico sobre a valorização desses Profissionais, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos funcionários da Educação Básica em nível superior. A CNTE possui uma cartilha que discute a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação dos funcionários da Educação Básica. Quer dizer, um prosseguimento naquela formação que foi para os funcionários, mas pensando, agora, a formação em nível superior, com quatro proposições de matrizes curriculares. Precisamos conhecer da mesma forma que precisamos fazer valer esta discussão junto à Universidade Federal de Mato Grosso, à UNEMAT, aos institutos federais. Pensando nessa articulação e nessa intersecção. Essas instituições gozam de prerrogativas de autonomia e, portanto, podem criar os cursos. Mas é importante conhecermos esse material que faz a discussão sobre o assunto.

Estou falando desses temas e fazendo algumas referências

com as médias do Plano Nacional de Educação. Aí nós temos essa variação. A variação foi uma grande disputa do Plano Nacional de Educação. E avançamos muito no Plano no artigo 11 da Lei. O artigo 11 traz uma visão de avaliação ampla para além dos testes de desempenho dos estudantes, para além do IDEB, pensando um processo de avaliação na sua perspectiva mais ampla. Mas quando falamos da Meta 7 isso, ainda, está presente lá. Ah, mas isso ratifica o IDEB. Então, foi por isso que se fez o movimento do mês de maio para criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Chegou-se a criar por Portaria do INEP o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, mas assim que se implementou a perspectiva do voto, derrubou-se a criação do Sistema. A criação desse Sistema, mas, sobretudo, uma concepção ampla de avaliação é fundamental. E para nós do Plano Nacional de Educação, o artigo 11 é fundamental; é central, porque defende uma concepção ampla de avaliação que considera as condições subjetivas, que considera que a avaliação não pode ser, apenas, do desempenho do estudante. Deve envolver, também, isso, mas deve ser muito mais ampla. Deve considerar as condições das instituições educativas, no tocante à infraestrutura, condições de trabalho. É por isso que no horizonte da construção política se coloca para nós a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2018. E já no documento preliminar, de

estrutura da CONAE, a dinâmica, por exemplo, da valorização não vai incluir mais o aspecto, quer dizer, formação inicial, formação continuada, carreira, salários, condições de trabalho e de saúde. Então, são dessas fontes.

Nós temos aliados no campo da legislação. Precisamos lutar contra esses movimentos de grande inflexão, fazer uma leitura dos planos decenais e buscando neles quais são as concepções que norteiam nosso pensar e fazer política. O que isso tem a ver com você concretamente? Tem a ver que quando você discute na sua instituição educativa os processos de trabalho: a lógica de organização e de gestão da escola, a maneira como se organiza a alimentação escolar. Ou seja, é pensar que esses diferentes espaços são espaços formativos. E que Educação não se resume à escolarização, mas que é a garantia de uma escolarização de qualidade é fundamental para ampliarmos a Agenda da Educação.

Mas quando falamos da discussão da avaliação, temos que nos preocupar com os marcos regulatórios da própria Educação, da regulação. Por isso que para nós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é fundamental e temos que estar vigilantes, porque virão medidas no sentido de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Precisamos estar nessas diretrizes identificando quais são esses elementos postos. Quais são os elementos que estão na contramão do Plano Nacional de

Educação sob a ótica dos fóruns de Educação, incluindo o Fórum Nacional de Convenção, os fóruns estaduais, fóruns municipais ou, melhor dizendo, da Agenda da Conferência Nacional de Educação? A dinâmica de privatização, de parceria público-privada, de terceirização e de financeirização. Qual é a diferença quando se fala de financeirização? Porque não estamos falando mais, apenas, da mercantilização ou mercado-rização da Educação. Estamos falando na educação como ativo na Bolsa de Valores e de como isso tem outra lógica e repercussão, com relação com a participação do capital externo. Mas por que precisamos olhar para o Plano Nacional de Educação e buscar nesse Plano, em articulação com a CONAE determinadas definições, porque, hoje, estamos tendo, por exemplo, novos acertos que sinalizam para recursos de uma agenda que é da Base Nacional Comum Curricular? A BNCC já é objeto de grande discussão. Alguns a entendiam como a reedição do currículo mínimo ou até para destaque de conteúdos e nós defendíamos que não deveria ser visto. Agora, há, inclusive, movimentos para tirar a BNCC do Conselho Nacional de Educação e fazer a tramitação no Congresso Nacional, em uma Câmara de Educação que boa parte dos signatários recuam na perspectiva da Agenda. Por isso, precisamos discutir direitos e objetivos de aprendizagem, mas isso também não basta. Quando discuto o desenvolvimento estou discutindo

o quê? Qual é a compreensão ou qual o papel social em termos de Educação? Por que o Ensino Fundamental é fundamental para ser redundante? Para que eu tenho que defender o Ensino Médio? Por que outros esforços que foram feitos em uma perspectiva de Educação integrada, ainda, que muito traduzida em programas como o “Mais Educação”, em uma perspectiva de contraturno, podem sofrer grandes reflexões? Por que é importante defender uma maior permanência do estudante no processo formativo? Todas essas questões estão relacionadas com a discussão dos planos decenais de educação.

Por que a reforma do Ensino Médio nos diz respeito, mesmo que eu atue em uma instituição de Educação Infantil, mesmo que eu atue em uma instituição de Educação Básica? Porque nós fizemos grandes movimentos de inflexão. O primeiro foi o de rompermos com a educação moral e cívica, com a SPB. Mas o que está sendo colocado na Agenda, hoje, ao sinalizar a flexibilização, por exemplo, com relação à sociologia do Ensino Médio, a Filosofia, Artes e Educação Física é retirar muito daquilo que conseguimos avançar em tempos de um processo formativo mais amplo, de estimular, cada vez mais, a pedagogia da pergunta, os desafios da reflexão. Isso diz respeito, também, com a sua condição e seu potencial em termos do seu trabalho, na condição de professor; na condição de especialista; na condição de merendeiro, de

porteiro, dos diferentes espaços da vida social. Porque quando eu discuto a Escola sem Partido o que aparece com grande centralidade é uma perspectiva de controlar, cada vez mais, ou pensar em fazer do professor. Se você articula isso a uma reforma do Ensino Médio que retira um conjunto de componentes curriculares que contribui para a reflexão sobre o papel do sujeito na história da humanidade, nós vamos, cada vez mais, enxugando o processo formativo e com um discurso do Estado avaliador, que é da centralidade da Língua Portuguesa e da Matemática em detrimento de Ciências, das Ciências sociais. Isso diz respeito não apenas ao nosso pensar em fazer política pedagógica, mas às perspectivas para as próximas gerações em termos da dinâmica formativa que terão.

Mas face a esse cenário que sinalizações podemos fazer? Nós apostamos nos momentos de formação, mas, também, precisamos ampliar o nosso acesso às linguagens, à linguagem da música, da poesia, da dança. Precisamos de espaços que são, espaços formativos, espaços que nos permitem processos relacionais, mas precisamos, também, ampliar isso na nossa agenda cotidiana na escola. Imaginem vocês passarem 40 horas por 25 anos - é a nossa luta para que continue 25 anos – em uma instituição educativa. Eu preciso do meu ambiente de trabalho agradável, mas não preciso da autoajuda. Eu preciso me contrapor à autoajuda. Eu não preciso amar o meu colega

de trabalho. Eu preciso respeitá-lo. Então, essas questões das relações sociais e das relações profissionais são fundamentais nessa dinâmica. Nós precisamos de mais música; mais dança; mais poesia no nosso cotidiano. Precisamos ter acesso à múltiplas linguagens, porque, senão, a nossa linguagem fica muito centrada no que a TV fala e já vimos o que a mídia está veiculando.

Primeiro, lutar para garantirmos a Conferência Nacional da Educação de 2018 e, obviamente, as conferências municipais no próximo ano e a Conferência Estadual; conhecermos bem o Plano Nacional de Educação, a lei, seu anexo que são as metas e as estratégias, mas articularmos esse Plano com os documentos da Conferência Nacional de Educação onde estão consecuições que nós, historicamente, construímos, porque nós precisamos. Quando falamos de Educação de qualidade estamos falando o quê? Quando falamos de democratização estamos falando o quê? Quando falamos de gestão e que a gestão pedagógica não se dissocia da gestão administrativa nós estamos falando de um conceito amplo que é da autonomia. E qual foi a nossa defesa de autonomia? Quando vamos fazer a discussão, por exemplo, das OSs, qual é o discurso governamental para justificar uma OS? Não vamos mexer no pedagógico. As OSs vão cuidar, apenas, do administrativo. Isso é falacioso, porque o administrativo não se dissocia do pedagógico. Então, precisamos

começar a identificar para falarmos: olha, não queremos isso, porque isso afeta a nossa lógica organizativa, isso tem a ver com a democratização da gestão. A CONAE estava discutindo isso.

A gestão democrática e a qualidade social, que é uma qualidade para todos. Precisamos exercitar mais; precisamos ouvir mais os diferentes interlocutores. A construção de um novo fazer político-pedagógico na escola implica em ouvir mais os estudantes e os estudantes têm nos mostrado a possibilidade de agenda. Nós precisamos estabelecer isso. Quer dizer, isso é um horizonte. Estamos bem nessa construção, mas precisamos intensificar, porque lutamos pela gestão democrática, mas estimulamos ou auxiliamos pouco, por exemplo, a organização dos grêmios estudantis na escola e, às vezes, quando os estudantes começavam a manifestação na universidade nós já nos recolhíamos. É claro que isso é uma tradição da sociedade brasileira que é autoritária, mas, também, não estamos fora desse contexto. Precisamos exercitar mais essa pedagogia que Paulo Freire fala que é uma pedagogia dialógica.

A valorização dos Profissionais da Educação tem que ser naquela perspectiva ampla. Por que temos que pensar a formação inicial articulada à formação continuada? Porque temos que pensar a formação ao longo da vida em um processo permanen-

te que nos permita refletir sobre a nossa agenda, mas reinventar, reconstruir essa mesma perspectiva, entendendo que só vamos ter elementos para questionar quando falamos: o problema da educação nacional é porque os professores não têm uma boa formação. Cada um tem que falar: na discussão da valorização tem que articular formação, carreira, salário, condições de trabalho e de saúde. Mas isso tem que estar presente para nós, também, na nossa agenda. Precisamos discutir as questões de financiamento. Precisamos, inclusive, estabelecer uma luta contra a PEC 241, porque em uma perspectiva mais estrutural ela poderá a médio prazo significar uma quebra com a vinculação constitucional de recursos. É aquilo que considerávamos pacificado, os 18% da Educação que devem ser investidos pela União; 25% pelos Estados e Municípios. A médio prazo a PEC poderá significar, sim, uma quebra da vinculação constitucional de recursos. E nós temos que ter clareza, porque isso vai afetar não apenas a questão salarial, mas as condições objetivas de pensar a escola pública e o seu funcionamento como as condições de infraestrutura, de laboratório, de ambiente e etc. Por isso que essa discussão se articula com uma discussão da qualidade, da democratização. Então, são esses os movimentos.

O convite é para que nós,

cada vez mais, entendamos a necessidade de nos articularmos, de termos uma convergência na defesa cada vez mais qualificada de educação pública gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos e para todas. Esse é o grande desafio. É por isso que nós mesmo sabendo que o Plano Nacional de Educação, que o Plano Estadual e os Planos Municipais têm alguns limites, neste momento, são aliados fundamentais da agenda das políticas educacionais brasileiras. Então, ao mesmo tempo que é lutar contra a PEC 241, é lutar a favor da materialização do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual, do Plano Municipal. E só essa perspectiva que nós temos, ampliando a nossa agenda para além da agenda educacional. É um esforço que temos que fazer, inclusive, de compreender as perspectivas mais amplas que estão postas na realidade brasileira. Dizer que vamos, cada vez mais, ter clareza de que o novo e intenso palco da história é o palco da história. Como palco da história nós temos que ter um papel de protagonistas, nós, Profissionais da Educação, nessa articulação com pais e com estudantes. Essas são bandeiras que devem nos levar a entender que a defesa da Educação Básica, a defesa da democratização da Educação Básica, não se dissocia da defesa da Educação Superior. Essas são questões e são pontos para nossa reflexão.

**Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor aposentado e conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).*





Painel 3: Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso

Bartolomeu José Ribeiro de Souza

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília - UCB (2010) na área de concentração Políticas e Administração da Educação. Atualmente é Professor Efetivo do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Bartolomeu José Ribeiro de Souza*

Eu agradeço o convite que me foi feito para trazer alguns pontos à reflexão sobre essa temática que para nós é tão relevante, neste momento, da gestão da Educação no nosso País, que tem alguns planos, desde o Plano Nacional da Educação e seus desdobramentos nos planos estaduais e municipais da Educação. Antes de iniciar propriamente no tema, é pertinente sinalizar o lugar de onde nós falamos. Há alguns anos venho procurando compreender a temática do planejamento, especialmente pensando o planejamento, articulando o processo de planejamento, a participação social, ou seja, a participação que nós temos, hoje, por meio de um conjunto amplo, de um conjunto significativo de instituições participativas, sobretudo, espaços como os conselhos municipais de políticas públicas que temos investigado e pesquisado o desempenho no Estado de Mato Grosso. E como esses espaços, de fato, vêm sendo espaços que têm propiciado a participação social da população, da implementação e da avaliação das políticas públicas e, também, de quem fala, de quem já teve a vivência no chão da escola pública como vocês, todos os seus problemas, todos os limites e todo potencial transformador da nossa escola pública.

Quero destacar três partes e aspectos principais, e, também, fazer algumas reflexões so-

bre o processo de planejamento governamental no Brasil, tendo como pano de fundo as complexas relações Estado e sociedade. O professor Luiz Dourado destacou toda uma dinâmica entre a proposição e a materialização de políticas públicas que precisam ser consideradas, analisadas e compreendidas. Tendo isso como premissa, que procuramos, no primeiro momento, fazer esta reflexão até chegarmos a esse cenário de muitas incertezas e muitos impasses que culminam com a proposta de Emenda Constitucional 241. Porque não é viável falarmos de planos de educação se não refletirmos acerca dessa tragédia social anunciada que pode vir com a aprovação dessa Emenda Constitucional. E, claro, vou destacar alguns aspectos do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais até chegarmos à realidade do nosso Estado, Mato Grosso. Em Mato Grosso, hoje, de acordo com os dados do Ministério da Educação, 100% dos municípios têm seus planos municipais de educação aprovados. Esses planos foram aprovados entre junho de 2014, o momento da aprovação do Plano Nacional, e junho de 2015, que foi o prazo determinado pela Lei nº 13.005. Agora, estamos em um momento muito importante, de começarmos a pensar e discutir o monitoramento de avaliação desses planos.

É importante destacar de que planos nós falamos, porque quando se fala de planos de Educação temos que lembrar que

quando tratamos de planos estamos falando de planejamento. E o planejamento como um processo é algo inerente ao ser humano, ou seja, todos nós planejamos desde ações das mais corriqueiras até ações mais complexas, como as políticas públicas que exigem um rigoroso e sistemático processo de planejamento. Por ser algo que, muitas vezes, é inerente ao ser humano, percebemos que o planejamento é muito carregado de uma placa de senso comum. Por isso, é importante limpar o terreno sobre algumas questões. Estou me referindo ao planejamento governamental, ou seja, processos que se dão no interior do Estado e como o Estado se organiza na distribuição do fundo público, todas as complexas disputas entre a proposição e a materialização. Ou seja, como ele se organiza para materializar políticas públicas, sejam políticas redistributivas ou que visam garantir direitos. Para muitos, o planejamento é parte da gestão, mas estou tratando de uma ação governamental que se dá com toda uma estrutura maior que a do Estado, ou seja, partir desse ponto. E, também, é importante uma visão ampla de Educação, entendendo a Educação como constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, determina que: “Educação é direito de todos e dever do Estado”. Ou seja, a Constituição institui como primeiro responsável pela garantia desse direito o Estado e, em se-

gundo lugar, a família com a colaboração da sociedade. Esse dever que é imposto ao Estado existe, claro, para compreendemos e analisarmos que essa tríade - legislação, planejamento e políticas públicas - está intimamente implicada no sentido de termos como ponto final a garantia do direito à Educação, que é um direito, inalienável de todo ser humano. É nessa perspectiva, que inicio este diálogo. Considerando que a história não é linear, a história é dinâmica e é entremeada por complexas disputas, entendemos como se dão as relações entre Estado e sociedade nos processos de planejamento educacional do Brasil.

Algo que temos constatado é uma dispensa dos educadores com planejamento. Se pegarmos só os últimos anos as iniciativas de planejamento governamental, temos o Plano Decenal de Educação para Todos, no início de 1990, que foi resultado de uma conferência mundial. E desse Plano resultou um acordo que foi recriando o piso salarial profissional nacional que foi rompido pelo, então, Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Tivemos o primeiro Plano Nacional de Educação, aprovado em 2000, que teve vigência na década de 2001/2011, e já estamos no segundo Plano Nacional da Educação, claro, entendendo todos os limites, as dificuldades, mas não perdendo de vista o que são os instrumentos. Se analisarmos todo Século XX, tivemos muitas experiências de

planejamento, experiências que, no geral, foram do ponto de vista social, do ponto de vista dos anseios da grande maioria da população, muito problemáticas e na visão de muitos até fracassadas. Observando o período que vai da primeira República, aos anos de 1930, tínhamos uma quase que completa ausência de planejamento governamental no Brasil. Só a partir de 1930, que se tem toda uma inflexão e um conjunto de mudanças. O País deixa de ser eminentemente agrário, para ser, aos poucos, industrial e urbanizado.

Mas esses planejamentos, foram momentos que se tinha planejamento, mas era zero de participação social. Ou seja, eram iniciativas de planejamento em que se reunia a tecnocracia, os gestores, administradores governamentais e, de modo geral, empresários, a elite industrial e econômica do País para se pensar modelos de desenvolvimento secundarizado e que excluíam totalmente a participação social. E chegamos a 1988, com a promulgação da nossa atual Constituição, que, em primeiro lugar, inaugura o Estado Democrático de Direito, que estabelece nas suas Diretrizes a participação social na formulação da implementação e instituição das políticas públicas, sobretudo, as políticas públicas sociais. A Constituição Federal foi muito pródiga em garantir a participação do cidadão na construção das políticas públicas sociais, mas não garantiu espaços e mecanismos de como

o cidadão pode participar da definição da política econômica. A classe trabalhadora, de modo geral, não tem espaço para opinar e participar, de fato, e são questões que empatam toda nossa vida.

O cenário que temos do período após a Constituição de 1988 é de imersão do neoliberalismo em escala mundial e aqui, no Brasil, com toda uma política de reforma que se concentrou na minimização do papel do Estado. É sempre importante esclarecer que quando se fala de minimização do Estado, é a minimização do Estado das políticas públicas sociais, processo que se deu a partir dos anos de 1990. Ou seja, na garantia e concretização dos direitos sociais, mas um Estado que permanece grande, que permanece amplo para aliviar a população capitalista. Um Estado que permanece cada vez mais forte para ir, além da acumulação capitalista, a muitos aspectos da nossa vida cotidiana. E nesse período podemos falar em participação social? Sim, porque a Constituição e toda uma legislação infraconstitucional criaram um conjunto de espaços, de instâncias e de instituições participativas. Por outro lado, tivemos retrocessos no que se refere ao planejamento, porque a agenda que o País adotou foi uma agenda neoliberal de curtíssimo prazo. Isto é, uma agenda que não teve espaços para se pensar o planejamento em um sentido mais amplo, com uma dimensão política do planejamento. Nesse longo período do planejamento do

Brasil tivemos um divórcio muito acentuado entre o planejamento e a participação social. Tivemos uma primazia do planejamento que estava focado e construído, apenas, pela tecnocracia, excluindo a participação social na construção desses vários instrumentos. E a partir de 1990 tivemos o contrário. Passou a ser a primazia da gestão sobre o planejamento a longo prazo. Um planejamento que tenha conteúdo político, um planejamento voltado à participação social e que tenha participação, de fato, como deve.

O professor Luiz Dourado destacou a centralidade que teve a avaliação, sobretudo, em 1990, que, na verdade, passou a consolidar todo um cenário de regulação de desempenho no que se refere às públicas. Então, o País investiu muito no conjunto de instrumentos de avaliação. E já problematizo se, de fato, são avaliações ou meros exames, porque a avaliação implica em uma ação mais ampla e todos devem participar desses processos. A avaliação precisa ser processual, formativa, somativa e, sobretudo, emancipatória. Por outro lado, no planejamento educacional existe uma sopa de letras que são conhecidas na Educação. Essas siglas estão presentes na nossa Agenda Educacional. São instrumentos de planejamento, alguns com concepções antagônicas, e, sobretudo, se considerarmos, por exemplo, o PDE Escola e o Projeto Político Pedagógico. Gostaria de destacar dois planejamentos, porque, recentemente, em Mato

Grosso a Secretaria de Estado de Educação promoveu o que eu chamo do casamento litigioso entre o PDE Escola e o Projeto Político Pedagógico, que são instrumentos de planejamento com concepções antagônicas. A Secretaria de Educação tem uma política dentro de um sistema eletrônico, que é o SigEduca, em que a escola lança os dados, mas é uma forma, uma dinâmica de planejamento que junta elementos do PDE Escola com o Projeto Político Pedagógico. É algo que merece pesquisas e estudos que mergulhem mesmo na escola para que se entenda, de fato, como isso está acontecendo.

Essa multiplicidade de instrumentos do planejamento não se dá somente no âmbito da Educação. Nos últimos 20 anos, o planejamento teve uma institucionalização muito grande. Nós temos um nível de institucionalização do planejamento muito elevado com muitos instrumentos de planejamento. Mas esses instrumentos estão sendo, de fato, efetivos? Estão articulando a participação dos diversos fatores, dos diversos segmentos? Temos a inclusão de novos atores na construção desses planos? Como está se dando a construção desses planos nos municípios? Hoje, se considerarmos um município de porte médio, ele tem em torno de 11 planos setoriais considerando Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Cultura e Juventude, que são instrumentos fundamentais para orientar as políticas

públicas dos municípios. E os Profissionais da Educação, precisam estar atentos, participando dessa discussão e ter uma compreensão como vem se dando esse processo de planejamento dos municípios de cada um. Planejar não é, apenas, um ato de lançar dados no sistema eletrônico. Muitas vezes, pela informatização dos processos e das rotinas, se reduz o planejamento a lançar dados em um sistema eletrônico, no SigEduca. Os sistemas eletrônicos, são fundamentais, mas que se pense um planejamento como um momento ímpar, um momento rico de discussão e, no caso da Educação, que Educação nós queremos para que sociedade, que alunos queremos formar. É algo que tem que ser dito, mas que de certa forma, tem ficado um pouco distante das nossas discussões, das nossas conferências.

É complicado falar da democracia frente aos outros acontecimentos que tivemos, desse golpe político e institucional que tivemos, mas alcançamos um nível de institucionalização da participação que é limpa, se considerarmos as democracias modernas no mundo. Temos, hoje, um conjunto de espaços de participação que são abertos pelo Poder Público para que o cidadão possa participar da construção das políticas públicas. Nos últimos anos tivemos uma política muito positiva que foi induzida, sobretudo, pelo Governo Federal de se buscar os conselhos e tentar estabelecer uma agenda comum dos conselhos. Porque temos,

hoje, um conjunto de conselhos, mas que foram criados seguindo essa lógica setorializada da Administração Pública em que, de modo geral, as secretarias não conversam e não dialogam entre si. Então, os fóruns interconselhos são espaços em que a sociedade como um todo vem discutir, sobretudo, algo que é essencial e que é o epicentro, que é o orçamento público. Estamos concluindo uma pesquisa sobre os conselhos em Mato Grosso, e os conselheiros responderam que o principal mecanismo de controle social que eles exercem, enquanto conselheiros, são as audiências públicas. Mas eu pergunto: qual o conteúdo dessas audiências públicas? São convocadas somente para uma escuta, só para apresentar o orçamento público, na maioria das vezes contém uma plateia muito restrita, ou são, de fato, espaços que o cidadão pode intervir na construção, na gestão pública municipal? É importante avaliar que é muito fácil para determinados gestores se revestir de democrata utilizando todos esses espaços como mera legitimação, uma pseudoparticipação social.

Uma das discussões importantes nesse sentido é sobre Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, a PEC que o Governo chama de PEC do Teto dos Gastos, mas que já está sendo conhecida nas redes sociais como a PEC do Fim do Mundo ou a PEC da Desigualdade. Porque, não tem como falar de planos de educação se não tratarmos

e compreendermos os efeitos nocivos da PEC 241. A sociedade brasileira não tem noção do que está por trás dessa Proposta de Emenda Constitucional. A grande mídia, a mídia empresarial, coloca a PEC como algo importante e que é do consenso da sociedade. É muito comum vermos comparações, como se comparar o orçamento do país e o orçamento de uma família. São duas coisas que pela nossa compreensão não dá para se comparar o orçamento de uma família e o orçamento de um País. E destaco aqui o primeiro ponto: o País pode, sim, utilizar o instrumento do endividamento público com o instrumento do desenvolvimento. O País quando está endividado emite títulos e papéis para se capitalizar, mas uma família não pode emitir, não tem a prerrogativa de emitir papéis e títulos para se capitalizar e conseguir equilíbrio. É só um aspecto para mostra que não dá para fazer essas comparações grosseiras. A Proposta de Emenda Constitucional, se for aprovada, vai representar o fim de políticas públicas de caráter universal como nosso Sistema Único de Saúde, que é muito criticado, mas tem um raio de atuação em que grande parte de procedimentos de média e alta complexidades, sobretudo, de alta complexidade que, muitas vezes, não são atendidos por planos de saúde.

Estamos vivendo um período de mudança do perfil democrático da população. A partir de 2030 entraremos em uma curva de envelhecimento muito

rápida. O que as autoridades de Saúde vêm colocando é que nos últimos anos estamos tendo mudanças no perfil epidemiológico da população e, cada vez mais, as doenças parasitárias e infecciosas, estão sendo controladas e estão aumentando as doenças crônicas, sobretudo, problemas de câncer que é enfermidade que exige tratamento longo e caro. Então, no momento que teremos mais pessoas para demandarem os serviços de Saúde, teremos, por outro lado, uma demanda com serviços mais caros e que exige atendimento demorado. É exatamente nesse momento que se estabelece essa proposta que limita as despesas públicas. Segundo dados oficiais, no Brasil morrem por ano, somente vítimas de homicídios, mais de 59 mil pessoas, e grande parte dessas pessoas o Estado sequer é capaz de concluir o inquérito policial. De modo geral, quem são essas pessoas que morrem vítimas de homicídio no Brasil? São pobres, negros, jovens, trabalhadores. Essas pessoas que são assassinadas por qualquer motivo e que o Estado não garante um aparato policial para que se tenha um inquérito conclusivo acerca desses crimes. Estamos na iminência de ver ações em extinção ou de ver uma grande volta ao passado. Porque a proposta limita a despesa primária total do Governo Federal por um período de 20 anos, mas, ela aumenta despesas com capital de empresas estatais não dependentes. No momento em que o grande discurso é da

privatização, que tem que privatizar empresas como Petrobras, Eletrobrás e várias outras, a PEC fala em empresas estatais não dependentes. Elas são empresas em que o Estado, as três esferas, detém maior controle acionário dessas empresas e elas vão emitir títulos, ou seja, papéis da dívida pública, títulos públicos, mas esses papéis serão vendidos para meia dúzia de banqueiros, compradores privilegiados, que vão comprar esses papéis com taxas de juros extremamente reduzidas e com condições interessantes do ponto de vista da compra, porque poderão parcelar e o Estado vai remunerar esses banqueiros, esses rentistas, com juros que podem chegar a mais de 20% ao ano. Então, existe uma contradição: uma PEC que pretende limitar os gastos sociais e que por outro lado amplia a transferência de recursos do setor público, ou seja, do fundo público, para meia dúzia de rentistas e banqueiros. E com essa PEC se completa toda uma análise jurídica que garante todas as condições do capital privado, que tem na Lei de Responsabilidade Fiscal um grande aliado, e que passa a ter, sem dúvida nenhuma, todas as condições do ponto de vista jurídico.

Em 1995, saímos de um gasto com despesas privadas na ordem de 14%, do Produto Interno Bruto, o PIB, e chegamos a quase 20% com despesas privadas. Mas sendo aprovada essa PEC, chegaremos em 2036 em menos de 2% de gasto com despesas primárias em percentual.

Ou seja, em 2036, o País gastará menos do que gastava no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995. É uma grande volta ao passado. Então, nos cabe, neste momento, alertar a sociedade que não tem o devido conhecimento dos efeitos nocivos e deletérios que teremos se for aprovada essa proposta de Emenda Constitucional.

Fala-se muito do ajuste fiscal mas é fundamental esclarecer. Muitos brasileiros nunca ouviram falar de Bolsa Empresário. No Brasil, enquanto a taxa oficial de juros, é 14,25%, que é a taxa SELIC que é calculada pelo Banco Central, pelo Comitê de Política Econômica do Banco Central, o BNDES, que é um banco público, que utiliza grande parte de recursos do orçamento público, emprestou, de 2009 a 2014. E temos aqui exemplos muito próximo do Grupo Friboi e outros grandes grupos que receberam empréstimos com juros de, apenas, 3,5%. Ou seja, um juros menor que a inflação que nesse período circunou, que foi calculada em torno de 6%. O BNDES – também, é importante esclarecer – é um banco e tem que se submeter à lógica de todo o sistema público, de todo o sistema financeiro. Então, se a taxa básica de juros é 14,25% e o banco empresta a um juros de 3,5%, você tem uma diferença que alguém precisa cobrir. Quem vai cobrir essa diferença? Somos nós, cidadãos, avaliadores, contribuintes, que contribuimos com pesados impostos, que cobrimos essa diferença dessa políticas

que se praticou no Brasil ao longo desses últimos 5 anos. Então, quando se fala em ajuste fiscal a questão é quem tem que pagar a conta desse ajuste e não podem ser os mais pobres que já pagam, proporcionalmente, maior percentual de impostos. Quero chamar atenção que depois do gasto com juros e amortização da dívida, e uma dívida que sabemos que é cheia de ilegalidades, que não tem nenhuma transparência, o maior percentual de gastos após os juros e amortização da dívida é o gasto com a Previdência Social. E por isso o segundo passo do atual Governo, após aprovação da PEC 241, será a reforma da Previdência que irá, na verdade, criar condições para transferir essa parcela importante desse setor para o grande capital privado.

O atual Plano Nacional de Educação se organiza em 20 Metas. É um Plano que do ponto de vista do conteúdo é relativamente diferente do Plano anterior com um número muito elevado de metas. As metas, como no outro, também, traduzem as etapas e modalidades da Educação. É importante fazer uma rápida reflexão sobre as diretrizes do Plano Nacional de Educação que contribuem para a superação das desigualdades educacionais. E o Plano estabelece como primeira diretriz a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. Nós temos metas e estratégias que apontam para a expansão das matrículas, seja na faixa etária da creche, da escola, do Ensino Fundamental,

porque ainda não chegamos à completa universalização. E, também, a necessidade de ampliação de vagas no Ensino Médio; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; diretrizes que apontam para a promoção da qualidade educacional, a melhoria da qualidade da Educação, a formação para o trabalho e para a cidadania; a valorização dos Profissionais da Educação. E chegamos a dois pontos fundamentais, que são o que chamamos de limites de contenção para execução dos planos de Educação. No nosso Plano Estadual e nos planos municipais o tempo de duração é de 10 anos, além dos recursos para financiar a Educação. Se o Plano traz como ênfase e os planos subnacionais, também, apontam a necessidade de aumentar vagas, nós vamos precisar de mais recursos, de mais dinheiro.

Também é necessário analisar alguns aspectos para a redução das desigualdades. O regime de colaboração, que, ainda, é algo que padece, que necessita de uma definição clara e de instrumentos que apontem como tem que acontecer essa colaboração. Porque eles ainda se apresentam de uma forma na legislação de uma forma muito vaga. Há articulação interfederativa, ou seja, a gestão federativa das políticas públicas educacionais, considerando que a nossa Federação é tripartite, ou seja, temos a União, os Estados e os

Municípios. E a Educação Básica é mais responsabilidade dos Estados e Municípios, a União, também, é responsável, mas ela tem uma função supletiva, de acordo com o que estatui a nossa Constituição. A articulação entre os sistemas de ensino, ou seja, como, de fato, os municípios se organizam para prover a garantia do direito à Educação. Sabemos que muitos municípios não instituíram por leis próprias os seus sistemas municipais de educação. A integração das nações, a população, a dimensão territorial. Os planos são pensados para o território e esse é o grande desafio para os nossos planos de educação. A participação social, apesar de termos uma multiplicidade de espaços e instâncias. Sabemos que a participação precisa de mais densidade, e, de fato, incluir um conjunto de atores que são excluídos, que são silenciados na construção das políticas públicas e, ainda, o aumento da base do financiamento.

No que se refere à duração do Plano, partindo do próprio Plano Nacional de Educação, temos no artigo 5º a determinação da publicação de estudos pelo INEP a cada dois anos para aferir a evolução das metas do PNE. Até agora, o INEP não divulgou nenhum estudo acerca disso. Já se passaram dois anos da aprovação do Plano Nacional. Foi divulgada uma linha de base que é, na realidade, um instrumento, que tem que ser uma referência para que os municípios façam, realizem seus processos de monitoramen-

to e de avaliação. Nós temos a avaliação de meta progressiva de investimento público em Educação que poderá ser ampliada por lei para atender as necessidades financeiras para ao cumprimento das demais metas. O Plano determinou uma meta de aplicação de recursos com a progressão do PIB no patamar de 10%. Essa meta tem desdobramento em uma meta intermediária que precisa ser avaliada já em 2018. O Plano também determina a realização de duas conferências nacionais ao longo dos 10 anos, sendo que a primeira tem que acontecer já em 2018. Essa Conferência Nacional tem toda uma logística e uma dinâmica própria, porque ela tem que se desdobrar em conferências municipais, conferências estaduais. E, lamentavelmente, temos notícias de uma política de desmonte do Fórum Nacional de Educação e essa gestão tem dificultado a realização do fórum que é a instância que convoca as conferências nacionais de educação.

A aprovação de leis específicas disciplinando a gestão democrática que é algo que nos toca diretamente e que o Sindicato tem uma relação decisiva. E questionamos como os municípios têm disciplinado no âmbito local a gestão democrática da Educação. A eleição de diretores por si só não garante a democracia da escola. É claro que é um instrumento, uma política importante, mas se não for articulada à outras formas de participação, como a participação no Conselho, com a

participação na construção e na avaliação de projeto político-pedagógico. Em alguns municípios temos visto muito um debate enviesado de muito respeito de gestão democrática que está se resumindo à eleição de diretores.

Outro ponto importante na avaliação das metas é a ampliação do investimento na Educação Pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País e isso no quinto ano de vigência. A implantação do custo/aluno/qualidade. Esta é uma meta que não foi cumprida no prazo, porque o prazo determinado pela Lei, em 2005, foi de 2016. E chegamos às fontes de financiamento. Muitas vezes essa discussão é árida e cansativa, mas precisa dar um grande destaque, porque sem recursos não temos como tirar as 20 metas do papel, sejam do Fórum Nacional e, principalmente, dos Fóruns Estaduais e Municipais da Educação. Temos a vinculação constitucional que existe no nosso ordenamento legal desde 1934 e que no bojo da PEC 241 corre grande risco, pelo menos, um cenário de sub-achatamento, a subvinculação de impostos e transferências que formam no âmbito de cada Estado o Fundeb e o salário-educação. Essas são as três principais fontes, as fontes antigas de financiamento.

Sobre o salário-educação nós começamos um estudo e temos percebido que aqui, em Mato Grosso, ele é uma fonte de financiamento da Educação que existe desde 1964 e que, de modo

geral, não está muito em destaque, porque é considerado um percentual pequeno, uma fonte adicional. É assim que a legislação define o salário-educação. Mas o que estamos percebendo em alguns municípios é que o salário-educação não está servindo para ser adicional. Ele está sendo utilizado para compor o mínimo. É necessário ficar atento, porque no contexto em que vamos ter a redução dos recursos públicos é fundamental essa discussão e a compreensão de como isso está se dando em cada um dos 141 municípios dentro de Mato Grosso.

E o Plano traz duas novas fontes de financiamento que são o Fundo Social Universal e os royalties. O Fundo Social Universal foi aprovado por meio de uma lei de 2010, mas essa lei ainda não foi regulamentada. Ela exige um instrumento infralegal, ou seja, um instrumento que está abaixo da lei, um decreto, que diga como têm que ser utilizados esses recursos. Os recursos da Educação são longos e tortuosos, isso a história tem demonstrando, existe outro passo de luta que é no sentido de regular, de retirar esses recursos do contingenciamento. O que tem sido a prática dos governos, logo após a aprovação do orçamento, é contingenciar uma parcela significativa, sobretudo, dos recursos para as políticas públicas sociais. Quanto aos royalties, em que pese a importância e a nossa luta por esses recursos, temos que lembrar que o petróleo é um recurso natural

finito, ou seja, essas reservas não vão durar eternamente. É uma fonte finita e é sempre um complicador, porque a Educação implica em recursos e despesas que serão permanentes. Outro ponto é que a legislação não define como, de fato, serão gastos esses recursos, até porque não são somente para Educação. Eles vão para outras áreas como meio ambiente e cultura. A legislação fala de modo genérico e geral em Educação, quando a nossa legislação básica, a LDB, e a lei do Plano Nacional de Educação, falam em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em Mato Grosso, 100% dos municípios têm planos municipais de educação aprovados. E chegamos a um momento decisivo que é tirar do papel essas metas que foram construídas coletivamente.

Os planos de educação do Estado foram aprovados, a grande maioria, no primeiro semestre de 2015. Ou seja, já temos mais de um ano que esses municípios têm seus planos municipais aprovados. O que a experiência tem mostrado é que se não houver a cobrança e a firme participação social, a participação da sociedade para exigir dos poderes públicos o cumprimento dessas metas, elas não vão sair do papel. A nossa experiência tem mostrado, ainda, por força de uma forte tradição patrimonial que nossos governos não gostam de planos, sobretudo, planos com força de lei, planos que trazem imperativos e para além de um

mandato de 4 anos. No Estado, a Secretaria de Educação do Estado vem articulando e conduzindo um processo com a equipe técnica que deu apoio aos municípios desde a construção dos planos e, agora, continua no monitoramento e avaliação desses planos. Eles estão fazendo um trabalho nos 141 municípios. É um trabalho que foi induzido e coordenado em nível nacional pela Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE), que fez um trabalho grandioso, que contribuiu para que 100% mato-grossenses tivessem os seus Planos Municipais de Educação.

Reitero que momento atual é de monitoramento e avaliação desses planos. E para monitorar nós precisamos ter um diagnóstico preciso da situação educacional. Analisamos alguns planos municipais de Educação em Mato Grosso, com dados de uma auditoria que foi realizada pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE) de 2014 a 2015, que, também, analisou os planos municipais de educação. Constatamos muitos problemas, sobretudo, ao que se refere ao diagnóstico desses planos. O planejamento implica, em primeiro lugar, em um amplo, em um preciso diagnóstico acerca da realidade. Mas o diagnóstico, não é só uma lista de problemas como, muitas vezes, pensam. Diagnóstico não é somente listar pontos positivos e negativos; não é só um conjunto de gráficos, de tabelas, muitas vezes, soltos que o cidadão não conseguiu entender. Os diagnós-

ticos dos planos, de grande parte dos municipais de Educação, muitas vezes, começam com todo um histórico dos municípios. Eu fiz leituras de diagnósticos de planos municipais que listam todos os prefeitos que o município teve, toda a história do município, porém, muitas vezes, trazem o tipo de solo do município, ou seja, dados que não que não tenham devida importância. Mas um diagnóstico para ser, de fato, um diagnóstico que subsidie tecnicamente a construção de planos precisa ter duas dimensões que julgamos fundamentais: a oferta e a demanda. Os diagnósticos dos planos que eu analisei trazem dados sobre a oferta, mas pecam gravemente no que se refere à demanda. Então, um município coloca que a oferta para escola pública é para 85% das crianças de 4 a 5 anos, mas não diz quantas crianças estão fora da escola; não diz quantas necessitam de acesso à pré-escola; quantas não estão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Ou seja, há um diagnóstico de oferta, mas não há por sua vez um diagnóstico que traga dados acerca da demanda. E aí não podemos desconsiderar que planejamento é sempre uma ação técnica com fins políticos.

Precisamos e, também, é um dos limites do nosso planejamento nos municípios onde não se tem o que a boa técnica do planejamento, chamado de marco situacional, que é definir que atuação nós queremos, para que sociedade e, a partir da definição desse marco situacional, a que

distância estamos desse momento que nós queremos. É isso que o diagnóstico tem que cumprir. Dizer a distância que estamos do momento atual para o momento que queremos chegar, ainda, considerando um horizonte de 10 anos. Um dos levantamentos que fiz foi sobre os segmentos que estão participando dos trabalhos de monitoramento e avaliação dos planos municipais. E observei que na maioria dos municípios, essa tarefa está sendo orientada e conduzida pelas equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação. E preocupa que os Conselhos Municipais de Educação, de acordo com os dados da própria Secretaria, estão tendo uma participação muito tímida, muito residual, nesses trabalhos. Os conselheiros dos Conselhos Municipais de Educação têm o grande desafio que é, de fato, levar essa discussão para os Conselhos Municipais de Educação, colocar os Conselhos nesse processo de monitoramento e avaliação dos planos. Porque nos preocupa o processo de monitoramento em que a sociedade, de modo geral, está excluída, não será um monitoramento preciso, um monitoramento que pode subsidiar a mudança de rota que, eventualmente, seja necessária no que se refere à política pública de educação do município.

Mato Grosso, como muitos sabem, foi pioneiro no trabalho de revisão e atualização do Plano Estadual de Educação. O nosso Plano Estadual de Educação foi revisado antes da aprovação

do Plano Nacional de Educação. Mas quero chamar atenção, que a lei que atualizou o Plano Nacional de Educação, que é de 2014, não danificou a vigência do Plano. O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso é de 2008 e perde a vigência no início de 2018. Por isso é preciso convocar urgentemente a sociedade para uma conferência, induzir, fomentar, iniciar um processo de discussão, de avaliação, porque a lei perderá sua vigência já no início de 2018. A Lei 10.111, apenas, alterou o Anexo I, que é o Anexo de Metas e Estratégias, ou seja, adequou o Plano que já existia ao novo formato do Plano Nacional com um número mais enxuto, mais reduzido de metas.

E alguns dados que temos constatado empiricamente com as nossas pesquisas é que, de modo geral, por força de uma forte tradição patrimonialista que convive, hoje, com essa lógica produtivista, com essa regulação do desempenho e não pelo bloqueio, observa-se que no Brasil a gestão pública é o que chamamos de uma gestão ciclo química. Ou seja, o Governo destrói o que o outro fez. E percebe-se que os nossos gestores, especialmente na esfera municipal, não gostam de planos com força de lei. Por isso, a cobrança destacada de

cada um de nós, agora, no monitoramento e avaliação desses planos. Percebemos, também, que os planos de educação não se articulam com as peças orçamentárias, ou seja, não há uma articulação equânime com o que consideramos como o sistema nervoso da Administração Pública que é o Orçamento. Porque tudo que é gasto em qualquer uma das esferas administrativas da nossa Federação precisa estar definido na Lei Orçamentária Anual, mesmo sendo uma lei de caráter autorizativo como é o nosso Orçamento. Mas é necessário que as despesas, as prioridades estejam, de fato, registradas, aprovadas na Lei Orçamentária Anual. E outro ponto é que os nossos planos de Educação são planos da Educação falando para ela mesma, quando sabemos que Educação, enquanto temática e política pública, é antes de tudo uma política transversal. Ou seja, a proteção à criança é responsabilidade do conjunto dos Poderes Públicos. A criança na garantia do direito à Educação ela precisa não, apenas, da política pública de Educação, ou seja, de escola com estrutura adequada, com professores bem remunerados e motivados. Ela precisa ser uma criança saudável. Por isso, a necessidade das políticas de Saúde, enfim, de um

conjunto de políticas públicas. Sabemos que no Brasil em torno de 40% dos nossos estudantes de escola pública são filhos de famílias que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Então, aí está a necessidade de articulação com a área de Assistência Social, porque é necessário que a escola acompanhe a frequência dessas crianças para que seja garantido o direito de aprender dessas crianças. E os planos, também, precisam, é urgente, se articular com outros instrumentos de planejamento, ou seja, pensar Educação como uma política pública transversal que é algo extremamente desafiador e algo extremamente difícil considerando a realidade dos nossos municípios brasileiros.

O momento é, mais do que nunca, de organização, de vermos toda essa estrutura de participação e de planejamento como instrumentos, como aliados, na garantia dos nossos direitos. Então, nessa perspectiva, não podemos, por mais que seja desalentador, por mais que seja preocupante o cenário, nunca permitir que mudem o que deve ser o nosso combustível, o que deve ser a nossa esperança. Então, isso nunca nos deve ser tirado, porque a esperança é o que nos move. A utopia, como dizia Paulo Freire.

**Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e especialista em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor efetivo do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).*



Painel 4: Conjuntura Política e Educacional

João Antônio Felício

Professor de Desenho, sindicalista, ex-presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI)

João Antônio Felício*

Eu estive em um evento do Sintep/MT, se não me engano, em 2010, seis anos atrás. Naquele período, com certeza, eu estava um pouco mais otimista do que estou agora. Seis anos depois, em termos de conjuntura política, estamos muito pior do que estávamos. Vou abordar algumas questões sobre a situação política internacional para contribuir com o debate sobre como nos inserimos, como inserimos o Brasil, nessa conjuntura internacional que estamos vivendo. Não consigo me lembrar outro período da história, especialmente, depois da 2ª Guerra Mundial, que estivéssemos vivenciando no mundo uma situação de enorme concentração de renda, de aniquilamento dos estados nacionais e, inclusive, da palavra política e da democracia. A fase bastante positiva que tivemos após a 2ª Guerra Mundial, quando os sindicatos passaram a ter uma participação extremamente importante na formulação de políticas públicas, especialmente na Europa, onde acabou se constituindo por meio da Organização Internacional do Trabalho uma participação política melhor dos sindicatos, onde o trabalhadores com os empresários e os governos passaram a ter uma presença no que se refere, especialmente, às políticas públicas. Talvez, tenha sido o período que mais se acumulou direitos em nossa história.

No caso do Brasil, tivemos

a consolidação da CLT, que trouxe para o nosso País determinados direitos que os europeus haviam conquistado. E foi um elo bastante rico. Não estou querendo dizer que o regime social democrático é melhor. Estou dizendo que foi um período que mais se acumulou direito, que tivemos uma participação política influenciando política de Estado e se conquistaram direitos espetaculares no que se refere a direitos democráticos. Os sindicatos se constituíram no mundo todo em fortíssimas organizações sindicais com enorme influência na formulação das políticas.

A conjuntura que estamos vivendo, hoje, é muito diferente. Nos Estados Unidos, que tanto se fala pela imprensa brasileira que lá é o berço da democracia, a honra e a liberdade é muito forte, é muito presente, 92% das categorias profissionais não têm direito à negociação coletiva. Isto é, não tem sindicato, porque para você criar um sindicato no local do trabalho, seja em uma fábrica ou no supermercado, precisa ter 50% mais 01 sócios. Como os empresários não querem sindicato, eles ameaçam o trabalhador dentro da fábrica ou do supermercado para não votar pela criação do sindicato. Aí não tem sindicato! Então, é muito comum nos Estados Unidos você entrar em um supermercado, vamos pegar o Walmart, tem o sindicato da cidade e o Supermercado Walmart que é na outra cidade, não tem sindicato, porque não se conseguiu naquela loja a

presença de 50% mais 1 dos associados. Então, não tem quem os defenda. Uma grande Central Sindical Americana fez uma pesquisa e detectou que onde tem sindicato os trabalhadores têm o salário médio maior do que onde não tem. É por isso que os patrões não querem sindicatos. O sindicato é o único espaço de participação no que se refere à uma defesa de corporação. Em que pese termos os partidos políticos, especialmente os partidos que têm um compromisso maior com as nossas lutas e votam questões de acordo com os nossos interesses nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, quem defende no dia a dia os nossos direitos são os sindicatos. E são os sindicatos que estão sendo brutalmente atacados neste momento. Por isso, é uma conjuntura muito diferente daquela que se vivenciou nos anos de 1950 e de 1960. Hoje é uma luta muito grande para você sobreviver.

Eu dei o exemplo dos Estados Unidos e naquele período existia lá em torno de 25% da base sindicalizada e, hoje, não chega a 10%; na esfera pública, em torno de 12%; na iniciativa privada, 8%, o que dá uma média é de 9%, 10%. Então, há uma queda na sindicalização. Na América Latina, a Colômbia que, também, tinha mais de 20% dos sindicalizados, hoje, não chega a 5%, porque lá mata-se sindicalistas todos os anos e o jovem que está despondo para a militância política jamais vai se filiar a um sindicato ou querer ser dirigente sindical, por-

que corre risco de vida. Na Guatemala é a mesma coisa. Então, qualquer organização que tenha a luta coletiva com a sua questão central, defendendo o interesse da população, sofre um ataque brutal ora dos empresários e ora dos governos.

Nós sofremos ataques no Brasil, também. Não é fácil conquistar, convencer ou forçar o Governo a se sentar a uma mesa de negociação. Você tem que entrar em greve para obrigar o Governador a recebê-lo. E tem que continuar em greve para conquistar alguma coisa. A defesa do Sindicato não é, simplesmente, porque você tem lá uma colônia de férias ou você um atendimento médico hospitalar. É uma questão de sobrevivência. Às vezes, entramos em choque com a própria categoria. É que disputamos ideias com as pessoas, e a imprensa, os governos, os empresários, ficam disputando cabeças e mentes. Ficam dizendo: “Olha, isso é coisa de grupo coletivo. Não serve para nada.” O importante é que você vai melhorar de vida de acordo com o seu esforço pessoal, individual. E essa é uma forte característica do neoliberalismo que não é, apenas, o esfacelamento do Estado, e que é uma característica muito forte para diminuir o papel do Estado na Educação e na Saúde. É uma ideologia que penetra na cabeça das pessoas: o individualismo. Às vezes, falam que as conquistas do Sindicato eram coisas que o governo já iria conceder e muitos colegas acabam aceitando essa

argumentação e, às vezes, não se filiam ao sindicato, não tendo o seu Sindicato como um suporte fundamental para a luta política.

Para enfrentar a atual conjuntura, temos os sindicatos, poucos Deputados e Senadores do Congresso Nacional, e nas Assembleias Legislativas Estaduais alguma participação política de alguns Deputados, de alguns partidos políticos que votam de acordo com os interesses nossos. A imensa maioria é contra nós. Então, este é um momento que temos que bater no peito e dizer que o meu sindicato é o meu instrumento de luta; é aquele que tem força política para enfrentar a conjuntura que estamos vivendo hoje. Não tem outra organização política e, às vezes, até as religiões acabam introjetando coisas na cabeça da nossa base social, em todas as regiões. Não que estou querendo dizer que a religião não é importante na vida das pessoas. A religião, cada um tem a sua e deve ser praticada, mas não pode ser um elemento para impor ao Estado a religião. Às vezes, se pega nas entrelinhas das falas de alguns parlamentares que têm vínculo com a religião que acabam convencendo a sua base social que a Escola sem Partido seria a ideal, como se existisse uma escola sem ideologia. Porque para eles todas as vezes que a pessoa é questionadora, que dá uma aula que questiona a estrutura, pronto! Essa escola tem partido, essa aula tem partido. Agora, quando a aula é alienante, que não tem relação nenhuma com os problemas

sociais, com os acontecimentos de fora da escola dizem que pode, como se essa não tivesse ideologia. E a ideologia, tanto aquele que questiona a ideologia, como aquele que tem que dar uma aula insípida, inodora e incolor.

O Roberto Leão me contou que participou de um debate no Congresso Nacional e chegou um deputado e disse o seguinte: “Eu defendo a Escola sem Partido, porque o meu filho foi estudar Jornalismo, depois de um ano chegou em casa e falou de luta de classe. Onde já se viu?”. Se o professor dele conseguiu convencê-lo de que a sociedade tem luta de classe, parabéns a esse professor, porque a luta de classe não foi inventada por nós. Ela existe na sociedade. O momento que estamos vivendo no Brasil é uma tremenda e radical luta de classe, onde você tem uma elite econômica que deu um golpe contra a parcela mais pobre da população. Isso é a luta de classe. E, às vezes, dentro de sindicatos, sindicatos pelegos, conservadores, sem ideologia nenhuma, acham que a luta de classe acabou. Em qualquer ação que você desenvolve no sindicato, no partido político, na vida, no debate que você faz, ela passa no seu discurso nas questões que tem a ver com os seus interesses; e o empresário passa no discurso dele os interesses dele que, geralmente, são conflitantes com os nossos. Isso é luta de classe. O que está se tentando fazer neste País, quando os golpistas falam em reforma da Previdência, da reforma Traba-

lhista, é luta de classe. Eles estão tentando impor sobre nós uma concepção de Estado e sociedade que o povo não escolheu.

Quando você lê um artigo em um jornal é impressionante como a imprensa trabalha. Raramente, você vê um artigo que reconhece que foi um golpe, mesmo à exceção de um ou outro articulista, como Paulo Henrique Amorim e o Jânio de Freitas, na Folha de SP. A maioria acha que não foi golpe. Ficam analisando o rito jurídico, o processo jurídico. O processo jurídico, o impeachment, está previsto na Constituição. Então, em função disso, falam que não foi golpe. Mas nós não estamos tratando disso quando falamos que foi golpe. Estamos falando de duas questões: primeira, para afastar alguém é preciso existir um crime político. A pessoa afetou alguma lei que seja muito grave, como com o Collor de Melo. No caso da Dilma, não. Ela nem fez isso. E os golpistas queriam implantar outro poder econômico político no País sobre o qual a população não depositou o voto, que é o projeto político neoliberal esfacelado, um Estado derrotado em tudo quanto foi eleição por anos. Como eles não ganharam a eleição e por medo do Lula voltar em 2018, eles foram aplicar um golpe implantado no nosso projeto político que tem a ver com aquilo que eu estava colocando no começo do projeto que era liberal está sendo implantado como um tempo todo, que é e tem como pressuposto básico o aniquilamento

da resistência sindical. Portanto, para poder implantar um projeto dessa envergadura não pode ter oposição. A oposição tem que ser aniquilada, a não ser que seja um sindicato. Se sabe que uma Central Sindical neste País, chamada Força Sindical, apoiou o golpe contra a Dilma. O famoso deputado Paulinho, Paulo Pereira da Silva, apoiou o golpe. Isso não é sindicato. É uma agência de negócios. É um agenciamento de recursos para fazer com que sindicalistas sobrevivam com recursos. Não tem nada a ver o movimento sindical como nós entendemos, e como temos muitos sindicatos combatíveis em nível nacional.

Eu acho que o Governo Dilma Rousseff, do primeiro mandato, cometeu um erro, que foram as desonerações. Também, teve uma redução enorme de impostos e os empresários pagavam para sustentar a Previdência Social. Diminuiu a contribuição das empresas e, também, teve uma redução enorme do imposto pago, chamado IPI do automóvel, redução enorme de impostos em vários ramos de produção, nos produtos como geladeira, fogão e etc. A intenção qual era? Reduzir a carga tributária das empresas e em troca as empresas vão investir na produção, investindo na produção não tem desemprego, exporta mais e o Estado, ao abrir mão de determinadas contribuições, passará a receber mais, porque haverá um crescimento econômico em função disso. Era uma análise ingênua. Os empresários pegaram dinhei-

ro e financiaram o golpe contra ela. É simples assim para o Poder Público no Brasil. E no começo do ano passado, no início do segundo mandato dela, tentou-se recuperar esse dinheiro que estava sendo repassado às empresas, com aqueles projetos que foram enviados no começo do ano de 2015 ao Congresso Nacional. Mas os deputados já tinham, naquele momento, a perspectiva do golpe. E não se pode ter de uma sociedade capitalista, um Estado desequilibrado financeiramente durante muito tempo. Pode-se ter durante pouco tempo, agora, em uma sociedade capitalista achar que vai ficar anos arrecadando “x” e gastando “x” mais “y”; isso não existe. Não tem como sustentar o Estado assim. Então, Dilma tentou recuperar uma parte desse recurso e os Deputados disseram: que não iriam fazer com que as empresas voltassem a pagar ao INSS que se pagava antes. Para resolver esse problema do desequilíbrio do orçamento público, das contas públicas, é simples: não tem que fazer reforma previdenciária e trabalhista. Basta as empresas voltarem a pagar o que pagavam antes.

Segundo cálculos de duas pessoas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em cinco anos foram R\$ 986 bilhões em desonerações, que dão quase R\$ 200 bilhões por ano. O déficit fiscal do Brasil não chega a R\$ 200 bilhões. É só as empresas voltarem a pagar o que pagavam há cinco anos, aquele percentual sobre a folha de pagamento que o INSS recebe; acabar com a re-

dução de IPI de automóvel e da linha branca. Mas eles não querem. Porque os empresários que apoiaram o golpe não querem pagar o que pagavam antes. É a forma, inclusive, que eles estão retribuindo os empresários para darem o golpe que foi dado, chamado golpe parlamentar, para dizer: “Os empresários apoiaram o golpe e, agora, vocês terão que votar no Congresso Nacional para tirar esse projeto político vitorioso nas quatro últimas eleições”. O que eles querem, agora? Fazer as reformas e implantar neste País os projetos neoliberais que têm sido implantados no mundo todo, que é, simplesmente, o Estado é ficar bem pequeno mesmo.

Temos que acabar com a corrupção? Sim. É necessário prender quem está envolvido com corrupção o pessoal e etc. Agora, aniquilar uma empresa, porque ela, simplesmente, desenvolveu um ato de corrupção é um absurdo. Algumas pessoas devem se lembrar quando a Chevrolet e a General Motors tiveram uma enorme dificuldade, em 2008, para sobreviver durante a crise que teve em 2008 e Governo americano socorreu as empresas, porque avaliaram que elas não poderiam ir à falência, por serem símbolos do poderio norte-americano. Na Europa é a mesma coisa. Ninguém aceita que uma empresa, independente das avaliações que possam ter sobre o empresário, vá à falência. Aqui, não. Se temos problemas financeiro na Petrobrás, vendem parte dela; se existem problemas

financeiro na exploração do petróleo, do Pré-sal vende-se um parte. É por isso que digo que a elite brasileira é anti-Brasil, anti-pátria e anti-povo. Ela não está preocupada com o projeto nacional em defesa de um País com soberania. O que está na cabeça desse pessoal que deu o golpe no Brasil, hoje, é a venda do Brasil. Até a lei que proíbe a compra de terras brasileiras por parte de estrangeiros está mudando para vender extensos pedaços de terra para capital internacional.

Nesse sentido, o Brasil corre um enorme risco de se esfacelar enquanto nação, enquanto povo soberano e autônomo, porque é isso, também, que está por trás do golpe. Porque embutido nesse projeto está a forma com que o Brasil se relaciona com o comércio internacional. E tanto no Governo Lula como no Governo Dilma Rousseff não se aceitava estabelecer relações comerciais de forma subordinada. Por isso que o TISA, que é um tratado de livre comércio na área de serviços, tanto o Governo Lula como o Governo Dilma se recusaram a assinar. O Brasil, nesses dois últimos anos, se recusou a assinar tratados dessa natureza. Agora vai assinar. O Brasil caminha com a produção industrial caindo. Daqui a pouco teremos um País que só exporta commodities (soja, milho, minério de ferro) e não exporta produtos de alta tecnologia, porque as nossas indústrias estão atrasadas. É esse o Brasil que essa gente está começando a construir e implantar aqui.

Quando se fala em reforma da Previdência, na Europa, por exemplo, geralmente se aposenta com 65 anos. Há países que se aposenta com 67 anos. Mas quando você tem um cidadão que passou toda a sua vida escolar, começou a trabalhar depois dos 25 anos, acabou a universidade para trabalhar e você vai até 60 e poucos anos é até uma questão aceitável. Agora, se for uma menina com 15 anos ou um menino com 15 anos, como tem pelo Brasil afora, cortador de cana-de-açúcar, a situação é diferente. Por isso as pessoas ricas podem ficar até os 65 anos. O Juiz de Direito, o Promotor, o Ministério Público e etc. Ocorrendo a reforma da Previdência, vai atingir o pobre. Eles querem equilibrar as contas públicas com o dinheiro do pobre.

Hoje, se não me engano, ou amanhã, era para ter tido, terça-feira, mas foi adiado. A CUT vai a uma reunião do Governo dizer: vocês querem equilibrar a previdência? Voltem a pagar as empresas, mas não voltem a pagar o que se pagava antes. Nós não vamos aqui discutir a relação de idade para aposentadoria. A CUT não vai entrar nesse jogo para negociar. O impressionante é como na imprensa aparece todo dia um especialista na Rede Globo, no Jornal Nacional, no jornal da manhã, no jornal na hora do almoço. Na Bandeirantes é a mesma coisa. Palavra de especialista: a Previdência está falindo. Daqui a dez anos não vai ter dinheiro nem para pagar a aposentadoria do Michel Temer.

Então, tem que fazer a reforma logo. Só que Temer se aposentou aos 55 anos. Agora, quer impor uma aposentadoria para nós com 65 anos. O tal do déficit da Previdência que não tem déficit. Para nós a Previdência está inserida na Seguridade Social e a verba de Seguridade Social, segundo a Constituição, é suficiente para pagar a aposentadoria da esfera pública e da esfera privada desde que voltem as empresas a pagar o que pagavam antes.

Sobre a mudança na legislação trabalhista é a mesma coisa. Naquela luta do 618 da CLT, quando no Governo Fernando Henrique Cardoso eles convenceram, novamente, aquela tal de Força Sindical que não precisa ter a garantia do direito pela lei. O direito será garantido pela negociação. E aí Sindicato não tem força política, mantém os direitos contidos na CLT. O Sindicato que não tem força perde os direitos no processo de negociação. Para nós, da CUT, não. Lei não se negocia. Eu não vou sentar com o patrão para ficar debatendo se o 13º salário, férias, fundo de garantia, serão mantidos ou não. Todo ano você tem que fazer campanha, porque o 13º tem que ser mantido, a licença-maternidade tem que ser mantida ou não. A lei existe. É isso que eles querem implantar neste País. Tudo se transforma em objeto de negociação. Nada é garantido pela lei. Esta é a concepção neoliberal de dizer o seguinte: “quer subir na vida? Vá ter força política, individualmente. Quer manter seu direito?

Pare a sociedade para fazer a luta para manter seus direitos”. Daqui para frente vamos garantir a concepção norte-americana. Nos Estados Unidos licença-maternidade não é garantida por lei. As mulheres norte-americanas não têm nenhuma lei que garanta a licença-maternidade de quatro meses como nós temos aqui. E o Paulinho lá em 1991, quando ele apoiou o projeto, eu estava com ele em um debate no Senado e ele falou: “João, qual o problema se a mulher quiser negociar a licença-maternidade dela? Ao invés de gozar quatro meses, fica dois meses e os outros dois meses vende para o patrão?”. Eu respondi que se tem um direito que a mulher não tem é o de negociar o direito do filho dela mamar.

Isso é ser leigo. Se tem um problema que temos neste País é se colocar dessa maneira com a base social. A pessoa não consegue nem fazer um raciocínio um pouco mais sofisticado. Negociação direta entre patrões e empregados como se aqui fosse uma Suécia. Aqui se você perdeu um direito, não vai nunca recuperar mais. Além dessa questão da reforma, que é importante na conjuntura política para debater as coisas, vem, agora, a Medida Provisória que altera o Ensino Médio. Eu sou da área da arte, história da arte, educação artística e etc. Estão querendo me excluir. Porque na formação de uma criança, de um jovem, tem que ter dignidade. Não, é bom aquele aluno, que se relacione com a língua dele através de vários con-

teúdos, de história, história da arte, geografia, biologia? Como se a escola fosse um local onde só é importante o aluno saber a língua portuguesa e matemática. Não. É importante? Claro que é importante, você não está com a preocupação de formar através da língua portuguesa o escritor e o poeta, a função da educação artística não é formar artista, nem a função da educação física é formar atleta, mas é ter conhecimento do seu corpo através da expressão artística, todos os países do mundo tem a formação na área de arte, a formação na área de cultura, educação física. Quer dizer, aqui isso é coisa de luxo, porque para pobre é assim, isso é luxo, pobre tem que saber pouca coisa para ele ir para o mercado de trabalho para ganhar pouco. Essa é a visão que eles têm. Ninguém é contra que o aluno fique mais tempo na escola, mas a pergunta que se faz é: ficar para quê? Porque o problema não está na grade curricular, eu não consigo imaginar o aluno de segundo grau e não ter filosofia, sociologia não tem essas componentes importantes para a formação geral do estudante. O problema não está na grade curricular, mas nas condições de vida da categoria profissional que nós representamos na nossa formação. O problema está no recurso investido em Educação, que até hoje não chegou nos 10% do PIB. Esse é o problema que tem que ser resolvido e não achar que vai resolver o problema da Educação mexendo com grade, extinguindo uma disciplina e colocando outra no lugar.

Estamos num momento na sociedade de muita disputa política, que exige muita paciência da gente. Eu era de uma época que se batia boca até com motorista de taxi. Então a gente no Brasil tem que ter muita paciência para conversar, porque estamos numa fase da vida que a gente não dá ideia. Escutar e convencer as pessoas, falar que o golpe não foi só contra a Dilma, mas contra o Brasil, o PT, cada um de nós. Porque eles inventaram um projeto político contra o povo. Mas a base social, às vezes opta por uma visão sem ter o conhecimento, a formação política sobre isso. Por isso a formação política é importantíssima pra nós. Fazer com que a escola seja um palco de debate, não somente esperar conteúdo. Eu sempre conto onde vou, que minha mãe era uma figura extraordinária. Na cabeça dela as filhas tinham que estudar, meu pai achava que tinham que trabalhar e recentemente ele disse: meu filho, se oferecer dinheiro eu voto pelos comunistas (comunista para ele é ofender alguém). Eu falei para ele: “pai, pode votar nos comunistas, mas não fala que se der dinheiro o senhor vota. Todo mundo que se mete na política fica rico, só vocês que continuam pobres”. Então, a gente tem que ter muita paciência para conversar com as pessoas. No supermercado, com um aluno, na família da gente. Nós estamos em um momento de disputa política, sempre é um momento de

disputa política.

Primeiro: nós não analisamos a reforma dos meios de comunicação, nem tivemos tempo, mas deveríamos ter tentado. Olha o que a imprensa está fazendo conosco agora, são vários os jornalistas que de certa maneira tem uma visão parecida com a nossa, que não é censura, é você diversificar nos meios de comunicação que hoje pertence a quatro, cinco famílias. Segundo: nós não analisamos a questão da reforma tributária e é através dos pagamentos de tributos que você detecta que sociedade se quer e qual o tamanho do Estado para financiar políticas públicas. Rico neste país paga pouco imposto, quem paga imposto é pobre. Dá até para resolver o problema do déficit só com dividendos, que são o seguinte: a pessoa tem uma empresa com 50 funcionários. Vamos supor que ela tira R\$ 50 mil por mês da empresa para sustentar a família e sobre esse valor não paga imposto. Mas o trabalhador dele que ganha R\$ 2 mil reais paga imposto. Portanto a reforma tributária, porque que os países escandinavos têm a mais justa carga tributária, eles pagam de 40 a 50% de imposto, mas a população tem escola pública, formação, aposentadoria, universidade pública, serviço social de forma eficiente, então lá tem estado. Aqui no Brasil para você exportar soja você paga 16% de imposto e no Paraguai 1%. A pergunta que se faz é a seguinte: o que o Brasil

quer ser? Uma Grande Noruega ou um grande Paraguai? Estamos caminhando para ser um grande Paraguai. Que tirou imposto da produção dos ricos, taxou os pobres e o Estado não tem recurso suficiente para financiar a área social.

E por último a reforma política, tudo o que está ocorrendo no Congresso Nacional. O que existe em alguns países é um sistema parlamentarista onde o Congresso Nacional pode mudar o primeiro ministro, se cair em desgraça porque não está dando certo. Mas em todos os regimes presidencialistas não existe essa possibilidade. Teremos um enfrentamento daqui para a frente e a unidade da esquerda é fundamental. Quando vocês ouvirem alguém de Mato Grosso pegar o microfone dizer que não é político, mas sim gestor, sai correndo porque é um sem vergonha. Porque isso não existe. Como se um gestor fosse alguém com independência de partido ou ideologia. Quando se fala em gestão, geralmente são de direita, porque os de esquerda falam que são políticos e querem implementar um programa.

Encerro enfatizando a necessidade de se confiar nos nossos sindicatos. Nós temos que parar o Brasil, é uma demonstração de força. Temos que ir para a nossa base, ir para a rua defender um direito nosso, a unidade do movimento social, da esquerda, dos partidos políticos que nos representam.

**Graduado em Desenho e Plástica, Educação Artística e História da Arte pela Fundação Educacional de Bauru. É secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional e presidente da Central Sindical Internacional.*





Painel 4: Conjuntura Política e Educacional

Lisete Regina Gomes Arelaro

Doutora em Educação e Pedagoga. Professora titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento em Educação (FINEDUCA) e pesquisadora na área de Política Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional, Financiamento da Educação Básica e Educação Popular.

Lisete Regina Gomes Arelaro*

Eu tenho uma proposta: nós, da esquerda, temos que estar sempre de bom humor, porque a direita vai ficar preocupada. Estou até com medo que o Temer me pegue como exemplo, porque eu já fiz 70 e continuo professora. Eu não pensava, agora, com meus 70 anos, para quem viveu a Ditadura Civil Militar, a última, que iríamos viver o que estamos vivendo hoje. A situação é muito grave, muito séria e vai precisar de cada um de nós. Concordo que temos que fazer uma autocrítica. Porque se não avaliarmos o que fizemos de errado e o que deixamos de fazer, não temos condições de construir o que nós precisamos fazer. Tive dois privilégios na vida: além de trabalhar com Paulo Freire, eu fui da última turma de alunas do Florestan Fernandes. Do ponto de vista concreto, Florestan dizia deveríamos considerar as crises como o movimento das marés, sobem e descem, no sentido de que sempre vai haver resistência, sempre vai haver um movimento, exatamente, de construção em defesa dos direitos sociais, do direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Portanto, nós estamos neste momento em que também, acredito, que a nossa união é fundamental.

Vamos admitir uma

coisa: os diferentes grupos de esquerda, há muito tempo não tentavam sentar juntos para conversar alguma coisa. Nós éramos, e somos ainda, muito intolerantes com nós mesmos e até mais tolerantes com os grupos da direita. Este é o momento de inverter. Estamos começando a sentar à mesa. Ainda estamos meio de perfil, mas, de todo jeito, estamos caminhando. Vamos ver como nós vamos fazer. E admitir o seguinte: existem algumas coisas em política, para quem trabalha com política e política educacional, que elas estão sendo surpreendentes. Na política, em geral, é dado um tempo para ver se as pessoas esquecem algumas coisas no meio do caminho. Para mim foi incrível cassar a Dilma no dia 31 de agosto e no dia seguinte aprovaram a lei, autorizando, no dia 1º de setembro, mas 2.233 ou 3.233, e o atual Governo passou a fazer exatamente a mesma coisa pelo qual no dia anterior se cassou a Presidente Dilma. Isso é inédito em política, para entendermos como essas coisas vêm acontecendo.

No entanto, sabemos que em política as coisas não acontecem da madrugada para de manhã. Tem sempre um tempo histórico. E no tempo histórico vou lembrar algumas questões que não acho coincidência. O golpe estava decidido no dia, que a Presidente Dilma foi reeleita. Naquele momento, a direita decidiu que

as coisas tinham se complicado, porque ela iria ficar mais quatro anos, o Lula iria voltar em 2018 e, portanto, o PT iria completar 20 anos, o que, na verdade, era um projeto deles.

Quando o Fernando Henrique entrou, quem era o arrecador dele, que comprava os Deputados, o Sergião, que morreu, disse: “viemos para ficar 20 anos”. Então, não podia deixar que o PT ficasse. Essa discussão não é uma discussão tão simples. Algumas coisas que estamos vivendo, hoje, já estavam engatilhadas tão logo Lula assumiu o governo. No ano seguinte, esse grupo que estamos achando que é um grupelho que discute e que propõe a Escola com Mordça se apresentou formalmente, em 2004. Quem tivesse tido a oportunidade de consultar o site deles: escolasempartido.org.br, antes, em 2015, iria ver que eles eram muito explícitos em relação a isso, até porque achavam que no Governo Lula, o que seria adotado nas escolas? A leitura obrigatória e o manifesto comunista ou algo do gênero, está certo, leitura do capital e detalhes. O Procurador do Estado de São Paulo, chamado Miguel Nagib, que em tese é o coordenador geral do movimento, em 1993, disse a filha dele cursava o 3º ano do Ensino Médio em uma escola privada e a professora pediu que ela fizesse um trabalho. Ela fez um trabalho sobre Che Guevara e, depois, essa profes-

sora, lógico, de Sociologia, teve a coragem de comparar em sala de aula Che Guevara com São Francisco de Assis. Aquilo era o limite. Esse grupo vem se fortalecendo. No processo final das discussões do Plano Nacional de Educação, a nossa surpresa não foi ter que enfrentar, simplesmente, o Ministério da Fazenda para discutir, afinal de contas, o que eles estavam entendendo por 10% do PIB para a educação pública. Naquela discussão difícil com eles sobre a reconceituação, do que é a manutenção do desenvolvimento do ensino, que acabou entrando, infelizmente, na lei, mas do ponto de vista concreto o enfrentamento era com o Ministério da Fazenda.

Quando fomos surpreendidos, pelo grupo de evangélicos e católicos mais radicais que eram entre colocar como condição para votação do Plano Nacional de Educação, exatamente, a retirada das questões de gênero dos planos. E desse momento em diante esse movimento se alastrou em todo País e, hoje, infelizmente temos, praticamente, em todas as capitais do Brasil e grandes cidades os planos estaduais e municipais aprovados sem as questões de gênero estarem presentes. E em alguns lugares está caminhando para uma coisa absurda como aconteceu em São Paulo. Além do que, é bom lembrarmos que todo grupo que, hoje, está com o tal do Mendonça no Ministério de Educação, 90% deles trabalharam

com o ex-Secretário do Fernando Henrique Cardoso, que, depois, virou Secretário de São Paulo. E essas mulheres que lá estão têm um pensamento e atuam de uma forma dura, obsoleta, mas temos que enfrentá-las.

A questão, realmente, da reforma do Ensino Médio, foi uma surpresa que ousassem fazer isso por Medida Provisória. E a proposta que eles apresentaram é mais ridícula ainda. A questão é saber: interessa a quem essa reforma, efetivamente? Porque, na prática, o que existe lá de exigência é Português, Matemática e Inglês. O resto, a condição das escolas escolherem, e sabemos que só vai escolher se tiver professor efetivo e só terá professor efetivo se tiver dinheiro para contratar mais professores para a rede. Porque a grande questão, inclusive em São Paulo, o Estado mais rico do País, é que faltam professores no Ensino Médio, particularmente, em relação ao ensino noturno. E não por acaso não há nenhuma menção, de cursos noturnos de Ensino Médio. A lei não prevê nenhuma discussão. Falam de uma falsa e, vamos dizer, demagógica proposta de educação integral ou em tempo integral. Educação integral, não é, porque de 2.400 horas para 1.200 horas e dizer que tem uma coletânea de disciplinas que são insuportáveis, eu pergunto: são insuportáveis para quem? E quem é que vai assumir, de fato, a

questão das outras 1.200 horas? É para fazer o que com a nossa juventude? Eu vou dizer: nem o SENAI e o SENAC têm estrutura nacional para dar conta e assumir uma responsabilidade dessas. E o que se faz? Vai se admitir uma situação que já temos, hoje, de professores precários que dão aula em todo o Brasil.

Como eu fiz Pedagogia sei que pedagogo é mão de obra para qualquer disciplina. Faltou um professor, o pedagogo está assumindo. Independente da nossa condição e disposição para isso. E, logicamente, nas disciplinas do ensino técnico, sabemos que qualquer um que se apresentar dará aula. Então, a defesa da formação de professores competentes, bem formados, que tenham, realmente condições de assumir o desafio da formação de uma geração, da juventude, é fundamental.

Essa situação não é tão simples assim, porque durante dois anos tivemos debates para definir a questão do Ensino Médio. Temos um movimento nacional em defesa do Ensino Médio como direito da juventude e direito de etapa da Educação Básica que, efetivamente, apresentou proposta. Nós temos propostas e alternativas, por isso, a própria Maria Helena Castro, que hoje manda no Ministério da Educação, lotava os auditórios nas audiências públicas com o pessoal do PSDB, para que não

tivéssemos condições de falar, mas nós tivemos condições de falar. Nas audiências públicas, nenhuma das nossas entidades nacionais foi chamada para debater. Só são chamados representantes da direita, dos empresários e, obviamente, dos que representam a mercantilização da educação nos nossos espaços. Para quem viveu a ditadura, vale lembrar que os militares também baixaram a Lei nº 5.692 e informaram que daquele momento em diante seria profissionalização compulsória do Ensino Médio. É por isso em algumas coisas temos que ir com calma. Porque o fato de, também, passar pelo Legislativo, não quer dizer que será realidade. Nós temos, ainda, várias lutas pela frente.

Mas tem uma questão que eu, particularmente, estou bastante preocupada, e sei que também em Mato Grosso, o grupo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) é imbatível. Maria Helena Castro, Guiomar Namó de Mello, Marínes Pinho. Todas são membros do Conselho Nacional da Educação. E do ponto de vista concreto, forçaram uma modificação na legislação da formação de professores, contrariando a norma nacional, tirando a formação da creche dos cursos de Pedagogia. Já vimos esses antecedentes. Agora, no Ministério da Educação, já ouvimos proporem, que a creche deverá voltar para sua origem que é a

assistência social. Essa discussão não é pequena. É um movimento que contraria toda a teoria científica e pedagógica, que nós temos, aliás, o mundo ocidental. Esperamos, que os movimentos em defesa da Educação Infantil, hoje, muito bem organizados no País, tenham força para enfrentar essa discussão.

É bom lembrar que quem tem feito - e é um movimento que tem que ser apoiado - de forma surpreendente, são os estudantes secundaristas do Brasil. E é muito interessante ver que essa juventude tem, sim, críticas à forma como o ensino está organizado; tem, sim, propostas de como o ensino pode ser diferente. Nós temos que apoiá-los e admitir que, efetivamente, a discussão sobre gestão democrática passou, historicamente, para nós que já tínhamos considerado que era uma conquista certa e garantida, que já está em todas as leis. Nós deixarmos a gestão democrática na prática, digamos, ir para o 5º lugar. Se nós olharmos, hoje, os conselhos de escola no Brasil, diríamos que, praticamente, perderam a sua razão de existir. Tomam poucas decisões. Efetivamente, o Conselho de Escola não representa um locus privilegiado de discussão da política da escola, do plano da escola, do planejamento pedagógico que está acontecendo em cada escola brasileira. Nós sabemos que essa discussão, é ali que, realmente,

teremos que atacar com muita garra, força e coerência. Ou vamos chamar a comunidade para dizer o que ela pensa, o que ela deseja, o que ela propõe ou vamos perder essa batalha dos estudantes e dos pais.

Os estudantes que foram lideranças desse processo de ocupação das escolas, em São Paulo, uma parte significativa deles está sendo perseguida pelas autoridades educacionais com chamada, inclusive, direta de dirigente de ensino, diretamente, para pai e mãe assustando, dizendo que vão desmatricular o filho se ele não parar com esse movimento. Logicamente, temos conseguido até agora que os conselhos tutelares, ou parte deles, esteja conosco nesse movimento e proteja esses meninos e meninas. Mas com o movimento é muito difícil. Por quê? Porque os professores e professoras têm apoiado pouco o movimento dos jovens para contestar a forma como estamos organizados dentro da escola, para contestar o tipo de conhecimento e de saber que nós há muitos anos insistimos nas escolas. Esta discussão não é uma questão menor.

Esse movimento da escola de mordada escolhe, não por acaso, sacrificar Paulo Freire, enquanto líder e patrono da educação brasileira, execrando seus fundamentos, a sua teoria epistemológica que é o diálogo. Mas por que a escolha do Paulo

Freire? Primeiro, porque ele foi um dos primeiros educadores brasileiros que disse: 1 – “não há educação neutra”. Educação é um ato político, portanto, todo professor e professora ao escolher esse ou aquele esquema; esse ou aquele filme; essa ou aquela sugestão de livro ou artigo, diz da sua concepção de sociedade; diz o que pretende construir no Brasil. E mais: Paulo Freire nunca escreveu, foi para casa, escolheu um bom vinho e dormiu. Ele sempre disse e fez que é a prática, é a prática que define a nossa teoria. Portanto, a coerência, a ação e a batalha são, absolutamente, fundamentais para esse movimento de construção, se quisermos, efetivamente, mudar a educação do País.

A PEC 241 é tão grave que confesso que achava que eles não iriam ter os 366 votos, o que é chocante. E essa, também, é uma batalha nossa. Nós temos que fazê-la. Acho que nós deixamos, também, os Deputados Federais muito tranquilos em relação a não provocá-los e não considerá-los como inimigos da Educação. Vamos ter que fazer isso. E, por isso, nós, professores, que lidamos, inclusive, com o imaginário social, vamos ter que escutar cada família; vamos ter que chamar mais vezes pais e mães à escola; vamos ter que conversar mais com os nossos alunos até para esclarecer as mentiras que tem sido ditas exatamente para

esse conjunto de pessoas.

Existe um grupo do Judiciário que é uma referência com relação à defesa dos direitos sociais no Brasil, e a Procuradora Elida, do Ministério Público de São Paulo, escreveu, um documento pedindo a adesão nacional. Aliás, ainda estão protocolando, uma argumentação jurídica, trazendo argumentos que eu diria que nós, professores, temos a obrigação de conhecer cada um. É verdade que precisa muita cara de pau para alguém propor um congelamento de despesas pelos próximos 20 anos. Vinte anos são cinco governos e são três gerações. Não é brincadeira! Isso não pode ser considerado natural, até porque toda a nossa Legislação e a Constituição Federal, ainda hoje, garantem, efetivamente, que as despesas tem que ter correlação. As despesas têm que entrar, logicamente, com as receitas e esse é um estudo anual que se faz. Então a importância das LOAs; dos orçamentos plurianuais, que viabilizam já do ponto de vista legal uma efetiva possibilidade de avaliação das condições de funcionamento da educação, da saúde, da previdência e da segurança social. Para nós, em termos de educação, é verdade que temos sustentável baseado em argumentos muito bem fundamentados que a vinculação de recursos da Saúde e da Educação são cláusulas pétreas, que são imexíveis. E esse é um argumento

com o qual queremos sensibilizar o nosso Supremo Tribunal Federal para ver se eles concordam uma vez que já há, historicamente, acordos em relação a esta discussão no Brasil. Imagine, ainda temos para colocar hoje, imediatamente, cerca de dois milhões e meio de crianças. Só as de 4 e 5 anos que são uma exigência, da Emenda Constitucional 59, que estabeleceu que o ensino obrigatório no Brasil é de 4 a 17 anos. Então, só para colocar aquilo que, efetivamente, deveria estar em resolução, já em 2016 2,5 milhões estão fora da escola. Para colocá-las do que precisamos? De professor, escolas, material e, obviamente, condições de trabalho. Para onde elas irão? A discussão é grave, porque, efetivamente, ela congela, em 2016, com todos os problemas dos congelamentos que já existiram. As universidades públicas estão, extremamente, preocupadas, porque em outubro, terminará o dinheiro que elas têm para pagar: água, luz, telefone e gás. Portanto, a questão da crise interna das universidades, é uma coisa que temos que prestar atenção. E estejam certos e alertas a uma situação: esse grupo que aí está não se incomodará com a situação de precariedade, porque a tese que eles defendem é que está na hora de os alunos pagarem mensalidade nas universidades públicas, nos institutos federais. Se não reagirmos, ano que vem essa tese

estará sendo colocada e, com certo aval dos próprios professores universitários, que sentirão na pele a falta de dinheiro para as condições mínimas de trabalho.

Esse Governo, o seu saquinho de maldade, na verdade, já provoca a crise para receber, exatamente, algumas condições, alguns protestos, que viabilizem sugerir outras medidas na direção daquilo que sabemos que está em jogo no Brasil, que é: quem é que fica com o fundo público. Para eles é um processo de precarização, mercantilização e privatização que teremos a cada momento, como aliás acontece para dentro das nossas universidades. A própria aprovação do novo marco científico e tecnológico autorizou que os privados, as empresas, não só entrem para dentro das nossas universidades, dos nossos laboratórios, mas nos tirem um pouco de lá e eles trabalhem com os nossos materiais, os nossos funcionários e o nosso conhecimento. É um momento extremamente delicado e, por isso, digo que Emenda Constitucional 241 vem a serviço dessa concepção de que privatizar é a solução do Brasil para tudo.

É importante lembrar que em 1998, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 19, está escrito textualmente: 1) O que

ela fez? Três coisas bem complicadas. Primeiro, afirmou que daquele momento em diante aquilo que era obrigação do Estado, importante dito do velho e quero bem comum, não precisaria mais ser responsabilidade estadual; segundo, para isso autorizou-se, exatamente, que houvesse contratos de gestão em que o Estado passava essas responsabilidades para o privado e mediante esse contrato de gestão passava-se o recurso e o privado, surpresa, usava como bem da aprovação. E a terceira maldade da Emenda Constitucional 19 é que ela estabeleceu que funcionário público, insubstituível, são somente dois tipos: auditores fiscais e polícias militares. Portanto, daquela data em diante, nós, os médicos, psicólogos, engenheiros, fomos considerados dispensáveis e, portanto, substituíveis para qualquer serviço público.

O que vimos de lá para cá é que nós nos incomodamos pouco, porque quem foi privatizado foram os nossos colegas funcionários, especialmente da limpeza e da segurança patrimonial. E eu diria como diria Bresser: “e nós não nos importunamos com isso”. Hoje, de ponta a ponta no Brasil não temos mais nenhuma mulher ou homem, funcionário público efetivo, a menos que tenha a

minha idade que, efetivamente, continue como um trabalho de limpeza, de apoio nas nossas escolas. Não temos ninguém que, realmente, cuide do patrimônio. Nem guarda para ser vigia, como as senhas de dia com as senhas privadas que nós temos, por exemplo, nas universidades dos nossos laboratórios. Ou nós fechamos e, por isso mesmo, não podemos usar de sábado e domingo, às vezes. Este movimento, é o que está aqui na PEC 241. E se não nos mobilizarmos com garra, emoção e sensibilidade pra disputar cada morador, cada vizinho nosso, cada um que anda de ônibus e anda de taxi.

Nós temos um outro Deputado lá, hoje Ministro, chamado José Serra. Ele, e é importante que saibamos disso - já tinha negociado antes da reeleição da Presidente Dilma a questão do Pré-Sal com as multinacionais americanas com condição, efetivamente, do apoio a sua candidatura e à candidatura, obviamente, do PSDB. O que esse senhor fez nesses anos todos foi, realmente, construir uma alternativa para ser o candidato preferido das multinacionais no Brasil em 2018. Portanto, em defesa do Brasil, vamos à luta! E vivam os professores e os sindicatos com seus 51 anos. É uma boa ideia!

**Doutora em Educação e Pedagogia. Professora titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento em Educação (FINEDUCA) e pesquisadora na área de Política Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional, Financiamento da Educação Básica e Educação Popular.*



Painel 5: O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional

Dalila Andrade de Oliveira

Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1999). Pós-doutoramento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2005), na Université de Montréal, Canadá (2005-2006) e no Instituto de Educação da Universidade de Londres (2014- 2015). Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) entre 2009 e 2012. Coordenadora geral da Rede Latino-americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (RedEstrado).

Dalila Andrade de Oliveira*



O tema desta mesa, é o Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional, é um tema amplo, mas também delicado de se discutir neste momento, porque estamos justamente vivendo um contexto de desinvestimento. Se falarmos em financiamento em um contexto que estamos vivendo no Brasil, um período de desinvestimento como não assistíamos há muitos anos, há décadas. Desinvestimento nas áreas sociais, na Educação, com aprovação do PL 257, com aprovação do PL 241. Quer dizer, nós sabemos que, ainda, não estão confirmados, mas com essa correlação de forças que vemos nesse Congresso, o pior Congresso da história deste País, é muito difícil que não seja.

Nosso futuro é sombrio. Vou falar das possibilidades de financiamento e de uma gestão democrática, mas sabemos que, também, não é possível fazer gestão democrática em processo de desconstrução democrática. Convivemos num contexto de desinvestimento e de desconstrução democrática, além da mordaza, o impeachment, que era muito mais a retirada de uma Presidenta

legitimamente eleita nas urnas. É uma violência à democracia, assim como a Lei da Mordaza é uma violência à família docente, quer dizer, como é que o professor pode ter a liberdade de desenvolver o seu Ofício, a sua docência, se tem que tomar cuidado com as palavras, com os assuntos que ele traz em sala de aula. Se ele não pode fazer uma discussão da sexualidade, se não pode fazer uma discussão de um posicionamento político, se não pode dar um exemplo que possa ter um conteúdo político que possa ser interpretado com um exemplo ideológico, então nós estamos vivendo mesmo um período de desconstrução democrática.

Para discutir o Tema, porque não podemos trabalhar e esperar que caia do céu uma solução, nós precisamos pensar que o papel de investigação de Políticas Públicas é justamente desvelar o lado menos visível do assunto Governamental, esse processo da formulação das Políticas Públicas e interpretação delas. A gente sabe que essa Avaliação normalmente é utilizada para justificar escolhas técnicas e as escolhas Políticas pelos Governos. A pesquisa Políticas Públicas e a Educação é uma das pesquisas de Políticas Públicas mais importantes que qualquer País leva, porque Saúde e Educação são consideradas as Políticas Públicas e Sociais mais importantes, então, é muito

importante que a gente observe esses Processos para compreender porque hoje o argumento torna da retirada de recursos da Educação, quando é difícil que se possa fazer mais com menos na Educação.

Esse é um argumento que sempre foi utilizado pelos organismos internacionais para discutir a gestão da Educação na América Latina, África, nos países pobres da Ásia, nos países pobres do leste Europeu e dizer que o problema não é a falta de recursos, mas que eles são mal congregados, mal utilizados. Então é muito importante que a gente tenha claro isso, de que esses argumentos são apresentados para nós como argumentos técnicos, mas eles se referem a coros políticos. E como a gente está falando de Educação Básica, essa escolha não é uma escolha menor.

É um primeiro nível da Educação que congrega mais de 48 bilhões de matrículas neste país, que tem cerca de 2,1 milhões professores em exercício, mais de 183 mil estabelecimentos. Um nível educacional de uma dimensão considerável em termos políticos, econômicos, e, sobretudo, em termos sociais. E essa Educação Básica é utilizada em três etapas, a gente sabe muito bem que Educação Infantil e Ensino Médio estão nas franjas dessa Educação Básica. São justamente as duas etapas que sofre-

ram mais nas últimas décadas e que começaram a melhorar o fomento Educacional no Brasil, que justo agora sofre com esse corte que pode complicar ainda mais a situação. Se a Educação Básica como um todo vai sofrer com esses cortes, nós sabemos que a Educação Infantil e Ensino Médio poderão sofrer muito mais.

Além disso, ela é organizada com regime de colaboração, portanto a responsabilidade primeiro da Educação Infantil e do Ensino Fundamental é dos municípios, justamente aqueles que são mais fracos. Dos quase 5.700 municípios que nós temos no País, sabemos que mais de 70% deles tem menos de 20 mil habitantes. Município pequeno no País, quase via de regra significa ensino pobre, que muitas vezes só vive do Fundo de Participação Nacional de Municípios (FPN). Embora tenham a liberdade de organizações próprias na rede de Ensino em contratar seus professores, normalmente contratam e remuneram de forma muito precária, então é dessa realidade também que a gente está falando. Nós não somos um país onde os professores de Educação Básica são contratos e são pagos na sua maioria pela Rede Federal de Ensino. Estamos falando exatamente de um segmento da Educação que apresenta uma grande diversidade em termos de salários e carreiras, porque

dependendo da Rede Estadual e Rede Municipal, esse salário e essa carreira podem variar muito.

E a gente sabe que uma conquista recente foi o FUNDEB, que é o Fundo de Financiamento da Educação Básica, mas que é uma Política datada, é igual o iogurte que a gente compra no supermercado, ele tem data de validade e com esse cenário que vem se anunciando para nós, de aprovação da PEC 241, de PEC 157, a Reforma da Previdência, nós não precisamos ter muita ilusão com relação ao FUNDEB, se a gente não conseguir valer uma outra correlação de forças. É esse cenário que traz para nós a necessidade de pensar como as políticas públicas em Educação são pensadas e formuladas. Como elas são negociadas, porque a gente esta vendo hoje uma grande negociação que muda radicalmente a agenda política brasileira, e, é dessa mudança radical da agenda que eu quero falar um pouquinho. Então, o que a gente viu, que nos últimos dez anos nós tivemos uma agenda, é importante que a gente possa considerar que essas agendas são escolhas Políticas ainda que injustificáveis tecnicamente, porque estou dizendo isso, se a gente digitar no Google PEC 241, a primeira coisa que aparece é um anúncio que fala que a PEC é indispensável.

Qualquer brasileiro mal informado, pode ser muito bem

intencionado, mas mal informado, enfim, quem estiver com os pés fora do chão, fora da realidade, vai ler essa matéria que é um anúncio pago e vai acreditar que se o Brasil não aprovar a PEC 241, o país quebra de vez. Este é um argumento que quer fazer valer uma vontade política que não impõe nenhuma restrição aos bancos, que não impõe nenhuma restrição no capital estrangeiro, mas que impõe restrição a classe trabalhadora, àqueles que vão depender da Previdência Social. Nós sabemos que a Previdência Social no País responde por vidas e vidas. Se nós temos aumentado nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), isso tem relação com a longevidade de nossa população, que passou a viver mais porque tem uma Previdência que permite que esse idoso compre um leite, que possa comer uma fruta e também se tratar.

A Previdência cumpre um papel fundamental junto com o SUS, que é outro segmento que vem sendo ameaçado na preservação da vida. Estou falando da vida antes de falar da Educação, porque sem vida também não tem Educação. É preciso em primeiro lugar ver a preservação da vida, e a PEC 241 põe em risco a preservação da vida porque está justamente neste setor das políticas sociais e procura congelar por 20 anos os investimentos, os recursos que são destinados

as Políticas Sociais. A partir de 2003 nós tivemos um prazo para uma mudança de agenda no que diz respeito ao que a gente pode definir como desenho de ações de políticas públicas. Antes tínhamos um tipo de política pública no Brasil que era dirigido de uma maneira, que era organizado e ia em uma determinada direção. A partir de 2003 a gente tem uma mudança nessa agenda política que passa o desafio do enfrentamento das desigualdades. Esse enfrentamento que depois de 2003 o Governo Federal passou a ter, não significa que todos os Estados nesse Brasil passaram a ter, porque a gente vive num país que tem um sistema político organizativo muito peculiar, nós somos o único País do mundo cujo Regime Federativo considera federados todos os nossos Municípios. Nós temos alguns países federados que alguns Municípios só, tem autonomia, por exemplo, a cidade de Buenos Aires dentro do regime federativo da Argentina, mas no Brasil todos os Municípios, todos, sem exceção, são antes Federados, significa que eles tem autonomia Política no contexto da Federação. Tivemos no âmbito do Governo Federal uma mudança de agenda, mas nos Estados e Municípios a gente pode não ter tido, dependendo do Estado e Municípios uma agenda dirigida numa mesma direção, o que já é, digamos, fonte de muita

contradição.

Esta agenda teve maior ganho no fato de que ela retirou de baixo da linha da pobreza mais de 20 milhões de pessoas, esse é um, digamos, um dos aspectos que mais devem ser destacados nessa agenda. Ela conseguiu aumentar a atividade das pessoas, conseguiu aumentar a escolaridade da população brasileira, embora a gente ainda seja um país que tem uma das taxas de escolaridades mais baixas do planeta. A nossa taxa é humilhante, nosso povo não tem nem oito anos de escolaridade, chega a 7.8 a escolaridade média da população. Então, estamos com uma população escolarizada e nos últimos anos a gente vê isso acontecer. Entre as políticas que fizeram diferença nesse sentido, temos o Bolsa Família, que foi responsável pela melhoria do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDAM). O Bolsa Família fez com que muitos Municípios pequenos do Brasil saíssem da condição de muito baixo desenvolvimento. Porque as pessoas passaram a comer, a receber um recurso que os permitiram uma vida um pouquinho mais digna, isso fomentava o comércio e de alguma maneira colocava um gás na economia como se fosse no sentido público.

Uma outra política que é muito importante, é a da ampliação dos postos de trabalho no setor mais baixo da popula-

ção, aqueles que ganhavam até um salário mínimo e meio. Vinte milhões de pessoas tivessem uma vida mais digna, mas com um trabalho remunerado, bem orientado, então não é verdade também que as pessoas no país não estavam trabalhando e que estavam vivendo de Bolsa Família e Previdência Social. Esse é um discurso horrendo, que tem sido bastante empregado pela Classe Média que veio perder os seus privilégios, porque passou a ter um pouco mais de dificuldade de contratar o trabalho doméstico, quase que um trabalho escravo, porque era essa a realidade no Brasil. As Empregadas Domésticas, na sua grande maioria, não tinham seu registro em carteira até ano passado. Esse é um argumento que era utilizado no Brasil para justificar a Reforma da Previdência e para acabar com programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Uma das primeiras medidas que o Governo Temer que teve pouca divulgação foi a que ele cortava a linha de crédito do Minha Casa, Minha Vida justamente na faixa mais baixa, das famílias que ganhavam até R\$1.800 por mês. Ele cortou porque o argumento deste Governo foi de que essas famílias não tinham condições de pagar suas casas próprias, então as casas eram praticamente doadas e já que o Governo não pode doar as casas para essas famílias, ele

corta o financiamento e as pessoas vão viver na rua. Os exemplos às vezes são um pouco duros, porque é impressionante o entorpecimento que a gente tem visto em certos segmentos da população. Nosso papel de educar é de olharmos de cima, ao invés de olharmos com os olhos clássicos, o professor é o militante da nova ordem e nós temos que fazer valer isso. Se cada Professor começar a multiplicar essas análises, vamos chegar ao final certamente com uma População um pouco mais acordada, mais esperta e menos dispersa em relação ao que nós estamos vivendo.

Outras políticas que fizeram a diferença, pensando só no lado da Educação, o Programa Mais Educação permitiu que as crianças ficassem em segurança, alimentadas em instituições públicas enquanto suas mães fossem trabalhar, permitiu que essas crianças evadissem menos da escola, e esse programa vem sofrendo cortes e reestruturações. A Emenda Constitucional nº 59, que ampliou a obrigatoriedade escolar dos 4 aos 17 anos, fazendo com que na América Latina tivéssemos a maior obrigatoriedade Escolar. Nós temos a mais alta taxa matrícula em Educação Básica Pública, cerca de 86% da matrícula em Escola Pública. Um dos países que vem logo abaixo é Argentina, com menos de 73%, e o pior deles é o Haiti, que teve

este ano com 3,4% somente da matrícula na Educação Pública. A Escola Pública Brasileira é um patrimônio do povo brasileiro, é um bem público, não podemos deixar que nos retirem esse patrimônio, seja para privatização direta, pela mercantilização ou pelas parcerias Público Privadas.

A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, pode promover Educação com segmentos da população que por séculos estiveram excluídos de uma vida social digna neste País. Estou falando dos povos originais, dos donos primeiros dessas terras. A diferença é que os nossos povos originais, os indígenas, não eram donos da terra. Porque a terra que era dona deles, essa é uma grande diferença do pensamento ocidental Europeu para os nossos povos originais, a terra é que tinham as pessoas e não as pessoas que tinham as terras.

Com essa mudança que o processo civilizatório trouxe para nossa cultura, tivemos foi uma imensa população excluída da sociedade e expulsa de suas próprias terras. Por séculos, indígenas e negros neste país não tiveram acesso aos bens públicos básicos que a população brasileira deveria ter, como por exemplo, Saúde e Educação. O nosso sistema escolar foi copiado do sistema europeu, foi idêntico quando foi estruturado inicialmente, e dito

universal, mas considerava como universo somente os brancos urbanos, a princípio era o macho branco adulto no poder.

O ProUni, o ReUni, além de cotas, que são fruto de uma lei aprovada há 10 anos, mas se em 2022 o cenário permanecer como está podemos ter novamente as portas das universidades públicas fechadas a este segmento da população.

Quero ressaltar o Piso Nacional Salarial, o piso é do Profissionais da Educação, uma luta de mais de 100 anos dos professores brasileiros e que o movimento sindical, que é o grande protagonista dessa política, só conseguiu fazer valer porque houve anteriormente a Lei da FUNDEB. Ou seja, um financiamento que pudesse pagar esse Piso Nacional, garantir esse piso para os professores, mas ainda é muito baixo, porém, já elevou a patamares bem melhores essa condição salarial dos Profissionais da Educação Básica. Para garantir esse Piso é necessário que garantir financiamento. E como é possível a pensar em financiamento e democratização da Educação sem pensar nas escolhas políticas que são feitas ao nível governamental? Orçamento não é instrução técnica, questão financeira não é uma questão técnica, a questão financeira é sempre uma questão política, para onde investe, para onde dirige o recurso. Isso fica mais explícito em termos da

América Latina, o campo da Educação começa a ficar as CONAEs, as duas CONAEs foram provavelmente o movimento mais importante que tivemos na Educação nos últimos 50 anos, e, sem dúvida, o mais importante do século XXI na Educação Brasileira. Foi por meio dessas duas CONAEs que pudemos chegar a um Plano Nacional de Educação, que não é uma maravilha, mas é muito melhor que o Plano Nacional anterior e que tem muito mais a cara da diversidade brasileira do que tinha o Plano Nacional anterior. E tem seis métodos, só que são três aspectos distintos mostram uma agenda prospectiva que agora está ameaçada. Essas metas surgem como resultado daquela agenda que vinha sendo empregada, e, agora, com esta mudança com relações a impostos que tivemos, mas estas metas ainda não estão implementadas, ainda não estão em ação, é esse trânsito que as pesquisas políticas públicas em Educação fazem.

A Meta 7, que é um dos piores planos da Ministério da Educação, fixa uma proficiência do Ministério para todas as redes de Ensino e todas as etapas da Educação Básica, e que é uma meta por exemplo que vem justificando muitas das políticas, como, por exemplo a MP 746 dirigida ao Ensino Médio. O único argumento sustentável é de que o INDEP do Ensino Médio vai muito mal.

O Ensino Médio vai mal, porque não se resolve o INDEP do Ensino Médio, colocando em período integral 500 mil alunos, mas nós temos mais de 7 milhões de alunos, então, os outros 6,5 milhões que se danem, que fiquem ali na roça. Basta administrar o tempo na escola para que as pessoas não estejam na rua e a gente confia que 500 mil vão resolver o problema de trabalho para a grade comum do Ministério. Essa Emenda ainda traz uma coisa absurda, a gente pensa que esse foi um processo democrático de construção de uma agenda para Educação para os próximos 10 anos, um programa pensado e que tem como público, tem boa referência. Que sentido faz a gente ficar copiando Piso de outros países da América Latina para dizer: “somos muito competentes, olha só, estamos lá embaixo na escala”. Cada professor e professora sabe que dependendo do teste que você fizer no aluno, vai ter esse ou aquele resultado. Se você ensinou determinada coisa e cobra outra, é claro que ele vai mal no teste. As nossas escolas são orientadas, eu não estou falando em termos curriculares, mas em termos culturais, em aspectos sociológicos muito mais amplos, por modelos de escolas e comunidades europeias. Como podemos aceitar que um país, com a soberania que o Brasil tem, vá se influenciar pela comunidade europeia para

dizer se ensinamos bem ou não. Não podemos aceitar isso.

As Metas 15, 16, 17 e 18, dizem respeito diretamente a padronização docente. Temos um processo intenso de discussão, do PL 84, esse foi um processo que recebeu mais de 2.900 emendas e essas quatro metas recebeu 296 emendas, graças ao trabalho da Assembleia, das entidades acadêmicas do campo educacional e a esta movimentação que o Setor Educacional tem, que é um setor mais desperto para a luta nesta país é o setor Educacional. Convivi com vários colegas, naquele período de tramitação, em que nós fizemos pressão no Congresso, no sentido de melhorar essas metas, as metas da padronização profissional, que dizem respeito a formação inicial e Continuada, a equivalência e equiparação do salário dos profissionais da Educação e demais profissionais, e diz respeito ao Programa de Carreira. São tantas Metas prospectivas, mas que agora se veem frontalmente ameaçadas pela PEC 241. Portanto, são Metas prospectivas e nós precisamos acordar para elas, e por fim, a Meta 19 que estabelece a Gestão democrática e a define como uma Gestão técnica, porque o professor agora vai ter que fazer uma prova, embora as metas 7 e 19 sejam agendas prospectivas, é bom mesmo que elas não possam ser efetivadas, para quem sabe, a gente consiga

colocar outra coisa no lugar.

Quero chamar atenção, sobretudo, às contradições que essas políticas, passam a ter. Para que nesse momento de ameaça que estamos vivendo, saibamos separar o joio do trigo. Uma das contradições é o fato de que elas querem colocar numa mesma cesta políticas de inclusão democrática e políticas eficientistas. Não tem como avaliar o Programa Mais Educação pelo IDEB, o Programa Mais Educação não tem a mesma lógica do IDEB, o Programa Mais Educação não pode ser mais ameaçado para que os meninos aprendam Inglês e Português sem aprender o be-abá. Se os meninos aprenderem bem Português e Matemática, ótimo, significa que o Programa está indo melhor ainda, mas se estiverem morrendo menos, adoecendo menos, sendo menos vítimas de violência, este programa já está indo muito bem. Não podemos achar que os números traduzem a realidade, porque não traduzem. Essa ideia de quem não tem número não tem o que dizer é algo que tem sido colocado para nós. As melhores decisões

políticas são aquelas que brotam da experiência, da sensibilidade, do olhar que o outro tem sobre múltiplos fatores.

E qual o cenário que se anuncia agora, com o congelamento de gastos previsto na PEC 157, que permite aos Estados negociar suas dívidas em 20 anos com a União e nesses 20 anos impõem para os Estados e Municípios os pacotões que o FMI. Fizeram isso na época da ditadura. Se falava: “não pode reajustar salário nos próximos anos”, “não pode aumentar a Previdência”. Então, o que a gente vai viver, é parecido com o que aconteceu nos Estados brasileiros. Isso, com uma janela que vai ser posta agora em termos Jurídicos, porque todos os golpes que a gente está vivendo agora são juridicamente sustentados, já que também cada país tem o sistema jurídico que o comporta, mas nem sempre o que merece. Não poderíamos compreender que tivéssemos um sistema jurídico que tivesse preocupado com a Justiça dos que não têm, afinal de contas esses sistemas jurídicos estão a serviço de manter os ricos e os pobres na

mesma, ou cada vez mais pobre.

Temos agora a possibilidade de flexibilização para os Profissionais da Educação, e pasmem, para o Ensino Médio, não precisa ir para a Educação Infantil, nem tem passado pela Educação Infantil, nessa qualquer um que tenha conhecimento de mercado que o Ensino Médio precisa tem no Curso de Formação de Professores, permite que se abra Escola como tratar qualquer um. Os cortes nas Universidades, podem promover restrição, resultar em redução de programas de Bolsas como as Bolsas de Enfermarias, as Bolsas de formação. Esse é o cenário que se apresenta para nós nesse momento, está muito mais obscuro. E não há outra forma da gente virar a página dessa agenda e criar uma outra opção no lugar, se não for pela luta política. Nós temos que mudar a correlação de força, porque na correlação de força que temos aqui o direito à Educação está comprometido. E se o direito à Educação está comprometido, a valorização profissional também. Precisamos arregaçar as mangas e dizer não a essa agenda impositiva do Governo.

**Pós-doutora pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Université de Montreal, no Canadá; Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.*





Painel 5: O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional

José Marcelino Rezende

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestre em Educação pela Unicamp. Professor associado da Universidade de São Paulo (USP).

José Marcelino Rezende*

Um das grandes brigas que nós temos com o Governo que foi deposto, é um jeito de falar que a gente pode usar, é o CAQi, a primeira vez que o caqui saiu e foi conhecido publicamente vão fazer 10 anos dos 6, qual é a ideia do CAQi, é garantir um padrão mínimo para todas as Escolas do Brasil e hoje quem deveria assegurar isso, o mínimo do Fundeb, que corresponde a pouco mais de R\$ 200. A pergunta que eu sempre faço é a seguinte: se você não tivesse um salário, você colocaria seu filho numa Escola Privada R\$ 200 por mês? Acho que não, mas é isso que a população brasileira coloca naqueles Estados que vivem com o mínimo. Mato Grosso recebe complemento do Fundeb? Não, porque para o Fundeb Mato Grosso é rico. Se o CAQi estivesse em vigor, Mato Grosso receberia R\$ 884 milhões, quase R\$ 1 bilhão, mas hoje não recebe nada. O CAQi tinha que ter entrado em vigor em junho, é lei. Quer dizer, como é que o Congresso que votou praticamente com unanimidade no Plano Nacional de Educação (PNE) é o mesmo que pode rasgar a PNE com a PEC 241? Nós estamos rasgando não só a PNE, mas também a Constituição. Porque a Constituição estabelece que da receita resultante de impostos e transferências devem ser aplicadas na Educação um percentual de no mínimo 18% para a União e 25% para os municípios. Quem fez errado e rasgou a Constituição Na-

cional no Brasil, foi só a Ditadura. A ditadura do Estado Novo, depois a ditadura do Estado Militar e agora a ditadura Temer-Meirelles que está querendo rasgar a Constituição, mas dá para brigar.

Porque a Educação precisa de mais dinheiro, o que parece óbvio, mas esse grupo que está no poder adora dizer que dinheiro não faz diferença na Educação. A Globo, a Mirian Leitão e o economista Sandenberg adoram dizer que dinheiro não faz diferença. Quando eu converso com um economista que diz que dinheiro não faz diferença, eu pergunto: quanto custa a Escola particular que seu filho estuda? Em Cuiabá, uma escola particular de classe média, medial, tem mensalidade de R\$1 mil. E quanto custa uma Escola Pública aqui? O gasto por aluno deve estar em mais de R\$300 por mês, e com um detalhe, é muito mais fácil ensinar uma criança de classe média. A Dalila Andrade Oliveira muito bem fez uma crítica ao Piso e ao Ideb, porque ao associar salário e dinheiro à nota é um equívoco. A nota dos alunos, porque 70% da nota de uma criança - de um jovem no Enem e no vestibular - é explicada por fatores de capital cultural da família, ou seja, escolaridade dos pais. Então, a nota de um menino na escola, de uma prova no Brasil, não reflete a qualidade da escola que aquela criança estuda. Por isso, vincular o salário do professor daquela escola à nota é um erro grave. Porque as escolas de periferia, onde estudam as crianças de pais mais pobres e com baixa escolaridade, vão tirar nota baixa mesmo que os

professores façam um belo trabalho. E se vinculo pontos e prêmios à nota da escola, o que eu vou fazer, é que os professores mais preparados fujam das escolas que mais precisariam desses professores. Mesmo usando a nota como referência, o dinheiro faz a diferença.

No Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA na sigla em inglês), que serviu de modelo para o Enem, o Brasil tem a menor nota, mas é o que também tem o menor gasto por aluno. O campeão do PISA nesta estatística é a Coreia, que gasta três vezes mais que o Brasil gasta por aluno. Então, como é que dinheiro não faz diferença? Alguns países até conseguem ter um bom desempenho e gastam menos que a Coreia, mas gastam mais que o dobro do Brasil. É o caso da Hungria e Polônia (que eram países socialistas); Cuba (que vai muito bem quando é convidada). São países que durante anos tiveram políticas interplanetárias. A Finlândia, tem praticamente quatro vezes o gasto do Brasil.

Por que mais dinheiro? Porque Educação é salário, ou seja, eu não tenho como aumentar salário sem aumentar o gasto. De cada R\$100 que se gasta em Educação, de R\$80 a R\$85,00 é salário. Salário do professor, do funcionário, do diretor. Então não tem jeito, se o dinheiro vier pouco, o salário é pouco e quanto menor é o aluno, maior é o salário. Para se ter uma ideia, a Educação Infantil é a que paga menos, a base que se tem é do IBGE. Sabemos que creche em muitos sistemas

não é nem considerado professor, é uma sub carreira, inventam todo nome. E o que é pior, esse Governo está querendo tirar a creche da Educação, coisa do Collor, voltar a velha ditadura militar, tirar a creche da Educação e voltar para Assistência Social. Foi todo um esforço desde a democratização, a luta dos educadores para garantir a creche como parte da Educação Infantil e a Educação Infantil como um direito, uma conquista. Nos Estados Unidos não tem creche, na Europa também não tem. Isso é uma conquista nossa, não podemos perder, e é direito, ou seja, o Judiciário garante a vaga.

No Brasil temos a categoria que mais gosta de luta, que são os médicos. Foi uma estupidez medonha eles acharem que o salário deles era o Mais Médicos. Quer dizer, o capitalismo te transforma num assalariado, então, o programa Mais Médicos só existiu porque o Brasil não tem médicos. Porque os médicos não querem ir para o interior de Mato Grosso, para o interior do Amazonas, porque não tem formação de médicos no Brasil. Então vem os cubanos e as pessoas gostam, porque eles conversam, perguntam, põem a mão – uma vez que tem médico com nojo de pôr a mão. Essa questão, o Brasil antes fazia escondido, com impeachment começou aparecer, o que dificulta para gente discutir com as pessoas aquilo que estava escondido, e o racismo que estava escondido.

Uma informação essencial é saber o quanto ganha um professor. E no Brasil o MEC não faz esse levantamento sistemático.

Para fazer a pesquisa tem que usar o IBGE, ver que pessoa é aquele professor, que rede ele pertence e calcular (porque o IBGE faz um amostra), mas a amostra é muito pequena. A amostra em Mato Grosso, tinha uns 80 que eram professores. A média de Mato Grosso era R\$2.600 considerando 40 horas. Mas um problema é que quando o IBGE a jornada para o professor, muitas vezes ele responde somente a jornada de aula, não se sabe se está considerando a hora-atividade. Eu acho que não, e isso verdade joga o salário para cima. Qual é a média dos outros profissionais? R\$4.200. Para equiparar teriam que conceder um reajuste de 58%. É um número muito diferente daquele do Inep, que ainda é o melhor número que nós temos. Então Mato Grosso precisaria de um reajuste.

Quando começou a discussão do PNE, na luta do CONAE aprovamos 10% do PIB para a Educação e o Governo baixou. Naquela luta chegamos no PNE e o Governo não tinha mostrado os números. Como você manda o projeto se você não tem os números? Nossos números mostram de onde saíram os 10% do PIB para a Educação. Tem que apurar creche, Educação Infantil, o CAQi... No site da campanha nacional as pessoas podem entrar e fixar um valor que acham adequado como remuneração e o simulador calcula quanto o Brasil teria que gastar com Educação. Por exemplo, se eu colocar um salário de R\$4.000, que não é nenhuma Brastemp, o PFC do PIB já fica pouco. Muitos governos dizem que o nosso PIB é

pequeno, mas os Estados Unidos gasta 5% do PIB, o Brasil gasta 5% do PIB, quer dizer, se conclui que o Brasil gasta o mesmo que os Estados Unidos. Mentira. Uma coisa é os 5% do PIB dos Estados Unidos (cerca de US\$ 11 mil por aluno), outra coisa é os 5% do PIB Brasil (US\$ 1.500 por aluno). Ou seja, um ano do estudante americano faz o Ensino Fundamental completo do brasileiro. É muita desigualdade. Para gente aprovar o CAQi, o Governo faria com 1% do PIB, isso faria o Brasil chegar no padrão São Paulo. E quem é de São Paulo sabe que isso não é qualidade, mas você teria praticamente todos alunos brasileiros no mesmo padrão de financiamento com 1% do PIB. Esse apoio que o Governo coloca hoje serve como complemento depois, ou seja, eu terei cursinho na complementação, não seria para chegar no sonho e com a matrícula atual. Só que a matrícula atual está ilegal porque temos jovens de 15 e 17 anos fora da escola. Temos crianças de 4 a 5 anos fora da escola. Isso é ilegal, mas agora é possível com a PEC.

Um dos discursos deste Governo é que o gasto com a Educação explodiu. Isto é meia verdade, porque se olharmos os gastos em reais ele explodiu. Mas o gasto com Educação aumentou porque o PIB cresceu, principalmente no Governo Lula. E de tudo que o País produz, um terço vai para as mãos dos Poderes Públicos e essa é a briga, esse é o impeachment. A diferença entre a bolsa família pobre e a bolsa família rica. É a disputa desse povo. Temos mania de falar também em termos de impostos,

porém, não tem Educação e Saúde se não tiver imposto. O que nós temos que discutir é a qualidade do imposto. Se observarmos o crescimento na Educação com relação ao PIB, 1% do PIB, cresceu, mas não tem nada de explosão nisso, porque pouco mais de 20% e não os 120% que o Governo fala. A notícia ruim, é o que está acontecendo com o gasto geral da União. De 2012 a 2015 nós já perdemos R\$ 15 bilhões em termos reais só de gastos na União que caíram. Porque o PIB está caindo e nós já estamos perdendo. O Governo disse que 2016 vai ser pior que 2015. O que foi uma jogada para 2018, posto que, provavelmente, 2018 vai ser mais baixo. Então vão congelar nesse patamar. Vai ser uma vitória em 2018, porque nós vamos derrubar, mas também temos que ceder, não podemos achar, tem umas coisas que doem, porque o Governo fez isso porque ele sentiu que podia, para não ter nada de ilusão numérica. Eu acho que é uma vitória Política, mas não vitória numérica, tem que ter clareza já disso.

O Fundeb Brasil que iniciou em 2014, já começou a cair em 2015 e vai cair mais em 2016. Porque o Fundeb vem da receita. E estamos em baixa por aluno, ou seja, a matrícula está caindo, o que é pior. Nós tínhamos que estar com a matrícula e o que os Governos estão dificultando o acesso à Educação, fecha a escola rural. Se a PEC 241 tivesse em vigor em 2010, de 2010 a 2016 a Educação

teria perdido R\$ 73 bilhões. Como é que um País que aprovou um Plano Nacional de Educação corta os investimentos? A Política dos últimos anos do Governo Dilma fez recessão e a recessão bate na Educação. A grande jogada do Lula, não foi necessariamente melhorar muito a distribuição de renda, mas conseguir fazer o País crescer porque usou o Estado para fazer o Brasil Crescer. Não pegou o dinheiro do Estado para dar para banqueiro e para apoiar a Fiesp - que puxou o impeachment -, para dar o desconto de IPI na linha branca, porque quem pagou aquele desconto foi a Educação. Temos que ficar espertos.

Não existe Política sem imposto. Dá para cobrar mais imposto no Brasil. Tenho certeza que vão dizer que mais imposto ninguém aguenta, contudo, temos três estruturas tributárias brasileiras. No Brasil lucro e ganho de capital corresponde a 6% do PIB, já na Dinamarca 31%. Um relatório do Fórum Brasil 21 mostrou que os 70 mil ricos do Brasil tem uma renda média de R\$ 2.4 milhões. E a alíquota que eles pagam em cima dessa renda é 7%, enquanto o professor que ganha R\$ 5 mil paga a alíquota de 27,5%. A tributação de propriedade corresponde a 1,3% do PIB, no Reino Unido, isso falando de capitalismo, é quase quatro vezes. Isso, é muito desigual. No Brasil a gente tributa o consumo e o pobre paga muito mais que o rico. Então, nós precisamos sim de reforma tributária. Por exem-

plo, a pessoa que tem ações de empresas que têm lucro, ela recebe dividendos e paga uma porção de impostos em cima disso. Só essa tributação daria uns R\$ 40 milhões, só para se ter uma noção de que ainda tem como cobrar. O Imposto Territorial Rural (ITR), com o tamanho do Brasil, era para ter uma boa arrecadação, mas é de 0,01 do PIB. Eu tenho um sítio de quatro hectares na divisa com Minas Gerais e pago mais para o contador fazer o ITR do que o ITR. A questão do Imposto de Renda retido na Fonte dos Trabalhadores do Estado é um montante que gera dinheiro e 25% deveria ir para a Educação. O ICMS é cheio de maracutaia, temos que monitorar isso. Quando exista a CPMF, o problema é que a não estava sendo utilizada na Educação e Saúde, mas ela mostrava a sonegação, não tinha como fugir da CPMF, só guardando dinheiro embaixo do colchão. A CPMF permitiu ver que é possível o Brasil arrecadar mais, eventualmente diminuindo alíquota, principalmente tributos que insistem na população mais pobre, como é o ICMS. Mas hoje não se vive sem ICMS. Quem paga o salário da Educação é o ICMS. O que nós podemos fazer, e parece bobagem, é pedir a Nota Fiscal, mas não a que existe em São Paulo com o nome de Nota Fiscal Paulista. Porque na Nota Fiscal Paulista, o dinheiro que as pessoas ganham sai da Educação. E a Educação dança, pois é fazer gentileza com chapéu alheio.

**Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestre em Educação pela Unicamp. Professor associado da Universidade de São Paulo (USP).*



**TEMA: A Função
Social da Educação
no contexto das
Relações Democráticas**

CONJUNTURA E AS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO

1.1 Conjuntura Internacional

Após quase uma década da grande crise de 2008, o mundo globalizado sofre as consequências das políticas de austeridade, ajustes fiscais empreendidos a partir das nações mais desenvolvidas. É claro que a crise foi apenas mais uma etapa no processo de acumulação capitalista dos grandes conglomerados financeiros multinacionais.

Trata-se da mesma lógica da submissão anteriormente imposta pelas nações mais ricas aos países pobres fornecedores de matérias primas e mão de obra barata em que a formação de exército mundial de reserva dos trabalhadores desempregados era o fiel da balança nas relações de exploração mundo a fora dos donos do capital pelos trabalhadores.

As vias de dominação continuam as mesmas. Nas nações subdesenvolvidas onde existem matérias primas, as mesmas sofrem a intervenção dos países desenvolvidos para que o acesso a matérias primas e mercado sejam livres de quaisquer barreiras nacionais.

Para manter seus mercados, as nações desenvolvidas e os grandes conglomerados financeiros multinacionais promovem deliberadamente a espionagem, a intervenção para impedir governos locais de se desenvolver e até a guerra, se preciso for. Continua prática comum para os EUA, Inglaterra, França e Alemanha a manipulação midiática, política e econômica para assegurar seu domínio sobre o resto do mundo.

Nesse contexto internacional, chama a atenção uma nova correlação de forças que vem se instituindo, justamente por consequência da crise econômica mundial. A configuração de um novo bloco econômico, o chamado G20, trouxe para o cenário econômico mundial uma vertente de alternativa de negócio para além das relações bilaterais que EUA e EUROPA estabeleceram com os países periféricos do capitalismo, por meio dos quais sempre mantiveram intactos seus interesses.

No interior do G20, países como o Brasil, Rússia, China e Índia, deram as bases para uma nova opção de comércio mundial, tendo a China e a Rússia como protagonistas de iniciativas capazes de fazer frente aos institutos econômicos a serviço do grande capital mundial. Rússia, por exemplo, ameaça instituir uma nova moeda para negociar o petróleo, para fazer frente aos interesses de quem impõe o dólar como moeda única. Isto provocaria uma guinada na economia, principalmente dos países produtores de petróleo que hoje fazem frente aos árabes e norte-americanos.

Pela sua capacidade de crescimento econômico, a China passou a investir fortemente em países e regiões

antes dominados pelos EUA, ou mesmo regiões que não recebiam a devida atenção econômica de que necessitavam. Assim, a África, Ásia, Oriente Médio e América Central e do Sul, passaram a ser parceiros de acordos comerciais do gigante asiático.

A Rússia, por questões de sobrevivência econômica em nível regional, retomou parte de sua capacidade técnica de guerra e voltou a ser referência econômica em termos de projeto que faz frente ao Mercado Europeu.

Nesse novo cenário, os países desenvolvidos, vendo seu domínio ameaçado, reforçaram suas táticas de intervenção junto às nações que lhes são úteis pelo domínio. A chamada Primavera Árabe, não passa hoje de uma estratégia de derrubada de governos autoritários, antes apoiados pelos EUA e Europa. Como tais governos passaram a ser hostis aos interesses americanos e europeus, promove-se a derrocada dos mesmos.

A interminável guerra da Síria, a invasão do território da Palestina, os conflitos sangrentos do Estado Islâmico, dos radicais Boko Haran na Nigéria, o assassinato de Muamar Kadaf na Líbia, o consentimento de Golpes como em Honduras e Paraguai, o financiamento de oposições na promoção de golpes em governos democráticos e populares na América Latina e por que não dizer, também no Brasil, todos esses acontecimentos ganham sentido se compreendidos como resultado da luta por hegemonia no novo cenário de multipolarização mundial a partir da conformação do bloco econômico dos BRICS, da retomada de potência militar da Rússia, do poder econômico da China, da forte capacidade de fornecimento de matérias primas e energia destes países, incluindo o Brasil, a Rússia, a Venezuela e o Irã, como países que possuem grandes reservas mundiais de petróleo, que tanto interessam às multinacionais do petróleo para continuar garantindo seus lucros mundo a fora; enquanto seus países estatizam a produção, as mesmas empresas pressionam as elites desses países para liberalizar sua produção.

Por consequência dessa nova investida para estabelecimento das regras neoliberais de comércio para favorecer os países dominadores para recuperar lucros no pós-crise de 2008, continuamos a viver uma crise humanitária severa. Num tempo de grande produção de alimentos, grandes populações no mundo centro-europeu e periférico do mundo passam fome. Num mundo de grandes avanços tecnológicos, parcelas significativas das populações pobres são submetidas à ignorância em que seus países na periferia do mundo (leia-se África, Ásia e América Latina) são transformados em lixões.

Também assistimos a um aprofundamento da crise climática, com aprofundamento de grandes variações climáticas que trazem imensos prejuízos principalmente para as populações pobres. A previsão de aumento do aquecimento da terra efeito estufa quando relacionado à dilapidação do

patrimônio natural das florestas pelo mundo em função da agricultura comercial e de larga escala, oferecerá grandes prejuízos à humanidade. A desertificação, a falta de água, a possível escassez de alimentos em determinadas regiões aprofundará as dificuldades para as maiorias pobres da população.

Nesse contexto de um mundo que centra seus valores na produção e no consumo desenfreados, sempre em função dos lucros de poucas famílias e poucos grupos econômicos, a vida se revela trágica para crianças e idosos. As pretensões colonialistas da Europa e EUA levam a guerra aos povos. As consequências são populações inteiras envolvidas em ondas migratórias entre continentes, todos fugindo da guerra promovida por interesses econômicos.

A Europa está envolvida na maior crise humanitária de todos os tempos, quando colhe os frutos de seu poder dominador e devastador das liberdades e da soberania dos povos. A imagem de uma criança imigrante morta numa praia europeia desvela o caráter trágico do modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo Mercado Comum Europeu. Crianças órfãs, exploradas pelo trabalho infantil, escravos do trabalho nos grandes centros, escravos sexuais dos ricos, jovens submetidos ao desemprego e ao subemprego, famílias inteiras separadas, são o retrato de um mundo capitalista fracassado e promotor da morte.

O projeto norte-americano e europeu busca paulatinamente ampliar suas bases de domínio sobre os povos. Para além dos recursos naturais, o capitalismo financeiro sediado nessas regiões busca expandir seu raio de ação, se apropriando de recursos estatais, quando buscam através de lobbies e propinas, subverter o marco legislativo dos países em desenvolvimento para poderem atuar em áreas antes tidas como estratégicas para o Estado.

Desde os anos 1990 quando a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), rechaçado pelos movimentos de trabalhadores e pelos governos democráticos e populares instalados nestes países, era o grande objetivo do império americano na tentativa de garantir a América Latina como quintal comercial das grandes multinacionais americanas e europeias, não faltaram tentativas de deslegitimação de governos populares para continuarem tentando dominar política e economicamente a América Latina.

O exemplo mais contundente do que significa o fracasso de qualquer acordo assinado por um país com os americanos e europeus é o México; um país arruinado pelo desmonte do seu parque produtivo nacional, que convive com altas taxas de desemprego, fome, morte e violência. A necessidade que a população jovem do México tem de migrar para os EUA em busca de melhores condições de vida levou o império americano a levantar um muro para conter a leva migratória dos latinos. O muro que separa o México dos EUA representa o fracasso das políticas imperialistas

para com os países periféricos, porque desrespeita os povos e os submete na economia, na política e culturalmente.

Também na Europa proliferam-se os muros da vergonha, para impedir que povos colonizados, sempre fugindo da guerra promovida pela potência colonizadora, possam adentrar aos países desenvolvidos. Curioso é que a última grande comemoração ocidental do século XX, foi a queda do Muro de Berlim, onde se decretou a morte do “Comunismo ou Socialismo de Estado”. Passados quase trinta anos, o capitalismo promoveu a maior construção de muros separatistas pelo mundo. A proporção é de mais de um muro erigido por ano. No mundo são mais de 30 muros construídos e quase uma dezena em construção. Geralmente são muros para separar a riqueza da pobreza.

Mas o maior muro que vem sendo erigido no mundo é o da desigualdade. O capitalismo financeiro continua produzindo poucos bilionários e bilhões de miseráveis. Atualmente, novas formas de dominações vêm sendo implementadas pelas nações desenvolvidas e empresas do capitalismo financeiro mundial. Todos querem a abertura para que as empresas norte-americanas e europeias possam oferecer serviços às nações. Serviços em Educação, Saúde, Saneamento Básico e toda e qualquer possibilidade de ampliação de seus lucros.

Em que pese este ano estarmos comemorando 9 anos do enterro da ALCA, e também de ter impedido a Organização Mundial do Comércio (OMC) de considerar nos Tratados de Livre Comércio (TLC) a educação como mercadoria, o movimento do capital internacional se volta para uma nova forma de tratar a educação a fim de assegurar seus lucros. Uma nova ameaça para a educação pública, o Acordo Internacional sobre Comércio e Serviços - sigla em inglês (TISA) -, é um conjunto de normas empreendidas por mais de 20 países com o objetivo de liberar ainda mais o comércio de serviços.

O ACORDO tem como objetivo, proporcionar segurança jurídica para investidores e empresários para que de forma livre possam ter acesso aos mercados dos países que formam o convênio. Também serve para criar uma suposta “igualdade” de condições para que o governo não discrimine investidores nacionais e estrangeiros e não haja discriminação entre provedores de serviço público e privado.

O TISA foi inicialmente proposto pelos EUA e Austrália em 2012. Na América Latina, integram as negociações os seguintes países: Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Paraguai e Peru. As Negociações continuaram em 2015 e continuam em 2016, uma vez que não chegaram a um acordo definitivo. O que se pretende é que o TISA seja um acordo comercial amplo e integral sem exclusão de nenhum setor de serviços, com regras secretas por pelo menos cinco anos. Potencialmente estão incluídos os serviços públicos como saúde e educação.

Um documento entre Austrália e Rússia sugerem 10 aspectos considerados como prioritários: Livre circulação de profissionais, Serviços financeiros, Serviços profissionais, Serviços de comunicação e informação, Serviço de transporte e logística, Serviços marítimos, Serviços ambientais, Serviços energéticos, Contratação pública e Clareza das leis nacionais.

Na análise de vários documentos, percebe-se que vários países têm proposto a inclusão da educação como serviços de educação privada. (Nova Zelândia, Colômbia e Noruega). Com a mercantilização da educação no mundo, a realidade da escola pública em várias regiões do mundo, o ensino público básico é público apenas no nome. Isto é, as crianças têm que pagar uma taxa para estudar. É assim em vários países da Europa, principalmente nos mais pobres, como também na África e na Ásia. Na América do Sul, mais especialmente no Chile, ouvíamos atônitos que desde a educação infantil, as crianças precisam pagar para estudar. Têm se tornado muito conhecidas no mundo as escolas chamadas de “Baixo Custo”, principalmente em países da África. A escola de baixo custo é gerenciadas por uma empresa que recebe recursos públicos estatais para garantir atendimento às crianças, em que os pais são obrigados a pagar pela matrícula de cada criança para estudar em escolas de qualidade inferior às mantidas pelo Estado.

De novo, é o banco mundial quem determina ao redor do mundo, principalmente na África, a taxa mais ideal para ser cobrada de cada aluno. O resultado é que a educação pública mantém um perfil segregador para os países pobres, uma vez que nem sempre os pais terão recursos para pagar a escola.

Não é de se estranhar que igual a outros países da América Latina, o Brasil foi pressionado por sua oligarquia para tirar do poder um governo democrático e popular que promoveu mudanças significativas na área social, principalmente na educação. Com a previsão de ampliação de 10% do PIB brasileiro em Educação nos próximos 10 anos, o capitalismo financeiro mundial já arvora em abocanhar fatia expressiva desse recurso. Basta ver o movimento na bolsa de valores das empresas de educação.

Na América Latina, fato é que governos democráticos e populares, ao promover tais mudanças principalmente no combate à desigualdade, confrontaram interesses econômicos das oligarquias que sempre submeteram o país aos domínios dos colonizadores. Por isso, as forças do capitalismo especulativo não medem esforços para interferir no ordenamento político-legal e cultural do país para torná-lo refém dos interesses da elite Financeira Mundial.

Tal conjuntura vai exigir grande capacidade de mobilização das forças democráticas e populares para impedir que o golpe midiático-legalista-empresarial redefina os destinos do país onde com certeza voltará a imperar a corrupção, a desigualdade, a ignorância, a violência, a pobreza e a

morte da maioria da população.

1.2 Conjuntura Nacional

Se a realidade mundial reflete consequências das disputas de matérias primas, mercados e altos lucros, principalmente via engessamento dos Estados nacionais periféricos da Europa e EUA, o Brasil está no “olho do furacão” pelas disputas internas alavancadas por interesses externos nas reservas de petróleo do Pré-Sal e na flexibilização das regras de contratos de trabalho e previdenciárias em função da possibilidade de abertura do mercado interno à empresas externas na venda de serviços, em especial a Educação e a Saúde.

Historicamente, desde o “descobrimento” do Brasil, a conjuntura nacional esteve permeada por interesses oligárquicos locais que sempre se submeteram aos ditames imperialistas ocidentais, que sempre trataram de estabelecer relações de completa dependência da colônia com a metrópole. As “elites” brasileiras sempre se submeteram a projetos, processos e modelos de desenvolvimento econômico que pouco proporcionaram um desenvolvimento justo e equitativo para o conjunto da população brasileira. O Brasil, desde os primórdios se constituiu num país de negação de direitos para as maiorias, enquanto a elite sempre se locupletou do Estado em benefício próprio, promovendo uma cultura de desconhecimento e desvalorização de tudo o que é PÚBLICO na população.

Não foi de se estranhar que um Senador da República de nosso estado, legítimo representante do agronegócio, de uma das famílias que mais produz soja no mundo a um custo altíssimo do ponto de vista ambiental, usou a tribuna do Senado por ocasião da aprovação de um Projeto de Lei (PL) que tirava da Petrobrás a exclusividade sobre as operações do Pré-Sal; nas palavras do Senador que já foi Governador do Estado de Mato Grosso por 2 mandatos, “Tudo o que é Público não vai para a frente”.

Assim, a elite brasileira, que se apossou do Estado Nacional em seu benefício próprio, logrou ao longo da história o enriquecimento fácil ante o empobrecimento e miséria da maioria da população. Por consequência, as políticas sociais toleradas por essa elite não passaram, ao longo do tempo, de distribuição de migalhas em termos de programas assistenciais, sem nenhum vínculo com um projeto de distribuição de renda. A Concentração de renda no Brasil produziu uma das maiores desigualdades sociais e econômicas do mundo. O fosso entre os ricos e os pobres no Brasil é abissal e agora com a crise, continua aumentando.

O Brasil vive, após as últimas eleições presidenciais de 2014, uma das maiores disputas em termos de projeto de governo e de sociedade. Isso porque a elite brasileira, depois de mais de uma década tendo que fazer concessões ante um governo democrático e popular, voltou a conseguir estabelecer relações de hegemonia no Congresso Nacional,

em que os interesses da elite novamente ganharam prevalência ante os interesses da população.

O Brasil viveu, após as eleições de um operário à Presidência da República (2002) e, na sequência, de uma mulher (2009), um período virtuoso jamais visto na história do País, em que aqueles que viviam na linha da miséria e pobreza puderam erguer a cabeça e viver uma vida mais digna. Com os mais de 10 milhões de empregos criados; creches e escolas básicas construídas; mais de 400 Institutos Tecnológicos inaugurados; 17 novas universidades federais criadas; o maior programa de habitação popular jamais visto; centenas de unidades de pronto-atendimento na saúde; programa de concessão de benefício de prestação continuada a pessoas idosas que atendeu mais de 40 milhões de pessoas; expansão de vagas em universidades e tantos outros programas, o país se viu pela primeira vez num círculo virtuoso na economia, em que todos ganharam, mas que principalmente a elite empresarial também saiu ganhando.

Fato é que tal desenvolvimento gerado em pouco mais de uma década foi fator fundamental de uma revolução silenciosa no país: os miseráveis, pobres e deserdados social e economicamente neste país ousaram sonhar mais, querer mais, ser mais. Assim, a realidade profissional no país passa por transformação, uma vez que os filhos dos pobres, negros, camponeses e assalariados, que antes não tinham oportunidades por conta de orientação segregacionista de um Estado a serviço única e exclusivamente das elites, agora têm a possibilidade de sonhar, atuar nos hospitais, escritórios de engenharia, faculdades e universidades, uma vez que os pobres passaram a ter direitos, se ver representados e se sentir valorizados.

Tal contexto aprofundou as crises de fobias antes subjacentes no imaginário social brasileiro. A classe rica teve que aprender a conviver com os trabalhadores nos aeroportos, nas praias, nos hotéis, em viagens internacionais. A empregada doméstica passou a ter direitos reconhecidos, o pequeno produtor e as famílias da agricultura familiar passaram a ter reconhecimento da importância de sua atividade para o país. Com isso, o ódio de classe, antes velado, passou a ser desvelado pelas disputas nos espaços sociais, na política e na economia nacional.

A crise econômica mundial de 2008 exigiu medidas drásticas do Governo Federal para impedir que seus efeitos dilapidassem as conquistas recentes. O Governo Federal foi obrigado a abrir mão de receitas por meio de programas de isenção fiscal. A mesma prática já se fazia presente entre os demais entes federados através de programas de isenção e renúncias fiscais.

Num Estado que sempre se demonstrou frágil para com as necessidades da maioria da população, os riscos aumentam quando sua capacidade de financiamento das políticas públicas é diminuída. Foi o que aconteceu com as

consequências da crise de 2008 que apresentará seus efeitos drásticos já no final do governo Lula, no primeiro governo da Presidenta Dilma, mas de forma aprofundada em seu segundo governo, eleito em 2014.

O resultado das eleições para o Congresso Nacional em 2014 apresentou uma correlação desfavorável ao segundo Governo Dilma, que teve que fazer concessões à agenda de recessão fiscal, de orientação conservadora, derrotada nas urnas pela população. Tal declinação, considerada um equívoco tático do governo por parte do movimento sindical e social, provocou fissuras na base do governo e, em função das disputas internas em vista das eleições de 2016 e 2018, reacendeu a voracidade dos partidos de orientação neoliberal no País que, vendo chances de engessar o governo, promoveu a paralisia dos investimentos que vinham movimentando o país.

O resultado do ajuste fiscal que se seguiu foi dramático para a população. Cortes financeiros em todas as áreas e redução nos recursos para as políticas públicas. Num cenário mundial de disputas por recursos públicos e por mercados e com um congresso majoritariamente eleito com recursos privados de campanha, a via mais fácil para a direita representada na elite foi apelar o Governo Dilma por meio de seu impedimento.

Somando-se ao cenário de crise financeira e política, o combate à corrupção, favorecido pelas medidas do próprio Governo Federal que criou mecanismos legais para combatê-la, foi apropriado por setores do judiciário com aliança com os partidos de direita, pela mídia representante das elites, setores do Ministério Público e da Polícia Federal para promover as condições favoráveis ao golpe.

Uma imprensa parcial, capitaneada pela Rede Globo e Organizações Marinho, aquela mesma que deu sustentação ideológica ao Golpe Militar de 01 de abril de 1964, promoveu sessões de vazamento seletivo onde apenas um grupo político, que era base de apoio ao Governo Federal, era investigada, presa e condenada por corrupção. O cenário mais contraditório foi de que centenas de políticos com mandatos, todos acusados e réus em casos de corrupção, foram os mesmos que se ocuparam de aprovar um processo de impedimento da Presidenta da República.

Os políticos mais efusivos na defesa do golpe político-judiciário-midiático eram os mesmos que estavam envolvidos em escândalos financeiros, como, Panamá Papers, HSBC, Allston/SP, Furnas, Lava-Jato, Banestado, entre outros. O mais curioso é que investigações de políticos com altos cargos, como o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha do PMDB, foram feitas pelo Ministério Público da Suíça sem que tais informações ganhassem a importância necessária no Judiciário Brasileiro, na Imprensa e no próprio Congresso Nacional.

Figuras centrais da política e do judiciário brasileiros

também foram envolvidas em escândalos, a exemplo do ex-presidente do Superior Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, o presidente do Senado, Renan Calheiros e o próprio Vice-Presidente da República, Michel Temer.

Mas as investigações davam conta de incriminar apenas os integrantes de partidos ligados ao governo, ao mesmo tempo que as investigações da Lava-a-Jato cuidavam de investigar todas as empresas nacionais responsáveis por tocar diversas obras de infraestrutura no país, responsáveis também por gerar milhões de empregos diretos e indiretos, ao mesmo tempo que estruturavam a Petrobrás para os próximos anos, nos quais a extração de petróleo do pressal vai exigir tecnologia e infraestrutura adequadas para assegurar novos recordes de produção nacional.

As reflexões críticas acerca das investigações dos processos de corrupção em nível de país, em que vazamentos seletivos se tornaram práticas corriqueiras nas mãos do Juiz de 1.^a instância Sergio Moro, tinham o sentido de quebrar a confiança da população da Estatal Petrobrás e das empresas brasileiras responsáveis pela infraestrutura necessária para o país estar entre os 5 maiores produtores de petróleo do mundo nos próximos 20 anos.

É que ante à possibilidade de desenvolvimento do país, principalmente pelo acesso a recursos estratégicos com o petróleo do pré-sal, tal projeção de desenvolvimento nacional fez aumentar a sede de lucro das empresas petrolíferas em nível mundial. Essas empresas tiveram suas reservas de petróleo minguadas nas últimas décadas, e estão vendo em países como o Brasil, Venezuela e México, grandes reservas capazes de assegurar seus lucros. Por isso investem contra a soberania desses países, criando instabilidade política e econômica para favorecer a volta das elites que sempre se submeteram aos ditames do capitalismo e empresas especulativas mundiais.

Assim, a ação da direita mundial e nacional de derrubar um Governo democrático e popular do Brasil, num projeto conjunto, visa (re)orientar a nação a partir de três eixos: 1 - dismantlar a incipiente política distributivista iniciada no Governo Lula-Dilma, bloqueando toda e qualquer possibilidade de seu aprofundamento e de redução da desigualdade; 2 - desmontar as engrenagens de desenvolvimento autônomo do país (vide o ataque sistemático à Petrobrás, às empresas de engenharia e ao programa nuclear brasileiro) e, 3 - reverter a política externa não alinhada aos interesses americanos no mundo, reduzindo a participação do Brasil no Mercosul e nos BRICS em favor de um acordo bilateral com os Estados Unidos. Trata-se de um programa de contrarreforma sistematicamente rechaçado pela maioria do País; difícil, portanto, de ser implementado, se tivesse a legitimidade das urnas. A direita reconhece isso e, por isso, buscou uma via de golpe a qualquer custo.

Em todas essas vias de conspiração, o fator mais inex-

plicável é a aposta irracional, violentíssima na sabotagem da economia. Assim, as Organizações Globo e mídias satélites atuam para criar na população a ideia de crise. Nesse ponto, entram em jogo alguns elementos geopolíticos: é preciso dar visão à corrupção como maior escândalo na sociedade; responsabilidade única e exclusiva do Governo atual e sua relação com as últimas empresas estatais (por isso é preciso privatizá-las), ocultando a questão da desigualdade social, chaga social e econômica do Brasil.

Para desacreditar o papel das grandes empresas nacionais como instrumentos de desenvolvimento e de infraestrutura com criação de empregos, é preciso travá-las com processos policiais e jurídicos (vide o uso de benefícios como o da delação premiada), de forma a inviabilizá-las na conclusão ou na concorrência de novas obras, para assim favorecer as empresas multinacionais.

Também é fundamental impedir que o atual projeto democrático e popular continue no governo. Se não fosse possível apelar a Presidenta Dilma do Poder, buscar-se-ia impedi-la de desenvolver as políticas até então em curso. Ao menos é preciso impedir a reeleição do atual projeto em 2018, sendo que, para tanto, será necessário impedir a volta do ex-presidente Lula ao Poder.

A atuação conservadora e o Papel do Congresso ante à base fragmentada do governo tem sido aprovar as medidas necessárias para impedir que o governo de esquerda continue promovendo transformação ao mesmo tempo que prepara o terreno para a mudança de governo em 2018, assegurando a volta dos partidos de direita ao poder, o que vai abrir caminhos para as reformas de cunho negativo como a Reforma da Previdência Pública, Educação (retirar a vinculação de recursos); ampliação da privatização e terceirização, favorecendo o mando da plutocracia empresarial no país, em que a coisa Pública passa a ser gerida unicamente pela iniciativa privada.

Assim, está em curso com a atuação conservadora do Congresso e o possível retorno de Governos de direita em 2018, a retirada dos recursos fundamentais para investimentos na área social, na Educação e Saúde e destiná-los à iniciativa privada através de Concessões, Privatizações, Terceirizações, Militarização de escolas e Organizações Sociais (OSs) ou (OSCIPs) na educação.

O grande desafio da direita nos próximos dois anos é limpar o caminho para que o projeto neoliberal do Estado Mínimo possa ser implementado com toda a sua força. Para tanto, a perseguição e criminalização aos movimentos sociais e sindicais de esquerda será a via de sua desconstituição.

Ao conjunto da classe trabalhadora restará, como sempre, os caminhos de luta. Defender o atual projeto que configura um governo democrático e popular é o grande desafio. Ao mesmo tempo a disputa por dentro do governo, uma vez que pela desvantagem na correlação de forças os

projetos de reformas com viés negativo estarão sempre presentes no cenário, a exemplo do PL 4.330, PL 257, Reforma da Previdência, entre outros.

Os sinais emitidos pelos vários turnos em que se estendeu as eleições de 2014, quando se reelegeu a presidenta Dilma com 54 milhões de votos, são de que o retorno de um governo de direita ao poder (leia-se retornando ao governo central) representa um grande retrocesso na área social e de direitos, a marcha para uma economia extremamente recessiva a exemplo do que o País já viveu até 2002.

O que nos espera agora neste novo cenário político é algo que nos deixa em alerta. Pois, ao promover definitivamente o golpe e afastarem um projeto de governo que vinha combatendo a desigualdade no país com várias políticas que transformaram e melhoraram a vida do povo, tais como social, político e econômico, há o retorno das políticas de um governo neoliberal, o qual vincula recursos a projetos que atingem diretamente os direitos dos trabalhadores/as. É o fim de políticas que vinham de forma significativa transformando a sociedade brasileira.

1.3 Conjuntura Estadual

Analisar a conjuntura é sempre uma tarefa que requer de nós o entendimento de elementos que foram e são decisivos quanto aos rumos das ações dos governos e, principalmente, determinantes para a atuação sindical e a organização da classe trabalhadora.

No estado de Mato a ascensão ao governo do ex-procurador da República e senador Pedro Taques se deu num processo de intensos debates e que não ficaram apenas no plano de propostas de governo, mas por meio do judiciário com a clara tentativa de polarizar a disputa em torno de uma chapa com uma coligação que continha, em suas bases, partidos antagônicos em Mato Grosso como o PDT e o PSDB.

O fator determinante para a Eleição de Pedro Taques como governador se deu sob duas vertentes: o forte investimento financeiro de grupos ligados ao agronegócio como os irmãos Pivetta e os familiares do Senador Blairo Maggi. Apesar de este último não estar no apoio da coligação a Pedro Taques, o recurso financeiro das suas organizações e de parentes não seguiram a mesma linha política do senador. Outra vertente se deu na construção do discurso que, Mato Grosso era um antro de corrupção e que sua atuação contra o crime organizado que tinha como mentor o ex-policia civil João Arcanjo Ribeiro o tornaria num governador que não aceitaria corrupção e que, ao contrário, a combateria com todos os instrumentos possíveis.

Desta forma os maiores cabos eleitorais de Pedro Taques foram os recursos advindos do agronegócio, que tornaram a eleição do então senador numa das mais caras do Brasil, com um volume oficial de gastos em praticamente 30 milhões de reais, diga-se de passagem; mais do que a so-

matória de todos os demais candidatos juntos. Outro cabo eleitoral fora o presidiário João Arcanjo Ribeiro.

Destaca-se que não foi a atuação de Pedro Taques como senador da República, eleito em 2010, que o credenciou como um grande agente político como opção ao governo de Mato Grosso. Vale ainda destacar a ação judicial movida pelo então suplente a senador Paulo Fiúza que acusa o grupo político de Pedro Taques de fraude da ata de escolha do suplente de Taques, o atual senador Medeiros, sendo que, segundo Fiúza, a fraude se deu a pedido de Taques que contrário à convenção substituiu os seus suplentes.

Diga-se de passagem que o suplente de Pedro Taques e agora senador José Antônio Medeiros (sem partido) 2w apontado com uma atuação parlamentar mais significativa e relevante que a de seu antecessor, quando ocupava a vaga no Senado Federal. Inclusive, o Medeiros foi apontado como um pré-candidato ao paço municipal de Rondonópolis. Contrapondo inclusive o grupo apoiador do governador e que teve como aliado a família de Percival Muniz.

Eleito para o comando do Estado no ano de 2014, Taques se desfilou do PDT - Partido Democrático Trabalhista - no dia 10 de agosto de 2015 mas, na ocasião, não informou para qual legenda iria se transferir. Ele justificou a decisão de deixar o PDT pelo fato de a legenda apoiar o governo Dilma Rousseff. No entanto, os principais motivos para a troca de legenda se deram em razão da interferência do governo para a eleição à presidência da Assembleia Legislativa do deputado Guilherme Maluf (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira) e alinhamento político na casa sob a liderança do Governo por Wilson Santos (PSDB), o que gerou descontentamentos e duras críticas dentro do PDT, principalmente por meio do Deputado Estadual Zeca Viana (PDT), uma das maiores lideranças da sigla em Mato Grosso e demais partidos da dita base aliada do governo estadual.

Outra razão para mudança, e mais evidente, está na possibilidade do então governador Pedro Taques compor nas eleições de 2018 a disputa ao Governo Federal pelo PSDB ou nomeação para cargo de ministro no STF - Superior Tribunal Federal.

Entre o discurso e a prática política ficou perceptível o descompasso do governo com as indicações políticas para cargos de primeiro escalão do governo que, segundo o governador, deveriam preencher perfil estritamente capacitado para assumir a gestão pública do Estado. Em outras palavras, simples designações de partidos aliados poderiam simplesmente não emplacar caso não se adequassem aos padrões exigidos por Taques para ocupar parte do staff de Mato Grosso.

Esse foi um dos principais recados dados por ele em reuniões com representantes das siglas parceiras, deputados estaduais e federais eleitos, ocorridas em meados de 2014. Nos encontros, Taques frisou o discurso de que foi eleito

para governar o Estado de Mato Grosso, e não para ensinar.

Em suas reuniões iniciais, Taques deixa claro que esperava de secretários de Estado -, e essa regra estaria valendo para todos, incluindo os de perfil puramente técnicos e indicados - que soubessem até mais que ele, porque precisava governar e não teria tempo para ser professor. A declaração do gestor eleito era uma sinalização de que poderia recusar nomes, bastando não se encaixarem no resultado esperado de um gestor plenamente habilitado para ocupar funções à frente do Estado. Taques, pregava a reestruturação da máquina pública afirmando que não admitiria falhas em sua administração. Para colocar os ousados planos em prática, como a redução dos gastos do governo, enfrentaria dissabores também políticos.

No entanto, as nomeações não seguiram essa lógica e as primeiras ações de pedir a população 100 dias para colocar o governo em ordem e a realizações de auditorias em contratos e prestações de serviços serviram apenas para peça publicitária, e em ações efetivas e práticas do governo, as quais vêm se arrastando até o presente momento sem nenhuma ação governamental expressiva e perceptível à população mato-grossense. Durante esse período do “novo governo” o que se teve foi a continuidade das políticas pensadas pelo governo duramente combatido por Taques e seu arqui-inimigo, Silval Barbosa. Sendo que algumas obras inclusive foram paralisadas, como é o caso do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), em Cuiabá/MT.

É importante destacar que as chamadas “brechas partidárias” possibilitaram que em Mato Grosso a composição eleita da Assembleia Legislativa sofresse grande alteração com a vinda para as “asas do governo” de deputados eleitos como oposição em troca de apoio político nas eleições municipais de 2016. Inclusive pessoas em partidos antagônicos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Social Democrata (PSD), apoiadores do ex-governador Silval Barbosa e aliados históricos do ex-deputado José Geraldo Riva. Assim, o governo ganhou aliados na AL – Assembleia Legislativa - e enfraqueceu drasticamente o já pequeno bloco de opositorista ao governador Pedro Taques.

Mato Grosso sofreu com a retração em sua atividade econômica em 2016. O ambiente recessivo da economia brasileira exerceu decisiva influência para a redução da atividade econômica do Estado que caiu em 2015 e se acentuou em 2016. O PIB – Produto Interno Bruto - mato-grossense que apresentou crescimento de apenas 3% em 2013, conforme dados divulgados pelo IBGE, cresceu abaixo de 2% em 2014 e 2015 e foi ainda mais influenciado negativamente pelas péssimas condições da economia do país. A estimativa é que a economia de Mato Grosso crescerá abaixo de 2% em 2016. Se comparado com o Brasil que em 2014 teve sua economia com crescimento zero, terminamos 2015 com

queda de 4%, atrelada ao PIB do País. As projeções econômicas indicaram que em 2016 haveria uma retração de 3%, e 2017 a queda do PIB seria próximo de 2%. Assim, ao final de 2017, o Brasil completará o maior ciclo recessivo de toda sua história econômica.

Sob o crivo da chamada crise econômica nacional que se configura mais como crise política do que propriamente econômica, o governo de Mato Grosso o governo manteve, mesmo com as denúncias e investigações por parte da Assembleia Legislativa (AL), a política de renúncia fiscal por meio da política de desoneração e isenções fiscais do estado. Diferente dos demais estados da federação, Mato Grosso tem um vertiginoso crescimento econômico, inclusive em razão de obras de grande vulto do governo federal como a duplicação e pavimentação da rodovia BR163/364 e obras hidrelétricas ao longo do Rio Teles Pires na região norte do estado.

Ademais, a atividade agrícola tiveram uma expansão significativa em produção, mesmo considerando os problemas climáticos ocorridos em 2015 e 2016 em diversas regiões do País, aqui não afetaram significativamente a produção pois houve manutenção das linhas de créditos do governo federal para o setor, o que garantiram os recordes de produção e conseqüente impacto sobre a economia.

A continuidade das obras de Silval Barbosa como o asfaltamento da malha viária sob o domínio do Estado foi determinante para que o setor agrícola continuasse sua expansão em lugares até então tidos como de pouca tradição agrícola na região do Araguaia e Vale do Arinos. No entanto, houve uma prefeiturização das estradas vicinais e nas conversações o governo repassou combustível para que os prefeitos mantivessem as estradas do estado trafegáveis. Atualmente, não se observa nenhuma obra de expressão do “novo governo”, exceto algumas pontes construídas na região do pantanal e outras regiões com o dinheiro do Governo Federal e, como contrapartida do Estado, o aterramento de suas cabeceiras.

A busca por corrupção no governo anterior do seu arqui-inimigo Silval Barbosa não significou resgate de nenhum real para o cofre do estado. Assim como o governo não conseguiu demonstrar à sociedade mato-grossense a alegada corrupção; muito menos apontar as medidas que o governo estaria tomando para que as corrupções não estivessem no seio de seu governo. Contratos da SEDUC foram investigados e corruptos de grande monta apontados no atual governo, num esquema tal que ultrapassa inclusive o chamado “escândalo dos maquinários” em que as pessoas envolvidas foram indicações diretas do atual presidente da AL e do líder do Governo os Deputados Estaduais Wilson Santos e Guilherme Maluf.

As terceirizações de serviços do Detran/MT, que na prática representavam aumento dos pagamentos aos usuários, representou uma queda de braço entre os servido-

res do órgão de um lado, e do outro, aliados do Governo e Assembleia Legislativa em que o caso será decidido no âmbito do judiciário. As políticas de arrecadação do estado não foram aprimoradas e o factoide da crise econômica de Mato Grosso ocuparam as principais manchetes dos telejornais e jornais que recebem vultosos recursos financeiros do governo para as publicidades do Estado, inclusive em rede nacional no horário nobre e aos domingos.

A chamada crise em Mato Grosso tem como objetivo claro justificar a falta de políticas públicas no Estado para as áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente e ao mesmo tempo fazer o desmonte do Estado adotando medidas que, inclusive, estão em desconformidade com os direitos e conquistas adquiridas pelo funcionalismo público nos últimos anos; além da entrega do serviço público à iniciativa privada.

O “factoide” contido no discurso do governador Pedro Taques (PSDB) de que a crise econômica do país exige a adoção de medidas como a “fragmentação” dos salários dos servidores demonstra que, neste curto período de mandato, o que temos visto são atitudes de desrespeito aos direitos e às conquistas da categoria, bem como de todo o funcionalismo público. Embarcando no discurso golpista de que há uma crise econômica no País, e que a mesma exigiria medidas drásticas como a fragmentação dos salários e a quebra de direitos, o Governo de MT tem como objetivo reduzir gastos e garantir o equilíbrio fiscal nas contas do Estado. Com isso o Executivo lesa o funcionalismo, em especial os profissionais da Educação. O Sintep aponta que, paralelo a isso, o Governo toma medidas que contrariam seu próprio discurso.

A atual gestão excede o número de contratos em cargos de livre nomeação e faz pagamentos a empresas terceirizadas para realizar serviços que estariam garantidos com a realização necessária e urgente de concurso público e efetivação de profissionais. Sem contar com os gastos de dinheiro público com propaganda. Somado ao desrespeito com a categoria, o descaso do Governo Pedro Taques e parte da Assembleia Legislativa com os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação, demonstrado por meio da falta de diálogo e do retrocesso para com as conquistas e direitos.

O atual governo, não tem se comportado de forma diferente de outros governos que já estiveram à frente do governo de Mato Grosso, a aplicação dos 35% da arrecadação do Estado em Educação não se efetiva. Apesar de este governo se considerar legalista, o líder do governo apresentou uma proposta de cumprimento do estabelecido na Constituição do Estado em 20 anos, deixando claro que o governo que se diz legalista não cumprirá a Constituição do Estado, no que concerne à aplicação dos recursos na Educação.

Desta forma, o ano de 2016 foi muito desafiador, referente às questões econômicas do Estado. Mas principal-

mente foi testada a capacidade de superação da economia de Mato Grosso em ambiente de recessão econômica em que o governo busca de todas as formas atribuir os efeitos do baixo crescimento ao pagamento de salários aos servidores, exceto aos ocupantes dos primeiros escalões, (Judiciário e Assembleia legislativa) porque necessita deles como aliados para manter a governabilidade. Mesmo assim, Mato Grosso cresce mais que o País, mas em nível inferior à sua média histórica. Para um Estado acostumado com crescimento idêntico ao da China, é um grande teste de sobrevivência. Nesse sentido, as políticas de arrecadação devem ser pautadas e estarem na ordem do dia a fim de garantir as políticas públicas do Estado.

A política Educacional de Mato constitui-se num dos principais gargalos para o Governo, e algumas razões são óbvias: a organização sindical não tem pautada apenas as questões salariais. Em todo e qualquer município do Estado há uma Subsede que por meio das participações e organização da classe trabalhadora tem sido historicamente propositiva quanto às políticas públicas. Nesse contexto, a troca de governo buscou atribuir à gestão anterior diversas acusações sobre o insucesso dos alunos e principalmente a alegação de que a proposta pedagógica de Ciclo de Formação Humana é insuficiente para promover o aprendizado, e que seria imediatamente substituído por outra forma de organização curricular. Tal discurso fora decisivo para que os profissionais da Educação estabelecessem o apoio irrestrito a este governo no período eleitoral, apesar de não ter sido apontada qual nova proposta curricular a ser implantada caso o ciclo fosse extinto.

Desta forma, protagonizou-se por uma nova proposta pedagógica o ‘combativo’ ex-secretário Adjunto de Política Educacional, Dr. Gilberto Fraga de Mello. Com as vozes que ecoavam esvaziadas da SEDUC, buscou por meio do Deputado Estadual Wilson Santos (PSDB) a realização de audiências da AL para debater o ciclo, cujos resultados têm sido protelados porque o que se tem apontado como falha não é a política, mas a ausência de estruturas conjunturais e sistêmicas do Estado em implantação e implementação da política de Estado para a Educação. A continuidade do ciclo em Mato Grosso foi apontada pela atual gestão em 2016 do que todo o ano de 2015 passou sob a égide da falácia e de poucas ações em prol de melhorias efetivas das condições da Educação pública, sendo que a contratação de uma empresa de Minas Gerais para uma suposta avaliação externa acabou se tornando uma das facetas que colocam em cheque a proposta para a Educação mato-grossense.

A ausência de concurso público impacta diretamente sobre a organização educacional porque com um quadro de praticamente 60% de interinos em todos os cargos da Educação implicam diretamente na organização escolar e continuidade do processo didático pedagógico. Contrário

inclusive ao judiciário, que determinou que no ano de 2015 o governador Pedro Taques deveria realizar concurso público para a Educação.

O processo seletivo simplificado, implantado pelo SEDUC em 2016, foi duramente criticado porque de simplificado só havia o nome. O mesmo obrigou que durante as férias escolares os servidores estivessem a serviço do Estado para validar seus pontos. O processo foi capaz de atrasar o início do ano letivo em diversos municípios porque algumas escolas não tinham o quadro suficiente para garantir o início do ano letivo. Mesmo assim, não é difícil encontrar afirmações, por parte do governo de que “este foi o melhor início de ano letivo e atribuições de todos os tempos”. Vale ainda destacar que o sindicato fora excluído da participação de construção e fora chamado apenas para conhecimento do que seria feito.

Os desvios de finalidade dos recursos da Educação têm sido pautados frequentemente pelo sindicato. São recursos significativos que têm sido destinados ao pagamento de aposentados e pensionistas. Para agravar a questão do gerenciamento dos recursos, o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) desencadeou operação que aponta para uma quadrilha que agia dentro da SEDUC para desviar recursos públicos destinados à construção e reformas de escolas no estado de Mato Grosso.

A portaria 036/2016 representou uma das facetas de ataque à lei de Gestão Democrática em Mato Grosso por estabelecer critérios e mecanismos estranhos para escolha de coordenadores pedagógicos nas escolas públicas estaduais. Além do mais, as tratativas de alteração nos critérios se deram de forma verticalizada e intransigente por parte dos gestores da Seduc, principalmente o secretário Adjunto de Política Educacionais. Há uma grande investida do órgão central sobre a gestão democrática e as recentes indicações de diretores, coordenadores e assessores pedagógicos têm apontado para uma política de desmonte desse mecanismo conquistado a duras penas, com consequente alteração das regras com vistas às indicações diretas e políticas pelo secretário de Estado de Educação.

As escolas ditas de período integral em Cuiabá e Rondonópolis apontam para a tentativa de alteração da jornada dos professores de 30 horas semanais para 40 horas. O processo de atribuição de professores para as escolas de tempo integral impôs o cumprimento de uma jornada semanal de 40 horas, inclusive aos ocupantes de cargos efetivos. No entanto, tratou-se de uma ampliação de jornada dos alunos em efetiva política de Educação Integral. Uma inversão de lógica que caracteriza as políticas da Seduc; soltas e sem definir claramente a que veio e para onde seguirá.

A escassez de recursos para manutenção de uma política de educação referenciada socialmente e a ausência de debate da educação por meio de conferências sobre gestão

democrática e ciclo e os rumos da Educação profissional, assim como a falta de concurso público, profissionalização dos/as funcionário/as da educação junto com as políticas verticalizadas por parte da Seduc são indicadores do desmonte e da ausência de ações governamentais para a Educação Pública de Mato Grosso.

Com o crescente aumento dos recursos da Educação no Brasil, o investimento do setor privado passou a ser um negócio interessante e lucrativo, inclusive por meio de organizações internacionais para que os recursos públicos possam ser fatiados com essas organizações sob a roupagem de Parceria Público Privado (PPP), sendo que nos projetos mais audaciosos há, literalmente, venda de escolas públicas pelo governo a empresas do setor privado, juntamente com a terceirização da oferta educacional pública.

Em Mato Grosso, com o governo neoliberal de Pedro Taques, a entrega das escolas e Centros de Formação (Cefapros) se dará por meio do Mato Grosso Participações (MT-Par), cujo objetivo é entregar estas instituições, escolas em funcionamento e outras que serão construídas já pelo programa; os serviços meio e a administração das mesmas por um prazo de 25 anos (!!!) a uma empresa privada. Essencialmente, isso representa o fim do concurso público para cargos de Apoio Administrativo Educacional (AAE), Técnico Administrativo Educacional (TAE) e outras funções. Assim como as funções de Direção Escolar, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar, e professor Formador serão diretamente atingidos e conseqüentemente terá impacto sobre a organização pedagógica e a atividade docente.

A exemplo do que acontece em Goiás, os salários serão atingidos. Em Goiás, por meio da terceirização paga-se a um professor graduado o equivalente a R\$ 622,00 para uma jornada de trabalho de 20 horas semanais. O desafio que se coloca para Mato Grosso é resistir a este modelo neoliberal que tem como principais objetivos a entrega do recurso público à famigerada iniciativa privada e à precarização dos serviços públicos sem que isso implique em melhorias da oferta educacional e na qualidade social.

Os contextos de valorização e reconhecimento nas redes municipais do Estado de Mato Grosso têm sido constantes e voltados quase que exclusivamente para o pagamento do Piso para professores. Há uma investida muito grande da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) que orienta os seus associados que, em nome do factóide da crise, não haja o pagamento do Piso aos professores da Rede, e conseqüentemente não se garanta os mesmos percentuais de atualização do Piso aos demais funcionários da Educação, mesmo que estes estejam nas mesmas estruturas de carreira.

Acentua-se as posições dos prefeitos que não têm garantido as condições de carreira aos trabalhadores da Educação, bem como a investida da terceirização tem sido

uma constante em municípios polo como Lucas do Rio Verde e Sorriso. Há uma clara tentativa de estabelecer a terceirização de cargos de maneira precária por meio dos chamados bolsistas para atenderem a Educação Infantil e Educação Especial, além de outras tantas que são de caráter permanente no serviço público educacional.

O caso mais gritante nesses últimos anos vem do município de Matupá/MT, em que o prefeito Valter Miotto Ferreira (PMDB), para não descumprir o Piso dos professores aplicou o percentual da atualização à referência e alterou a mesma quantidade nos percentuais relativos aos coeficientes que alteram as diferenças entre as formações acadêmicas dos professores, de forma que não houve aumento real. Quanto aos demais servidores, houve a separação das carreiras e o achatamento salarial. Assim, um servidor que recebia algo próximo a 1 salário mínimo passou a depender de complementação constitucional, já que as referências para os cargos não docentes é abaixo de qualquer salário percebido por um trabalhador do mercado, fora do serviço público.

No estado de Mato Grosso as diversas greves com o objetivo de desvelar as realidades das Redes Municipais por valorização profissional dos trabalhadores da educação, com raríssimas exceções, contaram com o apoio do legislativo. Demonstrando que os trabalhadores da Educação não estão representados nesses espaços de decisão e que as Eleições Municipais impõem à categoria uma intensa reflexão e discussão sobre a participação dos profissionais da Educação enquanto agente público nas câmaras.

O governo do Estado tem adotado uma política que tem sido perversa às redes municipais. Em nome da distribuição dos alunos, tem feito a repartição do ensino fundamental de maneira que as redes municipais atendam as séries iniciais do Ensino Fundamental e o Estado as séries finais. Trata-se de uma política perversa que além de retirar recursos financeiros dos municípios em relação ao Fundeb, entrega ao mesmo os estudantes que tem mais demanda financeira e, conseqüentemente, estrangula as condições de financiamento e valorização profissional e salarial do conjunto de trabalhadores da Educação.

As estruturas Educacionais e de atendimento à Educação Infantil é um problema que acentua o descompasso entre as redes e conseqüentemente o financiamento, estruturas e valorização profissional. Em muitos municípios de Mato Grosso, a exemplo de Sinop, Várzea Grande e Rondonópolis são comuns a presença de grande número de crianças nas chamadas filas de espera, e com a conivência do Ministério Público que não tem agido eficientemente quanto às pautas da Educação.

O truncamento do governo em relação à pauta da educação é uma constante. É nesse momento que a classe trabalhadora não poderá se furtar em fazer as disputas dos cargos eletivos e, de maneira corporativista e sem paixões

partidárias, eleger as pessoas que dialogarão com as pautas que são estratégicas e primordiais para a Educação. Uma vez que na Assembleia Legislativa (AL) de Mato Grosso, Câmara dos Deputados e Senado não diagnosticamos forças suficientes para que possamos fazer a disputa de projeto de Educação Pública e socialmente referenciada.

2. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

2.1 Financiamento para a Educação Pública no Brasil: Um rápido olhar pelo retrovisor da História

A História registra que o financiamento da educação brasileira sempre foi deixado em segundo plano e que somente nos períodos democráticos o mesmo teve um relativo grau de atenção. Até meados do século XVIII a educação era ministrada pelos jesuítas, financiada pela Coroa Portuguesa, cujo interesse era a “domesticação” e pacificação dos povos nativos. Com a expulsão dos jesuítas, os professores/as passam a ser pagos pelas Câmaras Municipais que possuíam autorização para cobrar contribuições dos pais dos alunos/as. Em 1772, para que se pudesse manter o sistema de ensino, criado pelo ministro Marquês de Pombal, foi instituído o subsídio literário: imposto que incidia sobre o vinho, o vinagre, todos os tipos de aguardente e a carne, cujas rendas deveriam ser revertidas para o pagamento dos ordenados dos professores.

Com a expansão das cidades e posteriormente com o processo de industrialização, aumenta também a demanda por escolarização. A partir da constituição de 1934, a educação passa a ter recursos vinculados no âmbito das três esferas do poder, nas seguintes relações: União 10%; Estados e Distrito Federal 20% Municípios 10%. Com a constituição de 1937, a ditadura Vargas suspende as vinculações de receitas para a educação.

A tabela abaixo demonstra como tem sido tratada a vinculação de recursos para manter e desenvolver a educação pública, a partir de 1.934.

Ano	Disposição Legal	Esfera da Vinculação		
		União	Estados e DF	Municípios
1934	CF 1934	10%	20%	10%
1937	CF 1937	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
1946	CF 1946	10%	20%	20%
1961	LDB 4.024	12%	20%	20%
1967	CF 1967	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
1969	EC 1	Nenhuma	Nenhuma	20%
1971	Lei 5.692	Nenhuma	Nenhuma	20%
1983	EC 24	13%	25%	25%
1988	CF 1988	18%	25%	25%
1996	LDB 9.394	18%	25%	25%

2.2 O Financiamento da educação e a luta dos/as trabalhadores/as

Uma das principais bandeiras históricas dos trabalhadores/as da educação, tem sido a luta para garantir a vinculação e a ampliação de verbas, para que os planos de educação não seja mera carta de intenções. É a partir do financiamento que se efetiva os planos, programas e projetos educacionais, aliadas às condições necessárias para a garantia da qualidade da educação: melhoria nas condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação, formação continuada, salários dignos, ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas, gestão democrática no sistema educacional e na escola, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito social e definiu os responsáveis pelo seu provimento: o Estado e a família. Para resguardar o direito à educação, a própria Constituição estabeleceu a estrutura e as fontes de financiamento, por meio da vinculação de recursos financeiros, além de definir quais as responsabilidades de cada ente federado. Ao determinar a vinculação de recursos financeiros para a educação, a Constituição garantiu também os percentuais mínimos da receita resultante de impostos e transferência constitucionais para serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino dentro do seguinte patamar mínimo: 18% da receita da União e 25% da receita dos estados, Distrito Federal e municípios ou o que dispuser suas Constituições ou Leis Orgânicas, além do Salário Educação. Vale registrar que, além de poder contar com os recursos definidos constitucionalmente, a educação nos estados e nos municípios ainda contam com dinheiro extra, oriundo de programas e projetos, a exemplo do Programa nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e outros. Que na avaliação do movimento sindical são insuficientes para atender a demanda de algumas escolas.

Há que se ressaltar nesse contexto, porém, que no Brasil, a lógica da divisão política do poder está ancorada no federalismo, no calcada ente federado, Estados e Municípios, é dotado de relativa autonomia, subordinados à soberania da União (Governo Federal) exercendo o papel principal de indutora de políticas públicas e redistribuidora de recursos financeiros.

Com a eleição dos governos Lula/Dilma, dentro de uma plataforma política do campo democrático popular, aliadas ao aumento da bancada sindical no Congresso Nacional, incluindo alguns educadores/as, compromissados/as com as bandeiras de lutas dos profissionais da educação, as pressões exercidas pelos/as trabalhadores/as da educação através da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e seus sindicatos filiados, promoveram algumas modificações das políticas educacionais que apontam

para uma trajetória diferente das traçadas anteriormente pelas políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dentre estas políticas, destacaram-se:

- ✓ A Emenda Constitucional nº 53/2006 cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, Além de promover mudanças conceitual no art. 206 da constituição federal estendendo o direito a Piso e Plano de Carreira a todos os Profissionais da Educação;
- ✓ Lei 11.494/07, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- ✓ Lei 11.738/08, que aprovou o piso salarial profissional nacional do magistério;
- ✓ Lei 12.014/09, que alterou o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9.394/96 com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação;
- ✓ A Emenda Constitucional 59/09, com destaque para o fim gradativo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), previsão da obrigatoriedade do ensino básico dos 04 aos 17 anos de idade com a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica;
- ✓ Resoluções 02/09 e 05/10- que orientam as reformulações dos planos de carreira;
- ✓ Lei 12796/2013 que garante a formação profissional para os funcionários da educação;
- ✓ Lei 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década que se encerra em 2024.

Ao tratar as questões relacionadas ao financiamento da educação e levando-se em consideração o que ocorre na prática dentro das relações federativas, observa-se uma inversão da lógica dentro do princípio de transferência de responsabilidades desacompanhadas das transferências de recursos. A regra é simples: o ente que menos arrecada (município) é o que tem assumido as maiores responsabilidades. Estudos realizados pelo Conselho de desenvolvimento econômico e Social em 2010 apontam que do total de recursos arrecadados, a União fica com 57%, os Estados e o Distrito federal com 25% e os Municípios com 18%. Em contrapartida, a participação nos gastos públicos apresenta a seguinte realidade: União – 20%; Estados e Distrito Federal- 41% e Municípios- 39%.

Aliadas a estas questões outros elementos precisam ser observados para se chegar a um equilíbrio no atendi-

mento à educação:

- ✓ O que compete a cada ente federado no tocante ao atendimento da demanda das matrículas? O que pode e o que não pode ser considerado gastos com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) – art. 70 e 71 da LDB;
- ✓ Qual o percentual mínimo que o ente federado destina à educação além dos 25% obrigados pela Constituição Federal;
- ✓ Qual a política fiscal e de arrecadação implementada pelo ente federado (município/estado);
- ✓ Como se configura a política de divulgação e transparência na aplicação dos recursos da Educação em cada setor.

Cabe registrar, que as oficinas de financiamento da educação realizadas pelo SINTEP/MT tem detectado que as relações políticas entre Estado e Municípios no atendimento da demanda educacional, tem sido pautada pela lógica da transferência de responsabilidade do Estado para os municípios, pelo processo de polarização e/ou reordenamento das matrículas. Como se não bastasse isto, a maioria dos gestores municipais continuam navegando na contramão do que determina a legislação, insistem em matricular alunos para além da capacidade financeira do município (Art. 10 inciso II da LDB) além de não estabelecer outros mecanismos de gestão que assegure uma relação de equilíbrio entre: receitas, número de matrículas/quadro de pessoal. Ao desrespeitar o que determina a legislação, tais atitudes para além da irresponsabilidade, tem sobrecarregado as redes municipais a ponto de comprometer a valorização salarial dos profissionais da educação.

Após constituição cidadã de 1998 que consolidou a vinculação de recursos para a educação, a luta dos trabalhadores tem sido constante na busca de um novo mecanismo para financiar a educação pública. Os espaços democráticos de debates nas conferências têm apontado para a vinculação ao PIB (Produto Interno Bruto) em pelo menos 10% o que equivaleria praticamente dobrar o atual patamar de investimentos. O debate em torno dos 10% do PIB vem acompanhado de um novo conceito de financiamento, que é o CAQi/CAQ (Custo Aluno Qualidade Inicial/ Custo Aluno Qualidade) que na prática seria a inversão do atual critério de financiamento: Hoje a lei define o investimento de no mínimo 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais e independente da realidade do ente federado, é com esse recurso (insuficiente) que se “promove a educação. Já o CAQi estabelece a lógica de um padrão mínimo de qualidade a partir de certos insumos/estrutura mínima (quanto custa) e a partir desta realidade define-se o financiamento para se chegar ao CAQ (Investimento pleno, atendendo todas as necessidades educacionais).

Com a crise política atual e o eminente Golpe de Estado capitaneado pelos interesses econômicos do capital, podemos voltar à estaca zero sobre a garantia para o financiamento da educação. O projeto “Uma Ponte Para O Futuro” do PMDB, partido do vice-presidente da república, cogita entre outras medidas, desobrigar o Estado a ter recursos vinculados para financiar a educação sob o argumento de desengessar a economia. O atual momento conclama a todos os que sonham com uma educação de qualidade à luta para a superação muitos desafios junto ao novo Plano Nacional de Educação, que deve assegurar em suas regulamentações:

- ✓ A revisão e a ampliação do papel da União no financiamento da educação básica;
- ✓ A instituição e a implantação de um regime justo de colaboração e cooperação entre os entes federados;
- ✓ O estabelecimento de uma real valorização de todos/as os/as trabalhadores/as em educação;
- ✓ A definição de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades de educação/ensino;
- ✓ A definição do papel da educação pública no processo de desenvolvimento do País.

2.3 Financiamento para a Educação Pública no Brasil sob a ótica do PNE

Um olhar à Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos, verifica-se que suas ações estão expressas em 20 metas e 254 estratégias, que se resumem em:

- ✓ Atingir o percentual de investimento na educação equivalente a 10% do PIB;
- ✓ Universalizar o acesso escolar de 4 a 17 anos, com aumento significativo das matrículas em creches e EJA, e duplicar a taxa líquida de matrículas no nível superior, com ampla expansão das vagas públicas;
- ✓ Melhorar a qualidade da aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades, elevando-se a escolaridade da população jovem e adulta e eliminando o analfabetismo literal e funcional;
- ✓ Valorizar os profissionais da educação
- ✓ Democratizar a gestão escolar e os sistemas de educação.

Para sair do papel e ser colocado em prática o novo PNE precisa ser regulamentado. Entre as principais tarefas das quais o movimento sindical deve ser protagonista por meio de proposições e mobilizações, estão:

- ✓ Aprovar ou adequar os planos estaduais, distrital e municipais de educação até 24 de junho de 2015, à

- luz das orientações do novo PNE e contemplando a ampla participação da comunidade educacional e da sociedade civil (art. 8º);
- ✓ Regulamentar, no prazo de dois anos, a gestão democrática nos sistemas estaduais, distrital e municipais de educação (art. 9º);
 - ✓ Instituir, em lei específica, o Sistema Nacional de Educação até o final do segundo ano de vigência do PNE (art. 13);
 - ✓ Regulamentar o piso salarial nacional do art. 206, VIII da CF, em 2 anos;
 - ✓ Regulamentar o CAQ com complementação federal no prazo de 2 anos;
 - ✓ Regulamentar a Lei de Responsabilidade Educacional em 1 ano.

Para que o PNE não torne uma simples carta de intenção, as consecuições das metas dependem ainda da regulamentação do Sistema Nacional de Educação, disposto no art. 214 da CF dando ao PNE o caráter de articulador do Sistema Nacional de Educação, orientando as políticas sistêmicas e cooperativas entre os entes federados, à luz do art. 23, parágrafo único da Constituição Federal.

2.4 Financiamento da Educação em MATO GROSSO

Em 1989, Mato Grosso aprovou uma das Constituições mais avançadas sobre educação, seja pela previsão do Sistema Único de Ensino/ Valorização Profissional e Financiamento da Educação. Infelizmente os sucessivos governos sempre encontram uma forma para burlar a legislação, com a omissão ou conivência dos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. Desde 1989, quando o legislador definiu que o Estado deve investir no mínimo 35% em educação, os governos de plantão vêm se utilizando de artifícios “legais” para se eximirem dos compromissos de assegurar o financiamento legal como forma de assegurar a qualidade na educação escolar básica.

Ainda, sem sofrer nenhuma penalidade pelos órgãos que deveriam zelar pelo bem público, os governos de Mato Grosso tem ao longo da história retirado mais receitas da educação por outros artifícios como: política de isenção e renúncia fiscal; Fundo de Previdência (UNPREV); pagamento de servidores não assegurados pela lei 12.014/09; acórdão com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) para não considerar o imposto de renda como recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino, além do não repasse das receitas à pasta conforme determina o artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, o que chegou a possibilitar a Secretaria de Fazenda SEFAZ a repassar valores abaixo do que determina a Constituição Federal.

Nossa atuação sindical pautada na reivindicação e na proposição aponta para as seguintes ações estratégicas:

- ✓ Assegurar pelo processo de fiscalização e acompanhamento que o mínimo dos 25% de todos os impostos e transferências constitucionais sejam destinadas exclusivamente à MDE (Manutenção e desenvolvimento de ensino especificadas no art. 70 da LDB);
- ✓ Que seja estabelecido mecanismos de gestão que assegure equilíbrio entre relação número de aluno por professor (função docente) e funcionário, e o atendimento das matrículas conforme assegura o art. 10, inciso II da LDB /96;
- ✓ Que o estado busque potencializar a capacidade de arrecadação dos recursos próprios dos impostos estaduais e municipais bem como destinar seu gradual aumento para aplicar na educação, acima do mínimo exigido constitucionalmente.
- ✓ Que seja instituído o Sistema Único de Ensino e / ou regime de colaboração entre os entes federados Estado e Município estabelecendo o direito à educação gratuita e de qualidade social em todas as esferas administrativas, com garantia das devidas condições para o seu funcionamento;
- ✓ Apoio a construção do regime de colaboração entre os órgãos normativos dos sistemas de ensino, fortalecendo a cultura do relacionamento entre o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais e municipais de educação;
- ✓ Lutar para assegurar outras fontes de receitas à educação incluindo, na vinculação, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições);
- ✓ Lutar para que seja definido e/ou aperfeiçoado os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da sociedade, articulados entre os órgãos responsáveis (conselhos, Ministério Público, Tribunal de Contas), para que seja assegurado o cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- ✓ Exigir uma política Estadual de gestão educacional, com mecanismos e instrumentos que contribuam para a democratização da escola e do ensino e assegure a elaboração e a implementação de planos estadual e municipais de educação e articule a construção de projetos político-pedagógicos escolares, sintonizados com a realidade e as necessidades locais;
- ✓ Lutar pela autonomia (pedagógica, administrativa e financeira) das escolas, bem como o aprimoramento dos processos de gestão, para a melhoria de suas ações pedagógicas
- ✓ Assegurar que o Transporte Escolar da zona urbana e da educação superior sejam oferecidos, desde

que não saiam dos 25% dos recursos da Educação para que não hajam prejuízos às finalidades do apoio concedido pela União, conforme Art. 5º LEI Nº 12.816, de 5 de junho de 2013;

- ✓ Exigir do Estado, para a Merenda Escolar, uma contrapartida de no mínimo 50% do valor disponibilizado pelo FNDE;
- ✓ Cobrar formação através da SEDUC em parceria com o SINTEP-MT aos conselheiros da Merenda Escolar, FUNDEB e Transporte Escolar, para fortalecer a atuação dos mesmos.
- ✓ Exigir a instituição de instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, para toda a comunidade local e escolar assegurando o controle social a partir dos conselhos escolares e do Fundeb;
- ✓ Cobrar a capacitação de conselheiros escolares e a manutenção de rede de colaboradores públicos para apurar denúncias de desvios das verbas públicas;
- ✓ Lutar para que seja definido o financiamento, em regime de colaboração, para políticas e estratégias de solução dos problemas do transporte escolar, enfrentados, principalmente, pelos municípios, em relação ao gerenciamento e pagamento das despesas da educação com transparência na gestão dos recursos.

2.5 Valorização Profissional: peça fundamental para a qualidade da educação

A valorização profissional configura-se como peça fundamental para a qualidade da educação, pois, a mesma deve ser entendida para além da questão puramente salarial como: Formação inicial e continuada; condições de trabalho adequada; ambiente educativo apropriado para o bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem; piso salarial aplicado em um plano de carreira que assegure uma única jornada de trabalho com salário compatível para a dedicação exclusiva em uma única escola, entre outros elementos. Neste sentido, o Sintep/MT tem como um de seus objetivos estratégicos, intensificar e ampliar sua atuação para universalizar as condições de trabalho que superem as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes Estadual e Municipais, com carreira única para todos os profissionais da educação.

Essa tarefa não tem sido fácil, mas a luta dos/as trabalhadores/as foi capaz de produzir alterações importantes na legislação educacional, como piso, carreira, financiamento, formação, e reconhecimento dos/as funcionários/as como profissionais da educação. São vitórias importantes que exigem o esforço e a luta constantes para serem cum-

pridas pelos gestores, principalmente nas redes municipais. Do ponto de vista salarial, desde o Brasil império se cogitava a implantação de um piso salarial aos trabalhadores da educação. Somente em 2008 o Estado brasileiro aprovou um piso salarial como referência inicial de carreira aos profissionais do magistério, depois de muita batalha com prefeitos e governadores, chegando a questionar a constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal STF.

A aprovação da lei 11.738/2008, (Lei do Piso do Magistério) e com a Lei do FUNDEB (que assegura o financiamento para a valorização de todos os profissionais da educação), com a Lei 12.014/2009 que discrimina quais categorias de profissionais que devem ser valorizados com os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e com a Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006 que assegura piso e carreira a todos/as os/as Profissionais da Educação, vislumbra-se novas possibilidade de se avançar significativamente na valorização profissional. Outro elemento importante, é a recente aprovação da Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década, que entre outros elementos estruturantes para a educação de qualidade da educação está a valorização profissional

Cabe ressaltar que todas estas conquistas estão sob ameaça pela situação política atual, uma vez que ao olhar pelo período que as referidas leis foram aprovadas, o movimento sindical contava com um quantitativo expressivo de parlamentares compromissados com a educação. O Congresso atual, responsável pela regulamentação do PNE, conta com muitos parlamentares de uma linha mais conservadora cujas preocupações tem sido a redução da maioridade penal, o armamento da população, o estatuto da família, a terceirização das atividades fins e meios e a flexibilização das leis trabalhistas que, em nome dos interesses privados, retiram muitos direitos trabalhistas classificadas pelos mesmos como privilégios. Outro ponto que deve ser levado em consideração é o processo de instabilidade política onde a conta sempre é ajustada em cima do trabalhador via retirada de direitos.

Toda esta questão coloca-nos em estado de alerta máximo para não perdermos os direitos já conquistados e que no processo de regulamentação do novo PNE assegurar nossas conquistas e ampliar direitos. Em âmbito geral da Lei nº 13.005 do PNE traz as seguintes exigências das quais devemos participar ativamente para assegurar nossa valorização profissional:

- ✓ Aprovar ou adequar os planos estaduais, distrital e municipais de educação até 24 de junho de 2015, à luz das orientações do novo PNE e contemplando a ampla participação da comunidade educacional e da sociedade civil (art. 8º);
- ✓ Regularizar, no prazo de dois anos, a gestão de-

mocrática nos sistemas estaduais, distrital e municipais de educação (art. 9º);

- ✓ Instituir, em lei específica, o Sistema Nacional de Educação até o final do segundo ano de vigência do PNE (art. 13);
- ✓ Regulamentar o piso salarial nacional do art. 206, VIII da CF, em 2 anos;
- ✓ Regulamentar o CAQ com complementação federal no prazo de 2 anos;
- ✓ Regulamentar a Lei de Responsabilidade Educacional em 1 ano.

O novo PNE possui 20 metas, verifica-se que as possibilidades de valorização profissional se encontram nas metas 15 a 18. Dentre estes avanços estão o pleno reconhecimento dos funcionários em todas as políticas de valorização profissional – formação, remuneração e carreira. Quanto à formação profissional, o PNE conclama o Estado brasileiro a ofertar gratuitamente, dentro dos limites da LDB, a formação em nível superior a todos os integrantes do magistério, bem como a profissionalização dos funcionários em cursos de nível médio, superior e com acesso à formação continuada e à pós-graduação, tal qual previstas para os/as professores/as. Outra questão de grande relevância, é a previsão da consolidação da política nacional de formação de professores e de funcionários, unificada, respeitando-se as peculiaridades de cada processo formativo.

Quanto à questão salarial, o compromisso de, em seis anos, equiparar a remuneração média dos/as professores/as com a de outros profissionais com mesmo nível de escolaridade – tendo o piso nacional como a principal referência dessa política –, e, para os funcionários/as o PNE prevê a regulamentação em dois anos, do piso salarial profissional do art. 206, VIII da CF, o qual servirá de referência para os planos de carreira da categoria. Outra questão presente no PNE, é a exigência de se ter uma política que assegure profissionais de carreira via concurso público, exigindo que o número de profissionais efetivos sejam de no mínimo 90% do quadro de pessoal quando se trata de professores e 50% para os demais profissionais.

2.6 A Valorização e a Mobilização Nacional

A luta dos/as trabalhadores/as, aliadas à mobilização no Congresso Nacional junto aos parlamentares comprometidos com a educação, promoveram mudanças importantes no texto constitucional, dentre elas as alterações no artigo 206 que passa a reconhecer o direito ao piso salarial e carreira ao conjunto dos trabalhadores da educação, substituindo o termo Profissionais do Magistério por Profissionais da Educação:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I.....

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

.....
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O debate sobre o piso para todos os profissionais trouxe à tona a necessidade de aprovarmos diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais escolares, como forma de encaminhar, definitivamente, as políticas de valorização da categoria, iniciadas com a aprovação da Lei nº 11.738 (piso nacional do magistério). Para concretizar a política de valorização do conjunto dos Profissionais da Educação, a partir dos marcos legais conquistados através da luta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da educação (CNTE) encaminhou, ao Governo Federal os projetos de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional que tratam sobre a nova lei do Piso Salarial e das Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira dos Profissionais da Educação.

É importante salientar que tais projetos de leis são fruto do Acúmulo histórico da CNTE e de seus Sindicatos filiados e suas bases estão ancoradas nas experiências exitosas de Mato Grosso a partir da proposição parlamentar do Ex-deputado e filiado do SINTEP/MT Prof. Carlos Augusto Abicalil (PL 1.592/03). Boa parte do que se deseja nacionalmente, do ponto de vista de carreira, está baseado nas conquistas da rede estadual e parte das redes municipais de Mato Grosso, que asseguram: jornada única de trabalho (máximo 40 horas semanais) com 50% de horas atividades; piso salarial para a jornada da carreira; horas atividades extensiva aos interinos/ inclusão dos/as funcionários/as no mesmo plano de carreira com garantia do piso salarial após a profissionalização; lei de gestão democrática do ensino; política para dobrar do poder de compras dos salários, licença para qualificação profissional, dentre outros benefícios.

2.7 Os Desafios da Valorização Profissional em MATO GROSSO

O Piso Salarial e carreira digna que garanta a valorização profissional é um direito constitucional assegurado a todo trabalhador/a da educação. Os mesmos são possíveis de ser garantido pelo Estado de Mato Grosso, e suas redes municipais bastando apenas que a educação seja tratada

como prioridade e use como investimento estratégico para o desenvolvimento da sociedade. As condições em nosso estado, são favoráveis para avançar na qualidade da educação. Somos um dos estados que mais cresce no país em contrapartida, as riquezas são mal distribuídas e o modelo de desenvolvimento majoritariamente centrado no agro-negócio que gozam de generosos recursos do estado via incentivos fiscais, tem trazidos sérios prejuízos para o desenvolvimento de políticas públicas.

A educação não foge à regra, tem sido prejudicada em Mato Grosso. Entra e sai governo e a “mão invisível do Estado” continua operando, contrário ao que estabelece o texto constitucional:

Art. 245 O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar.

II - ...

§ 1º O Poder Executivo repassará, direta e automaticamente, recursos de custeio às comunidades escolares públicas proporcional ao número de alunos, na forma da lei.

§ 3º Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir os trinta e cinco por cento destinados à educação.

É desrespeitoso o que os sucessivos governos têm feito, quando ignoram o texto constitucional, não aplicam os percentuais mínimos previstos em lei e não observam o que determina a lei sobre as situações de isenções e renúncias fiscais. O SINTEP, ao analisar as receitas do estado em 2013, detectou o prejuízo para a educação em mais de 1,1bilhão pela política de isenção praticada pelo Estado. O efeito direto dessa política está estampado nas péssimas condições de estrutura física de muitas escolas, na ausência de materiais pedagógicos adequados ao mundo contemporâneo, às múltiplas jornadas dos profissionais da educação, ao alto índice de contratados precariamente (mais de 60% do quadro de pessoal), sem direitos aos benefícios da carreira e à ausência de uma formação continuada para além do que se oferece nos atuais Cefapros.

2.8 O Piso Praticado em Mato Grosso e o Piso Reivindicado para 2016

Ao tratar a valorização profissional, a constituição de nosso Estado já havia avançado em 1998 quando a emenda constitucional nº 12/98, fruto de uma greve de mais de 40 dias, assegurou a valorização profissional ao conjunto dos/as trabalhadores/as da educação (professores/as e funcionários/as) mediante piso e carreira, coroando uma luta de quase duas décadas pela unificação das carreiras de fato e de direito.

Art. 237 O Estado e os municípios organizarão os seus sistemas de ensino... com base nos seguintes princípios...:

III - valorização dos Profissionais da Educação Pública Básica, garantindo, na forma da lei, plano de carreira com piso salarial profissional, jornada de trabalho única de 30 (trinta) horas, sendo 1/3(um terço) destinada a planejamento e estudos extraclasse na função docente, e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Estado e Municípios; (Redação dada ao inciso pela EC 12, de 1998.).

Dando continuidade à busca por valorização profissional, a luta dos trabalhadores na histórica greve de 67 dias em 2013, antecipa uma das metas do PNE (que assegura a equiparação média do salários do professor com o de outras carreiras) e celebra um acordo com o estado (Lei 510/13) para dobrar o poder de compras dos salários em 10 anos, estando o estado obrigado a assegurar a revisão geral anual (RGA) mas um percentual de ganho real assim estabelecido: ano de 2014, inflação mais 5%; 2015, inflação mais 6%; 2016, inflação mais 7% e nos anos de 2017 a 2023, inflação mais 7,69%.

Nossa constituição não deixa dúvida ao assegurar que a jornada de trabalho dos profissionais da educação, é única de 30 horas semanais é que para essa jornada, os (as) trabalhadores(as) devem ser valorizados mediante plano de carreira e piso salarial. Com a conquista da lei 510/13, o piso em Mato Grosso para maio de 2016 é, de R\$ 2.331,74, para a jornada da carreira (LC 50/98) e deve ser garantido como vencimento inicial a todos os Profissionais da Educação que possuam no mínimo o ensino médio e, no caso dos funcionários, Ensino Médio mais profissionalização específica (Pro funcionário).

2.9 O Piso Salarial Profissional Nacional e as Redes Municipais

Desde 1827 os/as trabalhadores/as da educação brasileira lutam pela implantação de um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). O Piso Salarial Profissional Nacional, junto a carreira formação e a jornada constitui um importante instrumento de valorização dos trabalhadores da educação e exerce forte influência sobre a qualidade do ensino. No entanto, apesar de ter se tornado Lei, a maioria dos gestores nos municípios e Estados brasileiros se negam a pagá-lo, como tem ocorrido na maioria das redes municipais em Mato Grosso.

Em 16 de julho de 2008 foi instituída pela Lei Federal nº 11.738, (após 181 anos) o PSPN é o valor abaixo do qual a nenhum ente federado (União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta)

horas semanais.

Além de garantir o piso salarial, fica o ente federado obrigado a destinar 1/3 da jornada de trabalho do professor/a, para a hora de trabalho pedagógica (horas atividades). O piso também deve ser corrigido anualmente, sempre no mês de janeiro, com base no crescimento do valor aluno ano no Fundeb do ano anterior e desde janeiro de 2016 seu valor é de R\$ 2.135,64. Contrariando a legislação, a maioria dos prefeitos tem promovido um verdadeiro arrocho salarial sobre os educadores, alegando toda espécie de desculpas para não garantir um direito que é constitucional, razão pela qual a greve deve ser caminho utilizado pela categoria que a lei seja cumprida.

Nas discussões sobre valorização salarial, na maioria dos casos, a tentativa é de achatamento da carreira, pagamento de piso proporcional e a não inclusão e/ou a retirada dos/as funcionários/as dos planos de carreiras. Quando os mantém, lhes é negado a equiparação salarial, num flagrante desrespeito à lei 12.014/09, que além da profissionalização, garantiu a este segmento de trabalhadores, também o título de Profissionais da Educação.

Para a verdadeira valorização reconhecida por meio do salário, reafirmamos que PISO, CARREIRA E JORNADA são indissociáveis e que para se garantir o mínimo de valorização salarial nas carreiras, as mesmas devem assegurar 50% a mais no vencimento do graduado em relação ao piso (ensino médio) e que as demais habilitações devem assegurar minimamente 20% de diferença entre elas. Com relação ao tempo de serviços há que se garantir pelo menos 50% a mais entre o salário inicial e o salário final de carreira em cada habilitação. Qualquer outra vantagem salarial que por ventura for discutida, há que se levar em consideração primeiro a garantia mínima do piso aplicado no plano de carreira a todos(as).

3. POLÍTICA EDUCACIONAL

3.1 Regime de Colaboração na Perspectiva no Sistema Nacional de Educação

A Constituição Estadual foi aprovada em 1989 e, desde então, o Sintep-MT tem criado espaços de debate cujo objetivo é avançar para a implantação do Sistema Único de Ensino. Tal debate já perdura por 27 anos sem avanço. Este sindicato foi protagonista no capítulo que tratou da educação por meio do dispositivo constitucional que determinou a integração progressiva das redes Estadual e municipais em um único sistema, conforme o Art. 244 da Constituição Estadual: “Os Sistemas Estadual e Municipais de Ensino passam a integrar o Sistema Único de Ensino. Parágrafo Único: Ao Estado caberá organizar e financiar o sistema de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos municípios para

a gradual integração em um Sistema Único de Ensino na Forma da Lei”.

Neste período, o Sintep-MT já exigia do Poder Público a criação de mecanismos para incorporar a população usuária da escola pública, como as mães, os pais, os/as estudantes para contribuírem com as tomadas de decisões sobre a política educacional no sentido de fazer o controle social, criar e preparar o espaço propício para a efetivação de fato da gestão democrática.

A persistência e luta diária deste sindicato conseguiu arrancar um acordo do então governador Dante de Oliveira após uma greve que culminou numa ação de 32 horas de ocupação da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Esse acordo foi denominado “Escola Pública: Compromisso por Mato Grosso”. Ainda em 1996, iniciamos os debates acerca da criação e implantação do Sistema Único de Ensino, a partir de uma agenda coletiva entre SINTEP-MT e Governo do Estado.

A própria Seduc coordenou a proposta do governo, denominada de Sistema Único Descentralizado de Educação Básica (SUDEB), que foi utilizada como referência aos debates. O Sintep propôs modificações estruturais ao documento do governo em relação a cada eixo, ao processo de criação e à forma de implantação do novo sistema. Tais modificações propostas, pretendiam a construção de um Sistema Único de Educação Pública Básica para Mato Grosso (SUEPB), além de romper principalmente com a proposta de descentralização elaborada pelo Governo, que pretendia repassar até mesmo o pagamento dos/as profissionais da educação para a responsabilidade de cada escola.

A proposta coordenada pela Seduc entendia que as escolas deveriam aderir ao sistema e, a partir dessa adesão, receberiam os recursos por meio das unidades executoras para “gerenciar” a oferta educacional como um todo, desde a necessidade de reforma, construção, contratação de profissionais para docência, alimentação, infraestrutura, enfim, todas as demandas da escola. Essas propostas foram amplamente debatidas nas Conferências Deliberativas convocadas pelo governo, nas quais as emendas que modificaram o documento e rejeitaram as propostas abusivas do governo, em sua maioria, vieram do SINTEP-MT, sendo aprovadas pelo voto dos conferencistas, superando a proposta inicial do Governo do Estado.

A proposta de Sistema Único de Ensino defendida pelo SINTEP-MT parte dos seguintes princípios: a) A educação como um direito de todo cidadão e toda cidadã, cujo objetivo é a formação integral do ser humano; b) É dever do Estado garantir educação pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade social; c) O Estado deve garantir igualdade de oportunidades e condições de acesso, permanência com qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica pública.

Qual foi a proposta de Sistema Único Defendida pelo SINTEP-MT e vencedora na conferência Estadual?

A proposta de Sistema Único de Ensino defendida pelo SINTEP-MT partiu do princípio de garantir a escola pública como espaço de direito indissociável do processo de democratização da sociedade matogrossense. O objetivo era democratizar o acesso aos debates das políticas públicas de educação, garantindo o controle social com qualidade técnica e política. Nesse sentido, a proposta se dividia em:

a) Financiamento – Os recursos constitucionalmente vinculados à educação seriam automaticamente repassados; 2- Seria criado um Fundo Único para o Sistema Único – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Pública Básica, dos 35% constitucionais no Estado e de no mínimo 25% dos municípios, ou o que dispuser a legislação municipal; 3 – Fixação do custo-aluno-qualidade, utilizando-se da seguinte metodologia: **Custo-aluno-realizado** – resultado da divisão constituída das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino pelo número de alunos diretamente beneficiados pelo sistema. Obtém-se pela análise dos balanços anuais (despesas) do Estado e dos Municípios e pelas estatísticas de matrículas na rede pública. **Custo-aluno-potencial-actual** - resultado da divisão das receitas vinculadas dos impostos, transferências, salário-educação e contribuição social pelo número de alunos/as matriculados/as, descontados os recursos destinados ao ensino superior no último exercício financeiro. **Custo-aluno-potencial-futuro** – é o resultado da divisão da previsão de receitas, embutindo um percentual de recuperação fiscal pelo número de matrículas previstas para o período em questão, definido nos Planos Municipais e no Plano Estadual de Educação pelos Fóruns de Política Educacional. **Custo-aluno-qualidade** – definidos os componentes necessários à qualidade do ensino (salário, jornada e carreira dos profissionais da educação, profissionalização e formação continuada, material didático, equipamentos, áreas e imóveis para diversas atividades, incorporação de novas tecnologias, mobiliários etc.) e os parâmetros de organização de ensino (número médio de alunos por classe, relação do número de alunos/as por funcionários/as, extensão e atribuições das equipes técnicas, horário de funcionamento das escolas, calendário, sistemas de apoio etc.) pesquisados nos preços médios anuais na proporção dos alunos previstos no sistema.

b) Gestão – Os recursos do Fundo Único constituirão a Fundação do Sistema Único de Ensino Público Básico, (instituição criada para abarcar e administrar simultaneamente recursos e patrimônios das atuais Redes Estadual e Municipais), e seriam administradas por um Conselho Gestor de composição paritária tripartite: 1/3 composto pelo Poder Público (Estado e prefeituras que aderissem); 1/3 composto pelos/as servidores/as (professores/as, funcionários/as da educação pública básica/ SINTEP-MT); 1/3 composto por

usuários/as (pais, mães e estudantes das escolas públicas integradas ao Sistema Único), todos/as eleitos por seus segmentos e nomeados pelo Secretário de Estado de Educação. Em cada município se cria um Conselho Municipal similar para acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Único; indicar as prioridades de atendimento para expansão do sistema, manutenção e ampliação das estruturas físicas e dos equipamentos, formação continuada e profissionalização, a partir dos Planos Escolares e que fiscalizará seu cumprimento através dos Conselhos Deliberativos.

c) Adesão – O Estado de Mato Grosso, o proponente do Sistema Único, deve integrá-lo com todos os recursos vinculados e com toda a sua atual rede. Os municípios adeririam ao sistema por opção; aqueles que o fizessem ingressavam com todos os seus recursos vinculados e com toda a sua respectiva rede.

d) A aplicação dos recursos – Os recursos destinados ao pagamento e contratação de pessoal das escolas públicas seriam geridos pela Fundação do Sistema Único, instituição pública organizadora dos sistemas e empregadora de todos/as os/as trabalhadores/as envolvidos nas atividades docentes; de alimentação, de infraestrutura, de secretaria, inovações tecnológicas e multimeio didáticos, segurança das escolas e do sistema. Os recursos para manutenção, expansão da rede, ampliação, compra de equipamentos e materiais de uso permanente iriam diretamente para as escolas de acordo com as prioridades de atendimento fixadas pelos Conselhos Municipais a partir dos planos escolares elaborados e administrados pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE).

Atualmente, com a aprovação da Lei nº 13.005/14, que trata do Plano Nacional de Educação – PNE - com vigência de 2014 a 2024, prevê-se o que determinou a Emenda nº 59/2009 quanto à constituição do Sistema Nacional de Educação: Art. 13 – “O poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação”. Considerando o que a lei determina, o prazo para o trâmite desta lei específica está se esgotando. A data seria 25 de junho de 2016.

Encontram-se divulgados como proposta de lei do Sistema o PL nº 413/2014, de autoria do Deputado Federal Ságua de Mato Grosso e a minuta do Fórum Nacional de Educação, que norteia a configuração do sistema no regime federativo brasileiro, em que cada um dos entes federados seria autônomo. Ainda tornou-se pública a proposta de Sistema Nacional de Educação da SASE/MEC – Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino – com o tema “Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país”. Contudo, mesmo com as decisões da CONAE – Confe-

rência Nacional de Educação – etapa nacional em novembro de 2014, o desenho do Sistema Nacional de Educação que se encontra bastante avançado na atual conjuntura sócio-política com o Congresso Nacional estagnado, dificilmente se cumprirá o prazo estabelecido pela Lei nº 13.005/2016.

O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, de 10 de janeiro de 2008, foi o primeiro a ser atualizado ainda na vigência do plano anterior. A Conferência de Avaliação do Plano Estadual em 2011, debateu e propôs em suas 17 metas “promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino” – Meta 1. A Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014, confirmou tal decisão, tendo como indicador o número de municípios que cumprem o art. 11 da LC nº 49/98.

A Meta 1 apontou também a seguinte estratégia: “Estabelecer, por intermédio de instrumentos legais, cooperação entre o Estado e a totalidade dos municípios, explicitando claramente os objetivos e as responsabilidades comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática, objetivando a implantação do Sistema Único de Ensino”.

Pode-se considerar como grande avanço na atualidade, a implantação de um Sistema de Educação entre União, Estados e Municípios, mediante ações, programas e experiências já executadas e em curso, como: o PAR – Programa de Ações Articuladas; a lei do FUNDEB; a aprovação do PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional, entre outros. E, hoje, ainda experimentando a implantação em estados e municípios de Planos de Educação referenciados a partir do PNE de 2014.

Considera-se uma conquista que em Mato Grosso nos antecipamos em lei na definição do Regime de Colaboração, entre os entes federados [Estado e municípios], na oferta da educação ao inscrever na LC nº 49/98 a proposta de Gestão Única, conforme apresentado inicialmente neste texto. De fato, do ordenamento jurídico nacional que trata do regime de colaboração, embora não regulamentado, pode-se considerar que aplicando a lei estadual de Mato Grosso já constituiria o regime de colaboração no “Sistema Único de Ensino” a partir dos artigos 11, 12 e 13 da LC nº 49/98 do Sistema Estadual de Educação. Ressalta-se aqui o artigo 12, que versa: “A gestão única se dará através de programas conjuntos e permanentes para:

I – cadastro, microplanejamento, transporte, chamada e matrícula da população escolar, visando alcançar a universalização do atendimento da Educação Básica;

II – formação continuada dos professores;

III – unificação de piso salarial, carreira, concursos de ingresso, remoção e progressão para os profissionais da Educação Básica através de lei complementar;

IV – implantação e aprofundamento da Gestão Democrática em todas as instâncias pedagógicas, políticas e administrativas;

V – avaliação permanente do rendimento escolar e da gestão democrática.

Parágrafo 1º: Os programas da gestão única indicados no caput deste artigo estarão contidos nos planos municipais de educação de cada município.

Então, o que nos falta? Para o sindicato a mobilização, a busca da valorização social da educação nas redes municipais e estadual de educação, com ações e enfrentamentos que [...] “implicam esforço de todas as instâncias governamentais e não governamentais que tenham condições de pensar, planejar, locar recursos, acompanhar, avaliar e dar os próximos passos a curto, médio e longo prazos. Não basta vontade. É preciso equalizar proposição, sonho, realidade, consecução, ação e recursos financeiros e materiais”. (Documento referência para o diálogo com o Fórum Estadual de Educação sobre a viabilização do Sistema Único de Ensino no Estado e nos Municípios de Mato Grosso, dez./2012).

3.2 Acesso, permanência e qualidade da educação básica

Ao debatermos a qualidade da educação básica pública, faz-se necessário abordar a questão do acesso e da permanência do/a estudante na escola para que haja de fato e de direito o sucesso escolar. Nesse sentido, o acesso do/a estudante à escola não se limita apenas na ação de realizar a matrícula, mas sim, nas intervenções e articulações que deverão ser efetivadas a partir desse acesso da criança na escola para que os mesmos permaneçam acessando uma educação de qualidade socialmente referenciada. É importante observar que este acesso à educação básica inicia a partir de 0 (zero) ano de vida.

A esse respeito, faz-se necessário comparar os dados apresentados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na 17ª Semana em Defesa e Promoção da Educação Pública, cuja fonte é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2013 de quantos acessam a educação básica e as metas a serem atingidas ao término da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) em relação as:

Creches: apenas 22% da população entre 0 e 3 anos de idade frequenta essa etapa de ensino (**meta do PNE:** matricular no mínimo 50% das crianças em idade apropriada – 0 a 3 anos);

Educação Infantil: 85% da população entre 4 e 5 anos de idade está na escola (**meta do PNE:** universalizar o acesso dessas crianças ainda em 2016);

Ensino fundamental: 97% da população entre 6 e 14 anos frequenta a escola, ainda que em séries/anos não correspondentes à idade (**meta do PNE:** universalizar as matrículas escolares dessa faixa etária em 2016 e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa

na idade recomendada, até 2024);

Ensino médio: a taxa líquida de matrícula é de 51%, ou seja, somente metade dos jovens entre 15 e 17 anos de idade frequentam ensino médio. Além disso, 20% dos jovens brasileiros não estudam nem trabalham (**meta do PNE:** atingir o percentual de 85% dos jovens cursando o ensino médio na idade apropriada);

Analfabetismo literal: 8,3% da população não sabe ler e escrever – cerca de 16 milhões de pessoas (**meta do PNE:** zerar o analfabetismo literal até 2024);

Elevação da escolaridade de jovens e adultos: cerca de 80 milhões de brasileiros com 25 anos ou mais de idade não concluíram o ensino médio. Além disso, 21,1% do analfabetismo se encontra na zona rural (contra 6,6% na zona urbana), na população negra (11,8% contra 5,3% de brancos) e entre os mais pobres (15% entre as pessoas do 1º quinto de renda per capita e 1,8% entre as do 5º quinto de renda per capita mais elevada). **Metas do PNE:** reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados.

Os dados apresentados acima são desafiadores, nestes dados fica evidente os limites que temos, em função da deficiência e/ou inexistência das creches, da pré-escola e do ensino fundamental que resulta no fracasso de um número significativo dos/as estudantes ao chegarem no ensino médio, que conseqüentemente gera o analfabetismo funcional. Diante de tais desafios, o Ministério da Educação (MEC) apresenta como proposta a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como a salvação para todos os males da educação, como se a inexistência de uma “base comum” (ignorando o que já temos) fosse a única causa da “má qualidade da educação”.

O ensino médio aponta um número alarmante de alunos que não frequentam a escola e não conseguem trabalhar, uma das causas, entre tantas outras, pode ser que seja a ausência de formação profissional e/ou que a formação adquirida no ensino médio não o preparou para o mundo do trabalho. Essa leitura nos leva a crer que realmente não houve acesso, porque não houve envolvimento, um olhar criterioso e atento do sistema para com o/a estudante, no sentido de garantir a ele/ela uma educação de qualidade socialmente referenciada.

A responsabilidade de garantir esse **acesso**, essa **permanência** e a **qualidade** da educação básica” perpassa o governo federal, estadual e municipais, ou seja, o sistema educacional como um todo, tendo em vista, que o ato de educar é uma ação coletiva e não individual. Entre os entes federados o regime de partilha (arrecadação e divisão dos

impostos que serão abordados no tema do financiamento da educação) não é feito de forma justa, este é outro fator que aprofunda o fosso da desigualdade educacional, entre estados e municípios país a fora, afetando a qualidade da educação básica.

A ausência de investimento na educação impõe limites para avançar na valorização dos/as profissionais da educação (professores/as e funcionários/as), para garantir a dedicação exclusiva dos/as profissionais em questão numa única escola com uma única jornada de trabalho, com no mínimo 1/3 da jornada para hora atividade, realização de concurso público a cada dois anos conforme prevê a Constituição Federal (C.F.), ausência de investimentos na saúde do trabalhador e nas condições de trabalho. Este é um ponto fundamental para o debate acerca da qualidade, visto que a categoria tem sido acometida de doenças psíquicas em função da frustração com o próprio trabalho, de assistir o insucesso dos/as estudante e não conseguir reverter esse quadro alarmante.

O governo do estado de Mato Grosso, insiste nas avaliações estandardizadas e padronizadas, com consultorias, acaba por culpabilizar os/as profissionais da educação e os/as próprios estudantes pelo fracasso escolar. Ao invés de buscar culpados, porque não investe tais recursos nas condições de trabalho, na estrutura física adequada, nos laboratórios que correspondam a necessidade da pesquisa com tecnologia de ponta e na formação e valorização profissional de todos/as os/as trabalhadores/as da educação? Por que este governo “legalista” não realiza a conferência de Ciclo, ouve a avaliação da sociedade civil, dos/as profissionais da educação, dos/as estudantes, das mães e dos pais dos/as educandos/as, cumprindo o que manda a Resolução 262/02 do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Somos o estado que mais arrecada, mesmo em período de crise econômica, no entanto, não apresentamos índices educacionais satisfatórios, principalmente em relação ao ensino médio. Temos inúmeras creches espalhadas pelo estado a fora, construídas pelo governo federal, mas estão fechadas por falta de mobiliários por que não houve por parte do ente federado município, planejamento orçamentário para colocar a instituição em funcionamento e atender as crianças de 0 a 3 anos, filhos/filhas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, nós, militantes, profissionais da educação básica pública entendemos que educação de qualidade socialmente referenciada constitui-se, na garantia de gestão democrática, condições de trabalho e valorização para os/as profissionais da educação (professor/a e funcionário/a), de estrutura física adequada, de educação integral e escola de tempo integral, no qual o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola garanta um currículo inclusivo e/ou humano que desenvolva as potencialidades do/a educan-

do/a sem ignorar a individualidade de cada um/a, ou seja, que vislumbre uma educação plena com condições reais para uma aprendizagem significativa ao/à educando/a com vistas na formação humana para o mundo do trabalho.

3.3 Organização Curricular

Considerando que o currículo é marcado pela visão de mundo de uma determinada sociedade, e que a prática reflete essa visão, o Sintep-MT, por meio de vigília constante defende que a escola deve ser significativa para o/a estudante, a partir de um currículo que seja mais que conhecimento, que represente emancipação social e dignidade humana. No entanto, vivemos um período de disputa de projeto de sociedade, na qual o currículo tende a refletir uma visão elitista, desconsiderando toda e qualquer diversidade, como se vivêssemos em uma sociedade de “iguais”.

Nessa disputa de projeto de sociedade, entra em cena o debate da nova Base Nacional Curricular Comum, como se não tivéssemos nenhuma base comum em nossos currículos, ou como se a nova proposta de “base comum” fosse salvar a educação básica pública de todos os males. A defesa de que os currículos necessitam de uma base nacional comum não é recente no Brasil. Esse debate data desde a década de 1980, alguns estudiosos afirmam que antes dessa década já se falava em base comum em nível nacional.

É verdadeiro que Ministério da Educação (MEC) está respondendo a voz da sociedade quanto à construção deste documento, tendo em vista que a Constituição Federal (CF) aponta a necessidade de uma “base comum”, conforme versa o “Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Neste mesmo sentido segue a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no “Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”. § 1º os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Entretanto, a proposta que aí está não nos representa, não imprime as vozes da sociedade e sua diversidade como um todo.

A partir desses artigos da CF e da LDB foram realizadas diversas conferências, fóruns, convenções para discutir os rumos da educação brasileira, que resultou na primeira Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada 28 de março a 01 de abril de 2010, e a 2ª CONAE, realizada entre os dias 19 e 23 de novembro de 2014. Ambas as CONAES,-

contou com especialistas para debater os temas, ao final produziu um documento sobre as propostas e reflexões para a educação brasileira que tornou-se referencial para o processo de mobilização para a **Base Nacional Comum Curricular -BNCC**. É importante observar que na 1ª CONAE, esteve presente um público de mais de quatro mil delegados, com participação de toda diversidade social, o debate obedeceu a todas as etapas e suas representações com amplo público para o debate. Diferente da 2ª CONAE que foi realizada com público mais reduzido, comparada ao público da 1ª CONAE com presença das forças conservadoras muito bem articuladas, pois, já possuíam foco de onde pretendiam chegar para atingir seus objetivos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) também aponta a necessidade de uma “base comum nacional”. As metas 2.2 e 3.2 afirmam que “O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao conselho nacional de educação - CNE, até o 2o (segundo) ano de vigência desse PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as alunos/as de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum.”

A “base comum” no PNE aparece com uma linguagem gerencial, muito utilizado pelas Parcerias Público Privado (PPP) diferente do que é debatido pelos movimentos sociais e sindicatos da educação. Apesar do PNE, na meta 7.1 apontar que a “base comum” deve “Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos (...)respeitada a diversidade regional, estadual e local”, o documento da BNCC propõem o engessamento do currículo com a divisão de 60% da Base Nacional Comum e 40% para a parte Diversificada.

Precisamos fazer alguns questionamentos como: Quem disse que a criança não pode ser alfabetizada a partir da realidade do seu estado, da sua comunidade? Porque temos que receber um currículo fechado e definido que desrespeita a singularidade de cada estado e região de um país tão extenso e diverso como é o Brasil? Mas, a grande pergunta é: Quem ou qual é o grupo que está por traz deste documento? Quem ou qual é o grupo de pessoas que será beneficiado com a implantação desta BNCC? Com certeza não é a classe trabalhadora! Entendemos que este documento prima pela preparação da mão de obra para o mercado de trabalho, na qual, limita os/as jovens a execução de tarefas sem questionar seus direitos e sua própria dignidade, desrespeita a autonomia pedagógica da escola por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do profissional docente em sala de aula.

É neste contexto desfavorável que lutamos e defen-

demos um modelo de escola unitária, na qual o ser humano é concebido como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da sua própria história e da sociedade em que vive. Para isso, é necessária uma escola que tenha como proposta pedagógica a formação plena do indivíduo, na qual desenvolva valores e potencialidades inerentes à cidadania. Uma escola, que construa coletivamente com a comunidade escolar (pais, mães, estudantes e profissionais da educação) uma proposta de currículo a partir da sua realidade que desperte a crítica contra toda e qualquer forma de discriminação, opressão de gênero, de etnia, de geração, religiosa e de orientação sexual. Bem diferente do que temos vivenciado com os Planos de Educação.

Desta feita, é possível construir um projeto de educação com foco no seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento do País, de forma que este possa ser sustentável com ampla participação social, porém, com papel do Estado como condutor das políticas públicas bem definido, articulado às três esferas de poder. É preciso recriar a escola pública, baseando-se em um currículo multicultural, rompendo com os pilares que sustentam a exclusão, materializado em um currículo que não corresponde à realidade da escola pública, impossível educar para a autonomia, criatividade, autoconfiança, numa escola autoritária que se sustenta por modelos engessados de reprodução do “conhecimento”.

Temos que ter consciência do nosso papel como profissionais da educação na sociedade, lutar por um currículo inclusivo que contribua com a soberania social e consequentemente a soberania do país, visto que a escola é uma das possibilidades de projeção social. Assim, nos impõem a imediata leitura e interpretação da realidade social com ações táticas e estratégicas para avançarmos em um contexto extremamente desfavorável, no entanto fértil. É a partir destas contradições dialéticas que somos capazes de refletir e compreender os fatos contidos na teia social, na qual está inserida a escola que possui o compromisso social como instituição responsável pela instrução formal.

Esse movimento contraditório e dialético no cenário nacional, reflete fortemente no cenário estadual, nos coloca desafios velhos com roupagem nova, e exige de cada um/uma de nós, postura de militantes comprometidos/as com um projeto de sociedade soberana tão desejado pela classe trabalhadora que está fortemente ameaçada antes mesmo de ser efetivada pelo projeto neoliberal que chega até as escolas por meio das Parcerias Público Privado por diferentes modalidades.

Vivenciamos nos anos de 1990, as ameaças da privatização da educação pública de forma violenta, mas nesse estado o SINTEP/MT, sindicato combativo que nunca fugiu da LUTA, sempre esteve pronto para o enfrentamento, assim, por meio da sua organização com os/as profissionais

da educação impediu o avanço das forças neoliberais na educação. No entanto, o período da implantação da proposta curricular de Ciclo de Formação Humana foi atravessado pelas Parcerias Público Privado, por meio dos programas Acelera Brasil, Airton Senna, Circuito Campeão, entre outros que custaram milhões sem resultados positivos.

Ao invés dos governos Blairo Maggi e Silval Barbosa investirem na proposta de Ciclo de Formação Humana, respeitar as exigências da Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 262/2002, fortalecendo assim a proposta curricular já implantada, adequando a estrutura física das escolas com os laboratórios de aprendizagem, conforme observa a Resolução, preferiram apostar nas parcerias público privadas sem sucesso.

O governo Taques segue na mesma direção; se nega a investir na valorização dos/as profissionais da educação, na estrutura física das escolas, nas condições de trabalho para apostar no mesmo modelo neoliberal para a educação básica pública de Mato Grosso, entregando a administração de 76 escolas para Parceria Público Privado com modelo gerencial. Ainda afirma que não haverá interferência no pedagógico da escola, subestimam a inteligência dos/as profissionais da educação, visto que não precisamos ser especialistas em gestão escolar para entender que é a gestão administrativa que determina as questões pedagógicas na escola.

O atual governo sai pelo estado questionando porque não atingimos índices satisfatórios no ensino fundamental e porque temos a pior nota no Ensino Médio? Essa fala ressoa na responsabilização dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação pelo “fracasso escolar”, porque o que vale são os resultados das avaliações standardizadas, Enem, Ideb, Prova Brasil e a última avaliação realizada pela recente consultoria da Seduc, a custo de mais de 7 milhões e que foi considerado pelas/os profissionais da educação um verdadeiro fiasco. Tais avaliações são realizadas sem qualquer avaliação do sistema como um todo, entendemos que o questionamento de um governo comprometido com a educação pública deveria ser: O que é necessário para os/as estudantes e os/as profissionais da educação como subsídio para termos a tão sonhada educação de qualidade social?

A resposta a este questionamento segue como um coro pelas ruas da capital durante nossos atos, assembleias, caminhadas, em forma de carta aberta à sociedade e em forma de documento oficial protocolado ao governo do estado, Assembleia Legislativa e Secretária de Educação, afirmando que o ESTADO DEVE:

- ✓ Garantir imediatamente por meio de concurso público o quadro de profissionais efetivos nas escolas;
- ✓ Garantir um currículo inclusivo, humano e romper com a lógica da formação mercadológica;
- ✓ Garantir nas escolas que adotaram a concepção

- curricular por ciclo de formação humana que o processo de atribuição de classe e/ou aula respeite o tempo e a duração do ciclo;
- ✓ Garantir a dedicação exclusiva do profissional em uma única escola, única rede de ensino com jornada única de trabalho;
 - ✓ Garantir no mínimo 1/3 da jornada para hora atividade e para planejamento coletivo;
 - ✓ Garantir a valorização dos/as profissionais da educação com “ piso salarial profissional nacional para o conjunto dos/as profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal”, conforme versa o VII do artigo nº 206 da CF;
 - ✓ Garantir redução de número de alunos por professor conforme Resolução 262/2002 do CEE/MT;
 - ✓ Garantir estrutura escolar para atender o/a estudante no seu turno e contra turno;
 - ✓ Garantir equipamentos pedagógicos atualizados para as escolas;
 - ✓ Garantir formação continuada em serviço para o conjunto dos/as profissionais da educação com vistas na atuação transdisciplinar do fazer pedagógico e formação plena do/a estudante;
 - ✓ Garantir o ano sabático – que significa o retorno do/a profissional à universidade no máximo a cada 7 anos de trabalho para atualização dos conhecimentos científicos e tecnológicos em um programa de formação assegurado no plano de carreira;
 - ✓ Garantir condições de trabalho para os/as profissionais da educação prevenindo doenças;
 - ✓ Garantir inclusão escolar dos/as estudantes deficiência com arquitetura adequada, equipamentos e recursos necessários;
 - ✓ Garantir laboratórios de informática voltado para aprendizagem conforme proposta curricular;
 - ✓ Garantir instalação de laboratórios de ciências como prioridade, tendo em vista que o Brasil possui deficiência na área de ciências da natureza;
 - ✓ Garantir bibliotecas e profissionais efetivos com formação em multimeio didático para atuar em todos os turnos de funcionamento da escola/biblioteca;
 - ✓ Garantir e fortalecer a proposta de ciclo de formação humana conforme determina a Resolução nº 262/2002;
 - ✓ Garantir educação integral e educação de tempo integral;
 - ✓ Garantir participação efetiva da família na escola;
 - ✓ Garantir a valorização das áreas do conhecimento na sua totalidade e não apenas português e matemática;

O SINTEP/MT, compreende que devemos reafirmar

uma concepção curricular humana em respeito aos ritmos e tempos do/a estudante, assegurando as condições de aprendizagem, tendo em vista que nem todos, aprendem “tudo e ao mesmo tempo”. Nesse sentido, toda discussão curricular deve perpassar o que estabelece o artigo nº 206 da CF e o artigo 3º da LDB que entre outros princípios, assegura que o ensino deve ser ministrado a partir da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, bem como, “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ainda acerca da autonomia da escola, o Art. nº12 da LDB que assegura “aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão várias incumbências, dentre elas a de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, assim, exigimos que a autonomia da escola seja respeitada.

3.4 Formação dos Profissionais da Educação, elemento estruturante da carreira

A formação se constitui em elemento fundamental da carreira, juntamente com o piso salarial e jornada de trabalho, está intimamente ligada à valorização profissional, nesse sentido, não é possível discutir valorização profissional sem abordar a formação. Formação esta que ainda se configura em um desafio, conforme apontou a Confederação Nacional dos Profissionais da Educação (CNTE) em 2008 na Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que um dos grandes problemas da educação brasileira, consistia na ausência de políticas consistentes voltada à formação dos/as profissionais da educação. A CNTE também apontou que ainda temos um número considerável de profissionais espalhados pelo país sem a formação inicial, ou com formação fora da área de atuação, isso significa que a demanda para a formação se constitui em primeira e segunda licenciatura.

Essa política insipiente de formação, traz prejuízos irreparáveis à educação pública, a insuficiência de universidades públicas e propriamente de vagas nos cursos de licenciatura afeta significativamente a qualidade na educação. O processo de formação inicial segue em uma lógica inversa de responsabilidade, o estado responsabiliza o/a profissional pela sua formação se desresponsabilizando pela oferta nas universidades públicas. Isto faz com que o/a profissional busque a formação nas universidades privadas com qualidade duvidosa.

Para suprir essa demanda de formação do/a trabalhador/a docente, após muitos movimentos da CNTE, além de diálogos com o Ministério da Educação (MEC), o Estado brasileiro decide assumir a formação por meio de programas pontuais. Ao assumir a Política Nacional de Formação por meio do Decreto nº 6.755/09, a partir da reestruturação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passo importante este, a Capes passa a

coordenar a formação inicial e continuada dos/as professores/as da educação básica.

É nesse cenário que se constitui o *Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente nos estados da federação*, cujo objetivo é fomentar e acompanhar a formação por estado, mas em todo território brasileiro. Como estratégia para a formação a Universidade Aberta do Brasil (UAB) criada em 2006, desponta como principal instrumento de viabilizar a formação dos/as trabalhadores/as docente em território nacional. Por meio das UABs, foram e ainda são disponibilizadas vagas para a primeira licenciatura para professores/as que não possuem formação e segunda licenciatura para professores/as que atuam fora da área.

Bem, resolvida a questão da formação inicial dos/as professores/as, mesmo que de forma parcial, porque ainda temos muito para avançar no que tange a formação continuada, é preciso pensar a formação do outro segmento da carreira, os/as funcionários da educação que estão presentes no espaço da escola e que contribuem com a educação pública gratuita de qualidade social.

É importante observar que registros históricos apontam que a formação de professor foi pensada desde 1880, mesmo de forma bem precária, insuficiente, mas havia uma discussão mínima de tal formação. Em relação aos funcionários/as da educação esse debate surge na década de 1980 em Mato Grosso, se efetiva de fato na década de 1990 com o projeto Arara Azul que é o cerne do Profucionário que assume dimensão nacional apenas em 2005. Para mobilizar esta formação foi aprovado o Decreto nº 7.415/2010 que estabelece a Coordenação Estadual do Profucionário, apesar da luta ser de que a formação se torne uma política de estado ofertada nas escolas públicas de forma regular e no próprio Instituto Federal, deixando assim de ser uma política paliativa, emergencial apenas.

Como podemos perceber o processo da formação além de morosa existe uma grande discrepância entre docentes e não docentes, por questões sociais e culturais, bastante debatidas nos encontros desse segmento e relatadas nos materiais do professor João Monlevade. Assim, entendemos que avançamos de forma significativa, em curto espaço de tempo com a formação desse segmento da carreira, tal avanço não se deu por acaso do destino, mas graças a um governo progressista que tivemos durante dozes anos à frente deste país, conseqüentemente avançamos em muitas políticas sociais, conforme citado na conjuntura nacional.

Apesar das conquistas, ainda é preciso avançar com a formação continuada desse segmento, só após muitos debates e reivindicações, diálogos com o MEC, manifestações e muitas campanhas em defesa da formação para os/as funcionários/as conseguimos a aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada dos/as Funcionários/as

da educação que foi aprovada por unanimidade no CNE por meio do Parecer nº 246/2016 e homologada no MEC no dia 11/05/2016. Essa VITÓRIA deve ser comemorada por todos/as os/as Funcionários/as da educação deste país, é fruto de luta do SINTEP/MT que é pioneiro na formação de Funcionários/as da educação, da CNTE que nunca mediu esforços para fazer o enfrentamento necessário para promover a unidade entre os/as profissionais da educação, acerca da formação e valorização profissional.

Outro avanço importante e recente, considerando as metas 15 e 16 do PNE e o Art. nº 61 da LDB é a aprovação do Decreto nº 8.752 no dia 13 de maio deste ano, que “Dispõe sobre a Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica”, o que significa dizer que agora temos um único decreto para tratar da formação dos/as profissionais da educação conforme definido nos I, II e III do Art. nº 61 da LDB.

O desafio que temos em relação a formação desse segmento é gigantesca, na rede estadual 90% dos/as trabalhadores/as efetivos/as já são profissionalizados/as, mas as redes municipais a realidade é lamentável com trabalhadores sem a profissionalização e a valorização, além da realidade das creches, nas quais os Técnicos em Desenvolvimento Infantil (TDI), ou assistentes, ou babás, ou cuidadores/as (cada município define um nome) não possuem nenhuma formação e não são valorizados de forma digna para atuar com as crianças de 0 a 4 anos de idade. Esses/as trabalhadores/as estão em uma condição bem pior, tendo em vista que ainda não temos nenhuma profissionalização formatada para ofertar. Ano passado após longos debates acerca da formação desses trabalhadores/as conseguimos dialogar com o MEC sobre a necessidade de ampliarmos a área 21 com a formação do TDI e a formação específica para o transporte de escolar.

3.5 Democratização da Gestão

Esse Sindicato tem sido incisivo no debate, na luta em defesa da democracia e do processo de democratização da gestão das escolas públicas, sempre proporcionando espaços para debate e buscando ampliar a participação social da comunidade. Tendo em vista que sem a democracia não existe garantia de direitos, foi a partir desta premissa que esse sindicato lutou de forma intensa nos anos de 1980 em defesa da democracia.

Nesse cenário de disputa de projeto de sociedade, de educação que tivemos a experiência pioneira de Gestão Democrática em uma escola da rede estadual nos anos de 1987, apesar de ter sido interrompida pela Medida Cautelar Incidental nº 518-0/1991 e retomada por força da organização dos/as trabalhadores/as da educação pelo Decreto-lei nº 740/1995 que a partir da aprovação do artigo nº14 da Lei Federal nº 9.394/1996 fortaleceu a luta e aprovamos no estado de Mato Grosso a Lei nº 7.040/1998, Lei de Gestão

Democrática.

Para avançar nesse processo de democratização da gestão pública e da gestão escolar, o SINTEP/MT adotou estratégias para conquistar formas democráticas de descentralização do poder público desde os anos de 1980, para esse avanço contou com a sociedade civil organizada, movimento estudantil e intelectuais progressistas. A partir dessa mobilização popular conseguimos conquistar alguns espaços juridicamente assegurados pela Constituição Federal (CF) de 1988, pela Constituição Estadual aprovada em 1989, como participação no sentido de contribuir com a formulação, deliberação e fiscalização dos programas e projetos das políticas públicas.

Na década de 1990, em função do cenário político foi possível realizar por meio da ação sindical as Conferências e Fóruns de discussões como forma de garantir o debate institucional entre governo e sociedade. Foi nesse período que conseguimos estabelecer o grande debate sobre Sistema Único de Ensino e a conferência de Gestão Democrática, debates fundamentais para fortalecer a organização dos/as profissionais da educação, juntamente com a participação estudantil que resultaram em resoluções que contribuíram para aprovação da Lei nº 50/1998 que garantiu carreira unificada aos profissionais da educação e a Lei nº 7.040/1998 que garantiu Gestão Democrática na rede estadual de ensino. Tais avanços foram possíveis pela unidade da categoria, o SINTEP/MT fazia o chamamento para o debate, e este ecoava entre os/as profissionais da educação no que tange a participação e convicção de que os avanços são possíveis apenas pela organização da classe trabalhadora.

Nossa militância foi capaz de contribuir com a construção de muitos mecanismos de gestão democrática nesse estado, dentre eles podem ser destacados: os Fóruns Municipais e Estadual de Educação, os Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, a atual formatação do Conselho Estadual de Educação, os Conselhos Municipais de Educação. Esses Conselhos possuem representação democrática do SINTEP/MT e contribuem para a implantação de alguns instrumentos democratizantes da gestão educacional, como exemplo podemos citar os Planos Estadual e Municipais de Educação, a Conferência Estadual de Ciclo (CONEC), a Conferência de Gestão Democrática (CONGED), a Conferência Nacional de Educação (CONAE), a Conferência de Avaliação do Plano Estadual de Educação (CONAPEE). Conferências estas, que o atual governo se nega a realizar, sob o argumento que não há recursos, esses argumentos são utilizados para a sociedade e para a categoria, cujo intuito é justificar ações e/ou decisões unilaterais, sem diálogo com a categoria ou mesmo na tentativa de desmobilizar o conjunto dos/as profissionais da educação.

Como forma de garantia e democratização do **acesso, da permanência com qualidade na educação pública,**

o SINTEP/MT nas instâncias de debate sempre defendeu a ampliação e descentralização dos recursos públicos para a educação, conforme versa o Art. nº 212 da CF que segue afirmando que a União nunca deverá investir menos que 18% e os estados e municípios nunca menos que 25%. Além da Constituição Estadual de Mato Grosso garantir textualmente 35% para a educação mato-grossense, outra defesa é que a Seduc e Secretarias Municipais de Educação devem ter o controle orçamentário da sua pasta, nesse sentido, este sindicato possui a visão que não existe gasto com a educação pública, mas sim “investimento em educação pública”.

Apesar das contradições, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criado pela Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424/1996 teve seu papel importante, foi por meio desta, que conseguimos avançar no atendimento da oferta educacional. Na sequência, conseguimos aprovar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 que ampliou a subvinculação dos recursos constitucionais, estendendo o financiamento para o atendimento da Educação Infantil e do Ensino Médio, democratizando de fato o atendimento da educação básica, entretanto, ainda faz-se necessário criarmos estratégias para democratizar o acesso e a permanência com qualidade para os/as estudantes do Ensino Médio.

O controle social do FUNDEB é feito por meio de Conselho de forma colegiada, assim como é feito acompanhamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e do Controle do Programa Dinheiro Direto na Escola. No entanto, o sindicato destaca que o bom funcionamento desses Conselhos garante a gestão transparente dos recursos públicos, porém, isso depende da capacidade técnica e política de cada conselheiro/a.

O SINTEP/MT avalia por meio dos seus espaços de debate como: Conselho de Representantes, Seminários Temático, Encontro Estadual de Educação e nos Congressos realizados pela entidade que os processos democráticos introduzidos na gestão pública são frustrantes, no sentido de que a atuação dos/as Profissionais da Educação e/ou da comunidade nesses conselhos encontra muita resistência por parte das instituições de poder, seja na elaboração, no controle, ou mesmo na fiscalização das políticas sociais. Tal fiscalização e acompanhamento exige do/a cidadão/ã um ônus que nem sempre este está disposto a pagar.

Em relação às escolas, os mecanismos democráticos

são estritamente limitados ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), é facilmente perceptível que o processo de gestão democrática no interior das escolas está reduzido, na maioria das vezes à escolha do diretor e à gestão financeira dos recursos, sem muito debate e questionamentos, com raras exceções. O Projeto Político Pedagógico (PPP) que deveria ser a espinha dorsal das escolas, tornou apenas um instrumento burocrático nas gavetas, com leitura insipiente, desacompanhado de debates e avaliações, ou quando são realizadas, são para cumprir alguma deliberação emanada do órgão central, a Seduc. Assim, não há exercício e prática da gestão democrática na escola. Como vamos preparar nossos/as estudantes para o raciocínio lógico, pensamento crítico, cidadão/ã ativo, atuante na sociedade, se nós não conseguimos atuar democraticamente com nossos pares, além de não conseguirmos defender nossa democracia?

Compreendemos que a escola pública deve ter autonomia, para que a comunidade escolar tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o seu Projeto Político Pedagógico. Nesse documento está contido o projeto de educação e de escola que atenda os interesses da comunidade, na qual ela está inserida de forma humana e respeitosa. Não podemos nos esquecer, o que estamos vivendo na atual conjuntura política e econômica brasileira, na qual o processo de democratização desse país, ao longo da história contou com forças opositoras neoliberais que agem no sentido de sucumbir com os princípios democráticos e apostar em um projeto restrito de gestão financeira e administrativa a partir da lógica do estado mínimo, negando e atacando a educação pública, laica, gratuita de qualidade social. A partir dessa premissa, nós profissionais da educação, temos um compromisso social a ser assumido!

3.6 Funcionário da Educação: Fundamentar a reflexão e o debate para fortalecer a busca pela formação e valorização profissional em um contexto de lutas e desafios

“Profissionalizar para Avançar”

O SINTEP-MT tem se destacado no contexto nacional pela sua vanguarda e pioneirismo em várias conquistas educacionais, uma delas é a formação e a valorização dos/as trabalhadores/as em educação. Estes avanços foram possíveis por meio da unificação sindical, que no ano de 2017 completa 30 anos de luta unificada em busca de ofertar educação de qualidade e melhores condições de trabalho para os/as trabalhadores/as que atuam no espaço das escolas públicas de educação básica.

Nesse mesmo viés de conquista e garantia de direitos é preciso lembrarmos que em outubro deste ano completaremos 18 anos de carreira unificada na rede estadual que

garantiu a equiparação salarial entre professor/a e funcionário/a, desde que devidamente profissionalizados/as pelo projeto Arara Azul e/ou Profucionário, conforme versa a LC nº 50/1998. Avanço este que nenhum outro estado da federação conseguiu garantir, mesmo com a aprovação da lei nº12.014/2009, portanto, nossos avanços mesmo que parciais, refletem em nível nacional.

Estamos vivendo um período importante da história da formação e da valorização dos/as funcionários/as da educação em nível nacional, contudo temos a responsabilidade de lutar para garantirmos os direitos já conquistados **com a criação do Departamento de Funcionários/as (DEFE); com a criação e implantação do Projeto Arara Azul (Gênese do Profucionário); com a carreira única dos profissionais em educação em Mato Grosso; com a criação da Resolução 05/2005 que criou a Área 21 que deu origem ao Profucionário; com o Parecer nº16 que definiu as competências técnicas dos/as funcionários/as da área 21; com a Emenda Constitucional nº 53/2006 que alterou o art. 206 da C.F. garantindo planos de carreira e piso salarial profissional para os/as profissionais da educação; com a aprovação da lei nº12.014/2009 que definiu quem são os/as profissionais da educação básica pública; Decreto nº 7.415/2010 que instituiu a política nacional de formação dos profissionais da educação e lei nº 12.796/2013 que fortalece a necessidade da formação, reafirma qual deve ser a formação, aponta todas as Instituições de Educação Superior (IES) como lócus de oferta, preferencialmente as IES públicas.** Além de lutarmos para ampliarmos nossos direitos!

Ainda acerca da garantia de direitos, é importante observar os avanços em relação a formação e a valorização do profissional em tela por força do Plano Nacional de Educação (PNE) conforme meta nº18 do PNE. Este ano encerra o prazo para a regulamentação dos incisos V e VIII do artigo nº 206 da Constituição Federal (PF) que garante “piso salarial profissional nacional aos profissionais da educação e planos de carreira”. Com a seguinte redação:

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os/as profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos/as profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (CNTE; 2015, p. 07).

É a partir desta demanda que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) chamou uma plenária intercongressual no ano de 2015 para construção de duas minutas de projeto de lei, um propondo piso salarial profissional e outro propondo carreira unificada para os/as profissionais da educação básica pública.

Observem o quanto avançamos na rede estadual de educação de Mato Grosso com a formação e a valorização profissional, estamos a 30 anos à frente de alguns estados no que tange a unificação sindical e 18 anos de carreira unificada com garantia de piso salarial profissional para todos/as os profissionais da educação.

No segundo parágrafo, utilizamos a expressão “avanços parciais” por não termos garantida na rede pública de ensino a profissionalização de nível médio, o Profuncionário nos Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), Escola de Educação de Jovens e Adultos (EJAS), Escolas de Ensino Médio Profissionalizante (EMP) e Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Além de não está garantida a valorização da formação continuada para o profissional de Apoio Administrativo Educacional (AAE) no plano de carreira da rede estadual.

Alguns estados da federação e municípios, valorizam os/as profissionais que possuem a formação na educação superior, no entanto, seus vencimentos não chegam ao valor do piso salarial profissional. Diferente da rede estadual de Mato Grosso que o profissional recebe piso salarial profissional com a formação específica juntamente com a formação em nível médio.

Para as redes municipais os desafios iniciam pela construção e fortalecimento dos planos de carreira, inclusão e garantia dos/as funcionários/as nestes planos de carreira, garantia da formação e valorização profissional, em função da política de negação adotada pelos gestores municipais. O desafio para os/as funcionários/as no cargo de AAE da rede estadual, está na garantia dos direitos já adquiridos e a busca pela valorização da formação continuada.

A formação na educação superior merece uma reflexão fecunda com muita tranquilidade, de forma fraterna e respeitosa, tendo em vista a complexidade da atuação dos/as funcionários/as da educação. Entendemos que tal formação deve ser pensada, construída a partir do fazer, da atuação de cada profissional, ou seja, a partir dos processos de trabalho de cada um e cada uma, foi nesse viés que o SINTEP-MT provocou a CNTE, neste mesmo viés que a CNTE provocou o Conselho Nacional de Educação (CNE) para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores para funcionários/as da educação, com previsão para término no mês de abril e consulta pública e finalização no mês de junho. Conforme metas 15 e 16 do PNE.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no Prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II, III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação

básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos/as os /as profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (CNTE; 2015, p. 08).

Nesse sentido, a formação na educação superior destes/as trabalhadores/as em questão deve estar pautada no viés da formação integral do ser humano, na qual o/a profissional possa se desenvolver na sua plenitude, sendo capaz de desenvolver a parte técnica da sua função e desenvolver a parte política – pedagógica na mesma proporção¹, conforme defende Manacorda (2010), Saviani e Duarte (2012) e Marx (2012).

Defendemos este ponto de vista da formação, justamente porque o profissional desenvolve e/ou produz trabalho educativo no espaço da escola pública de educação básica. Assim, o *trabalho educativo* deve seguir na direção da educação integral dos/as educandos/as que vai para além de debater a educação de tempo integral que se configura em outra demanda que requer que estejamos preparados/as para atuarmos de forma pedagógica na medida em que essas escolas forem sendo implantadas.

Em relação a formação na educação superior, temos que ter clareza que deve ser um curso específico para cada área de atuação, não serve qualquer curso. Por exemplo: o/a professor/a de história cursa licenciatura em história para atuar nesta área específica, é por meio desta formação específica que é reconhecida como profissional da educação, conforme versa artigo nº 61 da LDB.

Temos muitos desafios para serem superados, essa batalha exigirá de cada um e cada uma de nós muita mobilização, organização tática e estratégica para atingirmos nosso objetivo. Uma ação fundamental para fortalecermos esse movimento da formação e valorização profissional, é a filiação e/ou sindicalização imediata do maior número de funcionário/as possível. Outra ação imediata é a unificação sindical em nível nacional, articulada a construção de planos de carreira unificados. As redes municipais devem seguir esse mesmo orientativo, tendo em vista que o sindicato que representa a categoria da educação, que faz a luta sempre, que compreende, debate a legislação educacional com conhecimento necessário acerca dos direitos dos/as trabalhadores/as da educação é o SINTEP-MT.

¹ Sobre a formação na educação superior de funcionários/as, ler dissertação de mestrado pela IE – UFMT/ 2015: “O trabalho educativo e o Profissional de Apoio Administrativo Educacional: uma demanda para as Universidades Públicas”; autora Guelda C. de O. Andrade. Disponível no site do SINTEP- MT.

3.7 Ensino Médio: Entre o que Pretendemos e o que Vivemos

Podemos dizer que o marco legal ao acesso universal ao Ensino Médio é relativamente novo. A Constituição de 1988, não garantiu a sua universalização, como fez para o Ensino Fundamental. Somente com a Emenda Constitucional nº 14 de 1996, em consonância com a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o texto promoveu a abertura para a universalização do Ensino Médio, passando o texto do inciso II do artigo 208 a ter uma nova redação, que mudou o texto de “progressiva extensão”, para a “progressiva universalização”.

A Constituição Federal (CF) de 1988 registra em seu texto no artigo 6º, a Educação como um “direito social” e no seu artigo 205 diz que “a educação é um direito de todos, dever do estado e da família” esse artigo descreve também que “a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho”. Diz ainda que seus princípios devem observar “a igualdade, a liberdade, o pluralismo, a gratuidade e a qualidade”.

Historicamente as políticas públicas em educação no Brasil sofreram com a postergação ano a ano dos gestores públicos em garanti-las como direito social a todos/as, conforme está assegurado na constituição Federal. De maneira que o próprio ato falho do Estado em ofertar a educação de qualidade, constrói uma população que não cobra esse direito, que é inalienável, o direito a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Nos últimos anos com muita luta, organização e pressão dos trabalhadores/as da educação, avançamos em termos de legislação de valorização, organização e também em investimentos financeiros, porém, ainda há muito para avançarmos. No Ensino Médio podemos citar a extensão do financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Salário Educação para o Ensino Médio, além disso houve também a extensão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para atender também o Ensino Médio. E, ainda os programas de transferências voluntária como Brasil Profissionalizado, Plano de Ações Articuladas (PAR), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ações que contribuíram significativamente para uma nova dinâmica Nacional do Ensino Médio.

No Plano Nacional de Educação, das suas vinte metas, a número três, trata especificamente do Ensino Médio e versa sobre a necessidade de atingir o percentual mínimo de 85% dos jovens cursando o ensino médio na idade apropriada. Segundo levantados por ocasião da conferência, a

taxa líquida de matrícula do Ensino Médio é de 51%, ou seja, somente metade dos jovens entre 15 e 17 anos de idade frequentam o Ensino Médio. Aproximadamente 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio estão fora da escola. Portanto, há muito a avançarmos no atendimento dessa etapa da educação básica.

Em Mato Grosso o Plano Estadual de Educação (PEE) aponta que o governo deverá garantir até 2017 que 100% da população educacional do Ensino Médio esteja em sala de aula. Tarefa que deverá ser cotidiana, não podemos esperar o passar dos anos para que essa meta seja alcançada, pelo contrário temos que cobrar diuturnamente a responsabilidade do governo para que seja possível o cumprimento da meta e que a cada ano seja cumprida parte da meta que é para uma década. Infelizmente o que temos assistido em Mato Grosso é a protelação por parte do governo do Estado no sentido de garantir melhorias e avanços na educação, em particular do Ensino Médio.

A necessidade é urgente de que os governos expandam e fortaleçam as políticas públicas em educação, no sentido de ofertar vagas de acesso, bem como zelar pela permanência dos cidadãos/ãs que buscam uma melhor escolarização afim de melhorar sua qualificação. São fatores como esse que contribuirão para a melhoria das condições socioeconômica da população de brasileiros/as e dará possibilidade de empregabilidade para os jovens e adultos a voltarem aos bancos escolares, seja para a inserção ou para a reinserção ao mundo do trabalho. O Ensino Médio é uma possibilidade legal e necessária aos jovens brasileiros para a cidadania e, conseqüentemente, para o mundo do trabalho e o ingresso na universidade.

O SINTEP/MT tem fomentado e participado cotidianamente dos espaços de debates e reflexões sobre educação pública, os temas como oferta, financiamento e qualidade da educação pública. Essa tarefa de desvelar os problemas nos leva a ser combativos e propositivos em todos dos temas educacionais e não tem sido diferente quando o tema é Ensino Médio.

O Ensino Médio é foco de muitas críticas no Brasil e em Mato Grosso, os resultados do ENEM nos últimos anos é um dos exemplos. Seria muito simples apontar os culpados como tem feito representantes do governo do Estado, dizendo que “se aluno não aprende é porque tem alguém que não ensina”. Todavia, imprescindível fazermos perguntas mais profundas, acerca do tema que é complexo e algumas delas são bem simples: Quais fatores ao longo do processo contribuíram para esse resultado? De quem é a responsabilidade quanto a qualidade da oferta? O que o governo do Estado tem feito para melhorar esse quadro? O ENEM avalia com base no currículo de Mato Grosso? As políticas de educação são implementadas conforme a legislação?

As dificuldades que enfrentamos diariamente na

educação, como a precariedade de espaços físicos, falta de mobiliários, falta bibliotecas, de laboratórios de ciências, de laboratórios de informática e tecnologia e a falta de profissionais habilitados (entre tantos outros fatores) contribuem como obstáculos na formação dos estudantes de Ensino Médio e, conseqüentemente, geram os resultados negativos. Muitas escolas de Ensino Médio padecem por não ter condições adequadas de infraestrutura para atender os/as estudantes, sobretudo nos laboratórios.

Os/as profissionais da educação precisam assumir qual o projeto de educação defende; qual projeto de sociedade defende e para que o currículo, o plano de curso, o PPP e as suas ações de formação, estejam articuladas e ancoradas em princípios de uma educação libertária de formação plena para a vida. O Ensino Médio exige um currículo atrativo e democrático para os/as jovens que o frequentam, observando a qualidade social. Nesse sentido, Frigotto compreende que é “uma obrigação ética e política garantir que o Ensino Médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos”. O SINTEP-MT defende que a formação plena do cidadão é princípio primordial da educação e na educação básica, além do Ensino Médio se constituir no ápice. Não podemos perder de vista que somente a partir da sua formação integral, com o saber científico e o saber prático que o homem conseguirá agir contra-hegemonia do modelo de sociedade imposto.

3.8 Educação Especial: inclusão ou ingresso?

Para que não ocorra apenas o ingresso da pessoa com deficiência e com dificuldades de aprendizagem como dislexia, discalculia, TDAH, entre outros na escola, o SINTEP-MT defende que o Estado deve criar as condições de acesso, inclusão e permanência a todos/as que queiram e/ou estão em idade escolar. Nesse sentido, este sindicato defende o Sistema Único de Educação Básica Pública para a superação das desigualdades educacionais. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Nesse sentido, educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos/as os/as estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

O acesso à educação tem início na educação infantil (serviços de estimulação precoce). Em todas as etapas e modalidades da educação básica o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe co-

mum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Ao pensar em educação especial, faz-se imperioso uma atenção especial para a formação dos/as profissionais da educação. A política de formação destes profissionais deve estar articulada à demanda da educação Básica, além da escola pública estar com a infraestrutura adequada para receber a criança. Trata-se de fortalecer a política inicial de formação dos/as profissionais da educação (professores/as e funcionários/as).

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da qualificação para o trabalho”. No artigo 206 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Assim:

- ✓ Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.
- ✓ ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55 define: os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino” a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.
- ✓ LDB Lei 9394/96- CAPÍTULO V Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais.
- ✓ A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades;
- ✓ Assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências;
- ✓ Assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.
- ✓ Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência define

a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

- ✓ Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”
- ✓ O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”
- ✓ A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.
- ✓ Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, nas escolas regulares, chamamos a atenção para o que ficou contemplado na meta 04 do PNE: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta política pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos/as com deficiência, trans-

tornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Atividades desenvolvidas não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos/as alunos/as com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social. A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

3.9 A Educação Infantil na Rede Pública de Ensino

A primeira etapa da Educação Básica vem avançando na oferta de escola para as crianças de 0 a 05 anos (zero a cinco) tanto no acesso e permanência quanto na sua concepção e sua identidade. Nosso objetivo como sindicalistas e militantes da Educação Infantil é “lutar pelos direitos dos bebês e das crianças pequenas, defendendo coletivamente a garantia de qualidade socialmente referenciada para as crianças desta etapa de ensino”, MIEIB/MT – 2016. Os princípios básicos que nos orientam, conforme o MIEIB/MT, em documento de 2016, são:

- ✓ - A garantia do direito constitucional das crianças de até cinco anos de idade à educação infantil independentemente de raça, gênero, etnia, credo e condições socioeconômicas;
- ✓ - a concepção de criança enquanto sujeito de direitos, ativo e participativo no contexto histórico cultural;
- ✓ - A indissociabilidade das ações do cuidar e do educar;
- ✓ - O respeito ao direito da família a optar pelo atendimento na educação infantil para as crianças de

zero a três anos de idade;

- ✓ - O reconhecimento da educação infantil como a 1ª etapa da educação básica, parte da estrutura e do funcionamento do sistema educacional brasileiro;
- ✓ - A garantia de matrículas para as crianças com deficiências nas turmas de educação infantil com direito ao Atendimento Educacional Especializado no contraturno;
- ✓ - A garantia da qualidade socialmente referenciada da educação infantil nos espaços próximos às suas residências.

O art. 61 da LDB/1996, alterado pela Lei nº 12.014/2009, considera como profissionais da educação escolar básica todos aqueles/aquelas que nela estão em exercício, e com formação em cursos reconhecidos. Assim, todos os profissionais da educação que atuam numa instituição que atuam numa instituição que oferta a Educação Infantil necessitam de formação adequada. Nesse sentido, causa extrema preocupação a possibilidade da terceirização dos serviços na Educação Infantil. Os governantes vêm anunciando a possibilidade dessa terceirização com justificativa de ampliar a oferta, mas sem considerar que está preconizada na legislação a formação mínima desses profissionais, que obviamente não será garantido com iniciativas de terceirização (privatização).

Na luta pela ampliação do acesso e permanência das crianças à Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024) aprovou a META 1 para a Educação Infantil:

1 – Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Trata-se de um grande desafio alcançar em dez anos, a partir de 2014, a oferta de escolas de Educação Infantil ou em escolas compartilhadas com o Ensino Fundamental, com a realidade que presenciamos, que exige construção de escolas (creche e pré-escola), equipamentos, a promoção da formação inicial e continuada de profissionais e a manutenção das escolas com pessoal qualificado, concursado e com carreira e salários dignos. No senso comum, ainda, prevalece a visão que quanto menor o aluno, menor pode ser o gasto com profissionais docentes ou não docentes atuando na Educação Infantil.

Não menos desafiante encontra-se, também, em debate a Base Nacional Curricular Comum – BNCC -, prevista na constituição Federal, na LDB/1996, e reafirmada nas estratégias do PNE 2014/2024, que refere-se ao conteúdo curricular previsto, em âmbito nacional, para as diversas etapas da Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

As propostas apresentadas, em debates nacionais e

locais para a Educação Infantil na BNCC, vêm se mantendo fiel à lógica da construção de uma BNCC tendo como norte as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de 2010, na garantia de uma educação com qualidade para todas as crianças indicando o que é pautado no rompimento:

“com dois modos de atendimento fortemente marcados na história da Educação Infantil: o assistencialista, que desconsidera a especificidade educativa das crianças dessa faixa etária, e também o escolarizante, que se orienta, equivocadamente, por práticas do Ensino Fundamental”. Extraído de Retratos da Escola, CNTE, Vol. 9 - Nº 17, pág. 359.

Contudo, pondera-se, aqui, que se a BNCC for concebida como base para a padronização da Educação Básica, corre-se o risco de não se garantir a especificidade e a identidade da Educação Infantil. De esta ficar condenada à mesma concepção já minimizada do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com provas nacionais e conteúdos que posteriormente serão cobrados em avaliações, considerando os alunos/alunas como tabula rasa, e escolarizados/as tão somente para o MERCADO.

3.10 Educação de Jovens e Adultos

O histórico de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil remonta desde o período Colonial, praticado pelos jesuítas embora com outra finalidade, mas vale lembrar que Educação Popular é o princípio da EJA e precede a República Brasileira, contudo um dos precursores em favor da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire que sempre lutou pelo fim da educação elitista, Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade, da vivência dos educandos. Na época do regime militar, surge um movimento de alfabetização de jovens e adultos, na tentativa de erradicar o analfabetismo, chamado MOBRAL. Por falta de políticas públicas para o campo a população migrou para o centro urbano na expectativa de melhorar a qualidade de vida, com o processo de industrialização gerou a necessidade de se ter mão de obra especializada, nesta época criou-se escolas para capacitar os jovens e adultos. O ensino supletivo foi implantado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71. Em 1974 o MEC propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento.

Conforme descrito no Art. 208 da Constituição de 1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;” Na década de 90 várias iniciativas em favor da Educação de jovens e adultos, o governo incumbiu também os municípios

a se engajarem nesta política, assim vários movimentos, universidades, grupos informais, populares, Fóruns estaduais, nacionais e através dos Fóruns a partir de 1997 a história da EJA começa a ganhar notoriedade tanto na esfera governamental quanto nos movimentos da sociedade.

A EJA é uma Modalidade de Educação Básica, prevista na LDB – Lei n.º 9394/96, LC n.º 49/98 – MT e está regulamentada pelo Parecer n.º 11/2000 CNE/CEB. No Estado de Mato Grosso, a SEDUC, instituiu, através da Portaria n.º 204/2000, uma Comissão Interinstitucional para elaborar um Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino, composta por SEDUC, UNDIME, SINTEP, CUT, a partir de 2001 integrando os debates, UNEMAT, Pastoral da Criança, SESI, SENAC, CEE, UNESCO, constituindo uma carta para a instituição do FPDEJA/MT. Atualmente o FPDEJA tem sua organização em todo o Estado de MT com Encontros Regionais, Estadual, participando dos Encontros Regionais brasileiros e Nacionais.

Constituem desafios para os governos Estadual e Municipais: incluir a EJA no PEE e PMEs, valorizar os profissionais de EJA como forma de assegurar a efetivação das políticas Públicas de EJA, cobrar dos entes federados que estabeleçam o Regime de Colaboração, estabelecendo fontes de financiamento para a EJA. As universidades devem ofertar, garantir e ampliar os cursos de graduação, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e formação continuada na modalidade de EJA com o objetivo de dar IDENTIDADE E FORTALECER os profissionais que atuam na modalidade de EJA. Os Profissionais da Educação devem considerar a construção coletiva do currículo escolar como um dos instrumentos de estudo e de reflexão para sua prática pedagógica. Assim a EJA tem sido espaço de debates de políticas públicas essencialmente na valorização das Diversidades.

Os desafios de EJA em MT são imensos, uma vez que a cada momento que os direitos são negados no Campo vai gerando além da demanda no próprio Campo, expulsando-os para os centros urbanos conduzindo-os ao caos. Temos hoje nas cidades um grande contingente carente de políticas públicas educacionais que diante da necessidade do trabalho como manutenção da vida a consequência da expropriação da identidade dos jovens e adultos. A carência de profissionais, de escolas adequadas e de currículos que atendam significadamente essa demanda leva os jovens e adultos a não permanecerem nas escolas.

O ano de 2015 foi marcado por um ataque da SEDUC que ao adentrar nos CEJAS informando através da mídia ter encontrado em MT “alunos fantasmas” esse feito fragilizou muito o movimento de EJA que se estendeu para além dos CEJAs envolvendo as Escolas que ofertam EJA, hoje sabemos que alguns dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) estão sendo descaracterizados por não ofertar ape-

nas EJA.

Em 2016 os ataques à EJA dentro dos CEJAS continuaram com portarias e orientativos que desestimulam ou impedem as matrículas por área do conhecimento a alunos com histórico de desistência, sem considerarem que esse é o público alvo dessa modalidade.

A EJA é carente de Formação Profissional, sabemos que uma vez negado o direito à Educação do Cidadão enquanto criança o mesmo é jogado em meio à sociedade sendo usado principalmente pela grande máfia, drogas, exploração sexual e do trabalho, do tráfico de armas, de pessoas e de influência, sendo massa de manobra da politicagem que por sua vez são destituídos de todos os Direitos e vivem a serviço do capital. Somos conclamados a nos colocar a disposição para mudar essa realidade que tanto assola a sociedade brasileira.

3.11 Educação do Campo

Ao longo do tempo e historicamente no Brasil “Educação” tem sido um direito negado, negado porque o Poder Público representado pelos governos nem sempre reconhece que **“Educação é e precisa-se dar ao povo o que é essencialmente seu”**. Educação do e no campo é atualmente um desafio que tem preocupado grande parte dos movimentos sociais do campo e da cidade, a violência os descasos e a ausência do ESTADO, ou muitas vezes a presença do estado no campo é muito mais sinônimo de destruição do que presença de Políticas Públicas. Nos últimos tempos a Educação do Campo está presente nas agendas políticas e, mesmo estando presente na legislação brasileira não é realidade como políticas públicas em nosso país, devido à ação organizada da sociedade civil, em especial o MST.

O desafio histórico e atual que o Campo, culturalmente é construído como um espaço “atrasado” foi se tornando lugar para poucos, por conta da modernização das cidades onde os governos de forma sistêmica foram aperfeiçoando e urbanizando os locais de maior concentração populacional. Assim as populações camponesas foram sendo destituídas de suas identidades e por sua vez sendo expulsas de seus territórios. As estratégias do Latifúndio capitalista foram se tornando cada vez mais violentas obrigando que o Campo deixasse de ser para “gente”, o que se vê é basicamente imensas extensões de terras exploradas pelo monocultivo onde há poucas pessoas, muito gado, máquinas e poucos proprietários. Dessa forma como viver no campo? Sem os direitos básicos? um deles a Educação. Se já era complicado falar em Educação do Campo, imagine agora educar quem? Como? Para que? Aqui é importante lembrar que ainda na década de 70 do século XX a população brasileira era em torno de 70% do campo, hoje a estimativa é que seja apenas 15% gerando uma grande demanda por Educação, e de modo especial de Jovens e Adultos na cidade.

Diante desse desafio os movimentos da sociedade camponesa foram dinâmicos em pensar a Educação do Campo de forma a fortalecer a identidade e resistir a chamada “educação rural”, a Educação do Campo é concebida essencialmente por seu dinamismo e diversidades buscando formação de “novos seres humanos” que faz parte do movimento, uma busca coletiva na formação de seu indivíduo, onde propõem “a reflexão e elaboração teórica de princípios político pedagógicos articulados às práticas educativas desenvolvidas no interior das lutas sociais levadas a efeito pelos povos do campo” (SAVIANI, 2008, p.172)

Atualmente temos alguns movimentos e espaços constituídos de debates de Educação do Campo, em nível nacional há o FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo, no Estado de MT o CIPEC – Comitê Interinstitucional de Educação do Campo, além de outros como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, SINTEP, CPT – Comissão Pastoral da Terra, FPDEJA (Fórum de Eja), FETAGRI... Esses movimentos mesmo tendo suas particularidades tem em comum a defesa da autonomia de concepções pedagógicas de forma a constituir o Campo não apenas como um lugar, mas espaço e território de identidades, assim a Educação do Campo precisa ser construída com e para eles e não como vem ocorrendo. **“Nós pensamos e queremos que a Educação do Campo como Direito Social não seja destituído com notas técnicas e ações de secretarias e governos”**. Um fato novo em MT foi no início do governo de Pedro Taques a tentativa de criminalizar o MST, segundo Ele através da SEDUC por **“tratar do Ensino ideológico”**, em MT ainda convivemos intensivamente com os ataques do agronegócio, provocando fechamento de escolas, envenenamento de plantações e populações, destruição de comunidades indígenas e quilombolas. As nucleações também têm trazido inúmeros prejuízos como os longos caminhos para chegar às escolas, acarretando dificuldades na aprendizagem, precarização e sucateamento do transporte escolar, desinteresse dos gestores municipais em celebrar o Regime de Colaboração justo com o Estado, falta de investimento em formação e valorização profissional, dificuldade para construção e reconstrução dos PPPs das escolas adequados às realidades locais.

Cabe também ressaltar que a luta por Educação do e no Campo é um princípio CUTista, como: criar uma política de financiamento especial para a Educação do Campo que considere as especificidades da população rural; garantir Alimentação de Qualidade articulada com organizações locais de agricultura familiar; incorporar a Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação, assegurando a participação dos movimentos sociais e sindical no planejamento e acompanhamento de sua execução; garantir transporte escolar de qualidade; apoiar a descentralização da posse da terra e a manutenção das famílias no campo através da

Reforma Agrária e, motivar a discussão e implantação da pedagogia da alternância.

Vale ressaltar que toda a Legislação Educacional e em específico da Educação do Campo, tem sido construída com a luta dos movimentos Sociais e Sindical, tendo como base a Educação Popular Freireana, do respeito mútuo, da construção das identidades e principalmente com a ideia de um novo modelo de sociedade brasileira.

Parecer CEB 36/2001 e Resolução CEB 01/2002 Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Parecer CEB 01/2006 Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo; Resolução 126/03-CEE/MT institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso; Resolução Normativa 003/2013/CEE/MT., dispõe sobre a oferta de Educação do Campo no Estado de MT.

3.12 Educação Quilombola

A Educação Escolar Quilombola teve seu nascedouro nas reivindicações do movimento negro, particularmente do segmento quilombola, por uma educação que atendesse as especificidades culturais e históricas dos seus territórios. Desde o período colonial, o direito à liberdade e educação sempre estiveram juntas às reivindicações da população negra.

Não se pode deixar de mencionar que a negação da educação escolar aos negros foi institucionalizada em vários períodos históricos. Pautada nessas reivindicações é que a educação quilombola, busca através deste documento preconizar no cotidiano das comunidades remanescentes a relação teoria/prática, levando em consideração principalmente as formas que outras partes do país e em Mato Grosso, os quilombolas foram constituídos, firmados nas especificidades de cada local e em períodos históricos diferentes. No entanto, toda essa questão está homologada nas diretrizes curriculares para Educação Quilombola. Sobretudo, quando se trata dos/das profissionais que devem atuar dentro dos quilombos.

4. POLÍTICAS PERMANENTES

4.1 Igualdade de Gênero

Para melhor compreendermos as desigualdades entre homens e mulheres, construídas e evidenciadas nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, foi criado o conceito de gênero para distinguir o sexo biológico da identidade de gênero. Assim, o debate sobre gênero, bem como da discriminação de gênero amplia-se para uma série de elementos presentes nas práticas cotidianas e resultantes das relações de poder instituídas e convencionadas ao longo de nossa história.

Nossa sociedade evoluiu a partir de um modelo

patriarcal, cuja concepção ainda está presente nas práticas sociais cotidianas fundamentadas em ideologias que visam assegurar, mesmo que de forma velada, a subordinação da mulher em relação ao homem. Muitos discursos enraizados no patriarcalismo buscam naturalizar as desigualdades nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas realizadas entre homens e mulheres. Dessa forma, as relações de gênero dão visibilidades às crenças que estereotipam as mulheres como seres inferiores em relação aos homens; fazendo com que surja a discriminação em relação à divisão do trabalho, seja ele doméstico ou não, a personalidade, etc.

Na sociedade moderna, e em se tratando de Brasil, na sociedade pós-moderna com a divisão do trabalho a relação de gênero pode ser ampliada para o contexto de classe, referindo-se a pessoas que ocupam uma posição de classe. Atualmente, um dos principais pontos de debate nas relações de gênero está relacionado à classe das mulheres como força de trabalho, seja ela no âmbito familiar ou mercado de trabalho. Assim, as identidades e relações de gênero são constituídas e discutidas no campo ideológico, a partir de valores e crenças impostas pela sociedade que buscam relativizar padrões de comportamentos com o intuito de velar as discriminações.

Práticas desenvolvidas para atender a interesses particulares se propagaram socialmente, ao longo da história, e produziram concepções culturais que são propagadas na sociedade capitalista através da educação sistematizada e dos meios de comunicação de massa, principalmente, se essas concepções atendem aos interesses do capitalismo. Logo, as práticas culturais ganham autonomia e definem as práticas sociais que podem se transformar em entraves na mudança social, principalmente naquelas que visam romper com os preconceitos existentes na sociedade. Dessa forma, as pessoas são educadas a partir do que foi convencionalizado culturalmente para um e para outro.

Ao longo da História foi convencionalizado socialmente nas mais diferentes culturas a visão ideológica de que o homem ocupa uma posição de destaque em relação a mulher, o que socialmente gerou um abismo de desigualdades entre homens e mulheres. Diante desse contexto, a mulher para superar os obstáculos que lhe são impostos, passa a enfrentá-los no sentido de romper com a discriminação e a opressão que sofre, simplesmente pelo fato de ser mulher. Apesar das lutas das mulheres contra as ideologias que as inferiorizam e dos avanços já conquistados no campo dos direitos civis e das relações humanas, ainda há muito por se fazer para chegarmos próximos da igualdade de gêneros.

Na segunda década do século XX as mulheres começam a entrar no mercado de trabalho ocupando cargos que exigiam pessoas que liam e escreviam. Apenas nos anos setenta é que elas começam a ocupar com expressividade o mercado de trabalho no Brasil, principalmente, para com-

plementar a renda familiar.

Os primeiros movimentos que buscam direitos no sentido de estabelecer a igualdade de gênero surgem nos anos sessenta, entre eles configuram o movimento feminista e o movimento de professores, marcando a presença das mulheres no espaço público e na luta por direitos. Em Mato Grosso, temos o caso da AMPP (Associação Mato-grossense de Professores Primários) que foi fundada em 1965, tendo uma direção composta exclusivamente por mulheres.

Movimentos de mulheres ganham importância com lutas em vários campos sociais, tais como: educação, moradia, creches, assim como as questões de gênero. As conquistas surgem, dentre elas destacamos os direitos trabalhistas, um exemplo deles é a licença-maternidade de 120 dias, atualmente ampliada para 180 dias.

Nos anos noventa, auge da política neoliberal no Brasil, mesmo diante da retirada de direitos sociais e precarização do trabalho houve conquistas que contribuíram para minimizar a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse período as lutas foram intensas e o debate sobre gênero como tantos outros que eram silenciados em nossa sociedade e como um paradoxo, na política do estado mínimo, avançam para a concretização da concepção da igualdade de gêneros. Esse avanço se concretizou com a implantação de algumas leis na primeira década desse século, dentre elas destacamos a Lei 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”; Lei 11.770/2008 que estende a licença-maternidade para 180 dias; Lei 11.804/2008 com a qual o pai fica responsável pelo suporte à mãe do bebê durante a gravidez.

Apesar dos avanços na elaboração de leis que buscam garantir direitos e proteção às mulheres, pode-se observar que ainda não se efetivam na prática. Tal fato é perceptível no elevado número de registros de agressões diversas e óbito de mulheres nas esferas nacional, estadual e municipal, divulgados pela mídia.

Atualmente, o debate sobre a ampliação dos direitos da mulher está presente em todos os espaços sociais, inclusive no meio familiar. Os movimentos de mulheres, ou movimentos em que as mulheres compõem a classe predominante, travam debates e lutas por direitos que perpassam por diversas temáticas, dentre elas podemos destacar: a violência contra a mulher, a não mercantilização do corpo, a exploração sexual, direitos sexuais e reprodutivos, a discriminação do aborto, a ampliação do atendimento em creches, compartilhamento das atividades domésticas, redução de jornada de trabalho, igualdade salarial, etc.

Mesmo diante conquistas e dos avanços na discussão sobre igualdade de gênero, podemos afirmar que a desigualdade entre homens e mulheres foram apenas minimizadas. Para tanto, basta observarmos que conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicí-

lios (Pnad), em 2014, as trabalhadoras brasileiras recebem aproximadamente 27% menos do que os homens que desempenham funções similares.

Dessa forma, ainda há muitos desafios na luta pela igualdade de gênero, dentre eles podemos destacar a participação da mulher nos espaços de poder e decisão, uma vez que sua presença nessas instâncias é desproporcional em relação aos homens e a sua contribuição na geração de riquezas e nas transformações sociais no país.

Já no meio rural o movimento das mulheres do campo vem ganhando força na luta contra a violência no campo, a exploração e em prol da segurança alimentar. Algumas conquistas já são direitos assegurados, tais como o direito do título de posse da terra em nome da mulher, na ausência do homem. Ao casal, obrigatoriamente em nome dos dois.

A efetivação do golpe à democracia se confirma com o impedimento da Presidenta eleita Dilma Rousseff por 54 milhões de pessoas, reafirmando o desrespeito com a figura feminina. Pode-se lembrar do triste exemplo do deputado Jair Bolsonaro que, declaradamente preconceituoso, encontra muitas vozes que se unem a ele num vergonhoso desrespeito à figura da mulher e dos seres humanos. Quanto a saída da presidentia, não houve comprovação de crime que justifique seu afastamento do cargo. O que mais uma vez confirma um grande retrocesso nas políticas sociais e nas reais necessidades das sociedades brasileira.

Na educação houve um avanço expressivo, principalmente das mulheres a partir da organização e do movimento sindical. Segundo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), há mais mulheres que homens na educação, elas ocupam aproximadamente 90% dos postos de trabalhos; enquanto que na década de trinta a participação feminina na educação era inexpressiva, como constata o documento do Manifesto dos Pioneiros da Nova Escola, de 1932.

Como já mencionamos, a questão de gênero está presente em todos os espaços e práticas sociais. A educação é um espaço privilegiado para a formação e transformação de ideologias voltadas a importância da igualdade entre gêneros, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e democrática, fazendo com que a criança comece a se conscientizar sobre essas temáticas nos primeiros anos de sua vida escolar. Assim, em 2014, o debate para a inserção de metas relacionadas ao combate à discriminação e a desigualdade de gêneros no Plano Nacional de Educação (PNE) se intensificou; e os estados e municípios brasileiros devem incluir e implementar essas temáticas em seus planos de educação.

No âmbito institucional, muitas políticas sociais foram criadas, muitas delas voltadas às mulheres, principalmente, com as políticas públicas de um governo democrático e popular. Criaram a Secretaria de Políticas para as mulheres,

a partir da organização e da mobilização das mesmas, que orientaram o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Muitas mobilizações e campanhas foram realizadas na segunda década deste século no sentido de evidenciar a luta das mulheres pelo fim da violência contra as mulheres e por igualdade de direitos em relação aos homens.

Mas quanto ao contexto político, com a reeleição da presidenta da República Dilma Rousseff, em 2014; a figura feminina volta a ser atacada por ideologias elitizadas e midiáticas com concepções estereotipadas e sexistas, as quais demonstram que os avanços que houve não foram o suficiente para maturar a concepção de igualdade de gênero na sociedade brasileira. E após treze anos de um governo democrático e popular, a elite reacionária e conservadora estrutura seu governo ilegítimo extinguindo o MMIRDH (Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos) e sem nomear um negro ou uma mulher para compor o quadro de Ministros.

Diante deste contexto sociopolítico em 2016, confirma-se que apesar do muito que foi feito em manifestações, mobilizações e campanhas na conquista de direitos para avançarmos na igualdade de gênero ainda há muito por fazer, principalmente no que se refere a romper com ideologias sexistas, fundamentalistas, homofóbicas e principalmente machistas que subjagam as mulheres enquanto sexo biológico e identidade de gênero.

4.2 Diversidade Sexual

A temática Diversidade Sexual trata diretamente dos direitos que asseguram aos indivíduos a liberdade e a autonomia nas escolhas sexuais, bem como a de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência. Embora essa temática esteja bastante presente na realidade das escolas; muitos pais, alunos e até mesmo educadores, demonstram certa resistência em abordá-la em sala de aula. Um exemplo disso é o crescimento da intolerância e da violência contra a comunidade LGBT nas escolas. É preciso que a escola ensine a respeitar e reconhecer as diferenças para que possamos superar preconceitos e dogmas impostos por ideologias sexistas e homofóbicas. Na prática, a escola precisa deixar de ser um espaço excludente e passar a incentivar o respeito aos direitos humanos e à diversidade através da promoção de políticas públicas para o combate à discriminação.

Pesquisas apontam a necessidade de promover um maior envolvimento dos educadores nesse tema, uma vez que exercem uma grande influência sobre a formação dos alunos. Daí a necessidade de se investir na formação dos/das profissionais da educação, capacitando-os/as para lidarem com a diversidade para auxiliarem no combate a todas as formas de discriminação. Segundo a pesquisadora Gabrielli Richard, “é preciso melhorar as escolas e práticas

de ensino que promovam a inclusão, com alterações no currículo escolar e com mecanismos de proteção e denúncia sem punição.”

No Brasil as primeiras políticas públicas voltadas especificamente para essa temática, foram elaboradas ainda no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). O Plano “Brasil sem Homofobia” foi um avanço importante em termos de reconhecimento legal e garantia de direitos. Foi a primeira política pública criada e voltada à promoção e defesa dos direitos da população LGBT na América Latina. No entanto, esses avanços estão sendo ameaçados em razão da intensa oposição conservadora existente dentro do Congresso Nacional, uma vez que o Brasil ainda não possui nenhuma lei federal que garanta os direitos da população LGBT.

Após três anos de tramitação social no Congresso Nacional, de intensas mobilizações sociais e de interlocuções em 25 de junho de 2014 o 2º Plano Nacional de Educação (PNE) do período pós-redemocratização (Lei nº13.005) passou a vigorar. Todavia, os avanços alcançados na Lei 13.005 que se referiam às políticas públicas voltadas aos temas associados às relações de gênero, à orientação sexual e a outras formas de preconceitos nos planos de educação diversidade foram suprimidos, impedindo que estudantes tenham acesso aos conceitos e ao patrimônio histórico comum de lutas por igualdade de gênero e reconhecimento, proteção e promoção dos direitos humanos. Com isso a tramitação dos planos subnacionais tem sido marcada por manifestações de ódio, de intolerância e de cunho religioso, unicamente com objetivo de criar obstáculos para que a escola não possa desempenhar suas responsabilidades no combate às discriminações de raça, gênero etnia e orientação sexual.

A CNTE entende que o princípio da laicidade do Estado é condição fundamental para o exercício dos direitos humanos em uma sociedade plural e democrática, sendo que esses episódios denotam, mais uma vez, o quanto ainda temos que lutar para a consolidação do respeito e reconhecimento do pleno exercício desse princípio em nosso país. Nesse sentido, o tema diversidade sexual se converte em tema sindical, pois está diretamente relacionado aos direitos humanos, trabalhistas e sociais.

É a partir dque essa compreensão o SINTEP-MT busca promover encontros acerca da temática LGBT que objetivem a formação dos trabalhadores/as da Educação com o intuito de prevenir e combater qualquer tipo de violência ou discriminação por orientação sexual. Enquanto profissionais da educação, nos deparamos diariamente com diversos desafios no chão da escola. Muitos deles nos surpreendem por sua complexidade e pelo fato de nos sentirmos despreparados e/ou incapacitados para enfrentá-los.

Recentemente, um juiz no interior do estado de Mato

Grosso, em decisão inédita no país, autorizou a mudança de registro de nascimento de uma criança de nove anos que nasceu menino, mas que se comportava como menina. Temas como estes, nos desafiam constantemente como educadores, pois ao mesmo tempo que exige de nós posicionamento crítico sobre o assunto, nos coloca diante de uma série de dogmas pessoais ou sociais que podem interferir diretamente na formação psicossocial do aluno. Por isso, é necessário que enquanto educadores estejamos preparados para saber como abordar esta e /ou outras temáticas em sala de aula, inclusive, sabendo como reagir diante dos preconceitos ideológicos arraigados na sociedade.

A diversidade sexual é um dos desafios da educação e foi um dos temas de destaque debatidos na CONAE de 2014. Preocupada com o fato de que os temas voltados aos direitos humanos, incluindo a diversidade sexual, sejam quase inexistentes nos currículos de formação dos educadores, a CNTE aponta para a necessidade urgente da reformulação ou revisão curricular dos cursos superiores para os profissionais em educação.

4.3 Projeto Saúde e prevenção na Escola

O projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE) foi criado em 2003 em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde com o objetivo de promover a saúde e a educação sexual nas escolas – visando reduzir a vulnerabilidade de jovens e adolescentes expostos às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), à infecção pelo HIV, à AIDS e a gravidez não planejada – através de ações articuladas entre as escolas, unidades básicas de saúde e comunidade. E, embora a competência da execução seja do Ministério da Saúde e da Educação, a Secretaria de Estado de Educação também deve abranger os municípios através da integração destas secretarias com suas respectivas.

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) aderiu ao Projeto através da iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) que firmou compromisso junto ao Programa “Educação para Todos - AIDS BRASIL” da Internacional da Educação para a América Latina, objetivando à formação de dirigentes sindicais que atuassem como multiplicadores na formação de educadores, para que estes pudessem desenvolver ações sobre a prevenção das DSTs/AIDS nas escolas da rede pública.

Após o Seminário Nacional DST/AIDS ocorrido em Brasília-DF em outubro/2007, o SINTEP-MT realizou o encontro com os dirigentes sindicais e um (01) representante de escola pública por pólo sindical, o que resultou no desenvolvimento de uma programação especial no dia 30/11/2008, antecedendo o dia Mundial de Luta contra a AIDS, com o envolvimento de doze 12 municípios, 52 escolas, cerca de 1.300 trabalhadores em educação e 13.400

alunos, liderados pelas Subsedes do SINTEP-MT que contam ainda com o apoio das Secretarias Municipais de Saúde e Educação. Em abril/2008 o SINTEP-MT participou do II Seminário Nacional do SPE promovido pela CNTE com o apoio dos Ministérios da Saúde e da Educação onde foi discutido o direito dos/das conviventes com HIV.

O SINTEP-MT integra ainda o Grupo Gestor Estadual que atualmente está empenhado em obter sugestões da sociedade mato-grossense para a construção da Política Estadual do Projeto Saúde e prevenção nas Escolas. É necessário o engajamento das unidades escolares no projeto para que possamos construir espaços de diálogo entre adolescentes, jovens, professores, profissionais da saúde e comunidade com vistas a superação das relações de vulnerabilidade às DSTs, à infecção pelo HIV e à AIDS, bem como à gravidez não-planejada.

Apesar do foco do projeto ser o desenvolvimento de ações preventivas ao HIV/AIDS nas escolas, o movimento sindical já ampliou esta discussão aos trabalhadores/as da educação como forma de prevenção às infecções e também como superação a preconceitos.

O SPE já integra a agenda do SINTEP-MT desde 2007 e anualmente realiza atividades formativas referentes à temática. Essas atividades têm como público-alvo dirigentes sindicais e professores, que deverão atuar como agentes multiplicadores das ações de prevenção do DSTs/AIDS nas escolas públicas de Mato Grosso. Essa iniciativa é financiada pelo próprio sindicato, mas também conta com a contribuição da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Portanto, a condição essencial para a implementação do Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas” é a inclusão de suas diretrizes no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares, na busca do desenvolvimento da cultura da prevenção e promoção à saúde na experiência cotidiana da escola, pois além de contribuir com estes aspectos, também contribui para a inserção do tema da diversidade sexual.

4.4 A questão ambiental e o modelo de desenvolvimento econômico de Mato Grosso

Ao longo da História de Mato Grosso vários modelos de atividades econômicas foram desenvolvidos para atender aos interesses da economia nacional e internacional. Nas últimas décadas foi implantado e consolidado, até então, o modelo mais agressivo ao ambiente e a população mato-grossense. Modelo este baseado na monocultura e na pecuária extensiva.

Estas duas frentes de exploração seguem a lógica do capital que consiste em obter o máximo de lucro com o mínimo de investimentos, assim a expansão agropecuária em Mato Grosso encontra o ambiente propício; ou seja, as riquezas naturais aqui exploradas, financiam a transformação

de biomas riquíssimos em biodiversidade, em pastagens ou em terras lavradas para a agricultura. Esse modelo econômico impõe severas alterações aos habitats, reduzindo drasticamente a flora e consequentemente a fauna, afetando diretamente a população local.

Como se trata de um modelo baseado tanto na exploração do meio, como na força de trabalho, faz com que a população trabalhadora fique a margem de um dos modelos que mais geram riquezas neste país, uma vez que temos em Mato Grosso uma das piores distribuições de renda per capita. Se não bastasse a marginalização social, a população também sofre, no que se refere à saúde, os efeitos imediatos de uma característica marcante do agronegócio – a chuva de milhões e milhões de litros de agrotóxicos que são pulverizados sobre o território mato-grossense e sobre quem nele estiver. Em Mato Grosso, não só ingerimos resíduos agrotóxicos através da alimentação, mas também os respiramos e os absorvemos em nossa pele.

O setor produtivo baseado no agronegócio beneficia uma pequena parcela da população e impõe a grande maioria da sociedade mato-grossense danos decorrentes do uso de agrotóxicos – muitas vezes indiscriminado e exagerado - fato que coloca Mato Grosso como campeão de recolhimento de embalagens desses produtos – status este que orgulha os ignorantes sobre a questão. Pois, quanto mais embalagens, mais agrotóxicos. Devemos sim nos preocupar com as embalagens, mas devemos nos preocupar também com o conteúdo delas.

Esse vergonhoso título mato-grossense, nos impulsiona a outros, tais como Mato Grosso ser o campeão em casos de câncer, principalmente em crianças. Outra marca do agronegócio que impacta diretamente na qualidade de vida está relacionada à qualidade do ar que respiramos, pois, as intensas queimadas muito frequentes no Estado – principalmente, durante o período de seca, época em que a umidade do ar é baixíssima – ocasionam uma série de problemas a saúde.

Uma Pesquisa sobre saúde coletiva realizada em 2011 pela UFMT, tendo como coordenador/orientador o professor doutor Wanderlei Antonio Pignati, ao analisar o leite materno de sessenta e duas mães da cidade de Lucas do Rio Verde – uma das regiões de maior concentração de monoculturas realizadas a base de agrotóxico – revelou a presença de resíduos de agrotóxicos. Os latifundiários e os representantes das multinacionais voltadas ao agronegócio investem alto para descredenciar pesquisas como esta, bem como buscam atribuir os casos de intoxicação por agrotóxicos e até mesmo as mortes decorrentes de seu uso indiscriminado, a outros fatores relacionados à saúde. Nos casos de câncer, tentam naturalizar chegando a atribuir as causas a predisposição genética, a fim de negar qualquer ligação com o uso de agrotóxicos.

O SINTEP/MT destaca que na sua agenda de políticas educacionais, a questão ambiental é pauta permanente, e sempre será proponente de ações que visem à alteração deste quadro. O SINTEP-MT é o co-fundador do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente Desenvolvimento (FORMAD) do qual participamos efetivamente, fazendo parte da coordenação e estabelecendo parcerias nas pautas relacionadas com o meio ambiente. O FORMAD está à frente de várias ações, programas e políticas públicas que visam melhorar a relação entre o ser humano e o meio natural, no sentido de romper com atividades exploratórias e depredatórias do meio. Nesta perspectiva o Formad coordena a pesquisa sobre o “Mapeamento de Impacto Sócio Ambiental da produção de Agrocombustível em Mato Grosso”; atua também nos seguintes eixos temáticos: Povos e Direitos; Política Ambiental; Grandes Obras x Impactos; Terra e Mobilização; e, Agrotóxico e Saúde. Para maiores informações recomendamos acessar a página da instituição: www.formad.org.br.

O SINTEP/MT sempre esteve presente nos debates que visam melhorar a qualidade de vida da população; em Mato Grosso esses debates necessariamente, perpassam pela economia latifundiária. Dessa forma, recomenda aos trabalhadores/as da educação que façam valer a sua condição de educadores/as participando efetivamente desses debates. Pois, os mesmos são espaços formativos que qualificam o desempenho de seu papel social na construção de uma sociedade mais justa, com distribuição de renda mais igualitária e principalmente, com a preservação do meio ambiente para uma melhor qualidade de vida.

Em 2013 o governo federal convocou várias conferências nacionais, espaços que oportunizaram o debate na sociedade sobre as mais variadas temáticas de interesse público. O SINTEP/MT, em Mato Grosso, sempre se fez presente com seus dirigentes estaduais ou municipais, voltando o debate para aqueles e aquelas que mais necessitam das políticas públicas e sociais para sobreviverem no mundo do agronegócio, onde não há preocupação com a vida.

O SINTEP/MT defende e propõe o debate sobre a questão ambiental em todas as esferas da educação e da sociedade, desde os debates nas Conferências Nacional de Educação e nas Conferências Nacional de Meio Ambiente, sendo que na quarta edição desta conferência, a discussão foi centrada nos resíduos sólidos. Dessa forma, reafirmamos que os trabalhadores da educação, enquanto formadores de opinião, devem se fazer presentes nas instâncias sociais e principalmente no chão da escola, fazendo o debate sobre a questão ambiental, contribuindo no desenvolvimento de concepções que levem ao desenvolvimento de políticas públicas ambientais que favoreçam a vida como um todo.

Ressaltamos aqui, que o SINTEP/MT não é contra a produção de alimentos, não é contra o agronegócio, mas é contra esse modelo de produção que devasta enormes áreas

de florestas, que mata as nascentes e mananciais de água, que contamina os recursos naturais e os explora ao ponto de questionarmos se esta vasta região, daqui a um ou a dois séculos, ainda será produtiva. Defendemos a produção de alimentos pautada na qualidade tanto do que é produzido como do meio de produção, ao invés da produção proposta pelo agronegócio com base na quantidade a qualquer custo.

Atualmente, diante do contexto político – principalmente das ações do governo provisório, ilegítimo, implantado no Brasil a partir de um “golpe de estado” e a democracia brasileira, com o intuito de voltar a administração pública federal ao poder da elite capitalista, principalmente da latifundiária – esse governo não demonstra compromisso com a questão ambiental, nem com as populações que vivem da agricultura familiar ou da floresta ao nomear como Ministro da Agricultura o Senador Blairo Maggi, que na verdade é um dos maiores sojicultores do mundo e também muito conhecido nacional e internacionalmente como um dos maiores devastadores de áreas de floresta amazônica e de cerrado para transformá-las em áreas de monoculturas.

Portanto, teremos muitos embates em torno da questão ambiental com esse governo que veio para atender aos interesses das multinacionais produtoras de agrotóxicos e dos latifundiários. Dessa forma, para evitarmos retrocesso, reafirmamos à sociedade e aos trabalhadores da educação que devemos estar atentos para não nos furtarmos do debate e da mobilização em defesa da questão ambiental.

4.5 Trabalho decente e saúde do trabalhador

Nos debates promovidos pelo SINTEP-MT é cada vez mais comum encontrarmos relatos de profissionais da educação com problemas de saúde física e/ou psicológica, uma vez que as exigências do cotidiano na escola e a estrutura pessoal que seria necessária para lidar com elas, o que acaba ocorrendo um número cada vez mais elevado de afastamentos do trabalho.

Afinal, quais são os fatores que desgastam a capacidade de fazer o próprio trabalho em sala de aula, ao ponto da profissão escolhida tornar-se insuportável, à qual foram dedicados anos de estudo e sacrifício? Sem termos a pretensão de abranger a totalidade dos fatores, cujo peso varia de uma escola para outra, e sem classificarmos cada elemento em ordem de importância, apontamos quanto segue:

1. As escolas revelam a presença insistente de estruturas físicas inadequadas, com salas de aula barulhentas, escuras, sem climatização e funcionando em condições precárias. Nelas, os ruídos da rua ou da quadra de esportes são as principais causas de desconforto e de interferência nas atividades realizadas. As paredes não absorvem o ruído e a acústica do ambiente dificulta o entendimento, elevando o grau

de dispersão da atenção dos alunos e obrigando o docente a aumentar o volume da fala. O resultado não poderia ser outro: uso intensivo e inadequado da voz, com os respectivos problemas de afonia e possíveis calos nas cordas vocais, grande dispêndio de energia e uma situação de irritabilidade latente.

2. Os baixos salários e o número inadequado das pessoas que trabalham no ambiente escolar obrigam professores e professoras a elevarem o número de aulas para garantir o sustento familiar e, além do fazer pedagógico propriamente dito, se vêem obrigados a desempenhar também tarefas administrativas, preencher relatórios, cuidar do patrimônio da escola; e viabilizar decisões hierárquicas como meros executores de propostas alheias e, quase sempre, sem a preparação necessária. Temos assim uma sobrecarga de trabalho que eleva a tensão e o estresse, reduz o tempo disponível para cada tarefa, adia os momentos de estudo que contribuem para a qualificação profissional, influi negativamente nas relações familiares e sociais dos docentes e retira deles o reconhecimento dos esforços despendidos à medida que se vêem reduzidos a uma máquina de dar aula que se desgasta sem direito sequer a paradas para manutenção.
3. A realidade dos alunos (com suas carências e necessidades de atendimento educacional especializado) e do bairro em que se encontra a escola (com a violência e os problemas sociais que a cercam) levam a um envolvimento emocional com a vida dos alunos sem que os docentes tenham algum tipo de suporte e orientação tanto para lidar com a carga de sofrimentos que lhes é comunicada pelos alunos, como para que possam adaptar o trabalho em sala de aula às condições reais em que eles se encontram.
4. A obrigação de provar constantemente a própria competência diante dos seguidos questionamentos a que são submetidos por não apresentarem os resultados esperados em situações que vão dos atritos com os pais dos alunos ao assédio moral.

“A literatura especializada apresenta três tipos: o descendente – quando as ações são realizadas pelo superior hierárquico, por exemplo, do diretor(a) com o(a) professor(a); o horizontal – quando realizado pelos pares, profissionais da mesma hierarquia, por exemplo professor com professor(a), orientador(a) com orientador(a) e, ascendente – quando realizado por pessoas de hierarquia inferior para com pessoa de hierarquia superior, por exemplo, pelos(as) professores(as) contra membros da direção escolar e os realizados pelos(as) alunos(as) contra os(as) professores(as).”
(Cristina Maria Fagundes Prisco - 2012)

As ameaças e agressões dos alunos, os bens danificados ou furtados por eles, a exigência de manter a disciplina em condições persistentemente adversas, a pressão das famílias para que a escola cumpra as tarefas educativas que elas não realizaram junto à necessidade de se adaptar seguidamente às mudanças e aos imprevistos que ocorrem na escola criam um ambiente no qual dar aula é enfrentar diariamente um trabalho que vai perdendo sentido e motivação.

5. O quadro se completa quando a ausência de solidariedade e cooperação dos colegas, a falta de reconhecimento pelos sucessos conseguidos e os atritos com os gestores apagam o sentimento de realização, elevam as sensações de fracasso e frustração e instalam no docente um processo de crescente auto depreciação que culmina em processos depressivos de diferentes gravidades.

As visitas constantes na perícia médica e as caixinhas de remédios tarjas pretas devem deixar de ser parte de um cotidiano cada vez mais presente entre nós para se tornarem apenas uma lembrança de um passado distante. Esse é o desafio que a luta pela saúde de quem trabalha nas escolas públicas precisa começar a tornar realidade como condição imprescindível para um ensino de qualidade e um reconhecimento no trabalho digno dos esforços que despendemos.

4.6 Combate ao Racismo e a Toda Forma de Discriminação

Os conceitos de raça, racismo, preconceito e discriminação foram construídos ideologicamente ao longo da história dos povos para que um grupo pudesse obter vantagens em relação a outros. Dessa forma, os conceitos desses termos apresentam inúmeras definições. Mas algo não muda, independente de qual seja o povo ou o grupo social: as consequências dessa prática. Assim, discursos, práticas e ações fundamentadas no preconceito ou na discriminação racial foram construídos a partir de concepções que visavam, ou melhor, que visam assegurar dominação de um sobre o outro a fim de justificar através das relações de poder na sociedade.

Por ser uma construção social baseada nas relações de poder, as concepções sobre o racismo podem variar de povo para povo. Portanto, é fundamental definir o conceito de cada termo na cultura brasileira para melhor compreendermos como cada um deles contribuiu para a construção do racismo, e a partir dele buscarmos elementos para contestá-los a fim de desconstruirmos não só o racismo, mas também todas as formas de exclusão social.

O conceito de “raça”, da forma como é empregado, nada tem a ver com o biológico, pois é extremamente carregado de ideologias que visam camuflar o verdadeiro objetivo: a relação de poder e de dominação. Por assumir diferentes sentidos, conforme a cultura que empregam termos como negro, branco ou mestiço, afirmamos que elas possuem sentido étnico-semântico de natureza político-ideológico e não biológico.

Racismo - remete a um conjunto de teorias, crenças e práticas sociais que estabelecem uma hierarquia entre as raças, sendo considerado como fenômenos biológicos (MUNANGA, 2004). Tem como objetivo criar condições sociais, políticas e culturais para que um povo, considerado superior, domine outros povos. É uma concepção desenvolvida para sustentar inclusive a hostilidade de um grupo/povo sobre outro, para assegurar as condições de dominação étnico racial, cultural, econômica e, principalmente, a de exploração da força de trabalho.

Preconceito - trata-se de um julgamento antecipado, o desenvolvimento de opiniões a partir de concepções infundadas, baseadas em estereótipos que tornam o julgamento antecipado, negativo. Essas opiniões levianas e arbitrarias não surgem do nada, bem como não são individualizadas. Elas vêm das concepções que fundamentam as relações de poder na sociedade e, assim, fazem parte de um discurso coletivo de determinado grupo social que detém o poder e, para se sustentar no poder, busca inferiorizar aqueles/as que de uma forma ou de outra podem ameaçá-lo.

Discriminação racial consiste na ação, atitude ou manifestação de uma pessoa contra outra, ou um grupo de pessoas em razão de sua “cor”, e acontece quando o racista externaliza o racismo ou preconceito e age de alguma forma que prejudica uma pessoa ou grupo (MULLER, 2005).

A concepção de racismo baseia-se na existência de raças, hierarquicamente organizadas, que fundamenta as relações de poder e de dominação dos povos europeus sobre os demais. No Século XIX, a teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies é usada de forma errônea pelos oportunistas de plantão, contribuindo para a consolidação do racismo “científico”, baseado na ideia “de que determinados grupos humanos eram naturalmente superiores” (Nei Lopes, p.27). É evidente que estes grupos eram os europeus.

Estudiosos no assunto concluem que, no Brasil, as teorias racistas entram e se interiorizam durante o período escravagista. Com a abolição da escravatura elas se consolidam como políticas de Estado, fundamentadas em duas frentes: a ideologia de branqueamento e o mito da democracia racial. É nesse contexto que o preconceito e a discriminação racial se consolidam, uma vez que a democracia racial mascara o desenvolvimento do preconceito oriundo da política de branqueamento da população. Assim temos o

pior tipo de preconceito a ser combatido, o velado.

Outra forma muito comum de mascarar o preconceito e a discriminação racial é a eufemização dos mesmos, com o objetivo de naturalizá-los através do mito da democracia racial. Esta, por sua vez, tem como objetivo mascarar toda e qualquer violência que a população negra sofra em decorrência da sua origem étnica e, principalmente, da classe social a que pertencem. Essas ações e práticas são ordenadas e buscam velar, mascarar a atual condição socio-cultural e econômica das pessoas negras no país.

Essas temáticas são amplamente debatidas no sentido de reverter a realidade brasileira, mas somente em 2003 é que tivemos a Lei 10.639, sancionada pelo então presidente Lula, a qual significou a conquista de anos de lutas dos movimentos sociais negros, de embates contra o racismo, contra o preconceito e contra a discriminação de negação da história e da cultura negra no País. Ela é um marco na educação, pois visa romper com a visão de um Ensino eurocentrado, carregado de preconceito e discriminação; de uma visão estereotipada da história, da cultura africana e afrobrasileira, para uma educação voltada às relações étnico-culturais que respeite a diversidade de nossos estudantes. A lei 10.639/03 representa um conjunto de ações afirmativas que visam resgatar elementos fundamentais da História, da cultura, da memória e da identidade africana, bem como promotora do respeito às diferenças étnico-culturais.

Apesar de a referida lei apresentar avanços significativos, ela também enfrenta entraves enraizados nas concepções racistas que foram construídas e alimentadas em nossa sociedade por séculos. A lei não se cumpre por si só; “a sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantida nas escolas, nos currículos, nos projetos políticos pedagógicos, na formação de professores, nas práticas políticas educacionais etc. Suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados à diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional de Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão das escolas e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente”, afirma GOMES (2007).

Dessa forma, a lei tem um papel importante na indução de políticas públicas, de cobrar do Estado a implementação de políticas e ações afirmativas a fim de reparar uma dívida histórica com a população negra brasileira. Mas para que ela cumpra sua função social é necessário que os movimentos sociais negros se mantenham mobilizados, participando dos debates em conselhos, fóruns, seminários,

congressos, conferências e outros. Além disso, cobrem dos gestores estaduais, municipais, escolares e das instituições formadoras e do próprio MEC o compromisso e a responsabilidade social com a promoção de uma sociedade que respeite as diferenças e garanta a equidade de direitos de todos os cidadãos/ãs brasileiros/as sem distinção de qualquer natureza.

Além da lei 10.639/03, em 2008 é sancionada a lei 11.645 que dispõe sobre obrigatoriedade da inclusão de conteúdos sobre a cultura indígena no currículo educacional brasileiro, sendo que, tanto no caso da história e da cultura afro-brasileira quanto da indígena devem ser abordados nos conteúdos programáticos das disciplinas, devendo ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Só assim haverá possibilidade de se desconstruir o preconceito, a discriminação e a exclusão daqueles/as que se encontram submetidos; os nossos povos indígenas e afrodescendentes.

As leis apresentadas visam à formação de uma concepção sobre a diversidade étnico-cultural, bem como no do reconhecimento de que a riqueza cultural brasileira se deve a esta diversidade. Mas o combate ao racismo deve ser efetivo, e uma das formas é a via legal, a criminalização do racista e a aplicação da lei; principalmente quando se trata de adultos. A outra é a denúncia. A vítima jamais deve se calar.

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT, ao longo dos seus cinquenta anos tem se pautado por seu compromisso com as lutas que envolvem a educação e os trabalhadores/as da educação. Dessa forma, sempre estivemos combatendo e denunciando a exploração e todas as formas de preconceito e discriminação e, e ao mesmo tempo, propondo políticas públicas e realizando ações que possibilitem o aprofundamento do debate sobre o racismo e toda forma de preconceito no interior das escolas e da sociedade.

No sentido de promovermos o debate sobre esta temática e contribuir com a construção de concepções ideológicas que combatam as práticas racistas e preconceituosas, principalmente as relacionadas às questões étnico-culturais, o SINTEP/MT, desde 2009, realiza o Encontro Estadual sobre Diversidade Etnicorracial envolvendo trabalhadores/as da educação e pesquisadores dessa temática. Realizamos também durante três anos o Projeto Mama África, que premiou escolas que desenvolveram projetos sobre História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana e estabeleceu parceria com o SIPROFIS (Sindicato dos Trabalhadores/as Caboverdianos). Outras ações têm sido desenvolvidas como a criação do coletivo Antirracismo, o blog spots do coletivo etnicorracial, além da participação em diversos espaços de debates como conselhos, fóruns, conferências, espaços de movimentos sindicais e sociais, debatendo e fazendo proposições de políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida

e de trabalho dos cidadãos mato-grossenses e brasileiros.

Portanto, o combate ao racismo e a toda forma de discriminação é uma questão moral, legal e ética, e deve ser um compromisso social de todos/as aqueles/as que têm compromisso com a formação de uma sociedade mais justa e mais humana; que garanta dignidade e respeito a todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, suas crenças, sua orientação sexual e suas convicções políticas. Nesse sentido o SINTEP/MT cumpre com sua obrigação e convoca a todos/as trabalhadores/as da educação a cumprirem também com sua função social de agentes formadores/as e transformadores/as.

4.7 Movimento Sindical SINTEP/CUT/CNTE e a Política da/para a Juventude

Entendemos que a realidade social de um sistema capitalista é dividida em classes. As trajetórias das vidas dos jovens diferem de acordo com suas classes sociais. Diferenças que são absolutamente aprofundadas quando são jovens mulheres ou jovens negros/as.

No Brasil, o recorte etário da juventude é definido pelas políticas públicas como aquele contingente populacional na faixa etária entre 15 e 29 anos. Na CUT, na CNTE e nos sindicatos cutistas, foi estabelecida a faixa etária de até 35 anos como critério para a Organização Sindical. A explicação está em dois sentidos: primeiramente, na realidade da inserção precária da juventude no mercado de trabalho. Até os 24 anos de idade, o público jovem insere-se majoritariamente no mercado informal de trabalho ou na condição de desempregado. É um quadro que impossibilita a sindicalização, dado que a estrutura sindical brasileira permite somente a representação sindical de trabalhadores do mercado formal de trabalho. Assim, o teto da faixa etária definida pelas políticas públicas aos 29 anos limitaria a organização e a representação sindical de um contingente muito pequeno de jovens.

O segundo sentido, para explicar a utilização do teto de 35 anos para organização de jovens nos sindicatos cutistas, é estratégico na perspectiva de ampliação do período Educacional e de luta pela ampliação do tempo livre. Se a expectativa de vida tem sido ampliada e se o tempo de contribuição previdenciária consolida-se em 35 anos de trabalho, temos como bandeira a ampliação do tempo livre do trabalho para além dos 29 anos de idade. Trata-se de uma utopia que orienta a luta por financiamento da permanência no sistema educacional e de formação profissional antes da inserção no mercado de trabalho. Se a expectativa de vida pode chegar aos 100 anos, poderemos começar a trabalhar aos 35 e nos aposentar aos 70. Ou, antes, começar a trabalhar aos 25 e nos aposentar aos 60 anos.

Foram necessárias muitas lutas sociais e políticas para que a idade mínima de ingresso no mercado de tra-

balho fosse autorizada para depois dos 15 anos de idade. Até essa idade, passou a ser obrigatória a Educação formal e universal. A educação assumiu a posição de etapa prévia a ser cumprida para a inserção no mercado de trabalho da sociedade urbana e industrial.

Inserida em uma sociedade dominada pela ética do mercado, a juventude depara-se com perspectivas difíceis. Ela é alvo central da perpetuação de modos de vida empobrecidos, do estreitamento dos horizontes e da ação humana em uma só direção: a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo.

Os trabalhadores brasileiros, em especial os da Educação, têm uma relação atrelada e profunda com as causas da juventude. Obviamente a consolidação de uma relação com este segmento se inicia fortemente dentro das salas de aula, desde o Ensino Fundamental e movimentos estudantis e sociais nos quais os jovens se envolvem ao longo da vida, em especial na adolescência.

Nos movimentos populares da juventude esta relação se estabelece através da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, na colaboração e formulação das pautas junto aos movimentos de juventude e estudantil.

Atualmente, o SINTEP/MT vem consolidando esse espaço em articulação com a Secretaria Estadual de Juventude da CUT/MT, na Coordenação Nacional do Coletivo de Juventude da CNTE, com a realização do 1º Encontro Estadual da Juventude e a criação do Coletivo com a garantia de representações dos 15 polos regionais do SINTEP/MT.

O Coletivo de Juventude terá como objetivo principal encaminhar as políticas da juventude na Educação. Garantindo, assim, sua renovação e formação de quadros que possam ocupar os espaços de direção das entidades sindicais e a intervenção qualificada com as pautas da juventude trabalhadora da Educação com até 35 anos.

A organização da Juventude acontece num momento singular de ataque à democracia, aos direitos trabalhistas, com propostas agressivas de terceirização dos serviços públicos em Mato Grosso e o avanço das elites que, em nome da crise econômica, tem como principal objetivo a redução de direitos e a precarização das relações de trabalho.

Benjamin Steinbruch – Presidente da FIESP - em entrevista ao portal Uol/Folha, - Poder e Política -, no dia 25 de setembro de 2014, afirma no sentido de reduzir direitos e benefícios dos trabalhadores: *“Aqui no Brasil temos uma hora de almoço; normalmente não precisa de uma hora de almoço... Nos estados unidos, a gente vê o cara almoçando com a mão esquerda e operando a máquina com a mão direita...”*, Disse o Presidente.

O Sintep/MT dá o primeiro passo para debater e assumir a pauta da Juventude e a tarefa principal de orga-

nizar a categoria envolvendo os/as jovens trabalhadores no dia-a-dia do sindicato, não por meio de resoluções ou outros meios, mas por meio da discussão das suas pautas e militância nas Subsedes e local de trabalho, sem que isso se torne um conflito geracional, mas sim uma soma de forças.

A juventude tende, cada vez mais, a fortalecer o projeto de organização dos trabalhadores/as da educação, e contribui também para uma oxigenação e renovação das bases sindicais. O fortalecimento e criação dos coletivos e secretarias de juventude em todos as Subsedes ampliam o espaço de debate sobre políticas públicas e de políticas específicas para esse segmento na categoria dos trabalhadores/as da Educação.

Organizar é motivar os jovens trabalhadores/as da Educação a se tornarem multiplicadores, sensibilizando esses profissionais para a militância e direções sindicais, o que é, ainda, um desafio a ser encarado.

Para entendermos nossa juventude do Sintep é importante atentarmos para alguns dados da pesquisa solicitada pelo Sintep e feita pela Universidade Federal de Mato Grosso em 2014, em que, quanto à idade do Funcionário da Educação, identificamos no quadro 7 que esse segmento representa, majoritariamente, uma faixa etária que, somada, vai dos 26 aos 45 anos; essas duas faixas correspondem a 51,20% do total de profissionais.

Quadro 7: Distribuição dos Funcionários da Educação por Polo, Profissão e por Faixa Etária

Polo	Faixa Etária	19 a 25		26 a 35		36 a 45		46 a 55		56 a 66	
		P	T	P	T	P	T	P	T	P	T
Total		2,5%	6,9%	36,6%	15,0%	35,8%	15,0%	21,5%	7,9%	3,5%	1,9%

Fonte: Dados da Pesquisa – UFMT.

Profissão: P = Professor; T = Técnico

Quanto à política Sindical do SINTEP/MT, o 1º e recente encontro da Juventude que ocorreu nos dias 21 e 22 de abril de 2016 apontou quem e o que faz a “cabeça” da juventude hoje, e quais são as utopias (projetos e sonhos) da juventude:

- ✓ exercem grandes influencias sobre os jovens, em seus padrões sociais, as mídias, redes sociais, Rádio, TV, músicas, círculo de amizade; o meio em que os jovens vivem, tais como: escola, universidades, família;
- ✓ o Sindicato precisa se aproximar da juventude e fomentar a criação de espaços de discussões por meio de encontros e coletivos;
- ✓ muitos jovens sonham com um curso superior, casa e bens de consumo da atualidade;
- ✓ as Políticas do Sindicato devem ter a participação efetiva da juventude nas decisões que visam à garantia dos direitos à cidadania democrática e pro-

- moção dos direitos sociais;
- ✓ os jovens de Mato Grosso são de uma grande diversidade e, apesar da diversidade e particularmente em razão dos meios em que vivem, estão conectados com as redes e mídias sociais;

Quanto aos espaços de debates e movimentos de participação da juventude da Educação, existe hoje em Mato Grosso pontos estratégicos de engajamento entre os quais pode-se destacar os espaços escolares, do sindicato e da sociedade. Pode-se destacar ainda:

- ✓ a formação Sindical dos profissionais da Educação Jovens e Adultos;
- ✓ a discussão e a disputa de ideologia como ponto fundamental para a criação dos grêmios estudantis;
- ✓ o sindicato pode subsidiar um canal dialógico com os estudantes com a garantia da participação dos jovens por meio dos direitos sociais;
- ✓ que as escolas, grupos de jovens, clubes de atletismo, enquanto meio educador são os espaços em que os jovens trabalhadores/as da Educação se encontram e têm em comum nas diversas regiões de Mato Grosso;
- ✓ que o Sindicato tem uma participação fundamental em orientar alunos/as e comunidades sobre as políticas públicas que visam garantia dos direitos sociais e respeito à democracia. No entanto, há o desafio de trazer toda a sociedade para participar dos debates que buscam as melhorias das políticas de promoção e igualdade de direitos sociais;

As tarefas e desafios imediatos que devem fazer parte de uma agenda sindical para a juventude são:

- ✓ conhecer os jovens e traçar seu perfil com o mapeamento dos movimentos em que a juventude está inserida como, por exemplo; movimentos sociais, grêmios, sindicatos, igrejas;
- ✓ a formação das subseções e direções regionais devem organizar espaços para o debate da temática da juventude no formato e linguagem que atendam às suas pautas;
- ✓ a comunicação precisa estar voltada para as pautas e temáticas da juventude, cuja divulgação deve se dar nos meios de comunicação do SINTEP/MT;
- ✓ atividades culturais como teatro, festivais e atividades para os jovens da Educação devem ser pensadas dentro do seu coletivo, um dos principais espaços para fomentar tais ações;
- ✓ o movimento estudantil terá que ser parceiro da formação dos jovens com a unificação das lutas

- entre profissionais e estudantes;
- ✓ encontro anual dos Jovens Trabalhadores da Educação com até 35 anos.

Quanto aos próximos passos do Coletivo da Juventude do SINTEP-MT:

- ✓ estabelecer diálogo constante com a base; juventude/ trabalho/educação;
- ✓ fomentar discussões sobre a temática juventude trabalhadora da Educação;
- ✓ criar espaço de diálogo periódico entre coletivo e os profissionais inseridos no mesmo;
- ✓ unificar as lutas;
- ✓ ampliar a participação nas atividades de base da juventude;
- ✓ fazer uma espécie de documentário dos jovens da base para avaliar como está hoje e como estaremos no futuro;
- ✓ debater com a juventude a função social da Escola;
- ✓ auxiliar a criação de grêmios estudantis nas unidades escolares;
- ✓ sarau da juventude do Sintep em todo o Estado por meio das Subseções como uma proposta do coletivo;
- ✓ dois encontros anuais do coletivo da juventude do SINTEP/MT;
- ✓ criação de uma página do Facebook central e por local de trabalho para ajudar e fomentar os debates da juventude;
- ✓ criação de um banco de dados com texto dos debates atuais da juventude, inclusive para as aulas;
- ✓ ampliar a quantidade de participação no encontro do coletivo;
- ✓ fomentar a criação de rádios escolares para a difusão cultural.

O que está colocado para o SINTEP/MT é um grande desafio em aglutinar a nossa juventude trabalhadora enquanto categoria, tendo como referência o processo de formação dos trabalhadores/as. Ainda mais desafiadora é a compreensão das dimensões sindicais voltadas aos jovens da Educação, principalmente os que já se encontram inseridos ou próximos a serem os/as trabalhadores/as da Educação nas Redes Municipais ou Estadual de Mato Grosso. Os desafios estão colocados e os próximos passos da classe trabalhadora dependerão muito dos caminhos que os jovens trabalhadores/as seguirão e da constituição da sua identidade como tal.

5. PLANO DE LUTAS

O SINTEP/MT chega em 2016 ao seu cinquentenário, comemorando uma história de proposições de políticas públicas para a sociedade e para a educação pública em MT. O cinquentenário chega com um momento político importante: **A realização do seu XVI Congresso Estadual**. O Congresso é importante porque é o momento de revigorar as forças, avaliar metas, renovar compromissos e pensar a superação de desafios e demandas existentes para a sociedade e para o conjunto dos trabalhadores/as da educação.

A luta dos Trabalhadores da Educação e a organização autônoma e democrática do SINTEP/MT acumularam uma série de avanços que hoje estão em debate no cenário nacional: a) A gestão democrática, com eleição direta para diretores e conselhos deliberativos; b) A hora atividade para a preparação e avaliação pessoal e coletiva do processo ensino aprendizagem, bem como a formação continuada dos profissionais; c) O piso salarial para os profissionais da educação; d) O programa de profissionalização dos funcionários de Escola, com oferta de cursos técnicos em nível médio que os transformem em profissionais da educação, e) O financiamento da Educação pública, etc.

Na compreensão de que as redes municipais são espaços importantes para a promoção da qualidade da aprendizagem, o SINTEP/MT investiu na organização das redes municipais. O resultado dessa preocupação já é notado em boa parte dos municípios de MT que conseguiram Planos de Carreira Unificados e profissionalização dos funcionários de escola entre outras conquistas. A luta está impulsionada pela instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério, com a criação do Profuncionário e pelo reconhecimento dos funcionários de Escola como profissionais da educação por meio da Lei 12.014/2009.

Em Mato Grosso, as lutas continuam sendo travadas na sociedade e se traduzem em vitórias significativas. Na questão salarial, conquistamos a utilização de 60% de todos os recursos da educação para aplicação em salários dos trabalhadores da educação, consolidada posteriormente por meio da Lei Complementar nº.380/2009, possibilitado um primeiro debate de recuperação do poder de compra dos salários dos profissionais, atingindo capacidade superior ao momento da instituição da LOPEB, em 1998. Após 67 dias de greve em 2013, tivemos um outro avanço, a política de dobra do poder de compra, estabelecendo reajustes além da inflação, e retomando a hora atividade para os professores interinos.

Sem descuidar da pauta corporativa por melhores condições de trabalho, por uma educação de qualidade para todos, o SINTEP/MT se consolidou como sindicato cidadão. Vem empenhando-se na defesa de questões de interesse social como sustentabilidade, trabalho decente,

proteção da infância, transporte e moradia, relações étnicas, prevenção ao HIV-AIDS e direitos das pessoas vivendo com HIV-AIDS, respeito às identidades de gênero e orientações sexuais, à não privatização dos serviços públicos, etc. A meta é continuar propiciando espaços de discussão e formação dos profissionais da educação nos mais diversos temas de relevância social, além das pautas específicas.

O calendário de mobilizações pela implantação do piso salarial profissional, desde 2010, tem sido de muita intensidade. As direções das Subsedes do SINTEP/MT têm enfrentado com muita maturidade, sabedoria e firmeza as adversidades apresentadas na luta pelo piso salarial e pelos planos de carreira nos municípios.

Considerando as diversas interpretações que foram dadas à lei 11.738/08, que regulamentou o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e”, do inciso III, do art. 60 do **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, as implicações trazidas pela Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4167 e orientações equivocadas sobre os critérios de correção do piso, é possível afirmar que ocorreram avanços significativos na carreira dos trabalhadores/as da educação em alguns municípios, como a jornada única de 30h com 1/3 de HTP (hora de trabalho pedagógica), plano de carreira único com a inclusão dos/as funcionários/as da educação e o maior piso possível considerando a totalidade das receitas disponíveis e quadro de pessoal.

O crescimento quantitativo e qualitativo experimentado pelo SINTEP/MT no contexto das lutas pelo PSPN deve-se, em grande parte, pela sua direção ter adotado sabiamente uma metodologia eficaz para a apuração das receitas e análise de quadro de pessoal, cujo compartilhamento de informações com os companheiros/as potencializou a atuação dos/as mesmos/as em seus municípios.

O SINTEP/MT prosseguirá concentrando esforços para a efetividade da Lei 11.738/2008, que tem sido alvo do descaso da grande maioria dos prefeitos/as, vereadores/as e secretários/as municipais de educação, que contam ainda com a omissão ou no mínimo apatia de muitos Ministérios Públicos. Nessa caminhada rumo ao piso o SINTEP/MT tem insistido na responsabilidade dos municípios em corrigirem antigos vícios, dentre os quais os desvios de finalidades dos recursos da educação, que têm impossibilitado maiores avanços rumo à valorização dos Profissionais da Educação.

O SINTEP/MT tem enfatizado em suas intervenções, que para se chegar ao piso salarial defendido pelo movimento sindical, é necessária a combinação de pelo menos 03 fatores: a potencialização da arrecadação dos impostos vinculados à educação, inclusive a organização no atendimento da demanda; o investimento de 100% dos recursos da/na educação e mecanismos de gestão, principalmente

nos critérios de locação de pessoal.

Diante dos mais diversos compromissos, o SINTEP/MT tem apostado firmemente no Programa de Formação, entendendo ser essencial para a continuidade do projeto de sindicato que defendemos o comprometimento com as demandas da categoria, porém, atuante também nas proposições e acompanhamento das políticas públicas e agendas de interesse social.

O concurso público, uma das condições essenciais para a valorização profissional, com reflexos diretos sobre a qualidade da educação, pauta permanente do SINTEP/MT, teve sua credibilidade ameaçada. O governo de MT insiste em não realizá-lo, gerando instabilidade, precariedade na qualidade do trabalho no interior das escolas e prejudicando a qualidade da oferta do serviço educacional.

O SINTEP/MT enquanto espaço formulador de políticas públicas, filiado à CUT, tem mostrado uma atuação que extrapola os limites da educação e, como tal, tem-se firmado como referência na discussão e proposição de políticas públicas e temas de interesse social, marcando presença nos seguintes conselhos: Conselho Nacional das Cidades na discussão de políticas de desenvolvimento urbano; no Conselho dos Direitos da Mulher; no Conselho Estadual de Saúde; Conselho Estadual do Trabalho; Conselho Estadual dos Direitos Humanos, entre outros.

O SINTEP/MT tem contribuído ainda para uma educação pública de qualidade na sua atuação em Conselhos como o FUNDEB, Conselho Estadual da Alimentação Escolar, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Estadual de Educação, entre outros. Participa ainda com expressividade dos seguintes Fóruns: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, Fórum Estadual de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil, Fórum Estadual de Educação, Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente, Fórum Matogrossense de Desenvolvimento, Fórum Estadual Sindical, entre outros.

Diante dos mais diversos compromissos, o SINTEP/MT tem apostado firmemente no Programa de Formação Sindical, entendendo ser essencial para a continuidade do projeto de sindicato que defendemos: comprometido com as demandas da categoria, porém atuante também nas proposições e acompanhamento das políticas públicas e agendas de interesse social.

Contudo, um sindicato que não se limita à sua pauta específica tem consciência dos seus desafios: ampliar o debate sobre o combate a qualquer tipo de discriminação, sobretudo a homofobia, o racismo, a discriminação de gênero etc., tendo como perspectiva os direitos humanos; capacitar os seus sindicalizados para a participação qualificada nos conselhos de controle social, avançar no aspecto da comunicação sindical etc.

Na ordem do dia, o SINTEP/MT tem insistido no de-

bate da defesa e promoção da Escola Pública. Ainda existem alguns desafios a serem perseguidos em Mato Grosso e o SINTEP/MT tem alertado o governo e a sociedade sobre a realidade perversa que tem penalizado a capacidade de melhoria dos investimentos públicos em Educação Pública e uma política de Valorização Profissional mais justa.

Contudo, um Sindicato que não se limita à sua pauta específica tem consciência dos seus desafios. Por isso, além de avaliar e celebrar a luta dos Trabalhadores/as da Educação de MT, o XVI Congresso do SINTEP/MT quer também refletir e encaminhar os desafios que têm marcado a história cotidiana dos Trabalhadores da Educação e da Educação Pública no Estado de Mato Grosso, pensando um futuro de superação e de avanços. Por isso, estará na pauta estratégica do SINTEP/MT no seu plano de lutas:

- ✓ agir politicamente junto às subseções que não encaminham as deliberações das instâncias sindicais;
- ✓ dar continuidade ao curso de Formação Sindical como ação permanente, visando qualificar a luta, fortalecer e ampliar o quadro de lideranças;
- ✓ priorizar a construção e estruturação das sedes nos pólos regionais e dotar as Subseções de estrutura mínima (computador, internet, impressora e telefone);
- ✓ estruturar os pólos regionais nos municípios onde existe prédio do SINTEP/MT;
- ✓ construir e estruturar sedes nos pólos que ainda não dispõem de estrutura física, objetivando a sua institucionalização como prioridade zero;
- ✓ equipar as Secretarias adotando critérios de prioridade político-estratégica e viabilidade financeira;
- ✓ intensificar e ampliar a atuação do SINTEP para universalizar as condições de trabalho visando superar as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes, com carreira única para todos os profissionais da educação;
- ✓ consolidar uma Proposta de Política Educacional que atenda as demandas da população com Qualidade Social, tendo como parâmetro as metas estabelecidas nos Plano Nacional, Estadual e Municipais de Educação, no contexto da Gestão Única, conforme a LC049/98;
- ✓ ampliar a participação do Sintep, junto a parceiros sociais, mobilizando a sociedade e a categoria na discussão e formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população;
- ✓ fortalecer a relação do SINTEP/MT com outras instituições que lutam pelo bem estar da coletividade;
- ✓ investir na eleição dos Representantes de Unidades Escolares (RUEs) visando a nossa Organização por Local de Trabalho (OLT), acompanhada de formação sindical;

- ✓ intensificar permanentemente a política de filiação;
- ✓ criar a escola de formação do SINTEP/MT;
- ✓ continuar fortalecendo os coletivos e incentivar a criação de novos, para que atuem como meio de promover o debate de construção de políticas públicas e respeito à diversidade de pensamento;
- ✓ protagonizar o debate educacional no espaço institucional e na comunidade escolar, formulando e divulgando as propostas e resoluções do sindicato;
- ✓ cobrar políticas de prevenção e tratamento aos trabalhadores/as acometidos/as por doenças laborais;
- ✓ intensificar a atuação nas redes municipais visando à universalização das condições de piso, carreira e jornada com foco na valorização profissional e a inclusão dos/as funcionários/as da educação nos planos de carreira.
- ✓ lutar pela educação em tempo integral e dedicação exclusiva do professor/a a uma única unidade escolar;
- ✓ lutar pela implantação do Sistema Único de Educação Básica Pública para a superação das desigualdades educacionais;
- ✓ manter a luta intransigente pela soberania e a democracia brasileira.

6. BALANÇO SINDICAL

Em meio século de lutas e conquistas, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), tem se firmado como referência nacional por se constituir em uma das mais combativas e propositiva entidade sindical de trabalhadores (as) da educação no País. Como principal instituição da sociedade mato-grossense é capaz de questionar decisões governamentais e se contrapor a políticas em educação ou outras áreas de interesse social que estejam em desacordo com a legislação e com os anseios da coletividade.

Com a organização e a resistência dos (as) trabalhadores (as) da educação, o SINTEP/MT confirma o seu protagonismo na elaboração de políticas educacionais e de valorização profissional ao conquistar, de forma inédita, a Política de Dobra do Poder de Compra dos Salários (LC 510/2013) na mais longa greve que se tem registro na história do sindicato. Parte desta, diga-se de passagem, exercida concomitantemente com as etapas do seu XV Congresso em 2013. Esse mesmo ineditismo lhe foi peculiar quando da formulação da política de profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação, da carreira e piso unificados, do programa de Formação Sindical e da elaboração de metodologia para os estudos de arrecadação e aplicação das receitas da educação, entre outros.

Fortalecendo a nossa convicção de que a luta é permanente, o Governo Estadual que se intitula moralista e legalista e que se elegeu afirmando que cumpriria todos os acordos da gestão anterior com os servidores públicos, descumprir já em seu primeiro ano de mandato o que foi acordado. Parcelou em 2015 o percentual referente à correção inflacionária (chamado por RGA), comprometendo a dobra do poder de compra dos salários com argumentos insustentáveis diante do histórico de arrecadação do Estado, da não observância à Constituição Estadual quanto ao percentual a ser investido na educação (35%) e do necessário resguardo destes recursos nas concessões de incentivos fiscais, além de muita inércia [do Governo] em corrigir distorções apontadas pelo SINTEP/MT desde as gestões anteriores, como o desvio de finalidades dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com o pagamento de aposentados (as).

A mesma atitude se repete em 2016, quando o Governador volta a descumprir a lei que garante a recomposição salarial dos (as) trabalhadores (as) da educação e demais servidores do executivo estadual, que são obrigados a conviver com os impactos da inflação corroendo seus salários. Tais prejuízos à conquista de dobra do poder de compra dos salários na educação básica fez com que esses (as) trabalhadores(as) se mobilizassem e o SINTEP/MT avaliasse, pela segunda vez em um ano, o indicativo de greve aprovado em junho de 2015 junto com importante calendário de mobilizações que incluiu manifestações nos municípios nas visitas da comitiva do Governador; paralisação unificada com etapas preparatórias nas escolas e ato público em Cuiabá com assinatura de Manifesto de Repúdio ao Governo junto à Frente Unificada de Luta em Defesa dos Serviços Públicos e dos Direitos dos Trabalhadores; realização do Seminário Estadual Mais investimentos com humanização: a qualidade que a educação precisa e a deliberação por participação em todas as atividades relacionadas à defesa da democracia e pela não redução de direitos, convocadas pela CUT e CNTE.

Junto com o indicativo de greve, o SINTEP/MT se empenhou na campanha “Direitos: a gente quer por inteiro”, que subsidiou a realização da Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Escola Pública e por Nenhum Direito a Menos, realizada em Cuiabá-MT, em 22 de outubro de 2015, com paralisação das atividades escolares antecedida por mobilização nas escolas e atos públicos nos municípios. Foram escolhidos 04 eixos para as discussões, sendo: direitos sociais, democratização da gestão, valorização profissional e qualidade social da educação. Os debates então promovidos não poderão se esgotar nas atividades daquela ocasião, ao contrário: deverão se fortalecer com lutas mais explícitas pela não terceirização na educação que, embora seja pauta histórica do movimento sindical, tende a ter maior expres-

sividade pelo que se apresenta nas conjunturas nacional e estadual respectivamente com o avanço do PL 4330/2004 combatido enfaticamente pela CUT, e a tentativa de privatização de escolas públicas iniciada pelo Governo Estadual. O MT-PAR, que capitaneia tal materialização, representa grande retrocesso nas conquistas dos (as) trabalhadores (as) da educação em Mato Grosso, que sempre foi referência de valorização profissional no país; significando o fim da carreira, da estabilidade, da valorização salarial, da jornada e da empregabilidade. Por se opor a tudo o que defendemos para a garantia da educação de qualidade social como direito, essa política exige forte reação contrária à sua implantação por parte da organização dos (as) trabalhadores (as) da educação, cujo debate favorecido por este caderno de textos, constitui-se numa oportunidade preciosa para reflexões, mas também para articulações e mobilizações necessárias visando o enfrentamento coletivo da questão a altura que ela exige.

Assim, a campanha Direitos: a gente quer por inteiro, mantém a atualidade de suas pautas já que ainda não foram superadas:

- ✓ reposição salarial integral, conforme LC 510/2013;
- ✓ concurso público;
- ✓ condições adequadas de trabalho, materiais atualizados e ambiente adequado;
- ✓ não às Privatizações;
- ✓ cumprimento da CE/89 – aplicação dos 35% na educação;
- ✓ revisão dos incentivos fiscais em MT, resguardando os recursos da educação;
- ✓ cumprimento do artigo 69 da LDB – repasse automático dos recursos à SEDUC;
- ✓ respeito à autonomia pedagógica das escolas;
- ✓ qualidade social da educação;
- ✓ profissionalização dos funcionários da educação;
- ✓ previdência justa e sustentável.

Não só o título de legalista que o Governo arrogou para si não mais se sustenta com o reiterado descumprimento da legislação em vários pontos além da reposição inflacionária, como também ruiu o discurso de moralidade da sua gestão, com o escândalo das licitações na Seduc/MT, responsável conforme denúncia, pela retirada de mais de 50 milhões de reais dos cofres da educação. Essa situação foi anteriormente alertada pelo sindicato que viu indícios de irregularidades nos encaminhamentos dados pela SEDUC/MT nas reformas das escolas. Classificadas pelo SINTEP/MT como possível ponta do iceberg, as denúncias publicizadas a partir da Operação Rêmoda terão que ser seriamente investigadas conforme cobrou oficialmente o Sindicato das autoridades responsáveis.

Nas redes municipais, a organização e persistência dos (as) trabalhadores (as) da educação têm garantido importantes avanços, como aplicação de correções salariais unificadas para professores (as) e funcionários (as) com negociação de ganho real acima da inflação em andamento em alguns casos, redução da jornada de trabalho e ampliação do número de funcionários (as) em curso de profissionalização.

Com a agenda nacional de três dias de greve em março e com o limite do calendário eleitoral, este mês registrou o maior número de paralisações realizadas pela educação nos municípios de Mato Grosso, em 2016. Foram registradas greves nos municípios de Sinop, Lucas do Rio Verde, Várzea Grande e Cláudia. Nova Santa Helena e Pontes e Lacerda paralisaram as atividades em mês anterior.

A pauta do Piso e Carreira Unificada ainda constitui o grande desafio nas redes municipais, com a necessidade de vigilância constante onde houve avanços, uma vez que persistem orientações de entidades como a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para a constituição de carreiras separadas para professores (as) e funcionários (as) da educação, com desvalorização deste último segmento em relação ao primeiro, em flagrante desrespeito ao disposto no artigo 206, inciso VIII da CF e artigo 61 inciso III da LDB, combinado ao artigo 62-A.

Com os avanços impulsionados pela legislação nacional, em especial no que diz respeito à valorização profissional nas redes municipais, o cenário nacional de golpe à democracia requer ainda mais mobilização das entidades sindicais comprometidas com a garantia e ampliação de direitos dos (as) trabalhadores (as).

Na atual conjuntura, importantes conquistas como o Piso Nacional, recursos do pressal e até mesmo a vinculação de recursos para a educação estão fortemente ameaçados. Da mesma forma, outras pautas respaldadas pelo Plano Nacional de Educação como demandas das organizações sindicais como, piso salarial e diretrizes nacionais de carreira para todos (as) os (as) profissionais da educação, profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação, gestão democrática, definição de Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) e Custo Aluno Qualidade (CAQ), Sistema Nacional de Educação etc., encontrarão grandes dificuldades para prosperar. Decisões recentes do governo federal ilegítimo denunciam ainda o seu descompromisso e grave desrespeito para com as políticas afirmativas e a agenda das “minorias de direitos”. Questões essas que também nos mobilizam, pois, sem prejuízo das pautas imediatas dos (as) trabalhadores (as) da educação, há muito fazem parte da agenda sindical do SINTEP-MT.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) tem denunciado a existência de, ao menos,

55 projetos em tramitação no Congresso Nacional, citado como o mais conservador desde 1964, que prejudicam a classe trabalhadora. Entre eles, a Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 - Câmara), juntamente com o departamento intersindical e órgãos competentes, faz-se necessário a retirada dos 55 projetos em tramitação aqui citados, que venha prejudicar a classe trabalhadora.

Sabemos que se estas pautas prevalecerem, levarão a décadas de retrocesso nos direitos trabalhistas, sociais e humanos, o que nos impõe desafios ainda maiores do que os que nos mobilizaram ao longo da última década.

Consciente de seu papel, o SINTEP-MT tem concentrado esforços na Formação Sindical e no fortalecimento das subsedes, com a realização de três Encontros Estaduais de Dirigentes em pouco mais de um ano; a maioria como foco na Organização por Local de Trabalho (OLT), na ampliação de subsedes organizadas resultando em 2015 no maior número destas com eleições sindicais realizadas, além de não descuidar-se da luta principal por carreira, salários e condições de trabalho nas redes estadual e municipais.

Assim, o SINTEP-MT por meio do XVI Congresso, busca o fortalecimento da sua atuação sindical conclamando os(as) trabalhadores(as) da educação a aproveitarem este momento de balanço e de proposição de novas ações para construí-las no sentido de buscarmos a superação coletiva dos desafios impostos à organização sindical na atual conjuntura, sobretudo para o enfrentamento da política de gerenciamento de resultados na educação que tem como consequência a responsabilização individual dos(as) trabalhadores (as) pelas mazelas da educação com consequente desvalorização profissional destes(as), bem como buscar ainda a superação de modelos privatistas na educação básica, que contrariam defesa incondicional deste sindicato de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Ações estratégicas:

- ✓ investir no Centro de Formação do SINTEP-MT, contemplando realização de pesquisa;
- ✓ investir e incentivar na Formação Sindical como ação permanente para a formação de novos dirigentes;
- ✓ lutar pela criação de uma rádio on-line para divulgar os conteúdos educativos e informativos do SINTEP-MT;
- ✓ fazer cronograma de visitação da diretoria da sede central às subsedes;
- ✓ intensificar a política de sindicalização;
- ✓ intensificar as ações na busca da universalização das condições de trabalho, visando superar as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes

com carreira e jornada única para todos(as) os(as) profissionais da educação;

- ✓ avançar na organização por Local de Trabalho por meio da atuação de Representantes das Unidades Escolares;
- ✓ aprimorar a política de comunicação do SINTEP-MT para fazer frente aos desafios da atualidade;
- ✓ aprimorar os mecanismos de arrecadação e gestão dos recursos financeiros
- ✓ intensificar a atuação do Sintep junto a aliados sociais mobilizando a categoria e sensibilizando a sociedade para a formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população;
- ✓ dar continuidade às oficinas sobre financiamento da educação nas regionais e de acordo com a demanda nos municípios;
- ✓ investir na estruturação dos pólos regionais e estrutura básica de equipamentos às subsedes.

6. ESTATUTO

Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO SINDICATO E SINDICALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Fins e Duração

Art. 1º - O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com foro e sede na Capital do Estado, está situada na Rua Mestre João Monge Guimarães nº 102, Bairro Bandeirantes, CEP 78.010-060, Cuiabá-MT.

Art. 2º- O SINTEP/MT sucede à Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), fundado, por prazo de duração por tempo indeterminado, originalmente, como Associação Mato-grossense dos Professores Primários (AMPP) em 29 de junho de 1965, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº. 2.646 de 04 de agosto de 1966, instituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com o CNPJ nº 15.007.842/0001-42 e segue regido pelo presente Estatuto.

Art. 3º - São considerados sindicalizados fundadores

do SINTEP/MT os participantes da Assembleia de Fundação da AMPE, assim como os sindicalizados ao SINTEP/MT na data de realização da aprovação do seu Estatuto.

Art. 4º - O SINTEP/MT é constituído por todos os trabalhadores do ensino público da rede estadual e das redes municipais de ensino do Estado de Mato Grosso e primará sua atuação pelo princípio de liberdade, de adesão e de expressão sindical, sem quaisquer discriminações, dentro das normas do presente Estatuto.

Art. 5º - O SINTEP/MT tem por finalidade:

- a) promover a união e a integração de todos os trabalhadores do ensino público mato-grossense, garantindo sua independência de classe com relação aos governos, aos partidos políticos e aos credos religiosos;
- b) garantir orientação técnica e defesa jurídica aos sindicalizados nas questões profissionais;
- c) defender intransigentemente os interesses dos sindicalizados, desde que não sejam contrários ao pensar coletivo, expresso nas deliberações das instâncias do Sindicato;
- d) representar coletiva e individualmente seus sindicalizados, perante qualquer autoridade administrativa e jurídica;
- e) reivindicar dos poderes políticos a valorização e o aperfeiçoamento dos seus sindicalizados;
- f) fortalecer o intercâmbio com as demais organizações sindicais e populares representativas dos trabalhadores;
- g) encaminhar os planos de luta, as campanhas reivindicatórias de seus sindicalizados nos níveis educacionais, econômicos, sociais, culturais e político;
- h) lutar em defesa e pelo fortalecimento da escola pública, democrática gratuita e qualidade social;
- i) concorrer subsidiariamente para o desenvolvimento profissional, formação política, cultural e social de seus sindicalizados;
- j) encaminhar, em Mato Grosso, os planos de luta educacional das entidades a que o SINTEP/MT estiver sindicalizado.

CAPÍTULO II

Da Admissão, Direitos e Deveres dos Sindicalizados

Art. 6º - Poderão ser admitidos como sindicalizados do SINTEP/MT:

- a) os trabalhadores do ensino público em atividade na rede estadual e nas redes municipais de ensino no Estado de Mato Grosso;

- b) os profissionais habilitados para funções educativas, ainda que desempregados, desde que residentes no Estado de Mato Grosso;
- c) os trabalhadores do ensino público aposentados.

Parágrafo Único - Não poderão permanecer sindicalizados, os profissionais que, mesmo habilitados, não atuarem na Educação Pública de Mato Grosso por um período superior a dois anos, exceto quando em exercício de mandato eleitoral ou de cargo comissionado.

Art. 7º - Os sindicalizados passam a gozar de seus direitos e deveres no SINTEP/MT, a partir do momento em que, solicitada sua filiação em ficha-requerimento, tiverem o nome registrado no Sistema de Gerenciamento Central de Filiação do Sindicato.

Art. 8º - São direitos dos sindicalizados ao SINTEP/MT, assim regulamentados pelo presente Estatuto e incorporados ao Regimento das Subsedes:

- a) usufruir do patrimônio do SINTEP/MT para atividades sindicais e na conformidade com a disciplina e as normas estabelecidas e arregimentadas
- b) participar com direito a voz e voto nas instâncias do Sindicato;
- c) votar e ser votado em eleições para órgãos deliberativos, representativos e executivos de tarefas temporárias e permanentes do SINTEP/MT;
- d) receber assistência do Sindicato, quando solicitado, em relação a sua vida funcional e profissional;
- e) gozar dos benefícios, dos serviços e das vantagens mantidas pelo sindicato, na conformidade com a disciplina e as normas estabelecidas e arregimentadas;
- f) requerer à Diretoria competente a convocação de Assembleia Geral extraordinária, junto com 1/5 dos sindicalizados, justificando-a;
- g) requerer a convocação do Conselho de Representantes extraordinário, junto com 1/3 dos sindicalizados, justificando-o;
- h) solicitar exclusão do quadro social do sindicato, mediante requerimento individual à Diretoria Central;
- i) permanecer sindicalizado, mesmo que ausente do quadro da educação, por tempo inferior a dois anos, desde que contribua pontualmente com as mensalidades estipuladas nos termos deste estatuto;

Art. 9º - São deveres dos sindicalizados:

- a) contribuir pontualmente com a mensalidade estipulada pelo presente Estatuto;
- b) exigir dos diretores da Diretoria Central e das Subsedes o cumprimento dos objetivos e das determinações deste Estatuto, bem como o respeito às decisões das instâncias deliberativas;
- c) zelar pela qualidade dos serviços, conservação e uso do patrimônio do SINTEP/MT, cuidando pela

- correta aplicação dos recursos do Sindicato;
- d) comparecer às reuniões, assembleias, congressos e outros eventos, quando convocados pelas instâncias deliberativas do Sindicato;
- e) não tomar deliberação concernente à categoria sem ouvir pronunciamento das instâncias deliberativas competentes do Sindicato;
- f) respeitar e acatar as decisões tomadas nas instâncias deliberativas do Sindicato;
- g) conhecer, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

TÍTULO II DAS ESTRUTURAS DO SINDICATO

CAPÍTULO III Das Instâncias Deliberativas do Sindicato

Seção I Do Congresso Estadual

Art. 10 - O Congresso Estadual é a instância máxima de deliberação do SINTEP/MT, composta por delegados, reunindo-se, ordinária e extraordinariamente, para deliberar sobre as questões estruturais do Sindicato: Política Educacional, Política Sindical e Reforma Estatutária.

Art. 11 - São Delegados Natos ao Congresso Estadual do SINTEP/MT os membros da Diretoria Central e do Conselho Fiscal.

Art. 12 - O Congresso Estadual Ordinário será realizado a cada três anos, podendo neste intervalo, se necessário, ser realizado Congresso Estadual Extraordinário.

Art. 13 - A convocação do Congresso Estadual será feito em Conselho de Representante da Categoria, convocado com esta finalidade, que também definirá as normas regimentais para sua realização, sua composição, forma de organização, o temário, a programação e ordem do dia, cabendo à Direção Central dar ampla divulgação aos sindicalizados.

Art. 14 - Ao Congresso Estadual compete:

- a) avaliar e definir a política educacional, cultural, social, econômica e sindical do SINTEP/MT;
- b) apreciar e deliberar, a respeito das reformas estatutárias, somente sobre as propostas que forem aprovadas pela categoria, nas etapas que antecedem a etapa estadual;
- c) aprovar o Plano de Lutas da categoria;
- d) deliberar sobre a extinção da Entidade Sindical e a reversão do patrimônio da Entidade Sindical.

Art. 15 - O Congresso Estadual será instalado em

primeira convocação com a presença de, no mínimo, a metade mais um dos Delegados credenciados e, em segunda convocação, meia hora depois da primeira convocação, com qualquer número dos Delegados credenciados.

Art. 16 - As deliberações no Congresso serão aprovadas por maioria simples dos votos dos delegados presentes, exceto se tratar da extinção da Entidade sindical, que exigirá aprovação por voto da maioria qualificada de seus delegados.

Art. 17 - O Congresso Extraordinário só poderá tratar de assuntos para os quais for convocado.

Art. 18 - O Congresso Estadual ordinário poderá, por aprovação da maioria dos delegados, deliberar sobre assuntos não constantes da Ordem do Dia, exceto se tratar de questões estatutárias, que deverá respeitar as propostas aprovadas pela base, nas etapas que antecedem a etapa estadual.

Seção II Das Assembleias Gerais

Art. 19 - A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberações do sindicato, exceto para as questões que são de competência exclusiva do Congresso Estadual, e nela terão direito à voz e voto todos os sindicalizados em dia com as contribuições sindicais.

Art. 20 - A Assembleia pode ser:

- a) Geral Estadual, de todos os sindicalizados do SINTEP/MT;
- b) Regional, de todos os sindicalizados de um Polo Regional;
- c) Municipal, de todos os sindicalizados de uma determinada Subsele;
- d) Setorial, de fração setorializada de sindicalizados de determinada Subsele e serão autônomas dentro do limite de suas instâncias;
- e) Por segmento dos profissionais que compõe a base do SINTEP/MT;
- f) Assembleia Permanente, durante o período de greve da categoria;
- g) Assembleia de Posse da Diretoria Central, que será realizada no dia 29 de junho, por ocasião do aniversário do sindicato, de todos os anos em que ocorrerem as eleições gerais do SINTEP/MT.

Art. 21 - As Assembleias, nas diversas instâncias do SINTEP/MT, serão ordinárias e extraordinárias, convocadas pela Diretoria competente (Central, Regional e Municipal), no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência de sua realização, através de Edital de Convocação, constando data, local, horário e pontos de pauta a ser tratado.

Parágrafo Primeiro - Partindo a convocação da Sede

Central, deverá ser dada ciência a todas as Subsedes.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Extraordinárias serão realizadas, sempre que necessárias, e serão convocadas pela própria Diretoria, ou pelo Conselho de Representantes, ou por 1/5 dos sindicalizados.

Art. 22 – Durante o período de greve da categoria, em caráter de excepcionalidade, para deliberar sobre questões de imediata relevância, a Assembleia Geral será declarada Assembleia Geral Permanente, dispensando-se para a sua convocação o prazo estipulado neste estatuto, garantindo-se, contudo, ampla divulgação à categoria.

Art. 23 – A Assembleia Geral será iniciada, em primeira convocação, com maioria simples dos sindicalizados ou, trinta minutos depois, em segunda convocação, com qualquer número de sindicalizados.

Art. 24 - Compete à Assembleia Geral:

- a) apreciar e deliberar sobre as resoluções dos Conselhos de Representantes;
- b) dar posse à nova Diretoria do SINTEP/MT;
- c) preencher, por eleição, os cargos que vagarem na Diretoria e no Conselho Fiscal, durante o mandato regulamentar;
- d) autorizar a venda, alienação e locação dos bens imóveis do SINTEP/MT, com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus sindicalizados presentes;
- e) autorizar, em assembleia local, a aquisição dos bens imóveis pelas Subsedes;
- f) apreciar e deliberar os planos de operacionalização das políticas e das campanhas aprovadas nas instâncias do SINTEP/MT;
- g) apreciar, avaliar e aprovar as demais decisões políticas e administrativas do SINTEP/MT;
- h) resolver os casos omissos no Estatuto “ad referendum” do Congresso Estadual;
- i) deliberar sobre a aplicação de advertência, suspensão e exclusão dos sindicalizados, Diretores e membros Conselho Fiscal do SINTEP/MT;
- j) decidir, em grau de recurso as reclamações contra os atos da administração do SINTEP/MT;
- k) conferir menção honrosa àqueles que tenham prestado relevantes serviços à classe dos educadores e ao SINTEP/MT;
- l) referendar as indicações dos sindicalizados para representação em conselhos, fóruns, comissões e outras instâncias participação social.

Seção III

Do Conselho de Representantes

Art. 25 - O Conselho de Representantes do SINTEP-MT é composto pelos membros da Direção Central (Diretoria Executiva e Diretores Regionais), pelo presidente de cada

Subsede ou representante, estando garantida a presença de mais 1 (um) representante por Subsede, eleito em assembleia local, para cada 150 (cento e cinquenta) sindicalizados no município.

Parágrafo Único - As despesas de alojamento e alimentação dos Conselheiros serão cobertas pelas receitas da Sede Central do Sindicato.

Art. 26 - O Conselho de Representantes reúne-se, ordinariamente, quatro vezes ao ano por convocação da Diretoria e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, por convocação da própria Diretoria, do Conselho Fiscal ou por requerimento à Direção de no mínimo 1/3 dos sindicalizados.

Art. 27. – O Conselho de Representante tem por competências:

- a) analisar e aprovar o Plano Financeiro Anual da Direção Central;
- b) analisar e aprovar a Prestação de Contas da Direção Central: Sede Central e Polo Regionais;
- c) aprovar a Pauta de Reivindicação da categoria;
- d) decidir sobre encaminhamentos das lutas da Categoria, remetendo questões às Assembleias Gerais, Regionais e Setoriais, ou até convocando Congresso extraordinário;
- e) eleger a Comissão Eleitoral Estadual;
- f) autorizar a aquisição de bens imóveis pela Sede Central;
- g) eleger Delegados e Conselheiros do Sindicato para instâncias da entidade a que o SINTEP/MT estiver filiado, de acordo com os Estatutos respectivos;
- h) aprovar a convocação e o regimento dos Congressos do SINTEP/MT;
- i) implementar as resoluções dos Congresso e os Planos de Luta;
- j) aprovar a convocação e o regimento do Encontro Estadual Educação e Encontros temáticos do SINTEP/MT;
- k) implementar os encaminhamentos aprovados no Encontro Estadual Educação e Encontros temáticos do SINTEP/MT;
- l) aprovar o regulamentos de eventos, a forma de funcionamento de suas instâncias e as regras de acesso aos serviços e usufruto dos bens do SINTEP/MT pelos sindicalizados;
- m) analisar a situação funcional das Subsedes, podendo deliberar sobre a aplicação dos recursos das que não estiverem funcionando de acordo com este Estatuto.

Art. 28 - O Conselho de Representantes só poderá deliberar com a presença mínima da maioria simples das Subsedes constituídas, conforme este Estatuto.

Art. 29 - Empossada a Diretoria Central, esta se

obriga a convocar Conselho de Representantes, no prazo de 60 (sessenta) dias, incluindo, necessariamente, na pauta a apreciação do Plano de Trabalho e do Plano Financeiro da nova gestão.

Art. 30 – Com convocação pelo Conselho de Representantes, o SINTEP/MT realizará, em anos intercalados ao Congresso Estadual, seu Encontro Estadual de Educação para debater e propor políticas educacionais e políticas públicas.

Parágrafo Único – O Encontro Estadual terá definido em regimento próprio, aprovado no Conselho de Representante, o período de realização, sua forma de organização, sua composição, seu temário, programação e ordem do dia.

Seção IV

Do Conselho Diretivo Regional

Art. 31 - O Conselho Diretivo é órgão de natureza colegiada e deliberativa do Sindicato que funciona como parte integrante dos Polos Sindicais Regionais, com organização definida em regimento próprio aprovado por Conselho de Representantes e é constituído por representantes das Subsedes do respectivo polo, eleitos em Assembleia Local.

Art. 32 – O Conselho Diretivo reunirá, ordinariamente, duas vezes ao ano, por convocação do Diretor Regional do Polo Sindical e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do próprio Diretor Regional, da Direção Executiva ou por interesse dos sindicalizados do polo, com a seguinte finalidade:

- a) formular a política sindical, bem como a organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento da categoria no polo;
- b) elaborar o Plano de Ação do Diretor Regional com a agenda de atendimento às demandas das Subsedes e encaminhamento das deliberações das instâncias do Sindicato;
- c) aprovar a Prestação de Contas do Diretor do Polo Regional.

CAPÍTULO IV

Da Estrutura Administrativa do Sindicato

Seção I

Da Constituição e Funcionamento dos órgãos Administrativos

Art. 33 – A estrutura Administrativa do SINTEP/MT é constituída por uma Sede Central, localizada na capital do Estado e administrada pela Diretoria Central e por quantas Subsedes forem formadas na sua base territorial, que serão

geridas por uma Direção local constituída.

Art. 34 – Um determinado grupo de Subsedes constitui um Polo Sindical Regional, com gestão a cargo e sob a responsabilidade de um Diretor Regional, cuja função é a de articular as Diretorias das Subsedes à Diretoria Central.

Art. 35 - A Diretoria Central e as Diretorias das Subsedes podem se estruturar por meio de departamentos ou órgãos administrativos, com dotação orçamentária específica definida no Plano Financeiro Anual específico, subordinados, por sua vez, ao coletivo da Direção e às instâncias do SINTEP/MT.

Parágrafo Primeiro – Os departamentos e organismos criados pela Diretoria Central e pelas Diretorias das Subsedes serão responsáveis por incrementar determinadas atividades setoriais de importância para a vida do Sindicato e que são insuscetíveis de serem comandadas pelos próprios membros.

Parágrafo Segundo - Os Departamentos vinculados à Diretoria Central terão que ser aprovados em Conselho de Representantes de âmbito Estadual e os Departamentos das Subsedes terão aprovação das Assembleias Locais.

Parágrafo Terceiro - Fica criado, por este Estatuto, o Departamento Jurídico da Sede Central do SINTEP/MT, coordenado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos do Sindicato, que deverá contratar uma Assessoria Jurídica para atender as demandas da Central e das Subsedes do Sindicato, com a obrigação de cumprir expediente de atendimento semanal de 30 horas, na Sede Central.

Seção II

Da Direção Central

Art. 36 - A Direção Central do SINTEP/MT é o órgão de direção do sindicato constituída por uma Diretoria Executiva, composta por no mínimo de 19 (dezenove) membros eleitos para os respectivos cargos executivos, mais 15 (quinze) Diretores Sindicais Regionais, com mandato de 3 (três) anos.

Art. 37 - A Direção Central terá reuniões bimestrais com a obrigação da presença de todos os seus membros da Direção Executiva e dos Diretores Sindicais dos Polos Regionais.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade e, observada às normas deste Estatuto, a Direção Central reunir-se-á, extraordinariamente, quantas vezes for necessário.

Art. 38 - Os atos de competência da Diretoria são coletivos e seus membros não poderão deliberar isoladamente, cabendo-lhes executar as decisões tomadas por maioria simples e as atribuições estatutárias.

Art. 39 - Compete ao coletivo da Direção Central:

- a) dirigir os destinos do Sindicato, administrar seu patrimônio, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, Regimento e outros Regulamentos;

- b) cumprir e fazer cumprir as decisões aprovadas em Congresso Estadual, em Assembleia Geral, em Conselho de Representantes e em reuniões da própria Diretoria Central;
- c) elaborar e implementar as ações do Plano de Trabalho da Direção Central e do Planejamento Estratégico SINTEP/MT;
- d) organizar o Plano Financeiro Anual, submetendo-o à aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes;
- e) aplicar penalidades previstas neste Estatuto;
- f) autorizar despesas extraordinárias de emergência;
- g) admitir novos sindicalizados e controlar o fichário dos mesmos;
- h) garantir o funcionamento da Sede do Sindicato e de seus órgãos administrativos;
- i) pautar em suas reuniões todas as solicitações das instâncias deliberativas do Sindicato em nível estadual, das Subsedes e dos Sindicalizados individualmente;
- j) nomear representantes do Sindicato junto a Entidades congêneres ou para eventos de interesse da classe, salvo os casos de Delegados de Base a Congressos ou outras reuniões;
- k) convocar as Eleições Gerais do SINTEP/MT em, no mínimo, quarenta e cinco dias antes do término do mandato da Direção em curso;
- l) acionar judicialmente qualquer indivíduo ou entidade que infringir este Estatuto e/ou atentar contra o patrimônio do SINTEP/MT e/ou direitos dos sindicalizados assegurados em Lei.
- m) resolver as questões omissas ou de urgências no campo administrativo do Sindicato, ad referendum do Conselho de Representantes.

Subseção I

Da Direção Executiva

Art. 40 – A Diretoria Executiva é uma instância do SINTEP/MT composta pelos seguintes cargos:

1. Presidente;
2. Vice-presidente;
3. Secretaria Geral;
4. 1ª Secretaria;
5. Secretaria de Finanças;
6. 1ª Secretaria de Formação;
7. Secretaria de Comunicação;
8. Secretaria de Cultura;
9. Secretaria de Políticas Educacionais;
10. Secretaria de Formação Sindical;
11. Secretaria de Articulação Sindical;

12. Secretaria das Redes Municipais;
13. Secretaria dos Funcionários da Educação;
14. Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos;
15. Secretaria de Infraestrutura Sindical;
16. Secretaria de Organização Sindical;
17. Secretaria de Políticas Sociais;
18. Secretaria de Administração Sindical;
19. Secretaria de Seguridade Social.

Art. 41 – A Direção Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez ao mês e, extraordinariamente, quando houver necessidade.

Art. 42 - Ao Presidente, ou em seu afastamento ou impedimento, ao Vice-Presidente compete:

- a) representar o SINTEP/MT perante as autoridades públicas em juízo ou fora dele;
- b) convocar e presidir reuniões da Diretoria, Conselho de Representantes, Congresso Estadual, Assembleias Gerais e Setoriais, a critério do respectivo coletivo;
- c) assinar os balancetes e balanços, juntamente com o secretário de finanças em exercício, assim como responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias ou de investimentos financeiros;
- d) assinar as correspondências oficiais do SINTEP/MT;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as resoluções da Diretoria, das instâncias deliberativas do SINTEP/MT e estabelecidas no presente Estatuto;
- f) convocar as Eleições Gerais do SINTEP/MT em, no mínimo, quarenta e cinco dias antes do término do seu mandato.

Art. 43 - Ao Secretário Geral e ao 1º Secretário compete:

- a) dirigir os serviços da secretaria do sindicato e superintender os demais serviços, zelando pelo seu bom funcionamento e pelos arquivos da entidade;
- b) secretariar redigir e assinar as atas das reuniões da Diretoria Central, do conselho de Representantes, das Assembleias Gerais e dos Congressos do SINTEP/MT.
- c) assinar com o presidente a correspondência do SINTEP/MT.

Parágrafo Único - Ao 1º Secretário competem os procedimentos de arquivo ativo e arquivo histórico do SINTEP.

Art. 44 - Ao Secretário de Finanças, ou em seu afastamento ou impedimento, ao 1º Secretário compete:

- a) dirigir e superintender os trabalhos da Secretaria de Finanças, zelando pelas receitas e despesas, em conformidade com Plano Financeiro do SINTEP/MT e o estabelecido no presente Estatuto;
- b) assinar, juntamente com o Presidente, os balancetes e balanços, bem como, responsabilizar-se pela

movimentação das contas bancárias ou de investimentos financeiros;

- c) encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes, como instâncias deliberativas estatutariamente responsáveis pela análise e aprovação.

Proposta 01

Art. 44 - Ao Secretário de Finanças, ou em seu afastamento ou impedimento, ao 1º Secretário compete:

- a) ...
b) ...
c) encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes, como instâncias deliberativas estatutariamente responsáveis pela análise e aprovação, devendo, após sua aprovação disponibilizá-la, semestralmente, no endereço eletrônico da entidade.

Proposta substitutiva:

Art. 44 –

- c) encaminhar as Prestações de conta do SINTEP-MT às Subsedes, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes, como instâncias deliberativas estatutariamente responsáveis pela análise e aprovação, devendo, após sua aprovação **encaminhá-la** semestralmente no endereço eletrônico da entidade.

Art. 45 – Os demais Diretores Executivos terão suas atividades e detalhamento definidos no Regimento Interno da Direção Central, agregando à composição destas Secretarias um Diretor Adjunto que terá como competência auxiliar o Diretor Titular nas atividades da Secretaria ou substituí-lo na sua ausência.

Parágrafo Único - O Regimento a que se refere o caput deste artigo será elaborado pela Direção Executiva e apresentado para aprovação no Conselho de Representantes da categoria.

Subseção II Dos Polos Sindicais Regionais

Art. 46 – O Polo Sindical Regional é uma circunscrição que compreende mais de uma Subseção e para coordená-la será eleito um Diretor Sindical Regional, por voto dos sindicalizados das Subsedes do Polo Regional, fazendo parte da composição da Direção Central.

Art. 47 - Compete ao Diretor/a Sindical Regional:

- a. convocar e presidir os Conselhos Diretivos e as Assembleias Regionais;
b. fortalecer a comunicação entre a Sede Central e

Subsedes e vice-versa;

- c. estimular as mobilizações sindicais no Polo Regional através de Seminários e campanhas de filiação;
d. assessorar as Diretorias das Subsedes de sua região, realizando trabalho articulado com as Secretarias de Formação e Articulação Sindical;
e. elaborar o Plano de Ação semestral do Polos Regionais, com previsão de gastos para encaminhamento das ações;
f. entregar bimestralmente relatório de atividades à Secretaria Geral;
g. prestar contas aos sindicalizados de sua região e à Tesouraria da Sede Central do uso dos recursos utilizados.

Art. 48 - São 15 (quinze) os Polos Sindicais, divididos entre as cinco grandes regiões do Estado, assim constituídas:

- I. Polo Sindical Oeste I Regional Baixada Cuiabana: Várzea Grande, Acorizal, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Jangada, Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço e Cuiabá;
- II. Polo Sindical Oeste II Regional Paraguai – Cabaçal: Cáceres, Mirassol do Oeste, Porto Esperidião, São José dos Quatro Marcos, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Lambari do Oeste, Glória do Oeste, Figueirópolis do Oeste, Indivaí, Araputanga e Curvelândia;
- III. Polo Sindical Oeste III Regional Vale do Guaporé: Campos de Júlio, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Jauru, Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vale do São Domingos;
- IV. Polo Sindical Nortão I Regional Alto Teles Pires: Garantã do Norte, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Matupá, Terra Nova do Norte, Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Marcelândia, Novo Mundo e Nova Santa Helena;
- V. Polo Sindical Nortão II Regional Médio Teles Pires: Alta Floresta, Carlinda, Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde e Nova Bandeirante;
- VI. Polo Sindical Nortão III Regional Vale do Teles Pires: Cláudia, Sinop, Santa Carmem, Vera, Sorriso, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, União do Sul, Nova Ubiratã e Ipiranga do Norte;
- VII. Polo Sindical Nortão IV Regional Vale do Arinos: Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Tapurah e Itanhanga;
- VIII. Polo Sindical Noroeste Regional Vale do Juruena: Juína, Aripuanã, Brasnorte, Cotriguaçu, Juruena, Castanheira, Rondolândia e Colniza;
- IX. Polo Sindical Médio Norte I Regional Vale do Pa-

- raguai: Arenópolis, Nortelândia, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Santo Afonso, Nova Marilândia, Porto Estrela e Sapezal;
- X. Polo Sindical Médio Norte II Regional Alto Paraguai: Diamantino, Alto Paraguai, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Nobres, Rosário Oeste, Nova Maringá, Santa Rita do Trivelato;
- XI. Polo Sindical Leste I Regional Vale do Araguaia: Barra do Garças, General Carneiro, Torixoréu, Araguaiana, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguinha e Santo Antonio do Leste;
- XII. Polo Sindical Leste II Regional Médio Araguaia: Nova Xavantina, Campinápolis, Cocalinho, Canarana, Querência, Água Boa, Novo Santo Antonio, Ribeirão Cascalheira, Nova Nazaré, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia e Gaúcha do Norte;
- XIII. Polo Sindical Leste III Regional Araguaia/Xingu: São Félix do Araguaia, Luciara, Vila Rica, Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, Alto Boa Vista, Confresa, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu;
- XIV. Polo Sindical Sul I Regional Serra da Petrovina: Rondonópolis, Pedra Preta, Itiquira, Guiratinga, São José do Povo, Tesouro, Alto Garças, Alto Araguaia e Alto Taquari;
- XV. Polo Sindical Sul II Regional Vale do São Lourenço: Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Primavera do Leste, Poxoréu, Paranatinga, Nova Brasilândia, Planalto da Serra.

Parágrafo Único – Cada Polo Sindical Regional terá um município sede, independente do município de residência do Diretor Regional e será equipado de forma a atender às demandas regionais, sendo os seguintes municípios indicados para sede dos polos:

- I. Polo Sindical Oeste I Regional Baixada Cuiabana: Várzea Grande;
- II. Polo Sindical Oeste II Regional Paraguai – Cabaçal: Cáceres;
- III. Polo Sindical Oeste III Regional Vale do Guaporé: Pontes e Lacerda;
- IV. Polo Sindical Nortão I Regional Alto Teles Pires: Peixoto de Azevedo;
- V. Polo Sindical Nortão II Regional Médio Teles Pires: Alta Floresta;
- VI. Polo Sindical Nortão III Regional Vale do Teles Pires: Sinop;
- VII. Polo Sindical Nortão IV Regional Vale do Arinos: Juara;
- VIII. Polo Sindical Noroeste Regional Vale do Juruena:

- Juína;
- IX. Polo Sindical Médio Norte I Regional Vale do Paraguai: Tangará da Serra;
- X. Polo Sindical Médio Norte II Regional Alto Paraguai: Diamantino;
- XI. Polo Sindical Leste I Regional Vale do Araguaia: Barra do Garças e Pontal do Araguaia;
- XII. Polo Sindical Leste II Regional Médio Araguaia: Água Boa;
- XIII. Polo Sindical Leste III Regional Araguaia/Xingu: Confresa;
- XIV. Polo Sindical Sul I Regional Serra da Petrovina: Rondonópolis;
- XV. Polo Sindical Sul II Regional Vale do São Lourenço: Campo Verde.

Seção III Das Subsedes

Art. 49 – As Subsedes são unidades políticas e administrativas do SINTEP/MT, organizadas por município, com competência para atuar politicamente nas questões de interesse local.

Art. 50 - São instâncias deliberativas das Subsedes:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho de Representantes das Unidades Escolares e;
- III – Direção da Subsede.

Art. 51 - As Instâncias Deliberativas das Subsedes terão convocação e competências, conforme estabelecidos no presente Estatuto.

Art. 52 - Toda Subsede contará com uma Diretoria Local executiva, garantindo-se as funções de Coordenação, Secretaria e Tesouraria, subordinando-se esta Diretoria a um Conselho de Representante das Unidades Escolares Estaduais e Municipais e à Assembleia Local da categoria.

Art. 53 – As Subsedes serão administradas por uma Diretoria composta de, no mínimo, 04 (quatro) diretores, eleitos de forma direta, para mandato de 03 (três) anos, para os cargos de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário de finanças;
- IV - Secretário Geral.

Art. 54 – Compete ao coletivo da Diretoria da Subsede:

- a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Congressos, das Assembleias Gerais, da Diretoria Central, da Diretoria Executiva, do Pólo Sindical a que estiver subordinada e do Conselho Fiscal;
- b) Desenvolver diretrizes, metas e linhas de ações que se harmonizem e ponham em pratica as delibera-

- ções das Instancias Superiores do Sindicato;
- c) Organizar a Subsede;
- d) Apresentar à Direção Central, plano de metas e previsão de despesas para adequação ao orçamento geral da entidade;
- e) Filiar os Trabalhadores em Educação;
- f) Reunir-se periodicamente, conforme definido em Regimento Interno;
- g) Dar conhecimento aos sindicalizados das deliberações dos órgãos do Sindicato e de seus planos de luta;
- h) Visitar as escolas de sua atribuição e reunir-se com os Trabalhadores em Educação;
- i) Representar, de forma imediata, os trabalhadores da base de sua jurisdição e defender seus interesses perante os poderes locais.

Art. 55 - Na estrutura organizativa da Subsedes, além da Direção Executiva, cada Subsede deverá eleger o seu Conselho de Representantes das Unidades Escolares (RUE) que representa a política de Organização por Local de Trabalho (OLT) do SINTEP/MT.

Art. 56 – Cada Subsede elaborará seu Regimento Interno a ser aprovado em Assembleia Local, podendo nele ampliar o número de diretores até o limite do quantitativo de Diretores da Direção Executiva Central e obedecendo aos seguintes princípios:

- a) manter coerência com o estabelecido no presente Estatuto;
- b) prever a composição e as competências de todos os Diretores da Direção da Subsede;
- c) garantir como competência do Presidente da Subsede a função de representação política e jurídica da Subsede, bem como, iniciativa e coordenação no encaminhamento das deliberações das instâncias do SINTEP/MT;
- d) prever como obrigação do Secretário de Finanças a organização contábil e a prestação de contas do uso dos recursos da Subsede;
- e) prever como obrigação do Secretário Geral a responsabilidade com a escrituração, arquivo e documentação da Subsede;
- f) fazer a previsão das reuniões ordinárias e extraordinárias da Direção da Subsede.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 57 - O Conselho Fiscal do SINTEP/MT é composto por três membros titulares e três suplentes que serão eleitos na Assembleia Geral de posse da Direção, com mandato igual ao da Diretoria Central.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente entre seus pares.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre, por convocação do seu presidente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação das instâncias do sindicato.

Parágrafo Terceiro – É vedada a participação de membros da Diretoria Central no Conselho Fiscal.

Parágrafo Quarto – As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas pelo voto direto e pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 58 - O SINTEP/MT garantirá o funcionamento e a participação do Conselho Fiscal nos eventos sindicais

Art. 59 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) apreciar o Plano Financeiro Anual do SINTEP/MT e submetê-lo ao Conselho de Representantes;
- b) emitir parecer pertinente às contas e balanços da entidade, inclusive ao da conclusão de mandato da Diretoria;
- c) fiscalizar a aplicação, pela Diretoria, das verbas do SINTEP/MT;
- d) examinar os livros, os registros e todos os documentos de escrituração do SINTEP/MT.

Art. 60 - Na hipótese de destituição ou renúncia coletiva ou de 50% mais um dos membros titulares do Conselho Fiscal e na falta de seus suplentes legais para assumirem o mandato ou cargo, a Direção Central convocará nova eleição, em Assembleia Geral da Entidade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

TITULO III DO PROCESSO ELEITORAL DO SINDICATO

CAPÍTULO V

Das Eleições, Da posse e Do Mandato

Art. 61 - As eleições da Diretoria Central do SINTEP/MT e das Diretorias de Subsede acontecerão, simultaneamente no mês de junho, a cada três anos, e as despesas relativas ao processo correrão por conta do Sindicato.

Parágrafo Único. A eleição dos Diretores Sindicais Regionais para compor a Diretoria Central, ocorrerá no âmbito do Polo Regional.

Art. 62. As Eleições do SINTEP/MT serão convocadas pela Direção Central, no prazo de até quarenta e cinco dias antes do término do seu mandato e será constituída em Conselho de Representantes, convocado com esta finalidade, a Comissão Eleitoral Estadual que terá a incumbência de conduzir todo o processo eleitoral.

Parágrafo Primeiro – Poderão votar os filiados com, no mínimo, até 60 (sessenta) dias antes das eleições e que

estiverem quites com a Secretaria de Finanças do SINTEP/MT.

Parágrafo Segundo – Poderão candidatar-se os filiados com, no mínimo, até 6 (seis) meses antes das eleições e que estiverem quites com a Secretaria de Finanças do SINTEP/MT.

Parágrafo Terceiro – Não poderão ser candidatos os sindicalizados que ocupam função ou cargo comissionado, em qualquer esfera de governo, exceto quando escolhidos por eleição.

Parágrafo Quarto - Somente poderão ser inscritas chapas completas, por meio de requerimento com subscrição dos membros da chapa, no prazo de até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Parágrafo Quinto - Os candidatos a Diretor Sindical Regional poderão apresentar inscrição alinhada ou independente das chapas concorrentes.

Art. 63 - A posse da nova Direção eleita ocorrerá aos 29 dias do mês junho, data do aniversário do SINTEP/MT, dos anos em que ocorrer às eleições.

Art. 64 - O mandato da Diretoria Central e das Sub-Sedes SINTEP-MT é de três anos.

CAPÍTULO VI

Da Comissão Eleitoral

Art. 65 - Para conduzir o Processo Eleitoral do SINTEP/MT será constituída Comissão Eleitoral Estadual, composta por 3 (três) membros, eleitos em Conselho de Representantes, mais 1 (um) representante de cada chapa concorrente, indicado no momento do registro da chapa.

Parágrafo Primeiro – As regras do Processo Eleitoral do SINTEP/MT constarão do Regimento Eleitoral elaborado pela Comissão Eleitoral Estadual, cujas normas não poderão contrariar às previstas no presente Estatuto.

Parágrafo Segundo - Para desenvolver os trabalhos de sua competência a Comissão será auxiliada pela Direção do sindicato, com acesso à documentação necessária, mediante solicitação.

Parágrafo Terceiro – Para conduzir o processo eleitoral nas Subsedes será constituída uma Comissão Eleitoral Local com essa finalidade, com a mesma composição e coordenada pela Comissão Estadual.

Parágrafo Quarto - A Comissão Eleitoral só se dissolve na Assembleia Geral de Posse da Nova Diretoria, cabendo-lhe, até o momento, dirimir as dúvidas técnicas de todo o processo, sem interferência da Diretoria cessante ou eleita.

Art. 66 – Serão de competência das Comissões Eleitorais a organização do processo de votação, a apuração dos votos, o processamento e julgamento dos recursos, relativos a cada uma das fases das eleições, proclamação dos eleitos e a posse da nova Diretoria.

Parágrafo Primeiro - Totalizados os votos, a Comissão Eleitoral respectiva competente proclamará os resultados e será considerada vencedora a chapa que obtiver o maior número dos votos válidos.

Parágrafo Segundo - Será proclamado eleito o candidato a Diretor Regional que obtiver o maior número de votos válidos entre sindicalizados votantes de sua região.

Parágrafo Terceiro - Qualquer sindicalizado poderá manifestar discordância ou arguir irregularidades, no prazo máximo de até 48 horas, após a proclamação dos resultados da eleição.

Parágrafo Quarto - As discordâncias ou irregularidades alegadas deverão ser formuladas por escrito e ser acompanhadas das provas, sob pena de não serem sequer admitidas pela comissão.

Parágrafo Quinto – As Comissões Eleitorais constituídas nas Subsedes somente apreciarão os recursos relativos às eleições das Diretorias das Subsedes, encaminhando à Comissão Eleitoral Estadual os recursos referentes às eleições da Direção Central.

Parágrafo Sexto – Cabe à Comissão Eleitoral de âmbito estadual dirimir as questões de recursos das Subsedes, caso haja recurso contra decisões nesta instância.

Art. 67 - Todas as discordâncias ou irregularidades manifestadas serão julgadas pela Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à Assembleia Geral de posse, desde que o recurso tenha sido interposto, dentro do prazo de 48 horas da proclamação das decisões proferidas.

Parágrafo Único - Havendo provimento ao recurso e os efeitos implicar em nulidade do resultado das eleições, caberá à assembleia de posse eleger uma Diretoria Transitória, composta por 3 (três) membros, para responder pela Direção do SINTEP/MT, competindo a esta Diretoria Provisória convocar nova Eleição, para o prazo máximo de 20 dias, a ser realizada, conforme normas estabelecidas neste Estatuto.

TÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO E DO PATRIMÔNIO DO SINTEP/MT

CAPÍTULO VII

Das Finanças do Sindicato

- Art. 68** - Constituem-se receitas da SINTEP/MT:
- a) Receitas ordinárias, oriundas das contribuições mensais pagas pelos sindicalizados;
 - b) Receitas extraordinárias, oriundas de rendas provenientes de doações, de produtos de campanhas financeiras e dos descontos extraordinários aprovados em Assembleia Geral da categoria, com fins específicos;
 - c) Receitas eventuais, oriundas das contribuições do imposto sindical.

Proposta 02

Art. 68 - Constituem-se receitas da SINTEP/MT:

- a) Receitas ordinárias, oriundas das contribuições mensais pagas pelos sindicalizados;
- b) Receitas extraordinárias, oriundas de rendas provenientes de doações, de produtos de campanhas financeiras e dos descontos extraordinários aprovados em Assembleia Geral da categoria, com fins específicos.

Proposta aditiva:

Art. 68 - Constituem-se receitas da SINTEP/MT:

- a) ...
- b) ...
- C) Receitas eventuais, oriundas das contribuições do imposto sindical.

Art. 69 - Cada sindicalizado contribuirá ordinariamente, todos os meses, com um valor correspondente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do seu vencimento bruto.

Art. 70 - A contribuição ordinária mensal poderá ser feita:

- a) por desconto em folha pelo órgão municipal ou estadual de arrecadação ou débito em conta bancária;
- b) por pagamento, de boleto com código de barras emitido pela Central ou pagamento direto, mediante recibo.

Art. 71 - O uso das finanças ordinárias, extraordinárias e eventuais terão como absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria.

Proposta 03

Art. 71 - O uso das finanças ordinárias e extraordinárias terá absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria.

Proposta aditiva:

Art. 71 - O uso das finanças ordinárias, extraordinárias e eventuais terá absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria

Art. 72 - A Diretoria Central deverá elaborar, anualmente, de junho a julho, o Plano Financeiro do SINTEP/MT, que deve ser aprovado em Conselho de Representante e publicado para conhecimento dos sindicalizados e dê conta do encaminhamento das políticas estratégicas do SINTEP/MT, da execução do Plano Anual de manutenção das atividades das Secretarias da Sede Central, do Departamento Jurídico e da comunicação própria do Sindicato e dos compromissos com as entidades a que estiver filiado.

Art. 73 - As receitas ordinárias constarão do Plano Financeiro Anual da Sede Central e terão, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- a) 10% (dez por cento) serão destinados para a contribuição do SINTEP/MT com a CUT - Central Única dos Trabalhadores - e com a CNTE - Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Educação;

- b) 10% (dez por cento) serão destinados para o Fundo Unificado de Formação e Comunicação do SINTEP/MT;
- c) o restante da receita será fracionada, conforme os seguintes critérios e fins:

- I. 40% (quarenta por cento) serão repassados para a Sede Central, que deverá destinar parte deste recurso às despesas fixas (pessoal, telefone, luz, Xerox, encargos sociais, assessoria jurídica e jornalística e correspondência) e a outra parte ao desenvolvimento das atividades inerentes à organização e lutas da Categoria no Estado;
- II. 40% (quarenta por cento) serão repassados para as Subsedes do SINTEP/MT;
- III. 02% (dois por cento) serão repassados para o Fundo de Greve que deverá ser gasto, exclusivamente em período de mobilização com prestação de contas em separado;
- IV. 03% (três por cento) serão destinados para as despesas de Congressos Nacionais e Estaduais, Conselhos Nacionais de Entidades, Seminários e Encontros;
- V. 10% (dez por cento) serão destinados aos Polos Regionais, mediante Plano de Ação semestral, com previsão de gastos, sendo que os recursos não utilizados deverão ser redistribuídos pelo Conselho de Representantes aos Polos;
- VI. 05% (cinco por cento) serão destinados à reserva de contingência para custeio das despesas das lutas da categoria pelas Subsedes, priorizando aquelas com dificuldades financeiras e as que estão mais distantes da Sede Central;

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo de Formação e Comunicação Unificado do SINTEP/MT serão aplicados, prioritariamente, em ações de formação sindical, política e educacional, priorizando os Diretores Regionais, os Dirigentes das Subsedes e os Representantes de Unidades Escolares e na comunicação própria do sindicato, na sua Assessoria de Comunicação, publicações e inserções na mídia.

Art. 74 - As receitas extraordinárias recebidas pela Sede Central serão incorporadas ao Plano Financeiro Anual e as recebidas pelas Subsedes serão de seu uso próprio e autônomo, devendo ser inserido no Plano Financeiro Local.

Proposta 03

Art. 74 - As receitas extraordinárias recebidas pela Sede Central serão incorporadas ao Plano Financeiro Anual e as recebidas pelas Subsedes serão de seu uso próprio e autônomo, devendo ser inserido no Plano Financeiro Local.

Proposta aditiva:

Parágrafo Único: As receitas eventuais recebidas pela Sede Central e as Subsedes serão aplicadas em Infraestrutura, exceto nos casos previstos no art. 71

Art. 75 – Haverá uma conta bancária única para recebimento das receitas ordinárias e extraordinárias do SINTEP/M.

Proposta 04

Art. 75 – Haverá uma conta bancária única para recebimento das receitas ordinárias e extraordinárias do SINTEP/M.

Proposta aditiva:

Art. 75 – Haverá uma conta bancária única para recebimento das receitas ordinárias e extraordinárias do SINTEP-MT. **E uma conta bancária única para a receitas eventuais.**

Parágrafo Único - Para o efetivo controle de sua aplicação, as receitas ordinárias serão distribuídas em contas específicas, com rubricas próprias, conforme estabelecido nas alíneas b e c do Ar. 74, deste Estatuto.

Art. 76 - Do uso das receitas dispostas neste Estatuto, cabe a Direção Central elaborar demonstrativo e balancete para conhecimento dos sindicalizados e Balanço Anual que deve ser submetido à aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, como Instância Deliberativa do sindicato.

Parágrafo Único – Cabe à Direção Central encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, no mínimo quinze dias antes do Conselho de Representantes, devendo, após sua aprovação, disponibilizá-la no endereço eletrônico da entidade.

Proposta 05

Art. 76 - Do uso das receitas dispostas neste Estatuto, cabe a Direção Central elaborar demonstrativo e balancete para conhecimento dos sindicalizados e Balanço Anual que deve ser submetido à aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, como Instância Deliberativa do sindicato.

Parágrafo Único – Cabe à Direção Central encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, no mínimo quinze dias antes do Conselho de Representantes, devendo, após sua aprovação, disponibilizá-la no endereço eletrônico da entidade.

Proposta substitutiva:

Art. 76 - ...

Parágrafo Único – Cabe à Direção Central encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, no mínimo quinze dias antes do Conselho de Representantes, devendo, após sua aprovação, **encaminhá-la** no endereço eletrônico da entidade.

Seção I Das Receitas das Subsedes

Art. 77 - As receitas ordinárias das Subsedes serão recebidas da Diretoria Central, em conta jurídica da Subse-
de, sendo administradas pelas instâncias competentes da

respectiva Subse-
de.

Parágrafo Único - As contribuições dos sindicalizados recebidas diretamente pelas Subsedes, oriundas dos descontos em folha, via Prefeitura, ou pagamento contra recibo, deverão ser repassados integralmente à Direção Central para posterior devolução, conforme estabelecido neste Estatuto.

Art. 78 - Cada Subse-
de terá um Plano Financeiro elaborado por sua Diretoria, prevista em seu Regimento, e suas contas serão aprovadas em Assembleia Local;

Parágrafo Único - Cabe aos seus sindicalizados cuidarem pela correta aplicação dos recursos, nos encaminhamentos das lutas do local e do plano de lutas do SINTEP/MT, oportunizando a participação dos sindicalizados em Congressos, Plenárias, Assembleias e Mobilizações da Categoria.

Art. 79 - As Subsedes deverão apresentar à Diretoria Central, trimestralmente, sua prestação de contas devidamente aprovada pela Assembleia Local.

Parágrafo Primeiro - A omissão no dever de prestar contas à Direção Central implicará na suspensão dos repasses dos recursos à Subse-
de, até que a irregularidade seja sanada.

Parágrafo Segundo - Havendo fundado motivo, a Assembleia Local poderá deliberar pelo afastamento cautelar e temporário de dirigentes que tenham empregado de forma indevida os recursos financeiros da Subse-
de, até que se apurem as responsabilidades dos mesmos.

Parágrafo Terceiro – Comprovada o uso ilícito dos recursos da Subse-
de os dirigentes responsáveis serão desligados da Diretoria e impedidos de concorrer a cargo eletivo do sindicato, ficando ainda sujeitos às penalidades ético disciplinares e as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo Quarto - Havendo omissão por parte da Assembleia local, compete à Direção Central tomar as medidas previstas neste estatuto.

Art. 80 - Constitui parte obrigatória do Conselho de Representantes analisarem a situação funcional das Subsedes, podendo deliberar sobre a aplicação dos recursos das que não estiverem funcionando de acordo com este Estatuto.

CAPITULO VIII Do Patrimônio do SINTEP/MT

Art. 81 - O Patrimônio do SINTEP/MT é constituído dos bens móveis e imóveis que foram transferidos pela AMPE e os adquiridos pela Central e pelas Subsedes.

Art. 82 - Os bens móveis e imóveis deverão ser devidamente identificados como sendo patrimônio do SINTEP/MT, cabendo a Sede Central a responsabilidade de manter atualizado o cadastro patrimonial, por item, com seus valo-

res numerários que deve ser publicado para conhecimento, controle, conservação e uso pelos sindicalizados.

Art. 83 - Para alienação, locação ou aquisição dos seus bens imóveis, o Sindicato deverá realizar avaliação prévia dos bens, cuja execução ficará a cargo de organização legalmente habilitada a tal fim.

Parágrafo Primeiro - A alienação e locação dos bens imóveis do SINTEP/MT serão efetuadas somente pela Direção Central e dependerá, exclusivamente, de autorização da Assembleia Geral, convocada para esse fim, com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus sindicalizados presentes;

Parágrafo Segundo - A alienação e locação dos bens móveis do SINTEP/MT serão efetuadas pela Direção Central e depende de autorização do Conselho de Representantes.

Parágrafo Terceiro - A aquisição dos bens imóveis pela Sede Central deve ser autorizada pelo Conselho de representantes da Entidade.

Parágrafo Quarto - A aquisição dos bens imóveis pelas Subsedes depende de autorização da Assembleia Local.

Art. 84 - Em caso de extinção do SINTEP/MT, o que só ocorrerá por deliberação expressa do Congresso Estadual do SINTEP/MT, conforme estabelecido neste Estatuto, seu patrimônio deve ser revertido aos poderes públicos para uso de Escolas Públicas de Mato Grosso.

Art. 85 - As Subsedes terão autonomia de usufruto sobre os bens por ela adquiridos, sendo responsável pela sua conservação.

TÍTULO V DAS PENALIDADES E VACÂNCIA

CAPÍTULO IX Das Penalidades: Advertência, Suspensão e Exclusão

Art. 86 - Os sindicalizados, os Diretores e os membros do Conselho Fiscal do SINTEP/MT, por desrespeito ao Estatuto e às deliberações das instâncias do sindicato, estarão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e exclusão do SINTEP/MT.

Parágrafo Primeiro - Cabe à Direção do Sindicato apreciar a falta cometida e constituir Comissão específica para análise da ocorrência, averiguação dos fatos e apresentação de relatório para ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A penalidade só será aplicada após conclusão dos trabalhos da Comissão instituída e deliberação de Assembleia Geral, sendo assegurado ao sindicalizado o direito de ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Cabe a Direção, em conformidade com a decisão da Assembleia, aplicar a penalidade de acordo com o regulamento do presente Estatuto.

Parágrafo Quarto - A exclusão do sindicalizado só ocorrerá, havendo justa causa, assim reconhecida, em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos deste Estatuto.

Parágrafo Quinto - Em caso de exclusão, o reingresso só poderá ocorrer mediante solicitação do interessado à Diretoria Central, sendo necessária aprovação do pedido, por maioria simples, em Assembleia Geral da Categoria.

Parágrafo Sexto - Havendo a reintegração do postulante ao quadro de sindicalizados do SINTEP/MT, fica o mesmo impedido de concorrer às eleições do sindicato, por tempo a julgo da Assembleia que de autorizar o reingresso;

Parágrafo Sétimo - Fica, ainda, como condição de reingresso o pagamento das mensalidades atrasadas.

CAPÍTULO X Da Vacância, da Sucessão do Mandato e das Licenças

Art. 87 - A vacância no cargo da Direção Central e da Direção das Subsedes se dará por extinção ou perda de mandato.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros da Direção Estadual e da Direção das Subsedes será extinto por morte ou renúncia do interessado.

Parágrafo Segundo - Perderão o mandato os membros da Diretoria Central do Sindicato e das Diretorias das Subsedes:

- a) Quando deixarem de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativas;
- b) Quando descumprir as normas do Estatuto;
- c) Quando deixarem de cumprir as decisões das Instâncias deliberativas;
- d) Quando assumirem cargos de confiança do Governo;
- e) Quando abandonar o cargo;
- f) Quando sofrer condenação judicial em processo criminal, excetuando-se os denominados crimes políticos, cuja pena seja igual ou superior a 01 (um) ano de detenção ou reclusão, enquanto não ocorrer a extinção da execução de sentença;
- g) Quando deixar de pertencer ao quadro da Educação ou solicitar desfiliação.

Parágrafo Terceiro - A perda do mandato será declarada pela Diretoria Central ou pela Diretoria da Subseção, após a tramitação de processo em que se garanta o direito de defesa, cabendo recurso, com efeito suspensivo à Assembleia Geral.

Art. 88 - A Direção respectiva será recomposta por eleições na Assembleia Geral convocada para este fim:

- a) Geral, de todos os sindicalizados do SINTEP/MT,

- para recomposição da executiva da Direção Central;
- b) Regional, quando vagar o mandato de Diretor Sindical em um dos Polos Regionais;
 - c) Municipal, para recomposição da Direção das Subsedes;

Art. 89 – Havendo vacância de todos os membros das Diretorias, a Assembleia Geral extraordinária respectiva, convocada para esse fim, nomeará uma Comissão Provisória que terá o prazo de 60 (sessenta dias) para promover uma nova eleição da Diretoria para completar o atual mandato.

Parágrafo Único – Os componentes da Comissão Provisória poderão concorrer normalmente aos cargos das Diretorias.

Art. 90 - Os membros da Diretoria têm direito a pedir licença das atividades da Direção por um período não superior a um terço do mandato.

Parágrafo Único – Uma vez a licença ou a somatória das mesmas ultrapassarem um terço do mandato, salvo as previstas em lei, o diretor será substituído em definitivo.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91 - Não há entre os sindicalizados, direitos e

obrigações recíprocas, portanto os filiados não respondem pelas obrigações sociais do Sindicato.

Art. 92 - A dissolução do sindicato, bem como a destinação do seu patrimônio somente poderá ser decidida por deliberação do Congresso Estadual do SINTEP/MT, especialmente convocado para esse fim, cuja instalação dependerá do quórum de 2/3 (dois terços) dos Delegados, que estejam em pleno exercício dos seus direitos estatutários, e desde que a proposta de dissolução seja aprovada com votação da maioria qualificada dos presentes com direito a voto, sendo que seu patrimônio será destinado aos poderes públicos para uso de Escolas Públicas de Mato Grosso.

Art. 93 – A reforma estatutária só ocorrerá, exclusivamente, em Congresso Estadual do SINTEP/MT, segundo as regras estabelecidas nos termos deste Estatuto.

Art. 94 - Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos em Assembleia Geral ad referendum do Congresso.

Art. 95 - O presente Estatuto passa a vigorar na data de sua aprovação pelo 1º Congresso Extraordinário do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso.

Cuiabá/MT, 08 de março de 2015.



8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICALIL, Carlos A. Gestão da escola: democracia em questão. Revista da CNTE nº 01, 1ª Ed. Janeiro/1993, p. 45 a 50.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado:1988.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília:1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. B823 Gestão da educação escolar / Luiz Fernandes Dourado. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. XX p. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Pró-funcionário; nº. 06).
- _____, Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base, disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso 03.07.2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil / elaboração Luiz Fernandes Dourado... [et. al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- _____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2001.
- _____. Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprovação, Diretrizes Gerais, Objetivo, Plano Nacional De Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun 2014. Edição Extra.
- _____. Congresso Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da União. Brasília, 1996
- _____. Res. nº. 05/2005 – Cria a área 21 - Profucionário; Brasília, DF, 2005.
- _____. Parecer nº 16/2005 - competências técnicas da área 21; Brasília, DF, 2005.
- _____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselhos Escolares: Democracia e cidadania, Brasília – DF: Reimpressão, 2005, p. 39.
- _____. Emenda Constitucional nº 53/2006 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Brasília, DF, 2006.
- _____. Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 (em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006), Brasília, DF. 2007.
- _____. Lei 11.738/08 regulamentou o Piso Nacional dos Profissionais do Magistério e a lei 12014/09 alterou o artigo 61 da LDB, Brasília, DF, 2008.
- _____. Lei 12.014/2009 – reconhece os funcionários como profissionais da educação, Brasília, DF, 2009.
- _____. Decreto 7.415/2010 – Institui política nacional de formação dos profissionais da educação, Brasília, DF, 2010.
- _____. Lei nº 12.796/04/2013 antigo PL 5.395/2009 que altera a LDB, acrescentado Artigo 62 A, Brasília, D, 2013.
- CARDOSO NETO, Odorico F. Democracia, educação pública e gestão democrática, artigo publicado na Revista Novos Rumos do SINTEP/MT, 2ª Ed.
- CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Cadernos de Educação – Ano XVIII, n.28, ago. 2014, Edição Especial. -- Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996 [www.isapg.com.br/2012/ciepg/down.php?id=2647&q=1Trajetória histórica e panorama atual](http://www.isapg.com.br/2012/ciepg/down.php?id=2647&q=1Trajetória%20hist%C3%B3rica%20e%20panorama%20atual). Elba Geovana ... histórica do financiamento da educação pública brasileira, desde os seus primórdios, bem como discutir ...- A cesso em 09/10/2015
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa – Artigo publicado na Revista Política & Sociedade, Nº. 5, outubro de 2004, p. 139-164.
- FREITA, Luiz C. - Trabalho produzido para o GT 13 Educação Fundamental. 27ª. Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). Metodologia da pesquisa educacional - 6.ed.- São Paulo: Cortez, 2000, p. 70-90.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- SINTEP-MT. XIV Congresso Estadual de Educação. Qualidade na aprendizagem com promoção profissional. Caderno de texto, 2010.
- _____. IX Encontro Estadual de Educação. (Re) Significando os Planos de Educação para garantia da Gestão Democrática e de Currículo no contexto escolar. Caderno de referência, 2014.
- _____. Caderno – Texto Base - VIII Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT. Demanda da Educação e Organização Curricular “A escola de fases não é a que queremos”. Cuiabá, 2011.

- _____. Articular os Planos Municipais e Estadual de Educação para a implantação do Sistema Único da Educação Básica em MT. Caderno de texto do XV Congresso Estadual do Sintep- MT, 2013.
- _____. - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – Proposta de democratização da Gestão - Cadernos de Educação – nº 03 – 2ª Ed. 1997.
- _____. Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público De Mato Grosso - SINTEP/MT - Cuiabá MT, 2010.
- MATO GROSSO. Constituição Estadual - Promulgada em 05 de outubro de 1989. Governo do estado de Mato Grosso. IOMAT. Cia Editora e impressora mato-grossense.
- _____, Secretaria de Estado de Educação, Gestão Escolar: Democracia e Qualidade, Cuiabá: 1995.
- _____. LC. 050/98 – Cria carreira (única) dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso – Cuiabá, MT, 1998.
- _____. LC. 049/98 – Cria o Sistema Único da Educação Básica de Mato Grosso – Cuiabá, MT, 1998.
- _____. CEE/MT. Resolução 262/02. Estabelece as normas aplicáveis para a organização curricular por ciclos de formação no Ensino Fundamental e Médio do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. 05 nov 2002.
- MIEIB. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Carta Aberta, 2015.
- MOURA. Dante Henrique. Algumas possibilidades de organização do Ensino Médio a partir de uma base unitária: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. In: Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, 2010.
- SAVIANI. Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. IN: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped, 2007.

Anexo I Educação Indígena

O Estado de Mato Grosso reconhece a existência de quarenta e três mil etnias em seu território. São quarenta e dois mil indígenas, setenta escolas indígenas e duzentos e seis alunos indígenas no estado. A diversidade linguística das sociedades que vivem aqui é representada por dezesseis línguas diferenciadas.

Há dois gargalos na atual política da educação escolar indígena em MT. O primeiro é em relação ao cumprimento da lei relativa a Educação escolar Indígena por muitos municípios mato-grossenses, resultando no abandono dos índios também no setor educacional. O segundo é o financiamento desta educação, principalmente pelos municípios e conseqüente o não cumprimento das diretrizes nacionais da E. E. Indígena e não distribuição dos recursos para que ela se efetue.

Propomos que o Estado de Mato Grosso fortaleça a estrutura da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena da SEDUC-MT e do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso:

- a) criando condições para o acompanhamento e fiscalização de todas as políticas públicas do Estado e dos municípios no seu cumprimento das exigências legais da referida Educação;
- b) que o financiamento da E.E. I. esteja especificado nas rubricas da SEDUC-MT e das secretarias municipais de educação;
- c) que a política de formação de professores indígenas seja mantida com as ações da UNEMAT e de outros órgãos governamentais e não governamentais parceiros na questão da educação escolar indígena.

Além dessas questões estruturais, a SEDUC-MT e as secretarias municipais de educação devem instituir novas relações de poder com as escolas indígenas, estabelecendo como interlocutores das etnias os seus líderes e instâncias culturais comunitárias. Neste aspecto, é preciso romper com o perverso impacto da Educação Escolar Indígena: o deslocamento de poder das comunidades e instituições autóctones para os profissionais da educação indígena a serviço dos interesses das suas comunidades.

O Estado, desta forma, precisa assegurar os direitos relativos à política da diversidade cultural indígena, negra e quilombola.

Por outro lado, o SINTEP deve institucionalizar ações permanentes de inclusão das sociedade indígenas no âmbito sindical.

Por uma escola 100% PÚBLICA E GRATUITA

Educação não é Mercadoria





NOVOS RUMOS

UMA PUBLICAÇÃO DO SINTEP/MT - SINDICATO DOS TRABALHADORES/AS NO ENSINO PÚBLICO

EDIÇÃO 02 | OUTUBRO 2017

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



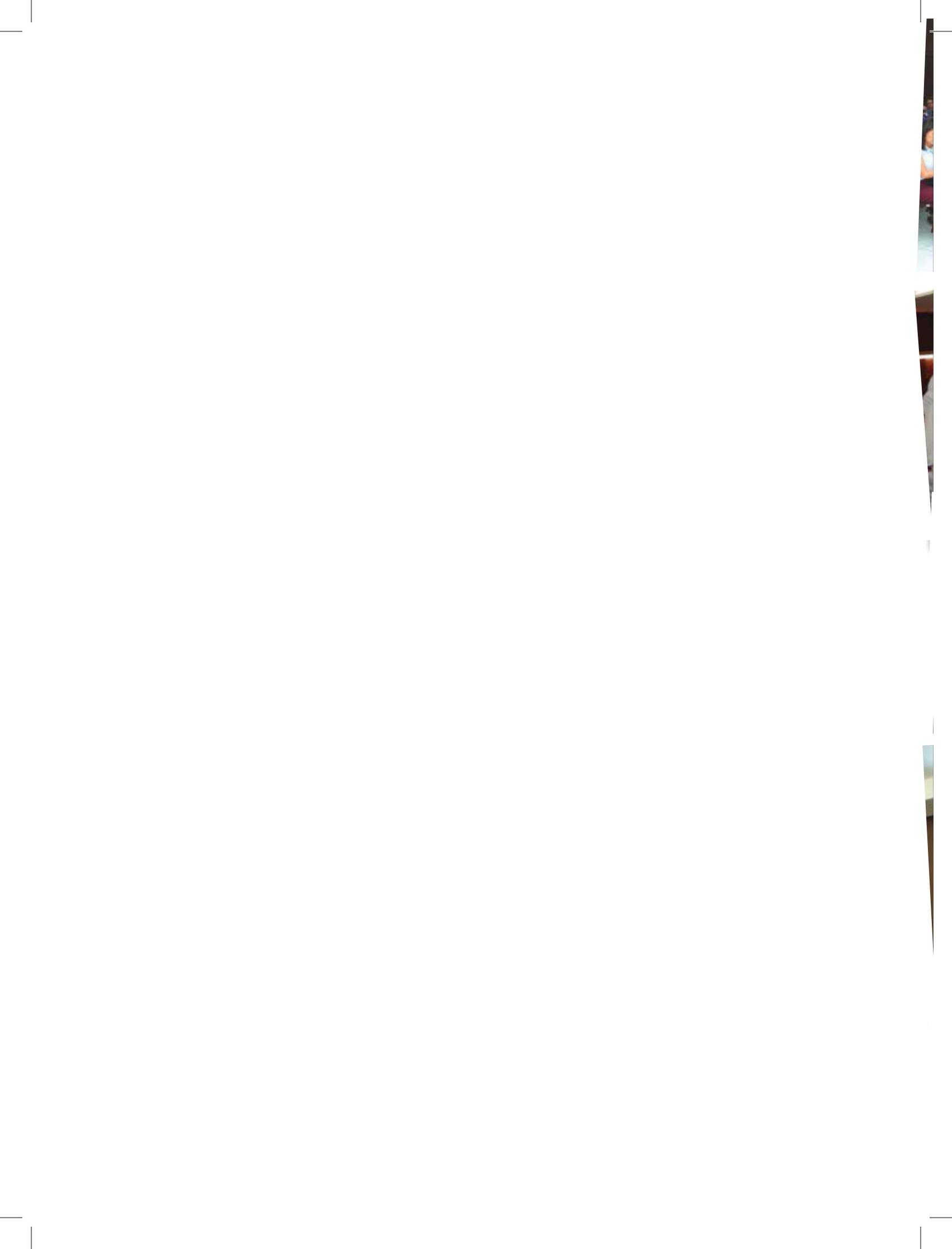

XVI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT

CUIABÁ-MT, de 13 a 16 de Outubro de 2016

A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas









DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)
Vice-presidente: Jocilene Barboza dos Santos (Cuiabá)
Secretaria Geral: Miriam Ferreira Botelho (Rosário D'Oeste)
1ª Secretária: Catarina Francisca (Nobres)
Secretaria de Finanças: Orlando Francisco (Cuiabá)
1ª Sec. de Finanças: Dirceu Blanski (Alta Floresta)
Secretaria de Comunicação: Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande)
Sec. Adjunta de Comunicação: Edevaldo José dos Santos (Primavera do Leste)
Secretaria de Cultura: Leilane Cristina Borges (Várzea Grande)
Secretaria Adjunta de Cultura: Luiz Bezerra Matos (Alta Floresta)
Secretaria de Políticas Educacionais: Guelda Cristina de Oliveira Andrade (Pontes e Lacerda)
Sec. Adjunta de Políticas Educacionais: Maria Luiza Bartmeyer Zanirato (Cuiabá)
Secretaria de Formação Sindical: João Eudes Anunciação (Rondonópolis)
Secretaria Adjunta de Formação Sindical: Sidinei de Oliveira Cardoso (Sinop)
Secretaria de Articulação Sindical: Julio César Martins Viana (Colíder)
Secretaria Adjunta de Articulação Sindical: Tânia Cristina Crivelin Jorra (Lucas do Rio Verde)
Secretaria de Redes Municipais: Alex Ferreira da Cruz (Luciara)
Secretaria Adjunta de Redes Municipais: Enos dos Reis Maria (Porto dos Gaúchos)
Sec. de Funcionários (as) da Educação – Sec. Adjunto de Funcionários (as) da Educação: Djalma Francisco de Sousa (Canabrava do Norte)
Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos: Maria Celma de Oliveira (Rondonópolis)
Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos: Orlandir Gonçalves Cavalcante (Cáceres)
Secretaria de Infraestrutura Sindical: Edson Evangelista dos Santos (Cuiabá)
Secretaria Adjunta de Infraestrutura Sindical: Edina Martins de Oliveira (Colíder)
Secretaria de Políticas Sociais: Marli Keller (Cuiabá)
Secretaria Adjunta de Políticas Sociais: Maurocir Silva (Campos de Júlio)
Secretaria de Organização Sindical: Ana Lúcia Antônia da Silva (Ribeirão Cascalheira)
Secretaria Adjunta de organização Sindical: Elionai Rodrigues Chagas Wtczak (Sorriso)
Secretaria de Administração Sindical: Omar Cirino de Souza (Barra do Garças)
Secretaria Adjunta de Administração Sindical: Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira)
Secretaria de Seguridade Social: Edna Mahnic (Primavera do Leste)
Secretaria Adjunta de Seguridade Social: Francisca Alda Ferreira de Lima (Tangará da Serra)

POLOS REGIONAIS

Oeste I - Regional Baixada Cuiabana: Ricardo de Assis (Poconé)
Oeste II - Regional Paraguai: Edimilson José Ferreira (Cuverlândia)
Oeste III - Regional Vale do Guaporé: Edna Bernardo da Silva (Pontes e Lacerda)
Nortão I - Regional Alto Teles Pires: Fernando Alves da Silva (Peixoto de Azevedo)
Nortão II - Regional Médio Teles Pires: Francisca Ilmarli Teixeira (Alta Floresta)
Nortão III - Regional Vale do Teles Pires: Valdeir Pereira (Sinop)
Nortão IV - Regional Vale do Arinos: Rafael Nauer (Juara)
Noroeste - Regional Vale do Juruena: Carlito Pereira da Rocha (Juína)
Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai: Antônio Márcio Pinheiro Ramos (Nova Olímpia)
Médio Norte II - Regional Alto Paraguai: Moisés de Almeida Silva (Rosário Oeste)
Leste I - Regional Vale do Araguaia: Arnaldo Rodrigues de Souza (Pontal do Araguaia)
Leste II - Regional Médio Araguaia: Ana Lúcia Antônia da Silva (Ribeirão Castalheira)
Leste III - Regional Baixo Araguaia: Lucimeire Lázara (Vila Rica)
Sul I - Regional Serra da Petrovina: Bartolomeu Basili Belmonte (Rondonópolis)
Sul II - Regional Vale do São Lourenço: Doralice Vieira de Castro (Jaciará)



**Direção Estadual SINTEP-MT
GESTÃO 2015 - 2018**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Henrique Lopes do Nascimento

Secretaria Geral

Miriam Ferreira Botelho

Secretaria de Finanças

Orlando Francisco

Secretaria de Comunicação

Gilmar Soares Ferreira

Secretaria Adjunta de Comunicação

Edevaldo José dos Santos

Secretaria de Cultura

Leilane Cristina Borges

Secretaria de Políticas Educacionais

Guelda Cristina Andrade

Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato

Secretaria de Formação Sindical

João Eudes Anunciação

Secretaria de Redes Municipais

Alex Ferreira da Cruz

Secretaria de Infraestrutura Sindical

Edson Evangelista dos Santos

Secretaria de Organização Sindical

Ana Lúcia Antonia da Silva

Diretora Regional Oeste III

Edna Bernardo da Silva

COLABORADORES

Secretaria Adjunta de Formação Sindical

Sidnei de Oliveira Cardoso

Secretaria Adjunta de Articulação Sindical

Tânia Cristina Crivelin Jorra

Secretaria Adjunta de organização Sindical

Elionai Rodrigues Chagas Witczak

Secretaria de Administração Sindical

Omar Cirino de Souza

Diretor Regional Nortão III

Valdeir Pereira

Conselho Fiscal

Ailton Amorim

Subsede de Sorriso

Edvaldo Aparecido Mazolini

SUMÁRIO

Painel 1: A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas

Gaudêncio Frigotto.....	10
Emir Simão Sader	18

Painel 2: O Currículo Escolar e suas Interfaces com a Formação dos Profissionais da Educação Básica Frente aos Desafios da Escola no Século XXI e o Processo de Mercantilização da Educação Pública

Luiz Carlos de Freitas	26
------------------------------	----

Painel 3: Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso

Luiz Fernandes Dourado.....	34
Bartolomeu José Ribeiro de Souza	46

Painel 4: Conjuntura Política e Educacional

João Antônio Felício	56
Lisete Regina Gomes Arelaro.....	64

Painel 5: O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional

Dalila Andrade Oliveira	70
José Marcelino Rezende	78

Resoluções do XVI Congresso Estadual do Sintep/MT	82
--	-----------

EXPEDIENTE

Gestão 2015 – 2018 Sindicato de luta

Presidente
Henrique Lopes do Nascimento

Conselho Editorial
Jocilene Barboza
Vice-presidente

Miriam Ferreira Botelho
Secretária-geral

Gilmar Soares Ferreira
Secretário de Comunicação

Edevaldo José dos Santos
Secretário-adjunto de Comunicação

Guelda Cristina de Oliveira Andrade
Secretária de Políticas Educacionais

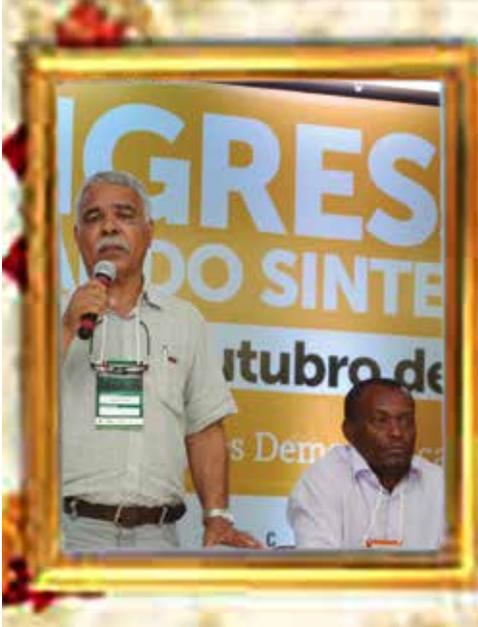
Maria Luiza Bartmeyer Zanirato
Secretária-adjunta de Políticas Educacionais

Produção – Comunicação Sintep/MT
Roseli Riechelmann – MTb 24400/SP
Thalyta Amaral – 0001878MT
Gonçalo Arruda – Designer
Jadson Oliveira – Designer

Contato
Telefones: 65 3317-4300 e 0800-
654343
Fax: 3317-4327

Site: www.sintep.org.br
E-mail: comunicacao@sintep.org.br

Endereço da sede
Rua Mestre João Monge Guimarães,
nº 102, bairro Bandeirantes,
Cuiabá-MT





XVI CONGRESSO
ESTADUAL DO SINTEP/MT
CUIABA-MT, de 13 a 16 de Outubro de 2016

A Função Social da Educação
Contexto das Relações Democráticas

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi marcado pelo golpe na democracia e a consequente aprovação de “reformas” que retiram direitos da classe trabalhadora. O Sintep/MT luta por mais de cinco décadas pela Educação e não poderia se omitir ao debate diante de um cenário tão perverso como este que estamos vivendo.

O XVI Congresso Estadual de Educação teve como tema “a Função Social da Educação, no Contexto das Relações Democráticas”. Reafirmando a defesa pela Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade Social como direito de todos e todas, debatendo a importância do reconhecimento e respeito às diferenças de gênero e diversidade sexual na Escola Pública.

Nesse Congresso do Sintep/MT, aprofundamos o debate acerca do papel social da escola pública, no sentido de romper com a lógica da escola apenas preparar mão-de-obra para atender as demandas do capital nacional e internacional. Entendemos, que o debate e a reflexão podem contribuir para lutarmos contra os deliberados ataques à classe trabalhadora, que tem como marco potencial a aprovação da Medida Provisória que desmontou o Ensino Médio, fortalecendo a dualidade do ensino no Brasil.

Saimos mais fortalecidos/as do XVI Congresso para a batalha que estamos enfrentando. O atual cenário exige de nós ainda mais mobilização, para que os direitos conquistados através da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras não sejam anulados pelo governo golpista.

Nesse sentido, reiteramos a luta intransigente pela construção de um projeto de sociedade, na qual, todos e todas possam usufruir de uma escola Pública, Laica, Democrática e de Qualidade Social.

Direção Estadual do Sintep/MT



Painel 1: A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas

Gaudêncio Frigotto

Doutor em Educação: história, política e sociedade pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Professor concursado na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Gaudêncio Frigotto*



Acho que os três livros mostram, exatamente, uma história de luta, de conquistas, de derrotas, mas sempre saímos reerguidos. E como nunca, o lema e a síntese do Sintep/MT são atuais. Eu lembrava, uma ideia de *Pablo Benjamin, que dizia que quando o horizonte está difícil, temos que imitar o agricultor, cavar a terra mais funda e lavar a história ou limpar a história para o tapete. Este é um desses momentos.

Mais do que fazermos grandes exposições, acho que o nosso papel neste coletivo, é tentar pensar em que ponto estamos na nossa sociedade no tema que vocês propõem: A função social da educação no contexto das relações democráticas. Podemos dizer que, neste momento, estamos numa função social da Educação, na quebra da institucionalidade democrática. Portanto, é neste contexto que temos que pensar o hoje e o amanhã e as estratégias para podermos enfrentá-los.

Se olharmos mesmo do ponto de vista daquilo que foi o projeto da burguesia revolucionária e a burguesia enquanto burguesia que buscou superar o Estado absolutista, confrontar a própria igreja, na época, foi um projeto do ponto de vista da Edu-

cação progressista. É de lá que vem a ideia da escola ser pública, universal, gratuita e laica. Só poderiam oferecer uma escola universal, isto é, uma escola igual para todos, porque a burguesia não superou a sociedade de classes, mas fundou a nova sociedade de classes. Entretanto, esse ideário nós debatemos aqui até hoje: uma escola pública universal, gratuita, laica. Laica significa que a escola não pertence à igreja, nem ao Estado, não pertence à sociedade.

Portanto, o ideário social, a condição social na escola, se formos buscar uma margem da sociologia da educação, filosofia, pedagogia, até os anos 60, até os anos 50, vamos encontrar a seguinte ideia da condição social da escola e da educação, da educação escolar, especialmente a educação básica: a escola é uma instituição da sociedade que busca oferecer a infância aos jovens, o patrimônio de conhecimento, de cultura, de valores, que aquela sociedade pode construir, até então, para que quando adultos prossigam com a sociedade. Esta é uma ideia clássica da própria sociologia clássica da condição social da escola. Entretanto, essa condição social é disputada nas relações sociais e nós podemos ver ao longo da história – e não só na história, mas em nós - que sempre há relação orgânica entre as relações que se estabelecem

na sociedade, às lutas que se estabelecem na sociedade e os avanços e retrocessos dessa função social da escola.

Não por acaso, houve reduções. Comemoraremos em 2017 os 100 anos da redução socialista. Entretanto, o que interessa aqui é vermos como isso se processou na nossa sociedade. Somos uma sociedade de uma história curta do ponto de vista da história do próprio capitalismo. Se formos à Escócia, veremos na universidade: fundada em 1494. Os portugueses, ainda, não tinham chegado aqui.

E tem muitas histórias sobre a nossa sociedade. Uma delas é que somos uma sociedade eminentemente europeia. Não! De 1500 a 1850, a cada português que aqui vinha, cada europeu que para cá vinha, porque não só os portugueses vieram, vinham seis negros da África. Portanto, somos mais uma nação africana do que europeia. Enfim, essa sociedade que tem uma história curta, como há pouco tempo escreveram um texto sobre o ódio, o contexto do ódio, o nosso grande Luiz Fernando Veríssimo dizia que o DNA da classe dominante brasileira é um DNA que faz golpes ou impõe golpes toda vez que seus interesses estão contrariados, usando as armas ou não usando, diretamente, as armas.

Portanto, é importante pensar: que movimento nós te-

mos nessa luta? E o SINTEP pelo que vimos aqui tem essa marca de momentos de avanços na conquista social da escola, no avanço da função social em formar cidadãos leitores da realidade, sujeitos autônomos que, portanto, possam construir a dupla cidadania. A cidadania política é quando alguém não pensa com a cabeça da Globo ou não pensa com a cabeça para dizer que o problema do Brasil é dos petralhas ou que tem ódio dos mortadelas. Essas palavras são símbolos. Não são palavras. São símbolos de ódio contra as conquistas da própria sociedade, da democracia e dos direitos.

E se olhamos muito rapidamente vemos que no início do século XIX houve uma grande luta pela função social da escola e pela inserção do Brasil, não como um País que tem colônia que foi a luta dos anarquistas e dos socialistas. A Semana da Arte Moderna é a expressão disso. E temos uma ditadura Vargas, que é uma ditadura, a despeito de tudo, nacionalista. Tem heranças importantes, mas, é uma ditadura que faz uma conciliação entre as classes e, também, sobre os períodos mais pecúlios. Do ponto de vista do pensamento social, do pensamento político e do pensamento educacional foi após a ditadura Vargas até o golpe militar, civil e militar de 1964. Ali se criou o cinema novo, o teatro de rua,

avanços na literatura e que de pé no chão, também, se aprende ler.

Paulo Freire, que é o ícone do ódio da Escola sem Partido, produziu um livro que ele o sintetizou, mas é de uma época das lutas camponesas, das lutas pela reforma agrária e pelas reformas estruturais da sociedade. A pedagogia do oprimido é, exatamente, a ideia que alfabetizar não é, apenas, ensinar a juntar as letrinhas. Alfabetizar é permitir que as pessoas façam a leitura no seu contexto e intervenham politicamente no seu contexto para mudar a cara de uma das sociedades mais desiguais da terra, o Brasil.

Portanto, esse período só poderia ser interrompido pelo DNA golpista com o golpe civil militar. O golpe foi do capital. O golpe foi da classe dominante brasileira e os militares parte deles. Mas não podemos atribuir só aos militares que são a mão armada do Estado, mas o golpe foi o golpe da classe dominante. Vinte e um anos, como disse Danilo Tavares no seu documentário: “Um dia que durou 21 anos”. Ele trouxe a cara de quem fez o golpe. Sempre o golpe começa com um discurso moralista e que esse discurso moralista só pode ter efeito se mantém um povo colonizado, a maioria sem escolaridade, a maioria sem o cumprimento da função social da escola.

Em 1964 era um medo do comunismo. Medo que os comu-

nistas matassem quem tinha uma religião. Era o medo da propriedade privada. Pois bem, nesses 21 anos, ditadura é falta de hegemonia; ditadura é a luta. Mesmo que de forma extremamente difícil, mas há luta. E a ditadura teve um fim por contradições dela mesma e por luta, pela violência física e psíquica sobre muitos companheiros e companheiras. As categorias mais violentadas pela ditadura de 1964, pelo golpe civil e militar de 1964, foram trabalhadores e militares. Muitos militares perderam suas patentes intelectuais propriamente.

Então, saímos da ditadura e a década de 1980, especialmente a segunda metade de 80, foi uma grande luta de inverter o sinal. Inverter o sinal contra o entulho antidemocrático violento da ditadura e que ascendeu no Brasil sob o signo de que a educação não é mais social, um direito social e subjetivo, mas educação é um capital, uma mercadoria, algo que se compra. Esta é a primeira forte regressão, retrocesso, na ideia mesmo da própria burguesia revolucionária, que a educação não é um direito social e subjetivo, isto é, de todos e de cada um de acordo, inclusive, com ações possíveis, problemas de saber, deficiência física, etc.

A década de 1980 foi de uma grande mobilização no Brasil. Foi ali que se instituiu o debate da Constituinte, o capítulo

social e econômico na Constituição e, depois, a luta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Nós perdemos na lei, mas não perdemos na sociedade. A LDB foi cozinhada num bloco de poder que assumiu o governo sob a batuta de Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato de Souza, nos congelou durante anos e foi fazendo a reforma que convinha àquele bloco. Registro isto, porque estão de volta. Agora, eles que têm o mérito nas mãos, só que num contexto mais grave, porque é um contexto de um grupo que já tem o acúmulo da década de 1990.

Então, o momento em que nos encontramos é o momento que, também, reage a 15 anos de conquista, não sem problemas. Nos 15 anos dos Governos Lula e Dilma – e aqui quem não reconhece isto não lê a realidade - quem não reconhece os avanços e os problemas? Se não tivesse problemas, não estaríamos no rombo que estamos. Mas quais são os avanços. E aqui quero sublinhar com estas duas palavras: mortadela e petralha, exatamente, ícones muito bem trabalhados pela mídia para ódio aos pobres. E ódio não ao PT. Ódio ao pensamento divergente. O PT é o maior Partido que se criou de esquerda no Brasil, do ponto de vista de base. O que quer dizer mortadela? Eu me criei no campo e sei o que é mortadela. É muito

diferente de presunto defumado. Verdade? E se olharmos no Rio de Janeiro, formos à padaria comprar pão, vem o trabalhador da construção civil e compra 20 pãezinhos e meio quilo de mortadela, coloca dentro e come isso. Mas se ele, daqui a pouco, se torna um técnico, um curso de nível médio de uma escola como o CEFET, uma boa escola de nível médio, que pode ter uma ascensão social, ele poderá, de repente: “Não, vou experimentar essa porcaria do presunto defumado”.

Em suma, o que significa mortadela? Você, índio que estava lá no mato, e, agora, o índio tem o direito de estar no CEFET, teu lugar é o mato; você, negro, que lutou pelas cotas, se organizou - e não só os negros –, seu lugar é a senzala, volte lá; você que conquistou espaços da casa própria; com banheiro dentro de casa, mais um cômodo para os filhos, volte ao seu casebre. Mortadela é isso! Este é o símbolo! Quem não ler isto não está lendo a violência da mídia. Como dizia um antropólogo da Venezuela: “é uma máquina de moer cérebros”. As pessoas falam pela boca do seu dominador. E muita gente, inclusive, dos quadros da gente, falam, vão repetindo coisas que ouvem como se fosse esse o problema fundamental. Mortadela é isso.

Petralha é uma mistura de PT com a Família Metralha. E

o que é a Família Metralha no desenho? São bandidos. E por que, agora, na Lava Jato quando vão aqueles senhores que misturam o fundamentalismo do mercado, o fundamentalismo religioso, que vendem Deus como uma mercadoria barata e fazem fortunas, o que eles falam antes de terem prova? Chefe de quadrilha, quadrilha, sem a mínima prova de que, de fato, lá existe uma quadrilha. No Rio de Janeiro é muito interessante, porque lá se lutou, inclusive, para fazer uma frente e houve um acordo no segundo turno, a Frente das Esquerdas e o Freixo, que é um grande quadro. Qual é a propaganda contra ele? É petralha! No fundo estão traduzindo petralha, exatamente, todo aquele que tem um pensamento divergente ou que tem um pensamento que busca fazer da educação a sua função social. E aqui não só educação escolar, mas educação que se faz nas relações sociais, nos sindicatos, nos partidos que querem mudar a sociedade, na luta, enfim, pela democracia e pelas relações democráticas na sociedade.

A literatura chega antes, às vezes, que a ciência para sentir o que está acontecendo na sociedade. E o Luiz Fernando Veríssimo escreveu vários textos quando lá atrás já começou a perceber a imigração da classe média brasileira para o andar de cima da sociedade da casa grande. Pelo fato

de que pessoas que antes não tinham acesso à educação pública, não tinham acesso a uma série de direitos, agora, estão tendo, inclusive, incomodam porque viajam de avião. Quantas pessoas dizem: “Poxa, agora, tenho que viajar com essa gentalha”. Veríssimo escreve, em 26 de junho de 2015 uma crônica chamada “Ódio”, onde ele diz o seguinte: “O antipetismo começou com o PT”. Óbvio. Como é que você é anti se não existe o que você é anti? Ele continua: “O ódio ao PT nasceu antes do PT. Está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba pelas armas, se preciso for, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for a sigla”.

Este texto foi feito por causa da única entrevista que deu a ex-Presidente Dilma, uma vez na televisão de largo alcance, foi uma entrevista que Jô Soares fez e deixou a Presidente falar. Não falou por ela. E Veríssimo comenta o seguinte, isto que me parece importante, sobre a entrevista: “É inútil tentar debater com o ódio exemplificado pela reação à entrevista do Jô e argumentar que, em alguns aspectos, o Partido dos Trabalhadores justificou-se no poder. Distribuiu renda, tirou gente da miséria e diminuiu um pouco a desigualdade social - feito que, pelo menos pra mim, entra no crédito da contabilidade moral de qualquer governo. O

argumento seria inútil, porque são justamente estas conquistas que revoltam o conservadorismo, o conservadorismo raivoso, para o qual ‘justiça social’ virou uma senha do inimigo”. Este é o ponto que invocamos. E aí gostaria de comentar, assim como o Eudorico fez o esforço para organizar a memória do Sindicato daqui, de Mato Grosso, tão logo começou essa loucura da Escola sem Partido, que temos nos mobilizado com apoio do CNTE, com outras forças da sociedade, para tentarmos entender um pouco mais fundo de onde vem isso. Qual é a gênese disso? Até a década de 1950, 1970, não se falava em capital humano, mas na década de 1980 já se acrescentam outros termos à educação que mostram que do ponto de vista do capital e da classe dominante brasileira a educação já não é um direito social. A educação sequer é um direito de todos. Roberto Franklin de Leão, presidente do CNTE, lembrou que na Veja a Ministra, de fato, da Educação, que é Maria Helena de Castro, disse: “Isso é uma ilusão acadêmica que a escola tem que ser igual para todos”. Então, há um processo que vem de longe e que é incorporado, hoje, a céu aberto.

No texto que eu venho buscar a gênese onde se fundamenta a ideia de Escola sem Partido, na realidade, a escola do partido único, o partido da

suposta irregularidade, o partido da raiva, o partido da raiva do diferente, enfim, pudemos buscar isso no Século XIX, quando um filósofo enciclopedista, dizia que em toda boa sociedade deveria existir dois sistemas de educação, um que nada tem a ver com outro: uma escola longa, rica, com cultura, para aqueles que eram destinados a governar; e uma escola rápida para aqueles que desde cedo deveriam aprender o duro ofício do trabalho. E ele acrescentava: “Isso não se deve cobrar dos seres humanos. É da própria natureza.”. Hoje, não se diz isso!

A Escola sem Partido veio de um processo. Primeiro disseram que a escola pública não era eficiente, porque era má administrada. Foi publicado um livrinho organizado por Thomaz da Silva: Escola S/A. O que é Escola S/A? Escola Sociedade Anônima. Em Londrina, nos anos de 1980, começaram a ter ideia da escola cooperativa. Não mais escola pública. O professor ganharia um montante e o restante ele seria remunerado de acordo com o número de alunos. Aquele professor já estava comprando caderno e lápis para conquistar mais alunos, porque queria um plus. Enquanto avançávamos na luta sindical para combater isso. Naquele momento, tínhamos uma força muito resistente e aquilo foi estancado, mas, em se-

guida, começaram a dizer: “não, a escola vai mal, porque se ensina coisa que não se deve ensinar na escola”. Mas esta é a grande tese da escola separatista: escolas são para ensinar, não têm que educar. A escola, portanto, não tem uma função social. A escola tem que fazer aquilo de forma neutra que os gestores que na ideia mercantil disseram. E aí foram entrando no currículo, mas nós resistimos; foram entrando no conteúdo, nós resistimos; agora, você cale a boca, professor, que eu te amoro.

Por exemplo, um professor de História. Por acaso querem tirar essa disciplina, mas como que um professor de História vai ser neutro? Ou um professor de Química? O método de Química é diferente do método da Sociologia, mas a Química, enquanto decisão social, não é neutra. São os interesses de grupos, de classes, que definem no que investir e no que não investir. Portanto, ao invés de investir em análises que levem à saúde pública, podem investir para matar pessoas. Os agrotóxicos estão aí. Nós consumimos, em média, Mato Grosso que o diga, mas não só, Rio Grande do Sul, cinco litros de veneno por ano cada pessoa, em média. E morre, cada vez mais, gente de câncer, gente mais jovem, etc.

A Escola sem Partido vem dentro dessa gênese que, agora, quer dizer: “não, você não pode

interpretar”. Quando o Brasil completou 500 anos de colonização, isto é, que os portugueses aqui chegaram, eu fui fazer uma fala em uma cidade e dormi em uma pousada que era em cima de um posto de gasolina. Eu espero dormir. Não tinham nem hotel. Era pequena, mas era linda, linda a cidadezinha do interior de Santa Catarina. E era um Congresso da Prefeitura com professores do Ensino Fundamental, sequer Ensino Médio tinha. E fui ler o que as crianças escrevem, uma coisa bonita. Sempre que há uma atividade mais científica na escola expomos os trabalhos dos alunos. E uma menina do final do Ensino Fundamental escreveu o seguinte no cartaz: “Querem nos convencer que o Brasil foi descoberto em 1500. Que vergonha e que mentira!”. Quer dizer, esse professor iria perder o cargo, teve ameaça, porque... é um excelente professor. Não sei se foi de História. Pode ter sido de outra disciplina. Mas vejam vocês, então, que a escola da mordaca é letal, porque ela vai espalhar, como se disse aqui, o medo.

Há poucos dias o Emir Sader mandou um texto que vale a pena ler, texto erudito do Antônio Cândido, sobre o papel de opressão da Polícia. E a última frase dele tem que ser dita com muita calma, porque querem espalhar o medo em nós. E se temos essa turma sempre, não

podemos ter medo. Se ficarmos isolados, temos medo. Mas a última frase, citando um pensador Alfred de Vigny diz: “Não tenha medo do exílio, não tenha medo da miséria, não tenha medo sequer da morte. Tenha medo do medo”. Não podemos nos dobrar à lei da mordaca. Nós não vamos dobrar a cabeça, porque imaginem todos nós na cadeia. Aí que vamos ter tempo para pensar em revolução. Eu depois de velho vou aprender a dançar as danças que eu não sei dançar. Vamos fazer de tudo na cadeia. Vamos transformar a cadeia. Ao invés de traficantes, intelectuais que ficam pensando lá.

A reforma do Ensino Médio não é casual. A universidade, de um modo geral, é muito conservadora, não sei se vocês concordam comigo, mas na média e na moda é muito conservadora. Me lembro de uma tese de um professor sobre o currículo de Engenharia, Direito, Administração e Economia das universidades, várias universidades, públicas e privadas, com o título “A gerência do pensamento”. Então, é na sociedade que se forma a nata, muitas vezes, da classe dominante, inclusive, embora, a universidade tenha muita luta, também. Tenha muita gente que analisa, disputa e etc. Mas o ponto estratégico de uma sociedade é o Nível Médio, aliás, nível médio que a burguesia brasileira, antipovo, antinação

e antieducação, negou até hoje no Brasil. Por que negou? Se observarmos, qual é a condição dos Estados, todos os Estados da União, para oferecer o Nível Médio à altura, por exemplo, de um Instituto Federal de Educação? Este é o tipo de Ensino Médio que dá a dupla cidadania ou pode dar a dupla cidadania. Um professor que fica em uma instituição, dignamente, na nossa realidade, remunerado, que dá 14, 15, no máximo, 18 horas/aulas por semana e tem 22 para preparar, ajudar o aluno a pesquisar e fazer o mestrado, fazer o doutorado certo. Qual é a condição do nosso colega de escola pública de Norte a Sul deste País? Trabalha em dois, três lugares para poder tratar os dentes. Eu tenho isto da minha própria vida. Para o professor poder compor o salário, ser casado, ter filhos, aí complica ainda mais.

Não temos o remédio, mas, apesar disto, abraçamos isso. Até porque, nos perguntamos quando o Governo, as forças que colocaram o Governo Lula no poder são forças muito heterogêneas, plurais, etc. O que seria o Ensino Médio para fazer essa travessia e tentar encurtar o caminho e não pegar a educação básica, mas, ao mesmo tempo, dar elementos para ele entender o mundo do trabalho hoje e ser o Ensino Médio integrado uma base de ciência, trabalho e cultura? Não tem nada a ver com for-

mação profissional. Houve uma resistência brutal, mas, exatamente, quando essa ideia estava pegando na sociedade veio uma reforma. E a reforma vai dizer o seguinte: vai ter uma paridade social. Na verdade é uma reforma contra os povos. É interditar um futuro político, de consciência política, de cidadania política a 85% dos jovens que só podem frequentar a escola pública.

Pois bem, essa reforma se diz flexível, a palavra da moda. Ela é, absolutamente, rígida e, por isso, não podemos cair na ilusão de querer remendá-la. O pessoal diz na internet: “Ah, vou fazer emendas”. É tudo o que eles querem. Não tem nada a emendar aí, porque nos deixam emendar aquilo que der a margem, mas não o lucro fundamental. E o que eles não querem abrir mão? Exatamente do lucro daquilo que o Banco Mundial disse que tem que ser pró-partial, rudimentos de fundamentos da ciência, rudimentos da linguagem, rudimentos, enfim, de língua estrangeira, absolutamente, porque só ingleses ensinaram, e que esse jovem seja preparado para ser peão ou, hoje, trabalho simples.

Esse núcleo é o núcleo do governo neoliberal dos anos de 1990. Não por acaso que Magno de Melo e a Guimarães estão afirmando: “já dissemos isso em 1994”. Só que, depois, vieram estragar a ficha, portanto,

volta, agora, um tríplice retrocesso. Essa reforma traz de volta a memória daquilo que sempre combatemos. Regrida a antes dos anos 1953, das Leis de Valência, que era o caminho dos pobres que iam para escola pública e quisessem ascender para uma universidade. O cara fazia industrial, agrícola ou comercial. Quem começava no agrícola tinha que seguir por esse ramo. Ele não podia fazer faculdade em História. Quem fizesse o comercial idem, portanto, não havia a equivalência do Ensino Médio. O Ensino Médio não pertencia à educação básica. E regride como? Agora, ao invés de três nós temos cinco. Os famosos itinerários formativos. Os alunos de nível médio tinham que escolher, a partir do segundo ano, qual o corredor: você vai ser bezerro; você vai ser boi de corte ou você vai ser ovelha negra.

Estamos voltando à década de 1940, gente! O anacrônico que fere o DNA da burguesia antipovo, antinação e antiescola pública. Eu fiz toda minha formação Nível Médio, Superior, Mestrado e Doutorado sobre a reforma da ditadura. O que é a Lei nº 5.692? Não é um palavrão, mas é quase um palavrão. Mas o menino filho de classe popular tinha que já debater no primeiro grau uma iniciação ao trabalho na 5ª série e a profissionalização no nível médio. A reforma traz de volta tamanha e brutal o ensino

profissional obrigatório, porque diz o seguinte: agora, a escola dos pobres não precisa ter professor licenciado. Hoje, nem os estados vão gostar disso, porque vão entulhar naquelas disciplinas coletivas de qualquer coisa e não vão dizer mais do curso.

A PEC 241, congelamento de investimento na Educação por 20 anos e em Saúde. Eu tenho medo que aconteça um dia do cara que perde emprego, porque tem pouco emprego, e vai saber que quem tirou o emprego dele é o fulano. Então, ele vai matando um a um que não tenha currículo para voltar ao posto. Pois bem, então, há um retrocesso à 5.692. Ficou muito mais complicado que a 5.692 essa questão da constitucionalização, porque dá aos estados – e nós sabemos a gestão dos estados vão pelo caminho mais fácil. Qual é a última regressão? O Decreto nº 2.208 do Governo FHC. Então, é um triplice retrocesso. Desde que você complementa uma ideia que ele tenha a mesma na década de 1970. A ideia é: “Para os pobres têm que ser SENAI”. “Senaisar”: SENAI, SENAC, etc. E que não há, portanto, isso que a Maria Helena de Castro disse: “Não há porque imaginar que isso pode ser igual

para todos.”. Tem gente que não precisa, não deve e não chega a fazer um Ensino Médio unitário, igual para todos, etc.

A pergunta dentro desse quadro é: o que fazer? Temos que fazer, sim, autocrítica, mas creio que há contradições à luta e à perspectiva, se temos uma unidade do que é fundamental. Em uma entrevista que fizeram a Augustinho Neto há muito tempo perguntaram a ele quem era intelectual no contexto da revolução angolana. Ele disse: “Intelectual, agora, é quem está na guerra.” “Mas quem é seu inimigo?” “Muito fácil, quem tem um fuzil apontado contra nós. Inimigo para nós são todos os golpistas e seus adeptos.” “E quem ficar neutro?” “Vai levar tiro dos dois lados?” A dificuldade é como ter neutralidade?

Então, temos que ter uma pauta viva. Concordo com o “Fora Temer”, mas temos que dar um passo além. Se pormos ele fora, quem vai no lugar dele? Acho que temos que colocar: fora Temer, eleição direta já ou coisa parecida, para não sairmos de um golpe e entrar em outro. Temos que abrir os olhos e buscar aquele que pode quando pode. Perguntaram para Agostinho Neto o que era para ele a direita

brasileira. E ele respondeu: “a direita brasileira, no seu pluralismo, tem uma unidade”. Olhem os termos: profunda, substancial e inabalável, sejam eles crentes ou não crentes, os ativistas ou cientificistas, sépticos, etc. A Unidade substancial profunda e inabalável é não permitir ao povo que faça política e construa a democracia.

Neste momento, ouço dizer que temos que voltar àquela unidade substancial de forças mais ampla do que aquelas que nós pertencemos e continuamos pertencendo ao nosso pluralismo. Temos que buscar setores mais amplos, quem sabe até com a palavra, aquela forte à época da ditadura, de uma frente democrática contra o rolo compressor que vem aí. Não há derrota para quem luta, porque podemos ser derrotados em uma luta e no passo seguinte nós conseguirmos alcançar aquilo que buscamos. Florestan Fernandes dizia: “a história não se fecha e se abre sozinha. São os homens e mulheres em luta que abrem ou fecham o ciclo da história”. Mas, neste momento no Brasil, na sociedade, na luta democrática, na luta pelo papel social da educação, estamos em um período de, coletivamente em luta, abrir mais um ciclo da história.

**Doutor em Educação: história, política e sociedade pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Professor concursado na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).*



Painel 1: A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas

Emir Simão Sader

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Filosofia pela USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Emir Simão Sader*

Quero começar com uma breve referência. Eu recebo muitos convites, especialmente de professores. Ontem, eu estava em um congresso de professores de Tocantins; hoje, estou aqui. Sou professor desde quando era estudante. Dava aula em uma escola pública de São Paulo. Recebi um convite que me emocionou, em particular, hoje. Estudantes secundaristas de uma escola do interior do Paraná, Cascavel, pedindo para dar uma aula por skype para eles. Sensacional! Mais de 200 escolas no Paraná. E percebiam a contradição: o Paraná é um dos Estados mais reacionários do Brasil. Na eleição em Curitiba os dois candidatos de esquerda somados davam 10% de votos. As famílias desses jovens não são quem estão formando esses jovens. Inclusive, eu falei para ele: qual o nome da escola? Ele falou: “Presidente Costa e Silva”. Eu fiquei, meu filho, muda esse troço. Se for deixar Costa e Silva, pelo menos, coloca Ditador Costa e Silva. Não é Presidente. Ele falou: “Estamos lutando por isso, mas a cidade resiste”. Então, percebiam, mesmo Cascavel é extremamente reacionária e eles estão fazendo movimento com valor formidável.

Agora, deixe-me aventurar em uma ideia: quem botou for-

miguinha nas cabeças deles não foram as famílias. Foram seus professores. Foi o APP que começou, ontem, uma greve geral dos professores no Paraná. Esse é o papel do professor. Esse movimento dos estudantes é uma vitória deles, da rebeldia, mas é uma vitória dos professores. É uma vitória do pensamento crítico.

Isso é formidável! E vou fazer aula com muito orgulho, com muita satisfação, com muita emoção. No Rio de Janeiro temos ido às escolas dar aula. Essa será particularmente significativa, porque será na Escola Presidente Costa e Silva, mas ocupada pelos estudantes contra a reforma golpista do Ensino Médio e pelo “fora Temer”.

Vou falar de política. O que terminou, agora, foi um período político excepcional na história do Brasil que começou em 2003. Período político como houve o da Ditadura, de 1964 a 1985; como houve o Neoliberalismo, de 1990 a 2002. Esse foi excepcional por várias razões. Primeiro, porque foi o mais nervoso período político da nossa história, o que mais incluiu, o que mais lutou contra a desigualdade em um País que era o mais desigual, o continente mais desigual.

E excepcional porque esteve contra a corrente e porque era absolutamente diferente dos outros. Se alguém tinha a ilusão

de que aquele governo não era diferente, olhe o que estão fazendo agora. Foi derrubado para isso. Como se diz, botaram a Dilma para fora por uma porta e por outra entrou o Fundo Monetário Internacional; por outra porta entrou a Shell; botaram a Dilma para fora por uma porta e, daqui a pouquinho, vai entrar mapa da fome. Essa é a virada radical na história brasileira.

O que aconteceu, basicamente? Primeiro: conseguimos uma vitória, em 2003. Sempre que há vitória, é política, porque antes teve uma vitória em nível das ideias, da luta das ideias. Fernando Henrique e Collor ganharam e convenceram a sociedade que o Banco do Brasil era do Estado, o Estado gasta muito, o Estado gasta mal e fizeram aquele arraso no estado dos direitos. Nós ganhamos por quê? Porque dentro do fracasso deles convencemos a maioria da sociedade que o problema fundamental do Brasil é a desigualdade social.

Lula se elegeu por isso, privilegiou essa luta e o povo brasileiro votou quatro vezes a favor de um modelo econômico de distribuição de renda e de luta contra a desigualdade. Isso foi o fundamental dessa época. Eles reverteram isso por meio de uma campanha monstruosa de manipulação da opinião pública.

Dizem as pesquisas deles, que são muito fajutas, que para

o brasileiro o plano principal do País não é mais questão social. É a corrupção. Vem um juiz, do Supremo Tribunal Federal, com os 41% de aumento no seu bolso, dizer que este País está cheio de bandalheira, como se o povo brasileiro fosse corrupto. Corruptos são eles que por 41% de aumento foram comprados. O seu silêncio cúmplice e covarde é a maior violência política e jurídica da história do País. Nem sequer abriram a Constituição para ver se tinha crime de responsabilidade. Ficaram discutindo a venda de pipoca no cinema. Esses caras acham que o povo brasileiro é corrupto.

Eles ganharam na batalha das ideias, impuseram essa ideia na sociedade e tiveram a vitória política. Esse é o mecanismo fundamental. Temos que voltar a discutir projeto de país cada vez mais. Nas campanhas eleitorais nós ganhamos, porque está aí o que eles fizeram nos anos 90 e está aí o que nós fizemos depois com todos os problemas. Ninguém se ilude que todos os brasileiros melhoraram de vida de uma ou outra maneira. Então, cada vez que tem uma disputa mais ou menos igual, nós ganhamos. Eles perderam quatro vezes, têm chances de continuar perdendo, além do mais, porque o candidato pode ser o Lula. Então, é covardia. Por isso procuraram um atalho para o golpe.

Então, tivemos um período extraordinário de continuidade, estabilidade política, inclusão social, soberania política exterior, privilégio das políticas sociais, privilégio da integração regional do intercâmbio Sul-Sul, resgate do papel ativo do Estado para impulsionar o crescimento econômico e garantir os direitos sociais. Foi isso que fez o Brasil ser melhor do que ele era antes. E, agora, vemos a economia dizer: “A Constituição não cabe no Orçamento”. No orçamento que eles querem botar para fora os direitos das pessoas.

Por isso Ulisses Guimarães dizia que a Constituição é uma Constituição Cidadã, Constituição dos direitos. Eles querem estreitar. Exatamente ao contrário do que diz o Lula. O Lula diz que pobre não é problema. Pobre é solução. Ao dar dinheiro para o pobre ele não vai investir no HSBC, na Suíça; não vai fazer sonegação, não vai especular na Bolsa de Valores. Ele vai consumir. Ele vai gerar uma dinâmica virtuosa de geração de emprego, de geração de imposto e assim por diante. Essa é a dinâmica pela qual nós resistimos à crise de 2008. E é ao contrário do que estão fazendo. Estão usando o desemprego, segundo eles, um variável para controlar a inflação. Quer dizer, eu excluo 1/3 de trabalhadores para ter menos demanda, menos pressão sobre os preços e a inflação tende a diminuir às custas da

miséria das pessoas. Assim é fácil acabar com a inflação. Você concentra renda, exclui uma quantidade enorme de pessoas, então, recessão, desemprego e controle da inflação.

Estão fazendo isso como um programa derrotado nas urnas, porque sempre que houve opção os brasileiros os derrotaram. Com maior ou menor margem, foram quatro vitórias seguidas. Um dos grandes problemas na última eleição foi que todo grande empresariado estava contra o Governo. Eles querem ganhar dinheiro, mas querem ganhar na especulação financeira, na sonegação, no paraíso fiscal. Não querem produzir aquilo que o povo precisa, aquilo que o povo quer. Todos eles estavam na oposição e investiram o dinheiro deles onde? Na caixinha para eleger o governo mais reacionário, o Congresso mais reacionário que tivemos na democracia.

E nós errávamos! Porque nós, do movimento popular, incluindo governos, partidos, movimentos sociais, sindicatos, não fomos capazes de eleger um Congresso, pelo menos, parecido com aquele outro que já era ruim. Na prática, o que acabou com a presidenta Dilma mas não foram os erros dela em relação à política econômica, que foi desastrosa; não foram os erros de coordenação política; não foram erros que se arrastaram desde

antes, democratização por meio da comunicação. Foi a maioria parlamentar que eles usaram para derrubá-la e estão usando para um dos maiores retrocessos sociais da história do Brasil.

Porque, agora, é diferente dos anos 1990. Para eles avançarem têm que tirar o que as pessoas conquistaram. Mês passado já tiraram 900 mil pessoas do Bolsa Família que é uma merreca de dinheiro, mas é para mostrar para o empresariado, para o FMI, que não estamos dispostos ao sacrifício. Sacrifício pelos outros. É pouquíssimo, mas é o leite das crianças todos os dias. Para avançar eles têm que atropelar.

Eles estão tirando o Bolsa Família sem possibilidade, o que é de uma crueldade brutal. É isso que eles estão dispostos a fazer, baseado na maioria parlamentar que nós não fomos capazes de impedir. Não há tradição no nosso movimento popular de eleger bancada para defender a Educação Pública no Congresso. Eles têm para defender a educação privada. Não há tradição para defender a saúde pública e o SUS. Eles têm, a bancada, os planos privados de saúde. E se fez representantes dos trabalhadores rurais no Congresso. Três! E um lobby enorme com o agonegocio. Onde está a bancada de homens e mulheres, movimento negro, movimento jovens?

E esse termina sendo o fa-

tor fundamental pelo qual se está desmontando o Estado brasileiro, desmontando os direitos dos trabalhadores, desvinculando, com exceção deles, os recursos que a Constituição tinha obrigado a destinar para a Educação e a Saúde e que devido à Lei do Teto, estão desvinculando. Não estão elegendo os professores para segurar os direitos à Educação Pública. Não elegemos os sanitaristas, médicos, enfermeiros, para defender a Saúde Pública. Temos que mudar isso, ainda mais agora, que temos a possibilidade de superar o financiamento privado, pelo menos, em grande medida. Esse foi o fator determinante que acabou levando a uma ação que vai ser continuada.

É um golpe, porque não havia nenhuma razão para derrubar a Dilma, e também porque está levando à prática um programa derrotado quatro vezes nas urnas. Mas é isso que está acontecendo. Montaram essa farsa e atrás dela está a operação mais monstruosa, midiática, judicial e policial totalitária de criminalização do Lula e do PT, que não é uma pessoa ou um partido. É a esquerda, que é o movimento popular e o povo brasileiro. Quando eles falam do Lula, não é sobre aquele nordestino que perdeu um dedo na máquina. É alguém que representou um projeto de integração social, de inclusão social. Isso é intolerável. Não querem mais

passar pelo susto que passaram em 2003. Então, inventam as coisas mais absurdas para tentar criminaliza-lo. O Lula aparece na opinião pública como personagem da crônica policial. Não conseguem provar que ele tenha se enriquecido, porque continua a viver no mesmo apartamento em São Bernardo do Campo que vivia antes de ser o Presidente de maior sucesso da história política do País. Aquele lugar está lá. Não tem apartamento em Paris. Nada disso que é imputado a é comprovado. Ninguém disse que ele se enriqueceu. Ele teria ajudado empresa brasileira no exterior. E o Serra que ajuda empresas estrangeiras no Brasil? Esse daí não tem problema nenhum.

Estão desmontando o País pela maioria parlamentar que eles conseguiram impor. E agora? Em primeiro lugar, temos que voltar a discutir o futuro do País. A eleição de 2014 foi uma eleição horrível para o campo das ideias. Praticamente, a única discussão era o medo do retrocesso se os outros ganhassem. Não se disse nada do que se faria no segundo mandato da Dilma. Foi muito pobre e, por isso, nós quase perdemos.

No livro que eu organizei e que publicamos no Rio de Janeiro falo sobre o Brasil que queremos, um conjunto de textos, Boff, Dalton Calabria, Benúzio, para voltar a pensar o futuro do Brasil. Não

é a única maneira. É só uma sugestão. Nós temos que politizar profundamente o debate. Nós perdemos! Um candidato horrível como Aécio teve 51 milhões de votos dos quais 30 milhões, pelo menos, são de pobres, beneficiários de políticas sociais que não tiveram a consciência da razão pela qual melhoraram suas vidas. Fomos incapazes de dar essa consciência para eles logo no nosso conjunto. Então, nós perdemos onde a opinião pública foi manipulada, onde a vida das pessoas mudou tanto que isso não tinha efeito. Da Bahia para cima a Dilma ganhou 70% dos votos e nós fomos vitoriosos. Olha a política social predeterminante. Na disputa da opinião pública com o monopólio brutal do meio de comunicação, nós perdemos e continuamos a perder não por causa do monopólio, mas por causa da nossa incapacidade. O Governo fez a melhor política social possível e nós não fomos capazes de ajudar os beneficiários do Minha Casa, Minha Vida; do Bolsa Família, do microcrédito, a eleger seu representante, a se organizar como força social, como força política. Eles votam, porque sua vida mudou, mas não estão conseguindo como força política, força social e força ideológica.

Nós tivemos retrocessos graves e a escola foi um retrocesso brutal. Perdemos a escola como lugar de socialização dos

jovens pobres. A escola não tem mais nenhuma importância para eles. É chata, ruim, concorre com outras coisas que têm um apelo muito mais forte. Na verdade, perdemos a escola com essa característica. Isso é um retrocesso brutal. Não é um lugar importante na vida dos jovens.

Uns dos maiores avanços que tivemos no Brasil, certamente, foram os Centros de Educação Unificados (CEUs), em São Paulo. Quando vemos essa derrota a primeira coisa que penso é: o que vai acontecer? Os CEUs foram construídos na última periferia de São Paulo, onde, às vezes, era necessário pagar pedágio ao traficante para construir. Mas os Centros, além de ações formidáveis, combinam Educação, cultura e esporte. São abertos à comunidade o tempo todo. Dessa forma recupera o prestígio, o sucesso e as pessoas frequentam. Então, é isso em tempo integral. E, além do mais, o Haddad fez a maldade de instalar universidades no CEUs. É claro que temos intempéries. A Dilma gastou muito em Saúde e Educação. Mas ainda falta? Falta! Falta dinheiro para o SUS e para melhorar a qualidade das escolas. Agora, vamos ver o que vai acontecer com uma joia como essa que foi um dos grandes avanços que tivemos na Educação, mas não é a média das escolas que temos.

E nós temos, hoje, respon-

sabilidades graves. Das iniciativas do Governo, aquela que mais possivelmente podemos derrotar é a reforma golpista do Ensino Médio, que é brutal. Mesmo para o nível médio da brutalidade desse Governo. Ela é imposta por um decreto, sem discutir com ninguém, uma violência na transformação que tenta impedir. Até o Faustão por instruções ou por instinto chegou uma hora a falar: “Esse governo Temer está impondo uma reforma na Educação sem discutir com ninguém”. É uma iniciativa que eles fazem que não é obrigatória fazerem isso. Pelo menos, agora, não é.

É a essência do projeto desviar recursos de políticas sociais para pagar juros da dívida. Isso é fundamental. A reforma educacional pode não ser. Existe uma ideologia na sociedade, parte real e parte falsa, de que a Educação é a salvação da humanidade. Não é! Se educação fosse a salvação da humanidade, a Europa estaria salva, continente com maior nível educacional. Depende do tipo de Educação. Se for Educação de formação, tipo Google, não muda nada. A Educação emancipadora, de Paulo Freire; a Educação que ajuda os jovens a entenderem o mundo, essa sim é fundamental e decisiva. E a palavra Educação, hoje, estatisticamente, para uma parte alta é negócio, business, investimento.

A mobilização anterior dos

secundaristas era para não fechar as escolas. Agora, é diretamente contra a reforma e fora Temer. E os professores em greve! Eu acho que temos aí um vilão fundamental. Nós somos fundamentais por duas razões: primeiro porque trabalhamos com as ideias. Temos o privilégio de trabalhar com ideias. A maioria esmagadora da humanidade tem um trabalho físico, animalesco, reprodutor, desagradável. Nós podemos elaborar, influenciar, mobilizar, sensibilizar, colocar indignação. Então, temos um papel fundamental, neste momento, de retomar a luta das ideias. É a luta das ideias que poderá voltar a mudar o mundo.

Os Estados Unidos são importantes no mundo não pela força econômica, força militar ou força política, mas porque generalizaram, globalizaram, um conjunto de ideias que eles chamam: American way of life, o modo de vida norte-americano. São valores que globalizaram muito, estilo shopping center, marcas, consumismo, estilo Mac Donald's que está na China e está na periferia da nossa cidade. É uma coisa que generalizou. E não há nenhum outro conjunto de valores que disputem com eles. Não são os evangélicos, não são os islâmicos. Eles predominam. Temos que ajudar a nossa sociedade a consumir valores humanitários, solidários, cooperativos. É a hora de fazer, de ajudá-los a fazer isso. Ninguém

faz pelos outros. A esquerda, hoje, está unida no Brasil, só que está isolada em relação à massa da sociedade.

O maior eleitor nas eleições municipais foi o pobre, de periferia, que não votou em ninguém. Ou se absteve ou votou branco ou votou nulo. É triste, mas tem o lado bom: ele não foi cooptado pela direita. Ele se desinteressou, porque não se aproximaram dele com ideias importantes. No Rio de Janeiro, uns dos principais problemas são as barbaridades que se fala do Freixo. A candidatura do Freixo é desconhecida na periferia. Não sabem quem é ele e o que ele propõe. Então, existe uma massa importantíssima a ser disputada na periferia. E nós podemos e temos capacidade e condições para isso.

E a segunda razão é que nós temos a luta contra a reforma golpista do Ensino Médio como batalha fundamental. Que pode mobilizar pais de alunos, famílias e classe média, se conseguirmos difundir a ideia do quanto se perde de conhecimento, de futuro, de socialização, com os cortes que estão postos.

Temos responsabilidades enormes e não só na reforma. Em todas as iniciativas do Governo o nosso papel é entender, detalhar e ajudar as vítimas do Governo a entenderem o que isso afeta na vida delas. Esta é a parte dos professores agora, porque o gra-

ve de fazerem um Governo tão reacionário é que afeta a vida das pessoas. É uma ditadura de outra ordem. Não é uma ditadura que pode impor a censura de qualquer maneira. Temos responsabilidades grandes, enormes, em relação aos jovens e ao conjunto da sociedade, para discutir o significado dessa reforma.

O conjunto de medidas do Governo é escandaloso. Primeiro eles anunciam uma coisa muito grave, depois, diminuem um pouco e parece que tiraram o bode da sala. Aposentadoria aos 70 anos para o homem e para a mulher. Veio aquele canalha do Ministro para tentar justificar e falar: "Os homens não vão tanto ao médico, porque os homens trabalham muito". É o homem que fica grávido; é o homem que dá a luz; é o homem que amamenta e tal para tentar justificar tudo ali. Vão tentar voltar ao mesmo nível, 65, um pouquinho acima da média da vida do brasileira. Terá brasileiro que morreu e a viúva terá que pagar, ainda, porque não chegou a idade da aposentadoria, não cumpriu seu papel de ser produtivo. Teve a péssima ideia de morrer antes. Mas observe a idade com que se aposentaram Fernando Henrique, Temer, Gedel.

Existe uma iniciativa singela, que já foi até transformado em Projeto de Lei, de que tudo que decidirem sobre aposentadoria

tem que valer para eles. É o mínimo. Seria razoável que o que eles decidissem sobre o futuro de todos os brasileiros tivesse validade. Mas nada disso. São aparatos que podemos ter argumentos fortes para debater com a base da população, em relação aos direitos das mulheres, em relação àquilo que não está manifestado.

Porque o maior escândalo do Brasil - e o Brasil, hoje, está povoado de escândalos - é o genocídio dos jovens negros. A Polícia mata todos os dias 8, 10, 12, 15, anonimamente, delegados pela classe média que diz para eles: "Eu não quero esses moleques aqui. Eles são risco." E são mortos. A imprensa produziu a manipulação de fazer com que eles sejam agentes da violência e não vítimas. Então, no Congresso, no pacote de retrocessos está a diminuição da idade de imputabilidade penal. Saiba o seguinte: em democracia com um governo supostamente progressista, no Chile, há mais de 20 anos a idade de imputabilidade penal é de 14 anos. Se um moleque comete um crime aos 15 anos, vai para o presídio para o resto da vida. A sociedade quer que esse moleque seja preso. Pega um dos setores mais frágeis, que são os jovens negros.

Nenhum político brasileiro focaliza esse tema. Por isso os jovens negros têm que colocar; têm que eleger alguém; têm que representar a si mesmos, porque

ninguém vai representá-los. Eles são a maioria dos jovens pobres, aqueles das periferias, que se incorporaram em parte nessa luta e hoje se expressam muito mais na música do que na representação política direta, mas são os nossos alunos. Ou há aqueles que não chegam à escola, não se interessam, chegam e vão embora e, depois, são assassinados na esquina. Essa é a maior monstruosidade em um País cheio de monstruosidades. Temos que colocar tudo isso para fora e discutir aquilo que temos coragem de discutir. O nosso Governo não quer. É um direito ao amor, à descriminalização das drogas, noções básicas para que a juventude se interesse pela política. Não podemos defender a política com essa coisa monstruosa que está aí. Temos que ser instrumentos para discutir em sala de aula essas coisas. A escola sem partido, a influência política dos meios de comunicação. O que a mídia não diz não existe, não existe. E o que ela coloca ênfase é o que interessa.

Em São Paulo, em uma das maiores manifestações contra o Haddad, na Folha de São Paulo disseram: "De cada seis pessoas que o Governo tenta recuperar do craque, quatro voltam, quatro vencidos". Porém, como recuperar seis pessoas de uma coisa tão difícil quanto o craque? Essa manipulação do copo vazio/copo

cheio chegou a esse nível, a essa desumanidade. Resgatar seis dependentes de craque é uma vitória extraordinária. Eles fazem uma demanda. Estão gastando mal o seu dinheiro, porque dos quatro que gastaram dinheiro voltaram para o craque. Está a esse nível a elaboração da manipulação.

Estamos em uma hora difícil. Eu sou pessimista a curto prazo, mas sou otimista a longo prazo. Primeiro, porque é um governo sem nenhuma popularidade, e se não tiver popularidade, não vai fazer economia. Tem que se resignar aos cinco conceitos que o Temer falou, não vai ter popularidade, não vai ter apoio, nada. Eles contam com a maioria do Congresso, contam com os meios de comunicação, contam com o silêncio cúmplice do Judiciário, mas a massa da população está, absolutamente, disponível para tomar consciência do significado desse Governo da luta pelas Diretas e assim por diante.

Eu acho que é um momento importante de virada da nossa política, porque eles vão pagar um preço caríssimo pelas monstruosidades que estão fazendo. Nós temos que derrotar as iniciativas deles. E a iniciativa educacional é aquela que temos mais ao alcance das nossas mãos, porque estamos nas escolas; os shoppings estão mobilizados; a opinião pública é potencialmente muito sensibilizada pela ideia do

direito à educação e assim por diante.

É a hora de resgatar a educação pública. Se é pública, é para todos, como diz a campanha levada adiante pelos empregados da Caixa Econômica. “Se é pública, é para todos; se é privada, é para alguns”. Eles querem uma educação que seja só uma mercadoria. Quando começou a política de cotas a classe média teve um acesso ao igualitarismo. “Ah, meu filho tem superior. O candidato 48 passou na frente dele”. Mas não somos todos iguais dentro da lei? Só que para preparar o filho para entrar na universidade ele usou todo o dinheiro dele para com cursos. Essa hora não são iguais? Chega na hora de estar lá. E a política de cotas é uma vitória extraordinária que tivemos.

O Mais Médicos é um tema para discutir na sala de aula com os alunos. Os médicos cubanos não são necessariamente os melhores médicos que os nossos. Mas são melhores cidadãos. Eles sabem que o médico é feito para cuidar do sofrimento das pessoas. E os médicos formados nas universidades públicas, nos melhores cursos de Medicina, saem

do curso, fecham e abrem consultórios para atender madame e filho de madame. São médicos fazendo curso gratuitamente, pagos pelo imposto dos trabalhadores cujos filhos não chegam à universidade. O mapa dos médicos formados nas universidades públicas do Brasil está longe de onde estão as doenças. A diferença do Mais Médicos foi levar o médico onde as doenças estão. Para nossa vergonha os beneficiários do Mais Médicos dizem coisas do tipo: “Eles olham nos olhos da gente. Eles tocam na gente”. O médico nem chega lá, mas quando ele chega não olha nos olhos e não toca no paciente. Toda medicina é pública. Toda educação é pública e assim por diante.

Esse é um tema fundamental para mostrar que saúde é valor de uso, não é valor de droga; educação. Tudo isso é direito. Não é mercadoria. Mercadoria é aquele que vai abrir o consultório e não devolve nada à sociedade. Este é um tema importante de diálogo.

Como o diálogo sobre as cotas temos que discutir com os alunos, como amplo direito ao amor, a discriminação das drogas.

Temos que levar esses temas para eles para sentirem que a escola é deles não, apenas, porque ocupam a escola, mas os temas deles são discutidos nas escolas.

Estamos em um momento de virada, de virada negativa, mas, absolutamente instável. Esse Governo não tem futuro. Ele tem um passado hediondo, dos anos 90. Estão tentando tirar o futuro dos jovens brasileiros. Estão tentando tirar o direito dos próprios brasileiros decidirem o que querem e comprometerem os próximos 20 anos os recursos da educação e saúde. Temos que usar esse potencial conservador, irracional e cruel como instrumento de consciência da massa da população. E ninguém melhor que professores! Está no nosso DNA, na nossa atividade cotidiana. Nós trabalhamos com ideias. É a coisa mais importante, a coisa mais significativa.

Repito: quando ganhamos a batalha das ideias, tivemos vitórias políticas. Não tivemos atrasos e nem derrotas. Temos que voltar a discutir projeto para o futuro, projeto para a sociedade, para a educação, projeto do País, das novas utopias.

**Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Filosofia pela USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).*



Painel 2: O Currículo Escolar e suas Interfaces com a Formação dos Profissionais da Educação Básica Frente aos Desafios da Escola no Século XXI e o Processo de Mercantilização da Educação Pública

Luiz Carlos de Freitas

Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Psicologia Experimental pela USP e professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Luiz Carlos de Freitas*



O atual momento exige que reflitamos sobre as reformas em curso no Brasil e em especial sobre a reforma educacional em execução. Nunca foi tão necessário vincular nossa atuação profissional às temáticas do nosso tempo. Essa é uma característica da educação e de seus profissionais. O fenômeno educativo não existe fora do seu tempo. Não existe o/a educador/a alheio ao presente, pois sua atuação projeta-se no futuro, recolhe do passado os elementos para entender o presente, recusa a neutralidade estéril. Portanto, para entendermos nosso lugar profissional, nossas lutas, temos que levar em conta os acontecimentos que nós estamos vivendo e contextualizar nossa atuação.

Como falar sobre o currículo da escola, hoje, sem levar em conta a Base Nacional Comum Curricular que está sendo proposta pelo governo? Como falar de formação de professores/as sem, levar em conta a Base Nacional para formação de professores/as? Como ignorar os impactos da presente reforma educacional imposta pela ditadura do mercado que implementa uma reforma empresarial da educação que a joga na mercantilização. Estas

questões, se não forem situadas, nos impedem de projetar a própria luta concreta, seja no curto ou no médio prazo. E que não se pense que tais eventos são distantes e que não nos atingirão em nossa sala de aula. Toda a base jurídica reguladora das relações sociais e profissionais está em cheque neste momento.

Conjuntura e objetivo do golpe

Ao contrário do que alguns/as colegas pensam, nós não estamos frente a uma mera troca de governo motivada pelo combate à corrupção ou ao desgoverno. Nós não estamos frente a um ciclo restrito e curto de políticas públicas econômicas e sociais, que rapidamente se desgastarão porque apenas propõe ajuste fiscal e retirada de direitos. Isso é parte de uma estratégia muito mais ampla, e vai além de um governo provisório o qual cederá lugar, no momento oportuno, a outros desdobramentos que completarão essa estratégia inicial que foi proposta pelo golpe. Portanto, devemos pensar em um ciclo de curto e médio prazo, no qual teremos que lutar duramente contra toda uma concepção radical que visa a desregulamentação social e profissional deixando os trabalhadores à mercê dos desejos das corporações empresariais, de forma que possam maximizar taxas de acumulação de riqueza. E dentro desse ciclo, nós não va-

mos ter apenas um ajuste fiscal, ou algumas poucas medidas de impacto negativo, mas todo um reordenamento que pode trazer grande prejuízo para a classe trabalhadora.

Como analisa Dowbor[1]: “Por meio do endividamento do Estado e dos outros mecanismos, gera-se um processo em que o governo, cada vez mais, tem de prestar contas ao ‘mercado’, virando as costas para a cidadania. Com isto, passa a dominar, para a sobrevivência de um governo, não quanto está respondendo aos interesses da população que o elegeu, e sim se o mercado, ou seja, essencialmente os interesses financeiros, se sentem suficientemente satisfeitos para declará-lo ‘confiável’. De certa forma, em vez de república, ou seja, res publica, passamos a ter uma res mercatori, coisa do mercado”.

Está em pauta, portanto, um conjunto de reformas e entre elas as soluções que privatizam saúde, educação, segurança, o que exige que nós nos aprofundemos, conceitualmente, nas razões pelas quais enfrentamos esse golpe e nas estratégias que ele vai colocar em curso, inclusive para além do governo Temer. Portanto, essa é uma contingência de curto e médio prazo para a qual não

basta apenas indignação, essa nós já temos. É preciso além da indignação, ir a um aprofundamento conceitual, uma convicção conceitual que nos permita esclarecer, debater e mostrar as implicações que têm o caminho que nós estamos sendo obrigados a seguir, que estão impondo ao Brasil nesse momento. Esse é o alerta que gostaria de enfatizar.

Nós passamos muito tempo recusando ver as relações sociais como um processo de luta de classes e agora estamos tendo que aprender com a direita que a luta de classes existe, pois ela está praticando isso declaradamente. Neste processo, classes e frações de classe juntam-se ou se opõe em função de seus interesses econômicos. Esta disputa por interesses tem sido analisada e já emergem os primeiros entendimentos que podem nos ajudar a conhecer melhor o presente momento.

Para Berringer[2], com a política do governo de Fernando Henrique Cardoso, a elite empresarial nacional assustada com os processos de privatização em curso no final de seu segundo mandato migrou para um acordo com os neodesenvolvimentistas, estimulados por Lula, construindo um acordo nacional que envolveu o afastamento deste elite da esfera de sustentação de Fernando Henri-

que Cardoso. Emergiu daí, com a Carta ao Povo Brasileiro, um novo bloco de poder que sustentou os 13 anos seguintes.

Ao longo desse período, a ideia era que haveria um ganhador: ganhariam os trabalhadores, porque com o processo de desenvolvimento haveria melhores salários, e ganhariam os empresários, para não falar dos banqueiros que sempre ganham em qualquer situação, porque a produção também levaria a um faturamento maior por parte das empresas que poderia maximizar seu lucro.

No entanto, durante esses anos todos, o fortalecimento e as mudanças nas cadeias produtivas internacionais e o próprio resultado do pacto interno neodesenvolvimentista que não levou a um aumento da produtividade do trabalhador brasileiro como era esperado pelos empresários, ao mesmo tempo em que o salário médio do trabalhador cresceu, frustraram os desejos de desenvolvimento do empresariado. A baixa produtividade associada às mudanças internacionais, especialmente as que aconteceram depois de 2008 com a quebra dos bancos e o intenso processo de financeirização, levou a elite empresarial que estava apoiando Lula a redefinir os seus apoios e voltar-se para o antigo grupo de suporte às teses da coalisão

PSDB-DEM do governo de Fernando Henrique Cardoso.

As mudanças que seriam necessárias para esta elite recuperar o “tempo perdido” dificilmente seriam aceitas pela população através de um processo eleitoral – as eleições de 2014 provaram que Aécio com teses muito mais brandas, já não conseguira ganhar as eleições. Restou a opção de um golpe jurídico, parlamentar e midiático. Foram usadas como “desculpas” supostas “pedaladas” fiscais do governo e a revelação dos esquemas fraudulentos de financiamento eleitoral que, hoje, sabe-se, atingem a todos os partidos.

Do ponto de vista econômico a proposta do golpe é reinserir a economia brasileira no interior da economia mundial, tarefa iniciada por Fernando Henrique Cardoso. Com isso, o empresariado nacional almeja pegar uma carona nos processos de geração de lucro junto a cadeias internacionais de produção de valor. No entanto, esse processo de articulação da produção nacional com as cadeias internacionais de produção, só é possível se forem postos em prática os ajustes com os quais Temer se comprometeu.

Estas cadeias internacionais exigem livre comércio e uma redefinição do Estado – não só em termos de gastos,

mas também na sua função – de maneira a terem total liberdade para autorregular suas atividades. É por isso que para o governo Temer, o Mercosul regional não interessa, ele cria travas nesse processo de livre circulação mundial. Prefere o Acordo de Livre Comércio de Serviços (TISA, na sigla em inglês) que é um acordo de 26 grandes países que controlam o comércio mundial. E isso inclui a prestação de serviços na área da educação.

Para ser “confiável” o país precisa obedecer a regras internacionais que dão segurança aos grupos investidores e que permitem a ‘intercambiabilidade’ de processos em escala mundial. Isso inclui o livre comércio, não restrições para investimentos, privatização, criação de novos mercados, colocando à disposição das grandes cadeias áreas antes gerenciadas pelo Estado. Necessitam de acesso sem restrições à força de trabalho, ou seja, mudanças na CLT, terceirização, sem o que fica difícil operar segundo as expectativas de rentabilidade em escala internacional. Necessitam da obediência a padrões técnicos internacionais para permitir que haja um planejamento global do processo produtivo com menor custo. E essas medidas só podem passar recorrendo-se a um golpe, porque se for por um processo de eleição, não são apro-

vadas, como se viu com Aécio. Portanto, só um golpe conseguiria firmar essas medidas que são mais duras. Daí o nome “travessia” dado à proposta golpista pelo PMDB.

A contradição entre instruir e explorar

Seria importante chamar, agora, atenção para um segundo bloco de motivações do golpe e que tem implicações não menos importantes para o entendimento da educação atual. Trata-se de algo já alertado há muitas décadas por Marx. Ele dizia que o próprio desenvolvimento das forças produtivas exigiria criar um/a trabalhador/a um pouco mais instruído/a para dar conta dos processos de automação industrial.

Essas exigências vão sendo postas em prática pela própria reestruturação produtiva. Mas note o que acontece, cria-se uma contradição. O capital que sempre negou instrução à classe trabalhadora, porque com trabalhadores mais instruídos fica mais difícil justificar a exploração, pois tem que lidar com uma pessoa mais bem informada, com mais capacidade de crítica, vê-se, agora, na contingência de ter que instruir um pouco mais para poder explorar mais, fazendo uso de altas tecnologias envolvidas nos processos de reestruturação produti-

va.

Acendem-se todas as luzes vermelhas: “como fazer para distribuir um pouco mais de escolarização, sem correr o risco de elevar a capacidade de análise do povo, a capacidade de pensamento, e evitar que o povo comece a entender a lógica desse sistema insano, que promove a miséria em uma ponta a custo da acumulação da riqueza na outra? Esse é um dos dilemas contemporâneos do capitalismo, ou seja, a escola passa a ser um local disputado pelo capital, e essa disputa está colocada hoje para nós e já estamos começando a sentir isso através das ações que estão se desenvolvendo nas reformas educacionais atuais – em escala mundial.

A disputa pela escola

Os empresários resolveram disputar a escola. A primeira característica deste movimento de reforma é a privatização da gestão das escolas. Colocar a gestão da escola em mãos privadas, nas mãos de organizações sociais, ou apoiar a própria escola privada com mantenedora própria, permite um maior controle dos processos administrativos e pedagógicos da escola, no plano do controle da instituição escolar. A segunda iniciativa diz respeito a padronizar o processo educativo através de Bases

Nacionais comuns obrigatórias. E a terceira ação refere-se ao incentivo para que se controle o trabalho do professor em sala de aula convertendo cada aluno e pai de aluno em um fiscal do que o professor faz na sua sala de aula, com o projeto Escola sem Partido.

Se pelo campo da privatização controla-se a gestão da escola, pelo campo do “escola sem partido” chega-se ao interior das salas de aula, mobiliza dentro da sala de aula os estudantes mais conservadores e seus pais contra o/a professor/a. Essas ações: privatização, padronização e o Escola sem Partido, são produto de um mesmo movimento de controle político e ideológico da escola. Estão associadas e visam disputar o terreno da escola de maneira a poder dar umas gotinhas a mais de instrução sob controle, sem correr o risco de que isso possa elevar a formação crítica dos nossos estudantes. Isso está na base do golpe.

Esse movimento, portanto, traz de volta para dentro da educação aquilo que nós já criticamos desde 1980, ou seja, o enfoque do “tecnicismo”. Só que lá em 1970, 1980, o tecnicismo não tinha uma base tecnológica adequada para estabelecer todas as suas teses. Hoje, ele volta com uma nova base tecnológica e, portanto, com mais capacida-

de de intervir dentro da sala de aula e dentro da escola.

Responsabilização, avaliação e meritocracia como instrumento de privatização

É sempre bom olhar o que aconteceu nos países que já passaram, ou que estão passando por essas mesmas mudanças que nós estamos passando no Brasil. Primeiro, note-se que a política educacional está sendo internacionalizada e falam mais alto na condução dessa política organizações internacionais como, por exemplo, a OCDE, Organização para a Colaboração e Desenvolvimento Econômico. Esta política tem três categorias que explicam a sua operacionalidade. Primeiro, é baseada na responsabilização da escola pela obtenção de certos índices em exames nacionais. Responsabilização que é seguida de meritocracia: você responsabiliza e depois pune quem não conseguiu obter aquilo para o qual foi responsabilizado, ou dá uma premiação para quem conseguiu obter. Meritocracia e responsabilização são duas categorias que são a porta de entrada para a privatização, por elas você define quem será privatizado ou não em um determinado momento, e isso vai depender do atingimento das metas que foram estabelecidas.

Essas três categorias ope-

ram de uma maneira articulada nos exemplos da política educacional dos Estados Unidos, do Chile e em outros países que usam o mesmo modelo de funcionamento para a educação pública. O núcleo disso é a padronização. Na visão desta proposta dos reformadores empresariais, tudo começa pela definição das competências e habilidades a serem ensinadas, tudo tem que começar com uma padronização, porque sem a padronização não é possível responsabilizar a escola, e sem responsabilizá-la não se pode definir o mérito.

Este é o sentido que têm as bases nacionais comuns. O currículo nacional é entendido como um conjunto de objetivos que contém competências que constituem uma matriz de referência, a partir da qual faz-se um exame nacional censitário para aplicar nas escolas e avaliá-las. Essa é a visão tecnicista que está sendo utilizada nesse momento na elaboração da base nacional curricular. Nós não somos contra uma Base Nacional que sirva de referência, mas nós somos radicalmente contra uma base nacional que seja feita para responsabilizar, avaliar e em seguida privatizar.

Fixado o que tem que ser ensinado, surge a necessidade de se fazer também uma base nacional que defina como se

forma professores/as. Novamente, uma base nacional para controlar as agências formadoras de professores/as em âmbito nacional.

Complementa esta proposta o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica que tramita no Congresso Nacional, e que prevê exames dos/as professores/as recém-formadas/os e em exercício.

Mas não para aí, controlar o currículo, a formação dos/as professores/as, leva também ao controle do próprio material didático utilizado pelas escolas. Este processo de padronização garante controle sobre o conteúdo e método do processo escolar, que associados à Escola sem Partido, fecham o cerco sobre o professor e a escola – especialmente na escola administrada por organizações sociais.

Anteriormente, não havia uma base nacional obrigatória e isso fazia com que o material didático fosse preparado no âmbito dos estados. Com a base nacional, 60% do conteúdo das escolas em âmbito nacional, passa a ficar definido previamente, motivando a atuação de grandes corporações educacionais na produção de material didático. Um mercado fantástico que se abre para as grandes corporações.

A lógica dos negócios na educação

A lógica desse sistema é

que a privatização é necessária porque a qualidade da educação melhorará se houver concorrência entre as escolas. É a mesma lógica do mercado que é transferida para dentro da área da educação equivocadamente. Se lá no mercado é normal que tenhamos ganhadores/as e perdedores/as, esta, no entanto, não é a lógica da educação na qual só pode ter ganhadores/as. Portanto, a lógica dos negócios não é transferível para a área educacional. E esta transferência rompe aquilo que é fundamental para o processo de educação dentro das nossas escolas, a colaboração, porque ela instaura a competição entre professores/as, entre escolas, supondo que essa concorrência seja saudável para o aprimoramento da qualidade da educação.

A lógica do controle e da mercantilização implicam, igualmente, em um processo de expropriação do/a professor/a, expropriação do seu trabalho vivo e sua conversão em trabalho morto dentro de sistemas de aprendizagem informatizados. Esse fenômeno já era conhecido em outras profissões. Muitas profissões desapareceram na medida em que o processo de transferência de trabalho vivo foi sendo acumulado no interior de sistemas informatizados. O tecnicismo dos anos 80, embora tivesse essa presciência, não tinha

tecnologia para fazer isso. O tecnicismo de hoje, tem tecnologia para desenvolver tais sistemas.

O controle da formação do/a professor/a e do material didático, associado aos processos de privatização da gestão já estão sendo ensaiados em Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal. A privatização ocorre pela utilização de vouchers, através de um vale que é dado aos pais, mensalmente, para pagar a escola que ele escolher para seu filho – normalmente privada. Ocorre ainda, pela transferência da gestão da escola para organizações sociais, que estamos vendo ocorrer em Goiás.

Esses são os mecanismos que estão sendo utilizados no Chile, nos Estados Unidos e em vários países os quais apostaram na concorrência entre escolas para melhorar a qualidade da educação, punindo as que não melhoraram neste processo de disputa. Nenhuma dessas estratégias foi bem-sucedida. Em todos os países onde ela foi utilizada, elas produziram um aumento da segregação escolar. Ao contrário das promessas que fizeram sobre a redução das disparidades escolares entre ricos e pobres e do aumento de qualidade, obteve-se o inverso.

O Chile é hoje, depois de 30 anos dessas políticas, um dos países mais segregados do mundo, do ponto de vista esco-

lar. Os Estados Unidos, país que prometeu desde 1984 que a privatização iria diminuir a brecha entre estudantes ricos e pobres, aumentou-a de 26,2 para 31,2 pontos. Nenhum deles cumpriram a promessa de maior equidade na educação. As consequências associadas a isto são claras na literatura: a destruição da escola pública e a destruição do magistério público.

Escola pública de gestão pública

Até agora a educação pública, gratuita laica e de qualidade era uma bandeira que nos distinguia, hoje não é o suficiente para nos distinguir. É preciso exigir a educação pública com gestão pública. O que está em jogo é um assédio à escola pública destruindo-a com a privatização. Nós temos que ser contra a privatização através de vouchers e a privatização através de transferência de gestão para as escolas de organização social.

Uma bandeira importante de luta é a gestão democrática das escolas. As Organizações Sociais (OS) temem a gestão democrática, porque não são geridas democraticamente. E se elas tivessem que adotar a gestão democrática, perderiam o controle sobre o processo. Portanto, nós temos que aprofundar a discussão da gestão democrática das escolas como um antídoto para os processos de privatização.

A forma de atuação que promete ser a tônica do atual governo federal pode ser vista com a edição da portaria de educação integral no ensino médio. Essa portaria estabelece que “existirão 572 escolas de tempo integral financiadas pelo governo federal”, desde que melhorem no ENEM. Depois de três anos podem perder financiamento do governo Federal se não estiverem 15% acima do que estavam no ENEM quando começaram a receber financiamento. Esse é o jogo que o governo fará. Isso, nós não conhecíamos no Brasil até agora. A reforma empresarial caminhava por alguns estados e pelos municípios, pelos governadores e pelos prefeitos, mas com recursos deles, sem apoio formal do governo federal. Agora, essas ideias serão apoiadas desde o governo Federal. O recurso federal será condicionado a que estas ideias sejam aplicadas. Os impactos, portanto, serão cada vez mais sentidos por nós.

Impactos na profissão docente

Para a profissão docente, os impactos mais importantes serão, provavelmente, a desqualificação da preparação profissional e da profissão e a expropriação do trabalho do professor, transferindo-o para sistemas informatizados. Além disso, devemos nos preparar

para uma série de dispositivos legais que procurarão tirar a estabilidade do emprego do servidor público.

Deverão aparecer organizações como as existentes nos Estados Unidos, conhecida por Teach for America, que preparam “professores/as” para atuar em escolas em cinco semanas. De fato, já funciona no Brasil uma filial desta organização, conhecida como Ensina. A rotatividade de professores/as torna-se brutal, destruindo o magistério público, pois estes “monitores” que assumem não ficam na profissão, migrando para outras assim que podem.

Para flexibilizar as agências de formação profissional, introduzindo organizações como estas, será necessário que se caminhe para processos de certificação profissional, cujo protótipo está sendo debatido neste momento no Congresso com o nome de Exame Nacional do Magistério da Educação Básica – ENAMEB.

Resumindo

Em resumo, a proposta destas reformas é criar um mercado educacional, com a crença de que a dinâmica entre padronizar, avaliar e responsabilizar meritocraticamente os agentes da educação, conduzirá à melhoria dos índices educacionais, pela concorrência que impulsiona a disputa pelas recompensas

meritocráticas (para evitarem-se as punições).

Tudo acontece como se estivesse em jogo garantir direitos de aprendizagem. A pressão da concorrência gera processos verticalizados e autoritários de controle sobre as escolas e seus atores. Tais processos vão redesenhando e fortalecendo a internalização da exclusão por dentro do próprio sistema educativo, justificados pelo desempenho do aluno em testes estreitos vinculados a “matrizes de referência” que passam a definir o que se entende por “boa educação”.

Os professores vão sendo responsabilizados e tendo seus rendimentos vinculados a processos de pagamento por bônus de mérito ou por valor agregado (quando uma parte de seus salários depende diretamente do resultado dos estudantes nos testes). A gestão das escolas vai igualmente sendo responsabilizada, podendo ser objeto de intervenção externa (pela troca dos profissionais da escola, por sua conversão em escolas administradas por organizações sociais ou mesmo seu fechamento). As variáveis externas às escolas responsáveis por até 60% do desempenho dos estudantes, vão sendo secundarizadas. Aos olhos do senso comum, a reforma vai se consolidando

como uma ação destinada a proteger as crianças e a penalizar o descaso do serviço público para com elas. A gestão privada vai se firmando como modelo de referência.

Os empresários vão tomando a educação nas suas próprias mãos e afastam os educadores profissionais dos processos decisórios. Os empresários passam cada vez mais a interferir na formulação da política, através de uma malha de Fundações privadas, Institutos e técnicos de agências.

É importante enfatizarmos que embora a estratégia de implementação da reforma empresarial seja flexível e variada, sua destinação não é melhorar a gestão pública mas visa, como último objetivo, liquidar a educação no âmbito da esfera pública e transferi-la para o controle direto do livre mercado. A inserção dos sistemas públicos de educação em processos de competição mercadológicos, não é uma forma de tentar melhorar a educação pública, mas de destruí-la.[3]

Resistência com base

Neste quadro desfavorável, é importantíssimo que se organize uma resistência a estas ideias. Devemos ter aprendido, entre as lições do golpe, que

nossa luta, para ser forte, necessita estar ancorada em amplas bases de apoio. A resistência na área da educação não pode ser organizada de forma diferente.

Uma das características do golpe é a proposição de medidas que enfraqueçam e/ou eliminem os sindicatos, portanto, devemos também cerrar fileiras em torno a nossas instâncias representativas e organizativas, fortalecendo-as como mecanismo de coordenação estratégica das lutas.

Além disso, cada professor/a deve ter consciência do que estas ideias representam para o futuro de nossas crianças, para o futuro da educação pública e do próprio magistério público. Cada um/a deve saber porque lutar e como fazer de seu espaço de trabalho um front contra estas ideias. Somente seremos bem-sucedidos na condição de que cada professor/a, cada estudante, cada gestor/a, cada pai e mãe de nossos estudantes se somem a esta resistência.

Isto é possível. Assim se organizam hoje as forças contrárias a estas ideias nos Estados Unidos e no Chile ou em outros países vítimas deste processo. Assim estes povos têm conseguido enfrentar estas dificuldades e lutar por um sistema público de educação com gestão pública. Uma luta longa e dura nos espera.

**Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Psicologia Experimental pela USP e professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*



Painel 3: Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso

Luiz Fernandes Dourado

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor aposentado e conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Luiz Fernandes Dourado*



temática proposta é muito importante no cenário atual, que é discutir o Plano Nacional de Educação por decorrência dos Planos Estaduais e dos Planos Municipais. Vou fazer uma explanação geral a respeito do Plano Nacional de Educação, seus desdobramentos; pontuar muito na análise da conjuntura no cenário atual que estamos vivenciando, na realidade brasileira, com dinâmicas que sinalizam uma perspectiva de grandes retrocessos na agenda nacional mais ampla e, sobretudo, dos direitos sociais. Se olharmos para o campo nacional, certamente veremos na esteira desse movimento em direção à perda de direitos, coloca-se, também, um conjunto de bandeiras construídas historicamente por nós, Profissionais da Educação, no tocante a uma Educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade.

As nossas perspectivas e os nossos horizontes devem ser horizontes da luta política que travamos, historicamente, e que tanto têm sido bandeira do SINTEP/MT quanto da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que é de pensarmos que qualquer alternativa, qualquer saída política ou aquilo que nos unifica e garante uma convergência da nossa luta, independente se somos professores, se somos funcionários, técnicos especialistas. Quer dizer, enquanto diferen-

tes Profissionais da Educação, há um horizonte muito claro que é o de defesa da Educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social. Quando falamos de perda de direitos estamos falando, exatamente, de ameaças muito direcionadas para o campo educacional. O cenário que nos avizinha é um cenário de necessária articulação da política, de um processo de formação. É um processo de formação que deve, cada vez mais, nos levar a ter uma aliança enquanto profissionais da educação, debatendo essa agenda, mas, mais do que isso, lutando para que essa agenda emancipatória não venha a sucumbir face aos graves prejuízos impostos à sociedade brasileira.

É importante falar sobre o Plano Nacional de Educação, mas pensando em um Plano Nacional na sua intersecção com os planos estaduais e com os planos municipais; pensando no movimento que foi feito pelo Estado de Mato Grosso, inclusive, na perspectiva do Plano Estadual de Educação em vários de seus municípios. Mas, também, chamando a atenção para a importância política da ação deste Sindicato em direção a essa perspectiva ampla da educação nacional, dessa agenda nacionalmente encontraram um laboratório extremamente fértil em Mato Grosso. Nessa relação dos planos de Educação e a democratização da Educação, particularmente, mas textualmente, focalizando a democratização da Educação Básica e chamando

atenção para as tendências e os desafios colocados. E nessa perspectiva dos desafios tentamos sinalizar alguns elementos para nossa agenda política em termos da perspectiva da nossa formação do exercício de pensar, de existir e, obviamente, transitar no campo das políticas educacionais.

Nesse sentido, eu já faça uma marcação política chamando atenção para a concepção de Educação, porque a concepção nos leva, nos direciona, se for uma concepção mais ampla, a uma concepção mais ampla de mundo, de homem e de sociedade. Gaudêncio Frigotto tem uma definição que sinaliza a educação como constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas. Se articularmos essa definição do Frigotto com a fala do Paulo Freire, que coloca que Educação é ato político, mas que é mais do que ato político, é ato político partidário no sentido de tomar partido face a uma concepção de mundo, de homem e de sociedade, mais claramente vamos descortinando a importância de cada um de nós na articulação enquanto unidade escolar, portanto, com os estudantes, com os pais, responsáveis, pensando, sobretudo, mas não somente, na importância e na centralidade da Educação Pública.

Farei, apenas, uma rápida contextualização do cenário político. Não precisam, apenas, ter a clareza de que há uma sinalização por perda de direitos. É preciso identificar quais são os movimentos que estão nessa direção, os

quais preciso conhecer como, por exemplo, a PEC 241, porque ela limita o horizonte dos direitos nas sinalizações que trazem o congelamento de salários e, a médio e longo prazo, inclusive, perdas constitucionais muito significativas, dentre elas a vinculação constitucional de recursos. No caso da PEC 241, a médio prazo, a maior perda que será, extremamente, significativa se não conseguirmos avançar na luta política. Mas eu aposto na luta política. É importante que essa discussão seja feita no âmbito da nossa categoria, mas é importante que ela seja uma discussão para toda a sociedade, que toda a sociedade veja quais são os riscos que estão postos; quais são as implicações dessa PEC 241; quais são as implicações das alterações ocorridas no tocante à exploração do petróleo no Brasil, particularmente a questão do Pré-Sal, como isso vai repercutir na luta política que estabelecemos em uma perspectiva de garantir que os royalties fossem direcionados para a saúde. Quer dizer, são essas questões estruturais que estão postas. É da Agenda.

Essas discussões afetam o campo das políticas sociais. Estamos vivenciando um cenário que é de retomada do Estado mínimo, mas o Estado mínimo no tocante às políticas públicas, às políticas sociais, mas é um Estado máximo se considerarmos que essas políticas que tiram direitos da classe trabalhadora do Brasil se voltam, obviamente, para a tomada de recursos para uma lógica de pri-

vatização, de terceirização e até, como já está ocorrendo no caso brasileiro, de financeirização na Educação no campo das políticas sociais. Então, são questões extremamente significativas. Mas, além disso, estamos tendo um conjunto de refluxos na Agenda Educacional com medidas por meio de portarias e resoluções, as mais diversas. Para se ter uma ideia, hoje, apareceu uma portaria que abre a possibilidade de redução de vagas nas instituições federais públicas. Aliado a isso, nós temos vários movimentos. E um que já foi objeto de discussão diz respeito à Medida Provisória 746/16 no tocante, sobretudo, à reestruturação do Ensino Médio e do impacto disso na Agenda da Educação Brasileira e no esforço político que foi encaminhado a partir da Emenda Constitucional 59 que ampliou o nosso horizonte quanto à Educação pública obrigatória no Brasil.

Quer dizer, até 2009 nós tínhamos a sinalização na nossa agenda política, inclusive, constitucional uma Educação obrigatória focalizada no Ensino Fundamental. A partir de 2009, da Emenda Constitucional 59 de 2009, saímos dessa educação focalizada para uma ampliação. Essa foi uma medida, digamos, estrutural para a Educação brasileira sair da Educação Básica obrigatória focalizada só no Ensino Fundamental, que já no início do Governo Lula passou de Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, para uma Agenda de uma Educação Básica Obrigatória de 4

a 17 anos. Se considerarmos que temos, hoje, mais de 50 milhões de estudantes na Educação Básica dos quais 30 milhões estão no Ensino Fundamental. Só por essa primeira aproximação em termos dos dados dá para ver que existe um descompasso muito grande entre o que vem antes do Ensino Fundamental, portanto, no tocante à democratização do acesso e permanência da educação de 0 a 3, mas, também, de 4 a 5 e, sobretudo, no Ensino Médio quando temos uma geração que não está inserida no processos de trabalho, mas, também, não está inserida nos processos formativos do Ensino Médio. Temos, também, um desafio significativo no tocante ao Ensino Fundamental, tendo em vista os processos de evasão que demarcam esse cenário. Então, pensar no horizonte dos direitos é proclamar em alto e bom som a importância política desse movimento de flexão radical na história da educação brasileira que foi a saída de uma educação básica obrigatória focalizada no Ensino Fundamental para a educação de 4 a 17 anos. Entendemos, ainda, que essa Emenda Constitucional, não apenas definiu qual seria esse novo escopo da Educação Básica obrigatória, mas definiu que a sua universalização deveria ocorrer até 2016.

Há um esforço, uma luta política. Se pegarmos os indicadores da Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, temos grande dilemas, no tocante à universalização do Ensino Médio.

Mas, também, de 4 a 5, sobretudo, de olharmos essa realidade no Brasil que, é uma realidade desigual e combinada. Ao mesmo tempo que nós temos o maior advento tecnológico, os aparatos tecnológicos, convivemos com o trabalho escrevo. Quando falamos das questões de assimetrias, elas não são apenas regionais. São assimetrias regionais, mas são assimetrias estaduais; elas são assimetrias municipais e elas são assimetrias institucionais. Então, pensar em uma agenda, sobretudo, em uma perspectiva de uma política de inclusão ligada a uma agenda mais ampliada do que essa de, obviamente, avançarmos em uma perspectiva de maior inclusão, de maior distribuição de renda, para dizer que a nossa luta pela Educação pública, gratuita, democrática, laica é de qualidade deve estar articulada a essa agenda mais ampla, até porque ela interfere na agenda específica dos Profissionais da Educação.

Esta é a primeira parte, chamando atenção para os movimentos que estão postos e como esse processo dito de globalização é contraditório e, particularmente, grande parte do processo de globalização ou de mundialização tem se efetivado em uma agenda de redução dos direitos sociais. Então, a lógica que, hoje, está se configurando na realidade brasileira é uma lógica que vimos criando desde 2003 em uma perspectiva diferenciada. Ainda que tivéssemos muitos limites nas políticas que foram imple-

mentadas, mas estamos tendo, agora, uma inflexão na agenda dos direitos sociais e das políticas educacionais sem precedentes. E essa mudança altera o jogo das forças sociais; altera os processos de formação da dinâmica, da compreensão de mundo, de homem, de sociedade. Mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de forma contraditória, ela permite a emergência e a dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estrutura de poder, acomodações, tensões e novas dúvidas. É nessa perspectiva e com um pensar judicial que eu quero falar um pouco mais dos desafios postos na discussão dos planos decenais de Educação no tocante à Agenda das Políticas Educacionais no Brasil, entendendo, como diz o Yang, que é nesse palco da história que nós devemos transitar.

Portanto, a situação que, hoje, se apresenta de sinalização de perdas dos direitos, deve nos levar a uma movimentação na contraposição a essa lógica. É por isso que paradoxalmente um horizonte que se apresenta como perda de direitos pode potencializar uma articulação política, uma movimentação ainda mais abrangente, uma convergência do entendimento daquilo que é fundamental. Mas se considerarmos a nossa atuação como Profissionais da Educação, sobretudo, as nossas diferentes jornadas, os processos de trabalhos que efetivamos, precisamos avançar em uma unificação de agendas, coisa que historicamente vimos transitando, construindo, nos di-

ferentes espaços e, sobretudo, no movimento sindical. E uma grande agenda é pensar os planos decenais, tanto o Plano Nacional como o plano estadual e os planos municipais como epicentro para as políticas educacionais. É a defesa dos planos decenais da Educação e ela se articula a essa luta política mais abrangente.

Primeiro, porque o Plano Nacional de Educação foi objeto de grande disputa nacional. Não por acaso, tramitou por quase quatro anos no Congresso Nacional e recebeu 3.900 mil emendas. Não por acaso, ele movimentou a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, nessa movimentação nós tivemos no campo educacional avanços substantivos que eu gostaria de sinalizar como, por exemplo, a Conferência Nacional de Educação Básica, de 2008; as Conferências Nacionais de Educação Básica de 2010 e de 2014. Por que estou chamando atenção para as Conferências Nacionais? Tive a satisfação de coordenar a elaboração dos documentos dessas conferências e, a nossa luta de retomar os documentos tanto da Conferência Nacional de Educação Básica e 2008, sobretudo, da CONAE 2010 e 2014, é fundamental, porque lá estão as grandes questões e concepções que norteiam a nossa Agenda Política. Este é, apenas, um exemplo que aliado, articulado, a este movimento que é de pensar um Plano Nacional de Educação, foi amplamente debatido e tivemos muitas vitórias na discussão do Plano, em que pesem, certamen-

te, também, as derrotas que ali tivemos. Mas na conjuntura política atual, o Plano Nacional de Educação deve ser considerada a nossa luta para que ele seja o epicentro das políticas educacionais. É óbvio que se aprovada for, por exemplo, a PEC 241 ela vai andar na contramão disso. Devemos estabelecer a luta contra a PEC 241, mas não perder de vista que o nosso foco deve ser dentro de um alinhamento do Plano Nacional de Educação.

Nas três primeiras metas do Plano Nacional de Educação salta os olhos a Educação Básica na sua totalidade e a sua universalização até 2016. Então, este é um elemento de luta política que encontra respaldo, inclusive, em um Plano Nacional de Educação. Ao mesmo tempo, sabemos que uma discussão das políticas educacionais existe um horizonte entre o que foi a proposição do Plano Nacional de Educação; quais foram as disputas que ali se colocaram; e existe o momento seguinte que é o da materialização. Entre a proposição e sua aprovação enquanto lei, que é o Plano Nacional de Educação, nós tivemos, quase quatro anos de embates no âmbito do Congresso Nacional. Mas, agora, é o momento de estarmos atentos para a materialização, ou seja, como a Lei com as suas 20 metas e as suas estratégias serão implementadas; como essas questões estão colocadas; qual o alcance que vamos ter, por exemplo, sobre direitos e objetivos da aprendizagem. Essa é uma questão que está em

xeque. Não que não estivesse na agenda. Ela já estava. Só que sofreu uma inflexão conservadora muito grande, porque aliada a essa discussão apareceu a escola do partido único. A Escola sem Partido não é outra coisa senão a escola do partido único. Por quê? Se olharmos para a Constituição Federal e, sobretudo, os seus artigos 205 e 206, vamos encontrar ali a munição para defender uma escola plural sob o ponto de vista pedagógico, a riqueza, as intersecções em termos de pesquisa formativas. Precisamos lançar mão dos avanços que tivemos no âmbito da Constituição e do Plano Nacional para essa agenda política. E, certamente, em um conjunto da Agenda, pensando particularmente a Educação Básica e até reportando à Educação Básica obrigatória, não devemos esmorecer nessa luta. E isto implica em fazermos valer, também, no âmbito da materialização, ou seja, do Estado em ação. E aí não é Governo, é Governo do Estado pensando nessa articulação sociedade civil e sociedade política; pensando nos diferentes movimentos, inclusive, nos movimentos dos Profissionais da Educação, na construção dessa tessitura política de que democratização falamos.

Quando falamos na universalização da Educação Básica precisamos escutar como vai acontecer essa materialização. Quer dizer, o que é garantir a democratização do acesso? É uma escola para todos, mas temos que pensar na democratização

do acesso. Isso vai nos colocando um conjunto de elementos para a Agenda Política. A democratização no Brasil, por exemplo, não se dissocia: acesso e permanência de interiorização. Precisamos interiorizar a Educação Básica e a Educação Superior. Precisamos, ao olhar a Educação Básica, pensar de que Educação Básica falamos; como vamos adjetivar essa Educação. Quando falo que quero Educação Básica de qualidade, qual o horizonte da qualidade estou falando? E aí começamos a ver que a nossa Agenda articula um conjunto de componentes. Não quero falar da democratização do acesso, se eu não discutir financiamento; se eu não discutir custo/aluno/qualidade; se eu não discutir FUNDEB. Falam: “Poxa, mas essas discussões estão muito distantes”; ou: “Não, passei por elas. É um terreno muito árido”. Mas nós precisamos, cada vez mais, nos aproximar dessa discussão, ocupar espaços no âmbito dos Conselhos Escolares levando esta agenda dos Conselhos ou Colegiados a depender da forma que está posto, mas buscando avançar nessa reivindicação.

O documento da Conferência Nacional de Educação é um eixo, um horizonte, para refletirmos sobre as concepções. Porque traz um conjunto de adjetivações num sentido político amplo. Um deles é o da qualidade. Quando falamos em qualidade, temos que pensar nesse conceito do horizonte das dimensões internas, mas, também, externas. Precisamos entender que o avanço das

lutas pela Educação, pela democratização da Educação, devem implicar em uma sociedade cada vez mais justa.

A desigualdade social é um elemento limitante no processo da democratização deste País. Quando penso na educação para todos, tenho que pensar em políticas de acolhimento. Quer dizer, não basta garantir o acesso à Educação Básica obrigatória. Isso aconteceu nas últimas décadas. A Educação Básica obrigatória ampliou o seu contingente no tocante ao acesso, mas, também, ampliou em muitos casos, altas práticas de exclusão, de reprovação. É preciso repensar essa dinâmica e isso tem a ver com a discussão do Plano Nacional de Educação, com as discussões, sobretudo, que fazemos a respeito da Educação Básica. Isso remete, por exemplo, a disputar qual a concepção que temos de infância e como essa concepção vai nos permitir uma compreensão sobre o que deve acontecer num processo formativo de 0 a 3 anos, na especificidade do processo formativo de 4 e 5 anos, ou seja, a Educação Infantil de 0 a 3; a Pré-Escola de 4 a 5. Se tivermos clareza da concepção de infância e, portanto, de Educação Infantil que está posta em um documento muito importante que é a Conferência Nacional de Educação, mas, também, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que se coloca como um aliado que vai chamar atenção para

uma perspectiva de formação mais ampla e lúdica, as Diretrizes se contrapõem à escolarização da infância. E nisso reside uma importância muito grande e estamos discutindo qual é o papel dessa formação. Se não fizermos essa discussão, poderemos até chegar à universalização de 4 a 5 anos, portanto, pré-escolar, mas levando o pré-escolar para junto do Ensino Fundamental, inclusive, com discurso de custo. Esse movimento já está sendo ensaiado em muitos municípios da brasileiros. É preciso entender nesse horizonte do Plano, sobretudo, em uma perspectiva de contraposição às desigualdades sociais, que precisamos, cada vez mais, independente da nossa profissão, se estamos atuando na alimentação escolar, na Secretaria, na limpeza, na sala de aula, quer dizer, nos diferentes espaços da ação dos profissionais da educação, ter clareza disso. Entendemos, inclusive, que essas diferentes áreas de formação devem ter uma convergência que há de pensar na formação de uma maneira mais integral. Precisamos avançar no quantitativo e, ao mesmo tempo, no qualitativo. Isso nos coloca que não temos que fazer uma escolha entre quantidade ou qualidade. O próprio Gramsci, grande pensador italiano, colocava que é nesse tensionamento qualidade e quantidade que nós avançamos. Ou seja, se nós avançamos na democratização da Educação Básica – não chegamos como queríamos – mas é, exatamente, quando chega, quando a

Educação Básica passa a ter cores múltiplas, estudantes vindos dos diferentes segmentos sociais, classes sociais, a escola começa a se repensar, começa a problematizar as questões.

Quando olho as três primeiras metas do Plano Nacional de Educação, não basta garantir o acesso à creche. É preciso discutir qual projeto político de formação temos para a creche, para a questão da Pré-Escola e como isso foi objeto de discussão nos planos municipais do Estado de Mato Grosso, no Plano Estadual e que esteve presente no Plano Nacional de Educação. Mas agora, na hora da materialização, essa disputa se coloca de novo. Por quê? Porque estamos falando que a proposição da política e a sua materialização, ou seja, o Estado em ação, não são lineares. São sempre movimentos que traduzem aquilo que é singular ao campo das políticas públicas e das políticas educacionais em particular. Ou seja, as políticas educacionais se constituem em um campo de disputas, de concepções. É por isso que a Educação é ato político. Eu vou tomar partido para que o aluno da classe trabalhadora possa ser, de fato, recebido na escola pública como sujeito ou não. E isso tem impacto na nossa Agenda. Por isso que precisamos valer aquilo que eu chamei de ter os planos decenais como eixo para as políticas públicas como fundamental, mas, ao mesmo tempo, precisamos ter clareza que em Colíder, Cuiabá; Tangará da Serra, Sinop, Alta Floresta, quer dizer,

nos diferentes municípios que desiguais e combinados compõem o Estado de Mato Grosso, como se dará esse processo de democratização. Quer dizer, essa caracterização. Quando eu penso, por exemplo, a Região Metropolitana, quais são as questões colocadas? Quais são essas discussões que, hoje, estão presentes para cada um? Então, a discussão, hoje, proposta nos leva a essa Agenda que é, cada vez mais, de formação política.

Eu costumo dizer que a parte mais fértil desses movimentos é a parte do debate onde nós colocamos não, apenas, as questões, mas, também, as contextualizações, fazemos leitura de mundo e conseguimos confrontar ideias em um ambiente de absoluto respeito, buscando avançar em uma Agenda convergente. Isso, hoje, é mais do que necessário, é imprescindível! A discussão dos planos decenais se articula a essa nossa compreensão de que está em disputa não apenas o acesso, mas o tipo de acesso. Mesmo garantindo o acesso para todos, tem que se discutir a permanência, o sucesso escolar. E isso tem implicações. Por exemplo, de qual é a compreensão que temos da Agenda de Avaliação. Todo mundo avalia. Não somente os especialistas. O pai avalia; o estudante avalia; o professor avalia; o funcionário avalia; o vigia avalia; os diferentes atores. E a avaliação ainda é um dos pontos de grande questionamento, pensando em uma avaliação em escala, desde os testes esquematizados,

mas, também, em um processo de avaliação em cima da aprendizagem. O que eu quero dizer é que o Plano Nacional, o Plano Estadual e os Planos Municipais de Educação têm uma incidência na nossa agenda cotidiana, no nosso pensar o que fazer político-pedagógico.

É por isso que nós temos, cada vez mais, que qualificar. É o que eu fui falando da educação adjetivada. Por que a educação tem que ser democrática? Nós precisamos recuperar nossa outra história. O que nós defendíamos nos anos de 1980? Eleição Diretas de Diretor a Presidente da República. Depois nós vimos que a eleição para diretores não era suficiente. Precisávamos, além da eleição de diretores, ampliar os mecanismos de participação na instituição educativa. Hoje, quando olhamos para o Plano Nacional de Educação há várias metas e estratégias, mesmo as diretrizes que estão postas na Lei que podem se tornar nossas aliadas nessa discussão de como avançar nessa perspectiva. E para isso precisamos, cada vez mais, estimular protagonismos dos profissionais da Educação, dos estudantes. Nessa nossa perspectiva de construção de Educação Pública gratuita, laica e de qualidade precisamos horizontalizar mais a relação entre os Profissionais da Educação, os estudantes e os pais, fortalecendo trincheiras e espaços como grêmios escolares, conselhos escolares, projetos escolares, independente da nomenclatura.

Porque defender a Educação Pública, hoje, é fundamental. Ora, ao mesmo tempo que o Plano Nacional na esteira da Constituição Federal fala de uma educação obrigatória de 4 a 17 anos, constituindo-se como direito público subjetivo e que, portanto, pode ser objeto de demanda de qualquer indivíduo da sociedade – por isso há um grande avanço nessa Agenda –, ao mesmo tempo, há um movimento de intervenção da Educação Básica que, hoje, é predominantemente pública por setores privados. Temos que discutir, que democratização do acesso que nós queremos; porque é importante que isso ocorra no setor público. Por isso, a defesa da Educação Pública não é um chavão vazio. Tem um sentido político, de pertencimento, de construção histórica, mas é pública e é gratuita no sentido que ela possa ser para todos. Esta Agenda diz respeito a cada um de nós, mas precisa ser alargada. Precisamos avançar no conceito que nós em alguns municípios, em algumas experiências municipais, estaduais, em algum momento do nacional a ampliamos que é de uma sociedade educadora. Ou seja, a pauta da Educação, as concepções em prol da Educação, devem, cada vez mais, estar na Agenda nos diferentes espaços. E temos aí uma possibilidade histórica na intersecção por parte do estudante avançar nessa discussão.

Outro ponto que queria chamar atenção diz respeito à valorização dos Profissionais da Educação. O melhor conceito que

ouvi, uma contribuição inestimável da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação foi a Conferência Nacional de Educação. A Conferência falou sobre a valorização dos Profissionais da Educação em ação que articula formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Nos últimos anos avançamos, por exemplo, com a formação de Nível Técnico dos funcionários da Educação Básica como Profissionais. E, mais uma vez, eu peço a importância política do Estado de Mato Grosso, porque o Profuncionário bebeu de uma fonte do Projeto Arara Azul que já foi, inclusive, objeto de dissertações na Universidade Federal de Mato Grosso e uma delas, inclusive, da Companhia de Letras. Mas a CONAE vai avançar e vai falar: “Bom, então, nós precisamos pensar formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho”. Enquanto falamos do desmonte dos direitos sociais, a PEC 241 afeta essa concepção de valores salariais porque está em jogo o Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação. Então, estamos falando de valorização entendida como formação inicial e formação continuada. Estão em jogo tanto a formação inicial quanto a formação continuada. Eram medidas e, que vimos, por vezes, falas em depoimentos de que qualquer um pode ser Profissional da Educação. Estamos falando de formação integral e continuada, carreiras, salários e a Constituição diz de um aspecto

fundamental que é o concurso público. E temos perdas em uma perspectiva muito grande ou movimentos de interpretação da esfera pública pela esfera privada em detrimento do setor público. O que é isso? Parcerias Público-Privadas, Organizações Sociais, e outros movimentos que interferem na dinâmica da Educação Pública no interior dela mesma, no caso das Organizações Sociais.

Como isso está relacionado com os Planos Nacionais de Educação? Tem a ver, porque o Plano Nacional foi tenso. As metas 15, 16, 17 e 18 são metas direcionadas à valorização dos Profissionais da Educação. A Meta 15 fala da política nacional de formação dos Profissionais da Educação e aí avançamos. A própria CNTR é resultante desse avanço, dessa condensação entre os profissionais, envolvendo professores, especialistas e funcionários e com várias lutas políticas, inclusive, na caracterização do que se entende por Profissionais da Educação. Pensar nessa Agenda da Valorização é uma agenda de corte e deve ser, amplamente, dissertada do ponto de vista que isso afeta. Está em risco, por exemplo, a questão da aposentadoria especial. Professores! Eram questões que já considerávamos líquidas e certas. Pensar um Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos Municipais; pensar, sobretudo, numa Agenda de Materialização, e nos identificarmos nesses movimentos mais amplos que, até então, nos colocaram que essa é uma Agenda que não vai interferir,

mas que tem uma interferência direta na gestão educacional. E aí nós temos aliados históricos.

Tive a oportunidade de ser relator de duas diretrizes que se colocam como aliadas nossas na discussão da valorização dos Profissionais da Educação. As Diretrizes Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, diretrizes essas que trazem um conjunto de consecuições, mas que, pela primeira vez, trouxeram um capítulo específico sobre a valorização desses Profissionais, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos funcionários da Educação Básica em nível superior. A CNTE possui uma cartilha que discute a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação dos funcionários da Educação Básica. Quer dizer, um prosseguimento naquela formação que foi para os funcionários, mas pensando, agora, a formação em nível superior, com quatro proposições de matrizes curriculares. Precisamos conhecer da mesma forma que precisamos fazer valer esta discussão junto à Universidade Federal de Mato Grosso, à UNEMAT, aos institutos federais. Pensando nessa articulação e nessa intersecção. Essas instituições gozam de prerrogativas de autonomia e, portanto, podem criar os cursos. Mas é importante conhecermos esse material que faz a discussão sobre o assunto.

Estou falando desses temas e fazendo algumas referências

com as médias do Plano Nacional de Educação. Aí nós temos essa variação. A variação foi uma grande disputa do Plano Nacional de Educação. E avançamos muito no Plano no artigo 11 da Lei. O artigo 11 traz uma visão de avaliação ampla para além dos testes de desempenho dos estudantes, para além do IDEB, pensando um processo de avaliação na sua perspectiva mais ampla. Mas quando falamos da Meta 7 isso, ainda, está presente lá. Ah, mas isso ratifica o IDEB. Então, foi por isso que se fez o movimento do mês de maio para criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Chegou-se a criar por Portaria do INEP o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, mas assim que se implementou a perspectiva do voto, derrubou-se a criação do Sistema. A criação desse Sistema, mas, sobretudo, uma concepção ampla de avaliação é fundamental. E para nós do Plano Nacional de Educação, o artigo 11 é fundamental; é central, porque defende uma concepção ampla de avaliação que considera as condições subjetivas, que considera que a avaliação não pode ser, apenas, do desempenho do estudante. Deve envolver, também, isso, mas deve ser muito mais ampla. Deve considerar as condições das instituições educativas, no tocante à infraestrutura, condições de trabalho. É por isso que no horizonte da construção política se coloca para nós a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2018. E já no documento preliminar, de

estrutura da CONAE, a dinâmica, por exemplo, da valorização não vai incluir mais o aspecto, quer dizer, formação inicial, formação continuada, carreira, salários, condições de trabalho e de saúde. Então, são dessas fontes.

Nós temos aliados no campo da legislação. Precisamos lutar contra esses movimentos de grande inflexão, fazer uma leitura dos planos decenais e buscando neles quais são as concepções que norteiam nosso pensar e fazer política. O que isso tem a ver com você concretamente? Tem a ver que quando você discute na sua instituição educativa os processos de trabalho: a lógica de organização e de gestão da escola, a maneira como se organiza a alimentação escolar. Ou seja, é pensar que esses diferentes espaços são espaços formativos. E que Educação não se resume à escolarização, mas que é a garantia de uma escolarização de qualidade é fundamental para ampliarmos a Agenda da Educação.

Mas quando falamos da discussão da avaliação, temos que nos preocupar com os marcos regulatórios da própria Educação, da regulação. Por isso que para nós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é fundamental e temos que estar vigilantes, porque virão medidas no sentido de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Precisamos estar nessas diretrizes identificando quais são esses elementos postos. Quais são os elementos que estão na contramão do Plano Nacional de

Educação sob a ótica dos fóruns de Educação, incluindo o Fórum Nacional de Convenção, os fóruns estaduais, fóruns municipais ou, melhor dizendo, da Agenda da Conferência Nacional de Educação? A dinâmica de privatização, de parceria público-privada, de terceirização e de financeirização. Qual é a diferença quando se falo de financeirização? Porque não estamos falando mais, apenas, da mercantilização ou mercado-rização da Educação. Estamos falando na educação como ativo na Bolsa de Valores e de como isso tem outra lógica e repercussão, com relação com a participação do capital externo. Mas por que precisamos olhar para o Plano Nacional de Educação e buscar nesse Plano, em articulação com a CONAE determinadas definições, porque, hoje, estamos tendo, por exemplo, novos acertos que sinalizam para recursos de uma agenda que é da Base Nacional Comum Curricular? A BNCC já é objeto de grande discussão. Alguns a entendiam como a reedição do currículo mínimo ou até para destaque de conteúdos e nós defendíamos que não deveria ser visto. Agora, há, inclusive, movimentos para tirar a BNCC do Conselho Nacional de Educação e fazer a tramitação no Congresso Nacional, em uma Câmara de Educação que boa parte dos signatários recuam na perspectiva da Agenda. Por isso, precisamos discutir direitos e objetivos de aprendizagem, mas isso também não basta. Quando discuto o desenvolvimento estou discutindo

o quê? Qual é a compreensão ou qual o papel social em termos de Educação? Por que o Ensino Fundamental é fundamental para ser redundante? Para que eu tenho que defender o Ensino Médio? Por que outros esforços que foram feitos em uma perspectiva de Educação integrada, ainda, que muito traduzida em programas como o “Mais Educação”, em uma perspectiva de contraturno, podem sofrer grandes reflexões? Por que é importante defender uma maior permanência do estudante no processo formativo? Todas essas questões estão relacionadas com a discussão dos planos decenais de educação.

Por que a reforma do Ensino Médio nos diz respeito, mesmo que eu atue em uma instituição de Educação Infantil, mesmo que eu atue em uma instituição de Educação Básica? Porque nós fizemos grandes movimentos de inflexão. O primeiro foi o de rompermos com a educação moral e cívica, com a SPB. Mas o que está sendo colocado na Agenda, hoje, ao sinalizar a flexibilização, por exemplo, com relação à sociologia do Ensino Médio, a Filosofia, Artes e Educação Física é retirar muito daquilo que conseguimos avançar em tempos de um processo formativo mais amplo, de estimular, cada vez mais, a pedagogia da pergunta, os desafios da reflexão. Isso diz respeito, também, com a sua condição e seu potencial em termos do seu trabalho, na condição de professor; na condição de especialista; na condição de merendeiro, de

porteiro, dos diferentes espaços da vida social. Porque quando eu discuto a Escola sem Partido o que aparece com grande centralidade é uma perspectiva de controlar, cada vez mais, ou pensar em fazer do professor. Se você articula isso a uma reforma do Ensino Médio que retira um conjunto de componentes curriculares que contribui para a reflexão sobre o papel do sujeito na história da humanidade, nós vamos, cada vez mais, enxugando o processo formativo e com um discurso do Estado avaliador, que é da centralidade da Língua Portuguesa e da Matemática em detrimento de Ciências, das Ciências sociais. Isso diz respeito não apenas ao nosso pensar em fazer política pedagógica, mas às perspectivas para as próximas gerações em termos da dinâmica formativa que terão.

Mas face a esse cenário que sinalizações podemos fazer? Nós apostamos nos momentos de formação, mas, também, precisamos ampliar o nosso acesso às linguagens, à linguagem da música, da poesia, da dança. Precisamos de espaços que são, espaços formativos, espaços que nos permitem processos relacionais, mas precisamos, também, ampliar isso na nossa agenda cotidiana na escola. Imaginem vocês passarem 40 horas por 25 anos - é a nossa luta para que continue 25 anos - em uma instituição educativa. Eu preciso do meu ambiente de trabalho agradável, mas não preciso da autoajuda. Eu preciso me contrapor à autoajuda. Eu não preciso amar o meu colega

de trabalho. Eu preciso respeitá-lo. Então, essas questões das relações sociais e das relações profissionais são fundamentais nessa dinâmica. Nós precisamos de mais música; mais dança; mais poesia no nosso cotidiano. Precisamos ter acesso à múltiplas linguagens, porque, senão, a nossa linguagem fica muito centrada no que a TV fala e já vimos o que a mídia está veiculando.

Primeiro, lutar para garantirmos a Conferência Nacional da Educação de 2018 e, obviamente, as conferências municipais no próximo ano e a Conferência Estadual; conhecermos bem o Plano Nacional de Educação, a lei, seu anexo que são as metas e as estratégias, mas articularmos esse Plano com os documentos da Conferência Nacional de Educação onde estão consecuições que nós, historicamente, construímos, porque nós precisamos. Quando falamos de Educação de qualidade estamos falando o quê? Quando falamos de democratização estamos falando o quê? Quando falamos de gestão e que a gestão pedagógica não se dissocia da gestão administrativa nós estamos falando de um conceito amplo que é da autonomia. E qual foi a nossa defesa de autonomia? Quando vamos fazer a discussão, por exemplo, das OSs, qual é o discurso governamental para justificar uma OS? Não vamos mexer no pedagógico. As OSs vão cuidar, apenas, do administrativo. Isso é falacioso, porque o administrativo não se dissocia do pedagógico. Então, precisamos

começar a identificar para falarmos: olha, não queremos isso, porque isso afeta a nossa lógica organizativa, isso tem a ver com a democratização da gestão. A CONAE estava discutindo isso.

A gestão democrática e a qualidade social, que é uma qualidade para todos. Precisamos exercitar mais; precisamos ouvir mais os diferentes interlocutores. A construção de um novo fazer político-pedagógico na escola implica em ouvir mais os estudantes e os estudantes têm nos mostrado a possibilidade de agenda. Nós precisamos estabelecer isso. Quer dizer, isso é um horizonte. Estamos bem nessa construção, mas precisamos intensificar, porque lutamos pela gestão democrática, mas estimulamos ou auxiliamos pouco, por exemplo, a organização dos grêmios estudantis na escola e, às vezes, quando os estudantes começavam a manifestação na universidade nós já nos recolhíamos. É claro que isso é uma tradição da sociedade brasileira que é autoritária, mas, também, não estamos fora desse contexto. Precisamos exercitar mais essa pedagogia que Paulo Freire fala que é uma pedagogia dialógica.

A valorização dos Profissionais da Educação tem que ser naquela perspectiva ampla. Por que temos que pensar a formação inicial articulada à formação continuada? Porque temos que pensar a formação ao longo da vida em um processo permanen-

te que nos permita refletir sobre a nossa agenda, mas reinventar, reconstruir essa mesma perspectiva, entendendo que só vamos ter elementos para questionar quando falamos: o problema da educação nacional é porque os professores não têm uma boa formação. Cada um tem que falar: na discussão da valorização tem que articular formação, carreira, salário, condições de trabalho e de saúde. Mas isso tem que estar presente para nós, também, na nossa agenda. Precisamos discutir as questões de financiamento. Precisamos, inclusive, estabelecer uma luta contra a PEC 241, porque em uma perspectiva mais estrutural ela poderá a médio prazo significar uma quebra com a vinculação constitucional de recursos. É aquilo que considerávamos pacificado, os 18% da Educação que devem ser investidos pela União; 25% pelos Estados e Municípios. A médio prazo a PEC poderá significar, sim, uma quebra da vinculação constitucional de recursos. E nós temos que ter clareza, porque isso vai afetar não apenas a questão salarial, mas as condições objetivas de pensar a escola pública e o seu funcionamento como as condições de infraestrutura, de laboratório, de ambiente e etc. Por isso que essa discussão se articula com uma discussão da qualidade, da democratização. Então, são esses os movimentos.

O convite é para que nós,

cada vez mais, entendamos a necessidade de nos articularmos, de termos uma convergência na defesa cada vez mais qualificada de educação pública gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos e para todas. Esse é o grande desafio. É por isso que nós mesmo sabendo que o Plano Nacional de Educação, que o Plano Estadual e os Planos Municipais têm alguns limites, neste momento, são aliados fundamentais da agenda das políticas educacionais brasileiras. Então, ao mesmo tempo que é lutar contra a PEC 241, é lutar a favor da materialização do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual, do Plano Municipal. E só essa perspectiva que nós temos, ampliando a nossa agenda para além da agenda educacional. É um esforço que temos que fazer, inclusive, de compreender as perspectivas mais amplas que estão postas na realidade brasileira. Dizer que vamos, cada vez mais, ter clareza de que o novo e intenso palco da história é o palco da história. Como palco da história nós temos que ter um papel de protagonistas, nós, Profissionais da Educação, nessa articulação com pais e com estudantes. Essas são bandeiras que devem nos levar a entender que a defesa da Educação Básica, a defesa da democratização da Educação Básica, não se dissocia da defesa da Educação Superior. Essas são questões e são pontos para nossa reflexão.

**Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor aposentado e conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).*





Painel 3: Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso

Bartolomeu José Ribeiro de Souza

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e especialista em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor efetivo do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Bartolomeu José Ribeiro de Souza*

Eu agradeço o convite que me foi feito para trazer alguns pontos à reflexão sobre essa temática que para nós é tão relevante, neste momento, da gestão da Educação no nosso País, que tem alguns planos, desde o Plano Nacional da Educação e seus desdobramentos nos planos estaduais e municipais da Educação. Antes de iniciar propriamente no tema, é pertinente sinalizar o lugar de onde nós falamos. Há alguns anos venho procurando compreender a temática do planejamento, especialmente pensando o planejamento, articulando o processo de planejamento, a participação social, ou seja, a participação que nós temos, hoje, por meio de um conjunto amplo, de um conjunto significativo de instituições participativas, sobretudo, espaços como os conselhos municipais de políticas públicas que temos investigado e pesquisado o desempenho no Estado de Mato Grosso. E como esses espaços, de fato, vêm sendo espaços que têm propiciado a participação social da população, da implementação e da avaliação das políticas públicas e, também, de quem fala, de quem já teve a vivência no chão da escola pública como vocês, todos os seus problemas, todos os limites e todo potencial transformador da nossa escola pública.

Quero destacar três partes e aspectos principais, e, também, fazer algumas reflexões so-

bre o processo de planejamento governamental no Brasil, tendo como pano de fundo as complexas relações Estado e sociedade. O professor Luiz Dourado destacou toda uma dinâmica entre a proposição e a materialização de políticas públicas que precisam ser consideradas, analisadas e compreendidas. Tendo isso como premissa, que procuramos, no primeiro momento, fazer esta reflexão até chegarmos a esse cenário de muitas incertezas e muitos impasses que culminam com a proposta de Emenda Constitucional 241. Porque não é viável falarmos de planos de educação se não refletirmos acerca dessa tragédia social anunciada que pode vir com a aprovação dessa Emenda Constitucional. E, claro, vou destacar alguns aspectos do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais até chegarmos à realidade do nosso Estado, Mato Grosso. Em Mato Grosso, hoje, de acordo com os dados do Ministério da Educação, 100% dos municípios têm seus planos municipais de educação aprovados. Esses planos foram aprovados entre junho de 2014, o momento da aprovação do Plano Nacional, e junho de 2015, que foi o prazo determinado pela Lei nº 13.005. Agora, estamos em um momento muito importante, de começarmos a pensar e discutir o monitoramento de avaliação desses planos.

É importante destacar de que planos nós falamos, porque quando se fala de planos de Educação temos que lembrar que

quando tratamos de planos estamos falando de planejamento. E o planejamento como um processo é algo inerente ao ser humano, ou seja, todos nós planejamos desde ações das mais corriqueiras até ações mais complexas, como as políticas públicas que exigem um rigoroso e sistemático processo de planejamento. Por ser algo que, muitas vezes, é inerente ao ser humano, percebemos que o planejamento é muito carregado de uma placa de senso comum. Por isso, é importante limpar o terreno sobre algumas questões. Estou me referindo ao planejamento governamental, ou seja, processos que se dão no interior do Estado e como o Estado se organiza na distribuição do fundo público, todas as complexas disputas entre a proposição e a materialização. Ou seja, como ele se organiza para materializar políticas públicas, sejam políticas redistributivas ou que visam garantir direitos. Para muitos, o planejamento é parte da gestão, mas estou tratando de uma ação governamental que se dá com toda uma estrutura maior que a do Estado, ou seja, partir desse ponto. E, também, é importante uma visão ampla de Educação, entendendo a Educação como constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, determina que: “Educação é direito de todos e dever do Estado”. Ou seja, a Constituição institui como primeiro responsável pela garantia desse direito o Estado e, em se-

gundo lugar, a família com a colaboração da sociedade. Esse dever que é imposto ao Estado existe, claro, para compreendemos e analisarmos que essa tríade - legislação, planejamento e políticas públicas - está intimamente implicada no sentido de termos como ponto final a garantia do direito à Educação, que é um direito, inalienável de todo ser humano. É nessa perspectiva, que inicio este diálogo. Considerando que a história não é linear, a história é dinâmica e é entremeada por complexas disputas, entendemos como se dão as relações entre Estado e sociedade nos processos de planejamento educacional do Brasil.

Algo que temos constatado é uma dispensa dos educadores com planejamento. Se pegarmos só os últimos anos as iniciativas de planejamento governamental, temos o Plano Decenal de Educação para Todos, no início de 1990, que foi resultado de uma conferência mundial. E desse Plano resultou um acordo que foi recriando o piso salarial profissional nacional que foi rompido pelo, então, Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Tivemos o primeiro Plano Nacional de Educação, aprovado em 2000, que teve vigência na década de 2001/2011, e já estamos no segundo Plano Nacional da Educação, claro, entendendo todos os limites, as dificuldades, mas não perdendo de vista o que são os instrumentos. Se analisarmos todo Século XX, tivemos muitas experiências de

planejamento, experiências que, no geral, foram do ponto de vista social, do ponto de vista dos anseios da grande maioria da população, muito problemáticas e na visão de muitos até fracassadas. Observando o período que vai da primeira República, aos anos de 1930, tínhamos uma quase que completa ausência de planejamento governamental no Brasil. Só a partir de 1930, que se tem toda uma inflexão e um conjunto de mudanças. O País deixa de ser eminentemente agrário, para ser, aos poucos, industrial e urbanizado.

Mas esses planejamentos, foram momentos que se tinha planejamento, mas era zero de participação social. Ou seja, eram iniciativas de planejamento em que se reunia a tecnocracia, os gestores, administradores governamentais e, de modo geral, empresários, a elite industrial e econômica do País para se pensar modelos de desenvolvimento secundarizado e que excluíam totalmente a participação social. E chegamos a 1988, com a promulgação da nossa atual Constituição, que, em primeiro lugar, inaugura o Estado Democrático de Direito, que estabelece nas suas Diretrizes a participação social na formulação da implementação e instituição das políticas públicas, sobretudo, as políticas públicas sociais. A Constituição Federal foi muito pródiga em garantir a participação do cidadão na construção das políticas públicas sociais, mas não garantiu espaços e mecanismos de como

o cidadão pode participar da definição da política econômica. A classe trabalhadora, de modo geral, não tem espaço para opinar e participar, de fato, e são questões que empatam toda nossa vida.

O cenário que temos do período após a Constituição de 1988 é de imersão do neoliberalismo em escala mundial e aqui, no Brasil, com toda uma política de reforma que se concentrou na minimização do papel do Estado. É sempre importante esclarecer que quando se fala de minimização do Estado, é a minimização do Estado das políticas públicas sociais, processo que se deu a partir dos anos de 1990. Ou seja, na garantia e concretização dos direitos sociais, mas um Estado que permanece grande, que permanece amplo para aliviar a população capitalista. Um Estado que permanece cada vez mais forte para ir, além da acumulação capitalista, a muitos aspectos da nossa vida cotidiana. E nesse período podemos falar em participação social? Sim, porque a Constituição e toda uma legislação infraconstitucional criaram um conjunto de espaços, de instâncias e de instituições participativas. Por outro lado, tivemos retrocessos no que se refere ao planejamento, porque a agenda que o País adotou foi uma agenda neoliberal de curtíssimo prazo. Isto é, uma agenda que não teve espaços para se pensar o planejamento em um sentido mais amplo, com uma dimensão política do planejamento. Nesse longo período do planejamento do

Brasil tivemos um divórcio muito acentuado entre o planejamento e a participação social. Tivemos uma primazia do planejamento que estava focado e construído, apenas, pela tecnocracia, excluindo a participação social na construção desses vários instrumentos. E a partir de 1990 tivemos o contrário. Passou a ser a primazia da gestão sobre o planejamento a longo prazo. Um planejamento que tenha conteúdo político, um planejamento voltado à participação social e que tenha participação, de fato, como deve.

O professor Luiz Dourado destacou a centralidade que teve a avaliação, sobretudo, em 1990, que, na verdade, passou a consolidar todo um cenário de regulação de desempenho no que se refere às públicas. Então, o País investiu muito no conjunto de instrumentos de avaliação. E já problematizo se, de fato, são avaliações ou meros exames, porque a avaliação implica em uma ação mais ampla e todos devem participar desses processos. A avaliação precisa ser processual, formativa, somativa e, sobretudo, emancipatória. Por outro lado, no planejamento educacional existe uma sopa de letras que são conhecidas na Educação. Essas siglas estão presentes na nossa Agenda Educacional. São instrumentos de planejamento, alguns com concepções antagônicas, e, sobretudo, se considerarmos, por exemplo, o PDE Escola e o Projeto Político Pedagógico. Gostaria de destacar dois planejamentos, porque, recentemente, em Mato

Grosso a Secretaria de Estado de Educação promoveu o que eu chamo do casamento litigioso entre o PDE Escola e o Projeto Político Pedagógico, que são instrumentos de planejamento com concepções antagônicas. A Secretaria de Educação tem uma política dentro de um sistema eletrônico, que é o SigEduca, em que a escola lança os dados, mas é uma forma, uma dinâmica de planejamento que junta elementos do PDE Escola com o Projeto Político Pedagógico. É algo que merece pesquisas e estudos que mergulhem mesmo na escola para que se entenda, de fato, como isso está acontecendo.

Essa multiplicidade de instrumentos do planejamento não se dá somente no âmbito da Educação. Nos últimos 20 anos, o planejamento teve uma institucionalização muito grande. Nós temos um nível de institucionalização do planejamento muito elevado com muitos instrumentos de planejamento. Mas esses instrumentos estão sendo, de fato, efetivos? Estão articulando a participação dos diversos fatores, dos diversos segmentos? Temos a inclusão de novos atores na construção desses planos? Como está se dando a construção desses planos nos municípios? Hoje, se considerarmos um município de porte médio, ele tem em torno de 11 planos setoriais considerando Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Cultura e Juventude, que são instrumentos fundamentais para orientar as políticas

públicas dos municípios. E os Profissionais da Educação, precisam estar atentos, participando dessa discussão e ter uma compreensão como vem se dando esse processo de planejamento dos municípios de cada um. Planejar não é, apenas, um ato de lançar dados no sistema eletrônico. Muitas vezes, pela informatização dos processos e das rotinas, se reduz o planejamento a lançar dados em um sistema eletrônico, no SigEduca. Os sistemas eletrônicos, são fundamentais, mas que se pense um planejamento como um momento ímpar, um momento rico de discussão e, no caso da Educação, que Educação nós queremos para que sociedade, que alunos queremos formar. É algo que tem que ser dito, mas que de certa forma, tem ficado um pouco distante das nossas discussões, das nossas conferências.

É complicado falar da democracia frente aos outros acontecimentos que tivemos, desse golpe político e institucional que tivemos, mas alcançamos um nível de institucionalização da participação que é limpa, se considerarmos as democracias modernas no mundo. Temos, hoje, um conjunto de espaços de participação que são abertos pelo Poder Público para que o cidadão possa participar da construção das políticas públicas. Nos últimos anos tivemos uma política muito positiva que foi induzida, sobretudo, pelo Governo Federal de se buscar os conselhos e tentar estabelecer uma agenda comum dos conselhos. Porque temos,

hoje, um conjunto de conselhos, mas que foram criados seguindo essa lógica setorializada da Administração Pública em que, de modo geral, as secretarias não conversam e não dialogam entre si. Então, os fóruns interconselhos são espaços em que a sociedade como um todo vem discutir, sobretudo, algo que é essencial e que é o epicentro, que é o orçamento público. Estamos concluindo uma pesquisa sobre os conselhos em Mato Grosso, e os conselheiros responderam que o principal mecanismo de controle social que eles exercem, enquanto conselheiros, são as audiências públicas. Mas eu pergunto: qual o conteúdo dessas audiências públicas? São convocadas somente para uma escuta, só para apresentar o orçamento público, na maioria das vezes contém uma plateia muito restrita, ou são, de fato, espaços que o cidadão pode intervir na construção, na gestão pública municipal? É importante avaliar que é muito fácil para determinados gestores se revestir de democrata utilizando todos esses espaços como mera legitimação, uma pseudoparticipação social.

Uma das discussões importantes nesse sentido é sobre Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, a PEC que o Governo chama de PEC do Teto dos Gastos, mas que já está sendo conhecida nas redes sociais como a PEC do Fim do Mundo ou a PEC da Desigualdade. Porque, não tem como falar de planos de educação se não tratarmos

e compreendermos os efeitos nocivos da PEC 241. A sociedade brasileira não tem noção do que está por trás dessa Proposta de Emenda Constitucional. A grande mídia, a mídia empresarial, coloca a PEC como algo importante e que é do consenso da sociedade. É muito comum vermos comparações, como se comparar o orçamento do país e o orçamento de uma família. São duas coisas que pela nossa compreensão não dá para se comparar o orçamento de uma família e o orçamento de um País. E destaco aqui o primeiro ponto: o País pode, sim, utilizar o instrumento do endividamento público com o instrumento do desenvolvimento. O País quando está endividado emite títulos e papéis para se capitalizar, mas uma família não pode emitir, não tem a prerrogativa de emitir papéis e títulos para se capitalizar e conseguir equilíbrio. É só um aspecto para mostra que não dá para fazer essas comparações grosseiras. A Proposta de Emenda Constitucional, se for aprovada, vai representar o fim de políticas públicas de caráter universal como nosso Sistema Único de Saúde, que é muito criticado, mas tem um raio de atuação em que grande parte de procedimentos de média e alta complexidades, sobretudo, de alta complexidade que, muitas vezes, não são atendidos por planos de saúde.

Estamos vivendo um período de mudança do perfil democrático da população. A partir de 2030 entraremos em uma curva de envelhecimento muito

rápida. O que as autoridades de Saúde vêm colocando é que nos últimos anos estamos tendo mudanças no perfil epidemiológico da população e, cada vez mais, as doenças parasitárias e infecciosas, estão sendo controladas e estão aumentando as doenças crônicas, sobretudo, problemas de câncer que é enfermidade que exige tratamento longo e caro. Então, no momento que teremos mais pessoas para demandarem os serviços de Saúde, teremos, por outro lado, uma demanda com serviços mais caros e que exige atendimento demorado. É exatamente nesse momento que se estabelece essa proposta que limita as despesas públicas. Segundo dados oficiais, no Brasil morrem por ano, somente vítimas de homicídios, mais de 59 mil pessoas, e grande parte dessas pessoas o Estado sequer é capaz de concluir o inquérito policial. De modo geral, quem são essas pessoas que morrem vítimas de homicídio no Brasil? São pobres, negros, jovens, trabalhadores. Essas pessoas que são assassinadas por qualquer motivo e que o Estado não garante um aparato policial para que se tenha um inquérito conclusivo acerca desses crimes. Estamos na iminência de ver ações em extinção ou de ver uma grande volta ao passado. Porque a proposta limita a despesa primária total do Governo Federal por um período de 20 anos, mas, ela aumenta despesas com capital de empresas estatais não dependentes. No momento em que o grande discurso é da

privatização, que tem que privatizar empresas como Petrobras, Eletrobrás e várias outras, a PEC fala em empresas estatais não dependentes. Elas são empresas em que o Estado, as três esferas, detém maior controle acionário dessas empresas e elas vão emitir títulos, ou seja, papéis da dívida pública, títulos públicos, mas esses papéis serão vendidos para meia dúzia de banqueiros, compradores privilegiados, que vão comprar esses papéis com taxas de juros extremamente reduzidas e com condições interessantes do ponto de vista da compra, porque poderão parcelar e o Estado vai remunerar esses banqueiros, esses rentistas, com juros que podem chegar a mais de 20% ao ano. Então, existe uma contradição: uma PEC que pretende limitar os gastos sociais e que por outro lado amplia a transferência de recursos do setor público, ou seja, do fundo público, para meia dúzia de rentistas e banqueiros. E com essa PEC se completa toda uma análise jurídica que garante todas as condições do capital privado, que tem na Lei de Responsabilidade Fiscal um grande aliado, e que passa a ter, sem dúvida nenhuma, todas as condições do ponto de vista jurídico.

Em 1995, saímos de um gasto com despesas privadas na ordem de 14%, do Produto Interno Bruto, o PIB, e chegamos a quase 20% com despesas privadas. Mas sendo aprovada essa PEC, chegaremos em 2036 em menos de 2% de gasto com despesas primárias em percentual.

Ou seja, em 2036, o País gastará menos do que gastava no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995. É uma grande volta ao passado. Então, nos cabe, neste momento, alertar a sociedade que não tem o devido conhecimento dos efeitos nocivos e deletérios que teremos se for aprovada essa proposta de Emenda Constitucional.

Fala-se muito do ajuste fiscal mas é fundamental esclarecer. Muitos brasileiros nunca ouviram falar de Bolsa Empresário. No Brasil, enquanto a taxa oficial de juros, é 14,25%, que é a taxa SELIC que é calculada pelo Banco Central, pelo Comitê de Política Econômica do Banco Central, o BNDES, que é um banco público, que utiliza grande parte de recursos do orçamento público, emprestou, de 2009 a 2014. E temos aqui exemplos muito próximo do Grupo Friboi e outros grandes grupos que receberam empréstimos com juros de, apenas, 3,5%. Ou seja, um juros menor que a inflação que nesse período circunvou, que foi calculada em torno de 6%. O BNDES – também, é importante esclarecer – é um banco e tem que se submeter à lógica de todo o sistema público, de todo o sistema financeiro. Então, se a taxa básica de juros é 14,25% e o banco empresta a um juros de 3,5%, você tem uma diferença que alguém precisa cobrir. Quem vai cobrir essa diferença? Somos nós, cidadãos, avaliadores, contribuintes, que contribuimos com pesados impostos, que cobrimos essa diferença dessa políticas

que se praticou no Brasil ao longo desses últimos 5 anos. Então, quando se fala em ajuste fiscal a questão é quem tem que pagar a conta desse ajuste e não podem ser os mais pobres que já pagam, proporcionalmente, maior percentual de impostos. Quero chamar atenção que depois do gasto com juros e amortização da dívida, e uma dívida que sabemos que é cheia de ilegalidades, que não tem nenhuma transparência, o maior percentual de gastos após os juros e amortização da dívida é o gasto com a Previdência Social. E por isso o segundo passo do atual Governo, após aprovação da PEC 241, será a reforma da Previdência que irá, na verdade, criar condições para transferir essa parcela importante desse setor para o grande capital privado.

O atual Plano Nacional de Educação se organiza em 20 Metas. É um Plano que do ponto de vista do conteúdo é relativamente diferente do Plano anterior com um número muito elevado de metas. As metas, como no outro, também, traduzem as etapas e modalidades da Educação. É importante fazer uma rápida reflexão sobre as diretrizes do Plano Nacional de Educação que contribuem para a superação das desigualdades educacionais. E o Plano estabelece como primeira diretriz a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. Nós temos metas e estratégias que apontam para a expansão das matrículas, seja na faixa etária da creche, da escola, do Ensino Fundamental,

porque ainda não chegamos à completa universalização. E, também, a necessidade de ampliação de vagas no Ensino Médio; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; diretrizes que apontam para a promoção da qualidade educacional, a melhoria da qualidade da Educação, a formação para o trabalho e para a cidadania; a valorização dos Profissionais da Educação. E chegamos a dois pontos fundamentais, que são o que chamamos de limites de contenção para execução dos planos de Educação. No nosso Plano Estadual e nos planos municipais o tempo de duração é de 10 anos, além dos recursos para financiar a Educação. Se o Plano traz como ênfase e os planos subnacionais, também, apontam a necessidade de aumentar vagas, nós vamos precisar de mais recursos, de mais dinheiro.

Também é necessário analisar alguns aspectos para a redução das desigualdades. O regime de colaboração, que, ainda, é algo que padece, que necessita de uma definição clara e de instrumentos que apontem como tem que acontecer essa colaboração. Porque eles ainda se apresentam de uma forma na legislação de uma forma muito vaga. Há articulação interfederativa, ou seja, a gestão federativa das políticas públicas educacionais, considerando que a nossa Federação é tripartite, ou seja, temos a União, os Estados e os

Municípios. E a Educação Básica é mais responsabilidade dos Estados e Municípios, a União, também, é responsável, mas ela tem uma função supletiva, de acordo com o que estatui a nossa Constituição. A articulação entre os sistemas de ensino, ou seja, como, de fato, os municípios se organizam para prover a garantia do direito à Educação. Sabemos que muitos municípios não instituíram por leis próprias os seus sistemas municipais de educação. A integração das nações, a população, a dimensão territorial. Os planos são pensados para o território e esse é o grande desafio para os nossos planos de educação. A participação social, apesar de termos uma multiplicidade de espaços e instâncias. Sabemos que a participação precisa de mais densidade, e, de fato, incluir um conjunto de atores que são excluídos, que são silenciados na construção das políticas públicas e, ainda, o aumento da base do financiamento.

No que se refere à duração do Plano, partindo do próprio Plano Nacional de Educação, temos no artigo 5º a determinação da publicação de estudos pelo INEP a cada dois anos para aferir a evolução das metas do PNE. Até agora, o INEP não divulgou nenhum estudo acerca disso. Já se passaram dois anos da aprovação do Plano Nacional. Foi divulgada uma linha de base que é, na realidade, um instrumento, que tem que ser uma referência para que os municípios façam, realizem seus processos de monitoramen-

to e de avaliação. Nós temos a avaliação de meta progressiva de investimento público em Educação que poderá ser ampliada por lei para atender as necessidades financeiras para ao cumprimento das demais metas. O Plano determinou uma meta de aplicação de recursos com a progressão do PIB no patamar de 10%. Essa meta tem desdobramento em uma meta intermediária que precisa ser avaliada já em 2018. O Plano também determina a realização de duas conferências nacionais ao longo dos 10 anos, sendo que a primeira tem que acontecer já em 2018. Essa Conferência Nacional tem toda uma logística e uma dinâmica própria, porque ela tem que se desdobrar em conferências municipais, conferências estaduais. E, lamentavelmente, temos notícias de uma política de desmonte do Fórum Nacional de Educação e essa gestão tem dificultado a realização do fórum que é a instância que convoca as conferências nacionais de educação.

A aprovação de leis específicas disciplinando a gestão democrática que é algo que nos toca diretamente e que o Sindicato tem uma relação decisiva. E questionamos como os municípios têm disciplinado no âmbito local a gestão democrática da Educação. A eleição de diretores por si só não garante a democracia da escola. É claro que é um instrumento, uma política importante, mas se não for articulada à outras formas de participação, como a participação no Conselho, com a

participação na construção e na avaliação de projeto político-pedagógico. Em alguns municípios temos visto muito um debate enviesado de muito respeito de gestão democrática que está se resumindo à eleição de diretores.

Outro ponto importante na avaliação das metas é a ampliação do investimento na Educação Pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País e isso no quinto ano de vigência. A implantação do custo/aluno/qualidade. Esta é uma meta que não foi cumprida no prazo, porque o prazo determinado pela Lei, em 2005, foi de 2016. E chegamos às fontes de financiamento. Muitas vezes essa discussão é árida e cansativa, mas precisa dar um grande destaque, porque sem recursos não temos como tirar as 20 metas do papel, sejam do Fórum Nacional e, principalmente, dos Fóruns Estaduais e Municipais da Educação. Temos a vinculação constitucional que existe no nosso ordenamento legal desde 1934 e que no bojo da PEC 241 corre grande risco, pelo menos, um cenário de sub-achatamento, a subvinculação de impostos e transferências que formam no âmbito de cada Estado o Fundeb e o salário-educação. Essas são as três principais fontes, as fontes antigas de financiamento.

Sobre o salário-educação nós começamos um estudo e temos percebido que aqui, em Mato Grosso, ele é uma fonte de financiamento da Educação que existe desde 1964 e que, de modo

geral, não está muito em destaque, porque é considerado um percentual pequeno, uma fonte adicional. É assim que a legislação define o salário-educação. Mas o que estamos percebendo em alguns municípios é que o salário-educação não está servindo para ser adicional. Ele está sendo utilizado para compor o mínimo. É necessário ficar atento, porque no contexto em que vamos ter a redução dos recursos públicos é fundamental essa discussão e a compreensão de como isso está se dando em cada um dos 141 municípios dentro de Mato Grosso.

E o Plano traz duas novas fontes de financiamento que são o Fundo Social Universal e os royalties. O Fundo Social Universal foi aprovado por meio de uma lei de 2010, mas essa lei ainda não foi regulamentada. Ela exige um instrumento infralegal, ou seja, um instrumento que está abaixo da lei, um decreto, que diga como têm que ser utilizados esses recursos. Os recursos da Educação são longos e tortuosos, isso a história tem demonstrando, existe outro passo de luta que é no sentido de regular, de retirar esses recursos do contingenciamento. O que tem sido a prática dos governos, logo após a aprovação do orçamento, é contingenciar uma parcela significativa, sobretudo, dos recursos para as políticas públicas sociais. Quanto aos royalties, em que pese a importância e a nossa luta por esses recursos, temos que lembrar que o petróleo é um recurso natural

finito, ou seja, essas reservas não vão durar eternamente. É uma fonte finita e é sempre um complicador, porque a Educação implica em recursos e despesas que serão permanentes. Outro ponto é que a legislação não define como, de fato, serão gastos esses recursos, até porque não são somente para Educação. Eles vão para outras áreas como meio ambiente e cultura. A legislação fala de modo genérico e geral em Educação, quando a nossa legislação básica, a LDB, e a lei do Plano Nacional de Educação, falam em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em Mato Grosso, 100% dos municípios têm planos municipais de educação aprovados. E chegamos a um momento decisivo que é tirar do papel essas metas que foram construídas coletivamente.

Os planos de educação do Estado foram aprovados, a grande maioria, no primeiro semestre de 2015. Ou seja, já temos mais de um ano que esses municípios têm seus planos municipais aprovados. O que a experiência tem mostrado é que se não houver a cobrança e a firme participação social, a participação da sociedade para exigir dos poderes públicos o cumprimento dessas metas, elas não vão sair do papel. A nossa experiência tem mostrado, ainda, por força de uma forte tradição patrimonial que nossos governos não gostam de planos, sobretudo, planos com força de lei, planos que trazem imperativos e para além de um

mandato de 4 anos. No Estado, a Secretaria de Educação do Estado vem articulando e conduzindo um processo com a equipe técnica que deu apoio aos municípios desde a construção dos planos e, agora, continua no monitoramento e avaliação desses planos. Eles estão fazendo um trabalho nos 141 municípios. É um trabalho que foi induzido e coordenado em nível nacional pela Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE), que fez um trabalho grandioso, que contribuiu para que 100% mato-grossenses tivessem os seus Planos Municipais de Educação.

Reitero que momento atual é de monitoramento e avaliação desses planos. E para monitorar nós precisamos ter um diagnóstico preciso da situação educacional. Analisamos alguns planos municipais de Educação em Mato Grosso, com dados de uma auditoria que foi realizada pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE) de 2014 a 2015, que, também, analisou os planos municipais de educação. Constatamos muitos problemas, sobretudo, ao que se refere ao diagnóstico desses planos. O planejamento implica, em primeiro lugar, em um amplo, em um preciso diagnóstico acerca da realidade. Mas o diagnóstico, não é só uma lista de problemas como, muitas vezes, pensam. Diagnóstico não é somente listar pontos positivos e negativos; não é só um conjunto de gráficos, de tabelas, muitas vezes, soltos que o cidadão não conseguiu entender. Os diagnós-

ticos dos planos, de grande parte dos municipais de Educação, muitas vezes, começam com todo um histórico dos municípios. Eu fiz leituras de diagnósticos de planos municipais que listam todos os prefeitos que o município teve, toda a história do município, porém, muitas vezes, trazem o tipo de solo do município, ou seja, dados que não que não tenham devida importância. Mas um diagnóstico para ser, de fato, um diagnóstico que subsidie tecnicamente a construção de planos precisa ter duas dimensões que julgamos fundamentais: a oferta e a demanda. Os diagnósticos dos planos que eu analisei trazem dados sobre a oferta, mas pecam gravemente no que se refere à demanda. Então, um município coloca que a oferta para escola pública é para 85% das crianças de 4 a 5 anos, mas não diz quantas crianças estão fora da escola; não diz quantas necessitam de acesso à pré-escola; quantas não estão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Ou seja, há um diagnóstico de oferta, mas não há por sua vez um diagnóstico que traga dados acerca da demanda. E aí não podemos desconsiderar que planejamento é sempre uma ação técnica com fins políticos.

Precisamos e, também, é um dos limites do nosso planejamento nos municípios onde não se tem o que a boa técnica do planejamento, chamado de marco situacional, que é definir que atuação nós queremos, para que sociedade e, a partir da definição desse marco situacional, a que

distância estamos desse momento que nós queremos. É isso que o diagnóstico tem que cumprir. Dizer a distância que estamos do momento atual para o momento que queremos chegar, ainda, considerando um horizonte de 10 anos. Um dos levantamentos que fiz foi sobre os segmentos que estão participando dos trabalhos de monitoramento e avaliação dos planos municipais. E observei que na maioria dos municípios, essa tarefa está sendo orientada e conduzida pelas equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação. E preocupa que os Conselhos Municipais de Educação, de acordo com os dados da própria Secretaria, estão tendo uma participação muito tímida, muito residual, nesses trabalhos. Os conselheiros dos Conselhos Municipais de Educação têm o grande desafio que é, de fato, levar essa discussão para os Conselhos Municipais de Educação, colocar os Conselhos nesse processo de monitoramento e avaliação dos planos. Porque nos preocupa o processo de monitoramento em que a sociedade, de modo geral, está excluída, não será um monitoramento preciso, um monitoramento que pode subsidiar a mudança de rota que, eventualmente, seja necessária no que se refere à política pública de educação do município.

Mato Grosso, como muitos sabem, foi pioneiro no trabalho de revisão e atualização do Plano Estadual de Educação. O nosso Plano Estadual de Educação foi revisado antes da aprovação

do Plano Nacional de Educação. Mas quero chamar atenção, que a lei que atualizou o Plano Nacional de Educação, que é de 2014, não danificou a vigência do Plano. O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso é de 2008 e perde a vigência no início de 2018. Por isso é preciso convocar urgentemente a sociedade para uma conferência, induzir, fomentar, iniciar um processo de discussão, de avaliação, porque a lei perderá sua vigência já no início de 2018. A Lei 10.111, apenas, alterou o Anexo I, que é o Anexo de Metas e Estratégias, ou seja, adequou o Plano que já existia ao novo formato do Plano Nacional com um número mais enxuto, mais reduzido de metas.

E alguns dados que temos constatado empiricamente com as nossas pesquisas é que, de modo geral, por força de uma forte tradição patrimonialista que convive, hoje, com essa lógica produtivista, com essa regulação do desempenho e não pelo bloqueio, observa-se que no Brasil a gestão pública é o que chamamos de uma gestão ciclo química. Ou seja, o Governo destrói o que o outro fez. E percebe-se que os nossos gestores, especialmente na esfera municipal, não gostam de planos com força de lei. Por isso, a cobrança destacada de

cada um de nós, agora, no monitoramento e avaliação desses planos. Percebemos, também, que os planos de educação não se articulam com as peças orçamentárias, ou seja, não há uma articulação equânime com o que consideramos como o sistema nervoso da Administração Pública que é o Orçamento. Porque tudo que é gasto em qualquer uma das esferas administrativas da nossa Federação precisa estar definido na Lei Orçamentária Anual, mesmo sendo uma lei de caráter autorizativo como é o nosso Orçamento. Mas é necessário que as despesas, as prioridades estejam, de fato, registradas, aprovadas na Lei Orçamentária Anual. E outro ponto é que os nossos planos de Educação são planos da Educação falando para ela mesma, quando sabemos que Educação, enquanto temática e política pública, é antes de tudo uma política transversal. Ou seja, a proteção à criança é responsabilidade do conjunto dos Poderes Públicos. A criança na garantia do direito à Educação ela precisa não, apenas, da política pública de Educação, ou seja, de escola com estrutura adequada, com professores bem remunerados e motivados. Ela precisa ser uma criança saudável. Por isso, a necessidade das políticas de Saúde, enfim, de um

conjunto de políticas públicas. Sabemos que no Brasil em torno de 40% dos nossos estudantes de escola pública são filhos de famílias que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Então, aí está a necessidade de articulação com a área de Assistência Social, porque é necessário que a escola acompanhe a frequência dessas crianças para que seja garantido o direito de aprender dessas crianças. E os planos, também, precisam, é urgente, se articular com outros instrumentos de planejamento, ou seja, pensar Educação como uma política pública transversal que é algo extremamente desafiador e algo extremamente difícil considerando a realidade dos nossos municípios brasileiros.

O momento é, mais do que nunca, de organização, de vermos toda essa estrutura de participação e de planejamento como instrumentos, como aliados, na garantia dos nossos direitos. Então, nessa perspectiva, não podemos, por mais que seja desalentador, por mais que seja preocupante o cenário, nunca permitir que mudem o que deve ser o nosso combustível, o que deve ser a nossa esperança. Então, isso nunca nos deve ser tirado, porque a esperança é o que nos move. A utopia, como dizia Paulo Freire.

**Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e especialista em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor efetivo do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).*



Painel 4: Conjuntura Política e Educacional

João Antônio Felício

Graduado em Desenho e Plástica, Educação Artística e História da Arte pela Fundação Educacional de Bauru. É secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional e presidente da Central Sindical Internacional.

João Antônio Felício*

Eu estive em um evento do Sintep/MT, se não me engano, em 2010, seis anos atrás. Naquele período, com certeza, eu estava um pouco mais otimista do que estou agora. Seis anos depois, em termos de conjuntura política, estamos muito pior do que estávamos. Vou abordar algumas questões sobre a situação política internacional para contribuir com o debate sobre como nos inserimos, como inserimos o Brasil, nessa conjuntura internacional que estamos vivendo. Não consigo me lembrar outro período da história, especialmente, depois da 2ª Guerra Mundial, que estivéssemos vivenciando no mundo uma situação de enorme concentração de renda, de aniquilamento dos estados nacionais e, inclusive, da palavra política e da democracia. A fase bastante positiva que tivemos após a 2ª Guerra Mundial, quando os sindicatos passaram a ter uma participação extremamente importante na formulação de políticas públicas, especialmente na Europa, onde acabou se constituindo por meio da Organização Internacional do Trabalho uma participação política melhor dos sindicatos, onde o trabalhadores com os empresários e os governos passaram a ter uma presença no que se refere, especialmente, às políticas públicas. Talvez, tenha sido o período que mais se acumulou direitos em nossa história.

No caso do Brasil, tivemos

a consolidação da CLT, que trouxe para o nosso País determinados direitos que os europeus haviam conquistado. E foi um elo bastante rico. Não estou querendo dizer que o regime social democrático é melhor. Estou dizendo que foi um período que mais se acumulou direito, que tivemos uma participação política influenciando política de Estado e se conquistaram direitos espetaculares no que se refere a direitos democráticos. Os sindicatos se constituíram no mundo todo em fortíssimas organizações sindicais com enorme influência na formulação das políticas.

A conjuntura que estamos vivendo, hoje, é muito diferente. Nos Estados Unidos, que tanto se fala pela imprensa brasileira que lá é o berço da democracia, a honra e a liberdade é muito forte, é muito presente, 92% das categorias profissionais não têm direito à negociação coletiva. Isto é, não tem sindicato, porque para você criar um sindicato no local do trabalho, seja em uma fábrica ou no supermercado, precisa ter 50% mais 01 sócios. Como os empresários não querem sindicato, eles ameaçam o trabalhador dentro da fábrica ou do supermercado para não votar pela criação do sindicato. Aí não tem sindicato! Então, é muito comum nos Estados Unidos você entrar em um supermercado, vamos pegar o Walmart, tem o sindicato da cidade e o Supermercado Walmart que é na outra cidade, não tem sindicato, porque não se conseguiu naquela loja a

presença de 50% mais 1 dos associados. Então, não tem quem os defenda. Uma grande Central Sindical Americana fez uma pesquisa e detectou que onde tem sindicato os trabalhadores têm o salário médio maior do que onde não tem. É por isso que os patrões não querem sindicatos. O sindicato é o único espaço de participação no que se refere à uma defesa de corporação. Em que pese termos os partidos políticos, especialmente os partidos que têm um compromisso maior com as nossas lutas e votam questões de acordo com os nossos interesses nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, quem defende no dia a dia os nossos direitos são os sindicatos. E são os sindicatos que estão sendo brutalmente atacados neste momento. Por isso, é uma conjuntura muito diferente daquela que se vivenciou nos anos de 1950 e de 1960. Hoje é uma luta muito grande para você sobreviver.

Eu dei o exemplo dos Estados Unidos e naquele período existia lá em torno de 25% da base sindicalizada e, hoje, não chega a 10%; na esfera pública, em torno de 12%; na iniciativa privada, 8%, o que dá uma média é de 9%, 10%. Então, há uma queda na sindicalização. Na América Latina, a Colômbia que, também, tinha mais de 20% dos sindicalizados, hoje, não chega a 5%, porque lá mata-se sindicalistas todos os anos e o jovem que está despondo para a militância política jamais vai se filiar a um sindicato ou querer ser dirigente sindical, por-

que corre risco de vida. Na Guatemala é a mesma coisa. Então, qualquer organização que tenha a luta coletiva com a sua questão central, defendendo o interesse da população, sofre um ataque brutal ora dos empresários e ora dos governos.

Nós sofremos ataques no Brasil, também. Não é fácil conquistar, convencer ou forçar o Governo a se sentar a uma mesa de negociação. Você tem que entrar em greve para obrigar o Governador a recebê-lo. E tem que continuar em greve para conquistar alguma coisa. A defesa do Sindicato não é, simplesmente, porque você tem lá uma colônia de férias ou você um atendimento médico hospitalar. É uma questão de sobrevivência. Às vezes, entramos em choque com a própria categoria. É que disputamos ideias com as pessoas, e a imprensa, os governos, os empresários, ficam disputando cabeças e mentes. Ficam dizendo: “Olha, isso é coisa de grupo coletivo. Não serve para nada.” O importante é que você vai melhorar de vida de acordo com o seu esforço pessoal, individual. E essa é uma forte característica do neoliberalismo que não é, apenas, o esfacelamento do Estado, e que é uma característica muito forte para diminuir o papel do Estado na Educação e na Saúde. É uma ideologia que penetra na cabeça das pessoas: o individualismo. Às vezes, falam que as conquistas do Sindicato eram coisas que o governo já iria conceder e muitos colegas acabam aceitando essa

argumentação e, às vezes, não se filiam ao sindicato, não tendo o seu Sindicato como um suporte fundamental para a luta política.

Para enfrentar a atual conjuntura, temos os sindicatos, poucos Deputados e Senadores do Congresso Nacional, e nas Assembleias Legislativas Estaduais alguma participação política de alguns Deputados, de alguns partidos políticos que votam de acordo com os interesses nossos. A imensa maioria é contra nós. Então, este é um momento que temos que bater no peito e dizer que o meu sindicato é o meu instrumento de luta; é aquele que tem força política para enfrentar a conjuntura que estamos vivendo hoje. Não tem outra organização política e, às vezes, até as religiões acabam introjetando coisas na cabeça da nossa base social, em todas as regiões. Não que estou querendo dizer que a religião não é importante na vida das pessoas. A religião, cada um tem a sua e deve ser praticada, mas não pode ser um elemento para impor ao Estado a religião. Às vezes, se pega nas entrelinhas das falas de alguns parlamentares que têm vínculo com a religião que acabam convencendo a sua base social que a Escola sem Partido seria a ideal, como se existisse uma escola sem ideologia. Porque para eles todas as vezes que a pessoa é questionadora, que dá uma aula que questiona a estrutura, pronto! Essa escola tem partido, essa aula tem partido. Agora, quando a aula é alienante, que não tem relação nenhuma com os problemas

sociais, com os acontecimentos de fora da escola dizem que pode, como se essa não tivesse ideologia. E a ideologia, tanto aquele que questiona a ideologia, como aquele que tem que dar uma aula insípida, inodora e incolor.

O Roberto Leão me contou que participou de um debate no Congresso Nacional e chegou um deputado e disse o seguinte: “Eu defendo a Escola sem Partido, porque o meu filho foi estudar Jornalismo, depois de um ano chegou em casa e falou de luta de classe. Onde já se viu?”. Se o professor dele conseguiu convencê-lo de que a sociedade tem luta de classe, parabéns a esse professor, porque a luta de classe não foi inventada por nós. Ela existe na sociedade. O momento que estamos vivendo no Brasil é uma tremenda e radical luta de classe, onde você tem uma elite econômica que deu um golpe contra a parcela mais pobre da população. Isso é a luta de classe. E, às vezes, dentro de sindicatos, sindicatos pelegos, conservadores, sem ideologia nenhuma, acham que a luta de classe acabou. Em qualquer ação que você desenvolve no sindicato, no partido político, na vida, no debate que você faz, ela passa no seu discurso nas questões que tem a ver com os seus interesses; e o empresário passa no discurso dele os interesses dele que, geralmente, são conflitantes com os nossos. Isso é luta de classe. O que está se tentando fazer neste País, quando os golpistas falam em reforma da Previdência, da reforma Traba-

lhista, é luta de classe. Eles estão tentando impor sobre nós uma concepção de Estado e sociedade que o povo não escolheu.

Quando você lê um artigo em um jornal é impressionante como a imprensa trabalha. Raramente, você vê um artigo que reconhece que foi um golpe, mesmo à exceção de um ou outro articulista, como Paulo Henrique Amorim e o Jânio de Freitas, na Folha de SP. A maioria acha que não foi golpe. Ficam analisando o rito jurídico, o processo jurídico. O processo jurídico, o impeachment, está previsto na Constituição. Então, em função disso, falam que não foi golpe. Mas nós não estamos tratando disso quando falamos que foi golpe. Estamos falando de duas questões: primeira, para afastar alguém é preciso existir um crime político. A pessoa afetou alguma lei que seja muito grave, como com o Collor de Melo. No caso da Dilma, não. Ela nem fez isso. E os golpistas queriam implantar outro poder econômico político no País sobre o qual a população não depositou o voto, que é o projeto político neoliberal esfacelado, um Estado derrotado em tudo quanto foi eleição por anos. Como eles não ganharam a eleição e por medo do Lula voltar em 2018, eles foram aplicar um golpe implantado no nosso projeto político que tem a ver com aquilo que eu estava colocando no começo do projeto que era liberal está sendo implantado como um tempo todo, que é e tem como pressuposto básico o aniquilamento

da resistência sindical. Portanto, para poder implantar um projeto dessa envergadura não pode ter oposição. A oposição tem que ser aniquilada, a não ser que seja um sindicato. Se sabe que uma Central Sindical neste País, chamada Força Sindical, apoiou o golpe contra a Dilma. O famoso deputado Paulinho, Paulo Pereira da Silva, apoiou o golpe. Isso não é sindicato. É uma agência de negócios. É um agenciamento de recursos para fazer com que sindicalistas sobrevivam com recursos. Não tem nada a ver o movimento sindical como nós entendemos, e como temos muitos sindicatos combatíveis em nível nacional.

Eu acho que o Governo Dilma Rousseff, do primeiro mandato, cometeu um erro, que foram as desonerações. Também, teve uma redução enorme de impostos e os empresários pagavam para sustentar a Previdência Social. Diminuiu a contribuição das empresas e, também, teve uma redução enorme do imposto pago, chamado IPI do automóvel, redução enorme de impostos em vários ramos de produção, nos produtos como geladeira, fogão e etc. A intenção qual era? Reduzir a carga tributária das empresas e em troca as empresas vão investir na produção, investindo na produção não tem desemprego, exporta mais e o Estado, ao abrir mão de determinadas contribuições, passará a receber mais, porque haverá um crescimento econômico em função disso. Era uma análise ingênua. Os empresários pagaram dinhei-

ro e financiaram o golpe contra ela. É simples assim para o Poder Público no Brasil. E no começo do ano passado, no início do segundo mandato dela, tentou-se recuperar esse dinheiro que estava sendo repassado às empresas, com aqueles projetos que foram enviados no começo do ano de 2015 ao Congresso Nacional. Mas os deputados já tinham, naquele momento, a perspectiva do golpe. E não se pode ter de uma sociedade capitalista, um Estado desequilibrado financeiramente durante muito tempo. Pode-se ter durante pouco tempo, agora, em uma sociedade capitalista achar que vai ficar anos arrecadando “x” e gastando “x” mais “y”; isso não existe. Não tem como sustentar o Estado assim. Então, Dilma tentou recuperar uma parte desse recurso e os Deputados disseram: que não iriam fazer com que as empresas voltassem a pagar ao INSS que se pagava antes. Para resolver esse problema do desequilíbrio do orçamento público, das contas públicas, é simples: não tem que fazer reforma previdenciária e trabalhista. Basta as empresas voltarem a pagar o que pagavam antes.

Segundo cálculos de duas pessoas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em cinco anos foram R\$ 986 bilhões em desonerações, que dão quase R\$ 200 bilhões por ano. O déficit fiscal do Brasil não chega a R\$ 200 bilhões. É só as empresas voltarem a pagar o que pagavam há cinco anos, aquele percentual sobre a folha de pagamento que o INSS recebe; acabar com a re-

dução de IPI de automóvel e da linha branca. Mas eles não querem. Porque os empresários que apoiaram o golpe não querem pagar o que pagavam antes. É a forma, inclusive, que eles estão retribuindo os empresários para darem o golpe que foi dado, chamado golpe parlamentar, para dizer: “Os empresários apoiaram o golpe e, agora, vocês terão que votar no Congresso Nacional para tirar esse projeto político vitorioso nas quatro últimas eleições”. O que eles querem, agora? Fazer as reformas e implantar neste País os projetos neoliberais que têm sido implantados no mundo todo, que é, simplesmente, o Estado é ficar bem pequeno mesmo.

Temos que acabar com a corrupção? Sim. É necessário prender quem está envolvido com corrupção o pessoal e etc. Agora, aniquilar uma empresa, porque ela, simplesmente, desenvolveu um ato de corrupção é um absurdo. Algumas pessoas devem se lembrar quando a Chevrolet e a General Motors tiveram uma enorme dificuldade, em 2008, para sobreviver durante a crise que teve em 2008 e Governo americano socorreu as empresas, porque avaliaram que elas não poderiam ir à falência, por serem símbolos do poderio norte-americano. Na Europa é a mesma coisa. Ninguém aceita que uma empresa, independente das avaliações que possam ter sobre o empresário, vá à falência. Aqui, não. Se temos problemas financeiro na Petrobrás, vendem parte dela; se existem problemas

financeiro na exploração do petróleo, do Pré-sal vende-se um parte. É por isso que digo que a elite brasileira é anti-Brasil, anti-pátria e anti-povo. Ela não está preocupada com o projeto nacional em defesa de um País com soberania. O que está na cabeça desse pessoal que deu o golpe no Brasil, hoje, é a venda do Brasil. Até a lei que proíbe a compra de terras brasileiras por parte de estrangeiros está mudando para vender extensos pedaços de terra para capital internacional.

Nesse sentido, o Brasil corre um enorme risco de se esfacelar enquanto nação, enquanto povo soberano e autônomo, porque é isso, também, que está por trás do golpe. Porque embutido nesse projeto está a forma com que o Brasil se relaciona com o comércio internacional. E tanto no Governo Lula como no Governo Dilma Rousseff não se aceitava estabelecer relações comerciais de forma subordinada. Por isso que o TISA, que é um tratado de livre comércio na área de serviços, tanto o Governo Lula como o Governo Dilma se recusaram a assinar. O Brasil, nesses dois últimos anos, se recusou a assinar tratados dessa natureza. Agora vai assinar. O Brasil caminha com a produção industrial caindo. Daqui a pouco teremos um País que só exporta commodities (soja, milho, minério de ferro) e não exporta produtos de alta tecnologia, porque as nossas indústrias estão atrasadas. É esse o Brasil que essa gente está começando a construir e implantar aqui.

Quando se fala em reforma da Previdência, na Europa, por exemplo, geralmente se aposenta com 65 anos. Há países que se aposenta com 67 anos. Mas quando você tem um cidadão que passou toda a sua vida escolar, começou a trabalhar depois dos 25 anos, acabou a universidade para trabalhar e você vai até 60 e poucos anos é até uma questão aceitável. Agora, se for uma menina com 15 anos ou um menino com 15 anos, como tem pelo Brasil afora, cortador de cana-de-açúcar, a situação é diferente. Por isso as pessoas ricas podem ficar até os 65 anos. O Juiz de Direito, o Promotor, o Ministério Público e etc. Ocorrendo a reforma da Previdência, vai atingir o pobre. Eles querem equilibrar as contas públicas com o dinheiro do pobre.

Hoje, se não me engano, ou amanhã, era para ter tido, terça-feira, mas foi adiado. A CUT vai a uma reunião do Governo dizer: vocês querem equilibrar a previdência? Voltem a pagar as empresas, mas não voltem a pagar o que se pagava antes. Nós não vamos aqui discutir a relação de idade para aposentadoria. A CUT não vai entrar nesse jogo para negociar. O impressionante é como na imprensa aparece todo dia um especialista na Rede Globo, no Jornal Nacional, no jornal da manhã, no jornal na hora do almoço. Na Bandeirantes é a mesma coisa. Palavra de especialista: a Previdência está falindo. Daqui a dez anos não vai ter dinheiro nem para pagar a aposentadoria do Michel Temer.

Então, tem que fazer a reforma logo. Só que Temer se aposentou aos 55 anos. Agora, quer impor uma aposentadoria para nós com 65 anos. O tal do déficit da Previdência que não tem déficit. Para nós a Previdência está inserida na Seguridade Social e a verba de Seguridade Social, segundo a Constituição, é suficiente para pagar a aposentadoria da esfera pública e da esfera privada desde que voltem as empresas a pagar o que pagavam antes.

Sobre a mudança na legislação trabalhista é a mesma coisa. Naquela luta do 618 da CLT, quando no Governo Fernando Henrique Cardoso eles convenceram, novamente, aquela tal de Força Sindical que não precisa ter a garantia do direito pela lei. O direito será garantido pela negociação. E aí Sindicato não tem força política, mantém os direitos contidos na CLT. O Sindicato que não tem força perde os direitos no processo de negociação. Para nós, da CUT, não. Lei não se negocia. Eu não vou sentar com o patrão para ficar debatendo se o 13º salário, férias, fundo de garantia, serão mantidos ou não. Todo ano você tem que fazer campanha, porque o 13º tem que ser mantido, a licença-maternidade tem que ser mantida ou não. A lei existe. É isso que eles querem implantar neste País. Tudo se transforma em objeto de negociação. Nada é garantido pela lei. Esta é a concepção neoliberal de dizer o seguinte: “quer subir na vida? Vá ter força política, individualmente. Quer manter seu direito?

Pare a sociedade para fazer a luta para manter seus direitos”. Daqui para frente vamos garantir a concepção norte-americana. Nos Estados Unidos licença-maternidade não é garantida por lei. As mulheres norte-americanas não têm nenhuma lei que garanta a licença-maternidade de quatro meses como nós temos aqui. E o Paulinho lá em 1991, quando ele apoiou o projeto, eu estava com ele em um debate no Senado e ele falou: “João, qual o problema se a mulher quiser negociar a licença-maternidade dela? Ao invés de gozar quatro meses, fica dois meses e os outros dois meses vende para o patrão?”. Eu respondi que se tem um direito que a mulher não tem é o de negociar o direito do filho dela mamar.

Isso é ser leigo. Se tem um problema que temos neste País é se colocar dessa maneira com a base social. A pessoa não consegue nem fazer um raciocínio um pouco mais sofisticado. Negociação direta entre patrões e empregados como se aqui fosse uma Suécia. Aqui se você perdeu um direito, não vai nunca recuperar mais. Além dessa questão da reforma, que é importante na conjuntura política para debater as coisas, vem, agora, a Medida Provisória que altera o Ensino Médio. Eu sou da área da arte, história da arte, educação artística e etc. Estão querendo me excluir. Porque na formação de uma criança, de um jovem, tem que ter dignidade. Não, é bom aquele aluno, que se relacione com a língua dele através de vários con-

teúdos, de história, história da arte, geografia, biologia? Como se a escola fosse um local onde só é importante o aluno saber a língua portuguesa e matemática. Não. É importante? Claro que é importante, você não está com a preocupação de formar através da língua portuguesa o escritor e o poeta, a função da educação artística não é formar artista, nem a função da educação física é formar atleta, mas é ter conhecimento do seu corpo através da expressão artística, todos os países do mundo tem a formação na área de arte, a formação na área de cultura, educação física. Quer dizer, aqui isso é coisa de luxo, porque para pobre é assim, isso é luxo, pobre tem que saber pouca coisa para ele ir para o mercado de trabalho para ganhar pouco. Essa é a visão que eles têm. Ninguém é contra que o aluno fique mais tempo na escola, mas a pergunta que se faz é: ficar para quê? Porque o problema não está na grade curricular, eu não consigo imaginar o aluno de segundo grau e não ter filosofia, sociologia não tem essas componentes importantes para a formação geral do estudante. O problema não está na grade curricular, mas nas condições de vida da categoria profissional que nós representamos na nossa formação. O problema está no recurso investido em Educação, que até hoje não chegou nos 10% do PIB. Esse é o problema que tem que ser resolvido e não achar que vai resolver o problema da Educação mexendo com grade, extinguindo uma disciplina e colocando outra no lugar.

Estamos num momento na sociedade de muita disputa política, que exige muita paciência da gente. Eu era de uma época que se batia boca até com motorista de taxi. Então a gente no Brasil tem que ter muita paciência para conversar, porque estamos numa fase da vida que a gente não dá ideia. Escutar e convencer as pessoas, falar que o golpe não foi só contra a Dilma, mas contra o Brasil, o PT, cada um de nós. Porque eles inventaram um projeto político contra o povo. Mas a base social, às vezes opta por uma visão sem ter o conhecimento, a formação política sobre isso. Por isso a formação política é importantíssima pra nós. Fazer com que a escola seja um palco de debate, não somente esperar conteúdo. Eu sempre conto onde vou, que minha mãe era uma figura extraordinária. Na cabeça dela as filhas tinham que estudar, meu pai achava que tinham que trabalhar e recentemente ele disse: meu filho, se oferecer dinheiro eu voto pelos comunistas (comunista para ele é ofender alguém). Eu falei para ele: “pai, pode votar nos comunistas, mas não fala que se der dinheiro o senhor vota. Todo mundo que se mete na política fica rico, só vocês que continuam pobres”. Então, a gente tem que ter muita paciência para conversar com as pessoas. No supermercado, com um aluno, na família da gente. Nós estamos em um momento de disputa política, sempre é um momento de

disputa política.

Primeiro: nós não analisamos a reforma dos meios de comunicação, nem tivemos tempo, mas deveríamos ter tentado. Olha o que a imprensa está fazendo conosco agora, são vários os jornalistas que de certa maneira tem uma visão parecida com a nossa, que não é censura, é você diversificar nos meios de comunicação que hoje pertence a quatro, cinco famílias. Segundo: nós não analisamos a questão da reforma tributária e é através dos pagamentos de tributos que você detecta que sociedade se quer e qual o tamanho do Estado para financiar políticas públicas. Rico neste país paga pouco imposto, quem paga imposto é pobre. Dá até para resolver o problema do déficit só com dividendos, que são o seguinte: a pessoa tem uma empresa com 50 funcionários. Vamos supor que ela tira R\$ 50 mil por mês da empresa para sustentar a família e sobre esse valor não paga imposto. Mas o trabalhador dele que ganha R\$ 2 mil reais paga imposto. Portanto a reforma tributária, porque que os países escandinavos têm a mais justa carga tributária, eles pagam de 40 a 50% de imposto, mas a população tem escola pública, formação, aposentadoria, universidade pública, serviço social de forma eficiente, então lá tem estado. Aqui no Brasil para você exportar soja você paga 16% de imposto e no Paraguai 1%. A pergunta que se faz é a seguinte: o que o Brasil

quer ser? Uma Grande Noruega ou um grande Paraguai? Estamos caminhando para ser um grande Paraguai. Que tirou imposto da produção dos ricos, taxou os pobres e o Estado não tem recurso suficiente para financiar a área social.

E por último a reforma política, tudo o que está ocorrendo no Congresso Nacional. O que existe em alguns países é um sistema parlamentarista onde o Congresso Nacional pode mudar o primeiro ministro, se cair em desgraça porque não está dando certo. Mas em todos os regimes presidencialistas não existe essa possibilidade. Teremos um enfrentamento daqui para a frente e a unidade da esquerda é fundamental. Quando vocês ouvirem alguém de Mato Grosso pegar o microfone dizer que não é político, mas sim gestor, sai correndo porque é um sem vergonha. Porque isso não existe. Como se um gestor fosse alguém com independência de partido ou ideologia. Quando se fala em gestão, geralmente são de direita, porque os de esquerda falam que são políticos e querem implementar um programa.

Encerro enfatizando a necessidade de se confiar nos nossos sindicatos. Nós temos que parar o Brasil, é uma demonstração de força. Temos que ir para a nossa base, ir para a rua defender um direito nosso, a unidade do movimento social, da esquerda, dos partidos políticos que nos representam.

**Graduado em Desenho e Plástica, Educação Artística e História da Arte pela Fundação Educacional de Bauru. É secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional e presidente da Central Sindical Internacional.*





Painel 4: Conjuntura Política e Educacional

Lisete Regina Gomes Arelaro

Doutora em Educação e Pedagoga. Professora titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento em Educação (FINEDUCA) e pesquisadora na área de Política Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional, Financiamento da Educação Básica e Educação Popular.

Lisete Regina Gomes Arelaro*

Eu tenho uma proposta: nós, da esquerda, temos que estar sempre de bom humor, porque a direita vai ficar preocupada. Estou até com medo que o Temer me pegue como exemplo, porque eu já fiz 70 e continuo professora. Eu não pensava, agora, com meus 70 anos, para quem viveu a Ditadura Civil Militar, a última, que iríamos viver o que estamos vivendo hoje. A situação é muito grave, muito séria e vai precisar de cada um de nós. Concordo que temos que fazer uma autocrítica. Porque se não avaliarmos o que fizemos de errado e o que deixamos de fazer, não temos condições de construir o que nós precisamos fazer. Tive dois privilégios na vida: além de trabalhar com Paulo Freire, eu fui da última turma de alunas do Florestan Fernandes. Do ponto de vista concreto, Florestan dizia deveríamos considerar as crises como o movimento das marés, sobem e descem, no sentido de que sempre vai haver resistência, sempre vai haver um movimento, exatamente, de construção em defesa dos direitos sociais, do direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Portanto, nós estamos neste momento em que também, acredito, que a nossa união é fundamental.

Vamos admitir uma

coisa: os diferentes grupos de esquerda, há muito tempo não tentavam sentar juntos para conversar alguma coisa. Nós éramos, e somos ainda, muito intolerantes com nós mesmos e até mais tolerantes com os grupos da direita. Este é o momento de inverter. Estamos começando a sentar à mesa. Ainda estamos meio de perfil, mas, de todo jeito, estamos caminhando. Vamos ver como nós vamos fazer. E admitir o seguinte: existem algumas coisas em política, para quem trabalha com política e política educacional, que elas estão sendo surpreendentes. Na política, em geral, é dado um tempo para ver se as pessoas esquecem algumas coisas no meio do caminho. Para mim foi incrível cassar a Dilma no dia 31 de agosto e no dia seguinte aprovaram a lei, autorizando, no dia 1º de setembro, mas 2.233 ou 3.233, e o atual Governo passou a fazer exatamente a mesma coisa pelo qual no dia anterior se cassou a Presidente Dilma. Isso é inédito em política, para entendermos como essas coisas vêm acontecendo.

No entanto, sabemos que em política as coisas não acontecem da madrugada para de manhã. Tem sempre um tempo histórico. E no tempo histórico vou lembrar algumas questões que não acho coincidência. O golpe estava decidido no dia, que a Presidente Dilma foi reeleita. Naquele momento, a direita decidiu que

as coisas tinham se complicado, porque ela iria ficar mais quatro anos, o Lula iria voltar em 2018 e, portanto, o PT iria completar 20 anos, o que, na verdade, era um projeto deles.

Quando o Fernando Henrique entrou, quem era o arrecador dele, que comprava os Deputados, o Sergião, que morreu, disse: “viemos para ficar 20 anos”. Então, não podia deixar que o PT ficasse. Essa discussão não é uma discussão tão simples. Algumas coisas que estamos vivendo, hoje, já estavam engatilhadas tão logo Lula assumiu o governo. No ano seguinte, esse grupo que estamos achando que é um grupelho que discute e que propõe a Escola com Mordça se apresentou formalmente, em 2004. Quem tivesse tido a oportunidade de consultar o site deles: escolasempartido.org.br, antes, em 2015, iria ver que eles eram muito explícitos em relação a isso, até porque achavam que no Governo Lula, o que seria adotado nas escolas? A leitura obrigatória e o manifesto comunista ou algo do gênero, está certo, leitura do capital e detalhes. O Procurador do Estado de São Paulo, chamado Miguel Nagib, que em tese é o coordenador geral do movimento, em 1993, disse a filha dele cursava o 3º ano do Ensino Médio em uma escola privada e a professora pediu que ela fizesse um trabalho. Ela fez um trabalho sobre Che Guevara e, depois, essa profes-

sora, lógico, de Sociologia, teve a coragem de comparar em sala de aula Che Guevara com São Francisco de Assis. Aquilo era o limite. Esse grupo vem se fortalecendo. No processo final das discussões do Plano Nacional de Educação, a nossa surpresa não foi ter que enfrentar, simplesmente, o Ministério da Fazenda para discutir, afinal de contas, o que eles estavam entendendo por 10% do PIB para a educação pública. Naquela discussão difícil com eles sobre a reconceituação, do que é a manutenção do desenvolvimento do ensino, que acabou entrando, infelizmente, na lei, mas do ponto de vista concreto o enfrentamento era com o Ministério da Fazenda.

Quando fomos surpreendidos, pelo grupo de evangélicos e católicos mais radicais que eram entre colocar como condição para votação do Plano Nacional de Educação, exatamente, a retirada das questões de gênero dos planos. E desse momento em diante esse movimento se alastrou em todo País e, hoje, infelizmente temos, praticamente, em todas as capitais do Brasil e grandes cidades os planos estaduais e municipais aprovados sem as questões de gênero estarem presentes. E em alguns lugares está caminhando para uma coisa absurda como aconteceu em São Paulo. Além do que, é bom lembrarmos que todo grupo que, hoje, está com o tal do Mendonça no Ministério de Educação, 90% deles trabalharam

com o ex-Secretário do Fernando Henrique Cardoso, que, depois, virou Secretário de São Paulo. E essas mulheres que lá estão têm um pensamento e atuam de uma forma dura, obsoleta, mas temos que enfrentá-las.

A questão, realmente, da reforma do Ensino Médio, foi uma surpresa que ousassem fazer isso por Medida Provisória. E a proposta que eles apresentaram é mais ridícula ainda. A questão é saber: interessa a quem essa reforma, efetivamente? Porque, na prática, o que existe lá de exigência é Português, Matemática e Inglês. O resto, a condição das escolas escolherem, e sabemos que só vai escolher se tiver professor efetivo e só terá professor efetivo se tiver dinheiro para contratar mais professores para a rede. Porque a grande questão, inclusive em São Paulo, o Estado mais rico do País, é que faltam professores no Ensino Médio, particularmente, em relação ao ensino noturno. E não por acaso não há nenhuma menção, de cursos noturnos de Ensino Médio. A lei não prevê nenhuma discussão. Falam de uma falsa e, vamos dizer, demagógica proposta de educação integral ou em tempo integral. Educação integral, não é, porque de 2.400 horas para 1.200 horas e dizer que tem uma coletânea de disciplinas que são insuportáveis, eu pergunto: são insuportáveis para quem? E quem é que vai assumir, de fato, a

questão das outras 1.200 horas? É para fazer o que com a nossa juventude? Eu vou dizer: nem o SENAI e o SENAC têm estrutura nacional para dar conta e assumir uma responsabilidade dessas. E o que se faz? Vai se admitir uma situação que já temos, hoje, de professores precários que dão aula em todo o Brasil.

Como eu fiz Pedagogia sei que pedagogo é mão de obra para qualquer disciplina. Faltou um professor, o pedagogo está assumindo. Independente da nossa condição e disposição para isso. E, logicamente, nas disciplinas do ensino técnico, sabemos que qualquer um que se apresentar dará aula. Então, a defesa da formação de professores competentes, bem formados, que tenham, realmente condições de assumir o desafio da formação de uma geração, da juventude, é fundamental.

Essa situação não é tão simples assim, porque durante dois anos tivemos debates para definir a questão do Ensino Médio. Temos um movimento nacional em defesa do Ensino Médio como direito da juventude e direito de etapa da Educação Básica que, efetivamente, apresentou proposta. Nós temos propostas e alternativas, por isso, a própria Maria Helena Castro, que hoje manda no Ministério da Educação, lotava os auditórios nas audiências públicas com o pessoal do PSDB, para que não

tivéssemos condições de falar, mas nós tivemos condições de falar. Nas audiências públicas, nenhuma das nossas entidades nacionais foi chamada para debater. Só são chamados representantes da direita, dos empresários e, obviamente, dos que representam a mercantilização da educação nos nossos espaços. Para quem viveu a ditadura, vale lembrar que os militares também baixaram a Lei nº 5.692 e informaram que daquele momento em diante seria profissionalização compulsória do Ensino Médio. É por isso em algumas coisas temos que ir com calma. Porque o fato de, também, passar pelo Legislativo, não quer dizer que será realidade. Nós temos, ainda, várias lutas pela frente.

Mas tem uma questão que eu, particularmente, estou bastante preocupada, e sei que também em Mato Grosso, o grupo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) é imbatível. Maria Helena Castro, Guiomar Namó de Mello, Marínes Pinho. Todas são membros do Conselho Nacional da Educação. E do ponto de vista concreto, forçaram uma modificação na legislação da formação de professores, contrariando a norma nacional, tirando a formação da creche dos cursos de Pedagogia. Já vimos esses antecedentes. Agora, no Ministério da Educação, já ouvimos proporem, que a creche deverá voltar para sua origem que é a

assistência social. Essa discussão não é pequena. É um movimento que contraria toda a teoria científica e pedagógica, que nós temos, aliás, o mundo ocidental. Esperamos, que os movimentos em defesa da Educação Infantil, hoje, muito bem organizados no País, tenham força para enfrentar essa discussão.

É bom lembrar que quem tem feito - e é um movimento que tem que ser apoiado - de forma surpreendente, são os estudantes secundaristas do Brasil. E é muito interessante ver que essa juventude tem, sim, críticas à forma como o ensino está organizado; tem, sim, propostas de como o ensino pode ser diferente. Nós temos que apoiá-los e admitir que, efetivamente, a discussão sobre gestão democrática passou, historicamente, para nós que já tínhamos considerado que era uma conquista certa e garantida, que já está em todas as leis. Nós deixarmos a gestão democrática na prática, digamos, ir para o 5º lugar. Se nós olharmos, hoje, os conselhos de escola no Brasil, diríamos que, praticamente, perderam a sua razão de existir. Tomam poucas decisões. Efetivamente, o Conselho de Escola não representa um locus privilegiado de discussão da política da escola, do plano da escola, do planejamento pedagógico que está acontecendo em cada escola brasileira. Nós sabemos que essa discussão, é ali que, realmente,

teremos que atacar com muita garra, força e coerência. Ou vamos chamar a comunidade para dizer o que ela pensa, o que ela deseja, o que ela propõe ou vamos perder essa batalha dos estudantes e dos pais.

Os estudantes que foram lideranças desse processo de ocupação das escolas, em São Paulo, uma parte significativa deles está sendo perseguida pelas autoridades educacionais com chamada, inclusive, direta de dirigente de ensino, diretamente, para pai e mãe assustando, dizendo que vão desmatricular o filho se ele não parar com esse movimento. Logicamente, temos conseguido até agora que os conselhos tutelares, ou parte deles, esteja conosco nesse movimento e proteja esses meninos e meninas. Mas com o movimento é muito difícil. Por quê? Porque os professores e professoras têm apoiado pouco o movimento dos jovens para contestar a forma como estamos organizados dentro da escola, para contestar o tipo de conhecimento e de saber que nós há muitos anos insistimos nas escolas. Esta discussão não é uma questão menor.

Esse movimento da escola de mordada escolhe, não por acaso, sacrificar Paulo Freire, enquanto líder e patrono da educação brasileira, execrando seus fundamentos, a sua teoria epistemológica que é o diálogo. Mas por que a escolha do Paulo

Freire? Primeiro, porque ele foi um dos primeiros educadores brasileiros que disse: 1 – “não há educação neutra”. Educação é um ato político, portanto, todo professor e professora ao escolher esse ou aquele esquema; esse ou aquele filme; essa ou aquela sugestão de livro ou artigo, diz da sua concepção de sociedade; diz o que pretende construir no Brasil. E mais: Paulo Freire nunca escreveu, foi para casa, escolheu um bom vinho e dormiu. Ele sempre disse e fez que é a prática, é a prática que define a nossa teoria. Portanto, a coerência, a ação e a batalha são, absolutamente, fundamentais para esse movimento de construção, se quisermos, efetivamente, mudar a educação do País.

A PEC 241 é tão grave que confesso que achava que eles não iriam ter os 366 votos, o que é chocante. E essa, também, é uma batalha nossa. Nós temos que fazê-la. Acho que nós deixamos, também, os Deputados Federais muito tranquilos em relação a não provocá-los e não considerá-los como inimigos da Educação. Vamos ter que fazer isso. E, por isso, nós, professores, que lidamos, inclusive, com o imaginário social, vamos ter que escutar cada família; vamos ter que chamar mais vezes pais e mães à escola; vamos ter que conversar mais com os nossos alunos até para esclarecer as mentiras que tem sido ditas exatamente para

esse conjunto de pessoas.

Existe um grupo do Judiciário que é uma referência com relação à defesa dos direitos sociais no Brasil, e a Procuradora Elida, do Ministério Público de São Paulo, escreveu, um documento pedindo a adesão nacional. Aliás, ainda estão protocolando, uma argumentação jurídica, trazendo argumentos que eu diria que nós, professores, temos a obrigação de conhecer cada um. É verdade que precisa muita cara de pau para alguém propor um congelamento de despesas pelos próximos 20 anos. Vinte anos são cinco governos e são três gerações. Não é brincadeira! Isso não pode ser considerado natural, até porque toda a nossa Legislação e a Constituição Federal, ainda hoje, garantem, efetivamente, que as despesas tem que ter correlação. As despesas têm que entrar, logicamente, com as receitas e esse é um estudo anual que se faz. Então a importância das LOAs; dos orçamentos plurianuais, que viabilizam já do ponto de vista legal uma efetiva possibilidade de avaliação das condições de funcionamento da educação, da saúde, da previdência e da segurança social. Para nós, em termos de educação, é verdade que temos sustentável baseado em argumentos muito bem fundamentados que a vinculação de recursos da Saúde e da Educação são cláusulas pétreas, que são imexíveis. E esse é um argumento

com o qual queremos sensibilizar o nosso Supremo Tribunal Federal para ver se eles concordam uma vez que já há, historicamente, acordos em relação a esta discussão no Brasil. Imagine, ainda temos para colocar hoje, imediatamente, cerca de dois milhões e meio de crianças. Só as de 4 e 5 anos que são uma exigência, da Emenda Constitucional 59, que estabeleceu que o ensino obrigatório no Brasil é de 4 a 17 anos. Então, só para colocar aquilo que, efetivamente, deveria estar em resolução, já em 2016 2,5 milhões estão fora da escola. Para colocá-las do que precisamos? De professor, escolas, material e, obviamente, condições de trabalho. Para onde elas irão? A discussão é grave, porque, efetivamente, ela congela, em 2016, com todos os problemas dos congelamentos que já existiram. As universidades públicas estão, extremamente, preocupadas, porque em outubro, terminará o dinheiro que elas têm para pagar: água, luz, telefone e gás. Portanto, a questão da crise interna das universidades, é uma coisa que temos que prestar atenção. E estejam certos e alertas a uma situação: esse grupo que aí está não se incomodará com a situação de precariedade, porque a tese que eles defendem é que está na hora de os alunos pagarem mensalidade nas universidades públicas, nos institutos federais. Se não reagirmos, ano que vem essa tese

estará sendo colocada e, com certo aval dos próprios professores universitários, que sentirão na pele a falta de dinheiro para as condições mínimas de trabalho.

Esse Governo, o seu saquinho de maldade, na verdade, já provoca a crise para receber, exatamente, algumas condições, alguns protestos, que viabilizem sugerir outras medidas na direção daquilo que sabemos que está em jogo no Brasil, que é: quem é que fica com o fundo público. Para eles é um processo de precarização, mercantilização e privatização que teremos a cada momento, como aliás acontece para dentro das nossas universidades. A própria aprovação do novo marco científico e tecnológico autorizou que os privados, as empresas, não só entrem para dentro das nossas universidades, dos nossos laboratórios, mas nos tirem um pouco de lá e eles trabalhem com os nossos materiais, os nossos funcionários e o nosso conhecimento. É um momento extremamente delicado e, por isso, digo que Emenda Constitucional 241 vem a serviço dessa concepção de que privatizar é a solução do Brasil para tudo.

É importante lembrar que em 1998, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 19, está escrito textualmente: 1) O que

ela fez? Três coisas bem complicadas. Primeiro, afirmou que daquele momento em diante aquilo que era obrigação do Estado, importante dito do velho e quero bem comum, não precisaria mais ser responsabilidade estadual; segundo, para isso autorizou-se, exatamente, que houvesse contratos de gestão em que o Estado passava essas responsabilidades para o privado e mediante esse contrato de gestão passava-se o recurso e o privado, surpresa, usava como bem da aprovação. E a terceira maldade da Emenda Constitucional 19 é que ela estabeleceu que funcionário público, insubstituível, são somente dois tipos: auditores fiscais e polícias militares. Portanto, daquela data em diante, nós, os médicos, psicólogos, engenheiros, fomos considerados dispensáveis e, portanto, substituíveis para qualquer serviço público.

O que vimos de lá para cá é que nós nos incomodamos pouco, porque quem foi privatizado foram os nossos colegas funcionários, especialmente da limpeza e da segurança patrimonial. E eu diria como diria Bresser: “e nós não nos importunamos com isso”. Hoje, de ponta a ponta no Brasil não temos mais nenhuma mulher ou homem, funcionário público efetivo, a menos que tenha a

minha idade que, efetivamente, continue como um trabalho de limpeza, de apoio nas nossas escolas. Não temos ninguém que, realmente, cuide do patrimônio. Nem guarda para ser vigia, como as senhas de dia com as senhas privadas que nós temos, por exemplo, nas universidades dos nossos laboratórios. Ou nós fechamos e, por isso mesmo, não podemos usar de sábado e domingo, às vezes. Este movimento, é o que está aqui na PEC 241. E se não nos mobilizarmos com garra, emoção e sensibilidade pra disputar cada morador, cada vizinho nosso, cada um que anda de ônibus e anda de taxi.

Nós temos um outro Deputado lá, hoje Ministro, chamado José Serra. Ele, e é importante que saibamos disso - já tinha negociado antes da reeleição da Presidente Dilma a questão do Pré-Sal com as multinacionais americanas com condição, efetivamente, do apoio a sua candidatura e à candidatura, obviamente, do PSDB. O que esse senhor fez nesses anos todos foi, realmente, construir uma alternativa para ser o candidato preferido das multinacionais no Brasil em 2018. Portanto, em defesa do Brasil, vamos à luta! E vivam os professores e os sindicatos com seus 51 anos. É uma boa ideia!

**Doutora em Educação e Pedagogia. Professora titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento em Educação (FINEDUCA) e pesquisadora na área de Política Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional, Financiamento da Educação Básica e Educação Popular.*



Painel 5: O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional

Dalila Andrade de Oliveira

Pós-doutora pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Université de Montreal, no Canadá; Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Dalila Andrade de Oliveira*



O tema desta mesa, é o Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional, é um tema amplo, mas também delicado de se discutir neste momento, porque estamos justamente vivendo um contexto de desinvestimento. Se falarmos em financiamento em um contexto que estamos vivendo no Brasil, um período de desinvestimento como não assistíamos há muitos anos, há décadas. Desinvestimento nas áreas sociais, na Educação, com aprovação do PL 257, com aprovação do PL 241. Quer dizer, nós sabemos que, ainda, não estão confirmados, mas com essa correlação de forças que vemos nesse Congresso, o pior Congresso da história deste País, é muito difícil que não seja.

Nosso futuro é sombrio. Vou falar das possibilidades de financiamento e de uma gestão democrática, mas sabemos que, também, não é possível fazer gestão democrática em processo de desconstrução democrática. Convivemos num contexto de desinvestimento e de desconstrução democrática, além da mordaza, o impeachment, que era muito mais a retirada de uma Presidenta

legitimamente eleita nas urnas. É uma violência à democracia, assim como a Lei da Mordaza é uma violência à família docente, quer dizer, como é que o professor pode ter a liberdade de desenvolver o seu Ofício, a sua docência, se tem que tomar cuidado com as palavras, com os assuntos que ele traz em sala de aula. Se ele não pode fazer uma discussão da sexualidade, se não pode fazer uma discussão de um posicionamento político, se não pode dar um exemplo que possa ter um conteúdo político que possa ser interpretado com um exemplo ideológico, então nós estamos vivendo mesmo um período de desconstrução democrática.

Para discutir o Tema, porque não podemos trabalhar e esperar que caia do céu uma solução, nós precisamos pensar que o papel de investigação de Políticas Públicas é justamente desvelar o lado menos visível do assunto Governamental, esse processo da formulação das Políticas Públicas e interpretação delas. A gente sabe que essa Avaliação normalmente é utilizada para justificar escolhas técnicas e as escolhas Políticas pelos Governos. A pesquisa Políticas Públicas e a Educação é uma das pesquisas de Políticas Públicas mais importantes que qualquer País leva, porque Saúde e Educação são consideradas as Políticas Públicas e Sociais mais importantes, então, é muito

importante que a gente observe esses Processos para compreender porque hoje o argumento torna da retirada de recursos da Educação, quando é difícil que se possa fazer mais com menos na Educação.

Esse é um argumento que sempre foi utilizado pelos organismos internacionais para discutir a gestão da Educação na América Latina, África, nos países pobres da Ásia, nos países pobres do leste Europeu e dizer que o problema não é a falta de recursos, mas que eles são mal congregados, mal utilizados. Então é muito importante que a gente tenha claro isso, de que esses argumentos são apresentados para nós como argumentos técnicos, mas eles se referem a coros políticos. E como a gente está falando de Educação Básica, essa escolha não é uma escolha menor.

É um primeiro nível da Educação que congrega mais de 48 bilhões de matrículas neste país, que tem cerca de 2,1 milhões professores em exercício, mais de 183 mil estabelecimentos. Um nível educacional de uma dimensão considerável em termos políticos, econômicos, e, sobretudo, em termos sociais. E essa Educação Básica é utilizada em três etapas, a gente sabe muito bem que Educação Infantil e Ensino Médio estão nas franjas dessa Educação Básica. São justamente as duas etapas que sofre-

ram mais nas últimas décadas e que começaram a melhorar o fomento Educacional no Brasil, que justo agora sofre com esse corte que pode complicar ainda mais a situação. Se a Educação Básica como um todo vai sofrer com esses cortes, nós sabemos que a Educação Infantil e Ensino Médio poderão sofrer muito mais.

Além disso, ela é organizada com regime de colaboração, portanto a responsabilidade primeiro da Educação Infantil e do Ensino Fundamental é dos municípios, justamente aqueles que são mais fracos. Dos quase 5.700 municípios que nós temos no País, sabemos que mais de 70% deles tem menos de 20 mil habitantes. Município pequeno no País, quase via de regra significa ensino pobre, que muitas vezes só vive do Fundo de Participação Nacional de Municípios (FPN). Embora tenham a liberdade de organizações próprias na rede de Ensino em contratar seus professores, normalmente contratam e remuneram de forma muito precária, então é dessa realidade também que a gente está falando. Nós não somos um país onde os professores de Educação Básica são contratos e são pagos na sua maioria pela Rede Federal de Ensino. Estamos falando exatamente de um segmento da Educação que apresenta uma grande diversidade em termos de salários e carreiras, porque

dependendo da Rede Estadual e Rede Municipal, esse salário e essa carreira podem variar muito.

E a gente sabe que uma conquista recente foi o FUNDEB, que é o Fundo de Financiamento da Educação Básica, mas que é uma Política datada, é igual o iogurte que a gente compra no supermercado, ele tem data de validade e com esse cenário que vem se anunciando para nós, de aprovação da PEC 241, de PEC 157, a Reforma da Previdência, nós não precisamos ter muita ilusão com relação ao FUNDEB, se a gente não conseguir valer uma outra correlação de forças. É esse cenário que traz para nós a necessidade de pensar como as políticas públicas em Educação são pensadas e formuladas. Como elas são negociadas, porque a gente está vendo hoje uma grande negociação que muda radicalmente a agenda política brasileira, e, é dessa mudança radical da agenda que eu quero falar um pouquinho. Então, o que a gente viu, que nos últimos dez anos nós tivemos uma agenda, é importante que a gente possa considerar que essas agendas são escolhas Políticas ainda que injustificáveis tecnicamente, porque estou dizendo isso, se a gente digitar no Google PEC 241, a primeira coisa que aparece é um anúncio que fala que a PEC é indispensável.

Qualquer brasileiro mal informado, pode ser muito bem

intencionado, mas mal informado, enfim, quem estiver com os pés fora do chão, fora da realidade, vai ler essa matéria que é um anúncio pago e vai acreditar que se o Brasil não aprovar a PEC 241, o país quebra de vez. Este é um argumento que quer fazer valer uma vontade política que não impõe nenhuma restrição aos bancos, que não impõe nenhuma restrição no capital estrangeiro, mas que impõe restrição a classe trabalhadora, àqueles que vão depender da Previdência Social. Nós sabemos que a Previdência Social no País responde por vidas e vidas. Se nós temos aumentado nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), isso tem relação com a longevidade de nossa população, que passou a viver mais porque tem uma Previdência que permite que esse idoso compre um leite, que possa comer uma fruta e também se tratar.

A Previdência cumpre um papel fundamental junto com o SUS, que é outro segmento que vem sendo ameaçado na preservação da vida. Estou falando da vida antes de falar da Educação, porque sem vida também não tem Educação. É preciso em primeiro lugar ver a preservação da vida, e a PEC 241 põe em risco a preservação da vida porque está justamente neste setor das políticas sociais e procura congelar por 20 anos os investimentos, os recursos que são destinados

as Políticas Sociais. A partir de 2003 nós tivemos um prazo para uma mudança de agenda no que diz respeito ao que a gente pode definir como desenho de ações de políticas públicas. Antes tínhamos um tipo de política pública no Brasil que era dirigido de uma maneira, que era organizado e ia em uma determinada direção. A partir de 2003 a gente tem uma mudança nessa agenda política que passa o desafio do enfrentamento das desigualdades. Esse enfrentamento que depois de 2003 o Governo Federal passou a ter, não significa que todos os Estados nesse Brasil passaram a ter, porque a gente vive num país que tem um sistema político organizativo muito peculiar, nós somos o único País do mundo cujo Regime Federativo considera federados todos os nossos Municípios. Nós temos alguns países federados que alguns Municípios só, tem autonomia, por exemplo, a cidade de Buenos Aires dentro do regime federativo da Argentina, mas no Brasil todos os Municípios, todos, sem exceção, são antes Federados, significa que eles tem autonomia Política no contexto da Federação. Tivemos no âmbito do Governo Federal uma mudança de agenda, mas nos Estados e Municípios a gente pode não ter tido, dependendo do Estado e Municípios uma agenda dirigida numa mesma direção, o que já é, digamos, fonte de muita

contradição.

Esta agenda teve maior ganho no fato de que ela retirou de baixo da linha da pobreza mais de 20 milhões de pessoas, esse é um, digamos, um dos aspectos que mais devem ser destacados nessa agenda. Ela conseguiu aumentar a atividade das pessoas, conseguiu aumentar a escolaridade da população brasileira, embora a gente ainda seja um país que tem uma das taxas de escolaridades mais baixas do planeta. A nossa taxa é humilhante, nosso povo não tem nem oito anos de escolaridade, chega a 7.8 a escolaridade média da população. Então, estamos com uma população escolarizada e nos últimos anos a gente vê isso acontecer. Entre as políticas que fizeram diferença nesse sentido, temos o Bolsa Família, que foi responsável pela melhoria do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDAM). O Bolsa Família fez com que muitos Municípios pequenos do Brasil saíssem da condição de muito baixo desenvolvimento. Porque as pessoas passaram a comer, a receber um recurso que os permitiram uma vida um pouquinho mais digna, isso fomentava o comércio e de alguma maneira colocava um gás na economia como se fosse no sentido público.

Uma outra política que é muito importante, é a da ampliação dos postos de trabalho no setor mais baixo da popula-

ção, aqueles que ganhavam até um salário mínimo e meio. Vinte milhões de pessoas tivessem uma vida mais digna, mas com um trabalho remunerado, bem orientado, então não é verdade também que as pessoas no país não estavam trabalhando e que estavam vivendo de Bolsa Família e Previdência Social. Esse é um discurso horrendo, que tem sido bastante empregado pela Classe Média que veio perder os seus privilégios, porque passou a ter um pouco mais de dificuldade de contratar o trabalho doméstico, quase que um trabalho escravo, porque era essa a realidade no Brasil. As Empregadas Domésticas, na sua grande maioria, não tinham seu registro em carteira até ano passado. Esse é um argumento que era utilizado no Brasil para justificar a Reforma da Previdência e para acabar com programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Uma das primeiras medidas que o Governo Temer que teve pouca divulgação foi a que ele cortava a linha de crédito do Minha Casa, Minha Vida justamente na faixa mais baixa, das famílias que ganhavam até R\$1.800 por mês. Ele cortou porque o argumento deste Governo foi de que essas famílias não tinham condições de pagar suas casas próprias, então as casas eram praticamente doadas e já que o Governo não pode doar as casas para essas famílias, ele

corta o financiamento e as pessoas vão viver na rua. Os exemplos às vezes são um pouco duros, porque é impressionante o entorpecimento que a gente tem visto em certos segmentos da população. Nosso papel de educar é de olharmos de cima, ao invés de olharmos com os olhos clássicos, o professor é o militante da nova ordem e nós temos que fazer valer isso. Se cada Professor começar a multiplicar essas análises, vamos chegar ao final certamente com uma População um pouco mais acordada, mais esperta e menos dispersa em relação ao que nós estamos vivendo.

Outras políticas que fizeram a diferença, pensando só no lado da Educação, o Programa Mais Educação permitiu que as crianças ficassem em segurança, alimentadas em instituições públicas enquanto suas mães fossem trabalhar, permitiu que essas crianças evadissem menos da escola, e esse programa vem sofrendo cortes e reestruturações. A Emenda Constitucional nº 59, que ampliou a obrigatoriedade escolar dos 4 aos 17 anos, fazendo com que na América Latina tivéssemos a maior obrigatoriedade Escolar. Nós temos a mais alta taxa matrícula em Educação Básica Pública, cerca de 86% da matrícula em Escola Pública. Um dos países que vem logo abaixo é Argentina, com menos de 73%, e o pior deles é o Haiti, que teve

este ano com 3,4% somente da matrícula na Educação Pública. A Escola Pública Brasileira é um patrimônio do povo brasileiro, é um bem público, não podemos deixar que nos retirem esse patrimônio, seja para privatização direta, pela mercantilização ou pelas parcerias Público Privadas.

A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, pode promover Educação com segmentos da população que por séculos estiveram excluídos de uma vida social digna neste País. Estou falando dos povos originais, dos donos primeiros dessas terras. A diferença é que os nossos povos originais, os indígenas, não eram donos da terra. Porque a terra que era dona deles, essa é uma grande diferença do pensamento ocidental Europeu para os nossos povos originais, a terra é que tinham as pessoas e não as pessoas que tinham as terras.

Com essa mudança que o processo civilizatório trouxe para nossa cultura, tivemos foi uma imensa população excluída da sociedade e expulsa de suas próprias terras. Por séculos, indígenas e negros neste país não tiveram acesso aos bens públicos básicos que a população brasileira deveria ter, como por exemplo, Saúde e Educação. O nosso sistema escolar foi copiado do sistema europeu, foi idêntico quando foi estruturado inicialmente, e dito

universal, mas considerava como universo somente os brancos urbanos, a princípio era o macho branco adulto no poder.

O ProUni, o ReUni, além de cotas, que são fruto de uma lei aprovada há 10 anos, mas se em 2022 o cenário permanecer como está podemos ter novamente as portas das universidades públicas fechadas a este segmento da população.

Quero ressaltar o Piso Nacional Salarial, o piso é do Profissionais da Educação, uma luta de mais de 100 anos dos professores brasileiros e que o movimento sindical, que é o grande protagonista dessa política, só conseguiu fazer valer porque houve anteriormente a Lei da FUNDEB. Ou seja, um financiamento que pudesse pagar esse Piso Nacional, garantir esse piso para os professores, mas ainda é muito baixo, porém, já elevou a patamares bem melhores essa condição salarial dos Profissionais da Educação Básica. Para garantir esse Piso é necessário que garantir financiamento. E como é possível a pensar em financiamento e democratização da Educação sem pensar nas escolhas políticas que são feitas ao nível governamental? Orçamento não é instrução técnica, questão financeira não é uma questão técnica, a questão financeira é sempre uma questão política, para onde investe, para onde dirige o recurso. Isso fica mais explícito em termos da

América Latina, o campo da Educação começa a ficar as CONAEs, as duas CONAEs foram provavelmente o movimento mais importante que tivemos na Educação nos últimos 50 anos, e, sem dúvida, o mais importante do século XXI na Educação Brasileira. Foi por meio dessas duas CONAEs que pudemos chegar a um Plano Nacional de Educação, que não é uma maravilha, mas é muito melhor que o Plano Nacional anterior e que tem muito mais a cara da diversidade brasileira do que tinha o Plano Nacional anterior. E tem seis métodos, só que são três aspectos distintos mostram uma agenda prospectiva que agora está ameaçada. Essas metas surgem como resultado daquela agenda que vinha sendo empregada, e, agora, com esta mudança com relações a impostos que tivemos, mas estas metas ainda não estão implementadas, ainda não estão em ação, é esse trânsito que as pesquisas políticas públicas em Educação fazem.

A Meta 7, que é um dos piores planos da Ministério da Educação, fixa uma proficiência do Ministério para todas as redes de Ensino e todas as etapas da Educação Básica, e que é uma meta por exemplo que vem justificando muitas das políticas, como, por exemplo a MP 746 dirigida ao Ensino Médio. O único argumento sustentável é de que o INDEP do Ensino Médio vai muito mal.

O Ensino Médio vai mal, porque não se resolve o INDEP do Ensino Médio, colocando em período integral 500 mil alunos, mas nós temos mais de 7 milhões de alunos, então, os outros 6,5 milhões que se danem, que fiquem ali na roça. Basta administrar o tempo na escola para que as pessoas não estejam na rua e a gente confia que 500 mil vão resolver o problema de trabalho para a grade comum do Ministério. Essa Emenda ainda traz uma coisa absurda, a gente pensa que esse foi um processo democrático de construção de uma agenda para Educação para os próximos 10 anos, um programa pensado e que tem como público, tem boa referência. Que sentido faz a gente ficar copiando Piso de outros países da América Latina para dizer: “somos muito competentes, olha só, estamos lá embaixo na escala”. Cada professor e professora sabe que dependendo do teste que você fizer no aluno, vai ter esse ou aquele resultado. Se você ensinou determinada coisa e cobra outra, é claro que ele vai mal no teste. As nossas escolas são orientadas, eu não estou falando em termos curriculares, mas em termos culturais, em aspectos sociológicos muito mais amplos, por modelos de escolas e comunidades europeias. Como podemos aceitar que um país, com a soberania que o Brasil tem, vá se influenciar pela comunidade europeia para

dizer se ensinamos bem ou não. Não podemos aceitar isso.

As Metas 15, 16, 17 e 18, dizem respeito diretamente a padronização docente. Temos um processo intenso de discussão, do PL 84, esse foi um processo que recebeu mais de 2.900 emendas e essas quatro metas recebeu 296 emendas, graças ao trabalho da Assembleia, das entidades acadêmicas do campo educacional e a esta movimentação que o Setor Educacional tem, que é um setor mais desperto para a luta nesta país é o setor Educacional. Convivi com vários colegas, naquele período de tramitação, em que nós fizemos pressão no Congresso, no sentido de melhorar essas metas, as metas da padronização profissional, que dizem respeito a formação inicial e Continuada, a equivalência e equiparação do salário dos profissionais da Educação e demais profissionais, e diz respeito ao Programa de Carreira. São tantas Metas prospectivas, mas que agora se veem frontalmente ameaçadas pela PEC 241. Portanto, são Metas prospectivas e nós precisamos acordar para elas, e por fim, a Meta 19 que estabelece a Gestão democrática e a define como uma Gestão técnica, porque o professor agora vai ter que fazer uma prova, embora as metas 7 e 19 sejam agendas prospectivas, é bom mesmo que elas não possam ser efetivadas, para quem sabe, a gente consiga

colocar outra coisa no lugar.

Quero chamar atenção, sobretudo, às contradições que essas políticas, passam a ter. Para que nesse momento de ameaça que estamos vivendo, saibamos separar o joio do trigo. Uma das contradições é o fato de que elas querem colocar numa mesma cesta políticas de inclusão democrática e políticas eficientistas. Não tem como avaliar o Programa Mais Educação pelo IDEB, o Programa Mais Educação não tem a mesma lógica do IDEB, o Programa Mais Educação não pode ser mais ameaçado para que os meninos aprendam Inglês e Português sem aprender o be-abá. Se os meninos aprenderem bem Português e Matemática, ótimo, significa que o Programa está indo melhor ainda, mas se estiverem morrendo menos, adoecendo menos, sendo menos vítimas de violência, este programa já está indo muito bem. Não podemos achar que os números traduzem a realidade, porque não traduzem. Essa ideia de quem não tem número não tem o que dizer é algo que tem sido colocado para nós. As melhores decisões

políticas são aquelas que brotam da experiência, da sensibilidade, do olhar que o outro tem sobre múltiplos fatores.

E qual o cenário que se anuncia agora, com o congelamento de gastos previsto na PEC 157, que permite aos Estados negociar suas dívidas em 20 anos com a União e nesses 20 anos impõem para os Estados e Municípios os pacotões que o FMI. Fizeram isso na época da ditadura. Se falava: “não pode reajustar salário nos próximos anos”, “não pode aumentar a Previdência”. Então, o que a gente vai viver, é parecido com o que aconteceu nos Estados brasileiros. Isso, com uma janela que vai ser posta agora em termos Jurídicos, porque todos os golpes que a gente está vivendo agora são juridicamente sustentados, já que também cada país tem o sistema jurídico que o comporta, mas nem sempre o que merece. Não poderíamos compreender que tivéssemos um sistema jurídico que tivesse preocupado com a Justiça dos que não têm, afinal de contas esses sistemas jurídicos estão a serviço de manter os ricos e os pobres na

mesma, ou cada vez mais pobre.

Temos agora a possibilidade de flexibilização para os Profissionais da Educação, e pasmem, para o Ensino Médio, não precisa ir para a Educação Infantil, nem tem passado pela Educação Infantil, nessa qualquer um que tenha conhecimento de mercado que o Ensino Médio precisa tem no Curso de Formação de Professores, permite que se abra Escola como tratar qualquer um. Os cortes nas Universidades, podem promover restrição, resultar em redução de programas de Bolsas como as Bolsas de Enfermarias, as Bolsas de formação. Esse é o cenário que se apresenta para nós nesse momento, está muito mais obscuro. E não há outra forma da gente virar a página dessa agenda e criar uma outra opção no lugar, se não for pela luta política. Nós temos que mudar a correlação de força, porque na correlação de força que temos aqui o direito à Educação está comprometido. E se o direito à Educação está comprometido, a valorização profissional também. Precisamos arregaçar as mangas e dizer não a essa agenda impositiva do Governo.

**Pós-doutora pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Université de Montreal, no Canadá; Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.*





Painel 5: O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional

José Marcelino Rezende

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestre em Educação pela Unicamp. Professor associado da Universidade de São Paulo (USP).

José Marcelino Rezende*

Um das grandes brigas que nós temos com o Governo que foi deposto, é um jeito de falar que a gente pode usar, é o CAQi, a primeira vez que o caqui saiu e foi conhecido publicamente vão fazer 10 anos dos 6, qual é a ideia do CAQi, é garantir um padrão mínimo para todas as Escolas do Brasil e hoje quem deveria assegurar isso, o mínimo do Fundeb, que corresponde a pouco mais de R\$ 200. A pergunta que eu sempre faço é a seguinte: se você não tivesse um salário, você colocaria seu filho numa Escola Privada R\$ 200 por mês? Acho que não, mas é isso que a população brasileira coloca naqueles Estados que vivem com o mínimo. Mato Grosso recebe complemento do Fundeb? Não, porque para o Fundeb Mato Grosso é rico. Se o CAQi estivesse em vigor, Mato Grosso receberia R\$ 884 milhões, quase R\$ 1 bilhão, mas hoje não recebe nada. O CAQi tinha que ter entrado em vigor em junho, é lei. Quer dizer, como é que o Congresso que votou praticamente com unanimidade no Plano Nacional de Educação (PNE) é o mesmo que pode rasgar a PNE com a PEC 241? Nós estamos rasgando não só a PNE, mas também a Constituição. Porque a Constituição estabelece que da receita resultante de impostos e transferências devem ser aplicadas na Educação um percentual de no mínimo 18% para a União e 25% para os municípios. Quem fez errado e rasgou a Constituição Na-

cional no Brasil, foi só a Ditadura. A ditadura do Estado Novo, depois a ditadura do Estado Militar e agora a ditadura Temer-Meirelles que está querendo rasgar a Constituição, mas dá para brigar.

Porque a Educação precisa de mais dinheiro, o que parece óbvio, mas esse grupo que está no poder adora dizer que dinheiro não faz diferença na Educação. A Globo, a Mirian Leitão e o economista Sandenberg adoram dizer que dinheiro não faz diferença. Quando eu converso com um economista que diz que dinheiro não faz diferença, eu pergunto: quanto custa a Escola particular que seu filho estuda? Em Cuiabá, uma escola particular de classe média, medial, tem mensalidade de R\$1 mil. E quanto custa uma Escola Pública aqui? O gasto por aluno deve estar em mais de R\$300 por mês, e com um detalhe, é muito mais fácil ensinar uma criança de classe média. A Dalila Andrade Oliveira muito bem fez uma crítica ao Piso e ao Ideb, porque ao associar salário e dinheiro à nota é um equívoco. A nota dos alunos, porque 70% da nota de uma criança - de um jovem no Enem e no vestibular - é explicada por fatores de capital cultural da família, ou seja, escolaridade dos pais. Então, a nota de um menino na escola, de uma prova no Brasil, não reflete a qualidade da escola que aquela criança estuda. Por isso, vincular o salário do professor daquela escola à nota é um erro grave. Porque as escolas de periferia, onde estudam as crianças de pais mais pobres e com baixa escolaridade, vão tirar nota baixa mesmo que os

professores façam um belo trabalho. E se vinculo pontos e prêmios à nota da escola, o que eu vou fazer, é que os professores mais preparados fujam das escolas que mais precisariam desses professores. Mesmo usando a nota como referência, o dinheiro faz a diferença.

No Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA na sigla em inglês), que serviu de modelo para o Enem, o Brasil tem a menor nota, mas é o que também tem o menor gasto por aluno. O campeão do PISA nesta estatística é a Coreia, que gasta três vezes mais que o Brasil gasta por aluno. Então, como é que dinheiro não faz diferença? Alguns países até conseguem ter um bom desempenho e gastam menos que a Coreia, mas gastam mais que o dobro do Brasil. É o caso da Hungria e Polônia (que eram países socialistas); Cuba (que vai muito bem quando é convidada). São países que durante anos tiveram políticas interplanetárias. A Finlândia, tem praticamente quatro vezes o gasto do Brasil.

Por que mais dinheiro? Porque Educação é salário, ou seja, eu não tenho como aumentar salário sem aumentar o gasto. De cada R\$100 que se gasta em Educação, de R\$80 a R\$85,00 é salário. Salário do professor, do funcionário, do diretor. Então não tem jeito, se o dinheiro vier pouco, o salário é pouco e quanto menor é o aluno, maior é o salário. Para se ter uma ideia, a Educação Infantil é a que paga menos, a base que se tem é do IBGE. Sabemos que creche em muitos sistemas

não é nem considerado professor, é uma sub carreira, inventam todo nome. E o que é pior, esse Governo está querendo tirar a creche da Educação, coisa do Collor, voltar a velha ditadura militar, tirar a creche da Educação e voltar para Assistência Social. Foi todo um esforço desde a democratização, a luta dos educadores para garantir a creche como parte da Educação Infantil e a Educação Infantil como um direito, uma conquista. Nos Estados Unidos não tem creche, na Europa também não tem. Isso é uma conquista nossa, não podemos perder, e é direito, ou seja, o Judiciário garante a vaga.

No Brasil temos a categoria que mais gosta de luta, que são os médicos. Foi uma estupidez medonha eles acharem que o salário deles era o Mais Médicos. Quer dizer, o capitalismo te transforma num assalariado, então, o programa Mais Médicos só existiu porque o Brasil não tem médicos. Porque os médicos não querem ir para o interior de Mato Grosso, para o interior do Amazonas, porque não tem formação de médicos no Brasil. Então vem os cubanos e as pessoas gostam, porque eles conversam, perguntam, põem a mão – uma vez que tem médico com nojo de pôr a mão. Essa questão, o Brasil antes fazia escondido, com impeachment começou aparecer, o que dificulta para gente discutir com as pessoas aquilo que estava escondido, e o racismo que estava escondido.

Uma informação essencial é saber o quanto ganha um professor. E no Brasil o MEC não faz esse levantamento sistemático.

Para fazer a pesquisa tem que usar o IBGE, ver que pessoa é aquele professor, que rede ele pertence e calcular (porque o IBGE faz um amostra), mas a amostra é muito pequena. A amostra em Mato Grosso, tinha uns 80 que eram professores. A média de Mato Grosso era R\$2.600 considerando 40 horas. Mas um problema é que quando o IBGE a jornada para o professor, muitas vezes ele responde somente a jornada de aula, não se sabe se está considerando a hora-atividade. Eu acho que não, e isso verdade joga o salário para cima. Qual é a média dos outros profissionais? R\$4.200. Para equiparar teriam que conceder um reajuste de 58%. É um número muito diferente daquele do Inep, que ainda é o melhor número que nós temos. Então Mato Grosso precisaria de um reajuste.

Quando começou a discussão do PNE, na luta do CONAE aprovamos 10% do PIB para a Educação e o Governo baixou. Naquela luta chegamos no PNE e o Governo não tinha mostrado os números. Como você manda o projeto se você não tem os números? Nossos números mostram de onde saíram os 10% do PIB para a Educação. Tem que apurar creche, Educação Infantil, o CAQi... No site da campanha nacional as pessoas podem entrar e fixar um valor que acham adequado como remuneração e o simulador calcula quanto o Brasil teria que gastar com Educação. Por exemplo, se eu colocar um salário de R\$4.000, que não é nenhuma Brastemp, o PFC do PIB já fica pouco. Muitos governos dizem que o nosso PIB é

pequeno, mas os Estados Unidos gasta 5% do PIB, o Brasil gasta 5% do PIB, quer dizer, se conclui que o Brasil gasta o mesmo que os Estados Unidos. Mentira. Uma coisa é os 5% do PIB dos Estados Unidos (cerca de US\$ 11 mil por aluno), outra coisa é os 5% do PIB Brasil (US\$ 1.500 por aluno). Ou seja, um ano do estudante americano faz o Ensino Fundamental completo do brasileiro. É muita desigualdade. Para gente aprovar o CAQi, o Governo faria com 1% do PIB, isso faria o Brasil chegar no padrão São Paulo. E quem é de São Paulo sabe que isso não é qualidade, mas você teria praticamente todos alunos brasileiros no mesmo padrão de financiamento com 1% do PIB. Esse apoio que o Governo coloca hoje serve como complemento depois, ou seja, eu terei cursinho na complementação, não seria para chegar no sonho e com a matrícula atual. Só que a matrícula atual está ilegal porque temos jovens de 15 e 17 anos fora da escola. Temos crianças de 4 a 5 anos fora da escola. Isso é ilegal, mas agora é possível com a PEC.

Um dos discursos deste Governo é que o gasto com a Educação explodiu. Isto é meia verdade, porque se olharmos os gastos em reais ele explodiu. Mas o gasto com Educação aumentou porque o PIB cresceu, principalmente no Governo Lula. E de tudo que o País produz, um terço vai para as mãos dos Poderes Públicos e essa é a briga, esse é o impeachment. A diferença entre a bolsa família pobre e a bolsa família rica. É a disputa desse povo. Temos mania de falar também em termos de impostos,

porém, não tem Educação e Saúde se não tiver imposto. O que nós temos que discutir é a qualidade do imposto. Se observarmos o crescimento na Educação com relação ao PIB, 1% do PIB, cresceu, mas não tem nada de explosão nisso, porque pouco mais de 20% e não os 120% que o Governo fala. A notícia ruim, é o que está acontecendo com o gasto geral da União. De 2012 a 2015 nós já perdemos R\$ 15 bilhões em termos reais só de gastos na União que caíram. Porque o PIB está caindo e nós já estamos perdendo. O Governo disse que 2016 vai ser pior que 2015. O que foi uma jogada para 2018, posto que, provavelmente, 2018 vai ser mais baixo. Então vão congelar nesse patamar. Vai ser uma vitória em 2018, porque nós vamos derrubar, mas também temos que ceder, não podemos achar, tem umas coisas que doem, porque o Governo fez isso porque ele sentiu que podia, para não ter nada de ilusão numérica. Eu acho que é uma vitória Política, mas não vitória numérica, tem que ter clareza já disso.

O Fundeb Brasil que iniciou em 2014, já começou a cair em 2015 e vai cair mais em 2016. Porque o Fundeb vem da receita. E estamos em baixa por aluno, ou seja, a matrícula está caindo, o que é pior. Nós tínhamos que estar com a matrícula e o que os Governos estão dificultando o acesso à Educação, fecha a escola rural. Se a PEC 241 tivesse em vigor em 2010, de 2010 a 2016 a Educação

teria perdido R\$ 73 bilhões. Como é que um País que aprovou um Plano Nacional de Educação corta os investimentos? A Política dos últimos anos do Governo Dilma fez recessão e a recessão bate na Educação. A grande jogada do Lula, não foi necessariamente melhorar muito a distribuição de renda, mas conseguir fazer o País crescer porque usou o Estado para fazer o Brasil Crescer. Não pegou o dinheiro do Estado para dar para banqueiro e para apoiar a Fiesp - que puxou o impeachment -, para dar o desconto de IPI na linha branca, porque quem pagou aquele desconto foi a Educação. Temos que ficar espertos.

Não existe Política sem imposto. Dá para cobrar mais imposto no Brasil. Tenho certeza que vão dizer que mais imposto ninguém aguenta, contudo, temos três estruturas tributárias brasileiras. No Brasil lucro e ganho de capital corresponde a 6% do PIB, já na Dinamarca 31%. Um relatório do Fórum Brasil 21 mostrou que os 70 mil ricos do Brasil tem uma renda média de R\$ 2.4 milhões. E a alíquota que eles pagam em cima dessa renda é 7%, enquanto o professor que ganha R\$ 5 mil paga a alíquota de 27,5%. A tributação de propriedade corresponde a 1,3% do PIB, no Reino Unido, isso falando de capitalismo, é quase quatro vezes. Isso, é muito desigual. No Brasil a gente tributa o consumo e o pobre paga muito mais que o rico. Então, nós precisamos sim de reforma tributária. Por exem-

plo, a pessoa que tem ações de empresas que têm lucro, ela recebe dividendos e paga uma porção de impostos em cima disso. Só essa tributação daria uns R\$ 40 milhões, só para se ter uma noção de que ainda tem como cobrar. O Imposto Territorial Rural (ITR), com o tamanho do Brasil, era para ter uma boa arrecadação, mas é de 0,01 do PIB. Eu tenho um sítio de quatro hectares na divisa com Minas Gerais e pago mais para o contador fazer o ITR do que o ITR. A questão do Imposto de Renda retido na Fonte dos Trabalhadores do Estado é um montante que gera dinheiro e 25% deveria ir para a Educação. O ICMS é cheio de maracutaias, temos que monitorar isso. Quando exista a CPMF, o problema é que a não estava sendo utilizada na Educação e Saúde, mas ela mostrava a sonegação, não tinha como fugir da CPMF, só guardando dinheiro embaixo do colchão. A CPMF permitiu ver que é possível o Brasil arrecadar mais, eventualmente diminuindo alíquota, principalmente tributos que insistem na população mais pobre, como é o ICMS. Mas hoje não se vive sem ICMS. Quem paga o salário da Educação é o ICMS. O que nós podemos fazer, e parece bobagem, é pedir a Nota Fiscal, mas não a que existe em São Paulo com o nome de Nota Fiscal Paulista. Porque na Nota Fiscal Paulista, o dinheiro que as pessoas ganham sai da Educação. E a Educação dança, pois é fazer gentileza com chapéu alheio.

**Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestre em Educação pela Unicamp. Professor associado da Universidade de São Paulo (USP).*



**TEMA: A Função
Social da Educação
no contexto das
Relações Democráticas**

CONJUNTURA E AS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO

1.1 Conjuntura Internacional

Após quase uma década da grande crise de 2008, o mundo globalizado sofre as consequências das políticas de austeridade, ajustes fiscais empreendidos a partir das nações mais desenvolvidas. É claro que a crise foi apenas mais uma etapa no processo de acumulação capitalista dos grandes conglomerados financeiros multinacionais.

Trata-se da mesma lógica da submissão anteriormente imposta pelas nações mais ricas aos países pobres fornecedores de matérias primas e mão de obra barata em que a formação de exército mundial de reserva dos trabalhadores desempregados era o fiel da balança nas relações de exploração mundo a fora dos donos do capital pelos trabalhadores.

As vias de dominação continuam as mesmas. Nas nações subdesenvolvidas onde existem matérias primas, as mesmas sofrem a intervenção dos países desenvolvidos para que o acesso a matérias primas e mercado sejam livres de quaisquer barreiras nacionais.

Para manter seus mercados, as nações desenvolvidas e os grandes conglomerados financeiros multinacionais promovem deliberadamente a espionagem, a intervenção para impedir governos locais de se desenvolver e até a guerra, se preciso for. Continua prática comum para os EUA, Inglaterra, França e Alemanha a manipulação midiática, política e econômica para assegurar seu domínio sobre o resto do mundo.

Nesse contexto internacional, chama a atenção uma nova correlação de forças que vem se instituindo, justamente por consequência da crise econômica mundial. A configuração de um novo bloco econômico, o chamado G20, trouxe para o cenário econômico mundial uma vertente de alternativa de negócio para além das relações bilaterais que EUA e EUROPA estabeleceram com os países periféricos do capitalismo, por meio dos quais sempre mantiveram intactos seus interesses.

No interior do G20, países como o Brasil, Rússia, China e Índia, deram as bases para uma nova opção de comércio mundial, tendo a China e a Rússia como protagonistas de iniciativas capazes de fazer frente aos institutos econômicos a serviço do grande capital mundial. Rússia, por exemplo, ameaça instituir uma nova moeda para negociar o petróleo, para fazer frente aos interesses de quem impõe o dólar como moeda única. Isto provocaria uma guinada na economia, principalmente dos países produtores de petróleo que hoje fazem frente aos árabes e norte-americanos.

Pela sua capacidade de crescimento econômico, a China passou a investir fortemente em países e regiões

antes dominados pelos EUA, ou mesmo regiões que não recebiam a devida atenção econômica de que necessitavam. Assim, a África, Ásia, Oriente Médio e América Central e do Sul, passaram a ser parceiros de acordos comerciais do gigante asiático.

A Rússia, por questões de sobrevivência econômica em nível regional, retomou parte de sua capacidade técnica de guerra e voltou a ser referência econômica em termos de projeto que faz frente ao Mercado Europeu.

Nesse novo cenário, os países desenvolvidos, vendo seu domínio ameaçado, reforçaram suas táticas de intervenção junto às nações que lhes são úteis pelo domínio. A chamada Primavera Árabe, não passa hoje de uma estratégia de derrubada de governos autoritários, antes apoiados pelos EUA e Europa. Como tais governos passaram a ser hostis aos interesses americanos e europeus, promove-se a derrocada dos mesmos.

A interminável guerra da Síria, a invasão do território da Palestina, os conflitos sangrentos do Estado Islâmico, dos radicais Boko Haran na Nigéria, o assassinato de Muamar Kadaf na Líbia, o consentimento de Golpes como em Honduras e Paraguai, o financiamento de oposições na promoção de golpes em governos democráticos e populares na América Latina e por que não dizer, também no Brasil, todos esses acontecimentos ganham sentido se compreendidos como resultado da luta por hegemonia no novo cenário de multipolarização mundial a partir da conformação do bloco econômico dos BRICS, da retomada de potência militar da Rússia, do poder econômico da China, da forte capacidade de fornecimento de matérias primas e energia destes países, incluindo o Brasil, a Rússia, a Venezuela e o Irã, como países que possuem grandes reservas mundiais de petróleo, que tanto interessam às multinacionais do petróleo para continuar garantindo seus lucros mundo a fora; enquanto seus países estatizam a produção, as mesmas empresas pressionam as elites desses países para liberalizar sua produção.

Por consequência dessa nova investida para estabelecimento das regras neoliberais de comércio para favorecer os países dominadores para recuperar lucros no pós-crise de 2008, continuamos a viver uma crise humanitária severa. Num tempo de grande produção de alimentos, grandes populações no mundo centro-europeu e periférico do mundo passam fome. Num mundo de grandes avanços tecnológicos, parcelas significativas das populações pobres são submetidas à ignorância em que seus países na periferia do mundo (leia-se África, Ásia e América Latina) são transformados em lixões.

Também assistimos a um aprofundamento da crise climática, com aprofundamento de grandes variações climáticas que trazem imensos prejuízos principalmente para as populações pobres. A previsão de aumento do aquecimento da terra efeito estufa quando relacionado à dilapidação do

patrimônio natural das florestas pelo mundo em função da agricultura comercial e de larga escala, oferecerá grandes prejuízos à humanidade. A desertificação, a falta de água, a possível escassez de alimentos em determinadas regiões aprofundará as dificuldades para as maiorias pobres da população.

Nesse contexto de um mundo que centra seus valores na produção e no consumo desenfreados, sempre em função dos lucros de poucas famílias e poucos grupos econômicos, a vida se revela trágica para crianças e idosos. As pretensões colonialistas da Europa e EUA levam a guerra aos povos. As consequências são populações inteiras envolvidas em ondas migratórias entre continentes, todos fugindo da guerra promovida por interesses econômicos.

A Europa está envolvida na maior crise humanitária de todos os tempos, quando colhe os frutos de seu poder dominador e devastador das liberdades e da soberania dos povos. A imagem de uma criança imigrante morta numa praia europeia desvela o caráter trágico do modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo Mercado Comum Europeu. Crianças órfãs, exploradas pelo trabalho infantil, escravos do trabalho nos grandes centros, escravos sexuais dos ricos, jovens submetidos ao desemprego e ao subemprego, famílias inteiras separadas, são o retrato de um mundo capitalista fracassado e promotor da morte.

O projeto norte-americano e europeu busca paulatinamente ampliar suas bases de domínio sobre os povos. Para além dos recursos naturais, o capitalismo financeiro sediado nessas regiões busca expandir seu raio de ação, se apropriando de recursos estatais, quando buscam através de lobbies e propinas, subverter o marco legislativo dos países em desenvolvimento para poderem atuar em áreas antes tidas como estratégicas para o Estado.

Desde os anos 1990 quando a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), rechaçado pelos movimentos de trabalhadores e pelos governos democráticos e populares instalados nestes países, era o grande objetivo do império americano na tentativa de garantir a América Latina como quintal comercial das grandes multinacionais americanas e europeias, não faltaram tentativas de deslegitimação de governos populares para continuarem tentando dominar política e economicamente a América Latina.

O exemplo mais contundente do que significa o fracasso de qualquer acordo assinado por um país com os americanos e europeus é o México; um país arruinado pelo desmonte do seu parque produtivo nacional, que convive com altas taxas de desemprego, fome, morte e violência. A necessidade que a população jovem do México tem de migrar para os EUA em busca de melhores condições de vida levou o império americano a levantar um muro para conter a leva migratória dos latinos. O muro que separa o México dos EUA representa o fracasso das políticas imperialistas

para com os países periféricos, porque desrespeita os povos e os submete na economia, na política e culturalmente.

Também na Europa proliferam-se os muros da vergonha, para impedir que povos colonizados, sempre fugindo da guerra promovida pela potência colonizadora, possam adentrar aos países desenvolvidos. Curioso é que a última grande comemoração ocidental do século XX, foi a queda do Muro de Berlin, onde se decretou a morte do “Comunismo ou Socialismo de Estado”. Passados quase trinta anos, o capitalismo promoveu a maior construção de muros separatistas pelo mundo. A proporção é de mais de um muro erigido por ano. No mundo são mais de 30 muros construídos e quase uma dezena em construção. Geralmente são muros para separar a riqueza da pobreza.

Mas o maior muro que vem sendo erigido no mundo é o da desigualdade. O capitalismo financeiro continua produzindo poucos bilionários e bilhões de miseráveis. Atualmente, novas formas de dominações vêm sendo implementadas pelas nações desenvolvidas e empresas do capitalismo financeiro mundial. Todos querem a abertura para que as empresas norte-americanas e europeias possam oferecer serviços às nações. Serviços em Educação, Saúde, Saneamento Básico e toda e qualquer possibilidade de ampliação de seus lucros.

Em que pese este ano estarmos comemorando 9 anos do enterro da ALCA, e também de ter impedido a Organização Mundial do Comércio (OMC) de considerar nos Tratados de Livre Comércio (TLC) a educação como mercadoria, o movimento do capital internacional se volta para uma nova forma de tratar a educação a fim de assegurar seus lucros. Uma nova ameaça para a educação pública, o Acordo Internacional sobre Comércio e Serviços - sigla em inglês (TISA) -, é um conjunto de normas empreendidas por mais de 20 países com o objetivo de liberar ainda mais o comércio de serviços.

O ACORDO tem como objetivo, proporcionar segurança jurídica para investidores e empresários para que de forma livre possam ter acesso aos mercados dos países que formam o convênio. Também serve para criar uma suposta “igualdade” de condições para que o governo não discrimine investidores nacionais e estrangeiros e não haja discriminação entre provedores de serviço público e privado.

O TISA foi inicialmente proposto pelos EUA e Austrália em 2012. Na América Latina, integram as negociações os seguintes países: Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Paraguai e Peru. As Negociações continuaram em 2015 e continuam em 2016, uma vez que não chegaram a um acordo definitivo. O que se pretende é que o TISA seja um acordo comercial amplo e integral sem exclusão de nenhum setor de serviços, com regras secretas por pelo menos cinco anos. Potencialmente estão incluídos os serviços públicos como saúde e educação.

Um documento entre Austrália e Rússia sugerem 10 aspectos considerados como prioritários: Livre circulação de profissionais, Serviços financeiros, Serviços profissionais, Serviços de comunicação e informação, Serviço de transporte e logística, Serviços marítimos, Serviços ambientais, Serviços energéticos, Contratação pública e Clareza das leis nacionais.

Na análise de vários documentos, percebe-se que vários países têm proposto a inclusão da educação como serviços de educação privada. (Nova Zelândia, Colômbia e Noruega). Com a mercantilização da educação no mundo, a realidade da escola pública em várias regiões do mundo, o ensino público básico é público apenas no nome. Isto é, as crianças têm que pagar uma taxa para estudar. É assim em vários países da Europa, principalmente nos mais pobres, como também na África e na Ásia. Na América do Sul, mais especialmente no Chile, ouvíamos atônitos que desde a educação infantil, as crianças precisam pagar para estudar. Têm se tornado muito conhecidas no mundo as escolas chamadas de “Baixo Custo”, principalmente em países da África. A escola de baixo custo é gerenciadas por uma empresa que recebe recursos públicos estatais para garantir atendimento às crianças, em que os pais são obrigados a pagar pela matrícula de cada criança para estudar em escolas de qualidade inferior às mantidas pelo Estado.

De novo, é o banco mundial quem determina ao redor do mundo, principalmente na África, a taxa mais ideal para ser cobrada de cada aluno. O resultado é que a educação pública mantém um perfil segregador para os países pobres, uma vez que nem sempre os pais terão recursos para pagar a escola.

Não é de se estranhar que igual a outros países da América Latina, o Brasil foi pressionado por sua oligarquia para tirar do poder um governo democrático e popular que promoveu mudanças significativas na área social, principalmente na educação. Com a previsão de ampliação de 10% do PIB brasileiro em Educação nos próximos 10 anos, o capitalismo financeiro mundial já arvora em abocanhar fatia expressiva desse recurso. Basta ver o movimento na bolsa de valores das empresas de educação.

Na América Latina, fato é que governos democráticos e populares, ao promover tais mudanças principalmente no combate à desigualdade, confrontaram interesses econômicos das oligarquias que sempre submeteram o país aos domínios dos colonizadores. Por isso, as forças do capitalismo especulativo não medem esforços para interferir no ordenamento político-legal e cultural do país para torná-lo refém dos interesses da elite Financeira Mundial.

Tal conjuntura vai exigir grande capacidade de mobilização das forças democráticas e populares para impedir que o golpe midiático-legalista-empresarial redefina os destinos do país onde com certeza voltará a imperar a corrupção, a desigualdade, a ignorância, a violência, a pobreza e a

morte da maioria da população.

1.2 Conjuntura Nacional

Se a realidade mundial reflete consequências das disputas de matérias primas, mercados e altos lucros, principalmente via engessamento dos Estados nacionais periféricos da Europa e EUA, o Brasil está no “olho do furacão” pelas disputas internas alavancadas por interesses externos nas reservas de petróleo do Pré-Sal e na flexibilização das regras de contratos de trabalho e previdenciárias em função da possibilidade de abertura do mercado interno à empresas externas na venda de serviços, em especial a Educação e a Saúde.

Historicamente, desde o “descobrimento” do Brasil, a conjuntura nacional esteve permeada por interesses oligárquicos locais que sempre se submeteram aos ditames imperialistas ocidentais, que sempre trataram de estabelecer relações de completa dependência da colônia com a metrópole. As “elites” brasileiras sempre se submeteram a projetos, processos e modelos de desenvolvimento econômico que pouco proporcionaram um desenvolvimento justo e equitativo para o conjunto da população brasileira. O Brasil, desde os primórdios se constituiu num país de negação de direitos para as maiorias, enquanto a elite sempre se locupletou do Estado em benefício próprio, promovendo uma cultura de desconhecimento e desvalorização de tudo o que é PÚBLICO na população.

Não foi de se estranhar que um Senador da República de nosso estado, legítimo representante do agronegócio, de uma das famílias que mais produz soja no mundo a um custo altíssimo do ponto de vista ambiental, usou a tribuna do Senado por ocasião da aprovação de um Projeto de Lei (PL) que tirava da Petrobrás a exclusividade sobre as operações do Pré-Sal; nas palavras do Senador que já foi Governador do Estado de Mato Grosso por 2 mandatos, “Tudo o que é Público não vai para a frente”.

Assim, a elite brasileira, que se apossou do Estado Nacional em seu benefício próprio, logrou ao longo da história o enriquecimento fácil ante o empobrecimento e miséria da maioria da população. Por consequência, as políticas sociais toleradas por essa elite não passaram, ao longo do tempo, de distribuição de migalhas em termos de programas assistenciais, sem nenhum vínculo com um projeto de distribuição de renda. A Concentração de renda no Brasil produziu uma das maiores desigualdades sociais e econômicas do mundo. O fosso entre os ricos e os pobres no Brasil é abissal e agora com a crise, continua aumentando.

O Brasil vive, após as últimas eleições presidenciais de 2014, uma das maiores disputas em termos de projeto de governo e de sociedade. Isso porque a elite brasileira, depois de mais de uma década tendo que fazer concessões ante um governo democrático e popular, voltou a conseguir estabelecer relações de hegemonia no Congresso Nacional,

em que os interesses da elite novamente ganharam prevalência ante os interesses da população.

O Brasil viveu, após as eleições de um operário à Presidência da República (2002) e, na sequência, de uma mulher (2009), um período virtuoso jamais visto na história do País, em que aqueles que viviam na linha da miséria e pobreza puderam erguer a cabeça e viver uma vida mais digna. Com os mais de 10 milhões de empregos criados; creches e escolas básicas construídas; mais de 400 Institutos Tecnológicos inaugurados; 17 novas universidades federais criadas; o maior programa de habitação popular jamais visto; centenas de unidades de pronto-atendimento na saúde; programa de concessão de benefício de prestação continuada a pessoas idosas que atendeu mais de 40 milhões de pessoas; expansão de vagas em universidades e tantos outros programas, o país se viu pela primeira vez num círculo virtuoso na economia, em que todos ganharam, mas que principalmente a elite empresarial também saiu ganhando.

Fato é que tal desenvolvimento gerado em pouco mais de uma década foi fator fundamental de uma revolução silenciosa no país: os miseráveis, pobres e deserdados social e economicamente neste país ousaram sonhar mais, querer mais, ser mais. Assim, a realidade profissional no país passa por transformação, uma vez que os filhos dos pobres, negros, camponeses e assalariados, que antes não tinham oportunidades por conta de orientação segregacionista de um Estado a serviço única e exclusivamente das elites, agora têm a possibilidade de sonhar, atuar nos hospitais, escritórios de engenharia, faculdades e universidades, uma vez que os pobres passaram a ter direitos, se ver representados e se sentir valorizados.

Tal contexto aprofundou as crises de fobias antes subjacentes no imaginário social brasileiro. A classe rica teve que aprender a conviver com os trabalhadores nos aeroportos, nas praias, nos hotéis, em viagens internacionais. A empregada doméstica passou a ter direitos reconhecidos, o pequeno produtor e as famílias da agricultura familiar passaram a ter reconhecimento da importância de sua atividade para o país. Com isso, o ódio de classe, antes velado, passou a ser desvelado pelas disputas nos espaços sociais, na política e na economia nacional.

A crise econômica mundial de 2008 exigiu medidas drásticas do Governo Federal para impedir que seus efeitos dilapidassem as conquistas recentes. O Governo Federal foi obrigado a abrir mão de receitas por meio de programas de isenção fiscal. A mesma prática já se fazia presente entre os demais entes federados através de programas de isenção e renúncias fiscais.

Num Estado que sempre se demonstrou frágil para com as necessidades da maioria da população, os riscos aumentam quando sua capacidade de financiamento das políticas públicas é diminuída. Foi o que aconteceu com as

consequências da crise de 2008 que apresentará seus efeitos drásticos já no final do governo Lula, no primeiro governo da Presidenta Dilma, mas de forma aprofundada em seu segundo governo, eleito em 2014.

O resultado das eleições para o Congresso Nacional em 2014 apresentou uma correlação desfavorável ao segundo Governo Dilma, que teve que fazer concessões à agenda de recessão fiscal, de orientação conservadora, derrotada nas urnas pela população. Tal declinação, considerada um equívoco tático do governo por parte do movimento sindical e social, provocou fissuras na base do governo e, em função das disputas internas em vista das eleições de 2016 e 2018, reacendeu a voracidade dos partidos de orientação neoliberal no País que, vendo chances de engessar o governo, promoveu a paralisia dos investimentos que vinham movimentando o país.

O resultado do ajuste fiscal que se seguiu foi dramático para a população. Cortes financeiros em todas as áreas e redução nos recursos para as políticas públicas. Num cenário mundial de disputas por recursos públicos e por mercados e com um congresso majoritariamente eleito com recursos privados de campanha, a via mais fácil para a direita representada na elite foi apelar o Governo Dilma por meio de seu impedimento.

Somando-se ao cenário de crise financeira e política, o combate à corrupção, favorecido pelas medidas do próprio Governo Federal que criou mecanismos legais para combatê-la, foi apropriado por setores do judiciário com aliança com os partidos de direita, pela mídia representante das elites, setores do Ministério Público e da Polícia Federal para promover as condições favoráveis ao golpe.

Uma imprensa parcial, capitaneada pela Rede Globo e Organizações Marinho, aquela mesma que deu sustentação ideológica ao Golpe Militar de 01 de abril de 1964, promoveu sessões de vazamento seletivo onde apenas um grupo político, que era base de apoio ao Governo Federal, era investigada, presa e condenada por corrupção. O cenário mais contraditório foi de que centenas de políticos com mandatos, todos acusados e réus em casos de corrupção, foram os mesmos que se ocuparam de aprovar um processo de impedimento da Presidenta da República.

Os políticos mais efusivos na defesa do golpe político-judiciário-midiático eram os mesmos que estavam envolvidos em escândalos financeiros, como, Panamá Papers, HSBC, Allston/SP, Furnas, Lava-Jato, Banestado, entre outros. O mais curioso é que investigações de políticos com altos cargos, como o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha do PMDB, foram feitas pelo Ministério Público da Suíça sem que tais informações ganhassem a importância necessária no Judiciário Brasileiro, na Imprensa e no próprio Congresso Nacional.

Figuras centrais da política e do judiciário brasileiros

também foram envolvidas em escândalos, a exemplo do ex-presidente do Superior Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, o presidente do Senado, Renan Calheiros e o próprio Vice-Presidente da República, Michel Temer.

Mas as investigações davam conta de incriminar apenas os integrantes de partidos ligados ao governo, ao mesmo tempo que as investigações da Lava-a-Jato cuidavam de investigar todas as empresas nacionais responsáveis por tocar diversas obras de infraestrutura no país, responsáveis também por gerar milhões de empregos diretos e indiretos, ao mesmo tempo que estruturavam a Petrobrás para os próximos anos, nos quais a extração de petróleo do pressal vai exigir tecnologia e infraestrutura adequadas para assegurar novos recordes de produção nacional.

As reflexões críticas acerca das investigações dos processos de corrupção em nível de país, em que vazamentos seletivos se tornaram práticas corriqueiras nas mãos do Juiz de 1.ª instância Sergio Moro, tinham o sentido de quebrar a confiança da população da Estatal Petrobrás e das empresas brasileiras responsáveis pela infraestrutura necessária para o país estar entre os 5 maiores produtores de petróleo do mundo nos próximos 20 anos.

É que ante à possibilidade de desenvolvimento do país, principalmente pelo acesso a recursos estratégicos com o petróleo do pré-sal, tal projeção de desenvolvimento nacional fez aumentar a sede de lucro das empresas petrolíferas em nível mundial. Essas empresas tiveram suas reservas de petróleo minguadas nas últimas décadas, e estão vendo em países como o Brasil, Venezuela e México, grandes reservas capazes de assegurar seus lucros. Por isso investem contra a soberania desses países, criando instabilidade política e econômica para favorecer a volta das elites que sempre se submeteram aos ditames do capitalismo e empresas especulativas mundiais.

Assim, a ação da direita mundial e nacional de derrubar um Governo democrático e popular do Brasil, num projeto conjunto, visa (re)orientar a nação a partir de três eixos: 1 - dismantelar a incipiente política distributivista iniciada no Governo Lula-Dilma, bloqueando toda e qualquer possibilidade de seu aprofundamento e de redução da desigualdade; 2 - desmontar as engrenagens de desenvolvimento autônomo do país (vide o ataque sistemático à Petrobrás, às empresas de engenharia e ao programa nuclear brasileiro) e, 3 - reverter a política externa não alinhada aos interesses americanos no mundo, reduzindo a participação do Brasil no Mercosul e nos BRICS em favor de um acordo bilateral com os Estados Unidos. Trata-se de um programa de contrarreforma sistematicamente rechaçado pela maioria do País; difícil, portanto, de ser implementado, se tivesse a legitimidade das urnas. A direita reconhece isso e, por isso, buscou uma via de golpe a qualquer custo.

Em todas essas vias de conspiração, o fator mais inex-

plicável é a aposta irracional, violentíssima na sabotagem da economia. Assim, as Organizações Globo e mídias satélites atuam para criar na população a ideia de crise. Nesse ponto, entram em jogo alguns elementos geopolíticos: é preciso dar visão à corrupção como maior escândalo na sociedade; responsabilidade única e exclusiva do Governo atual e sua relação com as últimas empresas estatais (por isso é preciso privatizá-las), ocultando a questão da desigualdade social, chaga social e econômica do Brasil.

Para desacreditar o papel das grandes empresas nacionais como instrumentos de desenvolvimento e de infraestrutura com criação de empregos, é preciso travá-las com processos policiais e jurídicos (vide o uso de benefícios como o da delação premiada), de forma a inviabilizá-las na conclusão ou na concorrência de novas obras, para assim favorecer as empresas multinacionais.

Também é fundamental impedir que o atual projeto democrático e popular continue no governo. Se não fosse possível apelar a Presidenta Dilma do Poder, buscar-se-ia impedi-la de desenvolver as políticas até então em curso. Ao menos é preciso impedir a reeleição do atual projeto em 2018, sendo que, para tanto, será necessário impedir a volta do ex-presidente Lula ao Poder.

A atuação conservadora e o Papel do Congresso ante à base fragmentada do governo tem sido aprovar as medidas necessárias para impedir que o governo de esquerda continue promovendo transformação ao mesmo tempo que prepara o terreno para a mudança de governo em 2018, assegurando a volta dos partidos de direita ao poder, o que vai abrir caminhos para as reformas de cunho negativo como a Reforma da Previdência Pública, Educação (retirar a vinculação de recursos); ampliação da privatização e terceirização, favorecendo o mando da plutocracia empresarial no país, em que a coisa Pública passa a ser gerida unicamente pela iniciativa privada.

Assim, está em curso com a atuação conservadora do Congresso e o possível retorno de Governos de direita em 2018, a retirada dos recursos fundamentais para investimentos na área social, na Educação e Saúde e destiná-los à iniciativa privada através de Concessões, Privatizações, Terceirizações, Militarização de escolas e Organizações Sociais (OSs) ou (OSCIPs) na educação.

O grande desafio da direita nos próximos dois anos é limpar o caminho para que o projeto neoliberal do Estado Mínimo possa ser implementado com toda a sua força. Para tanto, a perseguição e criminalização aos movimentos sociais e sindicais de esquerda será a via de sua desconstituição.

Ao conjunto da classe trabalhadora restará, como sempre, os caminhos de luta. Defender o atual projeto que configura um governo democrático e popular é o grande desafio. Ao mesmo tempo a disputa por dentro do governo, uma vez que pela desvantagem na correlação de forças os

projetos de reformas com viés negativo estarão sempre presentes no cenário, a exemplo do PL 4.330, PL 257, Reforma da Previdência, entre outros.

Os sinais emitidos pelos vários turnos em que se estendeu as eleições de 2014, quando se reelegeu a presidenta Dilma com 54 milhões de votos, são de que o retorno de um governo de direita ao poder (leia-se retornando ao governo central) representa um grande retrocesso na área social e de direitos, a marcha para uma economia extremamente recessiva a exemplo do que o País já viveu até 2002.

O que nos espera agora neste novo cenário político é algo que nos deixa em alerta. Pois, ao promover definitivamente o golpe e afastarem um projeto de governo que vinha combatendo a desigualdade no país com várias políticas que transformaram e melhoraram a vida do povo, tais como social, político e econômico, há o retorno das políticas de um governo neoliberal, o qual vincula recursos a projetos que atingem diretamente os direitos dos trabalhadores/as. É o fim de políticas que vinham de forma significativa transformando a sociedade brasileira.

1.3 Conjuntura Estadual

Analisar a conjuntura é sempre uma tarefa que requer de nós o entendimento de elementos que foram e são decisivos quanto aos rumos das ações dos governos e, principalmente, determinantes para a atuação sindical e a organização da classe trabalhadora.

No estado de Mato a ascensão ao governo do ex-procurador da República e senador Pedro Taques se deu num processo de intensos debates e que não ficaram apenas no plano de propostas de governo, mas por meio do judiciário com a clara tentativa de polarizar a disputa em torno de uma chapa com uma coligação que continha, em suas bases, partidos antagonísticos em Mato Grosso como o PDT e o PSDB.

O fator determinante para a Eleição de Pedro Taques como governador se deu sob duas vertentes: o forte investimento financeiro de grupos ligados ao agronegócio como os irmãos Pivetta e os familiares do Senador Blairo Maggi. Apesar de este último não estar no apoio da coligação a Pedro Taques, o recurso financeiro das suas organizações e de parentes não seguiram a mesma linha política do senador. Outra vertente se deu na construção do discurso que, Mato Grosso era um antro de corrupção e que sua atuação contra o crime organizado que tinha como mentor o ex-policia civil João Arcanjo Ribeiro o tornaria num governador que não aceitaria corrupção e que, ao contrário, a combateria com todos os instrumentos possíveis.

Desta forma os maiores cabos eleitorais de Pedro Taques foram os recursos advindos do agronegócio, que tornaram a eleição do então senador numa das mais caras do Brasil, com um volume oficial de gastos em praticamente 30 milhões de reais, diga-se de passagem; mais do que a so-

matória de todos os demais candidatos juntos. Outro cabo eleitoral fora o presidiário João Arcanjo Ribeiro.

Destaca-se que não foi a atuação de Pedro Taques como senador da República, eleito em 2010, que o credenciou como um grande agente político como opção ao governo de Mato Grosso. Vale ainda destacar a ação judicial movida pelo então suplente a senador Paulo Fiúza que acusa o grupo político de Pedro Taques de fraude da ata de escolha do suplente de Taques, o atual senador Medeiros, sendo que, segundo Fiúza, a fraude se deu a pedido de Taques que contrário à convenção substituiu os seus suplentes.

Diga-se de passagem que o suplente de Pedro Taques e agora senador José Antônio Medeiros (sem partido) 2w apontado com uma atuação parlamentar mais significativa e relevante que a de seu antecessor, quando ocupava a vaga no Senado Federal. Inclusive, o Medeiros foi apontado como um pré-candidato ao paço municipal de Rondonópolis. Contrapondo inclusive o grupo apoiador do governador e que teve como aliado a família de Percival Muniz.

Eleito para o comando do Estado no ano de 2014, Taques se desfilou do PDT - Partido Democrático Trabalhista - no dia 10 de agosto de 2015 mas, na ocasião, não informou para qual legenda iria se transferir. Ele justificou a decisão de deixar o PDT pelo fato de a legenda apoiar o governo Dilma Rousseff. No entanto, os principais motivos para a troca de legenda se deram em razão da interferência do governo para a eleição à presidência da Assembleia Legislativa do deputado Guilherme Maluf (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira) e alinhamento político na casa sob a liderança do Governo por Wilson Santos (PSDB), o que gerou descontentamentos e duras críticas dentro do PDT, principalmente por meio do Deputado Estadual Zeca Viana (PDT), uma das maiores lideranças da sigla em Mato Grosso e demais partidos da dita base aliada do governo estadual.

Outra razão para mudança, e mais evidente, está na possibilidade do então governador Pedro Taques compor nas eleições de 2018 a disputa ao Governo Federal pelo PSDB ou nomeação para cargo de ministro no STF - Superior Tribunal Federal.

Entre o discurso e a prática política ficou perceptível o descompasso do governo com as indicações políticas para cargos de primeiro escalão do governo que, segundo o governador, deveriam preencher perfil estritamente capacitado para assumir a gestão pública do Estado. Em outras palavras, simples designações de partidos aliados poderiam simplesmente não emplacar caso não se adequassem aos padrões exigidos por Taques para ocupar parte do staff de Mato Grosso.

Esse foi um dos principais recados dados por ele em reuniões com representantes das siglas parceiras, deputados estaduais e federais eleitos, ocorridas em meados de 2014. Nos encontros, Taques frisou o discurso de que foi eleito

para governar o Estado de Mato Grosso, e não para ensinar.

Em suas reuniões iniciais, Taques deixa claro que esperava de secretários de Estado -, e essa regra estaria valendo para todos, incluindo os de perfil puramente técnicos e indicados - que soubessem até mais que ele, porque precisava governar e não teria tempo para ser professor. A declaração do gestor eleito era uma sinalização de que poderia recusar nomes, bastando não se encaixarem no resultado esperado de um gestor plenamente habilitado para ocupar funções à frente do Estado. Taques, pregava a reestruturação da máquina pública afirmando que não admitiria falhas em sua administração. Para colocar os ousados planos em prática, como a redução dos gastos do governo, enfrentaria dissabores também políticos.

No entanto, as nomeações não seguiram essa lógica e as primeiras ações de pedir a população 100 dias para colocar o governo em ordem e a realizações de auditorias em contratos e prestações de serviços serviram apenas para peça publicitária, e em ações efetivas e práticas do governo, as quais vêm se arrastando até o presente momento sem nenhuma ação governamental expressiva e perceptível à população mato-grossense. Durante esse período do “novo governo” o que se teve foi a continuidade das políticas pensadas pelo governo duramente combatido por Taques e seu arqui-inimigo, Silval Barbosa. Sendo que algumas obras inclusive foram paralisadas, como é o caso do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), em Cuiabá/MT.

É importante destacar que as chamadas “brechas partidárias” possibilitaram que em Mato Grosso a composição eleita da Assembleia Legislativa sofresse grande alteração com a vinda para as “asas do governo” de deputados eleitos como oposição em troca de apoio político nas eleições municipais de 2016. Inclusive pessoas em partidos antagônicos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Social Democrata (PSD), apoiadores do ex-governador Silval Barbosa e aliados históricos do ex-deputado José Geraldo Riva. Assim, o governo ganhou aliados na AL – Assembleia Legislativa - e enfraqueceu drasticamente o já pequeno bloco de opositorista ao governador Pedro Taques.

Mato Grosso sofreu com a retração em sua atividade econômica em 2016. O ambiente recessivo da economia brasileira exerceu decisiva influência para a redução da atividade econômica do Estado que caiu em 2015 e se acentuou em 2016. O PIB – Produto Interno Bruto - mato-grossense que apresentou crescimento de apenas 3% em 2013, conforme dados divulgados pelo IBGE, cresceu abaixo de 2% em 2014 e 2015 e foi ainda mais influenciado negativamente pelas péssimas condições da economia do país. A estimativa é que a economia de Mato Grosso crescerá abaixo de 2% em 2016. Se comparado com o Brasil que em 2014 teve sua economia com crescimento zero, terminamos 2015 com

queda de 4%, atrelada ao PIB do País. As projeções econômicas indicaram que em 2016 haveria uma retração de 3%, e 2017 a queda do PIB seria próximo de 2%. Assim, ao final de 2017, o Brasil completará o maior ciclo recessivo de toda sua história econômica.

Sob o crivo da chamada crise econômica nacional que se configura mais como crise política do que propriamente econômica, o governo de Mato Grosso o governo manteve, mesmo com as denúncias e investigações por parte da Assembleia Legislativa (AL), a política de renúncia fiscal por meio da política de desoneração e isenções fiscais do estado. Diferente dos demais estados da federação, Mato Grosso tem um vertiginoso crescimento econômico, inclusive em razão de obras de grande vulto do governo federal como a duplicação e pavimentação da rodovia BR163/364 e obras hidrelétricas ao longo do Rio Teles Pires na região norte do estado.

Ademais, a atividade agrícola tiveram uma expansão significativa em produção, mesmo considerando os problemas climáticos ocorridos em 2015 e 2016 em diversas regiões do País, aqui não afetaram significativamente a produção pois houve manutenção das linhas de créditos do governo federal para o setor, o que garantiram os recordes de produção e conseqüente impacto sobre a economia.

A continuidade das obras de Silval Barbosa como o asfaltamento da malha viária sob o domínio do Estado foi determinante para que o setor agrícola continuasse sua expansão em lugares até então tidos como de pouca tradição agrícola na região do Araguaia e Vale do Arinos. No entanto, houve uma prefeiturização das estradas vicinais e nas conversações o governo repassou combustível para que os prefeitos mantivessem as estradas do estado trafegáveis. Atualmente, não se observa nenhuma obra de expressão do “novo governo”, exceto algumas pontes construídas na região do pantanal e outras regiões com o dinheiro do Governo Federal e, como contrapartida do Estado, o aterramento de suas cabeceiras.

A busca por corrupção no governo anterior do seu arqui-inimigo Silval Barbosa não significou resgate de nenhum real para o cofre do estado. Assim como o governo não conseguiu demonstrar à sociedade mato-grossense a alegada corrupção; muito menos apontar as medidas que o governo estaria tomando para que as corrupções não estivessem no seio de seu governo. Contratos da SEDUC foram investigados e corruptos de grande monta apontados no atual governo, num esquema tal que ultrapassa inclusive o chamado “escândalo dos maquinários” em que as pessoas envolvidas foram indicações diretas do atual presidente da AL e do líder do Governo os Deputados Estaduais Wilson Santos e Guilherme Maluf.

As terceirizações de serviços do Detran/MT, que na prática representavam aumento dos pagamentos aos usuários, representou uma queda de braço entre os servido-

res do órgão de um lado, e do outro, aliados do Governo e Assembleia Legislativa em que o caso será decidido no âmbito do judiciário. As políticas de arrecadação do estado não foram aprimoradas e o factoide da crise econômica de Mato Grosso ocuparam as principais manchetes dos telejornais e jornais que recebem vultosos recursos financeiros do governo para as publicidades do Estado, inclusive em rede nacional no horário nobre e aos domingos.

A chamada crise em Mato Grosso tem como objetivo claro justificar a falta de políticas públicas no Estado para as áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente e ao mesmo tempo fazer o desmonte do Estado adotando medidas que, inclusive, estão em desconformidade com os direitos e conquistas adquiridas pelo funcionalismo público nos últimos anos; além da entrega do serviço público à iniciativa privada.

O “factoide” contido no discurso do governador Pedro Taques (PSDB) de que a crise econômica do país exige a adoção de medidas como a “fragmentação” dos salários dos servidores demonstra que, neste curto período de mandato, o que temos visto são atitudes de desrespeito aos direitos e às conquistas da categoria, bem como de todo o funcionalismo público. Embarcando no discurso golpista de que há uma crise econômica no País, e que a mesma exigiria medidas drásticas como a fragmentação dos salários e a quebra de direitos, o Governo de MT tem como objetivo reduzir gastos e garantir o equilíbrio fiscal nas contas do Estado. Com isso o Executivo lesa o funcionalismo, em especial os profissionais da Educação. O Sintep aponta que, paralelo a isso, o Governo toma medidas que contrariam seu próprio discurso.

A atual gestão excede o número de contratos em cargos de livre nomeação e faz pagamentos a empresas terceirizadas para realizar serviços que estariam garantidos com a realização necessária e urgente de concurso público e efetivação de profissionais. Sem contar com os gastos de dinheiro público com propaganda. Somado ao desrespeito com a categoria, o descaso do Governo Pedro Taques e parte da Assembleia Legislativa com os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação, demonstrado por meio da falta de diálogo e do retrocesso para com as conquistas e direitos.

O atual governo, não tem se comportado de forma diferente de outros governos que já estiveram à frente do governo de Mato Grosso, a aplicação dos 35% da arrecadação do Estado em Educação não se efetiva. Apesar de este governo se considerar legalista, o líder do governo apresentou uma proposta de cumprimento do estabelecido na Constituição do Estado em 20 anos, deixando claro que o governo que se diz legalista não cumprirá a Constituição do Estado, no que concerne à aplicação dos recursos na Educação.

Desta forma, o ano de 2016 foi muito desafiador, referente às questões econômicas do Estado. Mas principal-

mente foi testada a capacidade de superação da economia de Mato Grosso em ambiente de recessão econômica em que o governo busca de todas as formas atribuir os efeitos do baixo crescimento ao pagamento de salários aos servidores, exceto aos ocupantes dos primeiros escalões, (Judiciário e Assembleia legislativa) porque necessita deles como aliados para manter a governabilidade. Mesmo assim, Mato Grosso cresce mais que o País, mas em nível inferior à sua média histórica. Para um Estado acostumado com crescimento idêntico ao da China, é um grande teste de sobrevivência. Nesse sentido, as políticas de arrecadação devem ser pautadas e estarem na ordem do dia a fim de garantir as políticas públicas do Estado.

A política Educacional de Mato constitui-se num dos principais gargalos para o Governo, e algumas razões são óbvias: a organização sindical não tem pautada apenas as questões salariais. Em todo e qualquer município do Estado há uma Subsede que por meio das participações e organização da classe trabalhadora tem sido historicamente propositiva quanto às políticas públicas. Nesse contexto, a troca de governo buscou atribuir à gestão anterior diversas acusações sobre o insucesso dos alunos e principalmente a alegação de que a proposta pedagógica de Ciclo de Formação Humana é insuficiente para promover o aprendizado, e que seria imediatamente substituído por outra forma de organização curricular. Tal discurso fora decisivo para que os profissionais da Educação estabelecessem o apoio irrestrito a este governo no período eleitoral, apesar de não ter sido apontada qual nova proposta curricular a ser implantada caso o ciclo fosse extinto.

Desta forma, protagonizou-se por uma nova proposta pedagógica o ‘combativo’ ex-secretário Adjunto de Política Educacional, Dr. Gilberto Fraga de Mello. Com as vozes que ecoavam esvaziadas da SEDUC, buscou por meio do Deputado Estadual Wilson Santos (PSDB) a realização de audiências da AL para debater o ciclo, cujos resultados têm sido protelados porque o que se tem apontado como falha não é a política, mas a ausência de estruturas conjunturais e sistêmicas do Estado em implantação e implementação da política de Estado para a Educação. A continuidade do ciclo em Mato Grosso foi apontada pela atual gestão em 2016 do que todo o ano de 2015 passou sob a égide da falácia e de poucas ações em prol de melhorias efetivas das condições da Educação pública, sendo que a contratação de uma empresa de Minas Gerais para uma suposta avaliação externa acabou se tornando uma das facetas que colocam em cheque a proposta para a Educação mato-grossense.

A ausência de concurso público impacta diretamente sobre a organização educacional porque com um quadro de praticamente 60% de interinos em todos os cargos da Educação implicam diretamente na organização escolar e continuidade do processo didático pedagógico. Contrário

inclusive ao judiciário, que determinou que no ano de 2015 o governador Pedro Taques deveria realizar concurso público para a Educação.

O processo seletivo simplificado, implantado pelo SEDUC em 2016, foi duramente criticado porque de simplificado só havia o nome. O mesmo obrigou que durante as férias escolares os servidores estivessem a serviço do Estado para validar seus pontos. O processo foi capaz de atrasar o início do ano letivo em diversos municípios porque algumas escolas não tinham o quadro suficiente para garantir o início do ano letivo. Mesmo assim, não é difícil encontrar afirmações, por parte do governo de que “este foi o melhor início de ano letivo e atribuições de todos os tempos”. Vale ainda destacar que o sindicato fora excluído da participação de construção e fora chamado apenas para conhecimento do que seria feito.

Os desvios de finalidade dos recursos da Educação têm sido pautados frequentemente pelo sindicato. São recursos significativos que têm sido destinados ao pagamento de aposentados e pensionistas. Para agravar a questão do gerenciamento dos recursos, o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) desencadeou operação que aponta para uma quadrilha que agia dentro da SEDUC para desviar recursos públicos destinados à construção e reformas de escolas no estado de Mato Grosso.

A portaria 036/2016 representou uma das facetas de ataque à lei de Gestão Democrática em Mato Grosso por estabelecer critérios e mecanismos estranhos para escolha de coordenadores pedagógicos nas escolas públicas estaduais. Além do mais, as tratativas de alteração nos critérios se deram de forma verticalizada e intransigente por parte dos gestores da Seduc, principalmente o secretário Adjunto de Políticas Educacionais. Há uma grande investida do órgão central sobre a gestão democrática e as recentes indicações de diretores, coordenadores e assessores pedagógicos têm apontado para uma política de desmonte desse mecanismo conquistado a duras penas, com consequente alteração das regras com vistas às indicações diretas e políticas pelo secretário de Estado de Educação.

As escolas ditas de período integral em Cuiabá e Rondonópolis apontam para a tentativa de alteração da jornada dos professores de 30 horas semanais para 40 horas. O processo de atribuição de professores para as escolas de tempo integral impôs o cumprimento de uma jornada semanal de 40 horas, inclusive aos ocupantes de cargos efetivos. No entanto, tratou-se de uma ampliação de jornada dos alunos em efetiva política de Educação Integral. Uma inversão de lógica que caracteriza as políticas da Seduc; soltas e sem definir claramente a que veio e para onde seguirá.

A escassez de recursos para manutenção de uma política de educação referenciada socialmente e a ausência de debate da educação por meio de conferências sobre gestão

democrática e ciclo e os rumos da Educação profissional, assim como a falta de concurso público, profissionalização dos/as funcionário/as da educação junto com as políticas verticalizadas por parte da Seduc são indicadores do desmonte e da ausência de ações governamentais para a Educação Pública de Mato Grosso.

Com o crescente aumento dos recursos da Educação no Brasil, o investimento do setor privado passou a ser um negócio interessante e lucrativo, inclusive por meio de organizações internacionais para que os recursos públicos possam ser fatiados com essas organizações sob a roupagem de Parceria Público Privado (PPP), sendo que nos projetos mais audaciosos há, literalmente, venda de escolas públicas pelo governo a empresas do setor privado, juntamente com a terceirização da oferta educacional pública.

Em Mato Grosso, com o governo neoliberal de Pedro Taques, a entrega das escolas e Centros de Formação (Cefapros) se dará por meio do Mato Grosso Participações (MT-Par), cujo objetivo é entregar estas instituições, escolas em funcionamento e outras que serão construídas já pelo programa; os serviços meio e a administração das mesmas por um prazo de 25 anos (!!!) a uma empresa privada. Essencialmente, isso representa o fim do concurso público para cargos de Apoio Administrativo Educacional (AAE), Técnico Administrativo Educacional (TAE) e outras funções. Assim como as funções de Direção Escolar, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar, e professor Formador serão diretamente atingidos e conseqüentemente terá impacto sobre a organização pedagógica e a atividade docente.

A exemplo do que acontece em Goiás, os salários serão atingidos. Em Goiás, por meio da terceirização paga-se a um professor graduado o equivalente a R\$ 622,00 para uma jornada de trabalho de 20 horas semanais. O desafio que se coloca para Mato Grosso é resistir a este modelo neoliberal que tem como principais objetivos a entrega do recurso público à famigerada iniciativa privada e à precarização dos serviços públicos sem que isso implique em melhorias da oferta educacional e na qualidade social.

Os contextos de valorização e reconhecimento nas redes municipais do Estado de Mato Grosso têm sido constantes e voltados quase que exclusivamente para o pagamento do Piso para professores. Há uma investida muito grande da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) que orienta os seus associados que, em nome do factóide da crise, não haja o pagamento do Piso aos professores da Rede, e conseqüentemente não se garanta os mesmos percentuais de atualização do Piso aos demais funcionários da Educação, mesmo que estes estejam nas mesmas estruturas de carreira.

Acentua-se as posições dos prefeitos que não têm garantido as condições de carreira aos trabalhadores da Educação, bem como a investida da terceirização tem sido

uma constante em municípios polo como Lucas do Rio Verde e Sorriso. Há uma clara tentativa de estabelecer a terceirização de cargos de maneira precária por meio dos chamados bolsistas para atenderem a Educação Infantil e Educação Especial, além de outras tantas que são de caráter permanente no serviço público educacional.

O caso mais gritante nesses últimos anos vem do município de Matupá/MT, em que o prefeito Valter Miotto Ferreira (PMDB), para não descumprir o Piso dos professores aplicou o percentual da atualização à referência e alterou a mesma quantidade nos percentuais relativos aos coeficientes que alteram as diferenças entre as formações acadêmicas dos professores, de forma que não houve aumento real. Quanto aos demais servidores, houve a separação das carreiras e o achatamento salarial. Assim, um servidor que recebia algo próximo a 1 salário mínimo passou a depender de complementação constitucional, já que as referências para os cargos não docentes é abaixo de qualquer salário percebido por um trabalhador do mercado, fora do serviço público.

No estado de Mato Grosso as diversas greves com o objetivo de desvelar as realidades das Redes Municipais por valorização profissional dos trabalhadores da educação, com raríssimas exceções, contaram com o apoio do legislativo. Demonstrando que os trabalhadores da Educação não estão representados nesses espaços de decisão e que as Eleições Municipais impõem à categoria uma intensa reflexão e discussão sobre a participação dos profissionais da Educação enquanto agente público nas câmaras.

O governo do Estado tem adotado uma política que tem sido perversa às redes municipais. Em nome da distribuição dos alunos, tem feito a repartição do ensino fundamental de maneira que as redes municipais atendam as séries iniciais do Ensino Fundamental e o Estado as séries finais. Trata-se de uma política perversa que além de retirar recursos financeiros dos municípios em relação ao Fundeb, entrega ao mesmo os estudantes que tem mais demanda financeira e, conseqüentemente, estrangula as condições de financiamento e valorização profissional e salarial do conjunto de trabalhadores da Educação.

As estruturas Educacionais e de atendimento à Educação Infantil é um problema que acentua o descompasso entre as redes e conseqüentemente o financiamento, estruturas e valorização profissional. Em muitos municípios de Mato Grosso, a exemplo de Sinop, Várzea Grande e Rondonópolis são comuns a presença de grande número de crianças nas chamadas filas de espera, e com a conivência do Ministério Público que não tem agido eficientemente quanto às pautas da Educação.

O truncamento do governo em relação à pauta da educação é uma constante. É nesse momento que a classe trabalhadora não poderá se furtar em fazer as disputas dos cargos eletivos e, de maneira corporativista e sem paixões

partidárias, eleger as pessoas que dialogarão com as pautas que são estratégicas e primordiais para a Educação. Uma vez que na Assembleia Legislativa (AL) de Mato Grosso, Câmara dos Deputados e Senado não diagnosticamos forças suficientes para que possamos fazer a disputa de projeto de Educação Pública e socialmente referenciada.

2. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

2.1 Financiamento para a Educação Pública no Brasil: Um rápido olhar pelo retrovisor da História

A História registra que o financiamento da educação brasileira sempre foi deixado em segundo plano e que somente nos períodos democráticos o mesmo teve um relativo grau de atenção. Até meados do século XVIII a educação era ministrada pelos jesuítas, financiada pela Coroa Portuguesa, cujo interesse era a “domesticação” e pacificação dos povos nativos. Com a expulsão dos jesuítas, os professores/as passam a ser pagos pelas Câmaras Municipais que possuíam autorização para cobrar contribuições dos pais dos alunos/as. Em 1772, para que se pudesse manter o sistema de ensino, criado pelo ministro Marquês de Pombal, foi instituído o subsídio literário: imposto que incidia sobre o vinho, o vinagre, todos os tipos de aguardente e a carne, cujas rendas deveriam ser revertidas para o pagamento dos ordenados dos professores.

Com a expansão das cidades e posteriormente com o processo de industrialização, aumenta também a demanda por escolarização. A partir da constituição de 1934, a educação passa a ter recursos vinculados no âmbito das três esferas do poder, nas seguintes relações: União 10%; Estados e Distrito Federal 20% Municípios 10%. Com a constituição de 1937, a ditadura Vargas suspende as vinculações de receitas para a educação.

A tabela abaixo demonstra como tem sido tratada a vinculação de recursos para manter e desenvolver a educação pública, a partir de 1.934.

Ano	Disposição Legal	Esfera da Vinculação		
		União	Estados e DF	Municípios
1934	CF 1934	10%	20%	10%
1937	CF 1937	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
1946	CF 1946	10%	20%	20%
1961	LDB 4.024	12%	20%	20%
1967	CF 1967	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
1969	EC 1	Nenhuma	Nenhuma	20%
1971	Lei 5.692	Nenhuma	Nenhuma	20%
1983	EC 24	13%	25%	25%
1988	CF 1988	18%	25%	25%
1996	LDB 9.394	18%	25%	25%

2.2 O Financiamento da educação e a luta dos/as trabalhadores/as

Uma das principais bandeiras históricas dos trabalhadores/as da educação, tem sido a luta para garantir a vinculação e a ampliação de verbas, para que os planos de educação não seja mera carta de intenções. É a partir do financiamento que se efetiva os planos, programas e projetos educacionais, aliadas às condições necessárias para a garantia da qualidade da educação: melhoria nas condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação, formação continuada, salários dignos, ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas, gestão democrática no sistema educacional e na escola, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito social e definiu os responsáveis pelo seu provimento: o Estado e a família. Para resguardar o direito à educação, a própria Constituição estabeleceu a estrutura e as fontes de financiamento, por meio da vinculação de recursos financeiros, além de definir quais as responsabilidades de cada ente federado. Ao determinar a vinculação de recursos financeiros para a educação, a Constituição garantiu também os percentuais mínimos da receita resultante de impostos e transferência constitucionais para serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino dentro do seguinte patamar mínimo: 18% da receita da União e 25% da receita dos estados, Distrito Federal e municípios ou o que dispuser suas Constituições ou Leis Orgânicas, além do Salário Educação. Vale registrar que, além de poder contar com os recursos definidos constitucionalmente, a educação nos estados e nos municípios ainda contam com dinheiro extra, oriundo de programas e projetos, a exemplo do Programa nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e outros. Que na avaliação do movimento sindical são insuficientes para atender a demanda de algumas escolas.

Há que se ressaltar nesse contexto, porém, que no Brasil, a lógica da divisão política do poder está ancorada no federalismo, no calcada ente federado, Estados e Municípios, é dotado de relativa autonomia, subordinados à soberania da União (Governo Federal) exercendo o papel principal de indutora de políticas públicas e redistribuidora de recursos financeiros.

Com a eleição dos governos Lula/Dilma, dentro de uma plataforma política do campo democrático popular, aliadas ao aumento da bancada sindical no Congresso Nacional, incluindo alguns educadores/as, compromissados/as com as bandeiras de lutas dos profissionais da educação, as pressões exercidas pelos/as trabalhadores/as da educação através da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e seus sindicatos filiados, promoveram algumas modificações das políticas educacionais que apontam

para uma trajetória diferente das traçadas anteriormente pelas políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dentre estas políticas, destacaram-se:

- ✓ A Emenda Constitucional nº 53/2006 cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, Além de promover mudanças conceitual no art. 206 da constituição federal estendendo o direito a Piso e Plano de Carreira a todos os Profissionais da Educação;
- ✓ Lei 11.494/07, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- ✓ Lei 11.738/08, que aprovou o piso salarial profissional nacional do magistério;
- ✓ Lei 12.014/09, que alterou o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9.394/96 com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação;
- ✓ A Emenda Constitucional 59/09, com destaque para o fim gradativo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), previsão da obrigatoriedade do ensino básico dos 04 aos 17 anos de idade com a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica;
- ✓ Resoluções 02/09 e 05/10- que orientam as reformulações dos planos de carreira;
- ✓ Lei 12796/2013 que garante a formação profissional para os funcionários da educação;
- ✓ Lei 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década que se encerra em 2024.

Ao tratar as questões relacionadas ao financiamento da educação e levando-se em consideração o que ocorre na prática dentro das relações federativas, observa-se uma inversão da lógica dentro do princípio de transferência de responsabilidades desacompanhadas das transferências de recursos. A regra é simples: o ente que menos arrecada (município) é o que tem assumido as maiores responsabilidades. Estudos realizados pelo Conselho de desenvolvimento econômico e Social em 2010 apontam que do total de recursos arrecadados, a União fica com 57%, os Estados e o Distrito federal com 25% e os Municípios com 18%. Em contrapartida, a participação nos gastos públicos apresenta a seguinte realidade: União – 20%; Estados e Distrito Federal- 41% e Municípios- 39%.

Aliadas a estas questões outros elementos precisam ser observados para se chegar a um equilíbrio no atendi-

mento à educação:

- ✓ O que compete a cada ente federado no tocante ao atendimento da demanda das matrículas? O que pode e o que não pode ser considerado gastos com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) – art. 70 e 71 da LDB;
- ✓ Qual o percentual mínimo que o ente federado destina à educação além dos 25% obrigados pela Constituição Federal;
- ✓ Qual a política fiscal e de arrecadação implementada pelo ente federado (município/estado);
- ✓ Como se configura a política de divulgação e transparência na aplicação dos recursos da Educação em cada setor.

Cabe registrar, que as oficinas de financiamento da educação realizadas pelo SINTEP/MT tem detectado que as relações políticas entre Estado e Municípios no atendimento da demanda educacional, tem sido pautada pela lógica da transferência de responsabilidade do Estado para os municípios, pelo processo de polarização e/ou reordenamento das matrículas. Como se não bastasse isto, a maioria dos gestores municipais continuam navegando na contramão do que determina a legislação, insistem em matricular alunos para além da capacidade financeira do município (Art. 10 inciso II da LDB) além de não estabelecer outros mecanismos de gestão que assegure uma relação de equilíbrio entre: receitas, número de matrículas/quadro de pessoal. Ao desrespeitar o que determina a legislação, tais atitudes para além da irresponsabilidade, tem sobrecarregado as redes municipais a ponto de comprometer a valorização salarial dos profissionais da educação.

Após constituição cidadã de 1998 que consolidou a vinculação de recursos para a educação, a luta dos trabalhadores tem sido constante na busca de um novo mecanismo para financiar a educação pública. Os espaços democráticos de debates nas conferências têm apontado para a vinculação ao PIB (Produto Interno Bruto) em pelo menos 10% o que equivaleria praticamente dobrar o atual patamar de investimentos. O debate em torno dos 10% do PIB vem acompanhado de um novo conceito de financiamento, que é o CAQi/CAQ (Custo Aluno Qualidade Inicial/ Custo Aluno Qualidade) que na prática seria a inversão do atual critério de financiamento: Hoje a lei define o investimento de no mínimo 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais e independente da realidade do ente federado, é com esse recurso (insuficiente) que se “promove a educação. Já o CAQi estabelece a lógica de um padrão mínimo de qualidade a partir de certos insumos/estrutura mínima (quanto custa) e a partir desta realidade define-se o financiamento para se chegar ao CAQ (Investimento pleno, atendendo todas as necessidades educacionais).

Com a crise política atual e o eminente Golpe de Estado capitaneado pelos interesses econômicos do capital, podemos voltar à estaca zero sobre a garantia para o financiamento da educação. O projeto “Uma Ponte Para O Futuro” do PMDB, partido do vice-presidente da república, cogita entre outras medidas, desobrigar o Estado a ter recursos vinculados para financiar a educação sob o argumento de desengessar a economia. O atual momento conclama a todos os que sonham com uma educação de qualidade à luta para a superação muitos desafios junto ao novo Plano Nacional de Educação, que deve assegurar em suas regulamentações:

- ✓ A revisão e a ampliação do papel da União no financiamento da educação básica;
- ✓ A instituição e a implantação de um regime justo de colaboração e cooperação entre os entes federados;
- ✓ O estabelecimento de uma real valorização de todos/as os/as trabalhadores/as em educação;
- ✓ A definição de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades de educação/ensino;
- ✓ A definição do papel da educação pública no processo de desenvolvimento do País.

2.3 Financiamento para a Educação Pública no Brasil sob a ótica do PNE

Um olhar à Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos, verifica-se que suas ações estão expressas em 20 metas e 254 estratégias, que se resumem em:

- ✓ Atingir o percentual de investimento na educação equivalente a 10% do PIB;
- ✓ Universalizar o acesso escolar de 4 a 17 anos, com aumento significativo das matrículas em creches e EJA, e duplicar a taxa líquida de matrículas no nível superior, com ampla expansão das vagas públicas;
- ✓ Melhorar a qualidade da aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades, elevando-se a escolaridade da população jovem e adulta e eliminando o analfabetismo literal e funcional;
- ✓ Valorizar os profissionais da educação
- ✓ Democratizar a gestão escolar e os sistemas de educação.

Para sair do papel e ser colocado em prática o novo PNE precisa ser regulamentado. Entre as principais tarefas das quais o movimento sindical deve ser protagonista por meio de proposições e mobilizações, estão:

- ✓ Aprovar ou adequar os planos estaduais, distrital e municipais de educação até 24 de junho de 2015, à

- luz das orientações do novo PNE e contemplando a ampla participação da comunidade educacional e da sociedade civil (art. 8º);
- ✓ Regulamentar, no prazo de dois anos, a gestão democrática nos sistemas estaduais, distrital e municipais de educação (art. 9º);
 - ✓ Instituir, em lei específica, o Sistema Nacional de Educação até o final do segundo ano de vigência do PNE (art. 13);
 - ✓ Regulamentar o piso salarial nacional do art. 206, VIII da CF, em 2 anos;
 - ✓ Regulamentar o CAQ com complementação federal no prazo de 2 anos;
 - ✓ Regulamentar a Lei de Responsabilidade Educacional em 1 ano.

Para que o PNE não torne uma simples carta de intenção, as consecuições das metas dependem ainda da regulamentação do Sistema Nacional de Educação, disposto no art. 214 da CF dando ao PNE o caráter de articulador do Sistema Nacional de Educação, orientando as políticas sistêmicas e cooperativas entre os entes federados, à luz do art. 23, parágrafo único da Constituição Federal.

2.4 Financiamento da Educação em MATO GROSSO

Em 1989, Mato Grosso aprovou uma das Constituições mais avançadas sobre educação, seja pela previsão do Sistema Único de Ensino/ Valorização Profissional e Financiamento da Educação. Infelizmente os sucessivos governos sempre encontram uma forma para burlar a legislação, com a omissão ou conivência dos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. Desde 1989, quando o legislador definiu que o Estado deve investir no mínimo 35% em educação, os governos de plantão vêm se utilizando de artifícios “legais” para se eximirem dos compromissos de assegurar o financiamento legal como forma de assegurar a qualidade na educação escolar básica.

Ainda, sem sofrer nenhuma penalidade pelos órgãos que deveriam zelar pelo bem público, os governos de Mato Grosso tem ao longo da história retirado mais receitas da educação por outros artifícios como: política de isenção e renúncia fiscal; Fundo de Previdência (UNPREV); pagamento de servidores não assegurados pela lei 12.014/09; acórdão com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) para não considerar o imposto de renda como recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino, além do não repasse das receitas à pasta conforme determina o artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, o que chegou a possibilitar a Secretaria de Fazenda SEFAZ a repassar valores abaixo do que determina a Constituição Federal.

Nossa atuação sindical pautada na reivindicação e na proposição aponta para as seguintes ações estratégicas:

- ✓ Assegurar pelo processo de fiscalização e acompanhamento que o mínimo dos 25% de todos os impostos e transferências constitucionais sejam destinadas exclusivamente à MDE (Manutenção e desenvolvimento de ensino especificadas no art. 70 da LDB);
- ✓ Que seja estabelecido mecanismos de gestão que assegure equilíbrio entre relação número de aluno por professor (função docente) e funcionário, e o atendimento das matrículas conforme assegura o art. 10, inciso II da LDB /96;
- ✓ Que o estado busque potencializar a capacidade de arrecadação dos recursos próprios dos impostos estaduais e municipais bem como destinar seu gradual aumento para aplicar na educação, acima do mínimo exigido constitucionalmente.
- ✓ Que seja instituído o Sistema Único de Ensino e / ou regime de colaboração entre os entes federados Estado e Município estabelecendo o direito à educação gratuita e de qualidade social em todas as esferas administrativas, com garantia das devidas condições para o seu funcionamento;
- ✓ Apoio a construção do regime de colaboração entre os órgãos normativos dos sistemas de ensino, fortalecendo a cultura do relacionamento entre o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais e municipais de educação;
- ✓ Lutar para assegurar outras fontes de receitas à educação incluindo, na vinculação, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições);
- ✓ Lutar para que seja definido e/ou aperfeiçoado os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da sociedade, articulados entre os órgãos responsáveis (conselhos, Ministério Público, Tribunal de Contas), para que seja assegurado o cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- ✓ Exigir uma política Estadual de gestão educacional, com mecanismos e instrumentos que contribuam para a democratização da escola e do ensino e assegure a elaboração e a implementação de planos estadual e municipais de educação e articule a construção de projetos político-pedagógicos escolares, sintonizados com a realidade e as necessidades locais;
- ✓ Lutar pela autonomia (pedagógica, administrativa e financeira) das escolas, bem como o aprimoramento dos processos de gestão, para a melhoria de suas ações pedagógicas
- ✓ Assegurar que o Transporte Escolar da zona urbana e da educação superior sejam oferecidos, desde

que não saiam dos 25% dos recursos da Educação para que não hajam prejuízos às finalidades do apoio concedido pela União, conforme Art. 5º LEI Nº 12.816, de 5 de junho de 2013;

- ✓ Exigir do Estado, para a Merenda Escolar, uma contrapartida de no mínimo 50% do valor disponibilizado pelo FNDE;
- ✓ Cobrar formação através da SEDUC em parceria com o SINTEP-MT aos conselheiros da Merenda Escolar, FUNDEB e Transporte Escolar, para fortalecer a atuação dos mesmos.
- ✓ Exigir a instituição de instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, para toda a comunidade local e escolar assegurando o controle social a partir dos conselhos escolares e do Fundeb;
- ✓ Cobrar a capacitação de conselheiros escolares e a manutenção de rede de colaboradores públicos para apurar denúncias de desvios das verbas públicas;
- ✓ Lutar para que seja definido o financiamento, em regime de colaboração, para políticas e estratégias de solução dos problemas do transporte escolar, enfrentados, principalmente, pelos municípios, em relação ao gerenciamento e pagamento das despesas da educação com transparência na gestão dos recursos.

2.5 Valorização Profissional: peça fundamental para a qualidade da educação

A valorização profissional configura-se como peça fundamental para a qualidade da educação, pois, a mesma deve ser entendida para além da questão puramente salarial como: Formação inicial e continuada; condições de trabalho adequada; ambiente educativo apropriado para o bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem; piso salarial aplicado em um plano de carreira que assegure uma única jornada de trabalho com salário compatível para a dedicação exclusiva em uma única escola, entre outros elementos. Neste sentido, o Sintep/MT tem como um de seus objetivos estratégicos, intensificar e ampliar sua atuação para universalizar as condições de trabalho que superem as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes Estadual e Municipais, com carreira única para todos os profissionais da educação.

Essa tarefa não tem sido fácil, mas a luta dos/as trabalhadores/as foi capaz de produzir alterações importantes na legislação educacional, como piso, carreira, financiamento, formação, e reconhecimento dos/as funcionários/as como profissionais da educação. São vitórias importantes que exigem o esforço e a luta constantes para serem cum-

pridas pelos gestores, principalmente nas redes municipais. Do ponto de vista salarial, desde o Brasil império se cogitava a implantação de um piso salarial aos trabalhadores da educação. Somente em 2008 o Estado brasileiro aprovou um piso salarial como referência inicial de carreira aos profissionais do magistério, depois de muita batalha com prefeitos e governadores, chegando a questionar a constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal STF.

A aprovação da lei 11.738/2008, (Lei do Piso do Magistério) e com a Lei do FUNDEB (que assegura o financiamento para a valorização de todos os profissionais da educação), com a Lei 12.014/2009 que discrimina quais categorias de profissionais que devem ser valorizados com os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e com a Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006 que assegura piso e carreira a todos/as os/as Profissionais da Educação, vislumbra-se novas possibilidade de se avançar significativamente na valorização profissional. Outro elemento importante, é a recente aprovação da Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década, que entre outros elementos estruturantes para a educação de qualidade da educação está a valorização profissional

Cabe ressaltar que todas estas conquistas estão sob ameaça pela situação política atual, uma vez que ao olhar pelo período que as referidas leis foram aprovadas, o movimento sindical contava com um quantitativo expressivo de parlamentares compromissados com a educação. O Congresso atual, responsável pela regulamentação do PNE, conta com muitos parlamentares de uma linha mais conservadora cujas preocupações tem sido a redução da maioridade penal, o armamento da população, o estatuto da família, a terceirização das atividades fins e meios e a flexibilização das leis trabalhistas que, em nome dos interesses privados, retiram muitos direitos trabalhistas classificadas pelos mesmos como privilégios. Outro ponto que deve ser levado em consideração é o processo de instabilidade política onde a conta sempre é ajustada em cima do trabalhador via retirada de direitos.

Toda esta questão coloca-nos em estado de alerta máximo para não perdermos os direitos já conquistados e que no processo de regulamentação do novo PNE assegurar nossas conquistas e ampliar direitos. Em âmbito geral da Lei nº 13.005 do PNE traz as seguintes exigências das quais devemos participar ativamente para assegurar nossa valorização profissional:

- ✓ Aprovar ou adequar os planos estaduais, distrital e municipais de educação até 24 de junho de 2015, à luz das orientações do novo PNE e contemplando a ampla participação da comunidade educacional e da sociedade civil (art. 8º);
- ✓ Regularizar, no prazo de dois anos, a gestão de-

- mocrática nos sistemas estaduais, distrital e municipais de educação (art. 9º);
- ✓ Instituir, em lei específica, o Sistema Nacional de Educação até o final do segundo ano de vigência do PNE (art. 13);
 - ✓ Regulamentar o piso salarial nacional do art. 206, VIII da CF, em 2 anos;
 - ✓ Regulamentar o CAQ com complementação federal no prazo de 2 anos;
 - ✓ Regulamentar a Lei de Responsabilidade Educacional em 1 ano.

O novo PNE possui 20 metas, verifica-se que as possibilidades de valorização profissional se encontram nas metas 15 a 18. Dentre estes avanços estão o pleno reconhecimento dos funcionários em todas as políticas de valorização profissional – formação, remuneração e carreira. Quanto à formação profissional, o PNE conclama o Estado brasileiro a ofertar gratuitamente, dentro dos limites da LDB, a formação em nível superior a todos os integrantes do magistério, bem como a profissionalização dos funcionários em cursos de nível médio, superior e com acesso à formação continuada e à pós-graduação, tal qual previstas para os/as professores/as. Outra questão de grande relevância, é a previsão da consolidação da política nacional de formação de professores e de funcionários, unificada, respeitando-se as peculiaridades de cada processo formativo.

Quanto à questão salarial, o compromisso de, em seis anos, equiparar a remuneração média dos/as professores/as com a de outros profissionais com mesmo nível de escolaridade – tendo o piso nacional como a principal referência dessa política –, e, para os funcionários/as o PNE prevê a regulamentação em dois anos, do piso salarial profissional do art. 206, VIII da CF, o qual servirá de referência para os planos de carreira da categoria. Outra questão presente no PNE, é a exigência de se ter uma política que assegure profissionais de carreira via concurso público, exigindo que o número de profissionais efetivos sejam de no mínimo 90% do quadro de pessoal quando se trata de professores e 50% para os demais profissionais.

2.6 A Valorização e a Mobilização Nacional

A luta dos/as trabalhadores/as, aliadas à mobilização no Congresso Nacional junto aos parlamentares comprometidos com a educação, promoveram mudanças importantes no texto constitucional, dentre elas as alterações no artigo 206 que passa a reconhecer o direito ao piso salarial e carreira ao conjunto dos trabalhadores da educação, substituindo o termo Profissionais do Magistério por Profissionais da Educação:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I.....
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
-
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O debate sobre o piso para todos os profissionais trouxe à tona a necessidade de aprovarmos diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais escolares, como forma de encaminhar, definitivamente, as políticas de valorização da categoria, iniciadas com a aprovação da Lei nº 11.738 (piso nacional do magistério). Para concretizar a política de valorização do conjunto dos Profissionais da Educação, a partir dos marcos legais conquistados através da luta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da educação (CNTE) encaminhou, ao Governo Federal os projetos de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional que tratam sobre a nova lei do Piso Salarial e das Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira dos Profissionais da Educação.

É importante salientar que tais projetos de leis são fruto do Acúmulo histórico da CNTE e de seus Sindicatos filiados e suas bases estão ancoradas nas experiências exitosas de Mato Grosso a partir da proposição parlamentar do Ex-deputado e filiado do SINTEP/MT Prof. Carlos Augusto Abicalil (PL 1.592/03). Boa parte do que se deseja nacionalmente, do ponto de vista de carreira, está baseado nas conquistas da rede estadual e parte das redes municipais de Mato Grosso, que asseguram: jornada única de trabalho (máximo 40 horas semanais) com 50% de horas atividades; piso salarial para a jornada da carreira; horas atividades extensiva aos interinos/ inclusão dos/as funcionários/as no mesmo plano de carreira com garantia do piso salarial após a profissionalização; lei de gestão democrática do ensino; política para dobrar do poder de compras dos salários, licença para qualificação profissional, dentre outros benefícios.

2.7 Os Desafios da Valorização Profissional em MATO GROSSO

O Piso Salarial e carreira digna que garanta a valorização profissional é um direito constitucional assegurado a todo trabalhador/a da educação. Os mesmos são possíveis de ser garantido pelo Estado de Mato Grosso, e suas redes municipais bastando apenas que a educação seja tratada

como prioridade e use como investimento estratégico para o desenvolvimento da sociedade. As condições em nosso estado, são favoráveis para avançar na qualidade da educação. Somos um dos estados que mais cresce no país em contrapartida, as riquezas são mal distribuídas e o modelo de desenvolvimento majoritariamente centrado no agro-negócio que gozam de generosos recursos do estado via incentivos fiscais, tem trazidos sérios prejuízos para o desenvolvimento de políticas públicas.

A educação não foge à regra, tem sido prejudicada em Mato Grosso. Entra e sai governo e a “mão invisível do Estado” continua operando, contrário ao que estabelece o texto constitucional:

Art. 245 O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar.

II - ...

§ 1º O Poder Executivo repassará, direta e automaticamente, recursos de custeio às comunidades escolares públicas proporcional ao número de alunos, na forma da lei.

§ 3º Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir os trinta e cinco por cento destinados à educação.

É desrespeitoso o que os sucessivos governos têm feito, quando ignoram o texto constitucional, não aplicam os percentuais mínimos previstos em lei e não observam o que determina a lei sobre as situações de isenções e renúncias fiscais. O SINTEP, ao analisar as receitas do estado em 2013, detectou o prejuízo para a educação em mais de 1,1bilhão pela política de isenção praticada pelo Estado. O efeito direto dessa política está estampado nas péssimas condições de estrutura física de muitas escolas, na ausência de materiais pedagógicos adequados ao mundo contemporâneo, às múltiplas jornadas dos profissionais da educação, ao alto índice de contratados precariamente (mais de 60% do quadro de pessoal), sem direitos aos benefícios da carreira e à ausência de uma formação continuada para além do que se oferece nos atuais Cefapros.

2.8 O Piso Praticado em Mato Grosso e o Piso Reivindicado para 2016

Ao tratar a valorização profissional, a constituição de nosso Estado já havia avançado em 1998 quando a emenda constitucional nº 12/98, fruto de uma greve de mais de 40 dias, assegurou a valorização profissional ao conjunto dos/as trabalhadores/as da educação (professores/as e funcionários/as) mediante piso e carreira, coroando uma luta de quase duas décadas pela unificação das carreiras de fato e de direito.

Art. 237 O Estado e os municípios organizarão os seus sistemas de ensino... com base nos seguintes princípios...:

III - valorização dos Profissionais da Educação Pública Básica, garantindo, na forma da lei, plano de carreira com piso salarial profissional, jornada de trabalho única de 30 (trinta) horas, sendo 1/3(um terço) destinada a planejamento e estudos extraclasse na função docente, e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Estado e Municípios; (Redação dada ao inciso pela EC 12, de 1998.).

Dando continuidade à busca por valorização profissional, a luta dos trabalhadores na histórica greve de 67 dias em 2013, antecipa uma das metas do PNE (que assegura a equiparação média do salários do professor com o de outras carreiras) e celebra um acordo com o estado (Lei 510/13) para dobrar o poder de compras dos salários em 10 anos, estando o estado obrigado a assegurar a revisão geral anual (RGA) mas um percentual de ganho real assim estabelecido: ano de 2014, inflação mais 5%; 2015, inflação mais 6%; 2016, inflação mais 7% e nos anos de 2017 a 2023, inflação mais 7,69%.

Nossa constituição não deixa dúvida ao assegurar que a jornada de trabalho dos profissionais da educação, é única de 30 horas semanais é que para essa jornada, os (as) trabalhadores(as) devem ser valorizados mediante plano de carreira e piso salarial. Com a conquista da lei 510/13, o piso em Mato Grosso para maio de 2016 é, de R\$ 2.331,74, para a jornada da carreira (LC 50/98) e deve ser garantido como vencimento inicial a todos os Profissionais da Educação que possuam no mínimo o ensino médio e, no caso dos funcionários, Ensino Médio mais profissionalização específica (Pro funcionário).

2.9 O Piso Salarial Profissional Nacional e as Redes Municipais

Desde 1827 os/as trabalhadores/as da educação brasileira lutam pela implantação de um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). O Piso Salarial Profissional Nacional, junto a carreira formação e a jornada constitui um importante instrumento de valorização dos trabalhadores da educação e exerce forte influência sobre a qualidade do ensino. No entanto, apesar de ter se tornado Lei, a maioria dos gestores nos municípios e Estados brasileiros se negam a pagá-lo, como tem ocorrido na maioria das redes municipais em Mato Grosso.

Em 16 de julho de 2008 foi instituída pela Lei Federal nº 11.738, (após 181 anos) o PSPN é o valor abaixo do qual a nenhum ente federado (União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta)

horas semanais.

Além de garantir o piso salarial, fica o ente federado obrigado a destinar 1/3 da jornada de trabalho do professor/a, para a hora de trabalho pedagógica (horas atividades). O piso também deve ser corrigido anualmente, sempre no mês de janeiro, com base no crescimento do valor aluno ano no Fundeb do ano anterior e desde janeiro de 2016 seu valor é de R\$ 2.135,64. Contrariando a legislação, a maioria dos prefeitos tem promovido um verdadeiro arrocho salarial sobre os educadores, alegando toda espécie de desculpas para não garantir um direito que é constitucional, razão pela qual a greve deve ser caminho utilizado pela categoria que a lei seja cumprida.

Nas discussões sobre valorização salarial, na maioria dos casos, a tentativa é de achatamento da carreira, pagamento de piso proporcional e a não inclusão e/ou a retirada dos/as funcionários/as dos planos de carreiras. Quando os mantém, lhes é negado a equiparação salarial, num flagrante desrespeito à lei 12.014/09, que além da profissionalização, garantiu a este segmento de trabalhadores, também o título de Profissionais da Educação.

Para a verdadeira valorização reconhecida por meio do salário, reafirmamos que PISO, CARREIRA E JORNADA são indissociáveis e que para se garantir o mínimo de valorização salarial nas carreiras, as mesmas devem assegurar 50% a mais no vencimento do graduado em relação ao piso (ensino médio) e que as demais habilitações devem assegurar minimamente 20% de diferença entre elas. Com relação ao tempo de serviços há que se garantir pelo menos 50% a mais entre o salário inicial e o salário final de carreira em cada habilitação. Qualquer outra vantagem salarial que por ventura for discutida, há que se levar em consideração primeiro a garantia mínima do piso aplicado no plano de carreira a todos(as).

3. POLÍTICA EDUCACIONAL

3.1 Regime de Colaboração na Perspectiva no Sistema Nacional de Educação

A Constituição Estadual foi aprovada em 1989 e, desde então, o Sintep-MT tem criado espaços de debate cujo objetivo é avançar para a implantação do Sistema Único de Ensino. Tal debate já perdura por 27 anos sem avanço. Este sindicato foi protagonista no capítulo que tratou da educação por meio do dispositivo constitucional que determinou a integração progressiva das redes Estadual e municipais em um único sistema, conforme o Art. 244 da Constituição Estadual: “Os Sistemas Estadual e Municipais de Ensino passam a integrar o Sistema Único de Ensino. Parágrafo Único: Ao Estado caberá organizar e financiar o sistema de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos municípios para

a gradual integração em um Sistema Único de Ensino na Forma da Lei”.

Neste período, o Sintep-MT já exigia do Poder Público a criação de mecanismos para incorporar a população usuária da escola pública, como as mães, os pais, os/as estudantes para contribuírem com as tomadas de decisões sobre a política educacional no sentido de fazer o controle social, criar e preparar o espaço propício para a efetivação de fato da gestão democrática.

A persistência e luta diária deste sindicato conseguiu arrancar um acordo do então governador Dante de Oliveira após uma greve que culminou numa ação de 32 horas de ocupação da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Esse acordo foi denominado “Escola Pública: Compromisso por Mato Grosso”. Ainda em 1996, iniciamos os debates acerca da criação e implantação do Sistema Único de Ensino, a partir de uma agenda coletiva entre SINTEP-MT e Governo do Estado.

A própria Seduc coordenou a proposta do governo, denominada de Sistema Único Descentralizado de Educação Básica (SUDEB), que foi utilizada como referência aos debates. O Sintep propôs modificações estruturais ao documento do governo em relação a cada eixo, ao processo de criação e à forma de implantação do novo sistema. Tais modificações propostas, pretendiam a construção de um Sistema Único de Educação Pública Básica para Mato Grosso (SUEPB), além de romper principalmente com a proposta de descentralização elaborada pelo Governo, que pretendia repassar até mesmo o pagamento dos/as profissionais da educação para a responsabilidade de cada escola.

A proposta coordenada pela Seduc entendia que as escolas deveriam aderir ao sistema e, a partir dessa adesão, receberiam os recursos por meio das unidades executoras para “gerenciar” a oferta educacional como um todo, desde a necessidade de reforma, construção, contratação de profissionais para docência, alimentação, infraestrutura, enfim, todas as demandas da escola. Essas propostas foram amplamente debatidas nas Conferências Deliberativas convocadas pelo governo, nas quais as emendas que modificaram o documento e rejeitaram as propostas abusivas do governo, em sua maioria, vieram do SINTEP-MT, sendo aprovadas pelo voto dos conferencistas, superando a proposta inicial do Governo do Estado.

A proposta de Sistema Único de Ensino defendida pelo SINTEP-MT parte dos seguintes princípios: a) A educação como um direito de todo cidadão e toda cidadã, cujo objetivo é a formação integral do ser humano; b) É dever do Estado garantir educação pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade social; c) O Estado deve garantir igualdade de oportunidades e condições de acesso, permanência com qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica pública.

Qual foi a proposta de Sistema Único Defendida pelo SINTEP-MT e vencedora na conferência Estadual?

A proposta de Sistema Único de Ensino defendida pelo SINTEP-MT partiu do princípio de garantir a escola pública como espaço de direito indissociável do processo de democratização da sociedade matogrossense. O objetivo era democratizar o acesso aos debates das políticas públicas de educação, garantindo o controle social com qualidade técnica e política. Nesse sentido, a proposta se dividia em:

a) Financiamento – Os recursos constitucionalmente vinculados à educação seriam automaticamente repassados; 2- Seria criado um Fundo Único para o Sistema Único – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Pública Básica, dos 35% constitucionais no Estado e de no mínimo 25% dos municípios, ou o que dispuser a legislação municipal; 3 – Fixação do custo-aluno-qualidade, utilizando-se da seguinte metodologia: **Custo-aluno-realizado** – resultado da divisão constituída das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino pelo número de alunos diretamente beneficiados pelo sistema. Obtém-se pela análise dos balanços anuais (despesas) do Estado e dos Municípios e pelas estatísticas de matrículas na rede pública. **Custo-aluno-potencial-actual** - resultado da divisão das receitas vinculadas dos impostos, transferências, salário-educação e contribuição social pelo número de alunos/as matriculados/as, descontados os recursos destinados ao ensino superior no último exercício financeiro. **Custo-aluno-potencial-futuro** – é o resultado da divisão da previsão de receitas, embutindo um percentual de recuperação fiscal pelo número de matrículas previstas para o período em questão, definido nos Planos Municipais e no Plano Estadual de Educação pelos Fóruns de Política Educacional. **Custo-aluno-qualidade** – definidos os componentes necessários à qualidade do ensino (salário, jornada e carreira dos profissionais da educação, profissionalização e formação continuada, material didático, equipamentos, áreas e imóveis para diversas atividades, incorporação de novas tecnologias, mobiliários etc.) e os parâmetros de organização de ensino (número médio de alunos por classe, relação do número de alunos/as por funcionários/as, extensão e atribuições das equipes técnicas, horário de funcionamento das escolas, calendário, sistemas de apoio etc.) pesquisados nos preços médios anuais na proporção dos alunos previstos no sistema.

b) Gestão – Os recursos do Fundo Único constituirão a Fundação do Sistema Único de Ensino Público Básico, (instituição criada para abarcar e administrar simultaneamente recursos e patrimônios das atuais Redes Estadual e Municipais), e seriam administradas por um Conselho Gestor de composição paritária tripartite: 1/3 composto pelo Poder Público (Estado e prefeituras que aderissem); 1/3 composto pelos/as servidores/as (professores/as, funcionários/as da educação pública básica/ SINTEP-MT); 1/3 composto por

usuários/as (pais, mães e estudantes das escolas públicas integradas ao Sistema Único), todos/as eleitos por seus segmentos e nomeados pelo Secretário de Estado de Educação. Em cada município se cria um Conselho Municipal similar para acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Único; indicar as prioridades de atendimento para expansão do sistema, manutenção e ampliação das estruturas físicas e dos equipamentos, formação continuada e profissionalização, a partir dos Planos Escolares e que fiscalizará seu cumprimento através dos Conselhos Deliberativos.

c) Adesão – O Estado de Mato Grosso, o proponente do Sistema Único, deve integrá-lo com todos os recursos vinculados e com toda a sua atual rede. Os municípios adeririam ao sistema por opção; aqueles que o fizessem ingressavam com todos os seus recursos vinculados e com toda a sua respectiva rede.

d) A aplicação dos recursos – Os recursos destinados ao pagamento e contratação de pessoal das escolas públicas seriam geridos pela Fundação do Sistema Único, instituição pública organizadora dos sistemas e empregadora de todos/as os/as trabalhadores/as envolvidos nas atividades docentes; de alimentação, de infraestrutura, de secretaria, inovações tecnológicas e multimeio didáticos, segurança das escolas e do sistema. Os recursos para manutenção, expansão da rede, ampliação, compra de equipamentos e materiais de uso permanente iriam diretamente para as escolas de acordo com as prioridades de atendimento fixadas pelos Conselhos Municipais a partir dos planos escolares elaborados e administrados pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE).

Atualmente, com a aprovação da Lei nº 13.005/14, que trata do Plano Nacional de Educação – PNE - com vigência de 2014 a 2024, prevê-se o que determinou a Emenda nº 59/2009 quanto à constituição do Sistema Nacional de Educação: Art. 13 – “O poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação”. Considerando o que a lei determina, o prazo para o trâmite desta lei específica está se esgotando. A data seria 25 de junho de 2016.

Encontram-se divulgados como proposta de lei do Sistema o PL nº 413/2014, de autoria do Deputado Federal Ságua de Mato Grosso e a minuta do Fórum Nacional de Educação, que norteia a configuração do sistema no regime federativo brasileiro, em que cada um dos entes federados seria autônomo. Ainda tornou-se pública a proposta de Sistema Nacional de Educação da SASE/MEC – Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino – com o tema “Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país”. Contudo, mesmo com as decisões da CONAE – Confe-

rência Nacional de Educação – etapa nacional em novembro de 2014, o desenho do Sistema Nacional de Educação que se encontra bastante avançado na atual conjuntura sócio-política com o Congresso Nacional estagnado, dificilmente se cumprirá o prazo estabelecido pela Lei nº 13.005/2016.

O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, de 10 de janeiro de 2008, foi o primeiro a ser atualizado ainda na vigência do plano anterior. A Conferência de Avaliação do Plano Estadual em 2011, debateu e propôs em suas 17 metas “promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino” – Meta 1. A Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014, confirmou tal decisão, tendo como indicador o número de municípios que cumprem o art. 11 da LC nº 49/98.

A Meta 1 apontou também a seguinte estratégia: “Estabelecer, por intermédio de instrumentos legais, cooperação entre o Estado e a totalidade dos municípios, explicitando claramente os objetivos e as responsabilidades comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática, objetivando a implantação do Sistema Único de Ensino”.

Pode-se considerar como grande avanço na atualidade, a implantação de um Sistema de Educação entre União, Estados e Municípios, mediante ações, programas e experiências já executadas e em curso, como: o PAR – Programa de Ações Articuladas; a lei do FUNDEB; a aprovação do PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional, entre outros. E, hoje, ainda experimentando a implantação em estados e municípios de Planos de Educação referenciados a partir do PNE de 2014.

Considera-se uma conquista que em Mato Grosso nos antecipamos em lei na definição do Regime de Colaboração, entre os entes federados [Estado e municípios], na oferta da educação ao inscrever na LC nº 49/98 a proposta de Gestão Única, conforme apresentado inicialmente neste texto. De fato, do ordenamento jurídico nacional que trata do regime de colaboração, embora não regulamentado, pode-se considerar que aplicando a lei estadual de Mato Grosso já constituiria o regime de colaboração no “Sistema Único de Ensino” a partir dos artigos 11, 12 e 13 da LC nº 49/98 do Sistema Estadual de Educação. Ressalta-se aqui o artigo 12, que versa: “A gestão única se dará através de programas conjuntos e permanentes para:

I – cadastro, microplanejamento, transporte, chamada e matrícula da população escolar, visando alcançar a universalização do atendimento da Educação Básica;

II – formação continuada dos professores;

III – unificação de piso salarial, carreira, concursos de ingresso, remoção e progressão para os profissionais da Educação Básica através de lei complementar;

IV – implantação e aprofundamento da Gestão Democrática em todas as instâncias pedagógicas, políticas e administrativas;

V – avaliação permanente do rendimento escolar e da gestão democrática.

Parágrafo 1º: Os programas da gestão única indicados no caput deste artigo estarão contidos nos planos municipais de educação de cada município.

Então, o que nos falta? Para o sindicato a mobilização, a busca da valorização social da educação nas redes municipais e estadual de educação, com ações e enfrentamentos que [...] “implicam esforço de todas as instâncias governamentais e não governamentais que tenham condições de pensar, planejar, locar recursos, acompanhar, avaliar e dar os próximos passos a curto, médio e longo prazos. Não basta vontade. É preciso equalizar proposição, sonho, realidade, consecução, ação e recursos financeiros e materiais”. (Documento referência para o diálogo com o Fórum Estadual de Educação sobre a viabilização do Sistema Único de Ensino no Estado e nos Municípios de Mato Grosso, dez./2012).

3.2 Acesso, permanência e qualidade da educação básica

Ao debatermos a qualidade da educação básica pública, faz-se necessário abordar a questão do acesso e da permanência do/a estudante na escola para que haja de fato e de direito o sucesso escolar. Nesse sentido, o acesso do/a estudante à escola não se limita apenas na ação de realizar a matrícula, mas sim, nas intervenções e articulações que deverão ser efetivadas a partir desse acesso da criança na escola para que os mesmos permaneçam acessando uma educação de qualidade socialmente referenciada. É importante observar que este acesso à educação básica inicia a partir de 0 (zero) ano de vida.

A esse respeito, faz-se necessário comparar os dados apresentados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na 17ª Semana em Defesa e Promoção da Educação Pública, cuja fonte é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2013 de quantos acessam a educação básica e as metas a serem atingidas ao término da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) em relação as:

Creches: apenas 22% da população entre 0 e 3 anos de idade frequenta essa etapa de ensino (**meta do PNE:** matricular no mínimo 50% das crianças em idade apropriada – 0 a 3 anos);

Educação Infantil: 85% da população entre 4 e 5 anos de idade está na escola (**meta do PNE:** universalizar o acesso dessas crianças ainda em 2016);

Ensino fundamental: 97% da população entre 6 e 14 anos frequenta a escola, ainda que em séries/anos não correspondentes à idade (**meta do PNE:** universalizar as matrículas escolares dessa faixa etária em 2016 e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa

na idade recomendada, até 2024);

Ensino médio: a taxa líquida de matrícula é de 51%, ou seja, somente metade dos jovens entre 15 e 17 anos de idade frequenta ensino médio. Além disso, 20% dos jovens brasileiros não estudam nem trabalham (**meta do PNE:** atingir o percentual de 85% dos jovens cursando o ensino médio na idade apropriada);

Analfabetismo literal: 8,3% da população não sabe ler e escrever – cerca de 16 milhões de pessoas (**meta do PNE:** zerar o analfabetismo literal até 2024);

Elevação da escolaridade de jovens e adultos: cerca de 80 milhões de brasileiros com 25 anos ou mais de idade não concluíram o ensino médio. Além disso, 21,1% do analfabetismo se encontra na zona rural (contra 6,6% na zona urbana), na população negra (11,8% contra 5,3% de brancos) e entre os mais pobres (15% entre as pessoas do 1º quinto de renda per capita e 1,8% entre as do 5º quinto de renda per capita mais elevada). **Metas do PNE:** reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados.

Os dados apresentados acima são desafiadores, nestes dados fica evidente os limites que temos, em função da deficiência e/ou inexistência das creches, da pré-escola e do ensino fundamental que resulta no fracasso de um número significativo dos/as estudantes ao chegarem no ensino médio, que conseqüentemente gera o analfabetismo funcional. Diante de tais desafios, o Ministério da Educação (MEC) apresenta como proposta a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como a salvação para todos os males da educação, como se a inexistência de uma “base comum” (ignorando o que já temos) fosse a única causa da “má qualidade da educação”.

O ensino médio aponta um número alarmante de alunos que não frequentam a escola e não conseguem trabalhar, uma das causas, entre tantas outras, pode ser que seja a ausência de formação profissional e/ou que a formação adquirida no ensino médio não o preparou para o mundo do trabalho. Essa leitura nos leva a crer que realmente não houve acesso, porque não houve envolvimento, um olhar criterioso e atento do sistema para com o/a estudante, no sentido de garantir a ele/ela uma educação de qualidade socialmente referenciada.

A responsabilidade de garantir esse **acesso**, essa **permanência** e a **qualidade** da educação básica” perpassa o governo federal, estadual e municipais, ou seja, o sistema educacional como um todo, tendo em vista, que o ato de educar é uma ação coletiva e não individual. Entre os entes federados o regime de partilha (arrecadação e divisão dos

impostos que serão abordados no tema do financiamento da educação) não é feito de forma justa, este é outro fator que aprofunda o fosso da desigualdade educacional, entre estados e municípios país a fora, afetando a qualidade da educação básica.

A ausência de investimento na educação impõe limites para avançar na valorização dos/as profissionais da educação (professores/as e funcionários/as), para garantir a dedicação exclusiva dos/as profissionais em questão numa única escola com uma única jornada de trabalho, com no mínimo 1/3 da jornada para hora atividade, realização de concurso público a cada dois anos conforme prevê a Constituição Federal (C.F.), ausência de investimentos na saúde do trabalhador e nas condições de trabalho. Este é um ponto fundamental para o debate acerca da qualidade, visto que a categoria tem sido acometida de doenças psíquicas em função da frustração com o próprio trabalho, de assistir o insucesso dos/as estudante e não conseguir reverter esse quadro alarmante.

O governo do estado de Mato Grosso, insiste nas avaliações estandardizadas e padronizadas, com consultorias, acaba por culpabilizar os/as profissionais da educação e os/as próprios estudantes pelo fracasso escolar. Ao invés de buscar culpados, porque não investe tais recursos nas condições de trabalho, na estrutura física adequada, nos laboratórios que correspondam a necessidade da pesquisa com tecnologia de ponta e na formação e valorização profissional de todos/as os/as trabalhadores/as da educação? Por que este governo “legalista” não realiza a conferência de Ciclo, ouve a avaliação da sociedade civil, dos/as profissionais da educação, dos/as estudantes, das mães e dos pais dos/as educandos/as, cumprindo o que manda a Resolução 262/02 do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Somos o estado que mais arrecada, mesmo em período de crise econômica, no entanto, não apresentamos índices educacionais satisfatórios, principalmente em relação ao ensino médio. Temos inúmeras creches espalhadas pelo estado a fora, construídas pelo governo federal, mas estão fechadas por falta de mobiliários por que não houve por parte do ente federado município, planejamento orçamentário para colocar a instituição em funcionamento e atender as crianças de 0 a 3 anos, filhos/filhas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, nós, militantes, profissionais da educação básica pública entendemos que educação de qualidade socialmente referenciada constitui-se, na garantia de gestão democrática, condições de trabalho e valorização para os/as profissionais da educação (professor/a e funcionário/a), de estrutura física adequada, de educação integral e escola de tempo integral, no qual o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola garanta um currículo inclusivo e/ou humano que desenvolva as potencialidades do/a educan-

do/a sem ignorar a individualidade de cada um/a, ou seja, que vislumbre uma educação plena com condições reais para uma aprendizagem significativa ao/à educando/a com vistas na formação humana para o mundo do trabalho.

3.3 Organização Curricular

Considerando que o currículo é marcado pela visão de mundo de uma determinada sociedade, e que a prática reflete essa visão, o Sintep-MT, por meio de vigília constante defende que a escola deve ser significativa para o/a estudante, a partir de um currículo que seja mais que conhecimento, que represente emancipação social e dignidade humana. No entanto, vivemos um período de disputa de projeto de sociedade, na qual o currículo tende a refletir uma visão elitista, desconsiderando toda e qualquer diversidade, como se vivêssemos em uma sociedade de “iguais”.

Nessa disputa de projeto de sociedade, entra em cena o debate da nova Base Nacional Curricular Comum, como se não tivéssemos nenhuma base comum em nossos currículos, ou como se a nova proposta de “base comum” fosse salvar a educação básica pública de todos os males. A defesa de que os currículos necessitam de uma base nacional comum não é recente no Brasil. Esse debate data desde a década de 1980, alguns estudiosos afirmam que antes dessa década já se falava em base comum em nível nacional.

É verdadeiro que Ministério da Educação (MEC) está respondendo a voz da sociedade quanto à construção deste documento, tendo em vista que a Constituição Federal (CF) aponta a necessidade de uma “base comum”, conforme versa o “Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Neste mesmo sentido segue a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no “Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”. § 1º os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Entretanto, a proposta que aí está não nos representa, não imprime as vozes da sociedade e sua diversidade como um todo.

A partir desses artigos da CF e da LDB foram realizadas diversas conferências, fóruns, convenções para discutir os rumos da educação brasileira, que resultou na primeira Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada 28 de março a 01 de abril de 2010, e a 2ª CONAE, realizada entre os dias 19 e 23 de novembro de 2014. Ambas as CONAES,-

contou com especialistas para debater os temas, ao final produziu um documento sobre as propostas e reflexões para a educação brasileira que tornou-se referencial para o processo de mobilização para a **Base Nacional Comum Curricular -BNCC**. É importante observar que na 1ª CONAE, esteve presente um público de mais de quatro mil delegados, com participação de toda diversidade social, o debate obedeceu a todas as etapas e suas representações com amplo público para o debate. Diferente da 2ª CONAE que foi realizada com público mais reduzido, comparada ao público da 1ª CONAE com presença das forças conservadoras muito bem articuladas, pois, já possuíam foco de onde pretendiam chegar para atingir seus objetivos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) também aponta a necessidade de uma “base comum nacional”. As metas 2.2 e 3.2 afirmam que “O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao conselho nacional de educação - CNE, até o 2o (segundo) ano de vigência desse PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as alunos/as de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum.”

A “base comum” no PNE aparece com uma linguagem gerencial, muito utilizado pelas Parcerias Público Privado (PPP) diferente do que é debatido pelos movimentos sociais e sindicatos da educação. Apesar do PNE, na meta 7.1 apontar que a “base comum” deve “Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos (...)respeitada a diversidade regional, estadual e local”, o documento da BNCC propõem o engessamento do currículo com a divisão de 60% da Base Nacional Comum e 40% para a parte Diversificada.

Precisamos fazer alguns questionamentos como: Quem disse que a criança não pode ser alfabetizada a partir da realidade do seu estado, da sua comunidade? Porque temos que receber um currículo fechado e definido que desrespeita a singularidade de cada estado e região de um país tão extenso e diverso como é o Brasil? Mas, a grande pergunta é: Quem ou qual é o grupo que está por traz deste documento? Quem ou qual é o grupo de pessoas que será beneficiado com a implantação desta BNCC? Com certeza não é a classe trabalhadora! Entendemos que este documento prima pela preparação da mão de obra para o mercado de trabalho, na qual, limita os/as jovens a execução de tarefas sem questionar seus direitos e sua própria dignidade, desrespeita a autonomia pedagógica da escola por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do profissional docente em sala de aula.

É neste contexto desfavorável que lutamos e defen-

demos um modelo de escola unitária, na qual o ser humano é concebido como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da sua própria história e da sociedade em que vive. Para isso, é necessária uma escola que tenha como proposta pedagógica a formação plena do indivíduo, na qual desenvolva valores e potencialidades inerentes à cidadania. Uma escola, que construa coletivamente com a comunidade escolar (pais, mães, estudantes e profissionais da educação) uma proposta de currículo a partir da sua realidade que desperte a crítica contra toda e qualquer forma de discriminação, opressão de gênero, de etnia, de geração, religiosa e de orientação sexual. Bem diferente do que temos vivenciado com os Planos de Educação.

Desta feita, é possível construir um projeto de educação com foco no seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento do País, de forma que este possa ser sustentável com ampla participação social, porém, com papel do Estado como condutor das políticas públicas bem definido, articulado às três esferas de poder. É preciso recriar a escola pública, baseando-se em um currículo multicultural, rompendo com os pilares que sustentam a exclusão, materializado em um currículo que não corresponde à realidade da escola pública, impossível educar para a autonomia, criatividade, autoconfiança, numa escola autoritária que se sustenta por modelos engessados de reprodução do “conhecimento”.

Temos que ter consciência do nosso papel como profissionais da educação na sociedade, lutar por um currículo inclusivo que contribua com a soberania social e consequentemente a soberania do país, visto que a escola é uma das possibilidades de projeção social. Assim, nos impõem a imediata leitura e interpretação da realidade social com ações táticas e estratégicas para avançarmos em um contexto extremamente desfavorável, no entanto fértil. É a partir destas contradições dialéticas que somos capazes de refletir e compreender os fatos contidos na teia social, na qual está inserida a escola que possui o compromisso social como instituição responsável pela instrução formal.

Esse movimento contraditório e dialético no cenário nacional, reflete fortemente no cenário estadual, nos coloca desafios velhos com roupagem nova, e exige de cada um/uma de nós, postura de militantes comprometidos/as com um projeto de sociedade soberana tão desejado pela classe trabalhadora que está fortemente ameaçada antes mesmo de ser efetivada pelo projeto neoliberal que chega até as escolas por meio das Parcerias Público Privado por diferentes modalidades.

Vivenciamos nos anos de 1990, as ameaças da privatização da educação pública de forma violenta, mas nesse estado o SINTEP/MT, sindicato combativo que nunca fugiu da LUTA, sempre esteve pronto para o enfrentamento, assim, por meio da sua organização com os/as profissionais

da educação impediu o avanço das forças neoliberais na educação. No entanto, o período da implantação da proposta curricular de Ciclo de Formação Humana foi atravessado pelas Parcerias Público Privado, por meio dos programas Acelera Brasil, Airton Senna, Circuito Campeão, entre outros que custaram milhões sem resultados positivos.

Ao invés dos governos Blairo Maggi e Silval Barbosa investirem na proposta de Ciclo de Formação Humana, respeitar as exigências da Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 262/2002, fortalecendo assim a proposta curricular já implantada, adequando a estrutura física das escolas com os laboratórios de aprendizagem, conforme observa a Resolução, preferiram apostar nas parcerias público privadas sem sucesso.

O governo Taques segue na mesma direção; se nega a investir na valorização dos/as profissionais da educação, na estrutura física das escolas, nas condições de trabalho para apostar no mesmo modelo neoliberal para a educação básica pública de Mato Grosso, entregando a administração de 76 escolas para Parceria Público Privado com modelo gerencial. Ainda afirma que não haverá interferência no pedagógico da escola, subestimam a inteligência dos/as profissionais da educação, visto que não precisamos ser especialistas em gestão escolar para entender que é a gestão administrativa que determina as questões pedagógicas na escola.

O atual governo sai pelo estado questionando porque não atingimos índices satisfatórios no ensino fundamental e porque temos a pior nota no Ensino Médio? Essa fala ressoa na responsabilização dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação pelo “fracasso escolar”, porque o que vale são os resultados das avaliações standardizadas, Enem, Ideb, Prova Brasil e a última avaliação realizada pela recente consultoria da Seduc, a custo de mais de 7 milhões e que foi considerado pelas/os profissionais da educação um verdadeiro fiasco. Tais avaliações são realizadas sem qualquer avaliação do sistema como um todo, entendemos que o questionamento de um governo comprometido com a educação pública deveria ser: O que é necessário para os/as estudantes e os/as profissionais da educação como subsídio para termos a tão sonhada educação de qualidade social?

A resposta a este questionamento segue como um coro pelas ruas da capital durante nossos atos, assembleias, caminhadas, em forma de carta aberta à sociedade e em forma de documento oficial protocolado ao governo do estado, Assembleia Legislativa e Secretária de Educação, afirmando que o ESTADO DEVE:

- ✓ Garantir imediatamente por meio de concurso público o quadro de profissionais efetivos nas escolas;
- ✓ Garantir um currículo inclusivo, humano e romper com a lógica da formação mercadológica;
- ✓ Garantir nas escolas que adotaram a concepção

- curricular por ciclo de formação humana que o processo de atribuição de classe e/ou aula respeite o tempo e a duração do ciclo;
- ✓ Garantir a dedicação exclusiva do profissional em uma única escola, única rede de ensino com jornada única de trabalho;
 - ✓ Garantir no mínimo 1/3 da jornada para hora atividade e para planejamento coletivo;
 - ✓ Garantir a valorização dos/as profissionais da educação com “ piso salarial profissional nacional para o conjunto dos/as profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal”, conforme versa o VII do artigo nº 206 da CF;
 - ✓ Garantir redução de número de alunos por professor conforme Resolução 262/2002 do CEE/MT;
 - ✓ Garantir estrutura escolar para atender o/a estudante no seu turno e contra turno;
 - ✓ Garantir equipamentos pedagógicos atualizados para as escolas;
 - ✓ Garantir formação continuada em serviço para o conjunto dos/as profissionais da educação com vistas na atuação transdisciplinar do fazer pedagógico e formação plena do/a estudante;
 - ✓ Garantir o ano sabático – que significa o retorno do/a profissional à universidade no máximo a cada 7 anos de trabalho para atualização dos conhecimentos científicos e tecnológicos em um programa de formação assegurado no plano de carreira;
 - ✓ Garantir condições de trabalho para os/as profissionais da educação prevenindo doenças;
 - ✓ Garantir inclusão escolar dos/as estudantes deficiência com arquitetura adequada, equipamentos e recursos necessários;
 - ✓ Garantir laboratórios de informática voltado para aprendizagem conforme proposta curricular;
 - ✓ Garantir instalação de laboratórios de ciências como prioridade, tendo em vista que o Brasil possui deficiência na área de ciências da natureza;
 - ✓ Garantir bibliotecas e profissionais efetivos com formação em multimeio didático para atuar em todos os turnos de funcionamento da escola/biblioteca;
 - ✓ Garantir e fortalecer a proposta de ciclo de formação humana conforme determina a Resolução nº 262/2002;
 - ✓ Garantir educação integral e educação de tempo integral;
 - ✓ Garantir participação efetiva da família na escola;
 - ✓ Garantir a valorização das áreas do conhecimento na sua totalidade e não apenas português e matemática;

O SINTEP/MT, compreende que devemos reafirmar

uma concepção curricular humana em respeito aos ritmos e tempos do/a estudante, assegurando as condições de aprendizagem, tendo em vista que nem todos, aprendem “tudo e ao mesmo tempo”. Nesse sentido, toda discussão curricular deve perpassar o que estabelece o artigo nº 206 da CF e o artigo 3º da LDB que entre outros princípios, assegura que o ensino deve ser ministrado a partir da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, bem como, “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ainda acerca da autonomia da escola, o Art. nº12 da LDB que assegura “aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão várias incumbências, dentre elas a de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, assim, exigimos que a autonomia da escola seja respeitada.

3.4 Formação dos Profissionais da Educação, elemento estruturante da carreira

A formação se constitui em elemento fundamental da carreira, juntamente com o piso salarial e jornada de trabalho, está intimamente ligada à valorização profissional, nesse sentido, não é possível discutir valorização profissional sem abordar a formação. Formação esta que ainda se configura em um desafio, conforme apontou a Confederação Nacional dos Profissionais da Educação (CNTE) em 2008 na Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que um dos grandes problemas da educação brasileira, consistia na ausência de políticas consistentes voltada à formação dos/as profissionais da educação. A CNTE também apontou que ainda temos um número considerável de profissionais espalhados pelo país sem a formação inicial, ou com formação fora da área de atuação, isso significa que a demanda para a formação se constitui em primeira e segunda licenciatura.

Essa política insipiente de formação, traz prejuízos irreparáveis à educação pública, a insuficiência de universidades públicas e propriamente de vagas nos cursos de licenciatura afeta significativamente a qualidade na educação. O processo de formação inicial segue em uma lógica inversa de responsabilidade, o estado responsabiliza o/a profissional pela sua formação se desresponsabilizando pela oferta nas universidades públicas. Isto faz com que o/a profissional busque a formação nas universidades privadas com qualidade duvidosa.

Para suprir essa demanda de formação do/a trabalhador/a docente, após muitos movimentos da CNTE, além de diálogos com o Ministério da Educação (MEC), o Estado brasileiro decide assumir a formação por meio de programas pontuais. Ao assumir a Política Nacional de Formação por meio do Decreto nº 6.755/09, a partir da reestruturação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passo importante este, a Capes passa a

coordenar a formação inicial e continuada dos/as professores/as da educação básica.

É nesse cenário que se constitui o *Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente nos estados da federação*, cujo objetivo é fomentar e acompanhar a formação por estado, mas em todo território brasileiro. Como estratégia para a formação a Universidade Aberta do Brasil (UAB) criada em 2006, desponta como principal instrumento de viabilizar a formação dos/as trabalhadores/as docente em território nacional. Por meio das UABs, foram e ainda são disponibilizadas vagas para a primeira licenciatura para professores/as que não possuem formação e segunda licenciatura para professores/as que atuam fora da área.

Bem, resolvida a questão da formação inicial dos/as professores/as, mesmo que de forma parcial, porque ainda temos muito para avançar no que tange a formação continuada, é preciso pensar a formação do outro segmento da carreira, os/as funcionários da educação que estão presentes no espaço da escola e que contribuem com a educação pública gratuita de qualidade social.

É importante observar que registros históricos apontam que a formação de professor foi pensada desde 1880, mesmo de forma bem precária, insuficiente, mas havia uma discussão mínima de tal formação. Em relação aos funcionários/as da educação esse debate surge na década de 1980 em Mato Grosso, se efetiva de fato na década de 1990 com o projeto Arara Azul que é o cerne do Profuncionário que assume dimensão nacional apenas em 2005. Para mobilizar esta formação foi aprovado o Decreto nº 7.415/2010 que estabelece a Coordenação Estadual do Profuncionário, apesar da luta ser de que a formação se torne uma política de estado ofertada nas escolas públicas de forma regular e no próprio Instituto Federal, deixando assim de ser uma política paliativa, emergencial apenas.

Como podemos perceber o processo da formação além de morosa existe uma grande discrepância entre docentes e não docentes, por questões sociais e culturais, bastante debatidas nos encontros desse segmento e relatadas nos materiais do professor João Monlevade. Assim, entendemos que avançamos de forma significativa, em curto espaço de tempo com a formação desse segmento da carreira, tal avanço não se deu por acaso do destino, mas graças a um governo progressista que tivemos durante dozes anos à frente deste país, consequentemente avançamos em muitas políticas sociais, conforme citado na conjuntura nacional.

Apesar das conquistas, ainda é preciso avançar com a formação continuada desse segmento, só após muitos debates e reivindicações, diálogos com o MEC, manifestações e muitas campanhas em defesa da formação para os/as funcionários/as conseguimos a aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada dos/as Funcionários/as

da educação que foi aprovada por unanimidade no CNE por meio do Parecer nº 246/2016 e homologada no MEC no dia 11/05/2016. Essa VITÓRIA deve ser comemorada por todos/as os/as Funcionários/as da educação deste país, é fruto de luta do SINTEP/MT que é pioneiro na formação de Funcionários/as da educação, da CNTE que nunca mediu esforços para fazer o enfrentamento necessário para promover a unidade entre os/as profissionais da educação, acerca da formação e valorização profissional.

Outro avanço importante e recente, considerando as metas 15 e 16 do PNE e o Art. nº 61 da LDB é a aprovação do Decreto nº 8.752 no dia 13 de maio deste ano, que “Dispõe sobre a Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica”, o que significa dizer que agora temos um único decreto para tratar da formação dos/as profissionais da educação conforme definido nos I, II e III do Art. nº 61 da LDB.

O desafio que temos em relação a formação desse segmento é gigantesca, na rede estadual 90% dos/as trabalhadores/as efetivos/as já são profissionalizados/as, mas as redes municipais a realidade é lamentável com trabalhadores sem a profissionalização e a valorização, além da realidade das creches, nas quais os Técnicos em Desenvolvimento Infantil (TDI), ou assistentes, ou babás, ou cuidadores/as (cada município define um nome) não possuem nenhuma formação e não são valorizados de forma digna para atuar com as crianças de 0 a 4 anos de idade. Esses/as trabalhadores/as estão em uma condição bem pior, tendo em vista que ainda não temos nenhuma profissionalização formatada para ofertar. Ano passado após longos debates acerca da formação desses trabalhadores/as conseguimos dialogar com o MEC sobre a necessidade de ampliarmos a área 21 com a formação do TDI e a formação específica para o transporte de escolar.

3.5 Democratização da Gestão

Esse Sindicato tem sido incisivo no debate, na luta em defesa da democracia e do processo de democratização da gestão das escolas públicas, sempre proporcionando espaços para debate e buscando ampliar a participação social da comunidade. Tendo em vista que sem a democracia não existe garantia de direitos, foi a partir desta premissa que esse sindicato lutou de forma intensa nos anos de 1980 em defesa da democracia.

Nesse cenário de disputa de projeto de sociedade, de educação que tivemos a experiência pioneira de Gestão Democrática em uma escola da rede estadual nos anos de 1987, apesar de ter sido interrompida pela Medida Cautelar Incidental nº 518-0/1991 e retomada por força da organização dos/as trabalhadores/as da educação pelo Decreto-lei nº 740/1995 que a partir da aprovação do artigo nº14 da Lei Federal nº 9.394/1996 fortaleceu a luta e aprovamos no estado de Mato Grosso a Lei nº 7.040/1998, Lei de Gestão

Democrática.

Para avançar nesse processo de democratização da gestão pública e da gestão escolar, o SINTEP/MT adotou estratégias para conquistar formas democráticas de descentralização do poder público desde os anos de 1980, para esse avanço contou com a sociedade civil organizada, movimento estudantil e intelectuais progressistas. A partir dessa mobilização popular conseguimos conquistar alguns espaços juridicamente assegurados pela Constituição Federal (CF) de 1988, pela Constituição Estadual aprovada em 1989, como participação no sentido de contribuir com a formulação, deliberação e fiscalização dos programas e projetos das políticas públicas.

Na década de 1990, em função do cenário político foi possível realizar por meio da ação sindical as Conferências e Fóruns de discussões como forma de garantir o debate institucional entre governo e sociedade. Foi nesse período que conseguimos estabelecer o grande debate sobre Sistema Único de Ensino e a conferência de Gestão Democrática, debates fundamentais para fortalecer a organização dos/as profissionais da educação, juntamente com a participação estudantil que resultaram em resoluções que contribuíram para aprovação da Lei nº 50/1998 que garantiu carreira unificada aos profissionais da educação e a Lei nº 7.040/1998 que garantiu Gestão Democrática na rede estadual de ensino. Tais avanços foram possíveis pela unidade da categoria, o SINTEP/MT fazia o chamamento para o debate, e este ecoava entre os/as profissionais da educação no que tange a participação e convicção de que os avanços são possíveis apenas pela organização da classe trabalhadora.

Nossa militância foi capaz de contribuir com a construção de muitos mecanismos de gestão democrática nesse estado, dentre eles podem ser destacados: os Fóruns Municipais e Estadual de Educação, os Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, a atual formatação do Conselho Estadual de Educação, os Conselhos Municipais de Educação. Esses Conselhos possuem representação democrática do SINTEP/MT e contribuem para a implantação de alguns instrumentos democratizantes da gestão educacional, como exemplo podemos citar os Planos Estadual e Municipais de Educação, a Conferência Estadual de Ciclo (CONEC), a Conferência de Gestão Democrática (CONGED), a Conferência Nacional de Educação (CONAE), a Conferência de Avaliação do Plano Estadual de Educação (CONAPEE). Conferências estas, que o atual governo se nega a realizar, sob o argumento que não há recursos, esses argumentos são utilizados para a sociedade e para a categoria, cujo intuito é justificar ações e/ou decisões unilaterais, sem diálogo com a categoria ou mesmo na tentativa de desmobilizar o conjunto dos/as profissionais da educação.

Como forma de garantia e democratização do **acesso, da permanência com qualidade na educação pública,**

o SINTEP/MT nas instâncias de debate sempre defendeu a ampliação e descentralização dos recursos públicos para a educação, conforme versa o Art. nº 212 da CF que segue afirmando que a União nunca deverá investir menos que 18% e os estados e municípios nunca menos que 25%. Além da Constituição Estadual de Mato Grosso garantir textualmente 35% para a educação mato-grossense, outra defesa é que a Seduc e Secretarias Municipais de Educação devem ter o controle orçamentário da sua pasta, nesse sentido, este sindicato possui a visão que não existe gasto com a educação pública, mas sim “investimento em educação pública”.

Apesar das contradições, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criado pela Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424/1996 teve seu papel importante, foi por meio desta, que conseguimos avançar no atendimento da oferta educacional. Na sequência, conseguimos aprovar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 que ampliou a subvinculação dos recursos constitucionais, estendendo o financiamento para o atendimento da Educação Infantil e do Ensino Médio, democratizando de fato o atendimento da educação básica, entretanto, ainda faz-se necessário criarmos estratégias para democratizar o acesso e a permanência com qualidade para os/as estudantes do Ensino Médio.

O controle social do FUNDEB é feito por meio de Conselho de forma colegiada, assim como é feito acompanhamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e do Controle do Programa Dinheiro Direto na Escola. No entanto, o sindicato destaca que o bom funcionamento desses Conselhos garante a gestão transparente dos recursos públicos, porém, isso depende da capacidade técnica e política de cada conselheiro/a.

O SINTEP/MT avalia por meio dos seus espaços de debate como: Conselho de Representantes, Seminários Temático, Encontro Estadual de Educação e nos Congressos realizados pela entidade que os processos democráticos introduzidos na gestão pública são frustrantes, no sentido de que a atuação dos/as Profissionais da Educação e/ou da comunidade nesses conselhos encontra muita resistência por parte das instituições de poder, seja na elaboração, no controle, ou mesmo na fiscalização das políticas sociais. Tal fiscalização e acompanhamento exige do/a cidadão/ã um ônus que nem sempre este está disposto a pagar.

Em relação às escolas, os mecanismos democráticos

são estritamente limitados ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), é facilmente perceptível que o processo de gestão democrática no interior das escolas está reduzido, na maioria das vezes à escolha do diretor e à gestão financeira dos recursos, sem muito debate e questionamentos, com raras exceções. O Projeto Político Pedagógico (PPP) que deveria ser a espinha dorsal das escolas, tornou apenas um instrumento burocrático nas gavetas, com leitura insipiente, desacompanhado de debates e avaliações, ou quando são realizadas, são para cumprir alguma deliberação emanada do órgão central, a Seduc. Assim, não há exercício e prática da gestão democrática na escola. Como vamos preparar nossos/as estudantes para o raciocínio lógico, pensamento crítico, cidadão/ã ativo, atuante na sociedade, se nós não conseguimos atuar democraticamente com nossos pares, além de não conseguirmos defender nossa democracia?

Compreendemos que a escola pública deve ter autonomia, para que a comunidade escolar tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o seu Projeto Político Pedagógico. Nesse documento está contido o projeto de educação e de escola que atenda os interesses da comunidade, na qual ela está inserida de forma humana e respeitosa. Não podemos nos esquecer, o que estamos vivendo na atual conjuntura política e econômica brasileira, na qual o processo de democratização desse país, ao longo da história contou com forças opositoras neoliberais que agem no sentido de sucumbir com os princípios democráticos e apostar em um projeto restrito de gestão financeira e administrativa a partir da lógica do estado mínimo, negando e atacando a educação pública, laica, gratuita de qualidade social. A partir dessa premissa, nós profissionais da educação, temos um compromisso social a ser assumido!

3.6 Funcionário da Educação: Fundamentar a reflexão e o debate para fortalecer a busca pela formação e valorização profissional em um contexto de lutas e desafios

“Profissionalizar para Avançar”

O SINTEP-MT tem se destacado no contexto nacional pela sua vanguarda e pioneirismo em várias conquistas educacionais, uma delas é a formação e a valorização dos/as trabalhadores/as em educação. Estes avanços foram possíveis por meio da unificação sindical, que no ano de 2017 completa 30 anos de luta unificada em busca de ofertar educação de qualidade e melhores condições de trabalho para os/as trabalhadores/as que atuam no espaço das escolas públicas de educação básica.

Nesse mesmo viés de conquista e garantia de direitos é preciso lembrarmos que em outubro deste ano completaremos 18 anos de carreira unificada na rede estadual que

garantiu a equiparação salarial entre professor/a e funcionário/a, desde que devidamente profissionalizados/as pelo projeto Arara Azul e/ou Profucionário, conforme versa a LC nº 50/1998. Avanço este que nenhum outro estado da federação conseguiu garantir, mesmo com a aprovação da lei nº12.014/2009, portanto, nossos avanços mesmo que parciais, refletem em nível nacional.

Estamos vivendo um período importante da história da formação e da valorização dos/as funcionários/as da educação em nível nacional, contudo temos a responsabilidade de lutar para garantirmos os direitos já conquistados **com a criação do Departamento de Funcionários/as (DEFE); com a criação e implantação do Projeto Arara Azul (Gênese do Profucionário); com a carreira única dos profissionais em educação em Mato Grosso; com a criação da Resolução 05/2005 que criou a Área 21 que deu origem ao Profucionário; com o Parecer nº16 que definiu as competências técnicas dos/as funcionários/as da área 21; com a Emenda Constitucional nº 53/2006 que alterou o art. 206 da C.F. garantindo planos de carreira e piso salarial profissional para os/as profissionais da educação; com a aprovação da lei nº12.014/2009 que definiu quem são os/as profissionais da educação básica pública; Decreto nº 7.415/2010 que instituiu a política nacional de formação dos profissionais da educação e lei nº 12.796/2013 que fortalece a necessidade da formação, reafirma qual deve ser a formação, aponta todas as Instituições de Educação Superior (IES) como lócus de oferta, preferencialmente as IES públicas.** Além de lutarmos para ampliarmos nossos direitos!

Ainda acerca da garantia de direitos, é importante observar os avanços em relação a formação e a valorização do profissional em tela por força do Plano Nacional de Educação (PNE) conforme meta nº18 do PNE. Este ano encerra o prazo para a regulamentação dos incisos V e VIII do artigo nº 206 da Constituição Federal (PF) que garante “piso salarial profissional nacional aos profissionais da educação e planos de carreira”. Com a seguinte redação:

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os/as profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos/as profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (CNTE; 2015, p. 07).

É a partir desta demanda que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) chamou uma plenária intercongressual no ano de 2015 para construção de duas minutas de projeto de lei, um propondo piso salarial profissional e outro propondo carreira unificada para os/as profissionais da educação básica pública.

Observem o quanto avançamos na rede estadual de educação de Mato Grosso com a formação e a valorização profissional, estamos a 30 anos à frente de alguns estados no que tange a unificação sindical e 18 anos de carreira unificada com garantia de piso salarial profissional para todos/as os profissionais da educação.

No segundo parágrafo, utilizamos a expressão “avanços parciais” por não termos garantida na rede pública de ensino a profissionalização de nível médio, o Profuncionário nos Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), Escola de Educação de Jovens e Adultos (EJAS), Escolas de Ensino Médio Profissionalizante (EMP) e Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Além de não está garantida a valorização da formação continuada para o profissional de Apoio Administrativo Educacional (AAE) no plano de carreira da rede estadual.

Alguns estados da federação e municípios, valorizam os/as profissionais que possuem a formação na educação superior, no entanto, seus vencimentos não chegam ao valor do piso salarial profissional. Diferente da rede estadual de Mato Grosso que o profissional recebe piso salarial profissional com a formação específica juntamente com a formação em nível médio.

Para as redes municipais os desafios iniciam pela construção e fortalecimento dos planos de carreira, inclusão e garantia dos/as funcionários/as nestes planos de carreira, garantia da formação e valorização profissional, em função da política de negação adotada pelos gestores municipais. O desafio para os/as funcionários/as no cargo de AAE da rede estadual, está na garantia dos direitos já adquiridos e a busca pela valorização da formação continuada.

A formação na educação superior merece uma reflexão fecunda com muita tranquilidade, de forma fraterna e respeitosa, tendo em vista a complexidade da atuação dos/as funcionários/as da educação. Entendemos que tal formação deve ser pensada, construída a partir do fazer, da atuação de cada profissional, ou seja, a partir dos processos de trabalho de cada um e cada uma, foi nesse viés que o SINTEP-MT provocou a CNTE, neste mesmo viés que a CNTE provocou o Conselho Nacional de Educação (CNE) para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores para funcionários/as da educação, com previsão para término no mês de abril e consulta pública e finalização no mês de junho. Conforme metas 15 e 16 do PNE.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no Prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II, III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação

básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos/as os /as profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (CNTE; 2015, p. 08).

Nesse sentido, a formação na educação superior destes/as trabalhadores/as em questão deve estar pautada no viés da formação integral do ser humano, na qual o/a profissional possa se desenvolver na sua plenitude, sendo capaz de desenvolver a parte técnica da sua função e desenvolver a parte política – pedagógica na mesma proporção¹, conforme defende Manacorda (2010), Saviani e Duarte (2012) e Marx (2012).

Defendemos este ponto de vista da formação, justamente porque o profissional desenvolve e/ou produz trabalho educativo no espaço da escola pública de educação básica. Assim, o *trabalho educativo* deve seguir na direção da educação integral dos/as educandos/as que vai para além de debater a educação de tempo integral que se configura em outra demanda que requer que estejamos preparados/as para atuarmos de forma pedagógica na medida em que essas escolas forem sendo implantadas.

Em relação a formação na educação superior, temos que ter clareza que deve ser um curso específico para cada área de atuação, não serve qualquer curso. Por exemplo: o/a professor/a de história cursa licenciatura em história para atuar nesta área específica, é por meio desta formação específica que é reconhecida como profissional da educação, conforme versa artigo nº 61 da LDB.

Temos muitos desafios para serem superados, essa batalha exigirá de cada um e cada uma de nós muita mobilização, organização tática e estratégica para atingirmos nosso objetivo. Uma ação fundamental para fortalecermos esse movimento da formação e valorização profissional, é a filiação e/ou sindicalização imediata do maior número de funcionário/as possível. Outra ação imediata é a unificação sindical em nível nacional, articulada a construção de planos de carreira unificados. As redes municipais devem seguir esse mesmo orientativo, tendo em vista que o sindicato que representa a categoria da educação, que faz a luta sempre, que compreende, debate a legislação educacional com conhecimento necessário acerca dos direitos dos/as trabalhadores/as da educação é o SINTEP-MT.

¹ Sobre a formação na educação superior de funcionários/as, ler dissertação de mestrado pela IE – UFMT/ 2015: “O trabalho educativo e o Profissional de Apoio Administrativo Educacional: uma demanda para as Universidades Públicas”; autora Guelda C. de O. Andrade. Disponível no site do SINTEP- MT.

3.7 Ensino Médio: Entre o que Pretendemos e o que Vivemos

Podemos dizer que o marco legal ao acesso universal ao Ensino Médio é relativamente novo. A Constituição de 1988, não garantiu a sua universalização, como fez para o Ensino Fundamental. Somente com a Emenda Constitucional nº 14 de 1996, em consonância com a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o texto promoveu a abertura para a universalização do Ensino Médio, passando o texto do inciso II do artigo 208 a ter uma nova redação, que mudou o texto de “progressiva extensão”, para a “progressiva universalização”.

A Constituição Federal (CF) de 1988 registra em seu texto no artigo 6º, a Educação como um “direito social” e no seu artigo 205 diz que “a educação é um direito de todos, dever do estado e da família” esse artigo descreve também que “a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho”. Diz ainda que seus princípios devem observar “a igualdade, a liberdade, o pluralismo, a gratuidade e a qualidade”.

Historicamente as políticas públicas em educação no Brasil sofreram com a postergação ano a ano dos gestores públicos em garanti-las como direito social a todos/as, conforme está assegurado na constituição Federal. De maneira que o próprio ato falho do Estado em ofertar a educação de qualidade, constrói uma população que não cobra esse direito, que é inalienável, o direito a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Nos últimos anos com muita luta, organização e pressão dos trabalhadores/as da educação, avançamos em termos de legislação de valorização, organização e também em investimentos financeiros, porém, ainda há muito para avançarmos. No Ensino Médio podemos citar a extensão do financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Salário Educação para o Ensino Médio, além disso houve também a extensão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para atender também o Ensino Médio. E, ainda os programas de transferências voluntária como Brasil Profissionalizado, Plano de Ações Articuladas (PAR), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ações que contribuíram significativamente para uma nova dinâmica Nacional do Ensino Médio.

No Plano Nacional de Educação, das suas vinte metas, a número três, trata especificamente do Ensino Médio e versa sobre a necessidade de atingir o percentual mínimo de 85% dos jovens cursando o ensino médio na idade apropriada. Segundo levantados por ocasião da conferência, a

taxa líquida de matrícula do Ensino Médio é de 51%, ou seja, somente metade dos jovens entre 15 e 17 anos de idade frequentam o Ensino Médio. Aproximadamente 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio estão fora da escola. Portanto, há muito a avançarmos no atendimento dessa etapa da educação básica.

Em Mato Grosso o Plano Estadual de Educação (PEE) aponta que o governo deverá garantir até 2017 que 100% da população educacional do Ensino Médio esteja em sala de aula. Tarefa que deverá ser cotidiana, não podemos esperar o passar dos anos para que essa meta seja alcançada, pelo contrário temos que cobrar diuturnamente a responsabilidade do governo para que seja possível o cumprimento da meta e que a cada ano seja cumprida parte da meta que é para uma década. Infelizmente o que temos assistido em Mato Grosso é a protelação por parte do governo do Estado no sentido de garantir melhorias e avanços na educação, em particular do Ensino Médio.

A necessidade é urgente de que os governos expandam e fortaleçam as políticas públicas em educação, no sentido de ofertar vagas de acesso, bem como zelar pela permanência dos cidadãos/ãs que buscam uma melhor escolarização afim de melhorar sua qualificação. São fatores como esse que contribuirão para a melhoria das condições socioeconômica da população de brasileiros/as e dará possibilidade de empregabilidade para os jovens e adultos a voltarem aos bancos escolares, seja para a inserção ou para a reinserção ao mundo do trabalho. O Ensino Médio é uma possibilidade legal e necessária aos jovens brasileiros para a cidadania e, conseqüentemente, para o mundo do trabalho e o ingresso na universidade.

O SINTEP/MT tem fomentado e participado cotidianamente dos espaços de debates e reflexões sobre educação pública, os temas como oferta, financiamento e qualidade da educação pública. Essa tarefa de desvelar os problemas nos leva a ser combativos e propositivos em todos dos temas educacionais e não tem sido diferente quando o tema é Ensino Médio.

O Ensino Médio é foco de muitas críticas no Brasil e em Mato Grosso, os resultados do ENEM nos últimos anos é um dos exemplos. Seria muito simples apontar os culpados como tem feito representantes do governo do Estado, dizendo que “se aluno não aprende é porque tem alguém que não ensina”. Todavia, imprescindível fazermos perguntas mais profundas, acerca do tema que é complexo e algumas delas são bem simples: Quais fatores ao longo do processo contribuíram para esse resultado? De quem é a responsabilidade quanto a qualidade da oferta? O que o governo do Estado tem feito para melhorar esse quadro? O ENEM avalia com base no currículo de Mato Grosso? As políticas de educação são implementadas conforme a legislação?

As dificuldades que enfrentamos diariamente na

educação, como a precariedade de espaços físicos, falta de mobiliários, falta bibliotecas, de laboratórios de ciências, de laboratórios de informática e tecnologia e a falta de profissionais habilitados (entre tantos outros fatores) contribuem como obstáculos na formação dos estudantes de Ensino Médio e, conseqüentemente, geram os resultados negativos. Muitas escolas de Ensino Médio padecem por não ter condições adequadas de infraestrutura para atender os/as estudantes, sobretudo nos laboratórios.

Os/as profissionais da educação precisam assumir qual o projeto de educação defende; qual projeto de sociedade defende e para que o currículo, o plano de curso, o PPP e as suas ações de formação, estejam articuladas e ancoradas em princípios de uma educação libertária de formação plena para a vida. O Ensino Médio exige um currículo atrativo e democrático para os/as jovens que o frequentam, observando a qualidade social. Nesse sentido, Frigotto compreende que é “uma obrigação ética e política garantir que o Ensino Médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos”. O SINTEP-MT defende que a formação plena do cidadão é princípio primordial da educação e na educação básica, além do Ensino Médio se constituir no ápice. Não podemos perder de vista que somente a partir da sua formação integral, com o saber científico e o saber prático que o homem conseguirá agir contra-hegemonia do modelo de sociedade imposto.

3.8 Educação Especial: inclusão ou ingresso?

Para que não ocorra apenas o ingresso da pessoa com deficiência e com dificuldades de aprendizagem como dislexia, discalculia, TDAH, entre outros na escola, o SINTEP-MT defende que o Estado deve criar as condições de acesso, inclusão e permanência a todos/as que queiram e/ou estão em idade escolar. Nesse sentido, este sindicato defende o Sistema Único de Educação Básica Pública para a superação das desigualdades educacionais. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Nesse sentido, educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos/as os/as estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

O acesso à educação tem início na educação infantil (serviços de estimulação precoce). Em todas as etapas e modalidades da educação básica o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe co-

mun, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Ao pensar em educação especial, faz-se imperioso uma atenção especial para a formação dos/as profissionais da educação. A política de formação destes profissionais deve estar articulada à demanda da educação Básica, além da escola pública estar com a infraestrutura adequada para receber a criança. Trata-se de fortalecer a política inicial de formação dos/as profissionais da educação (professores/as e funcionários/as).

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da qualificação para o trabalho”. No artigo 206 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Assim:

- ✓ Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.
- ✓ ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55 define: os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino” a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.
- ✓ LDB Lei 9394/96- CAPÍTULO V Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais.
- ✓ A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades;
- ✓ Assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências;
- ✓ Assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.
- ✓ Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência define

a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

- ✓ Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”
- ✓ O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”
- ✓ A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.
- ✓ Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, nas escolas regulares, chamamos a atenção para o que ficou contemplado na meta 04 do PNE: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta política pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos/as com deficiência, trans-

tornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Atividades desenvolvidas não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos/as alunos/as com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social. A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

3.9 A Educação Infantil na Rede Pública de Ensino

A primeira etapa da Educação Básica vem avançando na oferta de escola para as crianças de 0 a 05 anos (zero a cinco) tanto no acesso e permanência quanto na sua concepção e sua identidade. Nosso objetivo como sindicalistas e militantes da Educação Infantil é “lutar pelos direitos dos bebês e das crianças pequenas, defendendo coletivamente a garantia de qualidade socialmente referenciada para as crianças desta etapa de ensino”, MIEIB/MT – 2016. Os princípios básicos que nos orientam, conforme o MIEIB/MT, em documento de 2016, são:

- ✓ - A garantia do direito constitucional das crianças de até cinco anos de idade à educação infantil independentemente de raça, gênero, etnia, credo e condições socioeconômicas;
- ✓ - a concepção de criança enquanto sujeito de direitos, ativo e participativo no contexto histórico cultural;
- ✓ - A indissociabilidade das ações do cuidar e do educar;
- ✓ - O respeito ao direito da família a optar pelo atendimento na educação infantil para as crianças de

zero a três anos de idade;

- ✓ - O reconhecimento da educação infantil como a 1ª etapa da educação básica, parte da estrutura e do funcionamento do sistema educacional brasileiro;
- ✓ - A garantia de matrículas para as crianças com deficiências nas turmas de educação infantil com direito ao Atendimento Educacional Especializado no contraturno;
- ✓ - A garantia da qualidade socialmente referenciada da educação infantil nos espaços próximos às suas residências.

O art. 61 da LDB/1996, alterado pela Lei nº 12.014/2009, considera como profissionais da educação escolar básica todos aqueles/aquelas que nela estão em exercício, e com formação em cursos reconhecidos. Assim, todos os profissionais da educação que atuam numa instituição que atuam numa instituição que oferta a Educação Infantil necessitam de formação adequada. Nesse sentido, causa extrema preocupação a possibilidade da terceirização dos serviços na Educação Infantil. Os governantes vêm anunciando a possibilidade dessa terceirização com justificativa de ampliar a oferta, mas sem considerar que está preconizada na legislação a formação mínima desses profissionais, que obviamente não será garantido com iniciativas de terceirização (privatização).

Na luta pela ampliação do acesso e permanência das crianças à Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024) aprovou a META 1 para a Educação Infantil:

1 – Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Trata-se de um grande desafio alcançar em dez anos, a partir de 2014, a oferta de escolas de Educação Infantil ou em escolas compartilhadas com o Ensino Fundamental, com a realidade que presenciamos, que exige construção de escolas (creche e pré-escola), equipamentos, a promoção da formação inicial e continuada de profissionais e a manutenção das escolas com pessoal qualificado, concursado e com carreira e salários dignos. No senso comum, ainda, prevalece a visão que quanto menor o aluno, menor pode ser o gasto com profissionais docentes ou não docentes atuando na Educação Infantil.

Não menos desafiante encontra-se, também, em debate a Base Nacional Curricular Comum – BNCC -, prevista na constituição Federal, na LDB/1996, e reafirmada nas estratégias do PNE 2014/2024, que refere-se ao conteúdo curricular previsto, em âmbito nacional, para as diversas etapas da Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

As propostas apresentadas, em debates nacionais e

locais para a Educação Infantil na BNCC, vêm se mantendo fiel à lógica da construção de uma BNCC tendo como norte as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de 2010, na garantia de uma educação com qualidade para todas as crianças indicando o que é pautado no rompimento:

“com dois modos de atendimento fortemente marcados na história da Educação Infantil: o assistencialista, que desconsidera a especificidade educativa das crianças dessa faixa etária, e também o escolarizante, que se orienta, equivocadamente, por práticas do Ensino Fundamental”. Extraído de Retratos da Escola, CNTE, Vol. 9 - Nº 17, pág. 359.

Contudo, pondera-se, aqui, que se a BNCC for concebida como base para a padronização da Educação Básica, corre-se o risco de não se garantir a especificidade e a identidade da Educação Infantil. De esta ficar condenada à mesma concepção já minimizada do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com provas nacionais e conteúdos que posteriormente serão cobrados em avaliações, considerando os alunos/alunas como tabula rasa, e escolarizados/as tão somente para o MERCADO.

3.10 Educação de Jovens e Adultos

O histórico de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil remonta desde o período Colonial, praticado pelos jesuítas embora com outra finalidade, mas vale lembrar que Educação Popular é o princípio da EJA e precede a República Brasileira, contudo um dos precursores em favor da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire que sempre lutou pelo fim da educação elitista, Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade, da vivência dos educandos. Na época do regime militar, surge um movimento de alfabetização de jovens e adultos, na tentativa de erradicar o analfabetismo, chamado MOBRAL. Por falta de políticas públicas para o campo a população migrou para o centro urbano na expectativa de melhorar a qualidade de vida, com o processo de industrialização gerou a necessidade de se ter mão de obra especializada, nesta época criou-se escolas para capacitar os jovens e adultos. O ensino supletivo foi implantado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71. Em 1974 o MEC propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento.

Conforme descrito no Art. 208 da Constituição de 1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;” Na década de 90 várias iniciativas em favor da Educação de jovens e adultos, o governo incumbiu também os municípios

a se engajarem nesta política, assim vários movimentos, universidades, grupos informais, populares, Fóruns estaduais, nacionais e através dos Fóruns a partir de 1997 a história da EJA começa a ganhar notoriedade tanto na esfera governamental quanto nos movimentos da sociedade.

A EJA é uma Modalidade de Educação Básica, prevista na LDB – Lei n.º 9394/96, LC n.º 49/98 – MT e está regulamentada pelo Parecer n.º 11/2000 CNE/CEB. No Estado de Mato Grosso, a SEDUC, instituiu, através da Portaria n.º 204/2000, uma Comissão Interinstitucional para elaborar um Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino, composta por SEDUC, UNDIME, SINTEP, CUT, a partir de 2001 integrando os debates, UNEMAT, Pastoral da Criança, SESI, SENAC, CEE, UNESCO, constituindo uma carta para a instituição do FPDEJA/MT. Atualmente o FPDEJA tem sua organização em todo o Estado de MT com Encontros Regionais, Estadual, participando dos Encontros Regionais brasileiros e Nacionais.

Constituem desafios para os governos Estadual e Municipais: incluir a EJA no PEE e PMEs, valorizar os profissionais de EJA como forma de assegurar a efetivação das políticas Públicas de EJA, cobrar dos entes federados que estabeleçam o Regime de Colaboração, estabelecendo fontes de financiamento para a EJA. As universidades devem ofertar, garantir e ampliar os cursos de graduação, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e formação continuada na modalidade de EJA com o objetivo de dar IDENTIDADE E FORTALECER os profissionais que atuam na modalidade de EJA. Os Profissionais da Educação devem considerar a construção coletiva do currículo escolar como um dos instrumentos de estudo e de reflexão para sua prática pedagógica. Assim a EJA tem sido espaço de debates de políticas públicas essencialmente na valorização das Diversidades.

Os desafios de EJA em MT são imensos, uma vez que a cada momento que os direitos são negados no Campo vai gerando além da demanda no próprio Campo, expulsando-os para os centros urbanos conduzindo-os ao caos. Temos hoje nas cidades um grande contingente carente de políticas públicas educacionais que diante da necessidade do trabalho como manutenção da vida a consequência da expropriação da identidade dos jovens e adultos. A carência de profissionais, de escolas adequadas e de currículos que atendam significadamente essa demanda leva os jovens e adultos a não permanecerem nas escolas.

O ano de 2015 foi marcado por um ataque da SEDUC que ao adentrar nos CEJAS informando através da mídia ter encontrado em MT “alunos fantasmas” esse feito fragilizou muito o movimento de EJA que se estendeu para além dos CEJAs envolvendo as Escolas que ofertam EJA, hoje sabemos que alguns dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) estão sendo descaracterizados por não ofertar ape-

nas EJA.

Em 2016 os ataques à EJA dentro dos CEJAS continuaram com portarias e orientativos que desestimulam ou impedem as matrículas por área do conhecimento a alunos com histórico de desistência, sem considerarem que esse é o público alvo dessa modalidade.

A EJA é carente de Formação Profissional, sabemos que uma vez negado o direito à Educação do Cidadão enquanto criança o mesmo é jogado em meio à sociedade sendo usado principalmente pela grande máfia, drogas, exploração sexual e do trabalho, do tráfico de armas, de pessoas e de influência, sendo massa de manobra da politicagem que por sua vez são destituídos de todos os Direitos e vivem a serviço do capital. Somos conclamados a nos colocar a disposição para mudar essa realidade que tanto assola a sociedade brasileira.

3.11 Educação do Campo

Ao longo do tempo e historicamente no Brasil “Educação” tem sido um direito negado, negado porque o Poder Público representado pelos governos nem sempre reconhece que **“Educação é e precisa-se dar ao povo o que é essencialmente seu”**. Educação do e no campo é atualmente um desafio que tem preocupado grande parte dos movimentos sociais do campo e da cidade, a violência os descasos e a ausência do ESTADO, ou muitas vezes a presença do estado no campo é muito mais sinônimo de destruição do que presença de Políticas Públicas. Nos últimos tempos a Educação do Campo está presente nas agendas políticas e, mesmo estando presente na legislação brasileira não é realidade como políticas públicas em nosso país, devido à ação organizada da sociedade civil, em especial o MST.

O desafio histórico e atual que o Campo, culturalmente é construído como um espaço “atrasado” foi se tornando lugar para poucos, por conta da modernização das cidades onde os governos de forma sistêmica foram aperfeiçoando e urbanizando os locais de maior concentração populacional. Assim as populações camponesas foram sendo destituídas de suas identidades e por sua vez sendo expulsas de seus territórios. As estratégias do Latifúndio capitalista foram se tornando cada vez mais violentas obrigando que o Campo deixasse de ser para “gente”, o que se vê é basicamente imensas extensões de terras exploradas pelo monocultivo onde há poucas pessoas, muito gado, máquinas e poucos proprietários. Dessa forma como viver no campo? Sem os direitos básicos? um deles a Educação. Se já era complicado falar em Educação do Campo, imagine agora educar quem? Como? Para que? Aqui é importante lembrar que ainda na década de 70 do século XX a população brasileira era em torno de 70% do campo, hoje a estimativa é que seja apenas 15% gerando uma grande demanda por Educação, e de modo especial de Jovens e Adultos na cidade.

Diante desse desafio os movimentos da sociedade camponesa foram dinâmicos em pensar a Educação do Campo de forma a fortalecer a identidade e resistir a chamada “educação rural”, a Educação do Campo é concebida essencialmente por seu dinamismo e diversidades buscando formação de “novos seres humanos” que faz parte do movimento, uma busca coletiva na formação de seu indivíduo, onde propõem “a reflexão e elaboração teórica de princípios político pedagógicos articulados às práticas educativas desenvolvidas no interior das lutas sociais levadas a efeito pelos povos do campo” (SAVIANI, 2008, p.172)

Atualmente temos alguns movimentos e espaços constituídos de debates de Educação do Campo, em nível nacional há o FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo, no Estado de MT o CIPEC – Comitê Interinstitucional de Educação do Campo, além de outros como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, SINTEP, CPT – Comissão Pastoral da Terra, FPDEJA (Fórum de Eja), FETAGRI... Esses movimentos mesmo tendo suas particularidades tem em comum a defesa da autonomia de concepções pedagógicas de forma a constituir o Campo não apenas como um lugar, mas espaço e território de identidades, assim a Educação do Campo precisa ser construída com e para eles e não como vem ocorrendo. **“Nós pensamos e queremos que a Educação do Campo como Direito Social não seja destituído com notas técnicas e ações de secretarias e governos”**. Um fato novo em MT foi no início do governo de Pedro Taques a tentativa de criminalizar o MST, segundo Ele através da SEDUC por **“tratar do Ensino ideológico”**, em MT ainda convivemos intensivamente com os ataques do agronegócio, provocando fechamento de escolas, envenenamento de plantações e populações, destruição de comunidades indígenas e quilombolas. As nucleações também têm trazido inúmeros prejuízos como os longos caminhos para chegar às escolas, acarretando dificuldades na aprendizagem, precarização e sucateamento do transporte escolar, desinteresse dos gestores municipais em celebrar o Regime de Colaboração justo com o Estado, falta de investimento em formação e valorização profissional, dificuldade para construção e reconstrução dos PPPs das escolas adequados às realidades locais.

Cabe também ressaltar que a luta por Educação do e no Campo é um princípio CUTista, como: criar uma política de financiamento especial para a Educação do Campo que considere as especificidades da população rural; garantir Alimentação de Qualidade articulada com organizações locais de agricultura familiar; incorporar a Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação, assegurando a participação dos movimentos sociais e sindical no planejamento e acompanhamento de sua execução; garantir transporte escolar de qualidade; apoiar a descentralização da posse da terra e a manutenção das famílias no campo através da

Reforma Agrária e, motivar a discussão e implantação da pedagogia da alternância.

Vale ressaltar que toda a Legislação Educacional e em específico da Educação do Campo, tem sido construída com a luta dos movimentos Sociais e Sindical, tendo como base a Educação Popular Freireana, do respeito mútuo, da construção das identidades e principalmente com a ideia de um novo modelo de sociedade brasileira.

Parecer CEB 36/2001 e Resolução CEB 01/2002 Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Parecer CEB 01/2006 Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo; Resolução 126/03-CEE/MT institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso; Resolução Normativa 003/2013/CEE/MT., dispõe sobre a oferta de Educação do Campo no Estado de MT.

3.12 Educação Quilombola

A Educação Escolar Quilombola teve seu nascedouro nas reivindicações do movimento negro, particularmente do segmento quilombola, por uma educação que atendesse as especificidades culturais e históricas dos seus territórios. Desde o período colonial, o direito à liberdade e educação sempre estiveram juntas às reivindicações da população negra.

Não se pode deixar de mencionar que a negação da educação escolar aos negros foi institucionalizada em vários períodos históricos. Pautada nessas reivindicações é que a educação quilombola, busca através deste documento preconizar no cotidiano das comunidades remanescentes a relação teoria/prática, levando em consideração principalmente as formas que outras partes do país e em Mato Grosso, os quilombolas foram constituídos, firmados nas especificidades de cada local e em períodos históricos diferentes. No entanto, toda essa questão está homologada nas diretrizes curriculares para Educação Quilombola. Sobretudo, quando se trata dos/das profissionais que devem atuar dentro dos quilombos.

4. POLÍTICAS PERMANENTES

4.1 Igualdade de Gênero

Para melhor compreendermos as desigualdades entre homens e mulheres, construídas e evidenciadas nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, foi criado o conceito de gênero para distinguir o sexo biológico da identidade de gênero. Assim, o debate sobre gênero, bem como da discriminação de gênero amplia-se para uma série de elementos presentes nas práticas cotidianas e resultantes das relações de poder instituídas e convencionadas ao longo de nossa história.

Nossa sociedade evoluiu a partir de um modelo

patriarcal, cuja concepção ainda está presente nas práticas sociais cotidianas fundamentadas em ideologias que visam assegurar, mesmo que de forma velada, a subordinação da mulher em relação ao homem. Muitos discursos enraizados no patriarcalismo buscam naturalizar as desigualdades nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas realizadas entre homens e mulheres. Dessa forma, as relações de gênero dão visibilidades às crenças que estereotipam as mulheres como seres inferiores em relação aos homens; fazendo com que surja a discriminação em relação à divisão do trabalho, seja ele doméstico ou não, a personalidade, etc.

Na sociedade moderna, e em se tratando de Brasil, na sociedade pós-moderna com a divisão do trabalho a relação de gênero pode ser ampliada para o contexto de classe, referindo-se a pessoas que ocupam uma posição de classe. Atualmente, um dos principais pontos de debate nas relações de gênero está relacionado à classe das mulheres como força de trabalho, seja ela no âmbito familiar ou mercado de trabalho. Assim, as identidades e relações de gênero são constituídas e discutidas no campo ideológico, a partir de valores e crenças impostas pela sociedade que buscam relativizar padrões de comportamentos com o intuito de velar as discriminações.

Práticas desenvolvidas para atender a interesses particulares se propagaram socialmente, ao longo da história, e produziram concepções culturais que são propagadas na sociedade capitalista através da educação sistematizada e dos meios de comunicação de massa, principalmente, se essas concepções atendem aos interesses do capitalismo. Logo, as práticas culturais ganham autonomia e definem as práticas sociais que podem se transformar em entraves na mudança social, principalmente naquelas que visam romper com os preconceitos existentes na sociedade. Dessa forma, as pessoas são educadas a partir do que foi convencionalizado culturalmente para um e para outro.

Ao longo da História foi convencionalizado socialmente nas mais diferentes culturas a visão ideológica de que o homem ocupa uma posição de destaque em relação a mulher, o que socialmente gerou um abismo de desigualdades entre homens e mulheres. Diante desse contexto, a mulher para superar os obstáculos que lhe são impostos, passa a enfrentá-los no sentido de romper com a discriminação e a opressão que sofre, simplesmente pelo fato de ser mulher. Apesar das lutas das mulheres contra as ideologias que as inferiorizam e dos avanços já conquistados no campo dos direitos civis e das relações humanas, ainda há muito por se fazer para chegarmos próximos da igualdade de gêneros.

Na segunda década do século XX as mulheres começam a entrar no mercado de trabalho ocupando cargos que exigiam pessoas que liam e escreviam. Apenas nos anos setenta é que elas começam a ocupar com expressividade o mercado de trabalho no Brasil, principalmente, para com-

plementar a renda familiar.

Os primeiros movimentos que buscam direitos no sentido de estabelecer a igualdade de gênero surgem nos anos sessenta, entre eles configuram o movimento feminista e o movimento de professores, marcando a presença das mulheres no espaço público e na luta por direitos. Em Mato Grosso, temos o caso da AMPP (Associação Mato-grossense de Professores Primários) que foi fundada em 1965, tendo uma direção composta exclusivamente por mulheres.

Movimentos de mulheres ganham importância com lutas em vários campos sociais, tais como: educação, moradia, creches, assim como as questões de gênero. As conquistas surgem, dentre elas destacamos os direitos trabalhistas, um exemplo deles é a licença-maternidade de 120 dias, atualmente ampliada para 180 dias.

Nos anos noventa, auge da política neoliberal no Brasil, mesmo diante da retirada de direitos sociais e precarização do trabalho houve conquistas que contribuíram para minimizar a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse período as lutas foram intensas e o debate sobre gênero como tantos outros que eram silenciados em nossa sociedade e como um paradoxo, na política do estado mínimo, avançam para a concretização da concepção da igualdade de gêneros. Esse avanço se concretizou com a implantação de algumas leis na primeira década desse século, dentre elas destacamos a Lei 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”; Lei 11.770/2008 que estende a licença-maternidade para 180 dias; Lei 11.804/2008 com a qual o pai fica responsável pelo suporte à mãe do bebê durante a gravidez.

Apesar dos avanços na elaboração de leis que buscam garantir direitos e proteção às mulheres, pode-se observar que ainda não se efetivam na prática. Tal fato é perceptível no elevado número de registros de agressões diversas e óbito de mulheres nas esferas nacional, estadual e municipal, divulgados pela mídia.

Atualmente, o debate sobre a ampliação dos direitos da mulher está presente em todos os espaços sociais, inclusive no meio familiar. Os movimentos de mulheres, ou movimentos em que as mulheres compõem a classe predominante, travam debates e lutas por direitos que perpassam por diversas temáticas, dentre elas podemos destacar: a violência contra a mulher, a não mercantilização do corpo, a exploração sexual, direitos sexuais e reprodutivos, a discriminação do aborto, a ampliação do atendimento em creches, compartilhamento das atividades domésticas, redução de jornada de trabalho, igualdade salarial, etc.

Mesmo diante conquistas e dos avanços na discussão sobre igualdade de gênero, podemos afirmar que a desigualdade entre homens e mulheres foram apenas minimizadas. Para tanto, basta observarmos que conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicí-

lios (Pnad), em 2014, as trabalhadoras brasileiras recebem aproximadamente 27% menos do que os homens que desempenham funções similares.

Dessa forma, ainda há muitos desafios na luta pela igualdade de gênero, dentre eles podemos destacar a participação da mulher nos espaços de poder e decisão, uma vez que sua presença nessas instâncias é desproporcional em relação aos homens e a sua contribuição na geração de riquezas e nas transformações sociais no país.

Já no meio rural o movimento das mulheres do campo vem ganhando força na luta contra a violência no campo, a exploração e em prol da segurança alimentar. Algumas conquistas já são direitos assegurados, tais como o direito do título de posse da terra em nome da mulher, na ausência do homem. Ao casal, obrigatoriamente em nome dos dois.

A efetivação do golpe à democracia se confirma com o impedimento da Presidenta eleita Dilma Rousseff por 54 milhões de pessoas, reafirmando o desrespeito com a figura feminina. Pode-se lembrar do triste exemplo do deputado Jair Bolsonaro que, declaradamente preconceituoso, encontra muitas vozes que se unem a ele num vergonhoso desrespeito à figura da mulher e dos seres humanos. Quanto a saída da presidentia, não houve comprovação de crime que justifique seu afastamento do cargo. O que mais uma vez confirma um grande retrocesso nas políticas sociais e nas reais necessidades das sociedades brasileira.

Na educação houve um avanço expressivo, principalmente das mulheres a partir da organização e do movimento sindical. Segundo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), há mais mulheres que homens na educação, elas ocupam aproximadamente 90% dos postos de trabalhos; enquanto que na década de trinta a participação feminina na educação era inexpressiva, como constata o documento do Manifesto dos Pioneiros da Nova Escola, de 1932.

Como já mencionamos, a questão de gênero está presente em todos os espaços e práticas sociais. A educação é um espaço privilegiado para a formação e transformação de ideologias voltadas a importância da igualdade entre gêneros, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e democrática, fazendo com que a criança comece a se conscientizar sobre essas temáticas nos primeiros anos de sua vida escolar. Assim, em 2014, o debate para a inserção de metas relacionadas ao combate à discriminação e a desigualdade de gêneros no Plano Nacional de Educação (PNE) se intensificou; e os estados e municípios brasileiros devem incluir e implementar essas temáticas em seus planos de educação.

No âmbito institucional, muitas políticas sociais foram criadas, muitas delas voltadas às mulheres, principalmente, com as políticas públicas de um governo democrático e popular. Criaram a Secretaria de Políticas para as mulheres,

a partir da organização e da mobilização das mesmas, que orientaram o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Muitas mobilizações e campanhas foram realizadas na segunda década deste século no sentido de evidenciar a luta das mulheres pelo fim da violência contra as mulheres e por igualdade de direitos em relação aos homens.

Mas quanto ao contexto político, com a reeleição da presidenta da República Dilma Rousseff, em 2014; a figura feminina volta a ser atacada por ideologias elitizadas e midiáticas com concepções estereotipadas e sexistas, as quais demonstram que os avanços que houve não foram o suficiente para maturar a concepção de igualdade de gênero na sociedade brasileira. E após treze anos de um governo democrático e popular, a elite reacionária e conservadora estrutura seu governo ilegítimo extinguindo o MMIRDH (Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos) e sem nomear um negro ou uma mulher para compor o quadro de Ministros.

Diante deste contexto sociopolítico em 2016, confirma-se que apesar do muito que foi feito em manifestações, mobilizações e campanhas na conquista de direitos para avançarmos na igualdade de gênero ainda há muito por fazer, principalmente no que se refere a romper com ideologias sexistas, fundamentalistas, homofóbicas e principalmente machistas que subjagam as mulheres enquanto sexo biológico e identidade de gênero.

4.2 Diversidade Sexual

A temática Diversidade Sexual trata diretamente dos direitos que asseguram aos indivíduos a liberdade e a autonomia nas escolhas sexuais, bem como a de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência. Embora essa temática esteja bastante presente na realidade das escolas; muitos pais, alunos e até mesmo educadores, demonstram certa resistência em abordá-la em sala de aula. Um exemplo disso é o crescimento da intolerância e da violência contra a comunidade LGBT nas escolas. É preciso que a escola ensine a respeitar e reconhecer as diferenças para que possamos superar preconceitos e dogmas impostos por ideologias sexistas e homofóbicas. Na prática, a escola precisa deixar de ser um espaço excludente e passar a incentivar o respeito aos direitos humanos e à diversidade através da promoção de políticas públicas para o combate à discriminação.

Pesquisas apontam a necessidade de promover um maior envolvimento dos educadores nesse tema, uma vez que exercem uma grande influência sobre a formação dos alunos. Daí a necessidade de se investir na formação dos/das profissionais da educação, capacitando-os/as para lidarem com a diversidade para auxiliarem no combate a todas as formas de discriminação. Segundo a pesquisadora Gabrielli Richard, “é preciso melhorar as escolas e práticas

de ensino que promovam a inclusão, com alterações no currículo escolar e com mecanismos de proteção e denúncia sem punição.”

No Brasil as primeiras políticas públicas voltadas especificamente para essa temática, foram elaboradas ainda no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). O Plano “Brasil sem Homofobia” foi um avanço importante em termos de reconhecimento legal e garantia de direitos. Foi a primeira política pública criada e voltada à promoção e defesa dos direitos da população LGBT na América Latina. No entanto, esses avanços estão sendo ameaçados em razão da intensa oposição conservadora existente dentro do Congresso Nacional, uma vez que o Brasil ainda não possui nenhuma lei federal que garanta os direitos da população LGBT.

Após três anos de tramitação social no Congresso Nacional, de intensas mobilizações sociais e de interlocuções em 25 de junho de 2014 o 2º Plano Nacional de Educação (PNE) do período pós-redemocratização (Lei nº13.005) passou a vigorar. Todavia, os avanços alcançados na Lei 13.005 que se referiam às políticas públicas voltadas aos temas associados às relações de gênero, à orientação sexual e a outras formas de preconceitos nos planos de educação diversidade foram suprimidos, impedindo que estudantes tenham acesso aos conceitos e ao patrimônio histórico comum de lutas por igualdade de gênero e reconhecimento, proteção e promoção dos direitos humanos. Com isso a tramitação dos planos subnacionais tem sido marcada por manifestações de ódio, de intolerância e de cunho religioso, unicamente com objetivo de criar obstáculos para que a escola não possa desempenhar suas responsabilidades no combate às discriminações de raça, gênero etnia e orientação sexual.

A CNTE entende que o princípio da laicidade do Estado é condição fundamental para o exercício dos direitos humanos em uma sociedade plural e democrática, sendo que esses episódios denotam, mais uma vez, o quanto ainda temos que lutar para a consolidação do respeito e reconhecimento do pleno exercício desse princípio em nosso país. Nesse sentido, o tema diversidade sexual se converte em tema sindical, pois está diretamente relacionado aos direitos humanos, trabalhistas e sociais.

É a partir dque essa compreensão o SINTEP-MT busca promover encontros acerca da temática LGBT que objetivem a formação dos trabalhadores/as da Educação com o intuito de prevenir e combater qualquer tipo de violência ou discriminação por orientação sexual. Enquanto profissionais da educação, nos deparamos diariamente com diversos desafios no chão da escola. Muitos deles nos surpreendem por sua complexidade e pelo fato de nos sentirmos despreparados e/ou incapacitados para enfrentá-los.

Recentemente, um juiz no interior do estado de Mato

Grosso, em decisão inédita no país, autorizou a mudança de registro de nascimento de uma criança de nove anos que nasceu menino, mas que se comportava como menina. Temas como estes, nos desafiam constantemente como educadores, pois ao mesmo tempo que exige de nós posicionamento crítico sobre o assunto, nos coloca diante de uma série de dogmas pessoais ou sociais que podem interferir diretamente na formação psicossocial do aluno. Por isso, é necessário que enquanto educadores estejamos preparados para saber como abordar esta e /ou outras temáticas em sala de aula, inclusive, sabendo como reagir diante dos preconceitos ideológicos arraigados na sociedade.

A diversidade sexual é um dos desafios da educação e foi um dos temas de destaque debatidos na CONAE de 2014. Preocupada com o fato de que os temas voltados aos direitos humanos, incluindo a diversidade sexual, sejam quase inexistentes nos currículos de formação dos educadores, a CNTE aponta para a necessidade urgente da reformulação ou revisão curricular dos cursos superiores para os profissionais em educação.

4.3 Projeto Saúde e prevenção na Escola

O projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE) foi criado em 2003 em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde com o objetivo de promover a saúde e a educação sexual nas escolas – visando reduzir a vulnerabilidade de jovens e adolescentes expostos às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), à infecção pelo HIV, à AIDS e a gravidez não planejada – através de ações articuladas entre as escolas, unidades básicas de saúde e comunidade. E, embora a competência da execução seja do Ministério da Saúde e da Educação, a Secretaria de Estado de Educação também deve abranger os municípios através da integração destas secretarias com suas respectivas.

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) aderiu ao Projeto através da iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) que firmou compromisso junto ao Programa “Educação para Todos - AIDS BRASIL” da Internacional da Educação para a América Latina, objetivando à formação de dirigentes sindicais que atuassem como multiplicadores na formação de educadores, para que estes pudessem desenvolver ações sobre a prevenção das DSTs/AIDS nas escolas da rede pública.

Após o Seminário Nacional DST/AIDS ocorrido em Brasília-DF em outubro/2007, o SINTEP-MT realizou o encontro com os dirigentes sindicais e um (01) representante de escola pública por pólo sindical, o que resultou no desenvolvimento de uma programação especial no dia 30/11/2008, antecedendo o dia Mundial de Luta contra a AIDS, com o envolvimento de doze 12 municípios, 52 escolas, cerca de 1.300 trabalhadores em educação e 13.400

alunos, liderados pelas Subsedes do SINTEP-MT que contam ainda com o apoio das Secretarias Municipais de Saúde e Educação. Em abril/2008 o SINTEP-MT participou do II Seminário Nacional do SPE promovido pela CNTE com o apoio dos Ministérios da Saúde e da Educação onde foi discutido o direito dos/das conviventes com HIV.

O SINTEP-MT integra ainda o Grupo Gestor Estadual que atualmente está empenhado em obter sugestões da sociedade mato-grossense para a construção da Política Estadual do Projeto Saúde e prevenção nas Escolas. É necessário o engajamento das unidades escolares no projeto para que possamos construir espaços de diálogo entre adolescentes, jovens, professores, profissionais da saúde e comunidade com vistas a superação das relações de vulnerabilidade às DSTs, à infecção pelo HIV e à AIDS, bem como à gravidez não-planejada.

Apesar do foco do projeto ser o desenvolvimento de ações preventivas ao HIV/AIDS nas escolas, o movimento sindical já ampliou esta discussão aos trabalhadores/as da educação como forma de prevenção às infecções e também como superação a preconceitos.

O SPE já integra a agenda do SINTEP-MT desde 2007 e anualmente realiza atividades formativas referentes à temática. Essas atividades têm como público-alvo dirigentes sindicais e professores, que deverão atuar como agentes multiplicadores das ações de prevenção do DSTs/AIDS nas escolas públicas de Mato Grosso. Essa iniciativa é financiada pelo próprio sindicato, mas também conta com a contribuição da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Portanto, a condição essencial para a implementação do Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas” é a inclusão de suas diretrizes no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares, na busca do desenvolvimento da cultura da prevenção e promoção à saúde na experiência cotidiana da escola, pois além de contribuir com estes aspectos, também contribui para a inserção do tema da diversidade sexual.

4.4 A questão ambiental e o modelo de desenvolvimento econômico de Mato Grosso

Ao longo da História de Mato Grosso vários modelos de atividades econômicas foram desenvolvidos para atender aos interesses da economia nacional e internacional. Nas últimas décadas foi implantado e consolidado, até então, o modelo mais agressivo ao ambiente e a população mato-grossense. Modelo este baseado na monocultura e na pecuária extensiva.

Estas duas frentes de exploração seguem a lógica do capital que consiste em obter o máximo de lucro com o mínimo de investimentos, assim a expansão agropecuária em Mato Grosso encontra o ambiente propício; ou seja, as riquezas naturais aqui exploradas, financiam a transformação

de biomas riquíssimos em biodiversidade, em pastagens ou em terras lavradas para a agricultura. Esse modelo econômico impõe severas alterações aos habitats, reduzindo drasticamente a flora e consequentemente a fauna, afetando diretamente a população local.

Como se trata de um modelo baseado tanto na exploração do meio, como na força de trabalho, faz com que a população trabalhadora fique a margem de um dos modelos que mais geram riquezas neste país, uma vez que temos em Mato Grosso uma das piores distribuições de renda per capita. Se não bastasse a marginalização social, a população também sofre, no que se refere à saúde, os efeitos imediatos de uma característica marcante do agronegócio – a chuva de milhões e milhões de litros de agrotóxicos que são pulverizados sobre o território mato-grossense e sobre quem nele estiver. Em Mato Grosso, não só ingerimos resíduos agrotóxicos através da alimentação, mas também os respiramos e os absorvemos em nossa pele.

O setor produtivo baseado no agronegócio beneficia uma pequena parcela da população e impõe a grande maioria da sociedade mato-grossense danos decorrentes do uso de agrotóxicos – muitas vezes indiscriminado e exagerado - fato que coloca Mato Grosso como campeão de recolhimento de embalagens desses produtos – status este que orgulha os ignorantes sobre a questão. Pois, quanto mais embalagens, mais agrotóxicos. Devemos sim nos preocupar com as embalagens, mas devemos nos preocupar também com o conteúdo delas.

Esse vergonhoso título mato-grossense, nos impulsiona a outros, tais como Mato Grosso ser o campeão em casos de câncer, principalmente em crianças. Outra marca do agronegócio que impacta diretamente na qualidade de vida está relacionada à qualidade do ar que respiramos, pois, as intensas queimadas muito frequentes no Estado – principalmente, durante o período de seca, época em que a umidade do ar é baixíssima – ocasionam uma série de problemas a saúde.

Uma Pesquisa sobre saúde coletiva realizada em 2011 pela UFMT, tendo como coordenador/orientador o professor doutor Wanderlei Antonio Pignati, ao analisar o leite materno de sessenta e duas mães da cidade de Lucas do Rio Verde – uma das regiões de maior concentração de monoculturas realizadas a base de agrotóxico – revelou a presença de resíduos de agrotóxicos. Os latifundiários e os representantes das multinacionais voltadas ao agronegócio investem alto para descredenciar pesquisas como esta, bem como buscam atribuir os casos de intoxicação por agrotóxicos e até mesmo as mortes decorrentes de seu uso indiscriminado, a outros fatores relacionados à saúde. Nos casos de câncer, tentam naturalizar chegando a atribuir as causas a predisposição genética, a fim de negar qualquer ligação com o uso de agrotóxicos.

O SINTEP/MT destaca que na sua agenda de políticas educacionais, a questão ambiental é pauta permanente, e sempre será proponente de ações que visem à alteração deste quadro. O SINTEP-MT é o co-fundador do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente Desenvolvimento (FORMAD) do qual participamos efetivamente, fazendo parte da coordenação e estabelecendo parcerias nas pautas relacionadas com o meio ambiente. O FORMAD está à frente de várias ações, programas e políticas públicas que visam melhorar a relação entre o ser humano e o meio natural, no sentido de romper com atividades exploratórias e depredatórias do meio. Nesta perspectiva o Formad coordena a pesquisa sobre o “Mapeamento de Impacto Sócio Ambiental da produção de Agrocombustível em Mato Grosso”; atua também nos seguintes eixos temáticos: Povos e Direitos; Política Ambiental; Grandes Obras x Impactos; Terra e Mobilização; e, Agrotóxico e Saúde. Para maiores informações recomendamos acessar a página da instituição: www.formad.org.br.

O SINTEP/MT sempre esteve presente nos debates que visam melhorar a qualidade de vida da população; em Mato Grosso esses debates necessariamente, perpassam pela economia latifundiária. Dessa forma, recomenda aos trabalhadores/as da educação que façam valer a sua condição de educadores/as participando efetivamente desses debates. Pois, os mesmos são espaços formativos que qualificam o desempenho de seu papel social na construção de uma sociedade mais justa, com distribuição de renda mais igualitária e principalmente, com a preservação do meio ambiente para uma melhor qualidade de vida.

Em 2013 o governo federal convocou várias conferências nacionais, espaços que oportunizaram o debate na sociedade sobre as mais variadas temáticas de interesse público. O SINTEP/MT, em Mato Grosso, sempre se fez presente com seus dirigentes estaduais ou municipais, voltando o debate para aqueles e aquelas que mais necessitam das políticas públicas e sociais para sobreviverem no mundo do agronegócio, onde não há preocupação com a vida.

O SINTEP/MT defende e propõe o debate sobre a questão ambiental em todas as esferas da educação e da sociedade, desde os debates nas Conferências Nacional de Educação e nas Conferências Nacional de Meio Ambiente, sendo que na quarta edição desta conferência, a discussão foi centrada nos resíduos sólidos. Dessa forma, reafirmamos que os trabalhadores da educação, enquanto formadores de opinião, devem se fazer presentes nas instâncias sociais e principalmente no chão da escola, fazendo o debate sobre a questão ambiental, contribuindo no desenvolvimento de concepções que levem ao desenvolvimento de políticas públicas ambientais que favoreçam a vida como um todo.

Ressaltamos aqui, que o SINTEP/MT não é contra a produção de alimentos, não é contra o agronegócio, mas é contra esse modelo de produção que devasta enormes áreas

de florestas, que mata as nascentes e mananciais de água, que contamina os recursos naturais e os explora ao ponto de questionarmos se esta vasta região, daqui a um ou a dois séculos, ainda será produtiva. Defendemos a produção de alimentos pautada na qualidade tanto do que é produzido como do meio de produção, ao invés da produção proposta pelo agronegócio com base na quantidade a qualquer custo.

Atualmente, diante do contexto político – principalmente das ações do governo provisório, ilegítimo, implantado no Brasil a partir de um “golpe de estado” e a democracia brasileira, com o intuito de voltar a administração pública federal ao poder da elite capitalista, principalmente da latifundiária – esse governo não demonstra compromisso com a questão ambiental, nem com as populações que vivem da agricultura familiar ou da floresta ao nomear como Ministro da Agricultura o Senador Blairo Maggi, que na verdade é um dos maiores sojicultores do mundo e também muito conhecido nacional e internacionalmente como um dos maiores devastadores de áreas de floresta amazônica e de cerrado para transformá-las em áreas de monoculturas.

Portanto, teremos muitos embates em torno da questão ambiental com esse governo que veio para atender aos interesses das multinacionais produtoras de agrotóxicos e dos latifundiários. Dessa forma, para evitarmos retrocesso, reafirmamos à sociedade e aos trabalhadores da educação que devemos estar atentos para não nos furtarmos do debate e da mobilização em defesa da questão ambiental.

4.5 Trabalho decente e saúde do trabalhador

Nos debates promovidos pelo SINTEP-MT é cada vez mais comum encontrarmos relatos de profissionais da educação com problemas de saúde física e/ou psicológica, uma vez que as exigências do cotidiano na escola e a estrutura pessoal que seria necessária para lidar com elas, o que acaba ocorrendo um número cada vez mais elevado de afastamentos do trabalho.

Afinal, quais são os fatores que desgastam a capacidade de fazer o próprio trabalho em sala de aula, ao ponto da profissão escolhida tornar-se insuportável, à qual foram dedicados anos de estudo e sacrifício? Sem termos a pretensão de abranger a totalidade dos fatores, cujo peso varia de uma escola para outra, e sem classificarmos cada elemento em ordem de importância, apontamos quanto segue:

1. As escolas revelam a presença insistente de estruturas físicas inadequadas, com salas de aula barulhentas, escuras, sem climatização e funcionando em condições precárias. Nelas, os ruídos da rua ou da quadra de esportes são as principais causas de desconforto e de interferência nas atividades realizadas. As paredes não absorvem o ruído e a acústica do ambiente dificulta o entendimento, elevando o grau

de dispersão da atenção dos alunos e obrigando o docente a aumentar o volume da fala. O resultado não poderia ser outro: uso intensivo e inadequado da voz, com os respectivos problemas de afonia e possíveis calos nas cordas vocais, grande dispêndio de energia e uma situação de irritabilidade latente.

2. Os baixos salários e o número inadequado das pessoas que trabalham no ambiente escolar obrigam professores e professoras a elevarem o número de aulas para garantir o sustento familiar e, além do fazer pedagógico propriamente dito, se vêem obrigados a desempenhar também tarefas administrativas, preencher relatórios, cuidar do patrimônio da escola; e viabilizar decisões hierárquicas como meros executores de propostas alheias e, quase sempre, sem a preparação necessária. Temos assim uma sobrecarga de trabalho que eleva a tensão e o estresse, reduz o tempo disponível para cada tarefa, adia os momentos de estudo que contribuem para a qualificação profissional, influi negativamente nas relações familiares e sociais dos docentes e retira deles o reconhecimento dos esforços despendidos à medida que se vêem reduzidos a uma máquina de dar aula que se desgasta sem direito sequer a paradas para manutenção.
3. A realidade dos alunos (com suas carências e necessidades de atendimento educacional especializado) e do bairro em que se encontra a escola (com a violência e os problemas sociais que a cercam) levam a um envolvimento emocional com a vida dos alunos sem que os docentes tenham algum tipo de suporte e orientação tanto para lidar com a carga de sofrimentos que lhes é comunicada pelos alunos, como para que possam adaptar o trabalho em sala de aula às condições reais em que eles se encontram.
4. A obrigação de provar constantemente a própria competência diante dos seguidos questionamentos a que são submetidos por não apresentarem os resultados esperados em situações que vão dos atritos com os pais dos alunos ao assédio moral.

“A literatura especializada apresenta três tipos: o descendente – quando as ações são realizadas pelo superior hierárquico, por exemplo, do diretor(a) com o(a) professor(a); o horizontal – quando realizado pelos pares, profissionais da mesma hierarquia, por exemplo professor com professor(a), orientador(a) com orientador(a) e, ascendente – quando realizado por pessoas de hierarquia inferior para com pessoa de hierarquia superior, por exemplo, pelos(as) professores(as) contra membros da direção escolar e os realizados pelos(as) alunos(as) contra os(as) professores(as).”
(Cristina Maria Fagundes Prisco - 2012)

As ameaças e agressões dos alunos, os bens danificados ou furtados por eles, a exigência de manter a disciplina em condições persistentemente adversas, a pressão das famílias para que a escola cumpra as tarefas educativas que elas não realizaram junto à necessidade de se adaptar seguidamente às mudanças e aos imprevistos que ocorrem na escola criam um ambiente no qual dar aula é enfrentar diariamente um trabalho que vai perdendo sentido e motivação.

5. O quadro se completa quando a ausência de solidariedade e cooperação dos colegas, a falta de reconhecimento pelos sucessos conseguidos e os atritos com os gestores apagam o sentimento de realização, elevam as sensações de fracasso e frustração e instalam no docente um processo de crescente auto depreciação que culmina em processos depressivos de diferentes gravidades.

As visitas constantes na perícia médica e as caixinhas de remédios tarjas pretas devem deixar de ser parte de um cotidiano cada vez mais presente entre nós para se tornarem apenas uma lembrança de um passado distante. Esse é o desafio que a luta pela saúde de quem trabalha nas escolas públicas precisa começar a tornar realidade como condição imprescindível para um ensino de qualidade e um reconhecimento no trabalho digno dos esforços que despendemos.

4.6 Combate ao Racismo e a Toda Forma de Discriminação

Os conceitos de raça, racismo, preconceito e discriminação foram construídos ideologicamente ao longo da história dos povos para que um grupo pudesse obter vantagens em relação a outros. Dessa forma, os conceitos desses termos apresentam inúmeras definições. Mas algo não muda, independente de qual seja o povo ou o grupo social: as consequências dessa prática. Assim, discursos, práticas e ações fundamentadas no preconceito ou na discriminação racial foram construídos a partir de concepções que visavam, ou melhor, que visam assegurar dominação de um sobre o outro a fim de justificar através das relações de poder na sociedade.

Por ser uma construção social baseada nas relações de poder, as concepções sobre o racismo podem variar de povo para povo. Portanto, é fundamental definir o conceito de cada termo na cultura brasileira para melhor compreendermos como cada um deles contribuiu para a construção do racismo, e a partir dele buscarmos elementos para contestá-los a fim de desconstruirmos não só o racismo, mas também todas as formas de exclusão social.

O conceito de “raça”, da forma como é empregado, nada tem a ver com o biológico, pois é extremamente carregado de ideologias que visam camuflar o verdadeiro objetivo: a relação de poder e de dominação. Por assumir diferentes sentidos, conforme a cultura que empregam termos como negro, branco ou mestiço, afirmamos que elas possuem sentido étnico-semântico de natureza político-ideológico e não biológico.

Racismo - remete a um conjunto de teorias, crenças e práticas sociais que estabelecem uma hierarquia entre as raças, sendo considerado como fenômenos biológicos (MUNANGA, 2004). Tem como objetivo criar condições sociais, políticas e culturais para que um povo, considerado superior, domine outros povos. É uma concepção desenvolvida para sustentar inclusive a hostilidade de um grupo/povo sobre outro, para assegurar as condições de dominação étnico racial, cultural, econômica e, principalmente, a de exploração da força de trabalho.

Preconceito - trata-se de um julgamento antecipado, o desenvolvimento de opiniões a partir de concepções infundadas, baseadas em estereótipos que tornam o julgamento antecipado, negativo. Essas opiniões levianas e arbitrarias não surgem do nada, bem como não são individualizadas. Elas vêm das concepções que fundamentam as relações de poder na sociedade e, assim, fazem parte de um discurso coletivo de determinado grupo social que detém o poder e, para se sustentar no poder, busca inferiorizar aqueles/as que de uma forma ou de outra podem ameaçá-lo.

Discriminação racial consiste na ação, atitude ou manifestação de uma pessoa contra outra, ou um grupo de pessoas em razão de sua “cor”, e acontece quando o racista externaliza o racismo ou preconceito e age de alguma forma que prejudica uma pessoa ou grupo (MULLER, 2005).

A concepção de racismo baseia-se na existência de raças, hierarquicamente organizadas, que fundamenta as relações de poder e de dominação dos povos europeus sobre os demais. No Século XIX, a teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies é usada de forma errônea pelos oportunistas de plantão, contribuindo para a consolidação do racismo “científico”, baseado na ideia “de que determinados grupos humanos eram naturalmente superiores” (Nei Lopes, p.27). É evidente que estes grupos eram os europeus.

Estudiosos no assunto concluem que, no Brasil, as teorias racistas entram e se interiorizam durante o período escravagista. Com a abolição da escravatura elas se consolidam como políticas de Estado, fundamentadas em duas frentes: a ideologia de branqueamento e o mito da democracia racial. É nesse contexto que o preconceito e a discriminação racial se consolidam, uma vez que a democracia racial mascara o desenvolvimento do preconceito oriundo da política de branqueamento da população. Assim temos o

pior tipo de preconceito a ser combatido, o velado.

Outra forma muito comum de mascarar o preconceito e a discriminação racial é a eufemização dos mesmos, com o objetivo de naturalizá-los através do mito da democracia racial. Esta, por sua vez, tem como objetivo mascarar toda e qualquer violência que a população negra sofra em decorrência da sua origem étnica e, principalmente, da classe social a que pertencem. Essas ações e práticas são ordenadas e buscam velar, mascarar a atual condição socio-cultural e econômica das pessoas negras no país.

Essas temáticas são amplamente debatidas no sentido de reverter a realidade brasileira, mas somente em 2003 é que tivemos a Lei 10.639, sancionada pelo então presidente Lula, a qual significou a conquista de anos de lutas dos movimentos sociais negros, de embates contra o racismo, contra o preconceito e contra a discriminação de negação da história e da cultura negra no País. Ela é um marco na educação, pois visa romper com a visão de um Ensino eurocentrado, carregado de preconceito e discriminação; de uma visão estereotipada da história, da cultura africana e afrobrasileira, para uma educação voltada às relações étnico-culturais que respeite a diversidade de nossos estudantes. A lei 10.639/03 representa um conjunto de ações afirmativas que visam resgatar elementos fundamentais da História, da cultura, da memória e da identidade africana, bem como promotora do respeito às diferenças étnico-culturais.

Apesar de a referida lei apresentar avanços significativos, ela também enfrenta entraves enraizados nas concepções racistas que foram construídas e alimentadas em nossa sociedade por séculos. A lei não se cumpre por si só; “a sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantida nas escolas, nos currículos, nos projetos políticos pedagógicos, na formação de professores, nas práticas políticas educacionais etc. Suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados à diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional de Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão das escolas e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente”, afirma GOMES (2007).

Dessa forma, a lei tem um papel importante na indução de políticas públicas, de cobrar do Estado a implementação de políticas e ações afirmativas a fim de reparar uma dívida histórica com a população negra brasileira. Mas para que ela cumpra sua função social é necessário que os movimentos sociais negros se mantenham mobilizados, participando dos debates em conselhos, fóruns, seminários,

congressos, conferências e outros. Além disso, cobrem dos gestores estaduais, municipais, escolares e das instituições formadoras e do próprio MEC o compromisso e a responsabilidade social com a promoção de uma sociedade que respeite as diferenças e garanta a equidade de direitos de todos os cidadãos/ãs brasileiros/as sem distinção de qualquer natureza.

Além da lei 10.639/03, em 2008 é sancionada a lei 11.645 que dispõe sobre obrigatoriedade da inclusão de conteúdos sobre a cultura indígena no currículo educacional brasileiro, sendo que, tanto no caso da história e da cultura afro-brasileira quanto da indígena devem ser abordados nos conteúdos programáticos das disciplinas, devendo ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Só assim haverá possibilidade de se desconstruir o preconceito, a discriminação e a exclusão daqueles/as que se encontram submetidos; os nossos povos indígenas e afrodescendentes.

As leis apresentadas visam à formação de uma concepção sobre a diversidade étnico-cultural, bem como no do reconhecimento de que a riqueza cultural brasileira se deve a esta diversidade. Mas o combate ao racismo deve ser efetivo, e uma das formas é a via legal, a criminalização do racista e a aplicação da lei; principalmente quando se trata de adultos. A outra é a denúncia. A vítima jamais deve se calar.

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT, ao longo dos seus cinquenta anos tem se pautado por seu compromisso com as lutas que envolvem a educação e os trabalhadores/as da educação. Dessa forma, sempre estivemos combatendo e denunciando a exploração e todas as formas de preconceito e discriminação e, e ao mesmo tempo, propondo políticas públicas e realizando ações que possibilitem o aprofundamento do debate sobre o racismo e toda forma de preconceito no interior das escolas e da sociedade.

No sentido de promovermos o debate sobre esta temática e contribuir com a construção de concepções ideológicas que combatam as práticas racistas e preconceituosas, principalmente as relacionadas às questões étnico-culturais, o SINTEP/MT, desde 2009, realiza o Encontro Estadual sobre Diversidade Etnicorracial envolvendo trabalhadores/as da educação e pesquisadores dessa temática. Realizamos também durante três anos o Projeto Mama África, que premiou escolas que desenvolveram projetos sobre História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana e estabeleceu parceria com o SIPROFIS (Sindicato dos Trabalhadores/as Caboverdianos). Outras ações têm sido desenvolvidas como a criação do coletivo Antirracismo, o blog spots do coletivo etnicorracial, além da participação em diversos espaços de debates como conselhos, fóruns, conferências, espaços de movimentos sindicais e sociais, debatendo e fazendo proposições de políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida

e de trabalho dos cidadãos mato-grossenses e brasileiros.

Portanto, o combate ao racismo e a toda forma de discriminação é uma questão moral, legal e ética, e deve ser um compromisso social de todos/as aqueles/as que têm compromisso com a formação de uma sociedade mais justa e mais humana; que garanta dignidade e respeito a todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, suas crenças, sua orientação sexual e suas convicções políticas. Nesse sentido o SINTEP/MT cumpre com sua obrigação e convoca a todos/as trabalhadores/as da educação a cumprirem também com sua função social de agentes formadores/as e transformadores/as.

4.7 Movimento Sindical SINTEP/CUT/CNTE e a Política da/para a Juventude

Entendemos que a realidade social de um sistema capitalista é dividida em classes. As trajetórias das vidas dos jovens diferem de acordo com suas classes sociais. Diferenças que são absolutamente aprofundadas quando são jovens mulheres ou jovens negros/as.

No Brasil, o recorte etário da juventude é definido pelas políticas públicas como aquele contingente populacional na faixa etária entre 15 e 29 anos. Na CUT, na CNTE e nos sindicatos cutistas, foi estabelecida a faixa etária de até 35 anos como critério para a Organização Sindical. A explicação está em dois sentidos: primeiramente, na realidade da inserção precária da juventude no mercado de trabalho. Até os 24 anos de idade, o público jovem insere-se majoritariamente no mercado informal de trabalho ou na condição de desempregado. É um quadro que impossibilita a sindicalização, dado que a estrutura sindical brasileira permite somente a representação sindical de trabalhadores do mercado formal de trabalho. Assim, o teto da faixa etária definida pelas políticas públicas aos 29 anos limitaria a organização e a representação sindical de um contingente muito pequeno de jovens.

O segundo sentido, para explicar a utilização do teto de 35 anos para organização de jovens nos sindicatos cutistas, é estratégico na perspectiva de ampliação do período Educacional e de luta pela ampliação do tempo livre. Se a expectativa de vida tem sido ampliada e se o tempo de contribuição previdenciária consolida-se em 35 anos de trabalho, temos como bandeira a ampliação do tempo livre do trabalho para além dos 29 anos de idade. Trata-se de uma utopia que orienta a luta por financiamento da permanência no sistema educacional e de formação profissional antes da inserção no mercado de trabalho. Se a expectativa de vida pode chegar aos 100 anos, poderemos começar a trabalhar aos 35 e nos aposentar aos 70. Ou, antes, começar a trabalhar aos 25 e nos aposentar aos 60 anos.

Foram necessárias muitas lutas sociais e políticas para que a idade mínima de ingresso no mercado de tra-

balho fosse autorizada para depois dos 15 anos de idade. Até essa idade, passou a ser obrigatória a Educação formal e universal. A educação assumiu a posição de etapa prévia a ser cumprida para a inserção no mercado de trabalho da sociedade urbana e industrial.

Inserida em uma sociedade dominada pela ética do mercado, a juventude depara-se com perspectivas difíceis. Ela é alvo central da perpetuação de modos de vida empobrecidos, do estreitamento dos horizontes e da ação humana em uma só direção: a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo.

Os trabalhadores brasileiros, em especial os da Educação, têm uma relação atrelada e profunda com as causas da juventude. Obviamente a consolidação de uma relação com este segmento se inicia fortemente dentro das salas de aula, desde o Ensino Fundamental e movimentos estudantis e sociais nos quais os jovens se envolvem ao longo da vida, em especial na adolescência.

Nos movimentos populares da juventude esta relação se estabelece através da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, na colaboração e formulação das pautas junto aos movimentos de juventude e estudantil.

Atualmente, o SINTEP/MT vem consolidando esse espaço em articulação com a Secretaria Estadual de Juventude da CUT/MT, na Coordenação Nacional do Coletivo de Juventude da CNTE, com a realização do 1º Encontro Estadual da Juventude e a criação do Coletivo com a garantia de representações dos 15 polos regionais do SINTEP/MT.

O Coletivo de Juventude terá como objetivo principal encaminhar as políticas da juventude na Educação. Garantindo, assim, sua renovação e formação de quadros que possam ocupar os espaços de direção das entidades sindicais e a intervenção qualificada com as pautas da juventude trabalhadora da Educação com até 35 anos.

A organização da Juventude acontece num momento singular de ataque à democracia, aos direitos trabalhistas, com propostas agressivas de terceirização dos serviços públicos em Mato Grosso e o avanço das elites que, em nome da crise econômica, tem como principal objetivo a redução de direitos e a precarização das relações de trabalho.

Benjamin Steinbruch – Presidente da FIESP - em entrevista ao portal Uol/Folha, - Poder e Política -, no dia 25 de setembro de 2014, afirma no sentido de reduzir direitos e benefícios dos trabalhadores: *“Aqui no Brasil temos uma hora de almoço; normalmente não precisa de uma hora de almoço... Nos estados unidos, a gente vê o cara almoçando com a mão esquerda e operando a máquina com a mão direita...”*, Disse o Presidente.

O Sintep/MT dá o primeiro passo para debater e assumir a pauta da Juventude e a tarefa principal de orga-

nizar a categoria envolvendo os/as jovens trabalhadores no dia-a-dia do sindicato, não por meio de resoluções ou outros meios, mas por meio da discussão das suas pautas e militância nas Subsedes e local de trabalho, sem que isso se torne um conflito geracional, mas sim uma soma de forças.

A juventude tende, cada vez mais, a fortalecer o projeto de organização dos trabalhadores/as da educação, e contribui também para uma oxigenação e renovação das bases sindicais. O fortalecimento e criação dos coletivos e secretarias de juventude em todos as Subsedes ampliam o espaço de debate sobre políticas públicas e de políticas específicas para esse segmento na categoria dos trabalhadores/as da Educação.

Organizar é motivar os jovens trabalhadores/as da Educação a se tornarem multiplicadores, sensibilizando esses profissionais para a militância e direções sindicais, o que é, ainda, um desafio a ser encarado.

Para entendermos nossa juventude do Sintep é importante atentarmos para alguns dados da pesquisa solicitada pelo Sintep e feita pela Universidade Federal de Mato Grosso em 2014, em que, quanto à idade do Funcionário da Educação, identificamos no quadro 7 que esse segmento representa, majoritariamente, uma faixa etária que, somada, vai dos 26 aos 45 anos; essas duas faixas correspondem a 51,20% do total de profissionais.

Quadro 7: Distribuição dos Funcionários da Educação por Polo, Profissão e por Faixa Etária

Polo	Faixa Etária	19 a 25		26 a 35		36 a 45		46 a 55		56 a 66	
		P	T	P	T	P	T	P	T	P	T
Total		2,5%	6,9%	36,6%	15,0%	35,8%	15,0%	21,5%	7,9%	3,5%	1,9%

Fonte: Dados da Pesquisa – UFMT.

Profissão: P = Professor; T = Técnico

Quanto à política Sindical do SINTEP/MT, o 1º e recente encontro da Juventude que ocorreu nos dias 21 e 22 de abril de 2016 apontou quem e o que faz a “cabeça” da juventude hoje, e quais são as utopias (projetos e sonhos) da juventude:

- ✓ exercem grandes influencias sobre os jovens, em seus padrões sociais, as mídias, redes sociais, Rádio, TV, músicas, círculo de amizade; o meio em que os jovens vivem, tais como: escola, universidades, família;
- ✓ o Sindicato precisa se aproximar da juventude e fomentar a criação de espaços de discussões por meio de encontros e coletivos;
- ✓ muitos jovens sonham com um curso superior, casa e bens de consumo da atualidade;
- ✓ as Políticas do Sindicato devem ter a participação efetiva da juventude nas decisões que visam à garantia dos direitos à cidadania democrática e pro-

- moção dos direitos sociais;
- ✓ os jovens de Mato Grosso são de uma grande diversidade e, apesar da diversidade e particularmente em razão dos meios em que vivem, estão conectados com as redes e mídias sociais;

Quanto aos espaços de debates e movimentos de participação da juventude da Educação, existe hoje em Mato Grosso pontos estratégicos de engajamento entre os quais pode-se destacar os espaços escolares, do sindicato e da sociedade. Pode-se destacar ainda:

- ✓ a formação Sindical dos profissionais da Educação Jovens e Adultos;
- ✓ a discussão e a disputa de ideologia como ponto fundamental para a criação dos grêmios estudantis;
- ✓ o sindicato pode subsidiar um canal dialógico com os estudantes com a garantia da participação dos jovens por meio dos direitos sociais;
- ✓ que as escolas, grupos de jovens, clubes de atletismo, enquanto meio educador são os espaços em que os jovens trabalhadores/as da Educação se encontram e têm em comum nas diversas regiões de Mato Grosso;
- ✓ que o Sindicato tem uma participação fundamental em orientar alunos/as e comunidades sobre as políticas públicas que visam garantia dos direitos sociais e respeito à democracia. No entanto, há o desafio de trazer toda a sociedade para participar dos debates que buscam as melhorias das políticas de promoção e igualdade de direitos sociais;

As tarefas e desafios imediatos que devem fazer parte de uma agenda sindical para a juventude são:

- ✓ conhecer os jovens e traçar seu perfil com o mapeamento dos movimentos em que a juventude está inserida como, por exemplo; movimentos sociais, grêmios, sindicatos, igrejas;
- ✓ a formação das subseções e direções regionais devem organizar espaços para o debate da temática da juventude no formato e linguagem que atendam às suas pautas;
- ✓ a comunicação precisa estar voltada para as pautas e temáticas da juventude, cuja divulgação deve se dar nos meios de comunicação do SINTEP/MT;
- ✓ atividades culturais como teatro, festivais e atividades para os jovens da Educação devem ser pensadas dentro do seu coletivo, um dos principais espaços para fomentar tais ações;
- ✓ o movimento estudantil terá que ser parceiro da formação dos jovens com a unificação das lutas

- entre profissionais e estudantes;
- ✓ encontro anual dos Jovens Trabalhadores da Educação com até 35 anos.

Quanto aos próximos passos do Coletivo da Juventude do SINTEP-MT:

- ✓ estabelecer diálogo constante com a base; juventude/ trabalho/educação;
- ✓ fomentar discussões sobre a temática juventude trabalhadora da Educação;
- ✓ criar espaço de diálogo periódico entre coletivo e os profissionais inseridos no mesmo;
- ✓ unificar as lutas;
- ✓ ampliar a participação nas atividades de base da juventude;
- ✓ fazer uma espécie de documentário dos jovens da base para avaliar como está hoje e como estaremos no futuro;
- ✓ debater com a juventude a função social da Escola;
- ✓ auxiliar a criação de grêmios estudantis nas unidades escolares;
- ✓ sarau da juventude do Sintep em todo o Estado por meio das Subseções como uma proposta do coletivo;
- ✓ dois encontros anuais do coletivo da juventude do SINTEP/MT;
- ✓ criação de uma página do Facebook central e por local de trabalho para ajudar e fomentar os debates da juventude;
- ✓ criação de um banco de dados com texto dos debates atuais da juventude, inclusive para as aulas;
- ✓ ampliar a quantidade de participação no encontro do coletivo;
- ✓ fomentar a criação de rádios escolares para a difusão cultural.

O que está colocado para o SINTEP/MT é um grande desafio em aglutinar a nossa juventude trabalhadora enquanto categoria, tendo como referência o processo de formação dos trabalhadores/as. Ainda mais desafiadora é a compreensão das dimensões sindicais voltadas aos jovens da Educação, principalmente os que já se encontram inseridos ou próximos a serem os/as trabalhadores/as da Educação nas Redes Municipais ou Estadual de Mato Grosso. Os desafios estão colocados e os próximos passos da classe trabalhadora dependerão muito dos caminhos que os jovens trabalhadores/as seguirão e da constituição da sua identidade como tal.

5. PLANO DE LUTAS

O SINTEP/MT chega em 2016 ao seu cinquentenário, comemorando uma história de proposições de políticas públicas para a sociedade e para a educação pública em MT. O cinquentenário chega com um momento político importante: **A realização do seu XVI Congresso Estadual**. O Congresso é importante porque é o momento de revigorar as forças, avaliar metas, renovar compromissos e pensar a superação de desafios e demandas existentes para a sociedade e para o conjunto dos trabalhadores/as da educação.

A luta dos Trabalhadores da Educação e a organização autônoma e democrática do SINTEP/MT acumularam uma série de avanços que hoje estão em debate no cenário nacional: a) A gestão democrática, com eleição direta para diretores e conselhos deliberativos; b) A hora atividade para a preparação e avaliação pessoal e coletiva do processo ensino aprendizagem, bem como a formação continuada dos profissionais; c) O piso salarial para os profissionais da educação; d) O programa de profissionalização dos funcionários de Escola, com oferta de cursos técnicos em nível médio que os transformem em profissionais da educação, e) O financiamento da Educação pública, etc.

Na compreensão de que as redes municipais são espaços importantes para a promoção da qualidade da aprendizagem, o SINTEP/MT investiu na organização das redes municipais. O resultado dessa preocupação já é notado em boa parte dos municípios de MT que conseguiram Planos de Carreira Unificados e profissionalização dos funcionários de escola entre outras conquistas. A luta está impulsionada pela instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério, com a criação do Profuncionário e pelo reconhecimento dos funcionários de Escola como profissionais da educação por meio da Lei 12.014/2009.

Em Mato Grosso, as lutas continuam sendo travadas na sociedade e se traduzem em vitórias significativas. Na questão salarial, conquistamos a utilização de 60% de todos os recursos da educação para aplicação em salários dos trabalhadores da educação, consolidada posteriormente por meio da Lei Complementar nº.380/2009, possibilitado um primeiro debate de recuperação do poder de compra dos salários dos profissionais, atingindo capacidade superior ao momento da instituição da LOPEB, em 1998. Após 67 dias de greve em 2013, tivemos um outro avanço, a política de dobra do poder de compra, estabelecendo reajustes além da inflação, e retomando a hora atividade para os professores interinos.

Sem descuidar da pauta corporativa por melhores condições de trabalho, por uma educação de qualidade para todos, o SINTEP/MT se consolidou como sindicato cidadão. Vem empenhando-se na defesa de questões de interesse social como sustentabilidade, trabalho decente,

proteção da infância, transporte e moradia, relações étnicas, prevenção ao HIV-AIDS e direitos das pessoas vivendo com HIV-AIDS, respeito às identidades de gênero e orientações sexuais, à não privatização dos serviços públicos, etc. A meta é continuar propiciando espaços de discussão e formação dos profissionais da educação nos mais diversos temas de relevância social, além das pautas específicas.

O calendário de mobilizações pela implantação do piso salarial profissional, desde 2010, tem sido de muita intensidade. As direções das Subsedes do SINTEP/MT têm enfrentado com muita maturidade, sabedoria e firmeza as adversidades apresentadas na luta pelo piso salarial e pelos planos de carreira nos municípios.

Considerando as diversas interpretações que foram dadas à lei 11.738/08, que regulamentou o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e”, do inciso III, do art. 60 do **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, as implicações trazidas pela Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4167 e orientações equivocadas sobre os critérios de correção do piso, é possível afirmar que ocorreram avanços significativos na carreira dos trabalhadores/as da educação em alguns municípios, como a jornada única de 30h com 1/3 de HTP (hora de trabalho pedagógica), plano de carreira único com a inclusão dos/as funcionários/as da educação e o maior piso possível considerando a totalidade das receitas disponíveis e quadro de pessoal.

O crescimento quantitativo e qualitativo experimentado pelo SINTEP/MT no contexto das lutas pelo PSPN deve-se, em grande parte, pela sua direção ter adotado sabiamente uma metodologia eficaz para a apuração das receitas e análise de quadro de pessoal, cujo compartilhamento de informações com os companheiros/as potencializou a atuação dos/as mesmos/as em seus municípios.

O SINTEP/MT prosseguirá concentrando esforços para a efetividade da Lei 11.738/2008, que tem sido alvo do descaso da grande maioria dos prefeitos/as, vereadores/as e secretários/as municipais de educação, que contam ainda com a omissão ou no mínimo apatia de muitos Ministérios Públicos. Nessa caminhada rumo ao piso o SINTEP/MT tem insistido na responsabilidade dos municípios em corrigirem antigos vícios, dentre os quais os desvios de finalidades dos recursos da educação, que têm impossibilitado maiores avanços rumo à valorização dos Profissionais da Educação.

O SINTEP/MT tem enfatizado em suas intervenções, que para se chegar ao piso salarial defendido pelo movimento sindical, é necessária a combinação de pelo menos 03 fatores: a potencialização da arrecadação dos impostos vinculados à educação, inclusive a organização no atendimento da demanda; o investimento de 100% dos recursos da/na educação e mecanismos de gestão, principalmente

nos critérios de locação de pessoal.

Diante dos mais diversos compromissos, o SINTEP/MT tem apostado firmemente no Programa de Formação, entendendo ser essencial para a continuidade do projeto de sindicato que defendemos o comprometimento com as demandas da categoria, porém, atuante também nas proposições e acompanhamento das políticas públicas e agendas de interesse social.

O concurso público, uma das condições essenciais para a valorização profissional, com reflexos diretos sobre a qualidade da educação, pauta permanente do SINTEP/MT, teve sua credibilidade ameaçada. O governo de MT insiste em não realizá-lo, gerando instabilidade, precariedade na qualidade do trabalho no interior das escolas e prejudicando a qualidade da oferta do serviço educacional.

O SINTEP/MT enquanto espaço formulador de políticas públicas, filiado à CUT, tem mostrado uma atuação que extrapola os limites da educação e, como tal, tem-se firmado como referência na discussão e proposição de políticas públicas e temas de interesse social, marcando presença nos seguintes conselhos: Conselho Nacional das Cidades na discussão de políticas de desenvolvimento urbano; no Conselho dos Direitos da Mulher; no Conselho Estadual de Saúde; Conselho Estadual do Trabalho; Conselho Estadual dos Direitos Humanos, entre outros.

O SINTEP/MT tem contribuído ainda para uma educação pública de qualidade na sua atuação em Conselhos como o FUNDEB, Conselho Estadual da Alimentação Escolar, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Estadual de Educação, entre outros. Participa ainda com expressividade dos seguintes Fóruns: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, Fórum Estadual de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil, Fórum Estadual de Educação, Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente, Fórum Matogrossense de Desenvolvimento, Fórum Estadual Sindical, entre outros.

Diante dos mais diversos compromissos, o SINTEP/MT tem apostado firmemente no Programa de Formação Sindical, entendendo ser essencial para a continuidade do projeto de sindicato que defendemos: comprometido com as demandas da categoria, porém atuante também nas proposições e acompanhamento das políticas públicas e agendas de interesse social.

Contudo, um sindicato que não se limita à sua pauta específica tem consciência dos seus desafios: ampliar o debate sobre o combate a qualquer tipo de discriminação, sobretudo a homofobia, o racismo, a discriminação de gênero etc., tendo como perspectiva os direitos humanos; capacitar os seus sindicalizados para a participação qualificada nos conselhos de controle social, avançar no aspecto da comunicação sindical etc.

Na ordem do dia, o SINTEP/MT tem insistido no de-

bate da defesa e promoção da Escola Pública. Ainda existem alguns desafios a serem perseguidos em Mato Grosso e o SINTEP/MT tem alertado o governo e a sociedade sobre a realidade perversa que tem penalizado a capacidade de melhoria dos investimentos públicos em Educação Pública e uma política de Valorização Profissional mais justa.

Contudo, um Sindicato que não se limita à sua pauta específica tem consciência dos seus desafios. Por isso, além de avaliar e celebrar a luta dos Trabalhadores/as da Educação de MT, o XVI Congresso do SINTEP/MT quer também refletir e encaminhar os desafios que têm marcado a história cotidiana dos Trabalhadores da Educação e da Educação Pública no Estado de Mato Grosso, pensando um futuro de superação e de avanços. Por isso, estará na pauta estratégica do SINTEP/MT no seu plano de lutas:

- ✓ agir politicamente junto às subsedes que não encaminham as deliberações das instâncias sindicais;
- ✓ dar continuidade ao curso de Formação Sindical como ação permanente, visando qualificar a luta, fortalecer e ampliar o quadro de lideranças;
- ✓ priorizar a construção e estruturação das sedes nos pólos regionais e dotar as Subsedes de estrutura mínima (computador, internet, impressora e telefone);
- ✓ estruturar os pólos regionais nos municípios onde existe prédio do SINTEP/MT;
- ✓ construir e estruturar sedes nos pólos que ainda não dispõem de estrutura física, objetivando a sua institucionalização como prioridade zero;
- ✓ equipar as Secretarias adotando critérios de prioridade político-estratégica e viabilidade financeira;
- ✓ intensificar e ampliar a atuação do SINTEP para universalizar as condições de trabalho visando superar as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes, com carreira única para todos os profissionais da educação;
- ✓ consolidar uma Proposta de Política Educacional que atenda as demandas da população com Qualidade Social, tendo como parâmetro as metas estabelecidas nos Plano Nacional, Estadual e Municipais de Educação, no contexto da Gestão Única, conforme a LC049/98;
- ✓ ampliar a participação do Sintep, junto a parceiros sociais, mobilizando a sociedade e a categoria na discussão e formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população;
- ✓ fortalecer a relação do SINTEP/MT com outras instituições que lutam pelo bem estar da coletividade;
- ✓ investir na eleição dos Representantes de Unidades Escolares (RUEs) visando a nossa Organização por Local de Trabalho (OLT), acompanhada de formação sindical;

- ✓ intensificar permanentemente a política de filiação;
- ✓ criar a escola de formação do SINTEP/MT;
- ✓ continuar fortalecendo os coletivos e incentivar a criação de novos, para que atuem como meio de promover o debate de construção de políticas públicas e respeito à diversidade de pensamento;
- ✓ protagonizar o debate educacional no espaço institucional e na comunidade escolar, formulando e divulgando as propostas e resoluções do sindicato;
- ✓ cobrar políticas de prevenção e tratamento aos trabalhadores/as acometidos/as por doenças laborais;
- ✓ intensificar a atuação nas redes municipais visando à universalização das condições de piso, carreira e jornada com foco na valorização profissional e a inclusão dos/as funcionários/as da educação nos planos de carreira.
- ✓ lutar pela educação em tempo integral e dedicação exclusiva do professor/a a uma única unidade escolar;
- ✓ lutar pela implantação do Sistema Único de Educação Básica Pública para a superação das desigualdades educacionais;
- ✓ manter a luta intransigente pela soberania e a democracia brasileira.

6. BALANÇO SINDICAL

Em meio século de lutas e conquistas, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), tem se firmado como referência nacional por se constituir em uma das mais combativas e propositiva entidade sindical de trabalhadores (as) da educação no País. Como principal instituição da sociedade mato-grossense é capaz de questionar decisões governamentais e se contrapor a políticas em educação ou outras áreas de interesse social que estejam em desacordo com a legislação e com os anseios da coletividade.

Com a organização e a resistência dos (as) trabalhadores (as) da educação, o SINTEP/MT confirma o seu protagonismo na elaboração de políticas educacionais e de valorização profissional ao conquistar, de forma inédita, a Política de Dobra do Poder de Compra dos Salários (LC 510/2013) na mais longa greve que se tem registro na história do sindicato. Parte desta, diga-se de passagem, exercida concomitantemente com as etapas do seu XV Congresso em 2013. Esse mesmo ineditismo lhe foi peculiar quando da formulação da política de profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação, da carreira e piso unificados, do programa de Formação Sindical e da elaboração de metodologia para os estudos de arrecadação e aplicação das receitas da educação, entre outros.

Fortalecendo a nossa convicção de que a luta é permanente, o Governo Estadual que se intitula moralista e legalista e que se elegeu afirmando que cumpriria todos os acordos da gestão anterior com os servidores públicos, descumpre já em seu primeiro ano de mandato o que foi acordado. Parcelou em 2015 o percentual referente à correção inflacionária (chamado por RGA), comprometendo a dobra do poder de compra dos salários com argumentos insustentáveis diante do histórico de arrecadação do Estado, da não observância à Constituição Estadual quanto ao percentual a ser investido na educação (35%) e do necessário resguardo destes recursos nas concessões de incentivos fiscais, além de muita inércia [do Governo] em corrigir distorções apontadas pelo SINTEP/MT desde as gestões anteriores, como o desvio de finalidades dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com o pagamento de aposentados (as).

A mesma atitude se repete em 2016, quando o Governador volta a descumprir a lei que garante a recomposição salarial dos (as) trabalhadores (as) da educação e demais servidores do executivo estadual, que são obrigados a conviver com os impactos da inflação corroendo seus salários. Tais prejuízos à conquista de dobra do poder de compra dos salários na educação básica fez com que esses (as) trabalhadores(as) se mobilizassem e o SINTEP/MT avaliasse, pela segunda vez em um ano, o indicativo de greve aprovado em junho de 2015 junto com importante calendário de mobilizações que incluiu manifestações nos municípios nas visitas da comitiva do Governador; paralisação unificada com etapas preparatórias nas escolas e ato público em Cuiabá com assinatura de Manifesto de Repúdio ao Governo junto à Frente Unificada de Luta em Defesa dos Serviços Públicos e dos Direitos dos Trabalhadores; realização do Seminário Estadual Mais investimentos com humanização: a qualidade que a educação precisa e a deliberação por participação em todas as atividades relacionadas à defesa da democracia e pela não redução de direitos, convocadas pela CUT e CNTE.

Junto com o indicativo de greve, o SINTEP/MT se empenhou na campanha “Direitos: a gente quer por inteiro”, que subsidiou a realização da Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Escola Pública e por Nenhum Direito a Menos, realizada em Cuiabá-MT, em 22 de outubro de 2015, com paralisação das atividades escolares antecedida por mobilização nas escolas e atos públicos nos municípios. Foram escolhidos 04 eixos para as discussões, sendo: direitos sociais, democratização da gestão, valorização profissional e qualidade social da educação. Os debates então promovidos não poderão se esgotar nas atividades daquela ocasião, ao contrário: deverão se fortalecer com lutas mais explícitas pela não terceirização na educação que, embora seja pauta histórica do movimento sindical, tende a ter maior expres-

sividade pelo que se apresenta nas conjunturas nacional e estadual respectivamente com o avanço do PL 4330/2004 combatido enfaticamente pela CUT, e a tentativa de privatização de escolas públicas iniciada pelo Governo Estadual. O MT-PAR, que capitaneia tal materialização, representa grande retrocesso nas conquistas dos (as) trabalhadores (as) da educação em Mato Grosso, que sempre foi referência de valorização profissional no país; significando o fim da carreira, da estabilidade, da valorização salarial, da jornada e da empregabilidade. Por se opor a tudo o que defendemos para a garantia da educação de qualidade social como direito, essa política exige forte reação contrária à sua implantação por parte da organização dos (as) trabalhadores (as) da educação, cujo debate favorecido por este caderno de textos, constitui-se numa oportunidade preciosa para reflexões, mas também para articulações e mobilizações necessárias visando o enfrentamento coletivo da questão a altura que ela exige.

Assim, a campanha Direitos: a gente quer por inteiro, mantém a atualidade de suas pautas já que ainda não foram superadas:

- ✓ reposição salarial integral, conforme LC 510/2013;
- ✓ concurso público;
- ✓ condições adequadas de trabalho, materiais atualizados e ambiente adequado;
- ✓ não às Privatizações;
- ✓ cumprimento da CE/89 – aplicação dos 35% na educação;
- ✓ revisão dos incentivos fiscais em MT, resguardando os recursos da educação;
- ✓ cumprimento do artigo 69 da LDB – repasse automático dos recursos à SEDUC;
- ✓ respeito à autonomia pedagógica das escolas;
- ✓ qualidade social da educação;
- ✓ profissionalização dos funcionários da educação;
- ✓ previdência justa e sustentável.

Não só o título de legalista que o Governo arrogou para si não mais se sustenta com o reiterado descumprimento da legislação em vários pontos além da reposição inflacionária, como também ruiu o discurso de moralidade da sua gestão, com o escândalo das licitações na Seduc/MT, responsável conforme denúncia, pela retirada de mais de 50 milhões de reais dos cofres da educação. Essa situação foi anteriormente alertada pelo sindicato que viu indícios de irregularidades nos encaminhamentos dados pela SEDUC/MT nas reformas das escolas. Classificadas pelo SINTEP/MT como possível ponta do iceberg, as denúncias publicizadas a partir da Operação Rêmoda terão que ser seriamente investigadas conforme cobrou oficialmente o Sindicato das autoridades responsáveis.

Nas redes municipais, a organização e persistência dos (as) trabalhadores (as) da educação têm garantido importantes avanços, como aplicação de correções salariais unificadas para professores (as) e funcionários (as) com negociação de ganho real acima da inflação em andamento em alguns casos, redução da jornada de trabalho e ampliação do número de funcionários (as) em curso de profissionalização.

Com a agenda nacional de três dias de greve em março e com o limite do calendário eleitoral, este mês registrou o maior número de paralisações realizadas pela educação nos municípios de Mato Grosso, em 2016. Foram registradas greves nos municípios de Sinop, Lucas do Rio Verde, Várzea Grande e Cláudia. Nova Santa Helena e Pontes e Lacerda paralisaram as atividades em mês anterior.

A pauta do Piso e Carreira Unificada ainda constitui o grande desafio nas redes municipais, com a necessidade de vigilância constante onde houve avanços, uma vez que persistem orientações de entidades como a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para a constituição de carreiras separadas para professores (as) e funcionários (as) da educação, com desvalorização deste último segmento em relação ao primeiro, em flagrante desrespeito ao disposto no artigo 206, inciso VIII da CF e artigo 61 inciso III da LDB, combinado ao artigo 62-A.

Com os avanços impulsionados pela legislação nacional, em especial no que diz respeito à valorização profissional nas redes municipais, o cenário nacional de golpe à democracia requer ainda mais mobilização das entidades sindicais comprometidas com a garantia e ampliação de direitos dos (as) trabalhadores (as).

Na atual conjuntura, importantes conquistas como o Piso Nacional, recursos do pressal e até mesmo a vinculação de recursos para a educação estão fortemente ameaçados. Da mesma forma, outras pautas respaldadas pelo Plano Nacional de Educação como demandas das organizações sindicais como, piso salarial e diretrizes nacionais de carreira para todos (as) os (as) profissionais da educação, profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação, gestão democrática, definição de Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) e Custo Aluno Qualidade (CAQ), Sistema Nacional de Educação etc., encontrarão grandes dificuldades para prosperar. Decisões recentes do governo federal ilegítimo denunciam ainda o seu descompromisso e grave desrespeito para com as políticas afirmativas e a agenda das “minorias de direitos”. Questões essas que também nos mobilizam, pois, sem prejuízo das pautas imediatas dos (as) trabalhadores (as) da educação, há muito fazem parte da agenda sindical do SINTEP-MT.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) tem denunciado a existência de, ao menos,

55 projetos em tramitação no Congresso Nacional, citado como o mais conservador desde 1964, que prejudicam a classe trabalhadora. Entre eles, a Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 - Câmara), juntamente com o departamento intersindical e órgãos competentes, faz-se necessário a retirada dos 55 projetos em tramitação aqui citados, que venha prejudicar a classe trabalhadora.

Sabemos que se estas pautas prevalecerem, levarão a décadas de retrocesso nos direitos trabalhistas, sociais e humanos, o que nos impõe desafios ainda maiores do que os que nos mobilizaram ao longo da última década.

Consciente de seu papel, o SINTEP-MT tem concentrado esforços na Formação Sindical e no fortalecimento das subsedes, com a realização de três Encontros Estaduais de Dirigentes em pouco mais de um ano; a maioria como foco na Organização por Local de Trabalho (OLT), na ampliação de subsedes organizadas resultando em 2015 no maior número destas com eleições sindicais realizadas, além de não descuidar-se da luta principal por carreira, salários e condições de trabalho nas redes estadual e municipais.

Assim, o SINTEP-MT por meio do XVI Congresso, busca o fortalecimento da sua atuação sindical conclamando os(as) trabalhadores(as) da educação a aproveitarem este momento de balanço e de proposição de novas ações para construí-las no sentido de buscarmos a superação coletiva dos desafios impostos à organização sindical na atual conjuntura, sobretudo para o enfrentamento da política de gerenciamento de resultados na educação que tem como consequência a responsabilização individual dos(as) trabalhadores (as) pelas mazelas da educação com consequente desvalorização profissional destes(as), bem como buscar ainda a superação de modelos privatistas na educação básica, que contrariam defesa incondicional deste sindicato de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Ações estratégicas:

- ✓ investir no Centro de Formação do SINTEP-MT, contemplando realização de pesquisa;
- ✓ investir e incentivar na Formação Sindical como ação permanente para a formação de novos dirigentes;
- ✓ lutar pela criação de uma rádio on-line para divulgar os conteúdos educativos e informativos do SINTEP-MT;
- ✓ fazer cronograma de visitação da diretoria da sede central às subsedes;
- ✓ intensificar a política de sindicalização;
- ✓ intensificar as ações na busca da universalização das condições de trabalho, visando superar as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes

com carreira e jornada única para todos(as) os(as) profissionais da educação;

- ✓ avançar na organização por Local de Trabalho por meio da atuação de Representantes das Unidades Escolares;
- ✓ aprimorar a política de comunicação do SINTEP-MT para fazer frente aos desafios da atualidade;
- ✓ aprimorar os mecanismos de arrecadação e gestão dos recursos financeiros
- ✓ intensificar a atuação do Sintep junto a aliados sociais mobilizando a categoria e sensibilizando a sociedade para a formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população;
- ✓ dar continuidade às oficinas sobre financiamento da educação nas regionais e de acordo com a demanda nos municípios;
- ✓ investir na estruturação dos pólos regionais e estrutura básica de equipamentos às subsedes.

6. ESTATUTO

Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO SINDICATO E SINDICALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Fins e Duração

Art. 1º - O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com foro e sede na Capital do Estado, está situada na Rua Mestre João Monge Guimarães nº 102, Bairro Bandeirantes, CEP 78.010-060, Cuiabá-MT.

Art. 2º- O SINTEP/MT sucede à Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), fundado, por prazo de duração por tempo indeterminado, originalmente, como Associação Mato-grossense dos Professores Primários (AMPP) em 29 de junho de 1965, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº. 2.646 de 04 de agosto de 1966, instituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com o CNPJ nº 15.007.842/0001-42 e segue regido pelo presente Estatuto.

Art. 3º - São considerados sindicalizados fundadores

do SINTEP/MT os participantes da Assembleia de Fundação da AMPE, assim como os sindicalizados ao SINTEP/MT na data de realização da aprovação do seu Estatuto.

Art. 4º - O SINTEP/MT é constituído por todos os trabalhadores do ensino público da rede estadual e das redes municipais de ensino do Estado de Mato Grosso e primará sua atuação pelo princípio de liberdade, de adesão e de expressão sindical, sem quaisquer discriminações, dentro das normas do presente Estatuto.

Art. 5º - O SINTEP/MT tem por finalidade:

- a) promover a união e a integração de todos os trabalhadores do ensino público mato-grossense, garantindo sua independência de classe com relação aos governos, aos partidos políticos e aos credos religiosos;
- b) garantir orientação técnica e defesa jurídica aos sindicalizados nas questões profissionais;
- c) defender intransigentemente os interesses dos sindicalizados, desde que não sejam contrários ao pensar coletivo, expresso nas deliberações das instâncias do Sindicato;
- d) representar coletiva e individualmente seus sindicalizados, perante qualquer autoridade administrativa e jurídica;
- e) reivindicar dos poderes políticos a valorização e o aperfeiçoamento dos seus sindicalizados;
- f) fortalecer o intercâmbio com as demais organizações sindicais e populares representativas dos trabalhadores;
- g) encaminhar os planos de luta, as campanhas reivindicatórias de seus sindicalizados nos níveis educacionais, econômicos, sociais, culturais e político;
- h) lutar em defesa e pelo fortalecimento da escola pública, democrática gratuita e qualidade social;
- i) concorrer subsidiariamente para o desenvolvimento profissional, formação política, cultural e social de seus sindicalizados;
- j) encaminhar, em Mato Grosso, os planos de luta educacional das entidades a que o SINTEP/MT estiver sindicalizado.

CAPÍTULO II

Da Admissão, Direitos e Deveres dos Sindicalizados

Art. 6º - Poderão ser admitidos como sindicalizados do SINTEP/MT:

- a) os trabalhadores do ensino público em atividade na rede estadual e nas redes municipais de ensino no Estado de Mato Grosso;

- b) os profissionais habilitados para funções educativas, ainda que desempregados, desde que residentes no Estado de Mato Grosso;
- c) os trabalhadores do ensino público aposentados.

Parágrafo Único - Não poderão permanecer sindicalizados, os profissionais que, mesmo habilitados, não atuarem na Educação Pública de Mato Grosso por um período superior a dois anos, exceto quando em exercício de mandato eleitoral ou de cargo comissionado.

Art. 7º - Os sindicalizados passam a gozar de seus direitos e deveres no SINTEP/MT, a partir do momento em que, solicitada sua filiação em ficha-requerimento, tiverem o nome registrado no Sistema de Gerenciamento Central de Filiação do Sindicato.

Art. 8º - São direitos dos sindicalizados ao SINTEP/MT, assim regulamentados pelo presente Estatuto e incorporados ao Regimento das Subsedes:

- a) usufruir do patrimônio do SINTEP/MT para atividades sindicais e na conformidade com a disciplina e as normas estabelecidas e arregimentadas
- b) participar com direito a voz e voto nas instâncias do Sindicato;
- c) votar e ser votado em eleições para órgãos deliberativos, representativos e executivos de tarefas temporárias e permanentes do SINTEP/MT;
- d) receber assistência do Sindicato, quando solicitado, em relação a sua vida funcional e profissional;
- e) gozar dos benefícios, dos serviços e das vantagens mantidas pelo sindicato, na conformidade com a disciplina e as normas estabelecidas e arregimentadas;
- f) requerer à Diretoria competente a convocação de Assembleia Geral extraordinária, junto com 1/5 dos sindicalizados, justificando-a;
- g) requerer a convocação do Conselho de Representantes extraordinário, junto com 1/3 dos sindicalizados, justificando-o;
- h) solicitar exclusão do quadro social do sindicato, mediante requerimento individual à Diretoria Central;
- i) permanecer sindicalizado, mesmo que ausente do quadro da educação, por tempo inferior a dois anos, desde que contribua pontualmente com as mensalidades estipuladas nos termos deste estatuto;

Art. 9º - São deveres dos sindicalizados:

- a) contribuir pontualmente com a mensalidade estipulada pelo presente Estatuto;
- b) exigir dos diretores da Diretoria Central e das Subsedes o cumprimento dos objetivos e das determinações deste Estatuto, bem como o respeito às decisões das instâncias deliberativas;
- c) zelar pela qualidade dos serviços, conservação e uso do patrimônio do SINTEP/MT, cuidando pela

- correta aplicação dos recursos do Sindicato;
- d) comparecer às reuniões, assembleias, congressos e outros eventos, quando convocados pelas instâncias deliberativas do Sindicato;
- e) não tomar deliberação concernente à categoria sem ouvir pronunciamento das instâncias deliberativas competentes do Sindicato;
- f) respeitar e acatar as decisões tomadas nas instâncias deliberativas do Sindicato;
- g) conhecer, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

TÍTULO II DAS ESTRUTURAS DO SINDICATO

CAPÍTULO III Das Instâncias Deliberativas do Sindicato

Seção I Do Congresso Estadual

Art. 10 - O Congresso Estadual é a instância máxima de deliberação do SINTEP/MT, composta por delegados, reunindo-se, ordinária e extraordinariamente, para deliberar sobre as questões estruturais do Sindicato: Política Educacional, Política Sindical e Reforma Estatutária.

Art. 11 - São Delegados Natos ao Congresso Estadual do SINTEP/MT os membros da Diretoria Central e do Conselho Fiscal.

Art. 12 - O Congresso Estadual Ordinário será realizado a cada três anos, podendo neste intervalo, se necessário, ser realizado Congresso Estadual Extraordinário.

Art. 13 - A convocação do Congresso Estadual será feito em Conselho de Representante da Categoria, convocado com esta finalidade, que também definirá as normas regimentais para sua realização, sua composição, forma de organização, o temário, a programação e ordem do dia, cabendo à Direção Central dar ampla divulgação aos sindicalizados.

Art. 14 - Ao Congresso Estadual compete:

- a) avaliar e definir a política educacional, cultural, social, econômica e sindical do SINTEP/MT;
- b) apreciar e deliberar, a respeito das reformas estatutárias, somente sobre as propostas que forem aprovadas pela categoria, nas etapas que antecedem a etapa estadual;
- c) aprovar o Plano de Lutas da categoria;
- d) deliberar sobre a extinção da Entidade Sindical e a reversão do patrimônio da Entidade Sindical.

Art. 15 - O Congresso Estadual será instalado em

primeira convocação com a presença de, no mínimo, a metade mais um dos Delegados credenciados e, em segunda convocação, meia hora depois da primeira convocação, com qualquer número dos Delegados credenciados.

Art. 16 - As deliberações no Congresso serão aprovadas por maioria simples dos votos dos delegados presentes, exceto se tratar da extinção da Entidade sindical, que exigirá aprovação por voto da maioria qualificada de seus delegados.

Art. 17 - O Congresso Extraordinário só poderá tratar de assuntos para os quais for convocado.

Art. 18 - O Congresso Estadual ordinário poderá, por aprovação da maioria dos delegados, deliberar sobre assuntos não constantes da Ordem do Dia, exceto se tratar de questões estatutárias, que deverá respeitar as propostas aprovadas pela base, nas etapas que antecedem a etapa estadual.

Seção II Das Assembleias Gerais

Art. 19 - A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberações do sindicato, exceto para as questões que são de competência exclusiva do Congresso Estadual, e nela terão direito à voz e voto todos os sindicalizados em dia com as contribuições sindicais.

Art. 20 - A Assembleia pode ser:

- a) Geral Estadual, de todos os sindicalizados do SINTEP/MT;
- b) Regional, de todos os sindicalizados de um Polo Regional;
- c) Municipal, de todos os sindicalizados de uma determinada Subsede;
- d) Setorial, de fração setorializada de sindicalizadas de determinada Subsede e serão autônomas dentro do limite de suas instâncias;
- e) Por segmento dos profissionais que compõe a base do SINTEP/MT;
- f) Assembleia Permanente, durante o período de greve da categoria;
- g) Assembleia de Posse da Diretoria Central, que será realizada no dia 29 de junho, por ocasião do aniversário do sindicato, de todos os anos em que ocorrerem as eleições gerais do SINTEP/MT.

Art. 21 - As Assembleias, nas diversas instâncias do SINTEP/MT, serão ordinárias e extraordinárias, convocadas pela Diretoria competente (Central, Regional e Municipal), no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência de sua realização, através de Edital de Convocação, constando data, local, horário e pontos de pauta a ser tratado.

Parágrafo Primeiro - Partindo a convocação da Sede

Central, deverá ser dada ciência a todas as Subsedes.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Extraordinárias serão realizadas, sempre que necessárias, e serão convocadas pela própria Diretoria, ou pelo Conselho de Representantes, ou por 1/5 dos sindicalizados.

Art. 22 – Durante o período de greve da categoria, em caráter de excepcionalidade, para deliberar sobre questões de imediata relevância, a Assembleia Geral será declarada Assembleia Geral Permanente, dispensando-se para a sua convocação o prazo estipulado neste estatuto, garantindo-se, contudo, ampla divulgação à categoria.

Art. 23 – A Assembleia Geral será iniciada, em primeira convocação, com maioria simples dos sindicalizados ou, trinta minutos depois, em segunda convocação, com qualquer número de sindicalizados.

Art. 24 - Compete à Assembleia Geral:

- a) apreciar e deliberar sobre as resoluções dos Conselhos de Representantes;
- b) dar posse à nova Diretoria do SINTEP/MT;
- c) preencher, por eleição, os cargos que vagarem na Diretoria e no Conselho Fiscal, durante o mandato regulamentar;
- d) autorizar a venda, alienação e locação dos bens imóveis do SINTEP/MT, com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus sindicalizados presentes;
- e) autorizar, em assembleia local, a aquisição dos bens imóveis pelas Subsedes;
- f) apreciar e deliberar os planos de operacionalização das políticas e das campanhas aprovadas nas instâncias do SINTEP/MT;
- g) apreciar, avaliar e aprovar as demais decisões políticas e administrativas do SINTEP/MT;
- h) resolver os casos omissos no Estatuto “ad referendum” do Congresso Estadual;
- i) deliberar sobre a aplicação de advertência, suspensão e exclusão dos sindicalizados, Diretores e membros Conselho Fiscal do SINTEP/MT;
- j) decidir, em grau de recurso as reclamações contra os atos da administração do SINTEP/MT;
- k) conferir menção honrosa àqueles que tenham prestado relevantes serviços à classe dos educadores e ao SINTEP/MT;
- l) referendar as indicações dos sindicalizados para representação em conselhos, fóruns, comissões e outras instâncias participação social.

Seção III

Do Conselho de Representantes

Art. 25 - O Conselho de Representantes do SINTEP-MT é composto pelos membros da Direção Central (Diretoria Executiva e Diretores Regionais), pelo presidente de cada

Subsede ou representante, estando garantida a presença de mais 1 (um) representante por Subsede, eleito em assembleia local, para cada 150 (cento e cinquenta) sindicalizados no município.

Parágrafo Único - As despesas de alojamento e alimentação dos Conselheiros serão cobertas pelas receitas da Sede Central do Sindicato.

Art. 26 - O Conselho de Representantes reúne-se, ordinariamente, quatro vezes ao ano por convocação da Diretoria e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, por convocação da própria Diretoria, do Conselho Fiscal ou por requerimento à Direção de no mínimo 1/3 dos sindicalizados.

Art. 27. – O Conselho de Representante tem por competências:

- a) analisar e aprovar o Plano Financeiro Anual da Direção Central;
- b) analisar e aprovar a Prestação de Contas da Direção Central: Sede Central e Polo Regionais;
- c) aprovar a Pauta de Reivindicação da categoria;
- d) decidir sobre encaminhamentos das lutas da Categoria, remetendo questões às Assembleias Gerais, Regionais e Setoriais, ou até convocando Congresso extraordinário;
- e) eleger a Comissão Eleitoral Estadual;
- f) autorizar a aquisição de bens imóveis pela Sede Central;
- g) eleger Delegados e Conselheiros do Sindicato para instâncias da entidade a que o SINTEP/MT estiver filiado, de acordo com os Estatutos respectivos;
- h) aprovar a convocação e o regimento dos Congressos do SINTEP/MT;
- i) implementar as resoluções dos Congresso e os Planos de Luta;
- j) aprovar a convocação e o regimento do Encontro Estadual Educação e Encontros temáticos do SINTEP/MT;
- k) implementar os encaminhamentos aprovados no Encontro Estadual Educação e Encontros temáticos do SINTEP/MT;
- l) aprovar o regulamentos de eventos, a forma de funcionamento de suas instâncias e as regras de acesso aos serviços e usufruto dos bens do SINTEP/MT pelos sindicalizados;
- m) analisar a situação funcional das Subsedes, podendo deliberar sobre a aplicação dos recursos das que não estiverem funcionando de acordo com este Estatuto.

Art. 28 - O Conselho de Representantes só poderá deliberar com a presença mínima da maioria simples das Subsedes constituídas, conforme este Estatuto.

Art. 29 - Empossada a Diretoria Central, esta se

obriga a convocar Conselho de Representantes, no prazo de 60 (sessenta) dias, incluindo, necessariamente, na pauta a apreciação do Plano de Trabalho e do Plano Financeiro da nova gestão.

Art. 30 – Com convocação pelo Conselho de Representantes, o SINTEP/MT realizará, em anos intercalados ao Congresso Estadual, seu Encontro Estadual de Educação para debater e propor políticas educacionais e políticas públicas.

Parágrafo Único – O Encontro Estadual terá definido em regimento próprio, aprovado no Conselho de Representante, o período de realização, sua forma de organização, sua composição, seu temário, programação e ordem do dia.

Seção IV

Do Conselho Diretivo Regional

Art. 31 - O Conselho Diretivo é órgão de natureza colegiada e deliberativa do Sindicato que funciona como parte integrante dos Polos Sindicais Regionais, com organização definida em regimento próprio aprovado por Conselho de Representantes e é constituído por representantes das Subsedes do respectivo polo, eleitos em Assembleia Local.

Art. 32 – O Conselho Diretivo reunirá, ordinariamente, duas vezes ao ano, por convocação do Diretor Regional do Polo Sindical e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do próprio Diretor Regional, da Direção Executiva ou por interesse dos sindicalizados do polo, com a seguinte finalidade:

- a) formular a política sindical, bem como a organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento da categoria no polo;
- b) elaborar o Plano de Ação do Diretor Regional com a agenda de atendimento às demandas das Subsedes e encaminhamento das deliberações das instâncias do Sindicato;
- c) aprovar a Prestação de Contas do Diretor do Polo Regional.

CAPÍTULO IV

Da Estrutura Administrativa do Sindicato

Seção I

Da Constituição e Funcionamento dos órgãos Administrativos

Art. 33 – A estrutura Administrativa do SINTEP/MT é constituída por uma Sede Central, localizada na capital do Estado e administrada pela Diretoria Central e por quantas Subsedes forem formadas na sua base territorial, que serão

geridas por uma Direção local constituída.

Art. 34 – Um determinado grupo de Subsedes constitui um Polo Sindical Regional, com gestão a cargo e sob a responsabilidade de um Diretor Regional, cuja função é a de articular as Diretorias das Subsedes à Diretoria Central.

Art. 35 - A Diretoria Central e as Diretorias das Subsedes podem se estruturar por meio de departamentos ou órgãos administrativos, com dotação orçamentária específica definida no Plano Financeiro Anual específico, subordinados, por sua vez, ao coletivo da Direção e às instâncias do SINTEP/MT.

Parágrafo Primeiro – Os departamentos e organismos criados pela Diretoria Central e pelas Diretorias das Subsedes serão responsáveis por incrementar determinadas atividades setoriais de importância para a vida do Sindicato e que são insuscetíveis de serem comandadas pelos próprios membros.

Parágrafo Segundo - Os Departamentos vinculados à Diretoria Central terão que ser aprovados em Conselho de Representantes de âmbito Estadual e os Departamentos das Subsedes terão aprovação das Assembleias Locais.

Parágrafo Terceiro - Fica criado, por este Estatuto, o Departamento Jurídico da Sede Central do SINTEP/MT, coordenado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos do Sindicato, que deverá contratar uma Assessoria Jurídica para atender as demandas da Central e das Subsedes do Sindicato, com a obrigação de cumprir expediente de atendimento semanal de 30 horas, na Sede Central.

Seção II

Da Direção Central

Art. 36 - A Direção Central do SINTEP/MT é o órgão de direção do sindicato constituída por uma Diretoria Executiva, composta por no mínimo de 19 (dezenove) membros eleitos para os respectivos cargos executivos, mais 15 (quinze) Diretores Sindicais Regionais, com mandato de 3 (três) anos.

Art. 37 - A Direção Central terá reuniões bimestrais com a obrigação da presença de todos os seus membros da Direção Executiva e dos Diretores Sindicais dos Polos Regionais.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade e, observada às normas deste Estatuto, a Direção Central reunir-se-á, extraordinariamente, quantas vezes for necessário.

Art. 38 - Os atos de competência da Diretoria são coletivos e seus membros não poderão deliberar isoladamente, cabendo-lhes executar as decisões tomadas por maioria simples e as atribuições estatutárias.

Art. 39 - Compete ao coletivo da Direção Central:

- a) dirigir os destinos do Sindicato, administrar seu patrimônio, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, Regimento e outros Regulamentos;

- b) cumprir e fazer cumprir as decisões aprovadas em Congresso Estadual, em Assembleia Geral, em Conselho de Representantes e em reuniões da própria Diretoria Central;
- c) elaborar e implementar as ações do Plano de Trabalho da Direção Central e do Planejamento Estratégico SINTEP/MT;
- d) organizar o Plano Financeiro Anual, submetendo-o à aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes;
- e) aplicar penalidades previstas neste Estatuto;
- f) autorizar despesas extraordinárias de emergência;
- g) admitir novos sindicalizados e controlar o fichário dos mesmos;
- h) garantir o funcionamento da Sede do Sindicato e de seus órgãos administrativos;
- i) pautar em suas reuniões todas as solicitações das instâncias deliberativas do Sindicato em nível estadual, das Subsedes e dos Sindicalizados individualmente;
- j) nomear representantes do Sindicato junto a Entidades congêneres ou para eventos de interesse da classe, salvo os casos de Delegados de Base a Congressos ou outras reuniões;
- k) convocar as Eleições Gerais do SINTEP/MT em, no mínimo, quarenta e cinco dias antes do término do mandato da Direção em curso;
- l) acionar judicialmente qualquer indivíduo ou entidade que infringir este Estatuto e/ou atentar contra o patrimônio do SINTEP/MT e/ou direitos dos sindicalizados assegurados em Lei.
- m) resolver as questões omissas ou de urgências no campo administrativo do Sindicato, ad referendum do Conselho de Representantes.

Subseção I

Da Direção Executiva

Art. 40 – A Diretoria Executiva é uma instância do SINTEP/MT composta pelos seguintes cargos:

1. Presidente;
2. Vice-presidente;
3. Secretaria Geral;
4. 1ª Secretaria;
5. Secretaria de Finanças;
6. 1ª Secretaria de Comunicação;
7. Secretaria de Comunicação;
8. Secretaria de Cultura;
9. Secretaria de Políticas Educacionais;
10. Secretaria de Formação Sindical;
11. Secretaria de Articulação Sindical;

12. Secretaria das Redes Municipais;
13. Secretaria dos Funcionários da Educação;
14. Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos;
15. Secretaria de Infraestrutura Sindical;
16. Secretaria de Organização Sindical;
17. Secretaria de Políticas Sociais;
18. Secretaria de Administração Sindical;
19. Secretaria de Seguridade Social.

Art. 41 – A Direção Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez ao mês e, extraordinariamente, quando houver necessidade.

Art. 42 - Ao Presidente, ou em seu afastamento ou impedimento, ao Vice-Presidente compete:

- a) representar o SINTEP/MT perante as autoridades públicas em juízo ou fora dele;
- b) convocar e presidir reuniões da Diretoria, Conselho de Representantes, Congresso Estadual, Assembleias Gerais e Setoriais, a critério do respectivo coletivo;
- c) assinar os balancetes e balanços, juntamente com o secretário de finanças em exercício, assim como responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias ou de investimentos financeiros;
- d) assinar as correspondências oficiais do SINTEP/MT;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as resoluções da Diretoria, das instâncias deliberativas do SINTEP/MT e estabelecidas no presente Estatuto;
- f) convocar as Eleições Gerais do SINTEP/MT em, no mínimo, quarenta e cinco dias antes do término do seu mandato.

Art. 43 - Ao Secretário Geral e ao 1º Secretário compete:

- a) dirigir os serviços da secretaria do sindicato e supervisionar os demais serviços, zelando pelo seu bom funcionamento e pelos arquivos da entidade;
- b) secretariar redigir e assinar as atas das reuniões da Diretoria Central, do conselho de Representantes, das Assembleias Gerais e dos Congressos do SINTEP/MT.
- c) assinar com o presidente a correspondência do SINTEP/MT.

Parágrafo Único - Ao 1º Secretário competem os procedimentos de arquivo ativo e arquivo histórico do SINTEP.

Art. 44 - Ao Secretário de Finanças, ou em seu afastamento ou impedimento, ao 1º Secretário compete:

- a) dirigir e supervisionar os trabalhos da Secretaria de Finanças, zelando pelas receitas e despesas, em conformidade com Plano Financeiro do SINTEP/MT e o estabelecido no presente Estatuto;
- b) assinar, juntamente com o Presidente, os balancetes e balanços, bem como, responsabilizar-se pela

movimentação das contas bancárias ou de investimentos financeiros;

- c) encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes, como instâncias deliberativas estatutariamente responsáveis pela análise e aprovação.

Proposta 01

Art. 44 - Ao Secretário de Finanças, ou em seu afastamento ou impedimento, ao 1º Secretário compete:

- a) ...
b) ...
c) encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes, como instâncias deliberativas estatutariamente responsáveis pela análise e aprovação, devendo, após sua aprovação disponibilizá-la, semestralmente, no endereço eletrônico da entidade.

Proposta substitutiva:

Art. 44 –

- c) encaminhar as Prestações de conta do SINTEP-MT às Subsedes, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Representantes, como instâncias deliberativas estatutariamente responsáveis pela análise e aprovação, devendo, após sua aprovação **encaminhá-la** semestralmente no endereço eletrônico da entidade.

Art. 45 – Os demais Diretores Executivos terão suas atividades e detalhamento definidos no Regimento Interno da Direção Central, agregando à composição destas Secretarias um Diretor Adjunto que terá como competência auxiliar o Diretor Titular nas atividades da Secretaria ou substituí-lo na sua ausência.

Parágrafo Único - O Regimento a que se refere o caput deste artigo será elaborado pela Direção Executiva e apresentado para aprovação no Conselho de Representantes da categoria.

Subseção II Dos Polos Sindicais Regionais

Art. 46 – O Polo Sindical Regional é uma circunscrição que compreende mais de uma Subseção e para coordená-la será eleito um Diretor Sindical Regional, por voto dos sindicalizados das Subsedes do Polo Regional, fazendo parte da composição da Direção Central.

Art. 47 - Compete ao Diretor/a Sindical Regional:

- a. convocar e presidir os Conselhos Diretivos e as Assembleias Regionais;
b. fortalecer a comunicação entre a Sede Central e

Subsedes e vice-versa;

- c. estimular as mobilizações sindicais no Polo Regional através de Seminários e campanhas de filiação;
d. assessorar as Diretorias das Subsedes de sua região, realizando trabalho articulado com as Secretarias de Formação e Articulação Sindical;
e. elaborar o Plano de Ação semestral do Polos Regionais, com previsão de gastos para encaminhamento das ações;
f. entregar bimestralmente relatório de atividades à Secretaria Geral;
g. prestar contas aos sindicalizados de sua região e à Tesouraria da Sede Central do uso dos recursos utilizados.

Art. 48 - São 15 (quinze) os Polos Sindicais, divididos entre as cinco grandes regiões do Estado, assim constituídas:

- I. Polo Sindical Oeste I Regional Baixada Cuiabana: Várzea Grande, Acorizal, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Jangada, Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço e Cuiabá;
- II. Polo Sindical Oeste II Regional Paraguai – Cabaçal: Cáceres, Mirassol do Oeste, Porto Esperidião, São José dos Quatro Marcos, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Lambari do Oeste, Glória do Oeste, Figueirópolis do Oeste, Indivaí, Araputanga e Curvelândia;
- III. Polo Sindical Oeste III Regional Vale do Guaporé: Campos de Júlio, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Jauru, Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vale do São Domingos;
- IV. Polo Sindical Nortão I Regional Alto Teles Pires: Garantã do Norte, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Matupá, Terra Nova do Norte, Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Marcelândia, Novo Mundo e Nova Santa Helena;
- V. Polo Sindical Nortão II Regional Médio Teles Pires: Alta Floresta, Carlinda, Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde e Nova Bandeirante;
- VI. Polo Sindical Nortão III Regional Vale do Teles Pires: Cláudia, Sinop, Santa Carmem, Vera, Sorriso, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, União do Sul, Nova Ubiratã e Ipiranga do Norte;
- VII. Polo Sindical Nortão IV Regional Vale do Arinos: Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Tapurah e Itanhanga;
- VIII. Polo Sindical Noroeste Regional Vale do Juruena: Juína, Aripuanã, Brasnorte, Cotriguaçu, Juruena, Castanheira, Rondolândia e Colniza;
- IX. Polo Sindical Médio Norte I Regional Vale do Pa-

- raguai: Arenópolis, Nortelândia, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Santo Afonso, Nova Marilândia, Porto Estrela e Sapezal;
- X. Polo Sindical Médio Norte II Regional Alto Paraguai: Diamantino, Alto Paraguai, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Nobres, Rosário Oeste, Nova Maringá, Santa Rita do Trivelato;
- XI. Polo Sindical Leste I Regional Vale do Araguaia: Barra do Garças, General Carneiro, Torixoréu, Araguaiana, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguinha e Santo Antonio do Leste;
- XII. Polo Sindical Leste II Regional Médio Araguaia: Nova Xavantina, Campinápolis, Cocalinho, Canarana, Querência, Água Boa, Novo Santo Antonio, Ribeirão Cascalheira, Nova Nazaré, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia e Gaúcha do Norte;
- XIII. Polo Sindical Leste III Regional Araguaia/Xingu: São Félix do Araguaia, Luciara, Vila Rica, Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, Alto Boa Vista, Confresa, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu;
- XIV. Polo Sindical Sul I Regional Serra da Petrovina: Rondonópolis, Pedra Preta, Itiquira, Guiratinga, São José do Povo, Tesouro, Alto Garças, Alto Araguaia e Alto Taquari;
- XV. Polo Sindical Sul II Regional Vale do São Lourenço: Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Primavera do Leste, Poxoró, Paranatinga, Nova Brasilândia, Planalto da Serra.

Parágrafo Único – Cada Polo Sindical Regional terá um município sede, independente do município de residência do Diretor Regional e será equipado de forma a atender às demandas regionais, sendo os seguintes municípios indicados para sede dos polos:

- I. Polo Sindical Oeste I Regional Baixada Cuiabana: Várzea Grande;
- II. Polo Sindical Oeste II Regional Paraguai – Cabaçal: Cáceres;
- III. Polo Sindical Oeste III Regional Vale do Guaporé: Pontes e Lacerda;
- IV. Polo Sindical Nortão I Regional Alto Teles Pires: Peixoto de Azevedo;
- V. Polo Sindical Nortão II Regional Médio Teles Pires: Alta Floresta;
- VI. Polo Sindical Nortão III Regional Vale do Teles Pires: Sinop;
- VII. Polo Sindical Nortão IV Regional Vale do Arinos: Juara;
- VIII. Polo Sindical Noroeste Regional Vale do Juruena:

- Juína;
- IX. Polo Sindical Médio Norte I Regional Vale do Paraguai: Tangará da Serra;
- X. Polo Sindical Médio Norte II Regional Alto Paraguai: Diamantino;
- XI. Polo Sindical Leste I Regional Vale do Araguaia: Barra do Garças e Pontal do Araguaia;
- XII. Polo Sindical Leste II Regional Médio Araguaia: Água Boa;
- XIII. Polo Sindical Leste III Regional Araguaia/Xingu: Confresa;
- XIV. Polo Sindical Sul I Regional Serra da Petrovina: Rondonópolis;
- XV. Polo Sindical Sul II Regional Vale do São Lourenço: Campo Verde.

Seção III Das Subsedes

Art. 49 – As Subsedes são unidades políticas e administrativas do SINTEP/MT, organizadas por município, com competência para atuar politicamente nas questões de interesse local.

Art. 50 - São instâncias deliberativas das Subsedes:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho de Representantes das Unidades Escolares e;
- III – Direção da Subsede.

Art. 51 - As Instâncias Deliberativas das Subsedes terão convocação e competências, conforme estabelecidos no presente Estatuto.

Art. 52 - Toda Subsede contará com uma Diretoria Local executiva, garantindo-se as funções de Coordenação, Secretaria e Tesouraria, subordinando-se esta Diretoria a um Conselho de Representante das Unidades Escolares Estaduais e Municipais e à Assembleia Local da categoria.

Art. 53 – As Subsedes serão administradas por uma Diretoria composta de, no mínimo, 04 (quatro) diretores, eleitos de forma direta, para mandato de 03 (três) anos, para os cargos de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário de finanças;
- IV - Secretário Geral.

Art. 54 – Compete ao coletivo da Diretoria da Subsede:

- a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Congressos, das Assembleias Gerais, da Diretoria Central, da Diretoria Executiva, do Pólo Sindical a que estiver subordinada e do Conselho Fiscal;
- b) Desenvolver diretrizes, metas e linhas de ações que se harmonizem e ponham em pratica as delibera-

- ções das Instancias Superiores do Sindicato;
- c) Organizar a Subsede;
- d) Apresentar à Direção Central, plano de metas e previsão de despesas para adequação ao orçamento geral da entidade;
- e) Filiar os Trabalhadores em Educação;
- f) Reunir-se periodicamente, conforme definido em Regimento Interno;
- g) Dar conhecimento aos sindicalizados das deliberações dos órgãos do Sindicato e de seus planos de luta;
- h) Visitar as escolas de sua atribuição e reunir-se com os Trabalhadores em Educação;
- i) Representar, de forma imediata, os trabalhadores da base de sua jurisdição e defender seus interesses perante os poderes locais.

Art. 55 - Na estrutura organizativa da Subsedes, além da Direção Executiva, cada Subsede deverá eleger o seu Conselho de Representantes das Unidades Escolares (RUE) que representa a política de Organização por Local de Trabalho (OLT) do SINTEP/MT.

Art. 56 – Cada Subsede elaborará seu Regimento Interno a ser aprovado em Assembleia Local, podendo nele ampliar o número de diretores até o limite do quantitativo de Diretores da Direção Executiva Central e obedecendo aos seguintes princípios:

- a) manter coerência com o estabelecido no presente Estatuto;
- b) prever a composição e as competências de todos os Diretores da Direção da Subsede;
- c) garantir como competência do Presidente da Subsede a função de representação política e jurídica da Subsede, bem como, iniciativa e coordenação no encaminhamento das deliberações das instâncias do SINTEP/MT;
- d) prever como obrigação do Secretário de Finanças a organização contábil e a prestação de contas do uso dos recursos da Subsede;
- e) prever como obrigação do Secretário Geral a responsabilidade com a escrituração, arquivo e documentação da Subsede;
- f) fazer a previsão das reuniões ordinárias e extraordinárias da Direção da Subsede.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 57 - O Conselho Fiscal do SINTEP/MT é composto por três membros titulares e três suplentes que serão eleitos na Assembleia Geral de posse da Direção, com mandato igual ao da Diretoria Central.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente entre seus pares.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre, por convocação do seu presidente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação das instâncias do sindicato.

Parágrafo Terceiro – É vedada a participação de membros da Diretoria Central no Conselho Fiscal.

Parágrafo Quarto – As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas pelo voto direto e pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 58 - O SINTEP/MT garantirá o funcionamento e a participação do Conselho Fiscal nos eventos sindicais

Art. 59 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) apreciar o Plano Financeiro Anual do SINTEP/MT e submetê-lo ao Conselho de Representantes;
- b) emitir parecer pertinente às contas e balanços da entidade, inclusive ao da conclusão de mandato da Diretoria;
- c) fiscalizar a aplicação, pela Diretoria, das verbas do SINTEP/MT;
- d) examinar os livros, os registros e todos os documentos de escrituração do SINTEP/MT.

Art. 60 - Na hipótese de destituição ou renúncia coletiva ou de 50% mais um dos membros titulares do Conselho Fiscal e na falta de seus suplentes legais para assumirem o mandato ou cargo, a Direção Central convocará nova eleição, em Assembleia Geral da Entidade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

TITULO III DO PROCESSO ELEITORAL DO SINDICATO

CAPÍTULO V

Das Eleições, Da posse e Do Mandato

Art. 61 - As eleições da Diretoria Central do SINTEP/MT e das Diretorias de Subsede acontecerão, simultaneamente no mês de junho, a cada três anos, e as despesas relativas ao processo correrão por conta do Sindicato.

Parágrafo Único. A eleição dos Diretores Sindicais Regionais para compor a Diretoria Central, ocorrerá no âmbito do Polo Regional.

Art. 62. As Eleições do SINTEP/MT serão convocadas pela Direção Central, no prazo de até quarenta e cinco dias antes do término do seu mandato e será constituída em Conselho de Representantes, convocado com esta finalidade, a Comissão Eleitoral Estadual que terá a incumbência de conduzir todo o processo eleitoral.

Parágrafo Primeiro – Poderão votar os filiados com, no mínimo, até 60 (sessenta) dias antes das eleições e que

estiverem quites com a Secretaria de Finanças do SINTEP/MT.

Parágrafo Segundo – Poderão candidatar-se os filiados com, no mínimo, até 6 (seis) meses antes das eleições e que estiverem quites com a Secretaria de Finanças do SINTEP/MT.

Parágrafo Terceiro – Não poderão ser candidatos os sindicalizados que ocupam função ou cargo comissionado, em qualquer esfera de governo, exceto quando escolhidos por eleição.

Parágrafo Quarto - Somente poderão ser inscritas chapas completas, por meio de requerimento com subscrição dos membros da chapa, no prazo de até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Parágrafo Quinto - Os candidatos a Diretor Sindical Regional poderão apresentar inscrição alinhada ou independente das chapas concorrentes.

Art. 63 - A posse da nova Direção eleita ocorrerá aos 29 dias do mês junho, data do aniversário do SINTEP/MT, dos anos em que ocorrer às eleições.

Art. 64 - O mandato da Diretoria Central e das Sub-Sedes SINTEP-MT é de três anos.

CAPÍTULO VI

Da Comissão Eleitoral

Art. 65 - Para conduzir o Processo Eleitoral do SINTEP/MT será constituída Comissão Eleitoral Estadual, composta por 3 (três) membros, eleitos em Conselho de Representantes, mais 1 (um) representante de cada chapa concorrente, indicado no momento do registro da chapa.

Parágrafo Primeiro – As regras do Processo Eleitoral do SINTEP/MT constarão do Regimento Eleitoral elaborado pela Comissão Eleitoral Estadual, cujas normas não poderão contrariar às previstas no presente Estatuto.

Parágrafo Segundo - Para desenvolver os trabalhos de sua competência a Comissão será auxiliada pela Direção do sindicato, com acesso à documentação necessária, mediante solicitação.

Parágrafo Terceiro – Para conduzir o processo eleitoral nas Subsedes será constituída uma Comissão Eleitoral Local com essa finalidade, com a mesma composição e coordenada pela Comissão Estadual.

Parágrafo Quarto - A Comissão Eleitoral só se dissolve na Assembleia Geral de Posse da Nova Diretoria, cabendo-lhe, até o momento, dirimir as dúvidas técnicas de todo o processo, sem interferência da Diretoria cessante ou eleita.

Art. 66 – Serão de competência das Comissões Eleitorais a organização do processo de votação, a apuração dos votos, o processamento e julgamento dos recursos, relativos a cada uma das fases das eleições, proclamação dos eleitos e a posse da nova Diretoria.

Parágrafo Primeiro - Totalizados os votos, a Comissão Eleitoral respectiva competente proclamará os resultados e será considerada vencedora a chapa que obtiver o maior número dos votos válidos.

Parágrafo Segundo - Será proclamado eleito o candidato a Diretor Regional que obtiver o maior número de votos válidos entre sindicalizados votantes de sua região.

Parágrafo Terceiro - Qualquer sindicalizado poderá manifestar discordância ou arguir irregularidades, no prazo máximo de até 48 horas, após a proclamação dos resultados da eleição.

Parágrafo Quarto - As discordâncias ou irregularidades alegadas deverão ser formuladas por escrito e ser acompanhadas das provas, sob pena de não serem sequer admitidas pela comissão.

Parágrafo Quinto – As Comissões Eleitorais constituídas nas Subsedes somente apreciarão os recursos relativos às eleições das Diretorias das Subsedes, encaminhando à Comissão Eleitoral Estadual os recursos referentes às eleições da Direção Central.

Parágrafo Sexto – Cabe à Comissão Eleitoral de âmbito estadual dirimir as questões de recursos das Subsedes, caso haja recurso contra decisões nesta instância.

Art. 67 - Todas as discordâncias ou irregularidades manifestadas serão julgadas pela Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à Assembleia Geral de posse, desde que o recurso tenha sido interposto, dentro do prazo de 48 horas da proclamação das decisões proferidas.

Parágrafo Único - Havendo provimento ao recurso e os efeitos implicar em nulidade do resultado das eleições, caberá à assembleia de posse eleger uma Diretoria Transitória, composta por 3 (três) membros, para responder pela Direção do SINTEP/MT, competindo a esta Diretoria Provisória convocar nova Eleição, para o prazo máximo de 20 dias, a ser realizada, conforme normas estabelecidas neste Estatuto.

TÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO E DO PATRIMÔNIO DO SINTEP/MT

CAPÍTULO VII

Das Finanças do Sindicato

- Art. 68** - Constituem-se receitas da SINTEP/MT:
- a) Receitas ordinárias, oriundas das contribuições mensais pagas pelos sindicalizados;
 - b) Receitas extraordinárias, oriundas de rendas provenientes de doações, de produtos de campanhas financeiras e dos descontos extraordinários aprovados em Assembleia Geral da categoria, com fins específicos;
 - c) Receitas eventuais, oriundas das contribuições do imposto sindical.

Proposta 02

Art. 68 - Constituem-se receitas da SINTEP/MT:

- a) Receitas ordinárias, oriundas das contribuições mensais pagas pelos sindicalizados;
- b) Receitas extraordinárias, oriundas de rendas provenientes de doações, de produtos de campanhas financeiras e dos descontos extraordinários aprovados em Assembleia Geral da categoria, com fins específicos.

Proposta aditiva:

Art. 68 - Constituem-se receitas da SINTEP/MT:

- a) ...
- b) ...
- C) Receitas eventuais, oriundas das contribuições do imposto sindical.

Art. 69 - Cada sindicalizado contribuirá ordinariamente, todos os meses, com um valor correspondente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do seu vencimento bruto.

Art. 70 - A contribuição ordinária mensal poderá ser feita:

- a) por desconto em folha pelo órgão municipal ou estadual de arrecadação ou débito em conta bancária;
- b) por pagamento, de boleto com código de barras emitido pela Central ou pagamento direto, mediante recibo.

Art. 71 - O uso das finanças ordinárias, extraordinárias e eventuais terão como absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria.

Proposta 03

Art. 71 - O uso das finanças ordinárias e extraordinárias terá absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria.

Proposta aditiva:

Art. 71 - O uso das finanças ordinárias, extraordinárias e eventuais terá absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria

Art. 72 - A Diretoria Central deverá elaborar, anualmente, de junho a julho, o Plano Financeiro do SINTEP/MT, que deve ser aprovado em Conselho de Representante e publicado para conhecimento dos sindicalizados e dê conta do encaminhamento das políticas estratégicas do SINTEP/MT, da execução do Plano Anual de manutenção das atividades das Secretarias da Sede Central, do Departamento Jurídico e da comunicação própria do Sindicato e dos compromissos com as entidades a que estiver filiado.

Art. 73 - As receitas ordinárias constarão do Plano Financeiro Anual da Sede Central e terão, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- a) 10% (dez por cento) serão destinados para a contribuição do SINTEP/MT com a CUT - Central Única dos Trabalhadores - e com a CNTE - Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Educação;

- b) 10% (dez por cento) serão destinados para o Fundo Unificado de Formação e Comunicação do SINTEP/MT;
- c) o restante da receita será fracionada, conforme os seguintes critérios e fins:

- I. 40% (quarenta por cento) serão repassados para a Sede Central, que deverá destinar parte deste recurso às despesas fixas (pessoal, telefone, luz, Xerox, encargos sociais, assessoria jurídica e jornalística e correspondência) e a outra parte ao desenvolvimento das atividades inerentes à organização e lutas da Categoria no Estado;
- II. 40% (quarenta por cento) serão repassados para as Subsedes do SINTEP/MT;
- III. 02% (dois por cento) serão repassados para o Fundo de Greve que deverá ser gasto, exclusivamente em período de mobilização com prestação de contas em separado;
- IV. 03% (três por cento) serão destinados para as despesas de Congressos Nacionais e Estaduais, Conselhos Nacionais de Entidades, Seminários e Encontros;
- V. 10% (dez por cento) serão destinados aos Polos Regionais, mediante Plano de Ação semestral, com previsão de gastos, sendo que os recursos não utilizados deverão ser redistribuídos pelo Conselho de Representantes aos Polos;
- VI. 05% (cinco por cento) serão destinados à reserva de contingência para custeio das despesas das lutas da categoria pelas Subsedes, priorizando aquelas com dificuldades financeiras e as que estão mais distantes da Sede Central;

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo de Formação e Comunicação Unificado do SINTEP/MT serão aplicados, prioritariamente, em ações de formação sindical, política e educacional, priorizando os Diretores Regionais, os Dirigentes das Subsedes e os Representantes de Unidades Escolares e na comunicação própria do sindicato, na sua Assessoria de Comunicação, publicações e inserções na mídia.

Art. 74 - As receitas extraordinárias recebidas pela Sede Central serão incorporadas ao Plano Financeiro Anual e as recebidas pelas Subsedes serão de seu uso próprio e autônomo, devendo ser inserido no Plano Financeiro Local.

Proposta 03

Art. 74 - As receitas extraordinárias recebidas pela Sede Central serão incorporadas ao Plano Financeiro Anual e as recebidas pelas Subsedes serão de seu uso próprio e autônomo, devendo ser inserido no Plano Financeiro Local.

Proposta aditiva:

Parágrafo Único: As receitas eventuais recebidas pela Sede Central e as Subsedes serão aplicadas em Infraestrutura, exceto nos casos previstos no art. 71

Art. 75 – Haverá uma conta bancária única para recebimento das receitas ordinárias e extraordinárias do SINTEP/M.

Proposta 04

Art. 75 – Haverá uma conta bancária única para recebimento das receitas ordinárias e extraordinárias do SINTEP/M.

Proposta aditiva:

Art. 75 – Haverá uma conta bancária única para recebimento das receitas ordinárias e extraordinárias do SINTEP-MT. **E uma conta bancária única para a receitas eventuais.**

Parágrafo Único - Para o efetivo controle de sua aplicação, as receitas ordinárias serão distribuídas em contas específicas, com rubricas próprias, conforme estabelecido nas alíneas b e c do Ar. 74, deste Estatuto.

Art. 76 - Do uso das receitas dispostas neste Estatuto, cabe a Direção Central elaborar demonstrativo e balancete para conhecimento dos sindicalizados e Balanço Anual que deve ser submetido à aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, como Instância Deliberativa do sindicato.

Parágrafo Único – Cabe à Direção Central encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, no mínimo quinze dias antes do Conselho de Representantes, devendo, após sua aprovação, disponibilizá-la no endereço eletrônico da entidade.

Proposta 05

Art. 76 - Do uso das receitas dispostas neste Estatuto, cabe a Direção Central elaborar demonstrativo e balancete para conhecimento dos sindicalizados e Balanço Anual que deve ser submetido à aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, como Instância Deliberativa do sindicato.

Parágrafo Único – Cabe à Direção Central encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, no mínimo quinze dias antes do Conselho de Representantes, devendo, após sua aprovação, disponibilizá-la no endereço eletrônico da entidade.

Proposta substitutiva:

Art. 76 - ...

Parágrafo Único – Cabe à Direção Central encaminhar as Prestações de Contas do SINTEP/MT às Subsedes, no mínimo quinze dias antes do Conselho de Representantes, devendo, após sua aprovação, **encaminhá-la** no endereço eletrônico da entidade.

Seção I Das Receitas das Subsedes

Art. 77 - As receitas ordinárias das Subsedes serão recebidas da Diretoria Central, em conta jurídica da Subse-
de, sendo administradas pelas instâncias competentes da

respectiva Subse-
de.

Parágrafo Único - As contribuições dos sindicalizados recebidas diretamente pelas Subsedes, oriundas dos descontos em folha, via Prefeitura, ou pagamento contra recibo, deverão ser repassados integralmente à Direção Central para posterior devolução, conforme estabelecido neste Estatuto.

Art. 78 - Cada Subse-
de terá um Plano Financeiro elaborado por sua Diretoria, prevista em seu Regimento, e suas contas serão aprovadas em Assembleia Local;

Parágrafo Único - Cabe aos seus sindicalizados cuidarem pela correta aplicação dos recursos, nos encaminhamentos das lutas do local e do plano de lutas do SINTEP/MT, oportunizando a participação dos sindicalizados em Congressos, Plenárias, Assembleias e Mobilizações da Categoria.

Art. 79 - As Subsedes deverão apresentar à Diretoria Central, trimestralmente, sua prestação de contas devidamente aprovada pela Assembleia Local.

Parágrafo Primeiro - A omissão no dever de prestar contas à Direção Central implicará na suspensão dos repasses dos recursos à Subse-
de, até que a irregularidade seja sanada.

Parágrafo Segundo - Havendo fundado motivo, a Assembleia Local poderá deliberar pelo afastamento cautelar e temporário de dirigentes que tenham empregado de forma indevida os recursos financeiros da Subse-
de, até que se apurem as responsabilidades dos mesmos.

Parágrafo Terceiro – Comprovada o uso ilícito dos recursos da Subse-
de os dirigentes responsáveis serão desligados da Diretoria e impedidos de concorrer a cargo eletivo do sindicato, ficando ainda sujeitos às penalidades ético disciplinares e as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo Quarto - Havendo omissão por parte da Assembleia local, compete à Direção Central tomar as medidas previstas neste estatuto.

Art. 80 - Constitui parte obrigatória do Conselho de Representantes analisarem a situação funcional das Subsedes, podendo deliberar sobre a aplicação dos recursos das que não estiverem funcionando de acordo com este Estatuto.

CAPITULO VIII Do Patrimônio do SINTEP/MT

Art. 81 - O Patrimônio do SINTEP/MT é constituído dos bens móveis e imóveis que foram transferidos pela AMPE e os adquiridos pela Central e pelas Subsedes.

Art. 82 - Os bens móveis e imóveis deverão ser devidamente identificados como sendo patrimônio do SINTEP/MT, cabendo a Sede Central a responsabilidade de manter atualizado o cadastro patrimonial, por item, com seus valo-

res numerários que deve ser publicado para conhecimento, controle, conservação e uso pelos sindicalizados.

Art. 83 - Para alienação, locação ou aquisição dos seus bens imóveis, o Sindicato deverá realizar avaliação prévia dos bens, cuja execução ficará a cargo de organização legalmente habilitada a tal fim.

Parágrafo Primeiro - A alienação e locação dos bens imóveis do SINTEP/MT serão efetuadas somente pela Direção Central e dependerá, exclusivamente, de autorização da Assembleia Geral, convocada para esse fim, com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus sindicalizados presentes;

Parágrafo Segundo - A alienação e locação dos bens móveis do SINTEP/MT serão efetuadas pela Direção Central e depende de autorização do Conselho de Representantes.

Parágrafo Terceiro - A aquisição dos bens imóveis pela Sede Central deve ser autorizada pelo Conselho de representantes da Entidade.

Parágrafo Quarto - A aquisição dos bens imóveis pelas Subsedes depende de autorização da Assembleia Local.

Art. 84 - Em caso de extinção do SINTEP/MT, o que só ocorrerá por deliberação expressa do Congresso Estadual do SINTEP/MT, conforme estabelecido neste Estatuto, seu patrimônio deve ser revertido aos poderes públicos para uso de Escolas Públicas de Mato Grosso.

Art. 85 - As Subsedes terão autonomia de usufruto sobre os bens por ela adquiridos, sendo responsável pela sua conservação.

TÍTULO V DAS PENALIDADES E VACÂNCIA

CAPÍTULO IX Das Penalidades: Advertência, Suspensão e Exclusão

Art. 86 - Os sindicalizados, os Diretores e os membros do Conselho Fiscal do SINTEP/MT, por desrespeito ao Estatuto e às deliberações das instâncias do sindicato, estarão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e exclusão do SINTEP/MT.

Parágrafo Primeiro - Cabe à Direção do Sindicato apreciar a falta cometida e constituir Comissão específica para análise da ocorrência, averiguação dos fatos e apresentação de relatório para ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A penalidade só será aplicada após conclusão dos trabalhos da Comissão instituída e deliberação de Assembleia Geral, sendo assegurado ao sindicalizado o direito de ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Cabe a Direção, em conformidade com a decisão da Assembleia, aplicar a penalidade de acordo com o regulamento do presente Estatuto.

Parágrafo Quarto - A exclusão do sindicalizado só ocorrerá, havendo justa causa, assim reconhecida, em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos deste Estatuto.

Parágrafo Quinto - Em caso de exclusão, o reingresso só poderá ocorrer mediante solicitação do interessado à Diretoria Central, sendo necessária aprovação do pedido, por maioria simples, em Assembleia Geral da Categoria.

Parágrafo Sexto - Havendo a reintegração do postulante ao quadro de sindicalizados do SINTEP/MT, fica o mesmo impedido de concorrer às eleições do sindicato, por tempo a julgo da Assembleia que de autorizar o reingresso;

Parágrafo Sétimo - Fica, ainda, como condição de reingresso o pagamento das mensalidades atrasadas.

CAPÍTULO X Da Vacância, da Sucessão do Mandato e das Licenças

Art. 87 - A vacância no cargo da Direção Central e da Direção das Subsedes se dará por extinção ou perda de mandato.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros da Direção Estadual e da Direção das Subsedes será extinto por morte ou renúncia do interessado.

Parágrafo Segundo - Perderão o mandato os membros da Diretoria Central do Sindicato e das Diretorias das Subsedes:

- a) Quando deixarem de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativas;
- b) Quando descumprir as normas do Estatuto;
- c) Quando deixarem de cumprir as decisões das Instâncias deliberativas;
- d) Quando assumirem cargos de confiança do Governo;
- e) Quando abandonar o cargo;
- f) Quando sofrer condenação judicial em processo criminal, excetuando-se os denominados crimes políticos, cuja pena seja igual ou superior a 01 (um) ano de detenção ou reclusão, enquanto não ocorrer a extinção da execução de sentença;
- g) Quando deixar de pertencer ao quadro da Educação ou solicitar desfiliação.

Parágrafo Terceiro - A perda do mandato será declarada pela Diretoria Central ou pela Diretoria da Subsede, após a tramitação de processo em que se garanta o direito de defesa, cabendo recurso, com efeito suspensivo à Assembleia Geral.

Art. 88 - A Direção respectiva será recomposta por eleições na Assembleia Geral convocada para este fim:

- a) Geral, de todos os sindicalizados do SINTEP/MT,

- para recomposição da executiva da Direção Central;
- b) Regional, quando vagar o mandato de Diretor Sindical em um dos Polos Regionais;
 - c) Municipal, para recomposição da Direção das Subsedes;

Art. 89 – Havendo vacância de todos os membros das Diretorias, a Assembleia Geral extraordinária respectiva, convocada para esse fim, nomeará uma Comissão Provisória que terá o prazo de 60 (sessenta dias) para promover uma nova eleição da Diretoria para completar o atual mandato.

Parágrafo Único – Os componentes da Comissão Provisória poderão concorrer normalmente aos cargos das Diretorias.

Art. 90 - Os membros da Diretoria têm direito a pedir licença das atividades da Direção por um período não superior a um terço do mandato.

Parágrafo Único – Uma vez a licença ou a somatória das mesmas ultrapassarem um terço do mandato, salvo as previstas em lei, o diretor será substituído em definitivo.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91 - Não há entre os sindicalizados, direitos e

obrigações recíprocas, portanto os filiados não respondem pelas obrigações sociais do Sindicato.

Art. 92 - A dissolução do sindicato, bem como a destinação do seu patrimônio somente poderá ser decidida por deliberação do Congresso Estadual do SINTEP/MT, especialmente convocado para esse fim, cuja instalação dependerá do quórum de 2/3 (dois terços) dos Delegados, que estejam em pleno exercício dos seus direitos estatutários, e desde que a proposta de dissolução seja aprovada com votação da maioria qualificada dos presentes com direito a voto, sendo que seu patrimônio será destinado aos poderes públicos para uso de Escolas Públicas de Mato Grosso.

Art. 93 – A reforma estatutária só ocorrerá, exclusivamente, em Congresso Estadual do SINTEP/MT, segundo as regras estabelecidas nos termos deste Estatuto.

Art. 94 - Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos em Assembleia Geral ad referendum do Congresso.

Art. 95 - O presente Estatuto passa a vigorar na data de sua aprovação pelo 1º Congresso Extraordinário do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso.

Cuiabá/MT, 08 de março de 2015.



8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICALIL, Carlos A. Gestão da escola: democracia em questão. Revista da CNTE nº 01, 1ª Ed. Janeiro/1993, p. 45 a 50.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado:1988.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília:1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. B823 Gestão da educação escolar / Luiz Fernandes Dourado. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. XX p. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Pró-funcionário; nº. 06).
- _____, Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base, disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso 03.07.2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil / elaboração Luiz Fernandes Dourado... [et. al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- _____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2001.
- _____. Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprovação, Diretrizes Gerais, Objetivo, Plano Nacional De Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun 2014. Edição Extra.
- _____. Congresso Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da União. Brasília, 1996
- _____. Res. nº. 05/2005 – Cria a área 21 - Profuncionário; Brasília, DF, 2005.
- _____. Parecer nº 16/2005 - competências técnicas da área 21; Brasília, DF, 2005.
- _____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselhos Escolares: Democracia e cidadania, Brasília – DF: Reimpressão, 2005, p. 39.
- _____. Emenda Constitucional nº 53/2006 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Brasília, DF, 2006.
- _____. Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 (em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006), Brasília, DF. 2007.
- _____. Lei 11.738/08 regulamentou o Piso Nacional dos Profissionais do Magistério e a lei 12014/09 alterou o artigo 61 da LDB, Brasília, DF, 2008.
- _____. Lei 12.014/2009 – reconhece os funcionários como profissionais da educação, Brasília, DF, 2009.
- _____. Decreto 7.415/2010 – Institui política nacional de formação dos profissionais da educação, Brasília, DF, 2010.
- _____. Lei nº 12.796/04/2013 antigo PL 5.395/2009 que altera a LDB, acrescentado Artigo 62 A, Brasília, D, 2013.
- CARDOSO NETO, Odorico F. Democracia, educação pública e gestão democrática, artigo publicado na Revista Novos Rumos do SINTEP/MT, 2ª Ed.
- CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Cadernos de Educação – Ano XVIII, n.28, ago. 2014, Edição Especial. -- Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996 [www.isapg.com.br/2012/ciepg/down.php?id=2647&q=1Trajetória histórica e panorama atual](http://www.isapg.com.br/2012/ciepg/down.php?id=2647&q=1Trajetória%20hist%C3%B3rica%20e%20panorama%20atual). Elba Geovana ... histórica do financiamento da educação pública brasileira, desde os seus primórdios, bem como discutir ...- A cesso em 09/10/2015
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa – Artigo publicado na Revista Política & Sociedade, Nº. 5, outubro de 2004, p. 139-164.
- FREITA, Luiz C. - Trabalho produzido para o GT 13 Educação Fundamental. 27ª. Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). Metodologia da pesquisa educacional - 6.ed.- São Paulo: Cortez, 2000, p. 70-90.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- SINTEP-MT. XIV Congresso Estadual de Educação. Qualidade na aprendizagem com promoção profissional. Caderno de texto, 2010.
- _____. IX Encontro Estadual de Educação. (Re) Significando os Planos de Educação para garantia da Gestão Democrática e de Currículo no contexto escolar. Caderno de referência, 2014.
- _____. Caderno – Texto Base - VIII Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT. Demanda da Educação e Organização Curricular “A escola de fases não é a que queremos”. Cuiabá, 2011.

- _____. Articular os Planos Municipais e Estadual de Educação para a implantação do Sistema Único da Educação Básica em MT. Caderno de texto do XV Congresso Estadual do Sintep- MT, 2013.
- _____. - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – Proposta de democratização da Gestão - Cadernos de Educação – nº 03 – 2ª Ed. 1997.
- _____. Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público De Mato Grosso - SINTEP/MT - Cuiabá MT, 2010.
- MATO GROSSO. Constituição Estadual - Promulgada em 05 de outubro de 1989. Governo do estado de Mato Grosso. IOMAT. Cia Editora e impressora mato-grossense.
- _____, Secretaria de Estado de Educação, Gestão Escolar: Democracia e Qualidade, Cuiabá: 1995.
- _____. LC. 050/98 – Cria carreira (única) dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso – Cuiabá, MT, 1998.
- _____. LC. 049/98 – Cria o Sistema Único da Educação Básica de Mato Grosso – Cuiabá, MT, 1998.
- _____. CEE/MT. Resolução 262/02. Estabelece as normas aplicáveis para a organização curricular por ciclos de formação no Ensino Fundamental e Médio do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. 05 nov 2002.
- MIEIB. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Carta Aberta, 2015.
- MOURA. Dante Henrique. Algumas possibilidades de organização do Ensino Médio a partir de uma base unitária: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. In: Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, 2010.
- SAVIANI. Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. IN: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped, 2007.

Anexo I

Educação Indígena

O Estado de Mato Grosso reconhece a existência de quarenta e três mil etnias em seu território. São quarenta e dois mil indígenas, setenta escolas indígenas e duzentos e seis alunos indígenas no estado. A diversidade linguística das sociedades que vivem aqui é representada por dezesseis línguas diferenciadas.

Há dois gargalos na atual política da educação escolar indígena em MT. O primeiro é em relação ao cumprimento da lei relativa a Educação escolar Indígena por muitos municípios mato-grossenses, resultando no abandono dos índios também no setor educacional. O segundo é o financiamento desta educação, principalmente pelos municípios e conseqüente o não cumprimento das diretrizes nacionais da E. E. Indígena e não distribuição dos recursos para que ela se efetue.

Propomos que o Estado de Mato Grosso fortaleça a estrutura da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena da SEDUC-MT e do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso:

- a) criando condições para o acompanhamento e fiscalização de todas as políticas públicas do Estado e dos municípios no seu cumprimento das exigências legais da referida Educação;
- b) que o financiamento da E.E. I. esteja especificado nas rubricas da SEDUC-MT e das secretarias municipais de educação;
- c) que a política de formação de professores indígenas seja mantida com as ações da UNEMAT e de outros órgãos governamentais e não governamentais parceiros na questão da educação escolar indígena.

Além dessas questões estruturais, a SEDUC-MT e as secretarias municipais de educação devem instituir novas relações de poder com as escolas indígenas, estabelecendo como interlocutores das etnias os seus líderes e instâncias culturais comunitárias. Neste aspecto, é preciso romper com o perverso impacto da Educação Escolar Indígena: o deslocamento de poder das comunidades e instituições autóctones para os profissionais da educação indígena a serviço dos interesses das suas comunidades.

O Estado, desta forma, precisa assegurar os direitos relativos à política da diversidade cultural indígena, negra e quilombola.

Por outro lado, o SINTEP deve institucionalizar ações permanentes de inclusão das sociedade indígenas no âmbito sindical.

Por uma escola 100% PÚBLICA E GRATUITA

Educação não é Mercadoria





